A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal)

Práticas Funerárias, Cultura Material e Identidade(s)
na Idade do Ferro do Baixo Sado (séculos VII – II a.n.e.)

Francisco B. Gomes

A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal)

**Práticas Funerárias, Cultura Material e Identidade(s)
na Idade do Ferro do Baixo Sado (séculos VII – II a.n.e.)**

Francisco B. Gomes

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA

uniarq

REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA
DRC ALENTEJO

LETRAS
LISBOA

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Alcácer
do Sal
MUNICÍPIO

estudos & memórias

Série de publicações da UNIArq
(Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa)

Direcção: Ana Catarina Sousa
Série fundada por Victor S. Gonçalves (1985)

17.

GOMES, F. B. (2021) –

A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal).

Práticas funerárias, Cultura Material e Identidade(s) na Idade do Ferro do Baixo Sado (séculos VII – II a.n.e.)

Estudos & Memórias 17. Lisboa: UNIArq/FL-UL. 560 pp.

Capa: Rui Roberto de Almeida. Terracota representando bovídeo recolhida por Virgílio Correia (acervo do MNA).

Foto da capa: Beatriz Barros.

Foto da contracapa: Francisco B. Gomes.

Paginação e artes finais: Rui Roberto de Almeida

Impressão: Ligação Visual.

300 exemplares

ISBN: 978-989-53453-5-9 / Depósito legal: 493671/21

DOI: <https://doi.org/10.51427/10451/50356>

Obra adaptada de Tese de Doutoramento defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Copyright textos e imagens ©, 2021, os autores

O cumprimento do acordo ortográfico de 1990 foi livre opção de cada autor. Os autores são responsáveis pelos seus originais, respeitando a UNIArq a sua autoria e não sendo responsável por quaisquer elementos que, de alguma forma, possam prejudicar terceiros.

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/00698/2020 e UIDP/00698/2020.

Lisboa, 2021.

ÍNDICE

<i>A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal): por fim, a organização do caos</i> ANA MARGARIDA ARRUDA	5
1. O Olival do Senhor dos Mártires e o Baixo Sado: implantação espacial, quadro territorial e contexto histórico	11
2. Os percursos da investigação (1874 – 2016)	25
3. A cultura material da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires	33
3.1. Os materiais cerâmicos	34
3.1.1. Metodologia de análise do conjunto cerâmico	34
3.1.2. Cerâmica Manual	35
3.1.3. Cerâmica Comum	42
3.1.4. Cerâmica Pintada	72
3.1.5. Cerâmica Cinzenta	108
3.1.6. Cerâmica de Engobe Vermelho	138
3.1.7. Cerâmica Grega	152
3.1.8. Cerâmicas de cariz helenístico	161
3.1.9. Ânforas	173
3.1.10. Cossoiros	177
3.1.11. Coroplastia	188
3.2. Os materiais metálicos	192
3.2.1. Metodologia de análise do conjunto metálico	192
3.2.2. Elementos de indumentária	192
3.2.3. Elementos de adorno e cosmética	221
3.2.4. Campanhas, instrumentos musicais e outros elementos de âmbito ritual	238
3.2.5. Recipientes e elementos relacionados com o banquete	239
3.2.6. Facas afalcatadas	245
3.2.7. Armamento	257
3.2.8. Elementos de carro, de atrelagem e de condução equestre	311
3.2.9. Elementos de mobiliário	318
3.2.10. Alfaia e utensílios	328
3.2.11. Complementos de madeira	338
3.2.12. Outros objectos metálicos menores	338
3.2.13. Objectos metálicos de função indeterminada	339
3.3. Exótica e outros materiais de prestígio	347
3.3.1. Vidro e faiança	347
3.3.2. Cornalina	349
3.3.3. Amuletos	349
3.3.4. Osso ou marfim	353
3.3.5. Ovo de avestruz	353
3.4. Restos faunísticos	357

4. As práticas e arquiteturas funerárias do Olival do Senhor dos Mártires: enquadramento cronológico e cultural	359
5. A sequência e o faseamento do Olival do Senhor dos Mártires: leituras sociais, políticas e culturais	377
6. O Olival do Senhor dos Mártires no contexto das práticas funerárias da Idade do Ferro do Sul de Portugal	383
7. A modo de epílogo: a necrópole do Olival do Senhor dos Mártires durante a Época Romana Republicana FRANCISCO B. GOMES, CATARINA ALVES	393
7.1. A ocupação romana do Olival do Senhor dos Mártires: uma breve introdução historiográfica	394
7.2. Os materiais romanos republicanos do Olival do Senhor dos Mártires	395
7.2.1. A cerâmica campaniense	395
7.2.2. As ânforas	398
7.2.3. Os unguentários	399
7.2.4. A coroplastia: uma terracota helenística de tipo kourotrophos	401
7.2.5. Outros materiais cerâmicos	401
7.2.6. Os metais	402
7.3. O significado dos materiais republicanos do Olival do Senhor dos Mártires	405
7.3.1. Significado cronológico	405
7.3.2. Significado funcional	406
7.4. A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires durante a Época Romana Republicana	410
Bibliografia	412
Anexo I – Catálogo de Sepulturas	449
Anexo II – Inventário	493

A NECRÓPOLE DO OLIVAL DO SENHOR DOS MÁRTIRES (ALCÁÇER DO SAL): POR FIM, A ORGANIZAÇÃO DO CAOS

Os vasos gregos descobertos em 1874 no Olival do Senhor dos Mártires em Alcácer do Sal durante a abertura de espaço para a construção de uma eira foram apresentados, no ano seguinte, por Joaquim Possidónio Narciso da Silva à *Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*, através do seu *Boletim de Architectura e Archeologia*. Considerados de produção etrusca, o que não surpreende, e datados de época romana, foram descritos detalhadamente no que à decoração se refere, não podendo deixar, contudo, de impressionar o devaneio delirante do fundador da mais antiga instituição científica dedicada à arqueologia portuguesa na interpretação das figuras que decoram o Krater de sino com cena dionisíaca atribuído ao Grupo do pintor de Viena 1025 (Rouillard et al. 1988-89: 60). Se a cena sacrificial da Face A foi considerada reflexo da derradeira refeição do defunto, o que não deixa de ser bizarro, no cortejo dionisíaco da Face B, Possidónio da Silva transformou os dois sátiros em guerreiros, um dos quais “...com capuz sobre a cabeça com duas palas caídas sobre os ombros...”, que se diferenciam entre si pela “...cauda de cavalo...” que um deles exibia “...na extremidade da espinha dorsal...”, o que reflectiria o facto de pertencerem a “...raças diversas...” (Silva 1875: 91-92), uma interpretação, no mínimo, hilariante.

Do aparecimento destes vasos gregos no Extremo Ocidente foi dada notícia aos colegas franceses (Pereira 1955-56: 180), tendo Alcácer do Sal garantido a sua internacionalização com a publicação, em francês, da carta em que Possidónio da Silva anunciava a descoberta no *Bulletin Monumental*, de 1875, tendo permanecido em cena com os comentários de Desjardins e do Conde de Conestabile no mesmo número do referido boletim e no do ano seguinte, respectivamente (Pereira 1955-56: 181). Ainda no final do século XIX, E. Cartailiac não deixaria de mencionar o sítio sadino e os vasos gregos no seu famoso livro *Les Âges Préhistoriques de Espagne et du Portugal* (1886: 251-253), onde confessa ter suscitado de fraude perante a presença, tão ocidental, de peças desta natureza, reconhecendo, contudo, que “...rien de ce que j’ai pu apprendre sur place n’a confirmé ces doutes.” (*Ibidem*: 253, nota 1). Para além destes, menciona ainda a recolha na necrópole, que designa hallstática, de outros materiais metálicos, como espadas, lanças, falcatas, torques (?), materiais que, aliás, o próprio J. Possidónio já tinha referido.

Na segunda metade da segunda década do século XX (1925, 1927 e 1928), Vergílio Correia levou a efeito trabalhos de escavação no espaço do Olival do Senhor dos Mártires, tendo o Professor de Coimbra tido oportunidade de escavar mais de uma centena de sepulturas da Idade do Ferro. A quantidade e diversidade dos materiais recolhidos eram imensas e o “exotismo” de boa parte deles indiscutível. A divulgação junto da comunidade científica internacional ficou assegurada através da sua presença, em 1929, no *Congresso das Associações Portuguesa e Espanhola para o Progresso das Sciencias* e no de *Arqueología Clásica* que decorreram, em simultâneo, em Barcelona. A reavaliação da Necrópole do Senhor dos Mártires em Alcácer do Sal permitiu refutar “...a ideia de que o actual território português não apreendera o saber antigo por interposição fenícia...” o que reforçava a tese de P. Bosch-Gimpera, que relembrou “...a descoberta, pelo mesmo V. Correia, de um escaravelho-amuleto egípcio datado do século VI a. C., ou seja, do início daquela mesma etapa, quando da intensificação dos contactos entre fenícios e o mediterrâneo ocidental” (Martins 2007: 41), contrariando, assim, a tese do Marquês de Jácome Correia que não

descortinara referências “...a materiais consolidadores de uma “colonização” fenícia ou, até, “[...] grega nas costas portuguesas, visto os não ter encontrado de época anterior aos romanos” (*Ibidem*).

A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires tornou-se uma referência incontornável da Arqueologia portuguesa a nível internacional, o que se robusteceu com a inclusão de muitos dos espólios, sobretudo os metálicos, na monumental obra de Schüle (1969) e no trabalho publicado em francês, no volume 6-7 da série 4 do “Arqueólogo Português” sobre o conjunto da cerâmica ática (Rouillard et al. 1988-89), onde se identificou um pintor inédito que recebeu, justamente, o nome do sítio (Pintor de Alcácer do Sal), contrariando-se, em boa hora, uma outra proposta que apontava para uma designação que remetia para o local onde se localiza o Museu onde o vaso está depositado (Pintor de Belém).

Porém, e apesar de tudo isto, e ainda do facto de V. Correia ter publicado alguns dos espólios que recuperou (Correia 1972 [1925a]; 1972 [1925b]; 1972 [1925c]) e ter mesmo procedido a uma ordenação tipológica das sepulturas que compuseram a necrópole sidérica (Correia 1972 [1928]), a grande maioria dos dados permaneceu inédita, tendo-se, infelizmente, perdido boa parte das associações contextuais entre as sepulturas e a sua morfologia e os respectivos materiais, totalizando estes últimos cerca de um milhar e meio de peças.

Se é verdade que os trabalhos de campo que António Cavaleiro Paixão viria a desenvolver no mesmo sítio na segunda metade dos anos 60 do século passado permitiram colmatar alguma da deficiente informação existente, também é certo que essa colmatação só se tornou possível para as fases mais antigas da utilização da necrópole, devendo também referir-se que a dissertação de licenciatura onde os dados foram apresentados (Paixão, 1970) se manteve inédita, e só muito recentemente, por iniciativa do Professor João Luís Cardoso, foi disponibilizada em versão impressa (Paixão 2014). Lamentavelmente, os resultados das escavações dos anos 80 não tiveram a mesma sorte, escasseando as publicações que se lhes referem (Paixão 1983), tendo os espólios então recuperados permanecido quase completamente inéditos.

O conhecimento acerca da necrópole do Senhor dos Mártires de Alcácer do Sal permaneceu assim numa espécie de limbo, tornando-se um mito nacional e internacional, deixando-se aqui registado que nos anos 60 do século XX o Professor Maluquer de Motes a ela se referia nas suas aulas da Universidade de Barcelona como “o mais ocidental campo de urnas” da Península Ibérica, como me contou várias vezes a sua antiga aluna Maria Eugénia Aubet.

Coube a Francisco Gomes a organização do imenso caos constituído por milhares de peças que não se podiam associar a quaisquer sepulturas, e este livro que aqui se apresenta evidencia que a tarefa foi exemplarmente cumprida. Ao contrário das várias tentativas anteriores para relacionar sepulturas e espólios (entre as quais uma da própria autora destas linhas) e, assim, fornecer sentido à arquitectura, aos rituais funerários e aos materiais a eles associados, o trabalho empreendido pelo autor no quadro da sua dissertação de doutoramento, que deu origem a este livro, teve inegável sucesso. Com determinação, resiliência, empenho e dedicação, Francisco Gomes acedeu à totalidade do espólio da necrópole do Senhor dos Mártires, disperso por várias instituições (Museu Nacional de Arqueologia, Museu Municipal Pedro Nunes, Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, Direcção Regional de Cultura do Alentejo). As peças, que totalizam cerca de um milhar e meio, foram por si integralmente desenhadas e descritas com muito detalhe (Capítulo 3, Anexo II), não podendo deixar de se referir aqui que o conhecido pendor teórico do autor, que este livro também espelha, não o impede de ser também um investigador muito atento aos materiais, uma vez que tem plena consciência que só uma base de dados exaustiva e pormenorizada permite uma análise sólida e integradora da realidade que se pretende discutir de acordo com os pressupostos da Arqueologia teórica.

Paralelamente, empenhou-se na revisão dos dados publicados e da documentação dos acervos documentais das referidas instituições e ainda da Direcção Geral do Património Cultural, o que permitiu relacionar, pelo menos em parte, materiais com sepulturas específicas. Esta tarefa possibilitou rever cronologias, dos primeiros e das segundas, e interpretar devidamente a necrópole do Senhor dos Mártires de Alcácer do Sal no quadro da Idade do Ferro peninsular (Capítulos 2 e 4), tendo tido, para tal, também em consideração o que é conhecido no mundo funerário sidérico do Ocidente, e mesmo do Mediterrâneo Central.

Como se referiu anteriormente, o Francisco possui uma preparação teórica invejável, que se compagina com uma extraordinária, e muito rara e surpreendente na sua geração, “cultura geral”. As análises sobre as realidades sociais, políticas e culturais que subjazem à informação que este livro disponibiliza, e que são apresentadas nos capítulos 5 e 6, deixam transparecer essa mesma preparação, fornecendo-se uma leitura integradora da “cultura material”, conceito que aqui engloba também as arquiteturas e os rituais funerários.

Este livro pretendeu ser uma obra monográfica sobre a necrópole do Senhor dos Mártires em Alcácer do Sal. Por isso mesmo, entendeu, e muito bem, o autor inserir um epílogo, sobre a sua ocupação durante a época romano-republicana, onde uma vez mais os materiais servem para a construção de um discurso coerente acerca das permanências e das rupturas sentidas nas práticas funerárias após os primeiros contactos com as comunidades romanas.

A publicação deste livro, com uma diversidade e extensão de análise francamente invulgares no panorama arqueológico português, e que evidencia uma energia intelectual que me apraz sublinhar, deve saudar-se também pela sua importância, pela sua pertinência e pela sua qualidade. Constituir-se-á, certamente, numa obra de referência incontornável para a Idade do Ferro, não só peninsular. A arqueologia portuguesa precisava dele, Alcácer do Sal e a sua necrópole mereciam-no, e por ele ficaremos sempre gratos ao Doutor Francisco Gomes.

Novembro de 2021

Ana Margarida Arruda

(UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa)

Bibliografia

- CARTAILHAC, M. E. (1886) – *Les âges Préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*. Paris: CH Reinwald Libraire.
- CORREIA, Vergílio (1972 [1925a]) – Uma conferência sobre a Necrópole de Alcácer do Sal. In: *Obras. Volume IV, Estudos Arqueológicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra. p. 151-168.
- CORREIA, Vergílio (1972 [1925b]) – Fechos de cinturão da Necrópole de Alcácer do Sal. In: *Obras. Volume IV, Estudos Arqueológicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra. p. 187-195.
- CORREIA, Vergílio (1972 [1925c]) – Um amuleto egípcio da Necrópole de Alcácer do Sal. In: *Obras. Volume IV, Estudos Arqueológicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra. p. 195-201.
- CORREIA, Vergílio (1972 [1928]) – Escavações realizadas na Necrópole Pré-Romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927. In: *Obras. Volume IV, Estudos Arqueológicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra. p. 169-179.
- MARTINS, A. C. (2007) – «A oeste nada de novo»? *Estudos arqueológicos de Oeiras*, 15, p. 233-291.
- PAIXÃO, A. C. (1970) – *A necrópole do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal. Novos elementos para o seu estudo*. Tese de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- PAIXÃO, A. C. (1983) – Uma nova sepultura com escaravelho da necrópole proto-histórica do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 1, p. 273-286.
- PAIXÃO, A. C. (2014) – A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). Novos elementos para o seu estudo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21, 429-460.
- PEREIRA, M. H. R. (1955-56) – Notícia sobre vasos gregos existentes em Portugal. *Humanitas*, 7-8, p. 177-194.
- ROUILLARD, P., PAIXÃO, A. C., VILLANUEVA-PUIG, M.-C. & DURAND, J.-L. (1988-9) – Les vases grecques d’Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*, S.4, 6-7, p. 43-108.
- SCHÜLE, W. (1969) – Die Meseta-kulturen der Iberischen Halbinsel: Mediterrane und Eurasische elemente in früheisen zeitlichen kulturen südwesteuropas. Berlim: Walter de Gruyter & Co.
- SILVA J. P. 1875 – Uma necrópolis romana em Portugal. *Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, S. 2, 1, 6, p. 91-92.

AGRADECIMENTOS

O presente volume constitui o resultado de um trabalho desenvolvido a dois tempos. Por um lado, o grosso do trabalho que permitiu que esta monografia sobre a necrópole de Alcácer do Sal visse a luz foi desenvolvido no âmbito de um projecto de Doutoramento entre 2012 e 2016, que resultou na apresentação de uma Tese que tinha como um dos seus pilares o estudo do conjunto arqueológico agora publicado. No entanto, e uma vez reconhecido o interesse de materializar o estudo desse conjunto num trabalho de natureza monográfica, seguiu-se um segundo período marcado por um trabalho de revisão, actualização e pelos trâmites próprios do processo editorial.

Ao longo deste dilatado período de tempo, tive a boa sorte e o privilégio de contar com os apoios e incentivos de muitas pessoas e instituições, em relação a quem guardo uma imensa dívida de gratidão que não se esgota, de modo algum, numa página de agradecimentos.

Desde logo, e em primeiro lugar, gostaria de agradecer à orientadora da minha Tese de Doutoramento, Professora Doutora Ana Margarida Arruda, pelo seu apoio e acompanhamento. Sem a sua sabedoria e entusiasmo não teria sido possível levar este projecto a bom porto. Agradeço-lhe, além disso, ter acedido a prefaciar este volume monográfico, agraciando-o assim com a sua conhecida generosidade.

Cumprir-me por outro lado agradecer a todos os membros do júri que avaliou a Tese na qual se baseia este volume, e em particular aos arguentes, Professor Doutor João Luís Cardoso e Doutor Virgílio Hipólito Correia, pela atenção que dedicaram àquele trabalho e pelos utilíssimos comentários e sugestões.

Agradeço também à UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, a minha instituição de acolhimento de sempre, na pessoa do anterior director, Professor Doutor Vítor S. Gonçalves, e do actual director, Professor Doutor Carlos Fabião. Com efeito, à UNIARQ devo não apenas o facto de ter aceitado publicar esta monografia nas páginas da sua série *Estudos & Memórias* e de ter contribuído generosamente para que esta publicação se concretizasse, mas também todo o apoio e acolhimento que me tem concedido desde o início do meu percurso científico.

Neste ponto, não posso também deixar de expressar a minha sentida gratidão à responsável do sector editorial da UNIARQ, Professora Doutora Ana Catarina Sousa, cujo trabalho, esforço e incentivo foram indispensáveis para a publicação deste volume.

Gostaria ainda de exprimir a minha particular gratidão às Professoras Doutoradas Elisa de Sousa, Catarina Viegas e Mariana Diniz, por todo o seu apoio e interesse ao longo dos anos nos quais este trabalho esteve em gestação. Aos restantes investigadores, colegas e amigos da UNIARQ, devo uma nota de reconhecimento pelo seu exemplo e pelo seu companheirismo, sempre inestimáveis.

Num outro registo, não posso deixar de exprimir a minha mais profunda gratidão às distintas pessoas e instituições que ao longo destes anos me possibilitaram e facilitaram o acesso aos dados sobre os quais esta monografia se construiu. Neste domínio, não posso deixar de começar por verbalizar o meu agradecimento ao Museu Nacional de Arqueologia, em particular nas pessoas do Dr. Luís Raposo, do Dr. António Carvalho e da Dr.ª Ana Isabel Santos. Agradeço ainda, muito especialmente, à equipa do Serviço de Inventário, e muito especialmente à Luísa, ao Paulo e ao Luís, por toda a disponibilidade e apoio prestados.

Devo também uma nota particular de gratidão ao Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, na pessoa da Professora Doutora Raquel Vilaça, pelas facilidades e apoio concedidos no acesso ao acervo do Olival do Senhor dos Mártires ali depositado. Agradeço ainda ao Dr. José Luís Madeira e à D. Eunice Dionísio, pelo acolhimento e apoio logístico prestado nas minhas visitas ao Palácio Sub-Ripas.

Outras duas instituições merecem aqui um agradecimento especial, na medida em que não apenas me facilitaram o acesso aos acervos que têm à sua guarda como se disponibilizaram para apoiar, generosa e desinteressadamente, a publicação deste volume, ao qual se associam, contribuindo assim decisivamente para valorizar esta edição.

Assim, gostaria de começar por agradecer à Direcção-Regional de Cultura do Alentejo, na pessoa da Doutora Ana Paula Amendoeira, pelo apoio prestado na edição deste volume. Gostaria igualmente de reiterar a minha gratidão para com a Dr.^a Esmeralda Gomes, por me ter facilitado o acesso às colecções sob a tutela da DRC-Alentejo depositadas em Alcácer do Sal, e também por todo o apoio logístico e documental prestado.

De igual modo, gostaria de registar o meu sentido agradecimento à Câmara Municipal de Alcácer do Sal, na pessoa do Senhor Presidente, Dr. Vítor Proença, e da Dr.^a Marisol Ferreira, a quem devo quer o acesso aos materiais da colecção do Museu Municipal Pedro Nunes quer o generoso apoio prestado à edição da presente monografia.

A dissertação na qual se baseia, em última análise, a presente monografia contou ainda com outros importantes apoios institucionais sem os quais a sua realização teria sido a todos os títulos impossível. Assim, gostaria em primeiro lugar de agradecer à Fundação para a Ciência e Tecnologia, que me atribuiu, em tempos difíceis e austeros, a Bolsa de Doutoramento que me possibilitou realizar este trabalho.

Agradeço ainda ao Instituto Arqueológico Alemão a concessão de uma bolsa de investigação que me permitiu realizar uma importantíssima recolha bibliográfica e documental na sua delegação de Madrid. Agradeço, por outro lado, a todos os membros e colaboradores dessa delegação, em particular ao Professor Doutor Thomas Schattner, à D. Purificación Sánchez e ao Sr. Carlos Tavares Costa, pelo seu acolhimento e apoio.

Devo, além disso, uma palavra muito especial de reconhecimento à Directora da Delegação de Madrid, Professora Doutora Dirce Marzoli, por todo o apoio e incentivo, mas, sobretudo, pela sua inestimável amizade. Gostaria além disso de acrescentar uma palavra de apreço e gratidão ao projecto de estudo do sítio de Castillejos de Alcorrín que dirige, em cujos trabalhos de campo tive o privilégio de participar e que tanto me enriqueceu, pessoal e profissionalmente.

Agradeço também aos co-directores desses trabalhos de campo, o Professor Doutor Mariano Torres e o Dr. César León, e muito especialmente ao Dr. José Suárez Padilla, a quem me unem laços de grande amizade. A todos agradeço o seu incentivo e o seu exemplo. Aos restantes colegas e amigos com quem tive o privilégio de me cruzar durante as campanhas de escavação em Castillejos de Alcorrín devo também um agradecimento, pela sua amizade, companheirismo e incentivo.

Finalmente, e numa nota mais pessoal, quero agradecer aos colegas e amigos que ao longo dos anos em que este trabalho se desenvolveu marcaram a minha vida e cujas marcas no presente trabalho são a todos os títulos indeléveis. Desde logo, à Catarina Alves, à Teresa Rita Pereira, à Catarina Costeira, à Catarina Grilo, à Mónica Rolo e ao Carlos Pereira, colegas e amigos, agradeço a sua amizade e o seu companheirismo.

À Liliana Anjos, inestimável amiga, agradeço toda a sua alegria, mesmo em face da adversidade, o seu incentivo e o seu carinho, que sempre me iluminaram, mesmo nas horas mais difíceis. À Beatriz Barros, agradeço todo o seu apoio durante o desenvolvimento da minha Tese de Doutoramento, e especialmente na sua etapa final.

Há, por fim, pessoas a quem não sei como nem o que agradecer, simplesmente porque lhes devo absolutamente tudo. Ao Jose, meu companheiro e minha família, agradeço por todos os momentos, todas as alegrias e todo o afecto. Ao Truman, agradeço-lhe pelo seu calor e pelo seu conforto.

À minha família – aos meus avós, aos meus pais e ao meu irmão – agradeço por serem verdadeiramente uma parte de mim, a melhor parte, a parte que faz de mim o que sou e que me dá ânimo e alento em todos os momentos. Esta tese é-vos dedicada, com todo o meu amor.

Aos meus mortos

Não há mais
mundos
este chega
e sobeja

O fruto proibido
era a cereja

O Éden fechou
para mudança
de ramo

Não estás comigo
no jazigo

Adília Lopes, '[I. Não há mais]'.
Clube da Poetisa Morta.
Lisboa, Black Sun.

1

O OLIVAL DO SENHOR DOS MÁRTIRES E O BAIXO SADO

1.

O OLIVAL DO SENHOR DOS MÁRTIRES E O BAIXO SADO: IMPLANTAÇÃO ESPACIAL, QUADRO TERRITORIAL E CONTEXTO HISTÓRICO

“Minha benévola terra
Se eu te pudesse beber,
pacificar, fazer guerra,
Águas tuas descrever!”

Rui Lage, ‘Antena’. Antigo e Primeiro, Lisboa, Quasi

A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires¹ situa-se na área envolvente da ermida do mesmo nome, sensivelmente um quilómetro para Ocidente da elevação onde se implantou o Castelo Medieval de Alcácer do Sal, ocupando uma plataforma sobrelevada em relação ao rio com uma altitude máxima de 34m (Figuras 1 a 5). Esta plataforma, cujo rebordo meridional configura um corte relativamente abrupto em face dos terraços fluviais plistocénicos que se desenvolvem a Sul, apresenta em contrapartida uma pendente suave no sentido Norte e, sobretudo, Oeste, com uma inclinação média da ordem dos 7° na direcção Este-Oeste.

De um ponto de vista geomorfológico tanto a colina em que se implanta a necrópole do OSM como a vizinha colina do Castelo, que constituirão possivelmente um *horst* com disposição monoclinal, integram a chamada Formação de Alcácer do Sal, unidade geológica de fácies marinha litoral resultante de um episódio de transgressão marinha datável do Miocénico Médio e caracterizada geologicamente pela presença de biocalcarenitos e conglomerados bem como, em certas zonas, de areias fossilíferas (Antunes 1983).

A eleição desta zona para a implantação de uma área funerária terá resultado, como parece natural, de uma opção deliberada, cujos critérios se podem de alguma forma entrever considerando o registo paisagístico tal como hoje nos é dado observar e, sobretudo, a relação da necrópole com o povoado correspondente, cujos vestígios, como é bem sabido, se têm vindo a identificar tanto na área do Castelo como no Centro Histórico de Alcácer do Sal (cf. *infra*). Nesse sentido, parece-me importante resenhar ainda neste apartado sobre o enquadramento espacial da necrópole alguns aspectos adicionais dignos de nota.

Em primeiro lugar, devo sublinhar que, tanto quanto é possível hoje determinar, a necrópole não se implanta num local facilmente avistável a partir do povoado (Figura 6), ele próprio inversamente pouco visível a partir da área da necrópole. Entre a colina do Castelo e a área em torno da ermida do Senhor dos Mártires ergue-se, com efeito, uma pronunciada elevação actualmente ocupada, em parte, pela Escola Secundária de Alcácer do Sal, cujo rebordo oriental sobrelevado impede uma plena intervisibilidade entre o povoado e a necrópole. O já comentado limite meridional da unidade geológica em que este conjunto de relevos se integra, que se eleva abruptamente em face dos terraços aluvionares junto ao rio, de formação provavelmente posterior ao I milénio a.C., condiciona igualmente a visibilidade do conjunto funerário, aberto ao *hinterland* mas não à frente ribeirinha.

1. Daqui em diante abreviado como OSM.

Figura 1 – Localização do OSM no Sudoeste da Península Ibérica.

Figura 2 – Foto aérea da área do OSM nos anos '60 (segundo Paixão 1970).

Figura 3 – Alcácer do Sal e o OSM. A área assinalada corresponde aproximadamente aos limites do sítio estabelecidos no processo de classificação como Monumento Nacional.

Figura 4 – Vista aérea da área do OSM na actualidade (Fonte: Google Maps).

Figura 5 – Aspecto da área do OSM em Junho de 2014.

Figura 6 – Vista a partir do Castelo de Alcácer do Sal em direcção a Ocidente e à necrópole, oculta pela elevação onde se implantou a Escola Secundária de Alcácer.

Por outro lado, e como mera hipótese a confirmar por via de estudos geomorfológicos de detalhe, gostaria ainda de chamar a atenção para a existência de uma depressão junto ao sopé ocidental da colina do Castelo, actualmente ocupada pelo pequeno Bairro da Graça, que pelo seu aspecto encaixado poderá, na Antiguidade, ter correspondido ao leito de um curso de água, porventura sazonal. A confirmar-se esta hipótese, deveria considerar-se que a eleição do espaço funerário seguiu, também em Alcácer do Sal, o princípio de implantação das necrópoles em zonas separadas do povoado por cursos de água de maior ou menor entidade, padrão locativo amplamente atestado quer nas necrópoles fenícias, em particular da costa malaguenha (Aubet 2009), quer nas necrópoles “Orientalizantes” do Sudoeste Peninsular (Torres Ortiz 1999: 159-161).

Um outro aspecto fundamental para melhor enquadrar a necrópole em estudo diz respeito não já ao seu posicionamento espacial *strictu sensu*, mas ao nível mais específico do seu contexto territorial, isto é, da sua posição nas malhas de povoamento suas contemporâneas.

Devido ao longo período de utilização da necrópole, a análise dessas malhas de povoamento assume necessariamente um carácter diacrónico, pelo que aproveito igualmente as linhas que se seguem para traçar, de forma genérica, e partindo sempre da questão das fórmulas territoriais, um quadro global e necessariamente resumido dos conhecimentos actualmente disponíveis sobre a Idade do Ferro no território do Baixo Sado, procurando estabelecer assim igualmente um primeiro enquadramento histórico da necrópole, que adiante haverá ensejo de voltar a comentar tomando já em consideração os novos dados empíricos aqui compilados.

Contudo, e no que diz respeito à posição da necrópole em apreço na malha territorial que a enquadra, não posso deixar de assinalar já à partida, e apesar da manifesta importância e relevância dos sítios do Baixo Sado na discussão sobre a transição do Bronze Final para a Idade do Ferro e sobre o impacto da presença oriental nesse processo, que o conhecimento actualmente disponível sobre o povoamento do I milénio a.n.e. nesta região é eminentemente deficitário.

De facto, e aparte alguns poucos núcleos sobejamente conhecidos (Figura 7), praticamente não se documentaram outros pólos de ocupação, embora as evidências de um certo grau de estruturação deste território na época em apreço, que adiante comentarei, tornem difícil admitir a inexistência de uma malha mais complexa e integrada de povoamento, à semelhança da que tem vindo a documentar-se nos últimos anos em torno do estuário do Tejo (Pimenta / Mendes 2008; 2010-1; Arruda 2017); tal como neste caso, só o desenvolvimento de novos e intensivos trabalhos de reconhecimento arqueológico na região direccionados para este problema concreto poderão ajudar a preencher esta importante lacuna.

O quadro actualmente disponível para a discussão do período que aqui nos ocupa no Baixo Sado centra-se, fundamentalmente, em três sítios chave. O primeiro e mais importante corresponde ao povoado subjacente aos actuais Castelo e Centro Histórico de Alcácer do Sal (Figura 8) que, como é sabido e tive já oportunidade de mencionar, corresponde ao *habitat* da comunidade que utilizou o OSM como espaço funerário. As primeiras evidências da relevância deste núcleo provieram precisamente, como adiante se verá com maior detalhe, dos importantes achados realizados na área da necrópole ainda no século XIX, enquanto que a ocupação do povoado propriamente dito, bem como a sua natureza e sequência evolutiva, se manteriam virtualmente desconhecidas até ao final dos anos '70 do século XX.

Com efeito, os primeiros dados concretos para o estudo da ocupação pré-romana da área de Alcácer resultam de uma intervenção realizada pela equipa do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS) em 1979 na área oriental da cerca do Castelo Medieval e publicada pouco depois (Silva et al. 1980-1), que permitiu pela primeira vez estabelecer, através do estudo de uma importante sequência estratigráfica, um faseamento que reflecte, em maior ou menor medida, as várias etapas de ocupação do sítio entre o Bronze Final e a Época Romana Imperial (cf. *infra*).

Esta intervenção incidiu, infelizmente, sobre uma área muito reduzida, o que limita até certo ponto a representatividade da sequência obtida, como adiante terei oportunidade de comentar. Os trabalhos posteriormente realizados pela mesma equipa nesta zona do Castelo continuam, por outro lado, inéditos, esperando-se que a sua publicação possa contribuir para aclarar alguns dos pontos de discussão resultantes da primeira campanha.

Após estes primeiros trabalhos, e já nos anos '90, o projecto de adaptação para uso como Pousada do Convento de Nossa Senhora de Araceli, situado igualmente no Castelo, ditou a realização de

Figura 7 – Principais núcleos com ocupação da Idade do Ferro no Baixo Sado e áreas adjacentes: 1 – Alcácer do Sal; 2 – OSM; 3 – Abul A e B (Alcácer do Sal); 4 – Setúbal; 5 – Lapa do Fumo (Sesimbra); 6 – Lapa da Cova (Sesimbra); 7 – Quinta do Almaraz (Almada); 8 – Lisboa.

Figura 8 – Zonas de Alcácer do Sal e arredores onde se documentaram vestígios da Idade do Ferro: 1 – Castelo – escavações do MAEDS; 2 – Convento de Araceli; 3 – Rua do Rato; 4 – Museu Municipal Pedro Nunes; A – OSM; B – Necrópole de S. Francisco.

uma ampla intervenção arqueológica realizada desta feita sob a direcção de A. Cavaleiro Paixão, cujos resultados permanecem, infelizmente, virtualmente inéditos. De facto, e ainda que algumas notas e estudos pontuais deem conta da presença de níveis antigos, enquadráveis na I Idade do Ferro, na área objecto de intervenção (Paixão 2001: 156; Gomes 2008), a cronologia específica e a natureza dos mesmos permanecem quase totalmente desconhecidas. A maior parte dos dados conhecidos, também eles muito lacunares, dizem respeito a contextos já da II Idade do Ferro, época em que se implantou nesta zona do Castelo um importante complexo religioso (Gomes 2008).

Trabalhos posteriores realizados na área do Centro Histórico de Alcácer do Sal têm permitido igualmente exumar importantes evidências enquadráveis no período em análise, de que se destacam os dados da intervenção realizada na Rua do Rato (Arruda *et al.* 2021) onde se documentou um ambiente aparentemente religioso de características muito particulares, concordantes com a existência de um santuário ribeirinho com importantes atribuições económicas e comerciais, datável, de acordo com a tipologia dos materiais ali exumados, entre o século VI e os inícios do V a.n.e. (*idem*; cf. tb. Gomes 2012: 100-3; Arruda 2014).

Finalmente, haveria também a salientar a presença de níveis sidéricos, especialmente relativos à II Idade do Ferro, noutras intervenções realizadas no subsolo urbano do Centro Histórico, de que destacaria as recentes escavações realizadas nas instalações do Museu Municipal Pedro Nunes, ainda inéditas².

Infelizmente, e devido aos condicionalismos próprios de intervenções em meio urbano, e em particular em ambientes continuamente ocupados desde a Antiguidade, os dados decorrentes destas diversas intervenções são insuficientes para caracterizar a organização do espaço habitado durante o período em questão, permitindo não obstante entrever a grande relevância de Alcácer não apenas na malha de povoamento regional, como veremos, mas também em redes de intercâmbio e circulação de bens e pessoas de escala significativamente mais ampla.

Um segundo pólo com uma ocupação relevante datável do período que aqui nos ocupa foi identificado sob a actual área urbana de Setúbal, mais concretamente na zona da Colina de Santa Maria. Os primeiros dados sobre este povoado foram exumados pela equipa do MAEDS ainda nos anos '80 numa intervenção na Travessa dos Apóstolos (Soares / Silva 1986), onde, apesar da reduzida área escavada, se pôde documentar uma potente sequência estratigráfica recobrimdo *grosso modo* toda a diacronia sidérica. Mais recentemente, outras intervenções realizadas pela mesma equipa, nomeadamente na Rua Francisco Augusto Flamengo (Silva *et al.* 2014: 165-171), na chamada “Casa dos Mosaicos” (Silva 2018) e na Rua Vasco Soveral (Soares *et al.* 2019a: 163-164) permitiram obter novos dados que reforçam o conhecimento sobre a ocupação deste núcleo durante a Idade do Ferro.

Finalmente, o terceiro sítio a considerar na discussão da malha de povoamento do I milénio a.n.e. no território que venho analisando corresponde ao complexo de Abul, identificado no início dos anos '90 e objecto de escavação em extensão ao longo daquela década. Os trabalhos ali realizados, exemplarmente estudados e publicados (Mayet / Silva 2000; Silva 2005: 753-5), permitiram determinar que a ocupação desta área se iniciou com a implantação *ex novo* de um edifício isolado, designado Abul A, num momento datável em torno a meados do século VII a.n.e. (Mayet / Silva 2000: 68). Este edifício ocupou aquilo que seria uma pequena península na margem direita do Sado, sensivelmente a meio caminho entre Alcácer e Setúbal, junto à foz da Ribeira de São Martinho.

As características particulares deste edifício são bem conhecidas, tendo sido já amplamente discutidas quer pelos responsáveis da intervenção no sítio, em particular na importante monografia que dedicaram ao conjunto (Mayet / Silva 2000), quer por outros investigadores (Arruda 1999-2000: 86-91; 2005b: 55-6; Arruda / Celestino Pérez 2009: 33; Almagro-Gorbea / Torres Ortiz 2009a: 131; Gomes 2012: 39-47), pelo que não insistirei na sua caracterização detalhada.

Recordarei apenas, para o propósito desta discussão, que tanto as características estruturais do edifício – as técnicas construtivas empregues, o uso de um modelo arquitectónico organizado em torno de um pátio central com claros protótipos orientais, o uso de unidades de medida de tipo fenício na

2. Comunicação pessoal da Dr.ª Marisol Ferreira, arqueóloga municipal de Alcácer do Sal e responsável pela intervenção, a quem agradeço.

planificação da estrutura (Mayet / Silva 2000: 156-163) – como a cultura material exumada no seu interior (*idem*: 32-67) parecem sugerir que se trata de uma fundação de matriz eminentemente forânea, fenícia, constituindo assim com toda a probabilidade uma das poucas atestações de uma fundação oriental no extremo ocidente peninsular, embora com características evidentemente muito particulares.

Este edifício foi, por outro lado, objecto de uma ampla remodelação no final do terceiro quartel do século VII a.n.e., isto é, sensivelmente uma geração depois da sua fundação (*idem*: 68). O complexo resultante, que mantém aproximadamente as dimensões e, sobretudo, a concepção arquitectónica do espaço edificado, apresenta contudo uma organização algo mais elaborada. Esta segunda fase da vida do edifício durará até ao seu abandono, que parece ter-se produzido de forma rápida mas aparentemente planificada no final do primeiro quartel do século VI a.n.e. (*ibidem*), sendo aparentemente precedido de um incêndio localizado (*idem*: 147).

Embora adiante se discuta o papel deste edifício na malha territorial e no processo histórico da Idade do Ferro no Baixo Sado julgo importante abordar, desde já, a questão da sua interpretação funcional. A equipa responsável pela escavação do conjunto interpretou este edifício como uma feitoria – *comptoir* – fenícia, isto é, como um conjunto primariamente dedicado a actividades de âmbito comercial (*idem*: 163-7), embora sem obviar o cariz de apoio à navegação que a sua implantação claramente denuncia (*idem*: 168-170) ou as abundantes evidências de práticas cultuais documentadas no sítio (*idem*: 167-8), que se revestiria assim, segundo os próprios, de um cariz eminentemente polifuncional.

Posteriormente a reapreciação deste edifício permitiu sugerir, com base em distintos critérios, que a função primária do mesmo poderá ter sido religiosa (Arruda 1999-2000: 91; 2005b: 55-6), na medida em que a instalação de santuários e espaços de culto como testas-de-ponte no estabelecimento de relações políticas, sociais e comerciais constitui uma prática bem conhecida no âmbito colonial fenício arcaico (Belén Deamos 2000; Gomes 2012: 142-3).

Como tive já oportunidade de afirmar noutro lugar (Gomes 2012: 46-7), estas duas hipóteses não são, de modo algum, mutuamente exclusivas, não podendo aplicar-se ao passado o moderno binómio religioso/secular sem cair num presentismo pouco desejável (Brück 2007), facto de resto bem reconhecido pelos diversos investigadores citados.

Abul A constituiria assim, à semelhança de outros santuários *grosso modo* contemporâneos, um complexo eminentemente polifuncional onde, sob a tutela da(s) divindade(s), se desenrolariam actividades diversas, entre as quais se destacaria sem dúvida o comércio. Adiante voltaremos à discussão do papel deste complexo no processo de interacção entre a comunidade local e os grupos de origem oriental, e terei nessa ocasião oportunidade de salientar como este aspecto religioso do complexo cria igualmente condições de neutralidade importantes para fomentar o encontro e a convivência entre ambos.

Apesar do abandono do edifício designado Abul A, verificado como dizia no final do primeiro quartel do século VI a.n.e., a memória desta área como espaço relevante para a estruturação das comunidades sidéricas do Baixo Sado não parece ter-se perdido de forma definitiva. O reconhecimento arqueológico da área envolvente permitiu de facto identificar, na zona designada Abul B, situada escassos metros a Norte do edifício de Abul A, uma ocupação enquadrável, também ela, na Idade do Ferro. A realização de intervenções nesta zona revelou a existência de um complexo, desta feita indiscutivelmente interpretado como santuário (Mayet / Silva 2000: 177-229; 2001), cuja fundação remonta ao último quartel do século VI a.n.e., sensivelmente duas gerações após o abandono de Abul A, tendo permanecido em funcionamento ao longo do século V a.n.e. (Mayet / Silva 2000: 189).

Aparte da informação fornecida por estes três núcleos principais, os dados sobre o período entre as etapas finais da Idade do Bronze e o final da Idade do Ferro são francamente escassos. No que diz respeito ao Bronze Final, deve mencionar-se o povoado de Castelejos, em Santa Susana, documentado exclusivamente por alguns escassos achados de superfície já antigos (Vasconcellos 1895: 89-91), bem como o recentemente publicado sítio de fossas da Horta do Cabral 6, no Torrão (Matias *et al.* 2017), datável numa fase ao que tudo indica recuada do Bronze Final regional.

Já para a Idade do Ferro haveria unicamente a acrescentar o achado de um ex voto de bronze figurando um orante, semelhante aos exumados na área do Convento de Nossa Senhora de Araceli e datável portanto da II Idade do Ferro, recolhido à superfície, neste caso na zona designada Horta de Cima (*idem*: 79-80; Gomes 2001: 130), a que se somaria um touro de bronze da Herdade de Côrte Pereiro,

estudado por M. Varela Gomes (1986), possíveis testemunhos da existência de um (ou mais) santuários rurais no *hinterland* de Alcácer do Sal.

Em relação com o contexto territorial imediato do final da Idade do Bronze e da Idade do Ferro no Baixo Sado haveria ainda a considerar, por outro lado, as evidências de ocupações enquadráveis neste período que se têm vindo a documentar no vizinho território estruturado pela Serra da Arrábida.

Nesta área as ocupações datáveis do Bronze Final são relativamente abundantes, sendo hoje possível enquadrar sítios tão emblemáticos como a já citada sepultura da Roça do Casal do Meio (Sindler *et al.* 1973-4) ou a ocupação em gruta da Lapa do Fumo (Sesimbra) (Serrão 1958; 1961; 1970), bem como outros achados isolados conhecidos desde há muito – caso dos depósitos de Alfarim e Pedreiras (Serrão 1967) – numa malha de povoamento que, apesar dos limitados trabalhos realizados até ao momento, parece dotada de certa coerência e hierarquização (Silva/ Soares 1986; Cardoso 2000a: 64-7; AA.VV. 2009: 26-30; Soares 2012).

À falta de estudos aprofundados que permitam estabelecer o quadro cronológico e as relações locais e regionais dos sítios que compõem essa malha de povoamento, não podemos asseverar que tipo de relações se poderão ter estabelecido entre os povoados desta região e os do Baixo Sado propriamente dito, mas ainda assim parece-me importante assinalar a existência desta importante ocupação num território essencialmente contíguo ao aqui analisado.

Já para a Idade do Ferro os dados da Arrábida são bastante mais escassos e permanecem em muitos casos mal caracterizados, o que dificulta igualmente a aferição das suas relações com o território que aqui mais directamente me ocupa. Os sítios com ocupações sidéricas relativamente antigas desta área resumem-se, de momento, à necrópole de cistas do Vale da Palha (Sesimbra), recentemente objecto de uma revisão que permitiu situá-la firmemente na I Idade do Ferro (Arruda/ Cardoso 2015), e a um conjunto de cavidades cárnicas com ocupações cuja natureza poderá ter sido essencialmente religiosa, das quais as únicas extensamente publicadas são a Lapa do Fumo (Arruda / Cardoso 2013) e a Lapa da Cova (Calado *et al.* 2017; Jiménez Ávila *et al.* 2017), ambas em Sesimbra.

Na primeira, o início da ocupação sidérica poderá remontar aos finais do século VII e ao VI a.n.e., tendo contudo sido frequentada até momentos tardios da II Idade do Ferro (séculos IV-III a.n.e.) (Arruda/ Cardoso 2013: 748). Quanto à segunda, a sua ocupação parece remontar igualmente ao século VII a.n.e., embora o momento principal de frequentação da mesma se tenha datado do século VI e, sobretudo, do V a.n.e. (Calado *et al.* 2017: 540; Jiménez Ávila *et al.* 2017: 315). A estas ocupações somar-se-ia ainda a da gruta da Janela 1 (Sesimbra), infelizmente muito mal conhecida (AA.VV. 2009: 115).

Aparte destes sítios, pode referenciar-se tão-somente um registo adicional possivelmente – mas não claramente – enquadrável na I Idade do Ferro, concretamente o sítio da Meia Velha 2 (Sesimbra), detectado em prospecção e escassamente caracterizado (*idem*: 123).

Devo contudo notar que a utilização de pedra proveniente da área da Arrábida – a chamada brecha, característica daquela serra – na construção de Abul A (Mayet / Silva 2000: 134-5) sugere algum grau de inter-relação entre a Arrábida e o Baixo Sado durante esta fase, expectável de resto à luz da sua evidente proximidade geográfica.

A II Idade do Ferro encontra-se, por outro lado, documentada quer pelas ocupações desta fase registadas no povoado de Chibanes (Palmela), datáveis dos séculos IV-III a.n.e. (Silva/ Soares 2012: 78-82; Pimenta *et al.* 2019), quer pela modesta necrópole do Casalão (Sesimbra) escavada nos anos '50 por E. da Cunha Serrão e igualmente enquadrável num momento tardio da II Idade do Ferro (Serrão 1964; cf. tb. Cardoso 2000b: 72; Gomes 2013a).

Exposta esta breve e necessariamente sumária resenha dos pólos com ocupações bem atestadas do I milénio a.n.e. no território do Baixo Sado e nas suas imediações, e tendo em mente a discrepância na qualidade e representatividade dos dados disponíveis para cada um deles, importa neste momento analisar a forma como aqueles se relacionam entre si e as informações que deles podemos extrair sobre o processo histórico a que o território sadino assistiu durante o período que aqui nos ocupa.

No que diz respeito ao Bronze Final creio que ficou patente nos parágrafos anteriores a gritante escassez da informação actualmente disponível. Assim, a discussão centra-se fundamentalmente em três sítios, desigualmente caracterizados e cuja posição relativa na rede de povoamento permanece difícil de apurar.

Na Horta do Cabral 6 (Matias *et al.* 2017) documentou-se um conjunto de estruturas negativas que poderão corresponder a um pequeno povado aberto de vocação agrícola e pecuária, aparentemente enquadrável numa cronologia antiga dentro do Bronze Final regional. A sua relação cronológica, e por extensão social e política, com os sítios situados a jusante do curso do Sado permanece por apurar.

Na área que mais directamente me ocupa a documentação relativa a esta fase resume-se na prática à atestação, no Castelo de Alcácer do Sal, de um horizonte – a designada Fase II – enquadrável neste período, caracterizado pela presença exclusiva de cerâmicas manuais pertencentes à tradição oleira local/regional (Silva *et al.* 1980-1: 170-1) e cujo enquadramento cronológico exacto permanece difícil.

A esta malha de povoamento poderia talvez somar-se o sítio dos Castelejos, insuficientemente caracterizado (Vasconcellos 1895: 89-91), cujo papel nos processos históricos desta fase histórica do Baixo Sado conviria no futuro analisar com maior detalhe.

Por outro lado, e como ficou dito acima, os dados da Arrábida não podem de momento, e à falta de trabalhos de caracterização detalhada dos sítios ocupados neste período, relacionar-se de forma imediata com a área do Baixo Sado, não podendo assim evocar-se para preencher a lacuna verificada na área sadina.

Já no que diz respeito à génese e desenvolvimento da Idade do Ferro, e apesar das limitações do registo arqueológico antes comentadas, o manancial de dados ainda assim disponível para as etapas iniciais da Idade do Ferro pôde já ser articulado num faseamento regional (Silva 2005) que propõe um modelo histórico, a meu ver particularmente coerente e ilustrativo, para analisar as importantes transformações ocorridas no Baixo Sado durante este período.

Este modelo assenta em três grandes fases sucessivas. A primeira, correspondente ao que se designou como uma etapa de *primeiros contactos* (*idem*: 751-3), estaria atestada no território em análise pelos níveis fundacionais de Setúbal, detectados particularmente na Travessa dos Apóstolos. Ali, nos estratos correspondentes à designada fase I, registou-se uma forte predominância da cerâmica manual de tradição local, que representa 84,3% do conjunto total, que convive com as primeiras produções a torno, sejam elas de produção local/regional ou importadas, entre as quais se destaca, além da cerâmica comum e da cinzenta, a presença de ânforas e, residualmente, de cerâmica de engobe vermelho (Soares / Silva 1986: 96-7).

As características deste estrato fundacional de Setúbal revestem-no, a meu ver, de um particular significado que importa discutir. Em primeiro lugar, e como bem salientam os autores da intervenção na Travessa dos Apóstolos, o ambiente cultural que pode inferir-se deste horizonte apresenta rasgos indiscutivelmente indígenas (*idem*: 96), o que significaria que a fundação deste núcleo resulta de uma iniciativa das comunidades locais do Baixo Sado, iniciativa essa que, à luz da presença das primeiras produções a torno, pelo menos parte das quais importadas, se enquadraria já numa etapa de transição caracterizada pelos contactos com grupos exógenos, de matriz oriental.

Ora a Colina de Santa Maria ofereceria na Antiguidade, além de umas condições portuárias naturais particularmente propícias, uma situação estratégica privilegiada, controlando a barra do Sado que constituiria já então, ao que tudo indica, o principal acesso ao estuário daquele rio (Arruda 1999-2000: 64). A fundação deste enclave por parte dos grupos indígenas num momento em que a frequência desse estuário por embarcações de origem forânea parece mais que provável, poderá bem responder a uma intenção de controlar o acesso destas, afirmando assim o efectivo controlo dos grupos locais, provavelmente sediados em Alcácer, sobre o território, o que poderia constituir um indício de estruturação territorial que os dados disponíveis não permitem ainda caracterizar de forma detalhada.

Datar estes primeiros contactos e o processo de transformação que parecem ter desencadeado não é, por outro lado, tarefa fácil, sendo escassos os elementos de juízo para enquadrar cronologicamente esta fase de transição na medida em que o estrato fundacional de Setúbal, o único horizonte disponível claramente representativo desta etapa, oferece, como já se assinalou (Arruda 1999-2000: 96), notórias dificuldades de datação.

No entanto, e à luz dos elementos de ponderação oferecidos por contextos posteriores e da sua articulação num processo diacrónico de considerável coerência, tem-se vindo a situar esta fase de *primeiros contactos* entre os finais do século VIII e os inícios/primeira metade do VII a.n.e. (Arruda 1999-2000: 97; Silva 2005: 764), cronologia que, apesar de ainda um tanto imprecisa, me parece per-

feitamente adequada, ajustando-se tanto ao que sabemos do processo histórico posterior como ao panorama disponível para outras zonas, em particular o Estuário do Tejo, em relação ao qual se dispõe de elementos de juízo mais fiáveis (Arruda 2005a; Arruda et al. 2017a, com bibliografia).

Todas estas inferências, apesar do seu inegável interesse, baseiam-se, como ficou dito, num corpo de evidências ainda reduzido, e necessitam portanto de ser problematizadas e confrontadas com novos dados. Até lá pouco mais poderemos afirmar sobre este período de transição, ou de *primeiros contactos*, sendo difícil asseverar como se terão estabelecido e desenvolvido as relações iniciais entre os grupos locais e os recém-chegados grupos de filiação oriental.

Independentemente desta incerteza sobre os moldes iniciais do processo de interacção cultural – que está longe, de resto, de ser apanágio exclusivo do território sadino – o que parece certo é que a estes primeiros contactos sucedeu uma fase de consolidação que C. Tavares da Silva caracteriza como de *fixação territorial* (Silva 2005: 753-5), sendo a principal característica desta etapa, na perspectiva deste investigador, a fundação *ex novo* do enclave oriental de Abul A, antes comentado.

É certo que a presença de um enclave de matriz exógena constitui uma particularidade do Baixo Sado que, no actual território português, só encontra um possível paralelo na fundação de Santa Olaia, no Baixo Mondego (Rocha 1971; Pereira 1996; 1997; 2009; 2012; Arruda 1999-2000: 227-240); no entanto, e como noutro lugar tive oportunidade de assinalar (Gomes 2012: 47), não me parece que a responsabilidade do forte influxo oriental registado na região do Baixo Sado possa assacar-se exclusivamente a uma pequena instalação com a natureza de Abul A. A presença oriental na região parece ser de resto, como ficou dito, anterior à fundação deste enclave, que terá constituído, mais do que o motor desta situação de interacção e transformação, o resultado de um processo já em curso.

Julgo assim que este processo de fixação territorial poderá ter um alcance mais amplo, incluindo porventura a fixação de contingentes humanos de origem oriental no seio do próprio povoado de Alcácer do Sal (*ibidem*); a instalação de “bairros comerciais” no contexto de núcleos autóctones constitui uma estratégia bem conhecida no âmbito da expansão colonial fenícia (Aubet 2012), tendo-se proposto igualmente a existência de uma solução deste tipo para explicar o forte influxo oriental nalguns núcleos do Baixo Guadalquivir (Escacena Carrasco 2001), pelo que não parece descabido propor, ainda que com todas as reservas decorrentes da escassa documentação disponível, que uma estratégia deste tipo tenha marcado o início da fixação de populações orientais no Sado, configurando «... *un espacio colonial fenicio por excelencia...*» (Arruda 1999-2000: 97). Veremos a seu tempo como esta hipótese pode ter certas implicações para a leitura da necrópole do OSM, objecto último desta análise.

Nesta perspectiva a fundação de Abul A, que independentemente de outras considerações não pode entender-se senão no contexto de umas relações estáveis entre as populações locais – que parecem exercer, como vimos, um domínio efectivo sobre o seu território –, e os grupos orientais que com elas interagem, constituiria um patamar adicional no desenvolvimento e no enquadramento territorial dessas relações, mediante a criação de um espaço com uma forte componente religiosa e, por conseguinte, dotado de uma neutralidade, de uma liminalidade tutelada pela(s) divindade(s) que poderá ter favorecido não necessariamente a criação, mas antes a formalização e estabilização de laços políticos, sociais e comerciais entre os vários intervenientes.

A fase final deste processo, designada como de *consolidação das formações sociais do Ferro Orientalizante* (Silva 2005: 755-763), pode documentar-se tanto nas sequências estratigráficas de Alcácer como de Setúbal. Tanto num sítio como no outro documentaram-se, com efeito, níveis datáveis entre finais do século VII e os inícios do VI a.n.e. onde a natureza da cultura material denuncia uma profunda transformação, com a generalização da cerâmica produzida a torno – reduzindo-se a cerâmica manual a 11,5% no início da fase III de Alcácer (Silva et al. 1980-1: 172) e a 23,9% na fase II da Travessa dos Apóstolos (Soares/ Silva 1986: 96), redução que se acentuará nos momentos subsequentes – e a forte presença de classes e espécies vasculares orientais ou de notória influência oriental (Silva 2005: 756).

É também este o período em que se documentam as primeiras estruturas de planta ortogonal detectadas em Alcácer, enquadráveis na já mencionada Fase III, denotando a presença de técnicas construtivas possivelmente também de influência oriental, incluindo o uso de adobes nos alçados das estruturas e da argila vermelha na execução de pavimentos e de rebocos murais (Silva et al. 1980-1: 163 e fig. 5; Silva 2005: 757).

Num outro registo, cabe atribuir a esta fase de consolidação o início da utilização da área do OSM como espaço funerário (cf. Arruda 1999-2000: 81), podendo situar-se os mais antigos contextos sepulcrais ali documentados na segunda metade do século VII a.n.e., como se verá; mais adiante, ao discutir o faseamento da necrópole sugerido pelos materiais que tive oportunidade de analisar, procurarei igualmente aferir os motivos da criação deste espaço funerário e o seu significado histórico, pelo que me abstenho para já de formular quaisquer comentários adicionais.

A ausência de estratos atribuíveis à fase de transição – ou de *primeiros contactos* – na sequência documentada no Castelo de Alcácer do Sal tem levado a sugerir que a primeira ocupação sidérica do sítio teria resultado não de uma evolução *in situ* mas de um processo de reocupação após um hiato, processo esse protagonizado por populações orientais ou por grupos já plenamente orientalizados (Silva 2005: 760).

Pessoalmente, julgo que a área escavada aquando da intervenção do MAEDS, pela sua reduzida dimensão, pode não espelhar fielmente a sequência de ocupação da totalidade do povoado, não sendo de todo impossível que outras áreas do sítio tenham permanecido ocupadas durante as etapas finais da Idade do Bronze e de transição para a Idade do Ferro. Se não existem elementos positivos e directos para aferir dessa continuidade, tudo o que antes se disse sobre o processo histórico ocorrido durante essas fases e a sua aparente coerência interna sugeririam a existência de um pólo articulador da região durante esses momentos, que tanto quanto me é dado observar só poderá corresponder a Alcácer do Sal, pólo onde porventura haveria que buscar também, como já sugeri, as primeiras evidências de fixação de grupos orientais no Baixo Sado.

Talvez o abandono desta zona resulte de uma reorganização do povoado em função de um crescente interesse em ocupar a zona ribeirinha, ou inclusivamente da transladação de uma parte da população para o recém-fundado povoado de Setúbal; em todo o caso, só a publicação circunstanciada das intervenções entretanto realizadas na área urbana e, sobretudo, a realização de novos trabalhos de fundo poderão confirmar ou negar a existência deste aparente hiato que, contudo, me parece algo improvável.

Um outro dado possivelmente relacionável com esta conjuntura de consolidação diz respeito à ampliação e reestruturação do edifício de Abul A, ocorrida justamente na passagem para o último quartel do século VII a.n.e.. Trata-se porventura do reflexo de um processo de interacção entre os grupos orientais e as comunidades locais em plena intensificação, e bem assim da importância deste edifício para uma formação social emergente em que a componente oriental joga um papel de grande relevo, sendo cada vez mais inextricável da componente cultural de matriz local.

O século VI a.n.e., menos bem documentado na região do que a centúria anterior, parece corresponder ao momento culminante deste processo de “orientalização”. Se é certo que Abul A é abandonado logo no final do primeiro quartel deste século, os dados provenientes tanto de Setúbal como de Alcácer do Sal demonstram, pelo menos do ponto de vista da cultura material, uma assimilação muito marcada e generalizada de técnicas e modelos de matriz oriental ou, se se preferir, “orientalizante”.

Os dados da Rua do Rato demonstram, por outro lado, a manutenção de contactos importantes com o Mediterrâneo, geridos neste caso por um provável santuário portuário ou ribeirinho (Arruda *et al.* 2021; cf. tb. Arruda 2014; Gomes 2012: 100-3) que bem poderá ter herdado parte das atribuições de Abul A, o que denotaria uma crescente integração das comunidades do Baixo Sado, definitivamente agregadas nesta nova etapa em Alcácer do Sal.

A importância, pelo menos simbólica, da área de Abul não parece contudo ter-se perdido, como demonstraria a edificação do santuário de Abul B, desta feita uma estrutura de natureza ao que tudo indica puramente cultural (Mayet / Silva 2000: 228-9; 2001).

Finalmente, para concluir esta resenha necessariamente sumária da evolução do quadro histórico e territorial da necrópole do OSM, importa discutir os parcos mas significativos dados actualmente disponíveis sobre a II Idade do Ferro na área do Baixo Sado. Nesta fase Alcácer manteve-se indiscutivelmente como o principal núcleo agregador da região, estatuto que manteria de resto tanto durante a Época Romana (Faria 2002) como já na Idade Média (Pereira 2000).

Se a sequência obtida pela equipa do MAEDS na área oriental da cerca do Castelo permitia já inferir uma ocupação continuada durante a segunda metade do I milénio a.n.e. com uma matriz cultural de cunho marcadamente mediterrâneo, materializada na chamada Fase IV (Silva *et al.* 1980-1: 210-1),

os dados sobre este horizonte cronológico provenientes das escavações do Convento de Nossa Senhora de Araceli parecem confirmar essa continuidade cultural.

Naquela zona pode com efeito documentar-se uma malha urbana datável da Idade do Ferro, sem que possam no estado actual de publicação desta intervenção destrinçar-se as distintas fases de ocupação que se sabe terem sido documentadas (Paixão 2001: 155-7). No seio dessa malha, parece ter-se podido individualizar um santuário de características urbanas, do qual se deu já a conhecer com considerável detalhe uma interessante colecção de dezanove ex votos de bronze antropomórficos, figurando orantes/ofertantes e guerreiros, e zoomórficos, incluindo representações de bovídeos, equídeos e um canídeo, a que se somam três prováveis ex votos anatómicos (um braço, uma perna e um pé), bem como alguns outros materiais, nomeadamente terracotas helenísticas, ponderais e um *thymiaterion* (Gomes 2008).

A autora do estudo destas peças atribuiu-lhes uma cronologia de finais do século V ou inícios do IV a.n.e. (*idem*: 20), datação que, por extensão, poderia provisoriamente situar o próprio conjunto religioso. Tive já contudo oportunidade de assinalar que esta cronologia poderá ser excessivamente alta, na medida em que o conjunto de ex votos já publicado conta com paralelos próximos entre as peças provenientes de santuários Ibéricos do Levante e da Alta Andaluzia, estudados entre outros por G. Nicolini (1969) e L. Prados Torreira (1992), cuja cronologia parece centrar-se preferencialmente nos séculos IV e III a.n.e., cronologia que propus poder estender-se também às peças de Alcácer (Gomes 2012: 106), sem que isso invalide a possibilidade de uma utilização mais dilatada no tempo do santuário que só o estudo e publicação dos restantes materiais, que ao que julgo saber se encontra actualmente em curso, poderá comprovar ou negar.

Outros importantes dados respeitantes à importância, prosperidade e à própria matriz cultural de Alcácer do Sal durante a II Idade do Ferro provêm da necrópole do OSM, pelo que adiante serão comentados com detalhe; pode, não obstante, assinalar-se que é provavelmente neste período que se inaugura um segundo espaço funerário em Alcácer, a necrópole de S. Francisco, situada a Norte da colina do Castelo.

As intervenções ali realizadas sob a direcção de J. C. Faria permanecem inéditas, no entanto as poucas referências *en passant* de que dispomos sugerem que este conjunto funerário se teria inaugurado durante a II Idade do Ferro, permanecendo em uso ao longo das fases Romana Republicana e Imperial (Faria 2002: 63-4); o início da sua utilização pode, por outro lado, balizar-se num momento que recua pelo menos já à primeira metade do século IV a.n.e., a julgar pela menção à presença de cerâmicas áticas (Paixão 2001: 160).

Segundo as informações que me foram transmitidas pela Dr.^a Marisol Ferreira, arqueóloga municipal de Alcácer do Sal, diversas outras intervenções realizadas na área do Centro Histórico e actualmente em estudo permitiram também documentar horizontes de ocupação da II Idade do Ferro, pelo que parece lícito esperar que os próximos anos tragam à luz novos dados que permitam completar este panorama ainda tão lacunar.

Também a este período se reportam os achados ocasionais de estatuetas metálicas em pelo menos dois pontos do *hinterland* de Alcácer do Sal, concretamente o já mencionado orante da Horta de Cima (Vasconcellos 1895: 79-80; Gomes 2001: 130), em tudo idêntico aos seus congéneres exumados no santuário do Castelo, e o touro da Herdade de Côrte Pereiro (Gomes 1986), possíveis indícios da presença de santuários rurais ou, pelo menos, de um povoamento disperso na órbita de Alcácer do Sal.

Também em Setúbal a continuidade da ocupação da II Idade do Ferro parece bem documentada, tendo-se registado estratos enquadráveis na segunda metade do I milénio a.n.e. tanto na sondagem da Travessa dos Apóstolos – a chamada Fase III – como na intervenção da Rua Francisco Augusto Flamingo (Silva *et al.* 2014: 168) cuja cultura material demonstra claras similitudes com a de Alcácer do Sal (Soares / Silva 1986: 100).

Finalmente haveria a referenciar as até ao momento relativamente isoladas ocupações da II Idade do Ferro documentadas na Arrábida (Serrão 1964; Silva / Soares 2012; Pimenta *et al.* 2019) cuja relação com a área do Baixo Sado não se pode ainda precisar, e que de alguma forma encerram o panorama disponível para a Idade do Ferro nesta região. A integração de toda esta área na esfera Romana, ocorrida com toda a probabilidade nos meados ou no terceiro quartel do século II a.n.e. (Silva/ Soares 1973; Silva *et al.* 1980-1: 213; Silva / Soares 2012: 82-5; Gomes/ Alves 2017; Gomes 2017a; Soares *et al.* 2019b), excede já largamente os limites deste apartado, merecendo por si mesma uma discussão ampla e aprofundada.

2

OS PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO (1874 – 2016)

2. OS PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO (1874 – 2016)

« ... “Olival do Senhor dos Mártires” – deliciosa chapada verde salpicada de árvores seculares, onde os poentes maravilhosos de Alcácer evocam paisagens magrebínas, andaluzas e provençais... »

(Correia 1972 [1928]: 169-170)

Apesar do seu estatuto de sítio de referência para o estudo das práticas funerárias da Idade do Ferro no Ocidente Peninsular, ou talvez precisamente devido a esse estatuto, o OSM conheceu desde a sua descoberta, ocorrida ainda no século XIX, uma complexa e irregular trajetória de investigação cuja análise contribui de forma decisiva para explicar as importantes lacunas e dificuldades de leitura do registo arqueológico que têm marcado a discussão sobre o sítio.

Nesse sentido, e embora a história da investigação sobre esta necrópole tenha sido já exposta em diversas ocasiões (Paixão 1970: 25-42; Rouillard et al. 1988-9: 46-50; Fabião 1998a: 350-1; Gomes 2015a), julgo indispensável voltar a abordá-la aqui de forma sistemática, na medida em que permite, por um lado, introduzir as linhas gerais da discussão vigente em torno da necrópole e que necessariamente guiaram a minha própria abordagem e, por outro, explicitar a origem dos importantes condicionalismos subjacentes ao estudo que adiante desenvolverei.

Poderíamos começar por recordar, como antecedente remoto da recuperação da memória deste importante conjunto funerário, a curiosa identificação de restos humanos exumados aquando da construção da ermida do Senhor dos Mártires promovida por D. Garcia Peres, mestre da Ordem de Santiago, na primeira metade do século XIV como pertencendo a mártires cristãos, tendo estes sido reverentemente depositados na ermida onde, tudo indica, ainda se conservam (Correia 1972 [1925a]: 151-2).

Este episódio tem contudo um valor essencialmente anedótico, e será só no século XIX, num momento em que a disciplina arqueológica se encontrava já em plena gestação, que o significado e importância do sítio serão definitivamente reconhecidos. A terraplanagem de uma zona do terreno para a abertura de uma eira em 1874 resultou no achado de um importante conjunto artefactual rapidamente dado a conhecer por J. Possidónio Narciso da Silva, presidente da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes* e que, segundo este erudito, incluía espadas, fíbulas, “vasos lacrimatórios”, lucernas e moedas, além de quatro vasos áticos utilizados como urnas cinerárias (Silva 1875). Também S. Estácio da Veiga dará conta destes achados, publicando nas suas *Antiguidades Monumentaes do Algarve* uma breve mas interessante resenha dos materiais então exumados (Veiga 2005 [1891]: 266-273).

O impacto da descoberta nos meios científicos nacionais e internacionais da época foi muito significativo, tendo gerado particular interesse a presença do mencionado conjunto de vasos gregos que constituía, à época, o achado mais ocidental de recipientes deste tipo (cf. Pereira 1962: 4-9). A exploração sistemática do terreno e a realização de trabalhos arqueológicos controlados foram, contudo, inviabilizadas nesse momento pelo incumprimento das obrigações assumidas pelo Estado no processo de aquisição dos materiais achados em 1874, facto que causou um litígio com o proprietário do terreno, impedindo qualquer acção adicional de reconhecimento sistemático (Fabião 1998a: 350-351).

Existem, contudo, notícias do aparecimento de novos materiais em 1894-5, fruto desta feita da abertura de valas para o plantio de uma vinha. Esses materiais, que terão ingressado no então recentemente constituído Museu Municipal de Alcácer do Sal (Baptista 1896), parecem contudo ser quase exclusivamente de cronologia romana, podendo conectar-se com a existência de uma área de necrópole de época alto-imperial contígua e parcialmente sobreposta ao espaço funerário sidérico (Paixão 1970: 92; 1979; 1981).

Apesar desta precoce descoberta e do interesse suscitado pelos materiais exumados no OSM, só em 1925, cinquenta anos volvidos sobre a descoberta do sítio, se realizariam os primeiros trabalhos arqueológicos sistemáticos, dirigidos pelo Professor Vergílio Correia (Correia 1972 [1925a]; 1972 [1925b]; 1972 [1925c]; 1972 [1928]; 1972 [1930]). A primeira campanha do Professor de Coimbra realizou-se entre Fevereiro e Abril de 1925, tendo os resultados sido sumariamente apresentados nesse mesmo ano (Correia 1972 [1925a]).

Esta primeira fase dos trabalhos terá correspondido, nas suas palavras, “...às sondagens preliminares realizadas, aqui, ali, na vasta área do «Olival do Senhor dos Mártires»...” (Correia 1928: 170), e permitiu confirmar a existência de uma necrópole de incineração, “[s]alvo raras, *quási inexplicáveis excepções...*” (Correia 1972 [1925a]: 155), predominantemente (mas, ao que parece, não exclusivamente) pré-romana. A existência de diversos níveis de enterramentos, posteriormente confirmada, parece também ter-se tornado aparente logo nestes primeiros trabalhos (Correia 1972 [1928]: 169).

As escavações arqueológicas foram retomadas no Outono desse mesmo ano, tendo-se ainda realizado novas campanhas nas Primaveras dos anos de 1926 e 1927 (Correia 1972 [1928]: 170), que abrangeram uma área difícil de aferir, mas indiscutivelmente vasta. V. Correia cita, por alto, a existência de uma centena de sepulturas por si escavadas. Tenho, contudo, razões para crer que o número de conjuntos funerários intervencionados por este investigador terá sido algo superior, na medida em que existem no Museu Nacional de Arqueologia materiais atribuídos a sepulturas cuja numeração ultrapassa claramente essa cifra, sendo a numeração mais elevada a da Sepultura 163. Assim, e assumindo que as sepulturas foram numeradas sequencialmente, o que parece ter sido o caso, poderá presumir-se que o Professor da Universidade de Coimbra terá, afinal, escavado mais de centena e meia de conjuntos funerários.

Por outro lado, nos sumários mas ilustrativos trabalhos publicados por V. Correia registam-se alguns dados relevantes sobre a topografia da necrópole que importaria aqui reter. Deve, em primeiro lugar, sublinhar-se que as sondagens preliminares realizadas por aquele investigador permitiram confirmar a existência de níveis conservados sob a área afectada pelos trabalhos de 1874 (Correia 1972 [1925a]: 156). Pôde, assim, documentar-se que “[h]ouve *naquela zona duas camadas de enterramentos*” (Correia 1972 [1928]: 171), bem como o facto, muito significativo, de que “*precisamente só nessa [zona] existiram dois andares de sepulturas*” (*ibidem*).

Outro contributo fundamental deste investigador para o conhecimento do sítio e da sua sequência de utilização consistiu na documentação e tipificação de quatro tipos distintos de deposição funerária (*idem*: 172), que adiante terei oportunidade de discutir detalhadamente, e com respeito aos quais nos legou alguns dados relativos quer aos espólios que neles se documentaram quer à sua posição topográfica e estratigráfica, dados esses que infelizmente estão longe de ser tão claros quanto desejaríamos.

Com efeito, a reorientação dos interesses do Professor Vergílio Correia que, logo a partir de 1929, centrará a sua atenção em Conímbriga, onde desenvolverá importantes trabalhos durante as décadas seguintes (Correia 1945; cf. tb. Fabião 2011: 174), bem como a sua morte prematura, ditaram que o grosso dos dados e dos materiais que recolheu na necrópole do OSM permanecesse inédito.

As informações contidas nas suas publicações, quer referentes aos trabalhos de campo (Correia 1972 [1925a]; 1972 [1928]) quer a categorias artefactuais concretas (Correia 1972 [1925b]; 1972 [1925c]; 1972 [1930]), embora se tenham tornado um dos principais referentes para a análise do sítio, são muito incompletas e lacunares, facto que, apesar da inegável lucidez e competência de V. Correia, está na origem de muitos dos problemas de leitura e interpretação da necrópole que ainda hoje perduram.

Nas décadas seguintes, e finalizada esta importante primeira etapa de trabalhos de campo sistemáticos, os principais contributos para o conhecimento do sítio prenderam-se, sobretudo, com o estudo e publicação de alguns dos materiais exumados quer no século XIX quer nas campanhas de Vergílio Correia, nomeadamente por M^a. de L. Costa Arthur (1951), que dá a conhecer a colecção pessoal do Professor Francisco Gentil, então proprietário dos terrenos onde se localiza a necrópole, por M^a. H. da Rocha Pereira (1962), que realiza um primeiro estudo de conjunto sobre a cerâmica grega, por F. de Almeida e O. da Veiga Ferreira (1962), que procedem ao estudo de alguns fechos de cinturão, por M.^a A. de Ascensão e Brito (1968), que dedica uma tese de licenciatura aos espólios metálicos da necrópole –

injustamente esquecida na história da investigação sobre o OSM³ –, e sobretudo por W. Schüle (1969), que procede a uma primeira publicação e sistematização do espólio da necrópole, com especial ênfase nesse mesmo material metálico.

Este último estudo, ao permitir uma primeira abordagem tipológica de fundo de um vasto conjunto de materiais exumados na necrópole, constitui um importante contributo para o enquadramento crono-cultural do sítio. A ausência de contextos de muitos dos materiais estudados, bem como as imprecisões detectadas na atribuição contextual de outros (Fabião 1998a: 360), condicionaram contudo o seu efectivo alcance e repercussão.

Igualmente no final dos anos '60 o OSM será, por outro lado, objecto de novos trabalhos arqueológicos, desta feita sob a direcção de A. Cavaleiro Paixão (Figuras 9 e 10). Os resultados das escavações então realizadas foram objecto de um estudo sistemático e aprofundado na Tese de Licenciatura daquele investigador (Paixão 1970), que constitui um marco indelével na história da investigação sobre o sítio. Aí se dá conta da escavação de sete sepulturas escavadas na rocha de base (*idem*: 78-88), não se tendo documentado, contudo, a mesma variedade de tipologias sepulcrais registada por V. Correia, pelo que estes novos trabalhos, que possibilitam uma caracterização mais precisa de alguns tipos sepulcrais (cf. *infra*), não permitem por outro lado dilucidar algumas das questões sobre a sequência global da necrópole.

Pode também assinalar-se que a classificação da necrópole como Monumento Nacional data igualmente desta época, tendo-se concretizado pelo Decreto n.º 251/70 do Ministério da Educação Nacional.

A. C. Paixão retomará, já no final dos anos '70 e nos inícios dos '80, as escavações sistemáticas na necrópole, bem como na contígua necrópole alto-imperial da Azinhaga do Senhor dos Mártires (ASM) (Paixão 1979; 1981). Infelizmente, os resultados dessas novas intervenções permanecem, em grande medida, inéditos, excepção feita à publicação de uma nota sobre a sepultura designada 22/80 (Paixão 1983), nota essa onde contudo se publica uma planta da área intervencionada (Figura 11), na qual se podem identificar, com maior ou menor segurança, outras vinte e sete sepulturas que terão sido objecto de escavação neste período. Destas, e aparte a já mencionada Sepultura 22/80, conhece-se apenas a planta de pormenor de uma outra, a Sepultura 3/80, publicada com um brevíssimo comentário numa nota sobre a Alcácer do Sal Proto-Histórica (Paixão 2001: Fig. 4).

Verifica-se, contudo, e mais uma vez, a ausência de algumas das tipologias sepulcrais estabelecidas por V. Correia (cf. *infra*), o que poderá relacionar-se com a observação do Professor da Universidade de Coimbra, acima mencionada, de que a existência de dois níveis de sepultura estaria confinada à zona parcialmente destruída em 1874 (Correia 1972 [1928]: 171).

Por outro lado, e igualmente a partir dos primeiros anos da década de '80, iniciou-se um processo de estudo, infelizmente sempre muito selectivo, dos espólios exumados tanto nas campanhas antigas como nas mais recentes, que resultou na publicação de um conjunto significativo de trabalhos que progressivamente foram dando a conhecer, ainda que de forma parcial, alguns aspectos do extenso repertório material que caracteriza a necrópole que aqui nos ocupa.

Assim, dispomos de estudos bastante desenvolvidos sobre as fíbulas (Ponte 1985; 2006) e, sobretudo, sobre a cerâmica grega (Rouillard *et al.* 1988-9), para além da publicação pontual de alguns exemplares cerâmicos (Frankenstein 1997: 321-333) ou da reapreciação tipológica dos elementos de armamento (Quesada Sanz 1997).

Mais recentemente, a investigação sobre o sítio procurou realizar uma ordenação e sistematização mais abrangente dos dados disponíveis sobre a necrópole, abundantes mas desconexos e frequentemente desprovidos de contexto, tentando inferir as relações entre as distintas tipologias sepulcrais e, conseqüentemente, reconstruir a sequência de utilização da necrópole.

Esses trabalhos, com destaque para os de C. Fabião (1998a: 350-369), M. Torres Ortiz (1999: 114-5) e A. M. Arruda (1999-2000: 72-86; 2004a), permitiram estabelecer hipóteses coerentes de ordenação da diversificada realidade sepulcral e artefactual do OSM, mas depararam-se, também eles, com as

3. Agradeço à Professora Raquel Vilaça por me ter chamado a atenção para a existência deste trabalho, e por me ter facilitado a consulta do exemplar do mesmo preservado na biblioteca do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra.

Figura 9 – Aspecto da área do OSM durante a campanha de 1968 (segundo Paixão 1970).

Figura 10 – Planta da área escavada na campanha de 1968 (segundo Paixão 1970, adaptado).

Figura 11 – Planta da área escavada nas campanhas dos anos '80 (segundo Paixão 1983).

extensas lacunas na informação disponível, pelo que a discussão sobre estas questões, fundamentais para uma correcta valorização histórica da necrópole, permaneceu até certo ponto em aberto.

É necessário reconhecer, chegado a este ponto do historial da investigação sobre o OSM, que muitas das lacunas a que me venho persistentemente referindo não poderão já ser supridas da forma que seria desejável. Entre contextos que foram exumados de forma não controlada e outros que, tendo sido objecto de intervenções metódicas e científicas, nos são hoje quase integralmente desconhecidos devido à perda efectiva ou pelo menos à inacessibilidade do registo de campo, as possibilidades de restituir de forma completa a documentação deste importante conjunto funerário é, no mínimo, remota.

Restam-nos, no entanto, e aparte uma informação publicada que nos fornece alguns pontos de partida, os próprios materiais, repartidos por distintas colecções – a do Museu Nacional de Arqueologia, a do Museu Didáctico do Instituto de Arqueologia de Coimbra, a do Museu Municipal Pedro Nunes de Alcácer do Sal e a da Direcção Regional de Cultura do Alentejo (Figura 12) – que reflectem a atribulada história que antes procurei traçar.

A única via de aceder a um conhecimento mais sólido sobre o OSM passa, assim, pelo estudo integral e integrado desses materiais; só através da valorização das poucas coordenadas contextuais que ainda preservam mas, sobretudo, mediante o desenvolvimento de uma análise tipológica comparativa, se poderá ainda estabelecer um quadro global de referência para escorar o estudo de aspectos tão fundamentais como a seriação e ordenação cronológica das diversas tipologias sepulcrais, indispensáveis para chegar a níveis de análise mais aprofundados, como aquele que me propus abordar neste trabalho.

Figura 12 – Distribuição dos materiais do OSM analisados por colecções museológicas/ institucionais.

Dedicarei por isso as próximas páginas ao estudo circunstanciado desta importante e numerosa documentação material, mantendo em mente as restrições de partida que se podem inferir do panorama antes traçado e que adiante terei oportunidade de comentar. Só posteriormente, e uma vez estabelecidos os parâmetros crono-tipológicos da cultura material móvel, abordarei a questão das diferentes arquitecturas e rituais funerários, procurando cruzar dados e oferecer uma leitura de conjunto.

A CULTURA MATERIAL DA
NECRÓPOLE DO OLIVAL DO
SENHOR DOS MÁRTIRES

3.

A CULTURA MATERIAL DA NECRÓPOLE
DO OLIVAL DO SENHOR DOS MÁRTIRES

*“When old age shall this generation waste,
Thou shalt remain, in midst of other woe”*

John Keats, ‘Ode on a Grecian Urn’ (1819)

3.1. Os materiais cerâmicos

3.1.1. Metodologia de análise do conjunto cerâmico

Antes de entrar no estudo propriamente dito do rico espólio cerâmico exumado no OSM no decurso dos distintos episódios de escavação que ali tiveram lugar caberia tecer algumas breves considerações sobre a metodologia utilizada na análise do material que o compõe. Desde logo, caberia salientar que essa análise se baseou numa observação macroscópica das peças, com todas as limitações que tal acarreta, devendo os resultados adiante apresentados considerar-se um ponto de partida para estudos futuros, munidos de meios analíticos mais sofisticados que permitam uma caracterização mais fina do material em apreço.

Em todo o caso, essa análise permitiu, numa primeira instância, repartir o conjunto cerâmico do OSM pela maior parte das grandes categorias cerâmicas características da Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular, incluindo cerâmicas manuais, comuns de pastas oxidantes, pintadas, cinzentas, de engobe vermelho e áticas, além de um conjunto de peças de tipologia helenística que entendi diferenciar por razões que adiante se detalharão. Documentou-se também um núcleo significativo de elementos cerâmicos não-vasculares, incluindo cossoiros e terracotas figurativas, analisadas de acordo com critérios próprios.

Dentro de cada uma destas grandes categorias, os materiais estudados foram abordados, numa primeira instância, do ponto de vista técnico, tendo procurado estabelecer, sempre com base em análises macroscópicas, grupos de fabrico que se pretendem representativos da diversidade produtiva verificada no interior de cada uma dessas categorias. Para esse efeito tomei em consideração uma série de critérios, nomeadamente ao nível da estrutura física das pastas – natureza da matriz argilosa; quantidade, dimensões e natureza dos elementos não-plásticos nela contidos – e da cozedura a que foram submetidas – oxidante, redutora ou irregular – além das colorações resultantes destes dois factores.

Na definição de grupos de fabrico procurei, por outro lado, tomar em consideração o panorama produtivo definido noutros sítios estreitamente relacionados com o OSM, tendo nomeadamente levado em conta os grupos de fabrico estabelecidos para o material do Castelo de Alcácer do Sal (Silva *et al.* 1980-1) e para Abul A e B (Mayet/ Silva 2000; cf. tb. Schmitt 2000). Nalguns casos, nomeadamente o da cerâmica cinzenta, o panorama pré-existente ditou a adopção de terminologias previamente estabelecidas.

Do ponto de vista da quantificação, seguiram-se as normas estabelecidas pelos investigadores na Mesa Redonda de Monte Beauvray (Protocole Beauvray 1998), tendo o número mínimo de indivíduos sido estabelecido para cada caso em função da frequência dos elementos morfológicos mais abundantes dentro dos que caracterizam cada forma dada, o que na maioria das circunstâncias significa que essa quantificação foi obtida por contagem dos bordos documentados.

De resto, e de uma forma geral, os fundos, apesar de terem sido analisados, revelaram-se escassamente informativos, pelo que nas páginas que se seguem só serão tidos em consideração aqueles que, pela sua morfologia ou pela sua óbvia relação com uma forma determinada, oferecem algum dado relevante. Os restantes, geralmente fundos simples ou ligeiramente indicados, encontram-se recolhidos no inventário geral mas não serão analisados em profundidade.

Finalmente, e do ponto de vista do estabelecimento do ordenamento tipológico do material, tomei em consideração as principais tipologias de referência disponíveis para cada categoria cerâmica, que oportunamente elencarei, tendo contudo concluído que, salvo no caso da cerâmica ática – por razões óbvias –, essas tipologias não permitiam enquadrar de forma sistemática a totalidade do conjunto analisado, pelo que se verificou a necessidade de estabelecer tabelas tipológicas próprias.

O estabelecimento dessas tabelas encarou-se num sentido eminentemente pragmático, pelo que os critérios específicos para definir Grupos, Formas e Variantes pode variar de caso para caso, tendo contudo procurado explicitar esses critérios caso a caso. As tipologias assim elaboradas seguem, não obstante, um critério expositivo mais ou menos uniforme, recolhendo-se primeiro as formas abertas ou semi-abertas e em seguida as formas fechadas; dentro de umas e outras, a sequência das formas estabeleceu-se em função da sua complexidade morfológica, iniciando-se com os tipos geometricamente mais simples e avançando para os mais compósitos.

Este esquema geral foi, por outro lado, matizado, nalgumas instâncias, por considerações de ordem evolutiva, valorizando-se sempre que possível os laços filogenéticos entre formas, mas também de ordem funcional, tendo procurado estabelecer grupos formais no seio dos quais se englobem formas cuja funcionalidade pareça, *a priori*, relativamente similar – p. ex., urnas, unguentários, lucernas, etc..

Em face de todos estes critérios, mas também inegavelmente das diferentes tradições oleiras específicas de cada categoria cerâmica, os quadros tipológicos estabelecidos para cada um dos subconjuntos abaixo resenhados não tem necessariamente correlação directa entre si. Não obstante, entendo que o estabelecimento de tipologias parciais diferenciadas por categoria cerâmica se adequa melhor à diversidade do registo cerâmico do OSM do que uma tentativa de estabelecer uma tipologia geral.

3.1.2. Cerâmica Manual

3.1.2.1. Definição e quantificação

As cerâmicas modeladas manualmente ou, possivelmente, com o recurso, sempre difícil de detectar, ao torno lento constituem, no OSM, um conjunto francamente reduzido, numericamente pouco expressivo e formalmente pouco diversificado. Pude documentar apenas 13 indivíduos (=NMI) englobáveis nesta categoria produtiva; a cerâmica manual representa, assim, uns meros 2% da amostra cerâmica total da necrópole, o que naturalmente resultará tanto de razões de ordem cronológica como de ordem cultural.

3.1.2.2. Fabricos e aspectos técnicos de produção

O conjunto da cerâmica manual e/ou ao torno lento do OSM apresenta características produtivas relativamente homogéneas, que permitem enquadrar a totalidade das peças documentadas num único grupo de fabrico, caracterizado por pastas pouco depuradas, apresentando elementos não plásticos frequentes, de pequenas, médias e, frequentemente, de grandes dimensões, entre os quais predominam as inclusões típicas e relativamente indiferenciadas das produções locais/regionais, como as areias quartzíticas, as plagioclases, os ocasionais elementos carbonatados e calcites, a par, em alguns exemplares, de nódulos vermelhos, porventura de óxido de Ferro.

Apesar desta relativa homogeneidade, nota-se uma certa diversidade ao nível das tonalidades da pasta – entre as tonalidades cor-de-laranja ou castanhas avermelhadas e os tons cinzentos acastanhados

ou mesmo cinzentos-escuros – o que indicia que estes recipientes terão sido realizados recorrendo a métodos simples que não permitiam o controlo do ambiente de cocção, o que resulta em cozeduras muito irregulares. Por outro lado, não se pode excluir que esta diversidade se deva também a factores pós-deposicionais, como a exposição ao fogo no decurso das cremações ou a deposição em ambientes ricos em cinzas e carvões.

Do ponto de vista dos acabamentos, caberia também assinalar que, ainda que a maioria das peças apresente superfícies toscas sem nenhum tratamento particular (nove exemplares), se documentam também outras que foram objecto de acabamentos mais cuidados, apresentando superfícies polidas (dois exemplares), espatuladas (um exemplar) ou cobertas por uma aguada avermelhada (um exemplar). A incidência destes tratamentos nas diversas formas documentadas, que adiante se comentará, pode apreciar-se na Figura 13.

Figura 13 – Acabamentos das cerâmicas manuais do OSM por formas.

3.1.2.3. Tipologia e cronologia

Como já tive oportunidade de referir, o repertório formal da cerâmica manual e/ou a torno lento do OSM é relativamente reduzido e monótono, pelo que não me parece pertinente criar para esta categoria cerâmica um ordenamento tipológico semelhante ao que adiante procurarei estabelecer para outras categorias cerâmicas que, estando mais bem representadas tanto do ponto de vista quantitativo como do ponto de vista da diversidade formal, justificam, de algum modo, o estabelecimento de tipologias próprias.

Assim, no caso da cerâmica manual, limitar-me-ei a comentar individualmente cada um dos grupos formais genéricos que se encontram representados na necrópole, procurando estabelecer confrontos com os principais repertórios de cerâmica manual disponíveis para a Idade do Ferro regional (Ruiz Mata 1995; Oliveira 2006; Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2008).

Tigela de bordo extroverso (Est. I, n.1)

O único recipiente de tendência marcadamente aberta deste conjunto corresponde a uma taça, muito incompleta mas aparentemente em calote de esfera, dotada de um bordo extroverso em ponta. O diâmetro desta tigela é de 10,8cm.

A superfície desta peça foi objecto de um polimento relativamente cuidado. Este recipiente distingue-se ainda, no conjunto da cerâmica manual da necrópole, pelo facto de constituir o único exemplar ostentando decoração de ornatos brunidos formando retícula, realizada, neste caso, na superfície externa da peça.

Formalmente este recipiente conta com precedentes nos repertórios cerâmicos do Bronze Final do Sul do actual território português, podendo aproximar-se dos Tipos IA e/ou IIIA do Castro dos Ratinhos (Berrocal-Rangel/ Silva 2010: 286-290). Esta forma, que se recolhe no repertório da cerâmica manual do Castelo de Castro Marim como Tipo 9C (Oliveira 2006: 48), parece perdurar ao longo da maior parte da Idade do Ferro, como atesta a sua presença nas Fases III, IV e V do sítio algarvio (*idem*).

Quanto à decoração de ornatos brunidos, constitui, como é sabido, um elemento muito característico do Bronze Final do Sudoeste Peninsular (Serrão 1958; 1961; 1970; Cardoso 1995; 1996; Torres Ortiz 2002; Soares 2005; Osório 2014), sendo a sua aplicação no exterior das peças particularmente característica da região da Baixa Estremadura, como bem demonstram os expressivos materiais da Lapa do Fumo, em Sesimbra, cujo estudo permitiu pela primeira vez valorizar cronológica e culturalmente esta modalidade decorativa (Serrão 1958; 1961; 1970; Cardoso 1995; 1996). A presença deste motivo decorativo na peça em apreço poderia indicar uma relativa antiguidade, enquadrando esta peça num momento precoce do uso da necrópole, quiçá na segunda metade do século VII a.n.e., ainda que como é sabido este tipo de decoração perdure no tempo, aplicando-se já sobre produções a torno, nomeadamente cinzentas (Vallejo Sánchez 1999a).

Pequenos recipientes “à chardon” (Est. I, nn.2-4)

No OSM documentam-se três recipientes de morfologia acampanada que, embora reproduzindo o modelo clássico dos chamados vasos “à chardon” típicos dos ambientes funerários da I Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular, se diferenciam daqueles pelas suas pequenas dimensões, podendo considerar-se como versões miniaturizadas daquele tipo de recipiente.

Dois destes recipientes caracterizam-se por possuírem porções inferiores em calote de esfera ou ligeiramente troncocónicas separadas do colo, alto e de paredes côncavas extroversas, por uma linha de carena bem marcada; o fundo do exemplar melhor conservado é plano e não indicado. Estas peças apresentam diâmetros de 10,2 e 10,5cm, contando a mais bem conservada com um diâmetro de fundo de 4cm e uma altura total de 12,4cm. O recipiente 2 apresenta uma superfície cuidadosamente polida, ao passo que a peça 3 apresenta superfícies mais toscas.

O terceiro vaso, já anteriormente publicado (Frankenstein 1997: Lám. 60), apresenta uma porção inferior de tendência piriforme e um colo desproporcionalmente alto e estreito separado daquele por uma inflexão bem marcada, não se conservando o bordo; apresenta um fundo plano e não indicado. O diâmetro de bordo estimado deste recipiente não ultrapassaria os 6,8cm, ao passo que o seu diâmetro de fundo, muito reduzido, é de 1,8cm; a sua altura conservada é de 15,5cm. Esta peça apresenta um cuidadoso acabamento, apresentando na superfície marcas de espatulamento.

Os dois primeiros recipientes referidos podem integrar-se no Tipo 1.2 da cerâmica manual da necrópole de Medellín, que imitam, também eles, os vasos “à chardon” propriamente ditos, e cuja cronologia se centra entre meados do século VII e as primeiras décadas do VI a.n.e. (Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2008: 740-1). Pode ainda assinalar-se que estes recipientes reproduzem fielmente a configuração dos vasos “à chardon” do Tipo 1 e 2 de Medellín, ambos datados no terceiro quartel do século VII a.n.e. (Torres Ortiz 2008a: 661-2), e que correspondem, por seu turno, aos tipos E.II.D e E.II.H. de D. Ruiz Mata (1995), cujo desenvolvimento recobriria a segunda metade do século VIII e todo o VII a.n.e..

O recipiente 2 aproxima-se ainda de uma peça exumada no Castelo de Castro Marim, em contextos da Fase IV, o que apontaria para uma cronologia já no século VI a.n.e. (Oliveira 2006: Fig. 26).

Os vasos “à chardon” de produção manual têm-se vindo igualmente a documentar em ambientes funerários na área oriental do interior baixo-alentejano, podendo citar-se como paralelo para as peças em análise um exemplar igualmente de pequenas dimensões exumado na necrópole do Monte do Bolor 1-2 (Soares *et al.* 2017: Fig. 23, n. 8).

Quanto ao terceiro recipiente, não pude encontrar paralelos para a sua peculiar morfologia, ainda que considere que deve ter-se produzido em paralelo com as peças antes comentadas ou, talvez, num momento ligeiramente posterior. Assim, e em conjunto, estes três recipientes devem recobrir uma cronologia centrada na segunda metade do século VII e, talvez, nas primeiras décadas do VI a.n.e..

Púcaros de uma só asa – “cooking pots” (Est. I, nn. 5-9)

A forma mais bem representada no repertório da cerâmica manual do OSM corresponde a pequenos recipientes de tendência piriforme ou vagamente globular dotados de uma só asa, que apresentam bordos simples extroversos e fundos planos, não indicados. Este tipo encontra-se representado por cinco recipientes, que perfazem 35,7% da amostra total da cerâmica manual. Estas peças apresentam diâmetros de bordo entre os 6,3 e os 8,7cm, diâmetros de fundo entre os 3,3 e os 5,4cm e alturas entre os 7,5 e os 11,4cm.

Este grupo formal pode assimilar-se ao Tipo 2.1 da cerâmica manual da necrópole de Medellín, com uma ampla cronologia, entre os finais do século VII e os inícios do V a.n.e. (Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2008: 739-740), ou ainda ao Tipo 3 da cerâmica manual do Castelo de Castro Marim, documentada neste sítio pelo menos entre os finais do século VII e o século V a.n.e. (Oliveira 2006).

Recipientes deste tipo produzidos sem recurso ao torno de oleiro documentam-se ainda na Azougada, em Moura (Antunes 2010: Forma IX), e na Herdade da Sapatoa, no Redondo (Mataloto 2004), em ambientes que recobrem grosso modo as cronologias já citadas. A presença de exemplares deste tipo, igualmente produzidos manualmente, em El Castañuelo (Jiménez Ávila 2009), em Cancho Roano (Celestino Pérez 1996: Figs. 43 e 49) e em La Mata (Rodríguez Díaz 2004: Ct-186) demonstra a sua perduração até momentos relativamente tardios. Esta forma encontra-se ainda bem representada entre as produções a torno do próprio OSM (*cf. infra*).

Considerando os paralelos antes aduzidos, os recipientes em apreço deverão datar-se algures entre o final do século VII e o século V ou mesmo os inícios do IV a.n.e..

Recipientes globulares (Est. II, nn.10-11)

Entre o conjunto da cerâmica manual do OSM documentam-se dois recipientes de tendência globular desprovidos de colo, dotados num caso de um bordo simples ligeiramente extroverso e no outro de um bordo espessado e arredondado. A primeira destas peças apresentava um elemento de preensão de natureza indeterminada, de que se conserva apenas o arranque. O segundo exemplar, em contrapartida, apresenta uma decoração composta por uma linha de ungulações abaixo do bordo enquadrada por uma linha horizontal incisa. Estas peças apresentam diâmetros de 12,6 e 16,1cm, respectivamente.

Estas peças, com claros precedentes no Bronze Final regional (Berrocal-Rangel/ Silva 2010: Tipo IV), podem aproximar-se da Forma G.II de D. Ruiz Mata (1995), datável do século VII a.n.e., dos Tipos 1.3 e 1.5 da cerâmica manual de Medellín, com cronologias entre a segunda metade do século VII e os inícios do século VI a.n.e. (Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2008: 737-9) ou ainda do Tipo 2 do Castelo de Castro Marim, presente ao longo de praticamente toda a diacronia sidérica do sítio (Oliveira 2006).

Estas peças encontram-se bem enquadradas nos repertórios do Baixo Sado, documentando-se recipientes análogos no Castelo de Alcácer, nos estratos do Bronze Final (Silva *et al.* 1980-1: Fig. 12), em Setúbal, durante a Fase III da Travessa dos Apóstolos (Soares/ Silva 1986: Fig.8), em Abul A, onde constituem a forma IIA do repertório da cerâmica manual, ao longo de todo o seu período de utilização

(Mayet/ Silva 2000: 60), sendo já residuais em Abul B (Mayet/ Silva 2001). A gramática decorativa do segundo recipiente encontra, por outro lado, um paralelo praticamente exacto no Castelo de Alcácer, numa peça proveniente de estratos da Fase IV (Silva *et al.* 1980-1: Fig. 17, n.162).

Outros paralelos para as peças deste tipo do OSM podem encontrar-se em Huelva, em estratos que recobrem um intervalo entre os finais do século VIII e os inícios do VI a.n.e. (Fernández Jurado 1988-9: Láms. IX, XVIII, XXIX, XXXIII; Rufete Tomico 2002: Lám. 6), em Carmona, onde se documentam exemplares do século VIII a.n.e. com decorações unguladas semelhantes às documentadas numa das peças em análise (Pellicer Catalán/ Amores Carredano 1985: Fig. 15), e no Cerro de la Cabeza de Santiponce (Domínguez de la Concha/ Cabrera Bonet/ Fernández Jurado 1988: Láms XLVI-XLVII), igualmente em ambientes bastante antigos, de inícios da Idade do Ferro. Esta forma parece ressurgir, contudo, em momentos mais tardios, como sugere a sua presença em Cancho Roano (Celestino Pérez/ Jiménez Ávila 1993: Fig. 69).

Com base nestas observações, parece-me lícito enquadrar os recipientes em apreço numa fase precoce da utilização da necrópole, centrada na segunda metade do século VII e na primeira metade do século VI a.n.e..

Pequeno recipiente globular (Est. II, n.12)

Entre o conjunto da cerâmica manual do OSM documentou-se um pequeno recipiente tosca-mente modelado de morfologia globular dotado de um pequeno lábio vertical; esta peça apresenta um reduzido diâmetro de bordo, de apenas 3cm, e uma altura total de 5,4cm. O seu fundo é convexo e praticamente indiferenciado do corpo da peça.

A morfologia deste recipiente não é de todo frequente nos repertórios da cerâmica manual do Sudoeste Peninsular, embora conte com paralelos relativamente próximos em La Mata de Campanario (Rodríguez Díaz 2004: Figs. Ct-2, Ct-51, Ct-78, Ct-144, Ct-162), podendo ainda aproximar-se, com maiores reservas, dos chamados copos da Forma 10 do Castelo de Castro Marim, característica da Fase V daquele povoado (Oliveira 2006: 48). Considerados estes escassos elementos de juízo, a peça do OSM poderia datar-se, provisoriamente, num momento avançado da diacronia do sítio, possivelmente no século IV a.n.e..

Jarro de bordo trilobado (Est. II, n.13)

O último recipiente de produção manual do OSM corresponde a um jarro de corpo piriforme tendendo para o bitroncocónico, dotado de bordo trilobado e de uma única asa sobrelevada, que apresenta ainda um ressalto bem marcado à altura do colo. Esta peça apresenta um diâmetro de bordo de 5,7cm, um diâmetro de fundo igualmente de 5,7cm e uma altura de 13,1cm. A sua superfície apresenta vestígios de uma aguada de tonalidade avermelhada.

Não pude documentar paralelos exactos para recipientes deste tipo nos repertórios de cerâmica manual, cabendo porventura relacioná-lo com os recipientes de bordo trilobado de produção a torno que adiante se recolhem na Forma VII.6 da cerâmica comum do OSM. A cronologia deste recipiente, sendo difícil de estabelecer com segurança, poderia ser tardia, enquadrando-se, como os seus congéneres a torno, no século III a.n.e. (cf. *infra*).

Estampa 1 – Cerâmica Manual - Tigela, Vasilhos “à chardon” e Púcaros

10

11

12

13

14

15

Estampa 2 – Cerâmica Manual - Recipientes Globulares, Pequeno Recipiente, Oinochoe e asas

3.1.3. Cerâmica Comum

3.1.3.1. Definição e quantificação

As produções comuns a torno do OSM constituem um grupo numeroso e heterogéneo. Ao analisá-las deparei-me com distintas dificuldades e limitações que importa, desde já, assinalar na medida em que condicionam todas as considerações que se seguem. Em primeiro lugar, haveria a sublinhar a ausência de dados contextuais seguros para a vasta maioria dos materiais estudados, problema constante no estudo do conjunto artefactual do OSM e que limita a sua leitura sequencial e diacrónica, levantando por outro lado o problema da cronologia do conjunto.

Como adiante procurarei evidenciar, certas formas apresentam uma notável estabilidade e perduração, não apenas ao longo de toda a diacronia sidérica representada na necrópole, mas também já em plena Época Romana, período em que a ocupação da área do Senhor dos Mártires se encontra perfeitamente atestada por outras evidências de datação mais fiável (Paixão 1979; 1981; Gomes 2013b; Pereira 2013: 20-26; Viegas 2014; Gomes/Alves 2017; Gomes 2017a).

Caberia assim assinalar desde já que o inventário e a quantificação aqui apresentados deverão considerar-se, até certo ponto, inflacionados pela inclusão de peças de putativa cronologia romana tipologicamente indiferenciáveis das suas antecessoras da Idade do Ferro; esta dificuldade é particularmente notória com respeito a determinadas formas, facto que será oportunamente comentado.

Esta incerta adscrição crono-cultural é, por outro lado, agravada pelo acentuado estado de fragmentação de uma parte importante do espólio estudado, em claro contraste com outros materiais perfeitamente preservados – seguramente provenientes de contextos sepulcrais mais ou menos selados –, o que dificulta a sua correcta restituição morfológica e, conseqüentemente, a sua inserção no quadro tipológico aqui estabelecido.

A presença de peças inteiras ou, pelo menos, muito bem preservadas, que se poderia considerar *a priori* uma vantagem, levanta contudo outros problemas, na medida em que o seu estudo revela a existência de detalhes morfológicos significativamente diversos dentro de grupos tipológicos concretos, o que implicou a sua divisão em formas e, sobretudo, variantes diferenciadas. Se a tipologia resultante pode considerar-se – creio – mais rica e matizada, o certo é que outras peças, incompletas e fragmentadas, pertencentes aos mesmos grupos tipológicos, não puderam ser distribuídas satisfatoriamente pelas citadas formas e variantes.

Tendo em mente estas considerações preliminares e as opções que acima se expuseram, pude inventariar um conjunto de 343 indivíduos (=NMI) pertencentes a esta categoria cerâmica, o que corresponde a 51,7% do total da amostra cerâmica do OSM, fazendo das produções comuns, como seria de esperar, a categoria cerâmica mais bem representada neste conjunto.

3.1.3.2. Fabricos e aspectos técnicos de produção

Do ponto de vista técnico o conjunto da cerâmica comum do OSM apresenta características relativamente heterogéneas, que parecem de resto expectáveis considerada a ampla diacronia que recobre, durante a qual certamente se terão verificado alterações não apenas nos gostos e nos modelos formais, mas também nas próprias argilas utilizadas e no seu tratamento. Apesar dessa heterogeneidade, pude dividir o conjunto analisado em cinco grandes grupos de fabrico que passarei a descrever (Figura 14).

O Grupo 1 corresponde a peças com pastas de matriz aparentemente não calcária cozidas em ambiente oxidante, resultando em colorações entre o castanho claro alaranjado e o castanho avermelhado, predominando contudo as pastas de tonalidade cor-de-laranja viva. Dentro deste grupo documentam-se tanto pastas relativamente pouco depuradas, com elementos não-plásticos abundantes, de pequenas e ocasionalmente médias dimensões, como pastas bastante finas e bem depuradas, com relativamente poucos elementos não-plásticos de muito pequenas a pequenas dimensões; não considerei que esta diferença justificasse a sua divisão em dois fabricos distintos, na medida em que as inclusões registadas

Figura 14 – Distribuição da cerâmica comum do OSM por Grupos de Fabrico.

numas e noutras pastas são absolutamente idênticas – predominando as calcites, as areias quartzíticas e as micas brancas, a que se somam ocasionalmente nódulos vermelhos, possivelmente óxidos de ferro, e cristais de quartzo de maiores dimensões – variando apenas na sua concentração e calibre.

Este grupo de fabrico contabiliza um total de 156 NMI, o que corresponde a quase metade (45,9%) do conjunto total, sendo portanto o fabrico maioritário. As suas características permitem, de resto, pensar que se trata de um fabrico de produção local/regional. Torna-se difícil correlacioná-lo com os grupos de fabrico definidos para outros sítios do Baixo Sado, ainda que se possa considerá-lo, porventura, como uma subdivisão dentro da variedade A definida para a cerâmica comum do Castelo de Alcácer do Sal (Silva *et al.* 1980-1: 187), aproximando-se também dos Grupos A, C e G definidos por análise petrográfica para os materiais de Abul, e que em conjunto recobrem a maioria dos materiais cerâmicos deste sítio (Schmitt 2000: 267).

O Grupo de Fabrico 2, por seu turno, engloba peças cujas pastas, de matriz não calcária, apresentam um escasso grau de depuração que lhes confere um aspecto mais grosseiro e por vezes mesmo tosco; as peças deste grupo foram maioritariamente objecto de cozeduras irregulares, possivelmente com arrefecimento em ambiente rico em dióxido de carbono, resultando em pastas castanhas escuras a negras acastanhadas, predominando as tonalidades castanhas acinzentadas. Os elementos não-plásticos são, regra geral, frequentes ou mesmo muito frequentes, de pequenas e médias dimensões, registando-se ocasionalmente inclusões de maior dimensão; entre esses elementos predominam novamente as inclusões de calcário/calcite, as micas brancas e as plagioclases, registando-se mais raramente os nódulos de óxido de ferro e os cristais de quartzo já atestados no fabrico anterior.

Este segundo grupo produtivo soma um total de 86 indivíduos, perfazendo assim 25,3% do conjunto total. Tudo indica que se tratará de um fabrico local/regional, bem adaptado para certas funções, como se constata pela sua elevada incidência em formas fechadas, de tipo pote/urna, que em contextos domésticos facilmente se interpretariam como cerâmicas de uso culinário. Parece, por outro lado, legítimo assimilar este grupo de peças à variedade B definida para o material do Castelo de Alcácer do Sal (Silva *et al.* 1980-1: 187) bem como ao Grupo D definido para os materiais cerâmicos de Abul (Schmitt 2000: 270-2).

O Grupo de Fabrico 3 corresponde a peças cujas pastas, geralmente finas e bastante bem depuradas, apresentam uma matriz possivelmente calcária, tendo sido submetidas a cozeduras oxidantes que resultaram em colorações entre o bege claro e o castanho amarelado claro, predominando as pastas beiges ou beiges alaranjadas. Os elementos não-plásticos são relativamente pouco frequentes e, regra geral, de muito pequenas a pequenas dimensões, predominando novamente as micas brancas e as inclusões de natureza calcária e quartzítica, a par das micas brancas.

Este grupo de fabrico, que soma um total de 63 indivíduos, representa um total de 18,5% do conjunto total. A origem das peças deste grupo não é fácil de estabelecer, na medida em que as características da pasta e as inclusões que apresenta não se podem considerar particularmente distintivas; como tal, embora não destoem das produções locais/regionais antes comentadas, caracterizadas também elas pela inclusão de elementos geológicos muito comuns e não discriminantes, não pode excluir-se que este grupo corresponda – pelo menos em parte – a peças produzidas em outros *ateliers*, sejam eles regionais ou mais distantes, não sendo impossível paralelizá-las com certas produções da área da Baía de Cádiz ou do Baixo Guadalquivir.

Com efeito, e ainda que o grupo de fabrico em apreço se possa considerar, como hipótese, uma subdivisão da variedade A definida para a cerâmica comum do Castelo de Alcácer do Sal (Silva et al. 1980-1: 187), parece também muito similar ao Grupo E estabelecido para o material de Abul A, que, com base na comparação com material do Castillo de Doña Blanca (Puerto de Santa María) que apresenta as mesmas características petrográficas, foi considerado como correspondendo a uma produção da Baía de Cádiz (Schmitt 2000: 272-3). Esta atribuição não me parece, contudo, totalmente demonstrada, ainda que algumas peças do conjunto em apreço possam porventura interpretar-se como oriundas daquela região.

O Grupo de Fabrico 4 parece corresponder, em contrapartida, com mais segurança, a uma produção da Baía de Cádiz, apresentando as características típicas dos produtos cerâmicos daquela área: pastas calcárias, brancas acinzentadas a beiges esbranquiçadas claras, finas mas porosas e de textura pulverulenta, com elementos não-plásticos pouco frequentes, de muito pequenas a pequenas dimensões, consistentes em areias quartzíticas e pequeníssimas lâminas de mica branca.

Este grupo é, quantitativamente, menos representativo, somando um total de 19 indivíduos, o que perfaz apenas 5,6% do conjunto total, podendo portanto considerar-se praticamente residual. Este grupo de fabrico não conta com paralelos claros no Castelo de Alcácer do Sal, podendo em contrapartida aproximar-se do Grupo F definido para Abul A, interpretado como correspondendo a produções do Castillo de Doña Blanca (*idem*: 275).

Finalmente, pude individualizar um pequeno conjunto de peças que reuni no Grupo de Fabrico 5. Este grupo relaciona-se estreitamente com o Grupo de Fabrico 1, diferenciando-se pelo facto de as pastas, aparentemente não calcárias, relativamente finas e bem depuradas, terem sido sujeitas a cozeduras alternantes, resultando em pastas com núcleos cinzentos ou castanhos acinzentados, e ocasionalmente mesmo violáceos, e margens cor-de-laranja vivas ou castanhas alaranjadas. Os elementos não-plásticos, em compensação, não se diferenciam dos das restantes produções locais/regionais comentadas, predominando as inclusões de calcário/calcite, as micas brancas, as areias quartzíticas e, ocasionalmente, os nódulos de óxido de ferro.

Este quinto grupo de fabrico soma um total de 18 indivíduos, perfazendo 5,3% do total do conjunto, parecendo corresponder novamente a uma produção minoritária, estritamente relacionada do ponto de vista produtivo, como já referi, com o(s) *atelier(s)* produtor(es) do Grupo de Fabrico 1. Tal como aquele, este grupo pode considerar-se uma subdivisão da variedade A da cerâmica comum do Castelo de Alcácer (Silva et al. 1980-1: 187); as cozeduras alternantes estão também representadas no Grupo D definido para o material de Abul que, contudo, apresenta características de granulometria e acabamento distintos dos do grupo que aqui me ocupa (Schmitt 2000: 270-2).

3.1.3.3. Tipologia e cronologia

Considerações prévias

Como já tive oportunidade de mencionar, o estudo da cerâmica comum do OSM levantou certos problemas relacionados, por um lado, com o estado de conservação dos materiais que, excepção feita a um conjunto relevante de peças completas, sem dúvida provenientes de contextos sepulcrais selados, apresentam um elevado estado de fragmentação e, por outro, com a falta de contextos fiáveis que permita esclarecer com segurança a cronologia e as lógicas evolutivas destes.

Grupo I Pratos e Taças	I.1	I.1.a I.1.b I.1.c I.1.d I.1.e I.1.f
	I.2	I.2.a I.2.b I.2.c I.2.d I.2.e I.2.f I.2.g
	I.3
	I.4
	I.5
Grupo II Taças carenadas	II.1
	II.2
	II.3
Grupo III Tulipiformes
Grupo IV Grandes Recipientes	IV.1
	IV.2
	IV.3
	IV.2
Grupo V Potes/urnas	V.1

Tabela 1 – Tipologia da cerâmica comum e pintada do OSM.

Grupo V - Potes/urnas	V.1.b
	V.1.c
	V.1.d
	V.2.a
	V.2.b
	V.2.c
	V.3
Grupo VI Urnas	VI.1

Tabela 1 – Tipologia da cerâmica comum e pintada do OSM (cont.).

Grupo VI - Urnas	VI.2
	VI.3
	VI.4
Grupo VII - Jarros	VII.1	VII.1.a VII.1.b
	VII.2	VII.2.a VII.2.b
	VII.3	VII.3.a VII.3.b
	VII.4
	VII.5
	VII.6

Tabela 1 – Tipologia da cerâmica comum e pintada do OSM (cont.).

Grupo VIII - Pequenos Potes	VIII.1	VIII.1.a	VIII.1.b
	VIII.2	VIII.2.a	VIII.2.b
	VIII.3
Grupo IX - Unguentários	IX.1
	IX.2
	IX.3
Grupo X - Lucernas
Grupo XI - Tampas	XI.1
	XI.2

Tabela 1 – Tipologia da cerâmica comum e pintada do OSM (cont.).

A falta de estudos sistemáticos sobre a cerâmica comum da Idade do Ferro no Sul de Portugal, que só recentemente começou a ser obviada com a publicação de alguns conjuntos de referência (Arruda/ Bargão/ Sousa 2005; Antunes 2010; Sousa 2009; Sousa/ Arruda 2011; Gomes/ Arruda 2013; Sousa 2014), constituiu também uma dificuldade importante, embora não incontornável.

Em contrapartida, a notável longevidade de certas formas, que surgindo durante a Idade do Ferro perduram ainda em Época Romana, quer republicana quer mesmo imperial, levantou problemas mais substantivos; apesar de ter confrontado o material do OSM com as principais tipologias de referência para a cerâmica comum romana do actual território português (Alarcão 1975; Nolen 1985; 1994; Pinto 2003; Dias 2014), o que permitiu excluir um número significativo de materiais que deverão no futuro estudar-se no âmbito de uma análise sistemática da necrópole romana do Senhor dos Mártires, em alguns casos a diferenciação de base meramente tipológica simplesmente não é possível.

Como já mencionei, o inventário aqui apresentado deve portanto considerar-se, em certa medida, inflacionado, ainda que tal não altere substancialmente o panorama geral que adiante traçarei.

Figura 15 – Distribuição da cerâmica comum do OSM por Formas e Grupos de Fabrico.

Com estas reservas em mente, pude ainda assim classificar tipologicamente 316 indivíduos (=NMI) cerâmicos pertencentes a esta categoria, organizando-os em onze grandes grupos tipológicos: I. Pratos/Tigelas II; Taças Carenadas; III. Tulipiformes; IV. Grandes Recipientes; V. Potes/Urnas; VI. Urnas; VII. Jarras, Garrafas e Jarros; VIII. Pequenos Potes; IX. Unguentários; X. Lucernas; XI. Tampas (Tabela 1; Figura 15). Por seu turno, estes grupos dividem-se num número bastante considerável de formas e de variantes, dependendo de uma série de factores de diferenciação que irei explicitando oportunamente. Devo, contudo, voltar a assinalar que uma parte do material se encontrava demasiado fragmentado, não podendo por isso distribuir-se de forma clara por essas formas e variantes, pelo que unicamente se associarão de maneira genérica a um dos grandes grupos já citados.

Grupo I – Pratos/Tigelas

Forma I.1 – Pratos (Est. III e IV)

Nesta forma recolhem-se peças abertas, pouco profundas, de paredes divergentes e por vezes quase sub-horizontais, que podem contudo apresentar dimensões algo distintas, com diâmetros distribuídos entre os 8 e os 29cm, sendo a média de 16,6cm. As peças deste grupo apresentam-se, infelizmente, muito fragmentadas, não sendo possível restituir a sua altura total nem apresentar quaisquer dados relativos ao seu desenvolvimento nem aos seus fundos; este facto é particularmente problemático na medida em que parte das peças recolhidas nesta forma poderiam também corresponder a pratos de peixe (cf. *infra*, Forma I.4).

Os bordos destas peças apresentam uma considerável variabilidade que permite dividir a amostra num conjunto de variantes – I.1.a – bordo simples; I.1.b – bordo em ponta; I.1.c – bordo biselado; I.1.d – bordo triangular; I.1.e – bordo sub-horizantal; I.1.f – bordo em aba – cujo significado cronológico não pode aferir-se.

Esta forma encontra-se representada por um total de 38 indivíduos, correspondendo a 11,1% do total do conjunto. As peças deste tipo distribuem-se por todos os grupos de fabrico antes definidos, sendo maioritários os exemplares dos Grupos 1 (20 NMI) e 3 (10 NMI), ao passo que os Grupos 2 (5 NMI), 4 (2 NMI) e 5 (2 NMI) são mais ou menos residuais.

Embora menos frequentes do que as tigelas (cf. *infra*), os pratos são uma forma recorrente na Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica, sendo contudo mais frequentes em produções de

engobe vermelho e pintadas. Ainda assim, parece redundante evocar aqui todos os paralelos possíveis para estas peças do OSM, podendo contudo assinalar-se que esta forma se atesta em Alcácer do Sal e em Setúbal desde inícios da Idade do Ferro (Fases III e II, respectivamente), ainda que apenas em produções de engobe vermelho (Silva *et al.* 1980-1: Fig.14; Soares/ Silva 1986: Fig. 7), documentando-se em produções pintadas a partir da Fase IV de Alcácer do Sal, englobável já na II Idade do Ferro (*idem*: Fig. 17), o que poderia sugerir uma progressiva substituição dos produtos de engobe vermelho pelos de produção comum e pintada numa fase avançada do I milénio a.n.e..

Esta situação parece encontrar paralelo em Lisboa, onde numa primeira fase, representada por exemplo pelos materiais do Claustro da Sé, datáveis sobretudo do século VI a.n.e., se registam unicamente pratos de engobe vermelho (Arruda 1999-2000: 114-127), enquanto que na Rua dos Correeiros, cuja ocupação se centra na II Idade do Ferro, os pratos de cerâmica comum se encontram bem atestados, constituindo o Grupo 3B de E. de Sousa (2014: 158-9).

Como já referi, não pode igualmente excluir-se – nem, infelizmente, demonstrar-se – que uma boa parte das peças recolhidas nesta forma correspondam, na realidade, a peças do tipo designado prato de peixe (cf. *infra*), correspondendo neste caso a peças englobáveis no grupo dos pratos de peixe derivados da evolução dos pratos de engobe vermelho de tipo fenício, dotados de bordo recto simples, cujo desenvolvimento, como adiante se verá a propósito de certos exemplares de engobe vermelho, se centra também na II Idade do Ferro, em particular nos séculos V-IV a.n.e. (v. Sousa 2019).

Forma I.2 – Tigelas (Est. IV e V)

Na Forma I.2 recolhem-se peças de morfologia simples, em calote de esfera, mais profundas que as englobadas na forma anterior. As suas dimensões são, também elas, algo variáveis, oscilando entre os 9,3 e os 25cm, sendo a média de 13,7cm. Os bordos permitem, à semelhança da Forma I.1, definir distintas variantes – I.2.a – bordo simples; I.2.b – bordo em ponta; I.2.c – bordo espessado; I.2.d – bordo ligeiramente reentrante; I.2.e – bordo reentrante; I.2.f – bordo extroverso; I.2.g – bordo moldurado – cujo significado cronológico não pode, uma vez mais, aferir-se. Preserva-se uma única peça bem conservada desta forma, de pequenas dimensões, que apresenta um fundo côncavo e bem assinalado com 4cm de diâmetro; a sua altura máxima é de 3,5cm, a que pode somar-se outra, utilizada como tampa de uma urna, e que será oportunamente comentada.

Esta forma encontra-se representada por 29 indivíduos, perfazendo 8,5% do conjunto total. O único indivíduo decorado desta forma, que apresenta aliás uma morfologia distintiva remanescente de certos pratos ou escudelas do Bronze Final (cf., por exemplo: Forma IC do Castro dos Ratinho, Berrocal-Rangel/ Silva 2010: 286; Tipo B.I de D. Ruiz Mata 1995: 269), apresenta um conjunto de linhas brunidas paralelas na superfície interna, uma das quais se divide em três tramos numa das extremidades, formando um motivo possivelmente vegetalista estilizado.

As peças desta morfologia repartem-se por todos os grupos de fabrico antes definidos, sendo contudo amplamente maioritárias as produções englobáveis no Grupo 1 (20 indivíduos), ao passo que os Grupos 3 (seis indivíduos) e, sobretudo, 2, 4 e 5 (um indivíduo cada), são minoritários ou mesmo residuais.

As tigelas em calote de esfera correspondem a uma das morfologias mais básicas do repertório cerâmico do I milénio a.n.e., documentando-se nos conjuntos de praticamente todos os sítios da Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular, pelo que não caberia aqui enunciar todos os paralelos possíveis para as peças do OSM. Esta forma apresenta além disso uma grande transversalidade cronológica, perdurando de resto em ambientes já plenamente romanizados, como indica o uso de peças deste tipo como tampas de urna na necrópole da Azinhaga do Senhor dos Mártires (Paixão 1979; 1981).

A ausência de contextos específicos para a generalidade destas peças impede qualquer apreciação sobre o eventual significado cronológico da sua relativa heterogeneidade, nomeadamente ao nível dos tipos de bordo, ainda que cumpra assinalar que a peça 67, com a sua peculiar morfologia e decoração, poderia considerar-se uma peça antiga, correlacionável como ficou dito com tradições oleiras do Bronze Final.

A utilização de uma peça grosso modo englobável nesta forma como tampa de uma urna com apêndices perfurados, tipologicamente enquadrável na II Idade do Ferro (cf. *infra*), demonstra a perduração deste tipo de recipientes, como seria de esperar, até momentos avançados da diacronia sidérica da necrópole.

Forma I.3 – Grande tigela de bordo espessado (Est. V, n.71)

Embora estreitamente relacionada com a forma anterior, a peça que tipifica a Forma I.3 diferencia-se daquela pelas suas grandes dimensões – 17,2cm de diâmetro – mas sobretudo pela peculiar morfologia do seu bordo, espessado internamente e de tendência triangular, assinalado externamente por uma depressão que lhe confere um aspecto vagamente carenado, configurando internamente um ressalto bem marcado. Este recipiente, que constitui caso isolado, perfazendo assim 0,3% do conjunto total, engloba-se no Grupo de Fabrico 1.

Esta tigela deve correlacionar-se, creio, com os exemplares de bordo oblíquo diferenciado característicos da I Idade do Ferro, muito abundantes por exemplo em Abul A, em particular em produções cinzentas, tendo-se recolhido os paralelos mais próximos da peça que aqui me ocupa na Forma II.C.3, presente entre os meados/terceiro quartel do VII e os inícios do século VI a.n.e., estando pelo contrário já ausente em Abul B (Mayet/ Silva 2000: 48 e Tableau 10). A variante de bordo mais desenvolvido encontra-se também documentada no Castelo de Alcácer do Sal, na Fase III (Silva et al. 1980-1: Fig. 14) e na própria necrópole do OSM, onde se encontra representada por um exemplar de cerâmica cinzenta (cf. *infra*).

Em outros contextos, pode assinalar-se a presença de peças não muito distintas em Huelva, em estratos de meados/terceiro quartel do século VI a.n.e. (Fernández Jurado 1988-9: Láms. LXXX e XCII; Rufete Tomico 2002: Lám. 16), e em Tejada la Vieja, possivelmente com a mesma cronologia (Fernández Jurado 1987: Est. XIV). Considerados todos estes paralelos, parece lícito situar esta forma entre os finais do século VII e os meados ou terceiro quartel do VI a.n.e..

Forma I.4 – Pratos de peixe (Est. V, nn.72-75)

Os exemplares de cerâmica comum sem decoração claramente identificáveis como pratos de peixe do OSM correspondem, na sua maioria, a fundos que apresentam o característico poço central distintivo desta forma cerâmica. O único exemplar bem preservado desta forma permite, contudo, entrever os rasgos gerais destas peças, que parecem apresentar paredes divergentes ligeiramente côncavas terminadas em bordos simples ou ligeiramente espessados; o poço central destas peças é profundo e apresenta-se separado do resto da peça por um ângulo bem marcado.

Como já tive oportunidade de comentar, esta forma deve considerar-se sub-representada dentro do conjunto da cerâmica comum, na medida em que os fragmentos desprovidos da secção correspondente à base dificilmente se podem diferenciar dos pratos *tout court*, como os que recolhi acima na Forma I.1. Face a esta circunstância, o conjunto que pode atribuir-se com segurança a esta forma reduz-se a quatro exemplares que perfazem 1,2% do conjunto total, distribuindo-se estes pelos Grupos de Fabrico 1 (três exemplares) e 5 (um exemplar).

A única peça deste tipo que preserve o perfil completo apresenta um diâmetro máximo de 22,2cm, uma altura de 4,2cm e um diâmetro de fundo de 3,6cm. Este fundo invulgarmente estreito permite pensar que esta peça corresponderia com mais propriedade a uma tampa do que a um prato; os diâmetros de fundo mais característicos destas peças oscilam entre os 6,9 e os 7,2cm. Caberia ainda assinalar a presença de um grafito cruciforme no fundo externo de um destes recipientes.

Os pratos de peixe do tipo em apreço correspondem a um modelo resultante da evolução do repertório formal dos pratos de engobe vermelho de tipo fenício, cujos bordos em aba tendem, ao longo do tempo, a alargar-se de forma progressiva, até ao ponto de se confundirem com a parede, deixando ao centro uma área útil cada vez mais restrita, que com o tempo dará origem ao poço central dos pratos de peixe (cf. Sousa 2019).

Esta forma cerâmica é muito frequente em todo o Sudoeste Peninsular a partir da transição da I para a II Idade do Ferro (*idem*), não cabendo aqui elencar todos os paralelos possíveis para os exemplares do OSM. A este propósito, remeto apenas para os comentários tecidos adiante a propósito de alguns exemplares de engobe vermelho próximos da tipologia em análise. Ainda assim, pode assinalar-se que esta forma parece surgir no decurso do século V a.n.e., tornando-se menos comum a partir do século IV a.n.e., quando se introduz um modelo paralelo de influência grega, dotado de bordo em pes-tana (cf. *infra*); esta forma persiste, contudo, praticamente até ao final da Idade do Ferro.

Forma I.5 – Prato de largo bordo sub-horizontal (Est. V, n.76)

A peça que tipifica a forma I.5 corresponde, claramente, a um modelo próprio das produções de engobe vermelho, embora seja, mesmo no contexto daquelas, um tipo bastante raro e escassamente documentado no território peninsular, podendo assinalar-se contudo a presença de um exemplar ostentando aquele tipo de revestimento na própria necrópole do OSM (cf. *infra*).

A peça em análise, contudo, não apresenta qualquer vestígio de engobe, embora apresente as superfícies cuidadosamente polidas e marcas de ter estado sujeita à acção do fogo. Este recipiente apresenta um diâmetro máximo de 16,2cm, com um bordo de 3,6cm de largura; apresenta uma ranhura no ângulo de ligação entre o bordo e o corpo, em calote de esfera, bem como uma série de pequenas ranhuras no início da superfície interna. Trata-se de uma produção englobável no Grupo de Fabrico 1.

Como adiante se detalhará a propósito da peça de engobe vermelho deste mesmo tipo exumada no OSM, os únicos paralelos mais ou menos exactos para esta peça provêm do Cerro de la Tortuga, em Málaga (Muñoz Gambero 2009: Fig. 142; cf. López Malax-Echeverría 1973), e de Mogador (Jodin 1966: 116), não oferecendo nenhum destes dois sítios cronologias precisas para este tipo de recipiente. O único outro possível exemplo da produção desta forma em cerâmica comum/pintada provém de um estrato de finais do século V a.n.e. do Cerro Macareno (Pellicer Catalán/ Escacena Carrasco/ Bendala Galán 1983: Fig.46), que contudo parece corresponder a uma versão tardia e muito simplificada desta forma.

Como se comentará mais adiante, peças não muito distantes da que aqui me ocupa, também elas cobertas com engobe vermelho, foram produzidas na olaria de La Pancha, próxima do Morro de Mezquitilla (Vélez-Málaga) entre os finais do século VII e o primeiro terço do VI a.n.e. (Martín Córdoba/ Ramírez Sánchez/ Recio Ruiz 2006), datas que podem hipoteticamente estender-se ao exemplar em apreço.

Grupo II – Taças carenadas

Forma II.1 – Taças carenadas (Est. VI, nn.77-79)

As taças carenadas de configuração mais simples que se recolhem na Forma II.1 correspondem a recipientes cuja porção inferior, em calote de esfera ou aproximadamente troncocónica, se encontra separada da porção superior, de paredes côncavas divergentes, por uma carena bem marcada; os bordos destas peças são extroversos, simples ou ligeiramente aplanados.

Documentam-se dois módulos, mais do que duas variantes, dentro desta forma: a variante ou módulo II.1.a corresponde a peças de pequeno tamanho, de que se preserva apenas um exemplar muito incompleto, ao passo que a variante ou módulo II.1.b corresponde a peças de grandes dimensões, com diâmetros entre os 18,3 e os 20,7cm. O único recipiente integralmente conservado, englobável nesta última variante, apresenta um fundo simples, ligeiramente côncavo, com um diâmetro de 4,6cm, e uma altura máxima de 6cm.

Os dois exemplares enquadráveis nesta forma, a que se somam fragmentos de carena de um outro recipiente, perfazem 0,6% do conjunto total. Os recipientes desta morfologia pertencem predominantemente ao Grupo de Fabrico 1 (um exemplar e fragmento de um segundo), documentando-se também um exemplar englobável no Grupo de Fabrico 5.

As taças carenadas do tipo que aqui me ocupa documentam-se abundantemente em contextos da Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular, sendo contudo mais frequentes, como adiante se verá, em produções cinzentas e de engobe vermelho. Como adiante se detalharão os paralelos das peças deste tipo englobáveis nessas categorias cerâmicas, abstenho-me por agora de enunciar todas as ocorrências desta forma que pude documentar, limitando-me a registar a sua presença nos ambientes geograficamente mais próximos.

Assim, peças análogas às que aqui me ocupam, mas com porções superiores menos desenvolvidas e cobertas de engobe vermelho, estão presentes em Abul A em estratos do último quartel do século VII a.n.e. (Mayet/ Silva 2000: Fig. 18), ao passo que outras, morfologicamente mais próximas e produzidas em cerâmica cinzenta, se recolheram em Abul B, em contextos de finais do século VI – século V a.n.e. (*idem*: Fig. 78).

No Tejo, esta forma encontra-se documentada sobretudo em peças de engobe vermelho, presentes no Claustro da Sé de Lisboa (Arruda 1999-2000: Fig. 66-7) e na Quinta do Almaraz (Barros/ Cardoso/ Sabrosa 1993: 178), enquanto que na Rua dos Correeiros se documentam outros exemplares, de produção cinzenta e comum oxidante, recolhidos no Grupo 2.A de E. de Sousa (2014: Figs. 167 e 171), dando-se também aqui a circunstância de estas taças se distribuírem por duas variantes ou módulos de tamanho diferenciado.

Com base nestes paralelos, e noutros que adiante se aduzirão para as peças cinzentas e de engobe vermelho, esta forma pode datar-se entre a segunda metade do século VII e os meados ou finais do século VI a.n.e., sendo particularmente abundantes os paralelos do século VI a.n.e., fase em que esta forma parece de resto incorporar-se no repertório da cerâmica de engobe vermelho local/regional (*cf. infra*).

Forma II.2 – Taça profunda de perfil moldurado (Est. VI, n.80)

A peça que tipifica a Forma II.2 corresponde a um recipiente de perfil composto, cujo terço inferior, de morfologia em calote de esfera, se encontra separado dos dois terços superiores, de tendência cilíndrica, por uma carena relativamente discreta; a porção superior do corpo, terminada num bordo extroverso ligeiramente estrangulado, apresenta uma configuração moldurada, com um ressalto médio bem marcado. Este recipiente apresenta um diâmetro máximo de 10cm e uma altura conservada de 5,5cm. Corresponde a uma produção englobável no Grupo de Fabrico 1.

Os melhores paralelos que pude documentar para esta peça são todos de origem local, documentando-se esta forma no próprio OSM, em produções cinzentas, bem como no Castelo de Alcácer do Sal, onde está representada por uma peça da Fase III (Silva *et al.* 1980-1: Fig. 14, n.53).

Esta forma é bastante invulgar nos conjuntos cerâmicos do Sudoeste Peninsular, estando ainda assim documentada entre as produções cinzentas da necrópole de Medellín (Lorrio 2008a: Forma B3). Peças morfologicamente próximas mas desprovidas da moldura que caracteriza a peça que aqui me ocupa foram também documentadas na Azougada, concretamente entre as produções de engobe cinzento daquele sítio (Antunes 2010: Fig. 100). Entre a cerâmica cinzenta de Conímbriga documentam-se peças similares mas com maior desenvolvimento em altura (Correia 1993a: Fig. 7, n.11), podendo finalmente citar-se um paralelo, mais distante, do Cerro Real, em Granada (Pellicer/ Schüle 1966: Fig. 7, n.22).

As peças documentadas nestes vários sítios provêm de contextos que podem enquadrar-se entre os finais do século VI e o século V a.n.e., cronologia que poderia considerar-se viável para o exemplar do OSM que aqui me ocupa, embora a presença de um recipiente análogo na Fase III do povoado possa fazer pensar numa cronologia inicial algo mais antiga.

Forma II.3 – Grandes recipientes carenados de tipo “lebrillo” (Est. VI, nn.81-84)

A Forma II.3 recolhe recipientes enquadáveis numa morfologia muito comum nas produções cerâmicas comuns da área baixo-andaluza e algarvia mas bastante rara nos repertórios da fachada ocidental peninsular. Corresponde a peças de perfil robusto com porção inferior de tendência hemisférica

separada da porção superior, de paredes côncavas e convergentes, por uma linha de carena bem acen-tuada; estas peças apresentam bordos triangulares sub-horizontais ou, mais frequentemente, bordos pendentes de tendência quadrangular.

Os exemplares do OSM apresentam diâmetros entre os 13 e os 16cm, sendo a média de 14,8cm. Documentaram-se quatro exemplares desta forma (1,2%), correspondentes a produções dos Grupos de Fabrico 1 (dois exemplares) e 5 (dois exemplares).

Estes recipientes podem paralelizar-se, como ficou dito, com uma forma muito característica da Baixa Andaluzia e do Algarve, conhecida na bibliografia espanhola como *lebrillo* (Ferrer Albelda/ García Fernández 2008: 208-211). Trata-se de uma forma muito corrente em ambientes da II Idade do Ferro, estando atestada em território português em sítios como Castro Marim (Gomes/ Arruda 2013: Forma 2.2), Faro (Arruda/ Bargão/ Sousa 2005; Sousa 2009), Monte Molião (Lagos) (Sousa/ Arruda 2011) ou o Cerro da Rocha Branca (Silves) (Gomes 1993: Fig. 14). Na fachada atlântica este tipo de recipiente é significativamente menos frequente, ainda que se atestem alguns exemplares próximos entre a cerâmica cinzenta da Rua dos Correeiros (Sousa 2014: Grupo 4B).

Os paralelos para estas peças na Baixa Andaluzia são abundantíssimos (Gomes/ Arruda 2013: 17, com bibliografia), pelo que me escuso aqui de os evocar de forma extensiva, limitando-me a assinalar que esta forma foi produzida em quantidade apreciável nos *ateliers* cerâmicos da Baía de Cádiz, estando atestada a sua produção nas olarias de Camposoto (Ramon Torres et al. 2007: 74-5 e figs. 147-8) e de Torre Alta (Sáez Romero 2008: 632 e ss.).

As peças deste tipo recobrem uma ampla cronologia, enquadrando-se os exemplares mais anti-gos ainda nos finais do século VI a.n.e., embora o apogeu desta forma se situe entre os séculos V e III a.n.e.; exemplares do mesmo tipo não são, por outro lado, incomuns em ambientes já de cronologia republicana.

Grupo III – Tulipiformes (Est. VI, nn.85-88)

As peças que se recolhem neste grupo, e que podem designar-se tentativamente como “tulipi-formes”, correspondem a recipientes relativamente altos e profundos, semi-fechados, com uma por-ção inferior em calote de esfera e uma porção superior de tendência cilíndrica, com paredes mais ou menos convergentes, terminada em bordos simples sub-verticais ou extroversos. Os recipientes deste tipo partilham uma configuração relativamente delicada, o que dita que se encontrem geralmente mui-to fragmentados, dificultando a sua identificação e a sua diferenciação de outros tipos formais.

Ainda assim, julgo ter podido identificar entre a cerâmica comum oxidante do OSM um conjunto de quatro recipientes englobáveis nesta forma (1,2% do conjunto total). Estas peças apresentam diâ-metros entre os 11,4 e os 16,5cm, sendo a média de 14,4cm; não se conservam quaisquer exemplares com-pletos que permitam aferir da sua altura e do tipo de fundo que apresentavam. Os exemplares desta forma repartem-se pelos Grupos de Fabrico 1 e 3, que somam dois exemplares cada.

O enquadramento crono-cultural das peças desta forma é muito difícil de estabelecer na medida em que, como ficou dito, se encontram muito fragmentadas, desconhecendo-se o tipo de desenvolvi-mento que apresentariam, o que dificulta a sua paralelização com exemplares de outros sítios.

Esta tipologia de recipiente parece, contudo, constituir um elemento característico da produção oleira do Ocidente Peninsular, encontrando os seus paralelos mais aproximados em peças de Abul B (Mayet/ Silva 2000: Fig. 72), de Lisboa, onde se documentam peças próximas das do OSM tanto com cozeduras oxidantes (Sousa 2014: Grupo 12A) como, sobretudo, redutoras (*idem*: Variante 4Aa), dos Moinhos da Atalaia (Amadora) (Pinto/ Parreira 1978) ou ainda de Santarém (Arruda 1999-2000: Fig. 147). Peças com morfologia paralelizável à das que aqui me ocupam documentam-se ainda na Azougada (Antunes 2010: nn.222-3).

Caberia ainda assinalar a provável relação destas peças com um amplo grupo de recipientes ca-lificiformes próprios de ambientes da II Idade do Ferro da Baixa Andaluzia e que se consideram próprios dos séculos III-II a.n.e. (Ferrer Albelda/ García Fernández 2008: 208); peças deste grupo registam-se con-tudo também nos séculos V-IV a.n.e., em sítios como Niebla (Belén Deamos/ Escacena Carrasco 1990:

Lám. XIX) ou Huelva (Rufete Tomico 2002: Lám. 39, n.5, Lám. 64). Um arranque deste grupo formal ainda no século VI a.n.e. parece, com efeito, estar documentado em Carmona, nas escavações do Palácio do Marquês de Saltillo, onde peças deste tipo surgem num estrato com material claramente enquadrável naquela centúria (Belén Deamos et al. 1997: Est. 19). A difusão deste grupo tipológico para o território português encontra-se bem atestada no Castelo de Castro Marim (Gomes/ Arruda 2013: Fig. 9).

Apesar dessa relação, cuja natureza e contornos permanecem por aclarar, as peças da fachada ocidental portuguesa, e em concreto as do OSM, deverão datar-se de uma fase mais recuada do que as suas congéneres meridionais, podendo situar-se num momento centrado entre finais do século VI e meados/finais do século V a.n.e..

Grupo IV – Grandes recipientes

Formas IV.1 e IV.2 – Grandes recipientes de tipologia indeterminada (Est. VI, nn.89-90)

As formas IV.1 e IV.2, representadas por um exemplar cada uma, correspondem a grandes recipientes de morfologia difícil de precisar, possivelmente globular ou piriforme e perfil em “S”, diferenciados ao nível dos tipos de bordos que apresentam – triangular no caso da Forma IV.1 e arredondado e espessado no da Forma IV.2. A peça que tipifica a Forma IV.1 apresenta um diâmetro máximo de 18cm e a que tipifica a Forma IV.2 apresenta um diâmetro máximo de 22,6cm. Correspondem ambas a produções englobáveis no Grupo de Fabrico 3.

Estas peças apresentam uma morfologia bastante indiferenciada, o que torna difícil o seu efectivo enquadramento crono-tipológico. Pode ainda assim citar-se a presença de um grande recipiente de bordo triangular, ainda que distinto do que aqui me ocupa, no Castelo de Alcácer do Sal, em estratos da Fase III (Silva et al. 1980-1: Fig. 14), bem como de outro, de bordo extroverso e espessado, já da Fase IV (*idem*: Fig. 17). Em Abul A e B documentam-se também grandes recipientes com morfologias de bordo muito distintas, alguns dos quais poderão aproximar-se das peças do OSM em apreço (Mayet/ Silva 2000).

Já no Baixo Tejo, caberia assinalar a presença de grandes recipientes, alguns morfologicamente similares aos que me ocupam, em Lisboa, no Claustro da Sé (Arruda 1999-2000: Fig. 80) e na Rua dos Correeiros (Sousa 2014: 161-2), revelando assim, uma vez mais, a diacronia relativamente lata deste tipo de recipientes. Grandes recipientes a torno paralelizáveis com os do OSM documentam-se também em contextos interiores, nomeadamente na Azougada (Antunes 2010: Fig. 157) e, em variantes algo distintas, na Herdade da Sapatoa (Mataloto 2004: Est. XVII).

Poderiam citar-se, neste contexto, múltiplos outros exemplos exumados em sítios do actual território espanhol que, contudo, não alteram substancialmente o panorama que pode traçar-se a partir dos paralelos já citados, que sugerem uma cronologia muito lata para as peças do OSM, enquadrável no mínimo entre os séculos VI e IV a.n.e..

Forma IV.3 – Grande recipiente cilíndrico de bordo sub-horizontal (Est. VI, n.91)

O recipiente que tipifica a Forma IV.3 caracteriza-se por apresentar um corpo volumoso de tendência cilíndrica, ligeiramente bombado, com uma linha de carena pouco assinalada que o separa de um colo muito ligeiramente estrangulado terminado num bordo em aba sub-horizontal de tendência marcadamente rectangular. Apresenta um diâmetro máximo de 25cm, e enquadra-se no Grupo de Fabrico 1.

Trata-se de uma forma pouco comum nos contextos sidéricos do Sudoeste peninsular, contando unicamente com possíveis paralelos em Huelva, em estratos dos inícios do século VI a.n.e. (Fernández Jurado 1988-9: Est. LXIV), em Vico (Sevilha), em níveis de finais do século VI e inícios do V a.n.e. (de la Bandera Romero/ Ferrer Albelda 2002: Fig. 11) e no Cerro Macareno, em contextos do final desta última centúria (Pellicer Catalán/ Escacena Carrasco/ Bendala Galán 1983: Fig. 46). Uma peça muito similar à que aqui me ocupa exumou-se, contudo, na necrópole Ibérica de El Tesorico, em Albacete, já em

contextos do século IV-III a.n.e. (Puch Ramírez *et al.* 1985: Fig. 55) A peça do OSM pode, assim, como hipótese, datar-se num momento centrado sem maiores precisões no século V a.n.e..

Forma IV.4 – *Kalathos* (Est. VI, n.92)

Os recipientes de tipo *kalathos* constituem um grupo morfológico muito característico do mundo Ibérico do Levante Peninsular e da Alta Andaluzia (Mata/ Bonet 1991: Grupo II, Tipo 7), área onde surge ainda durante os finais da Idade do Ferro, documentando-se a partir do século III a.n.e..

O único recipiente integrável neste tipo documentado no OSM encontra-se, infelizmente, muito mal conservado, preservando-se contudo um bordo em “T” muito característico dos recipientes deste tipo que permite tipificar com segurança a forma em apreço. O recipiente do OSM apresenta um diâmetro de 16cm, englobando-se no Grupo de Fabrico 3.

Apesar de se tratar, como ficou dito, de uma forma de clara tradição pré-romana, característica do mundo Ibérico do Levante e Sudeste Peninsular, área onde se desenvolve já a partir do século III a.n.e. (Mata/ Bonet 1991), estudos recentes vieram demonstrar que a sua difusão no Sudoeste Peninsular e, em particular, no Sul de Portugal se deve relacionar já com o contexto da conquista romana (Muccioli 2014; Sousa/ Arruda 2014); assim, e ainda que se recolha nesta tipologia, a peça em apreço deve relacionar-se já com a ocupação de Época Romana Republicana que se encontra bem atestada no OSM (Gomes/ Alves 2017; cf. *infra*).

Grupo V – Potes/Urnas

Forma V.1 – *Pote/Urna simples*

Na Forma V.1 engloba-se um conjunto heterogéneo de recipientes fechados de tendência globular ou piriforme, diferenciados, de acordo com os respectivos detalhes morfológicos, em quatro variantes distintas – V.1.a – potes/urnas simples, sem colo; V.1.b – potes/urnas de colo indicado; V.1.c – potes/urnas de colo cilíndrico; V.1.d – potes/urnas de bordo desenvolvido e divergente – cuja caracterização se ensaiará nas páginas seguintes.

Caberia, no entanto, e antes de entrar na análise diferenciada destas variantes, assinalar a presença de um pequeno conjunto de peças – num total de oito indivíduos – que, englobando-se seguramente na Forma V.1, não podem, devido ao seu estado de fragmentação, distribuir-se de forma satisfatória pelas variantes estabelecidas. Estes recipientes distribuem-se pelos Grupos de Fabrico 1 (quatro exemplares), 3 (dois exemplares), 2 e 4 (um exemplar cada).

Variante V.1.a – *Potes/urnas simples sem colo* (Est. VII)

Os recipientes recolhidos na variante V.1.a correspondem a peças fechadas de morfologia globular ou ligeiramente piriforme e perfil em “S” sem colo claramente diferenciado ou com um colo muito incipiente, terminado num bordo extroverso, simples ou espessado. As peças desta variante apresentam diâmetros entre os 9 e os 18,2cm, sendo a média de 12,8cm; os exemplares mais bem conservados apresentam fundos planos, com diâmetros entre os 3,2 e os 4,8cm, e alturas entre os 9,4 e os 15cm. Uma destas peças apresentava uma asa única de secção sub-rectangular nervurada.

Esta forma soma um total de 30 exemplares (8,7% do conjunto total), englobáveis predominantemente no Grupo de Fabrico 2 (21 exemplares), documentando-se também peças enquadráveis nos Grupos de Fabrico 1 (seis exemplares) e 3 (três exemplares).

Este tipo de recipiente, pela sua simplicidade formal, é muito comum e cronologicamente transversal. Caberia assinalar, no contexto geográfico mais próximo do OSM, a presença de peças similares no Castelo de Alcácer do Sal, tanto em estratos da Fase III como da Fase IV (Silva *et al.* 1980-1: Figs. 16 e 18),

em Abul A, em níveis do final do século VII a.n.e. (Mayet/ Silva 2000: Fig.35), e em Abul B, em contextos de finais do VI/ inícios do V a.n.e. (*idem*: Fig. 77).

Também no Estuário do Tejo se documentam peças de tipologia *grosso modo* análoga, nomeadamente em Lisboa, podendo citar-se exemplares do Claustro da Sé (Arruda 1999-2000: Fig. 68), do Castelo de São Jorge (Sousa/ Guerra 2018: Figs. 12, 13, 15 e 20) e da Rua dos Correeiros (Sousa 2014: Grupo 10A), no Cabeço Guião (Cartaxo) (Arruda *et al.* 2017b: Fig. 19) e na Alcáçova de Santarém (Sousa/ Arruda 2018: Fig. 16). No restante território nacional caberia ainda mencionar a presença de recipientes deste tipo em Castro Marim (Gomes/ Arruda 2013: Fig. 12) e na Herdade da Sapatoa, no Redondo (Mataloto 2004: Est. LVIII).

No território espanhol as peças do tipo que venho tratando são muito abundantes, documentando-se em Huelva, já desde o século VII mas, sobretudo, em níveis de meados do V a meados do IV a.n.e. (Fernández Jurado 1988-9: Lám. XIII; Rufete Tomico 2002: Láms. 33 e 59), em Tejada la Vieja, em contextos dos séculos VII-VI a.n.e. (Fernández Jurado 1987: Lám. II), em Niebla, em horizontes de início do século IV a.n.e. (Belén Deamos/ Escacena Carrasco 1990: Lám. XV), no Castillo de Doña Blanca, com cronologias do século V a.n.e. (Ruiz Mata/ Pérez Pérez 1995: Fig. 25), em Carmona, em níveis de finais do século V a.n.e. (Pellicer Catalán/ Amores Carredano 1985: Fig. 31), em Sevilha, em estratos datados entre os meados do século VII e os meados do VI a.n.e. (Campos/ Moreno/ Vera 1988: Fig. 34), em Vico (Sevilha), em níveis de meados do século IV a.n.e. (de la Bandera Romero/ Ferrer Albelda 2002: Est. XX) e no Cerro Macareno, com cronologias centradas no século V e primeira metade do IV a.n.e. (Pellicer Catalán/ Escacena Carrasco/ Bendala Galán 1983: Figs. 41 e 51).

A perduração desta forma até momentos relativamente tardios, do século V a inícios do IV a.n.e., encontra-se, além disso, demonstrada pela sua presença em Cancho Roano (Celestino Pérez 1996: Fig. 198) e em La Mata de Campanario (Rodríguez Díaz 2004: Ct-11, entre outras), respectivamente.

Não podem, por isso, estabelecer-se balizas cronológicas estritas para as peças deste tipo do OSM, que deverão distribuir-se por praticamente toda a diacronia sidérica da necrópole, pelo menos do século VII ao IV a.n.e.. Ainda assim, se o panorama traçado pelos paralelos antes evocados se puder considerar extensível ao sítio em estudo, é provável que a maioria das peças deste tipo se enquadrem entre os finais do século VI e os inícios/ meados do IV a.n.e..

Variante V.1.b – Potes/urnas de colo indicado (Ests. VIII-IX)

Na variante V.1.b recolhem-se recipientes de morfologia igualmente globular ou piriforme, diferenciados dos anteriores quer pelas suas maiores dimensões quer, sobretudo, por apresentarem colos bem diferenciados do corpo, embora não especialmente desenvolvidos. Uma boa parte dos exemplares que se recolhem nesta variante apresentam-se num estado de fragmentação muito considerável, pelo que o seu enquadramento tipológico é, na melhor das hipóteses, tentativo, baseando-se no tipo de desenvolvimento que se entrevê nos fragmentos conservados.

Estas peças configuram um conjunto muito heterogéneo, variando nomeadamente ao nível do tipo de bordo que apresentam, o que permite definir um conjunto de sub-variantes – V.1.b.1 – bordo simples; V.1.b.2 – bordo em ponta; V.1.b.3 – bordo espessado; V.1.b.4 – bordo biselado/facetado; V.1.b.5 – bordo em “bico de pato” – cujo real valor cronológico praticamente não se pode aferir. As peças mais bem conservadas, em contrapartida, apresentam em todos os casos fundos planos ou ligeiramente côncavos indicados exteriormente, salvo num caso que apresenta um fundo muito côncavo.

As dimensões destes recipientes são também muito diferenciadas, apresentando diâmetros de bordo entre os 8,4 e os 18cm, sendo a média de 12,4cm, diâmetros de fundo entre os 5,4 e os 8cm, com uma média de 6,5cm, e alturas entre os 12,6 e os 23,2cm, com uma média nos 18,6cm.

Esta variante soma um total de 31 exemplares, isto é, 9% do conjunto total, distribuídos predominantemente pelos Grupos de Fabrico 2 (16 exemplares) e 1 (dez exemplares), documentando-se também residualmente exemplares do Grupo de Fabrico 3 (três exemplares) e 4 (dois exemplares).

Estes recipientes constituem uma das formas mais básicas dos repertórios cerâmicos sidéricos, conhecendo uma difusão territorial considerável e abrangendo uma larga diacronia. Sendo uma forma

praticamente ubíqua, não parece pertinente, neste contexto, ensaiar uma listagem exaustiva dos paralelos possíveis, pelo que me limitarei a assinalar alguns exemplos geograficamente próximos que permitem, de alguma forma, enquadrar os materiais do OSM.

Assim, os potes/urna do tipo em apreço encontram-se atestados no Castelo de Alcácer do Sal tanto durante a Fase IV como já durante a Fase V, de cronologia republicana (Silva *et al.* 1980-1: Figs. 18-9), verificando-se igualmente a sua presença em Abul B (Mayet/ Silva 2000: Fig. 69). Em Setúbal, em contrapartida, esta forma está presente logo desde os níveis fundacionais (Soares/ Silva 1986: Fig. 7). Já no Estuário do Tejo as peças do tipo em análise estão representadas em Lisboa, quer no Claustro da Sé (Arruda 1999-2000: Figs. 73 e 80) quer na Rua dos Correiros (Sousa 2014: Grupo 10B), no Cabeço Guião (Cartaxo) (Arruda *et al.* 2017b: Fig. 10) e em Santarém (Arruda 1999-2000: Figs. 147-9).

As peças deste tipo encontram-se também bem atestadas no interior alentejano, nomeadamente na Azougada (Antunes 2010: Forma VI.5) e na Herdade da Sapatoa (Mataloto 2004), sendo particularmente comuns nos sítios algarvios (Sousa/ Arruda 2011; Gomes/ Arruda 2013: Figs. 10-1), tal como na maioria dos sítios da Baixa Andaluzia que não parece pertinente aqui elencar. Assinalaria apenas a presença, no conjunto em estudo, de potes dotados de bordos do tipo dito “em bico de pato” (Belén Deamos *et al.* 1977: 349), muito característicos da produção oleira baixo-andaluza e algarvia da II Idade do Ferro, e que se atestam também nesse mesmo período cronológico em Lisboa (Sousa 2014: variante 10Ba).

Os paralelos aduzidos permitem afirmar que se trata de uma forma cronologicamente transversal, ainda que particularmente comum em contextos do século VI a.n.e. em diante, enquanto que os recipientes com bordos “em bico de pato” se podem enquadrar com maior precisão nos séculos IV e III a.n.e..

Variante V.1.c – Potes/urnas de colo cilíndrico (Est. X)

A variante V.1.c, estreitamente relacionada com a forma anteriormente descrita, apresenta igualmente morfologias predominantemente globulares, com configurações bastante bojudas, diferenciando-se contudo das peças anteriores por apresentar colos perfeitamente diferenciados e um pouco mais desenvolvidos, de tendência cilíndrica, terminados em bordos simples ou triangulares. As peças mais bem conservadas apresentam fundos côncavos não assinalados. Estes recipientes constituem, até certo ponto, um grupo morfolologicamente mais homogêneo que o anterior.

Do ponto de vista das dimensões, as peças desta variante apresentam diâmetros entre os 11,4 e os 15,6cm, sendo a média de 13,6cm, e fundos entre os 5,4 e os 8cm. A altura dos recipientes completos varia entre os 22,9 e os 24,8cm.

Esta variante soma um total de nove exemplares (2,6%), predominantemente englobáveis nos Grupos de Fabrico 1 (cinco exemplares, 55,55%) e 2 (três exemplares, 33,33%), documentando-se adicionalmente um exemplar pertencente ao Grupo de Fabrico 5.

Menos frequentes do que os recipientes dos tipos anteriores, os potes/urnas de colo cilíndrico encontram-se ainda assim bem documentados nos repertórios cerâmicos deste período. Peças assimiláveis a este grupo formal foram exumadas em Abul B (Mayet/ Silva 2000: Fig. 69), em Lisboa, na Rua dos Correiros (Sousa 2014: Grupo 10C, variante b), em Leão (Oeiras) (Cardoso *et al.* 2010-1: Fig. 19), no Alto dos Cacos (Almeirim) (Sousa *et al.* 2016-7: Fig. 10), no Alto do Castelo de Alpiarça (Arruda *et al.* 2014: Fig. 9) e em Santarém, onde algumas peças similares às do OSM se englobam na classe dos *pithoi* (Arruda 1999-2000: Figs. 123 e 148), com a qual este tipo guarda com efeito certa relação formal.

Aparte destes paralelos geograficamente mais próximos podem ainda assinalar-se outros, nomeadamente de Huelva, onde peças deste tipo se datam do século VI a.n.e. (Fernández Jurado 1988-9: Lám. LXXXI; Rufete Tomico 2002: Lám. 20), de Niebla, onde se documentam já no século V a.n.e. (Belén Deamos/ Escacena Carrasco 1990: Lám. XX), de Tejada la Vieja, onde a forma parece surgir, no século VI a.n.e., pelo menos (Fernández Jurado 1987: Láms. XIX, XXII e XLII), e de Carmona, onde peças deste tipo se exumaram no Palácio do Marquês de Saltillo, em contextos de inícios do século V a.n.e. (Belén Deamos *et al.* 1997: Fig. 26).

Na necrópole de Medellín esta forma está amplamente documentada, constituindo a Forma D2 da cerâmica cinzenta; os poucos exemplares desta forma de cozedura oxidante produziram-se na segunda metade do século VII a.n.e. (Lorrio 2008b: 667). Em contrapartida, a presença de peças análogas em Cancho Roano (Celestino Pérez/ Jiménez Ávila 1993: Figs. 48, 64 e 67; Celestino Pérez 1996: Fig. 78) e em La Mata (Rodríguez Díaz 2004: Fig. Ct23, entre outras) permite afirmar que esta forma conheceu uma considerável longevidade, alcançando o século V e os inícios do IV a.n.e..

Considerando estes paralelos e os seus parâmetros cronológicos, parece legítimo datar os exemplares do OSM em apreço entre os finais do século VII ou os inícios do VI e o século IV a.n.e..

Variante V.1.d – Potes/urnas de bordo desenvolvido e divergente (Ests. XI e XII)

A definição tipológica desta variante, caracterizada pela sua heterogeneidade, não se afigura uma tarefa fácil. Os recipientes que nela se recolhem, em muitos casos, sobretudo nos mais fragmentados, notavelmente próximos das peças das variantes V.1.a-b, caracterizam-se, contudo, pela presença, mais do que de um colo, de um bordo desenvolvido separado do corpo, globular ou piriforme, por uma inflexão extroversa bem marcada, que configura em alguns casos uma ranhura na superfície externa e um ressalto anguloso na superfície interna.

Quanto aos bordos, este conjunto apresenta também uma considerável diversidade, que permite subdividi-lo em distintas variantes – V.1.d.1 – bordo simples; V.1.d.2 – bordo em ponta; V.1.d.3 – bordo biselado/facetado; V.1.d.4 – bordo côncavo – cujo significado cronológico parece impossível de precisar.

É também frequente a presença de asas nos recipientes desta variante, de secção rectangular simples ou nervurada, tendo-se excluído da amostra outros recipientes análogos dotados de asa de fita que devem atribuir-se já ao período romano. De facto, as peças que se recolhem nesta variante são morfologicamente muito simples, e em alguns casos quase não se diferenciam, no seu estado actual de conservação, de determinados tipos de panela documentados já em contextos do Alto Império (Nolen 1985: Est. XXVI e ss.; Pinto 2003: Forma VIIIB).

Ainda assim, retiveram-se neste estudo 46 exemplares segura ou provavelmente enquadráveis nesta variante, o que perfaz 13,4% do conjunto da cerâmica comum, número que deverá tomar-se, contudo, sob reserva. Os seus diâmetros distribuem-se entre os 10,4 e os 19,2cm, sendo a média de 14,4cm, não se conservando peças completas que permitam indicar o tipo de fundos que estas peças apresentariam nem a sua altura. Os exemplares desta variante distribuem-se pelos Grupos de Fabrico 2 (25 exemplares, 54,35%), 1 (11 exemplares, 23,91%) e 3 (10 exemplares, 21,74%).

Apesar das reservas que o enquadramento crono-cultural destas peças suscita, pelas razões que já explicitiei, pude ainda assim documentar um número substancial de paralelos para a forma em análise que permite sustentar que uma parte considerável das mesmas deve efectivamente pertencer à Idade do Ferro.

Assim, pode-se assinalar a presença de peças do tipo em causa em Abul B (Mayet/ Silva 2000: Fig. 81) e na área do Baixo Tejo (Cardoso/ Silva 2013: Fig. 21; Sousa 2013: Fig. 5; 2014: variante 10Aa; Cardoso et al. 2014: Figs. 30-1; Arruda et al. 2014: Fig. 9; Sousa et al. 2016-7: Fig. 10; Arruda et al. 2017b: Figs. 10 e 12; Olaio et al. 2019: Fig. 14) podendo ainda aproximar-se desta forma um certo número de peças recolhidas no Castelo de Castro Marim e englobadas no grupo dos “recipientes *pithóides*” (Gomes/ Arruda 2013: Figs. 13-4).

Em outros contextos, caberia assinalar a presença de peças muito próximas das que aqui me ocupam em Huelva, em estratos do final do século VII e inícios do VI a.n.e. (Fernández Jurado 1988-9: Láms. XVI, LV e LXVII), em Niebla, em contextos do século VII (Belén Deamos/ Escacena Carrasco 1990: Lám. XXVI), em Tejada la Vieja, em níveis do final do VII ou já do VI a.n.e. (Fernández Jurado 1987: Láms. II-III), e no Castillo de Doña Blanca, em níveis datados do século VI a.n.e. (Ruiz Mata/ Pérez Pérez 1995: Fig. 24).

Em Carmona, em contrapartida, peças deste tipo provêm de contextos de meados do VI a meados do V a.n.e. (Pellicer Catalán/ Amores Carredano 1985: Fig. 27), ao passo que em Alhonor se exumou uma peça deste tipo num estrato cronologicamente pouco expressivo, datado entre o século VII e o V a.n.e. (López Palomo 1981: Est. VI). A presença de exemplares desta forma em Cancho Roano (Celestino

Pérez 1996: Fig. 84) e em La Mata (Rodríguez Díaz 2004: Fig. Ct-6) demonstram a perduração deste tipo até momentos enquadráveis no século V ou mesmo nos inícios do IV a.n.e..

O correcto enquadramento cronológico destas peças parece, portanto, relativamente difícil de estabelecer, parecendo que a forma em apreço apresenta uma assinalável transversalidade cronológica, pelo menos entre o final do século VII e o século V-IV a.n.e., embora no âmbito geograficamente mais próximo os paralelos disponíveis se centrem, sobretudo, nos séculos VI-V a.n.e., com prolongamentos no século IV.

Forma V.2 – Púcaros

Variante V.2.a – Púcaro troncocónico (Est. XIII, n.184)

A peça que tipifica a variante V.2.a corresponde a um recipiente de tipologia invulgar, de morfologia troncocónica e tendência aberta, com um ligeiro estrangulamento na porção superior do corpo que lhe confere um aspecto vagamente carenado, terminando esta num bordo simples, sub-vertical; apresenta, tanto quanto pode restituir-se, uma única asa, de secção sub-circular. O diâmetro desta peça é de 9cm, não podendo reconhecer-se o tipo de fundo que apresentaria nem a sua altura total. Do ponto de vista produtivo, engloba-se no Grupo de Fabrico 5.

Os únicos paralelos que pude documentar para este recipiente enquadram-se no Bronze Final, constituindo uma das variantes da Forma IX do Castro dos Ratinhos, naturalmente produzida manualmente (Berrocal-Rangel/ Silva 2010: 298-300), assimilável à forma G.1.a de D. Ruiz Mata (1995: 270-1).

Não pude identificar nenhum paralelo exacto para a peça em apreço em contextos da Idade do Ferro, pelo que o seu correcto enquadramento cronológico parece, de momento, impossível de estabelecer. Parece-me contudo plausível que se trate de uma peça comparativamente antiga.

Variante V.2.b – Púcaros globulares (Est. XIII, nn.185-192)

Os recipientes que se recolhem nesta variante apresentam corpos de morfologia globular achatada, com uma abertura de bordo proporcionalmente ampla, contando com um estrangulamento na porção superior a partir da qual se desenvolve um bordo mais ou menos curto, extroverso, simples ou em ponta. Alguns destes recipientes apresentam uma ou duas asas, de secção circular, e num caso verificou-se também a presença de um bico vertedor obtido por rebaixamento do bordo num ponto da sua porção lateral. As peças mais bem conservadas apresentam fundos planos, não diferenciados.

Estas peças apresentam diâmetros entre os 6,8 e os 12,8cm, sendo a média de 10,1cm; as peças em melhor estado de conservação apresentam fundos com diâmetros entre os 2,4 e os 6cm e alturas entre os 7,9 e os 10,6cm. Esta variante soma um total de oito exemplares (2,3% do conjunto total), distribuídos pelos Grupos de Fabrico 1 (5 exemplares, 62,5%) e 2 (3 exemplares, 37,5%).

Os recipientes desta morfologia, cujos protótipos parecem remontar à Idade do Bronze (Berrocal-Rangel/ Silva 2010: Tipo IVA), são, mesmo já na Idade do Ferro, mais comuns nas produções manuais do que nas produções a torno, sendo relativamente frequentes nos repertórios dos sítios da Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular. Desde logo, na envolvente imediata do OSM, pode citar-se um exemplar bastante completo da Fase IV do Castelo de Alcácer do Sal (Silva *et al.* 1980-1: Fig. 18), bem como outros, tanto de produção manual como de produção a torno, de Abul A e B (Mayet/ Silva 2000: Forma IIIB da cerâmica manual; v. tb. Fig. 52).

Esta forma é muito característica, por outro lado, da produção oleira do Baixo Tejo, e sobretudo das produções cinzentas daquela região, documentando-se na Sé de Lisboa (Arruda/ Freitas/ Vallejo Sánchez 2000: Fig. 9) e na Alcáçova de Santarém (Arruda 1999-2000: Forma 7 da cerâmica cinzenta). Noutras áreas, mais interiores, documentam-se peças análogas, embora quase sempre de produção manual e de conformação mais tosca, podendo citar-se exemplos da Azougada (Antunes 2010: Formas VIII e IX) e da Herdade da Sapatoa (Mataloto 2004).

Esta morfologia encontra-se também bem representada nos conjuntos do actual território espanhol, podendo referenciar-se exemplos de Huelva, enquadrados entre os inícios do século VII e os meados do VI a.n.e. (Fernández Jurado 1988-9: Láms. IX, XII, XXXIII, LI, LXVII, XCII, CXXXVI; Garrido/ Orta 1994: Fig. 102; Rufete Tomico 2002: Láms. 6, 16 e 45), do Castillo de Doña Blanca, onde se exumaram exemplares manuais em estratos do século VII a.n.e. (Ruiz Mata/ Pérez Pérez 1995: Fig. 22), de Carmona, onde se documentam exemplares de cronologia antiga, datáveis do final do VIII e dos inícios do VII a.n.e. (Pellicer Catalán/ Amores Carredano 1985: Figs. 15 e 20) e do Cerro Macareno, onde peças também elas manuais se exumaram em estratos do século VII a.n.e. (Pellicer Catalán/ Escacena Carrasco/ Bendala Galán 1983: Fig. 70).

Em Medellín esta forma está também presente entre as produções manuais, distribuindo-se os exemplares daquela necrópole pela segunda metade do século VII e por todo o século VI a.n.e. (Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2008: Tipos 2.1 e 2.3). A perduração desta forma até ao século V a.n.e. encontra-se, contudo, bem atestada na própria Extremadura, por peças de Cancho Roano (Celestino Pérez/ Jiménez Ávila 1993: Figs. 59 e 71; Celestino Pérez 1996: Fig. 37-8), e de La Mata (Rodríguez Díaz 2004: Figs. Ct-48, 51, 120, 203).

Caberia, por outro lado, assinalar que este tipo de recipiente, e sobretudo os exemplares de perfil mais delicado, são também frequentes em ambientes propriamente fenícios, podendo citar-se exemplos do Cerro del Villar (Aubert *et al.* 1999: Figs. 136 e 140), de Chorreras (Aubert/ Maass-Lindemann/ Schubart 1975: Abb. 11), de La Fonteta (Rouillard/ Gailledrat/ Sala Sellés 2007: Fig. 245) e mesmo de Cartago (Vegas 1999: 189-190).

Embora esta forma, em si mesma, cubra, como se pode apreciar, uma longa diacronia, creio que os exemplares produzidos a torno, como os do OSM que aqui me ocupam, se podem enquadrar num momento centrado, sobretudo, nos séculos VI - V a.n.e., com eventuais perdurações no século seguinte.

Variante V.2.c – Púcaros piriformes (Est. XIII, nn.193-199)

Estreitamente relacionadas com as anteriormente comentadas, as peças que tipificam esta variante distinguem-se daquelas por apresentarem morfologias tendencialmente piriformes, apresentando nalguns casos quebras no sentido do seu desenvolvimento assinaladas por arestas discretas mas que lhes conferem um aspecto vagamente bitroncocónico. Tal como as anteriores, apresentam um marcado estrangulamento na porção superior da peça que separa o corpo dos bordos, extroversos e simples ou em ponta. Os fundos dos recipientes mais bem conservados são planos ou ligeiramente côncavos, sendo maioritariamente indiferenciados ou, nalgum caso, ligeiramente indicados. Algumas destas peças apresentam uma única asa, de secção rectangular simples.

Os recipientes englobados nesta variante apresentam diâmetros entre os 6,6 e os 12,4cm, com uma média de 8,8cm, fundos entre os 3 e os 5,6cm, com uma média de 4,6cm, e alturas entre os 9,2 e os 13,4cm, sendo a média de 10,7cm.

Esta variante contabiliza um total de 13 exemplares (3,8% do conjunto), distribuídos pelos Grupos de Fabrico 1 (seis exemplares), 2 (cinco exemplares) e 3 (dois exemplares).

As peças desta morfologia são bastante menos comuns do que as suas congéneres de tendência globular, embora se possa assinalar a sua presença, em produções manuais, em Abul A e B (Mayet/ Silva 2000: Forma IV.A) e no próprio OSM (cf. *supra*). Peças similares, embora desprovidas de asa, foram também identificadas na Península de Lisboa, nomeadamente no sítio da Outurela I (Cardoso *et al.* 2014: Fig. 30)

Podem evocar-se outros exemplos, de Huelva, datados do final do século VII a meados do VI a.n.e. (Fernández Jurado 1988-9: Láms. XXIX e CV), do Castillo de Doña Blanca, onde surgem já desde o século VIII a.n.e. (Ruiz Mata/ Pérez Pérez 1995: Fig. 18), de Medellín, onde se produzem manualmente durante a segunda metade do VII e os inícios do VI a.n.e. (Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2008: Tipos 2.1 e 2.3), e, já mais tardios, de Cancho Roano (Celestino Pérez/ Jiménez Ávila 1993: Fig. 51; Celestino Pérez 1996: Fig. 43, 49, 53) e de La Mata (Rodríguez Díaz 2004: Ct-27 e 105).

Não parece fácil, na base de dados tão discrepantes, datar os materiais da necrópole do OSM em apreciação, que contudo creio poder situar num momento centrado entre os finais do século VII e os inícios do V a.n.e., e com uma maior probabilidade no século VI a.n.e..

Forma V.3 – Pote meleiro (Est. XII, n.183)

A peça que recolho nesta forma e que interpreto como pote meleiro corresponde a um pequeno recipiente com corpo de morfologia indeterminada, aparentemente piriforme, de que se conserva a porção superior, de marcada tendência troncocónica, dotada de um ressalto protuberante separando o corpo do colo e configurando um pequeno canal; o colo, moldurado, termina num pequeno bordo simples e extroverso. Este recipiente apresenta um diâmetro de bordo de 4,2cm. Corresponde a uma produção do Grupo de Fabrico 1.

A presença de potes meleiros na Proto-História do Sudoeste encontra-se hoje perfeitamente atestada, tendo-se exumado exemplares bem caracterizados e contextualizados na Herdade da Sapatoa (Mataloto 2004: Est. XLIX), em Cancho Roano (Celestino Pérez 1996: Fig. 85) e em La Mata (Rodríguez Díaz 2004: Fig. Ct-21), além de um exemplar descontextualizado mas provavelmente sidérico dos Arrifes do Poço, em Aljezur (Gomes 2007).

Este tipo de recipiente, relacionado com a conservação do mel, é também comum noutras áreas do Mediterrâneo (Persano 2016) e bem assim na área Ibérica (Mata/ Bonet 1997), prolongando-se o seu uso já em Época Romana (Morais 2006), pelo que o enquadramento crono-cultural da peça do OSM não pode estabelecer-se com segurança, embora como hipótese se possa aventar uma datação dos séculos V-IV a.n.e..

Grupo VI – Urnas

Forma VI.1 – Urnas “Cruz del Negro” (Est. XIV, nn.206-209)

As urnas de tipo dito “Cruz del Negro” constituem, desde a sua individualização nos anos ’70 do século passado a partir do material da necrópole epónima (Aubet 1978a: 272-7), um dos elementos caracterizadores do mundo funerário da Idade do Ferro do Sul da Península Ibérica, e muito em particular das áreas onde o influxo cultural oriental, fenício, se fez sentir mais fortemente.

Este tipo de urna, cujos protótipos se podem rastrear em contextos próximo-orientais (Belén Deamos/ Pereira Sieso 1985: 318), parece derivar dos chamados *neck-ridge jugs*, tipo vascular bem atestado no Estrato III de Tiro (Bikai 1978: Fig. 3) bem como na necrópole de Tiro Al-Bass (Nuñez Calvo 2004: Figs. 168-9), derivação essa cujos estádios intermédios poderiam porventura rastrear-se em exemplares de Cartago (Vegas 1999: 159-161) bem como em alguns contextos peninsulares, como a necrópole do Cortijo de las Sombras de Frigiliana (Arribas/ Wilkins 1971: Fig. 13) ou a recentemente publicada necrópole fenícia arcaica de Ayamonte (García Teyssandier/ Marzoli 2013: Abb. 10; Marzoli/ García Teyssandier 2019: Figs. 52-53).

O tipo “clássico” das urnas “Cruz del Negro” corresponde a recipientes de corpo globular, bojudo, dotados de um colo cilíndrico desenvolvido terminado em bordos extroversos espessados, de tendência triangular ou nalguns casos rolada; o colo apresenta, nos casos mais canónicos, um ressalto médio bem marcado, provável herança dos seus já citados protótipos orientais, arrancando deste duas pequenas asas, geralmente bífidas, que terminam na porção superior do bojo; a presença de decoração pintada, muitas vezes bícroma, é frequente, sobretudo nos recipientes mais antigos (cf. Aubet 1978a: 272).

O interesse suscitado por este tipo de contentor cinerário ditou que, desde o trabalho seminal de M.^a E. Aubet (1978), se lhe tenham dedicado importantes análises (Aranegui 1980; Belén Deamos/ Pereira Sieso 1985; Belén Deamos 1986) que permitiram afinar a evolução tipológica e os parâmetros cronológicos deste tipo cerâmico, de entre os quais destacaria o estudo das peças da necrópole de Medellín (Torres Ortiz 2008b), cuja exemplar ordenação crono-tipológica se seguirá neste trabalho.

As urnas “Cruz del Negro” encontram-se representadas no OSM por quatro exemplares seguros, aos quais se poderão somar outros três, mais fragmentários e de difícil integração tipológica mas que parecem, ainda assim, enquadrar-se nesta forma. A este conjunto haveria ainda a somar um fundo bem conservado que, pelas suas dimensões e tendência geral, deve pertencer a um recipiente deste tipo.

No presente apartado, contudo, limitar-me-ei a resenhar a presença de três exemplares aparentemente desprovidos de decoração pintada, reservando a análise dos restantes para o capítulo dedicado à cerâmica pintada do OSM. Esta forma representa, assim, apenas 0,9% do conjunto total da cerâmica comum da necrópole.

Este conjunto de recipientes apresenta diâmetros de bordo entre os 10,2 e os 12cm e diâmetros de fundo entre os 9,6 e os 10,8cm, distribuindo-se a altura dos exemplares melhor preservados entre os 31 e os 32cm. Do ponto de vista produtivo, estas peças compõem um panorama heterogéneo, atestando-se exemplares enquadráveis no Grupo de Fabrico 2 (dois exemplares) e 3 (um exemplar).

Os dois exemplares mais bem preservados podem enquadrar-se de forma bastante segura nos Subtipos definidos para o material da necrópole de Medellín, o que permite estabelecer uma seriação hipotética destes recipientes.

Quanto à peça 207, anteriormente publicada (Frankenstein 1997: Lám. 49), que apresenta um corpo de tendência piriforme e colo de tendência cônica, com ressalto marcado e terminando num bordo triangular extroverso, enquadra-se no Subtipo 3 de Medellín, cujo enquadramento cronológico recai, segundo os dados da necrópole *extremeña* no século VII a.n.e. avançado (Torres Ortiz 2008b: 640).

A peça 208 (Frankenstein 1997: Lám 50), em contrapartida, apresenta uma tendência ovóide e um colo de tendência ligeiramente mais exvasada que a aproximam do Subtipo 4 de Medellín, que recobre o final do século VII e os inícios do VI a.n.e. (Torres Ortiz 2008b: 644), embora se deva assinalar que um recipiente idêntico exumado em Abul A provém de estratos relacionados com a primeira fase do edifício, enquadráveis portanto no terceiro quartel do século VII a.n.e. (Mayet/ Silva 2000: Fig. 12, 3).

Quanto ao fundo já referido, dotado de uma base marcadamente côncava, pouco se pode dizer, a não ser que indicia que o recipiente correspondente apresentaria um desenvolvimento mais piriforme do que globular, o que o situaria tendencialmente numa fase avançada dentro da evolução das urnas “Cruz del Negro”, sendo de assinalar que conta com paralelos particularmente expressivos em peças do já mencionado Subtipo 4 de Medellín (Torres Ortiz 2008b: 644-6).

Considerando, assim, os novos dados resultantes da publicação integral dos materiais de Medellín, parece-me lícito rever em alta a datação das urnas “Cruz del Negro” do OSM, anteriormente enquadradas na segunda metade do século VI a.n.e. (Arruda 1999-2000: 75), e que poderão recobrir, à luz do que ficou dito, um arco cronológico centrado na segunda metade do século VII e nos inícios do século VI a.n.e. (cf. *infra* os dados dos exemplares pintados).

Dada a considerável frequência deste tipo de recipientes na parte meridional da Península Ibérica parece impossível realizar, neste contexto, uma resenha de todos os paralelos possíveis para as urnas “Cruz del Negro” do OSM, pelo que remeto para a discussão de cada um dos subtipos citados no trabalho sobre os exemplares de Medellín aqui utilizado como guia de referência (Torres Ortiz 2008b).

Julgo, ainda assim, pertinente recordar que as urnas “Cruz del Negro” estão bem documentadas no actual território português, devendo neste contexto salientar-se a presença de recipientes deste tipo em Abul A (Mayet/ Silva 2000: Fig. 12, 3), a meu ver muito significativa, a que poderia somar-se, ainda numa envolvente geográfica relativamente próxima, um exemplar exumado no Claustro da Sé de Lisboa (Arruda 1999-2000: Fig. 73). No Castelo de Castro Marim também se exumaram recipientes deste tipo, um dos quais integrava um depósito fundacional sob o santuário da Fase IV (Arruda *et al.* 2009: Fig. 5), a que se poderiam ainda somar vários outros exemplares, recentemente inventariados (Gomes 2019a).

Finalmente, caberia salientar as peças deste tipo recentemente exumadas no Convento de Nossa Senhora da Graça, em Tavira, integrando uma necrópole de incineração (Arruda/ Cavaco/ Covaneiro 2008), e as de Mértola, igualmente relacionadas, ao que parece, com contextos propriamente funerários (Barros 2008).

Quanto ao significado cultural destas peças, objecto, como é sabido, de considerável controvérsia, e à sua posição na sequência e faseamento do OSM, reservo os extensos comentários que merecem para a discussão global dos dados da necrópole que realizarei mais adiante.

Forma VI.2 – Urnas bitroncocónicas (Ests. XV e XVI)

Os recipientes desta forma caracterizam-se pelas suas grandes dimensões, pela tendência marcadamente bitroncocónica do seu corpo, cuja porção superior, tipicamente moldurada com um ou mais ressaltos, se separa do bordo, extroverso e em aba, por um estrangulamento mais ou menos assinalado. As peças mais bem conservadas permitem afirmar que os fundos destes contentores se encontravam bem assinalados e apresentavam uma concavidade considerável.

Correspondem a uma classe de recipiente muito característica da II Idade do Ferro da Baixa Andaluzia onde, apesar da escassez de dados referentes às práticas funerárias deste período (Belén Deamos/ Escacena Carrasco 1992), parece ter constituído um dos recipientes cinerários por excelência da fase “Turdetana” (Ferrer Albelda/ García Fernández 2008: 211, Fig. 3, nn.6-7).

Esta forma encontra-se representada no OSM por 12 exemplares (= NMI), a que pode somar-se um outro exemplar seguro, embora truncado ao nível do bordo. Esta forma perfaz, portanto, 3,5% do conjunto total da cerâmica comum e pintada.

Os diâmetros de bordo destas peças oscilam entre os 14,7 e os 25,2cm, sendo a média de 20,2cm, enquanto que o diâmetro de fundo da única peça preservada é de 6,3cm e a sua altura é de 20,7cm. Correspondem predominantemente a produções dos Grupos de Fabrico 1 (sete exemplares) e 3 (três exemplares), a que podem ainda somar-se duas peças englobáveis no Grupo de Fabrico 5.

Esta tipologia conta com paralelos no Cabeço Guião, Cartaxo, (Arruda *et al.* 2017b: Fig. 20), no Castelo de Castro Marim (Gomes/ Arruda 2013: 26), em Pajar de Artillo, Sevilha, onde se recolhe como Forma 11 (Luzón Nogué 1973: 45-6 e Lám. XVI), no Cerro Macareno, em estratos de meados do século III a.n.e. (Pellicer Catalán/ Escacena Carrasco/ Bendala Galán 1983: Fig. 30), em Alcalá del Río (Ferrer Albelda/ García Fernández 2008: Fig. 3, n.6) e numa deposição tardia do Túmulo B da necrópole de Setefilla (Aubert 1978b: 56-60). A cronologia geral deste tipo de recipiente pode situar-se, sem grandes reservas, nos séculos IV e III a.n.e., sendo provável, como veremos, que tenham constituído os contentores funerários característicos da fase final do OSM.

Forma VI.3 – Urna com apêndices perfurados (Est. XVI, nn.224-225)

A urna que tipifica esta forma apresenta um corpo globular achatado dotado de uma linha de carena relativamente acentuada na sua porção superior, formando um pequeno ombro sub-horizontal do qual arranca um bordo em lábio sub-vertical, espessado e facetado; o fundo deste recipiente, em pé de anel destacado, apresenta uma marcada concavidade. A principal característica diferenciadora desta peça consiste, contudo, na presença de quatro apêndices sub-rectangulares aplicados em pares diametralmente opostos imediatamente abaixo do referido ombro, dotados de perfurações verticais que se alinhariam com as perfurações realizadas no elemento de preensão da tampa, e que se destinariam à passagem de fios ou arames que selariam esta urna de forma segura.

Quanto às suas dimensões, a urna em apreço apresenta um diâmetro de bordo de 11cm e um diâmetro de fundo de 7,4cm, sendo a sua altura máxima (sem tampa) de 11,6cm. Corresponde a uma produção do Grupo de Fabrico 1.

A referida tampa corresponde a um recipiente enquadável na Forma I.2, embora alguns particularismos morfológicos – desde logo, a sua dimensão perfeitamente ajustada à da urna, a presença de um bordo reentrante que se encaixaria de forma quase hermética no bordo daquela e de um pé “em bolacha” desenvolvido que constituiria um bom elemento de preensão – demonstrem que, mais do que uma peça daquele tipo reutilizada, este elemento terá sido especificamente pensado como tampa, formando ambas as peças um conjunto coerente.

A morfologia *sui generis* desta urna e o seu peculiar sistema de cobertura e fecho dificultam o seu confronto com outras peças, ainda que se possa assinalar um paralelo, talvez exacto, da Rua dos Correeiros, em Lisboa (Sousa 2014: Est. 26). Por outro lado, parece-me lícito aproximar este recipiente do grupo das chamadas “urnas de orelhetas” (Fletcher Valls 1964; Jully/ Nordström 1966; Pereira/ Rodero 1983; Gómez Bellard 1983), ao qual, em sentido estrito, não pertence, mas com o qual mantém evidentes relações conceptuais (cf. Mata/ Bonet 1991: Fig. 6).

Este tipo de recipiente cinerário, característico do mundo funerário Ibérico do Sudeste e Levante Peninsular, encontra-se também atestado no território actualmente português, nomeadamente na necrópole do Galeado, onde se exumou um recipiente com grandes similitudes formais com o do OSM (Beirão/ Gomes 1983: Figs. 8-9), bem como no depósito de Garvão, onde contudo se encontra representado por uma variante distinta, de tendência piriforme (Beirão *et al.* 1985: Fig. 23), a que poderia somar-se uma tampa exumada no povoado de Chibanes, em Palmela, ocupado durante a II Idade do Ferro (Beirão/ Gomes 1983: Fig. 14; Pimenta *et al.* 2019: Fig. 8, n. 44).

Considerado o enquadramento cronológico das urnas de orelhetas “clássicas” e dos exemplares do território português citados, julgo lícito enquadrar a peça do OSM que aqui me ocupa na II Idade do Ferro, num momento compreendido entre a segunda metade/final do século V e, talvez, os inícios do IV a.n.e..

Forma VI.4 – Urna de colo alto (Est. XVI, nn.226-227)

Esta forma, que conta no OSM com uma peça completa provida de decoração pintada que permite a sua tipificação (cf. *infra*), encontra-se representada no conjunto da cerâmica comum não decorada por dois exemplares muito fragmentários que, com certas reservas, se podem atribuir a este mesmo tipo. Partindo do exemplo pintado acima referido, pode afirmar-se que estas peças apresentariam um corpo de tendência piriforme separado do colo – alto, estrangulado e de paredes côncavas – por uma carena bem assinalada, sendo o bordo extroverso e triangular. Os diâmetros de bordo dos exemplares não pintados desta forma oscilam entre os 18 e os 18,3cm. Correspondem a produções do Grupo de Fabrico 1.

Não é fácil documentar paralelos para estes recipientes que, julgo, se devem relacionar, ainda que com certas reservas, com um grupo de urnas de colo alto exvasado muito bem atestado na Baixa Andaluzia durante a II Idade do Ferro (Ferrer Albelda/ García Fernández 2008: Fig. 3), grupo esse que se encontra particularmente bem caracterizado na necrópole de Carmona, onde a forma parece alcançar a Época Romana Republicana (Belén Deamos 1982; Belén Deamos/ Escacena Carrasco 1992), e em Pajar de Artillo, onde constitui a Forma 1 (Luzón Nogué 1973: Lám. I), podendo ainda citar-se possíveis exemplos do Cerro Macareno, da primeira metade do século IV a.n.e. (Pellicer Catalán/ Escacena Carrasco/ Bendala Galán 1983: Fig. 40). A cronologia destes recipientes abarca, assim, um espectro cronológico amplo, entre a primeira metade do século IV e, talvez, os finais do II a.n.e..

Grupo VII – Jarras, Garrafas e Jarros

As peças recolhidas no Grupo VII, caracterizadas pelas suas reduzidas dimensões e pela presença de colos desenvolvidos e estrangulados, constituem um conjunto relativamente heterogéneo, que pude distribuir por seis variantes distintas: VII.1 – Jarras globulares; VII.2 – Jarras piriformes; VII.3 – Jarras bitruncocónicas; VII.4 – Jarra cilíndrica; VII.5 – Garrafa; VII.6 – Jarro de bordo trilobado.

Caberia, no entanto, assinalar a presença de um pequeno conjunto de recipientes, composto por quatro indivíduos (Est. XVIII, nn.250-253), que pelo seu considerável estado de fragmentação não podem distribuir-se de forma segura por estas variantes, embora pareça claro que deverão ter pertencido a peças das variantes VII.1 a VII.4. Estes recipientes, muito incompletos, distribuem-se pelos Grupos de Fabrico 1 (dois exemplares), 2 e 5 (um exemplar cada).

Forma VII.1 – Jarras globulares (Est. XVI, nn.228-230; Est. XVII, nn.231-236)

Na Forma VII.1 recolhem-se exemplares de corpo globular ou globular achatado dotados de colos relativamente desenvolvidos, cilíndricos ou truncocónicos invertidos, terminados em bordos simples, extroversos. Os fundos destas jarras podem ser planos e indiferenciados ou côncavos e ligeiramente destacados. Algumas peças apresentam ainda ranhuras na superfície externa, eventualmente de

natureza decorativa. Os recipientes deste tipo podem dividir-se em duas variantes com base na ausência ou presença de moldura no colo (VII.1.a – jarras globulares com colos simples; VII.1.b – jarras globulares com colos moldurados).

Quanto às suas dimensões, estes recipientes apresentam diâmetros de bordo entre os 6 e os 8,4cm, sendo a média de 7cm, diâmetros de fundo entre os 2,1 e os 5,2cm, sendo a média de 3,2cm, e alturas totais entre os 12 e os 14cm, sendo a média de 13cm.

Esta forma totaliza oito exemplares, perfazendo 2,3% do conjunto total, distribuídos pelos Grupos de Fabrico 1 (quatro exemplares), 3 (2 exemplares) e 5 (2 exemplares).

Não se tratando de uma forma comum, este tipo de jarra conta ainda assim com alguns paralelos no território meridional português, podendo invocar-se exemplos do Moinho da Atalaia, na Amadora, onde se documenta uma peça deste tipo em cerâmica cinzenta (Pinto/ Parreira 1977: Fig. 3; Sousa 2014: Est. 60), e da Azougada, onde se recolhe como Forma VI.4.A (Antunes 2010).

Noutras áreas do Sudoeste documentam-se igualmente peças *grosso modo* análogas às que aqui me ocupam, podendo citar-se exemplos de Huelva, do século VI a.n.e. (Fernández Jurado 1988-9: Láms. LI e LXIII), da necrópole de Medellín, neste caso de cerâmica cinzenta, englobados na Forma E2 da tipologia daquele sítio, datada de finais do século VI a.n.e. (Lorrio 2008a), de Cancho Roano, de contextos do século V a.n.e. (Celestino Pérez 1996: Figs. 42 e 53) e de La Mata de Campanario, de um horizonte dos inícios do século IV a.n.e. (Rodríguez Díaz 2004: Figs. Ct-138 e 212).

Esta forma é, por outro lado, relativamente frequente nos repertórios dos sítios Ibéricos do Sudeste Peninsular, podendo os exemplares do OSM assimilar-se, até certa medida, à Forma 9a3 da cerâmica Ibérica fina da necrópole de El Cigarralejo (Cuadrado 1987: Fig. 8) ou ao Tipo 5 da Classe B de C. Mata e H. Bonet (1991).

Considerados estes paralelos, creio que as peças da necrópole de Alcácer do Sal se podem enquadrar num intervalo cronológico centrado nos séculos VI e V a.n.e., sem excluir que alguma destas peças possa atingir a centúria seguinte.

Forma VII.2 – Jarras piriformes (Est. XVII, nn.237-242)

Estreitamente relacionados com as peças da forma anterior, os recipientes que se recolhem na Forma VII.2 diferenciam-se daquelas por apresentarem corpos de tendência piriforme, apresentando ainda em alguns casos uma ou duas asas, o que não se verifica na forma anterior. As peças desta forma podem apresentar fundos planos, indiferenciados, ou côncavos e ligeiramente indicados. Tal como no caso da forma anterior, as peças deste tipo podem diferenciar-se com base na presença ou ausência de uma moldura no colo (VII.2.a – jarras piriformes com colos simples; VII.2.b – jarras piriformes com colos moldurados).

Deve ainda assinalar-se a presença de decoração num recipiente deste tipo, consistente numa coroa de impressões em forma de lágrima dispostas radialmente em torno do fundo, formando um motivo floral ou eventualmente astral. Este motivo poderia, porventura, paralelizar-se com as características decorações dos pratos ditos de “tipo Margarita”, característicos dos repertórios cerâmicos do Guadiana Médio (Antunes 2010: 352-4).

Quanto às suas dimensões, as peças desta forma apresentam diâmetros de bordo entre os 5,6 e os 8,4cm, sendo a média de 7,1cm, diâmetros de fundo entre os 3 e os 5,4cm, sendo a média de 4,1cm, e alturas entre os 11 e os 14,2cm, para uma média de 12,7cm.

Esta forma reúne seis exemplares (1,7% do conjunto total), predominantemente englobáveis no Grupo de Fabrico 1 (quatro exemplares), embora se registem também peças dos Grupos de Fabrico 3 e 5 (um exemplar cada).

Mais uma vez, não se trata de uma forma particularmente comum, embora conte com paralelos numa peça de cerâmica cinzenta do sítio da Outurela, em Oeiras (Cardoso 1990; Cardoso *et al.* 2014) e noutras peças provenientes da Azougada, neste caso produzidas manualmente (Antunes 2010: Forma XII). Exemplos adicionais de peças deste tipo podem encontrar-se em Huelva, em estratos de meados do século VI a.n.e. (Fernández Jurado 1988-9: Lám. LXXXVII; Garrido/ Orta 1994: Fig. 84), em Vico, em contextos dos séculos VI-V a.n.e. (de la Bandera Romero/ Ferrer Albelda 2002: Fig. 10), ou em La Mata

de Campanario, já num ambiente do século IV a.n.e. (Rodríguez Díaz 2004: Fig. Ct-169). Esta forma é também bastante comum nos repertórios dos sítios Ibéricos, podendo aproximar-se da Forma 9a2 da necrópole de El Cigarralejo (Cuadrado 1987: Fig. 8).

As peças do OSM podem, assim, e como hipótese, situar-se cronologicamente num momento centrado nos séculos VI e V a.n.e..

Forma VII.3 – Jarras bitroncocónicas (Est. XVIII, nn.243-248)

As peças recolhidas na Forma VII.3, que guardam também elas uma estreita relação com as das formas anteriores, diferenciam-se delas, uma vez mais, pela morfologia do seu corpo, que neste caso é nitidamente bitroncocónica, apresentando uma aresta bem marcada na sua porção média; os colos podem ser, uma vez mais, cilíndricos ou troncocónicos invertidos, e terminam em bordos simples ou ligeiramente espessados. Os fundos podem ser côncavos e indiferenciados ou bem destacados, o que poderá indiciar diferenças cronológicas. Uma vez mais, podem diferenciar-se exemplares de colo simples (variante VII.3.a) e de colo moldurado (variante VII.3.b).

Deve assinalar-se ainda a presença em dois recipientes desta forma de áreas decoradas com ranhuras, formando uma espécie de canelado, num caso na porção superior do bojo e noutro na porção inferior.

Os diâmetros de bordo variam entre os 4,6 e os 7,8cm, sendo a média de 6,4cm, ao passo que os diâmetros de fundo oscilam entre os 3,4 e os 6,4cm, sendo a média de 4,5cm; as peças conservadas apresentam alturas entre os 9,3 e os 12,8cm, para uma média de 11,5cm.

Pude contabilizar seis exemplares integráveis nesta forma, que perfazem 1,7% do conjunto total, distribuídos pelos Grupos de Fabrico 1 (quatro exemplares) e 3 (dois exemplares).

Das três variantes de jarras recolhidas nesta tipologia, as de tendência bitroncocónica são, de longe, as menos frequentes nos repertórios cerâmicos do Sudoeste Peninsular, contando com paralelos unicamente na área do Guadiana Médio, concretamente na Azougada (Antunes 2010: Forma VI.1), em Cancho Roano (Celestino Pérez/ Jiménez Ávila 1993: Fig. 53) e em La Mata (Rodríguez Díaz 2004: Figs. Ct-38, 60 e 196), podendo propor-se, por conseguinte, para as peças do OSM uma cronologia centrada na segunda metade do século V e na primeira metade do IV a.n.e..

Forma VII.4 – Jarra cilíndrica (Est. XVIII, n.249)

A peça que tipifica a Forma VII.4 corresponde a um recipiente de morfologia cilíndrica dotado de um ombro em ângulo recto e de um colo estrangulado de paredes côncavas terminando em bordo simples extroverso; apresenta ainda, na porção superior do corpo, uma canelura larga. O fundo deste recipiente corresponde a um pé de anel muito incipiente. Quanto às suas dimensões, apresenta um diâmetro de bordo de 5,4cm, um diâmetro de fundo de 5,2cm e uma altura total de 10,8cm. Corresponde a uma produção do Grupo de Fabrico 1.

Esta peça, de morfologia assinalavelmente *sui generis*, não conta, tanto quanto pude documentar, com paralelos noutros sítios do Sudoeste Peninsular ou mesmo, de forma mais lata, no Sul da Península Ibérica. Ainda assim, julgo relevante assinalar que a produção de recipientes de tendência cilindróide é muito característica do mundo Ibérico do Sudeste e Levante Peninsular (cf. Cuadrado 1987; Mata/Bonet 1991). Dadas as marcadas afinidades do repertório cerâmico da II Idade do Ferro do OSM com as produções daquela área cultural, julgo que o recipiente em apreço deverá datar-se, também ele, desse período, possivelmente de um momento centrado nos séculos V-IV a.n.e..

Forma VII.5 – Garrafa (Est. XIX, n.254)

A peça que tipifica a Forma VII.5 encontra-se, infelizmente, muito incompleta, preservando-se apenas o corpo, de tendência globular e fundo plano, e parte do colo, estreito e aparentemente muito

desenvolvido; é impossível esclarecer que tipo de bordo remataria esse colo, pelo que o próprio enquadramento crono-cultural desta peça não pode considerar-se seguro, já que os recipientes de tipo garrafa são frequentes nos repertórios da cerâmica comum romana (Nolen 1985: Est. IX e ss.; 1994: Est. 28).

O facto de não ter sido possível documentar paralelos exactos para esta peça em contextos sídericos agrava este problema, pelo que a inclusão desta forma nesta tipologia se faz com a maior das reservas. Este recipiente, com uma altura conservada de 18,6cm e um diâmetro de fundo de 6,8cm, engloba-se pelas suas características produtivas no Grupo de Fabrico 1.

Forma VII.6 – Jarro de bordo trilobado (Est. XIX, n.255)

Esta forma foi estabelecida igualmente com base numa única peça, que apresenta um corpo grosso modo piriforme, bojudo, e um colo relativamente desenvolvido, troncocónico invertido, moldado de forma a obter três lóbulos, um dos quais – o frontal – correspondendo a um bico vertedor. Apresenta ainda uma asa sobre-elevada, de secção sub-rectangular, partindo do bojo e terminando na parte interna do bordo. O fundo deste recipiente é plano e praticamente indiferenciado. Este recipiente apresenta um diâmetro de bordo de 7,6cm e um diâmetro de fundo de 6,2cm, sendo a sua altura máxima de 15,4cm. Corresponde a uma produção do Grupo de Fabrico 3.

Saliente-se, contudo, que um outro fragmento de bordo de muito pequena dimensão poderia igualmente, pela sua curvatura anómala, pertencer a um recipiente deste mesmo tipo, embora não permita qualquer ensaio de restituição morfológica. Trata-se também de uma produção do Grupo de Fabrico 3.

Mais uma vez, não se trata de uma forma demasiado frequente nos contextos do Sudoeste Peninsular, havendo apenas a registar a presença de uma peça deste tipo no Depósito de Garvão, do século III a.n.e. (Beirão et al. 1985). Em contrapartida, este tipo de peças é muito frequente no mundo Ibérico do Sudeste e do Levante, podendo citar-se exemplares muito próximos do do OSM nas necrópoles de El Tesorico, em Múrcia (Puch Ramírez et al. 1985), de El Cigarralejo (Cuadrado 1987: 71) e de Pozo Moro (Alcalá Zamora 2003: Fig. 91), também em Múrcia, bem como no depósito de El Amarejo, em Albacete (Broncano 1989), genericamente enquadráveis, também eles, no século III a.n.e..

Grupo VIII – Pequenos potes

Os exemplares que recolho no Grupo VIII, e cujo principal rasgo comum é a sua pequena dimensão, distribuem-se por um certo número de variantes, que pude reduzir essencialmente a três: VIII.1 – Pequenos potes globulares; VIII.2 – Pequenos potes bitroncocónicos; VIII.3 – Pequenos potes cilíndricos.

Caberia, não obstante, registar um conjunto de peças, composto por nove exemplares (Est. XX, nn.270-278) que, pertencendo claramente a este grupo, apresenta um estado de fragmentação que não permite a sua divisão de acordo com as variantes acima referidas. Estes fragmentos, que pertencem a peças das variantes VIII.1 e VIII.2, distribuem-se pelos Grupos de Fabrico 4 (sete exemplares), 3 e 1 (um exemplar cada).

Forma VIII.1 – Pequenos potes globulares (Est. XIX, nn.256-262)

Nesta forma recolhe-se um conjunto de pequenos recipientes de morfologia globular achatada, apresentando em alguns casos um colo estrangulado incipiente, que corresponde praticamente apenas a um curto lábio extroverso, simples ou moldurado (variante VIII.1.a), e em outros casos apresentam colos mais desenvolvidos, ainda que sempre curtos, terminados em bordos igualmente extroversos, num caso ligeiramente espessado (variante VIII.1.b). Os fundos destes recipientes podem ser planos e indiferenciados, côncavos ou em pé de anel incipiente. Num único caso, correspondente a um bojo, documentou-se a presença de ranhuras formando uma decoração canelada na superfície externa.

As peças deste grupo apresentam diâmetros entre os 4,8 e os 7,8cm, sendo a média de 5,9cm; os fundos oscilam entre os 3,3 e os 5,7cm de diâmetro, recaindo a média nos 4,5cm; finalmente, as suas alturas variam entre os 6,9 e os 7,5cm, para uma média de 7,2cm.

Documentam-se cinco exemplares desta forma, correspondentes a 1,5% do conjunto total; estes exemplares distribuem-se pelos Grupos de Fabrico 1 (quatro exemplares) e 4 (um exemplar).

Os recipientes desta tipologia não são frequentes nos contextos do Sudoeste, ainda que se atestem em Setúbal, na Fase III da Travessa dos Apóstolos (Soares/ Silva 1986: Fig. 8), em Lisboa, na Rua dos Correeiros (Sousa 2014: Grupo 9A) e na Azougada (Antunes 2010: Est. XIII), bem como em Vico (de la Bandera Romero/ Ferrer Albelda 2002: Fig. 16). Estas peças surgem, por outro lado, com certa abundância na área do Guadiana Médio, sendo frequentes em Cancho Roano (Celestino Pérez/ Jiménez Ávila 1993: Fig. 67; Celestino Pérez 1996: Fig. 55) e em La Mata (Rodríguez Díaz 2004: Figs. Ct-187, 196), onde a sua presença pode remeter para uma inspiração nos repertórios cerâmicos do Sudeste Ibérico.

Com efeito, as peças da tipologia que agora me ocupa são particularmente características da área Ibérica da Alta Andaluzia e do Sudeste; as peças sem colo da Variante VIII.1.a podem assimilar-se, com efeito, à Classe A, Grupo IV, Forma 1.1.8 de C. Mata e H. Bonet (1991) ao passo que as peças da variante VIII.1.b se englobariam genericamente no Subtipo 1.1 dos mesmos Classe e Grupo. Para o território andaluz, as peças do tipo em apreço foram recolhidas por J. L. Escacena na sua forma XIX (Escacena Carrasco 1986: 599-608), ao passo que na tipologia da cerâmica Ibérica do Alto Guadalquivir de J. Pereira estas peças foram englobadas no Grupo Formal 13 (Pereira Sieso 1988).

Este tipo de recipiente é muito frequente em ambientes funerários, podendo citar-se exemplos de El Cigarralejo, tanto sem colo (Cuadrado 1987: Forma 46) como com colo (*idem*: Formas. 20-1), de Baza, igualmente sem (Presedo Velo 1982: Figs. 2, 28, 43, 179, 208, 218) e com colo (*idem*: Fig. 14), ou de Pozo Moro (Alcalá Zamora 2003: Figs. 2 e 15).

A cronologia das peças do OSM pode, portanto, estabelecer-se, com relativa segurança, cabendo situá-las num momento da II Idade do Ferro, em particular dos séculos IV-III a.n.e..

Forma VIII.2 – Pequenos potes bitroncocónicos (Est. XIX, n.263; Est. XX, nn.264-269)

Muito similares aos recipientes da forma anterior, as peças que recolhi na Forma VIII.2 diferenciam-se daquelas por apresentarem corpos de tendência bitroncocónica, podendo assinalar-se duas variantes distintas: peças com carena média (variante VIII.2.a) e peças com carena baixa (variante VIII.2.b).

Quanto às suas dimensões, estes recipientes apresentam diâmetros de bordo entre os 4,2 e os 5,7cm, sendo a média de 5,2cm, enquanto que os diâmetros de fundo se distribuem entre os 2,4 e os 4,5cm, para uma média de 3,8cm. A altura destas peças oscila entre os 6,3 e os 8,4cm, recaindo a média nos 7,4cm.

Dos sete exemplares englobáveis nesta forma, que perfazem 2% do conjunto total, três pertencem ao Grupo de Fabrico 1, dois ao Grupo 3 e outros dois pertencem ao Grupo 4.

As peças deste grupo são particularmente características da produção oleira do Sudeste e da Alta Andaluzia Ibérica, constituindo a Forma 1.1.2.6 (carena média) e o Subtipo 1.2.1 (carena baixa) da Classe A, Grupo IV de C. Mata e H. Bonet (1991), a Forma XIX de J. L. Escacena Carrasco (1987: 599-608) e a variante 13-A-I de J. Pereira (1988: 164-5), sendo presença muito frequente nos conjuntos funerários daquela área cultural, podendo citar-se exemplos de El Cigarralejo (Cuadrado 1987: Forma 19), de Baza (Presedo Velo 1982: Figs. 21, 168, 178, 181, 208), de Pozo Moro (Alcalá Zamora 2003: Figs. 4.35 e 4.38), de Coimbra del Barranco Ancho (García Cano 1997: Fig. 134.1), de Castellones de Ceal (Chapa/ Pereira/ Madridrigal Belinchón 1998: Fig. 39.4), de Almedinilla (Vaquerizo Gil 1988-9: Tipo VIII/ variante A) e de Estacar de Robarinas, em Cástulo (García Gelabert/ Blázquez 1988: Figs. 34 e 87).

No Sudoeste as peças deste tipo são significativamente mais raras, mas estão ainda assim representadas na necrópole de Mesas de Asta (Cádiz) (González Rodríguez/ Barrionuevo Contreras/ Aguilar Moya 1994: 253), na de Castillejo de la Orden (Cáceres) (Estebán/ Sánchez-Abal/ Fernández Corrales 1988) bem como, já em território português, no povoado de Chibanes (Palmela) (Pimenta et al. 2019: n.43), na necrópole de Herdade da Chaminé (Nolen 1985: 163-4) e no Depósito de Garvão (Beirão et al.

1985: Fig. 24). Caberia ainda assinalar a presença de um recipiente deste tipo na Necrópole de S. Francisco, em Alcácer do Sal, depositado no Museu Municipal Pedro Nunes.

Tal como no caso dos recipientes da forma anterior, as peças deste grupo podem enquadrar-se, sem dificuldade, na II Idade do Ferro, em particular nos séculos IV e III a.n.e.

Grupo IX – Unguentários

Forma IX.1 – “Oil bottle” (Est. XX, n.279)

As chamadas “oil bottles” ou “ampollas”, pequenos recipientes de corpo globular ou ligeiramente piriforme dotados de um colo alto, cónico ou sub-cilíndrico e terminado num lábio bem diferenciado, e de uma única asa, constituem uma forma própria do repertório cerâmico fenício (Culican 1970; Bikai, 1978: Pl. V).

Estes recipientes conheceram, contudo, uma enorme difusão por toda a bacia do Mediterrâneo, estando presentes em praticamente todos os ambientes tocados pela colonização e pelo comércio fenícios (Bisi 1970: Forma 3; Ramon Torres 1982; González Prats 1982; Groenewoud/ Vidal González 1996; sobretudo Orsingher 2010). A função destes recipientes como contentores para o transporte de óleos e essências perfumados parece hoje unânime (Orsingher 2010).

O único exemplar deste tipo documentado no OSM, recolhido nas escavações de V. Correia, apresenta uma morfologia que pode considerar-se clássica, com um corpo globular, colo cónico desenvolvido e estrangulado, bordo triangular formando garganta interna e fundo convexo; o seu diâmetro de bordo é de 1,9cm, sendo o seu diâmetro máximo de 6,3cm, ao passo que a altura total é de 10cm. Trata-se de um produto do Grupo de Fabrico 3, tendo já proposto noutro contexto que poderia tratar-se de uma importação oriunda da Baía de Cádiz (Gomes 2015b: 301; 2019b: 93-94).

Estes recipientes são, apesar de tudo, bem conhecidos no actual território português, tendo-se exumado quatro exemplares em Abul A (Mayet/ Silva 2000: 52), três em Tavira (Maia 2000) e um na Alcáçova de Santarém (Sousa/ Arruda 2018: Fig. 13, n.1), a que se podem somar outros exemplares mais recentemente exumados nas necrópoles da área de Beja, nomeadamente de Palhais (Santos *et al.* 2009: Fig. 15; 2017: Fig. 17) e da Carlota (Salvador Mateos/ Pereira 2010: Fig. 15; 2017: Fig. 5, n.4).

Tendo em consideração a seriação estabelecida para os recipientes desta forma por A. Orsingher (2010: Tav. I), o exemplar do OSM poderia enquadrar-se sem dificuldade numa fase centrada no final do século VII ou nos inícios do VI a.n.e..

Forma IX.2 – “Juglet” (Est. XX, n.280)

O recipiente que recolho nesta forma corresponde, também ele, a uma tipologia de clara origem fenícia, contando com paralelos particularmente expressivos em Tiro, onde foi designada como *juglet*; encontra-se, com efeito, abundantemente atestada nos Estratos II-III, datados convencionalmente da segunda metade do século VIII a.n.e. (Bikai 1978: Pl. XII), embora a forma se documente já desde momentos ligeiramente anteriores (*idem*: Pl. XIV, 7).

Os recipientes deste tipo caracterizam-se por corpos piriformes, fundos convexos separados do corpo por uma inflexão que configura uma aresta bem marcada, e lábios relativamente pouco desenvolvidos, sub-verticais – caso do exemplar do OSM – ou extroversos, igualmente separados do corpo por uma inflexão bem acentuada; estas peças apresentam uma única asa, geralmente sobrelevada, de secção circular. No caso concreto da peça em apreço, o diâmetro de bordo é de 3,8 cm e a altura conservada é de 12,4cm. Corresponde, por outro lado, a uma produção do Grupo de Fabrico 1.

Esta forma está bem documentada em contextos peninsulares, podendo citar-se exemplos do Morro de Mezquitilla (Schubart 1985: 74-5), do Cerro de Alarcón (Schubart/ Maass-Lindemann 2007: Taf. 7, 18), de Toscanos (Maass-Lindemann 1982: Taf. 13) e do Túmulo I de Las Cumbres (Ruiz Mata/ Pérez Pérez 1995: Fig. 5), a que podem somar-se numerosas outras peças que, tendo claramente como protótipo

o tipo de recipiente que aqui me ocupa, apresentam já morfologias menos canónicas, porventura fruto de um desenvolvimento próprio no Extremo Ocidente (cf. Gómez Peña 2013a), de que é exemplo pelo menos uma das peças recentemente publicadas da necrópole da Têra (Mataloto 2010-1: Fig. 8)

A datação deste recipiente não constitui, contudo, um problema de fácil resolução, na medida em que a sua morfologia, bastante característica e totalmente paralelizável com os exemplares próximo-orientais antes citados, sugeriria uma datação bastante antiga, dentro do século VIII a.n.e., que não parece muito consistente com o panorama disponível para o desenvolvimento da Idade do Ferro na área do Baixo Sado.

Por outro lado, parece tratar-se de uma produção local, o que também levanta algumas reservas à atribuição de uma datação tão alta. Julgo, portanto, e considerando mais o contexto histórico do Baixo Sado do que qualquer dado tipológico concreto, que esta peça se deve ter depositado no OSM na segunda metade do século VII a.n.e..

Forma IX.3 – Anforiscos (Est. XX, nn.281-283)

O último tipo de unguentário recolhido neste grupo tipológico corresponde a recipientes de corpo piriforme com fundos convexos e pontiagudos que, ao contrário da peça da forma anterior, não se diferenciam do corpo; os bordos são simples e extroversos. Duas destas peças terão claramente possuído uma única asa, sendo provável que a terceira e última também contasse com este elemento, de que contudo não se conservam vestígios. Estes recipientes apresentam diâmetros entre os 4,4 e os 6,4cm e os exemplares completos contam com alturas de 8,7 e 12,4cm, correspondendo a produções dos Grupos de Fabrico 1 (dois exemplares) e 5 (um exemplar).

Este tipo de recipiente, cujos protótipos se podem rastrear em ambientes fenícios (Niemeyer/Schubart 1969: Taf. 17; Maass-Lindemann 1982: Taf. 13; Schubart/ Maass-Lindemann 2007: Taf. 7,18; Rouillard/ Gailledrat/ Sala Sellés 2007: Fig. 319), conta com paralelos no actual território português, nomeadamente em peças da Rua do Rato, em Alcácer (Arruda et al. 2021), de Fernão Vaz (Correia/ Parreira 2002: 43) e de Neves I (Maia/ Maia 1986: 27); além de alguns destes exemplares portugueses, Á. Gómez Peña (2013a) assinala também a presença de recipientes do mesmo tipo em Sa Caleta, em Ibiza, e em Monte Sirai, na Sardenha, interpretando esta tipologia de unguentário como de influência centro-mediterrânea.

Os exemplares exumados no território actualmente português permitem defender que a difusão desta forma se centra, fundamentalmente, entre o século VI e o V a.n.e..

Grupo X – Lucernas (Est. XXI)

As lucernas do OSM, já parcialmente publicadas (Frankenstein 1997: Láms. 58-9), constituem um conjunto bastante homogéneo, correspondendo na sua totalidade a lucernas de tipo fenício-púnico, do modelo dito *saucer-lamp* ou à *coupelle*, correspondente a um pequeno prato dotado de um estreito rebordo sub-horizontal, não muito distinto dos pratos arcaicos de engobe vermelho, que foi moldado num ponto determinado para formar um bico destinado à introdução da mecha. Este modelo, cujas raízes no Próximo Oriente parecem remontar, pelo menos, ao III milénio a.n.e. (Sussman 2007; Charaf 2011), conheceu uma assinalável difusão na bacia do Mediterrâneo no contexto da expansão fenícia.

No OSM pude documentar oito exemplares de peças desta forma, a que deverá somar-se uma nona peça publicada por S. Frankenstein (1997: Lám. 59) que, apesar de se indicar estar depositada no Museu Municipal de Alcácer do Sal, não pude localizar nas colecções daquele museu. Este conjunto corresponde, assim, a 2,3% do conjunto total da cerâmica comum/pintada.

Os diâmetros destes recipientes oscilam entre os 12,6 e os 13,2 cm, variando a altura entre os 2,4 e os 4,8cm. Correspondem a produções dos Grupos de Fabrico 1 (três exemplares), 2, 3 e 5 (dois exemplares cada um).

Os exemplares do OSM correspondem, na sua totalidade, a peças de um só bico, morfologicamente enquadráveis no Tipo Ia de J. Bussière (1989) ou na Forma 1111a de I. Ben Jerbania (2008). As lucernas

desta tipologia têm-se considerado, desde os trabalhos de P. Cintas (1950: 524; 1976: 306), como tipicamente orientais, por oposição às peças de dois bicos que seriam características, segundo aquele investigador, do mundo Fenício Ocidental articulado em torno de Cartago, constituindo assim, na sua perspectiva, um marcador cronológico das primeiras fases da colonização fenícia que rapidamente desaparece dos repertórios cerâmicos dos sítios do Mediterrâneo Centro-Occidental.

Não obstante, outros investigadores encaram este esquema evolutivo com reservas, assinalando a presença de lucernas de um só bico até momentos muito tardios, tendo-se assinalado, por exemplo, para a área argelina, fortemente influenciada por Cartago, que as lucernas de um só bico perduram praticamente até à Romanização (Bussière 1989: 66).

No Sudoeste Peninsular as lucernas de um só bico parecem, com efeito, ter-se produzido e utilizado ao longo de boa parte da Idade do Ferro, tal como sugere a sua presença na necrópole da Cruz del Negro (Aubert 1978a; Maier 1992) ou na de Bencarrón (Maier 1996). Parte das peças do OSM provirão de sepulturas de incineração em urna “Cruz del Negro” (Correia 1972 [1928]: 175) o que, a julgar pela cronologia desses recipientes que acima tive oportunidade de comentar, situaria estas peças na segunda metade do século VII e nas primeiras décadas do VI a.n.e..

Grupo XI – Tampas

Forma XI.1 – Tapa de bordo simples (Est. XXI, n.292)

A peça que recolho nesta forma apresenta paredes rectas, divergentes, que lhe conferem uma tendência marcadamente troncocónica, terminando num bordo simples, arredondado. O diâmetro deste exemplar é de 14cm, correspondendo a uma produção do Grupo de Fabrico 1. A morfologia muito indiferenciada desta peça não permite estabelecer quaisquer paralelismos significativos, impedindo o seu correcto enquadramento cronológico.

Forma XI.2 – Pequenas tampas de bordo triangular (Est. XXI, nn.293-294)

Os dois recipientes que englobo nesta forma caracterizam-se por apresentar pequenas dimensões – apresentam diâmetros de 6,4 e 7cm –, tendência troncocónica e um bordo extroverso de tendência triangular. Correspondem a produções dos Grupos de Fabrico 1 e 3. Uma vez mais, esta tipologia não é suficientemente discriminante, o que impede o seu correcto enquadramento cronológico.

3.1.4. Cerâmica Pintada

3.1.4.1. Definição e quantificação

Estreitamente relacionadas, do ponto de vista produtivo e tipológico, com as produções comuns analisadas no apartado anterior, as cerâmicas pintadas constituem um dos itens mais característicos dos repertórios materiais da Idade do Ferro do Sul Peninsular. Com efeito, e ainda que a prática de aplicar decorações pintadas se encontre documentada já nalgumas produções vasculares mais antigas – caso da cerâmica de tipo “Carambolo” (Torres Ortiz 2002: 130-5; Casado Ariza 2015) – a influência das produções propriamente fenícias acabará por dar origem, nos inícios da Idade do Ferro, a novas e características gramáticas decorativas.

A decoração pintada conhecerá, a partir desse momento, um forte enraizamento entre as comunidades sidéricas do Sudoeste Peninsular – e não só – o que ditará a perduração das produções de cerâmica pintada até ao fim da Idade do Ferro, e mesmo já até à Época Romana (cf. Belén Deamos/Pereira Sieso 1985; Escacena Carrasco 1986; Ferrer Albelda/ García Fernández 2008). Naturalmente,

e em face de uma tão ampla diacronia, as modalidades decorativas evoluíram de forma bastante acusada, conferindo a este grupo uma natureza relativamente heterogénea.

Assim, e entre as mais antigas produções, documentam-se decorações pintadas bícromas de grande qualidade (Torres Ortiz 2002: 148-150), tecnicamente próximas das da *Bichrome ware* fenícia oriental (cf. Bikai 1978; v. tb. Gilboa 1999), que evoluirão dentro das tradições oleiras locais/regionais para decorações mais simples e expeditas, com uma crescente tendência para a simplificação e para o predomínio da monocromia.

Na II Idade do Ferro, contudo, e talvez por emulação das ricas e diversificadas produções pintadas da área Ibérica do Levante e do Sudeste (Bonet/ Mata 2008), reemergem nas cerâmicas do Sudoeste decorações pintadas de alguma complexidade, incluindo além das tradicionais bandas paralelas outros motivos, como círculos e arcos de círculo pendentes e grinaldas ou sanefas de linhas ondulantes (cf. Ferrer Albelda/ García Fernández 2008).

Aparte destas várias modalidades decorativas, representadas em maior ou menor medida entre o espólio cerâmico do OSM, pude também documentar um certo número de peças que apresentam, pelo menos aparentemente, revestimentos pintados relativamente estendidos, cobrindo nomeadamente de forma integral as suas superfícies internas e parte das suas superfícies externa.

Esta modalidade decorativa poderá considerar-se, em certa medida, uma derivação dos revestimentos das cerâmicas de engobe vermelho, facto acusado igualmente pelo repertório formal das peças em que se regista, que correspondem de forma virtualmente exclusiva a pratos e/ou pratos de peixe cuja morfologia claramente evoluiu de protótipos enquadráveis naquela categoria cerâmica.

Não obstante, e em face das suas características produtivas, entendi aproximar estas peças preferencialmente das produções pintadas. Tal opção justifica-se, a meu ver, devido sobretudo à natureza dos revestimentos em causa, que não apresentam, nem de perto nem de longe, as características documentadas nas cerâmicas de engobe vermelho *strictu sensu*.

Nas peças em causa, com efeito, os revestimentos internos realizaram-se mediante aplicação de uma aguada ou pintura fina, diluída, praticamente sem espessura ou entidade, e que não dá azo a qualquer tipo de acabamento particular, já seja alisado, polido ou espatulado. As características destes revestimentos apresentam assim uma total identidade com a das cerâmicas pintadas em bandas e/ou com motivos geométricos, pelo que me parece preferível englobá-las numa única categoria global.

Restaria, por fim, assinalar que as produções pintadas do OSM praticamente não se diferenciam, nem do ponto de vista produtivo nem do tipológico, das suas congéneres comuns não decoradas, facto que não deve em absoluto obviar-se. Parece ainda assim interessante registar a incidência da pintura apenas numa parte relativamente restrita do repertório das cerâmicas comuns, o que evidencia a intenção de destacar por via da decoração algumas formas com um carácter funcional determinado.

Considerados os limites definidos para esta categoria cerâmica nos parágrafos anteriores, a cerâmica pintada somaria um total de 52 indivíduos (=NMI), o que em termos globais corresponde a 7,8% do conjunto cerâmico total da necrópole.

3.1.4.2. Fabricos e aspectos técnicos de produção

Como já tive oportunidade de referir, as cerâmicas pintadas do OSM não apresentam, do ponto de vista produtivo, quaisquer diferenças de fundo com respeito às produções comuns não decoradas tratadas no subcapítulo anterior, pelo que não me parece justificável a criação de novos grupos de fabrico específicos para esta categoria cerâmica.

Assim, e tal como no caso das cerâmicas comuns não pintadas, a maioria das peças que ostenta decoração pintada – 25 exemplares, equivalentes a 48,1% do total – engloba-se no anteriormente descrito Grupo de Fabrico 1. Significativamente, o Grupo de Fabrico 2, correspondente a produções menos cuidadas, não se regista no conjunto da cerâmica pintada.

Em compensação, o Grupo de Fabrico 3 é proporcionalmente mais expressivo no conjunto da cerâmica pintada do que no da cerâmica comum, somando um total de 18 exemplares, equivalentes

a 34,6% do conjunto total. Os Grupos de Fabrico 4 e 5, em contrapartida, são também neste conjunto bastante residuais, somando cinco e quatro exemplares, respectivamente, correspondentes a 9,6% e 7,7% do conjunto total (Figura 16).

Figura 16 – Distribuição da cerâmica pintada do OSM por Grupos de Fabrico.

3.1.4.3. Tipologia e cronologia

A virtual identidade entre as produções comuns e pintadas estende-se também, como já se assinalou, à própria configuração do repertório formal. Não se verificando a aplicação de decoração ou de revestimentos pintados em todas as formas que tive ocasião de identificar no seio do conjunto das produções comuns, o inverso pode considerar-se genericamente verdadeiro, enquadrando-se virtualmente todas as formas pintadas – excepto uma, cf. *infra* – no repertório acima estabelecido para essas produções não decoradas (Tabela 1; Figura 17).

Esta circunstância dispensa-me, portanto, de elaborar uma nova tabela classificativa, pelo que me limitarei a classificar os exemplares pintados de acordo com as formas anteriormente descritas e analisadas. De igual modo, parece redundante, na maioria dos casos, reiterar a enunciação de paralelos, que se limitará portanto neste subcapítulo a dados especificamente relativos a outras produções pintadas, quando tal seja aplicável.

Figura 17 – Distribuição da cerâmica pintada do OSM por formas e Grupos de Fabrico.

Grupo I – Pratos e Taças

Forma I.1 – Pratos (Est. XXII, nn.301-305)

Entre os materiais cerâmicos do OSM pude documentar um conjunto de cinco pratos pouco profundos de bordo simples da Forma I.1 decorados com recurso à pintura. Infelizmente, todas estas peças encontram-se muito fragmentadas, o que dificulta a sua leitura, tanto do ponto de vista tipológico como do da decoração.

Com efeito, e como já se assinalou para as peças não decoradas desta forma, uma parte destes pratos poderia, na realidade, corresponder a pratos de peixe, embora a ausência das porções correspondentes ao fundo não permite estabelecer cabalmente essa atribuição. Por outro lado, e no que diz respeito à decoração, os exemplares desta forma do OSM apresentam revestimentos extensos, cobrindo num caso a superfície interna, em dois casos a superfície interna e uma franja estreita do exterior do bordo e em outros dois a totalidade das suas superfícies. Não obstante, dado o seu estado de fragmentação, não pode asseverar-se se esse revestimento foi realmente integral ou se essa impressão resulta apenas da escassa proporção conservada das superfícies destas peças.

Em todo o caso, e dada a preponderância das formas de tipo prato nos repertórios de engobe vermelho, poderia pensar-se que estas peças correspondem a desenvolvimentos tardios derivados de protótipos próprios daquela categoria cerâmica; os revestimentos (aparentemente) integrais poderiam assim constituir, neste caso, uma derivação algo degradada da técnica de engobe vermelho *strictu sensu*.

Do ponto de vista morfológico, encontram-se representadas neste conjunto várias das variantes de bordo estabelecidas anteriormente para esta forma, nomeadamente os bordos simples (variante I.1.a), triangulares (variante I.1.d), sub-horizontais (I.1.e) e em aba (I.1.f). As dimensões destes exemplares, muito desiguais, oscilam entre os 13,1 e os 24,3cm de diâmetro máximo. Estas peças distribuem-se pelos Grupos de Fabrico 1 (dois exemplares), 3 (dois exemplares) e 5 (um exemplar).

De acordo com as considerações tecidas acima a propósito dos exemplares não decorados, estas peças pintadas podem considerar-se próprias já da II Idade do Ferro, podendo propor-se que a sua produção e utilização se centrou fundamentalmente nos séculos V e IV a.n.e., sem excluir perdurações posteriores.

Forma I.4 – Pratos de peixe (Est. XXII, n.306)

Os pratos de peixe de bordo simples, correspondentes a desenvolvimentos tardios de protótipos próprios das produções de engobe vermelho, parecem-me estar sub-representados nos conjuntos de cerâmica comum e, sobretudo, pintada, devido à dificuldade de os individualizar face a outro tipo de pratos quando não conservam a porção central, correspondente ao pé e ao poço central característico desta forma.

O caso das produções pintadas é, a este título, bastante representativo, na medida em que esta forma se encontra representada de forma clara por um único fundo, que apesar da ausência de bordo parece corresponder preferencialmente a um prato do tipo em apreço, mais do que a um dos seus congéneres helenísticos, que se analisarão separadamente noutro apartado deste trabalho.

Este fundo apresenta, com efeito, um aspecto bastante característico, com paredes rectas divergentes, separadas do poço central, bastante profundo, por um ângulo relativamente bem marcado; o pé, bem indicado, apresenta uma ligeira moldura na sua faceta externa. O diâmetro do fundo desta peça é de sensivelmente 8cm. Corresponde a uma produção do Grupo de Fabrico 3.

Do ponto de vista decorativo, esta peça apresenta um revestimento pintado de coloração vermelha alaranjada cobrindo a totalidade da superfície interna, o que, como tive já ensejo de comentar, enfatiza a relação destas produções extensamente pintadas com as de engobe vermelho.

Tal como os exemplares não decorados da mesma forma, esta peça deve considerar-se relativamente tardia, podendo a sua produção e uso centrar-se nos séculos V e IV a.n.e., sendo as peças do tipo em causa substituídas de forma progressiva pelas suas congéneres de influência helenizante a partir desta última centúria.

Grupo II – Taças carenadas

Forma II.1 – Taças carenadas (Est. XXII, nn.307-309)

As taças carenadas, que como já houve ensejo de assinalar e adiante se verá com maior detalhe são particularmente características das produções cinzentas e de engobe vermelho, encontram-se representadas entre as produções pintadas que agora me ocupam por três exemplares, correspondentes aos dois módulos antes comentados – o módulo II.1.a engloba duas peças de pequenas dimensões (9,9 a 13,2cm de diâmetro) enquanto que o módulo II.1.b se encontra representado por um recipiente sensivelmente maior (26,4cm de diâmetro). Estas peças correspondem a produções dos Grupos de Fabrico 1 (dois exemplares) e 3 (um exemplar).

Do ponto de vista decorativo, estas peças apresentam gramáticas algo distintas, verificando-se um caso com pintura integral em ambas as superfícies, outro com pintura na superfície externa deixando o bordo em reserva, e ainda um terceiro caso ostentando bandas isentas no bordo interior e na porção superior da superfície externa. As peças com pintura cobrindo superfícies amplas poderiam resultar de uma intenção de aproximação às peças análogas de engobe vermelho, também representadas no OSM (cf. *infra*),

Os paralelos para os exemplares desta morfologia foram já comentados acima e serão, sobretudo, detalhados com maior atenção na abordagem às peças cinzentas e de engobe vermelho analisadas abaixo. Não me parece, por isso, pertinente estender-me em considerações a esse propósito, cabendo no entanto recordar que esta forma parece particularmente característica da II Idade do Ferro, podendo o seu período de produção e uso recobrir a segunda metade do século VII e o século VI a.n.e., sendo particularmente frequentes contudo as atestações englobadas nesta última centúria.

Forma II.3 – Grandes recipientes carenados de tipo “lebrillo” (Est. XXII, n.310)

Os grandes recipientes de tipo “lebrillo”, que como vimos são particularmente característicos dos repertórios cerâmicos da Baixa Andalusia e do Algarve, encontram-se representados no conjunto da cerâmica pintada do OSM por um único exemplar, ostentando decoração vermelha alaranjada no topo do bordo e, ao que parece, em boa parte da superfície externa. Esta peça, com 16,1cm de diâmetro de bordo, corresponde a uma produção do Grupo de Fabrico 1.

Tive já oportunidade de comentar com algum detalhe, a propósito dos exemplares não decorados, a distribuição deste tipo de peças, pelo que nesta instância me limitaria a assinalar que a presença de decoração pintada em bandas em recipientes desta natureza é muito comum nas áreas nucleares da sua produção e difusão (cf. Ferrer Albelda/ García Fernández 2008; v. tb. Gomes/ Arruda 2013: 17). Esta peça, como as suas congéneres não decoradas, poderá enquadrar-se num intervalo centrado fundamentalmente entre os séculos V e III a.n.e, enquadrando-se portanto no horizonte da II Idade do Ferro da necrópole.

Grupo III – Tulipiformes (Est. XXII, nn.311-319)

Os recipientes acima designados como tulipiformes encontram-se bem representados no conjunto da cerâmica pintada do OSM, somando um total de nove exemplares, isto é, 17,3% do conjunto total. As peças deste grupo, como as suas congéneres não decoradas, apresentam-se muito fragmentadas, porventura como resultado da sua configuração bastante delicada, o que dificulta a sua correcta apreciação morfológica, embora se entreveja dos fragmentos conservados que estas peças apresentariam configurações algo diferenciadas, que actualmente não podem restituir-se.

Essa diversidade manifesta-se quer ao nível dos detalhes formais concretos quer do ponto de vista das dimensões, que oscilam entre os 14,4 e os 21cm; também os esquemas decorativos são algo diversificados, verificando-se tanto a aplicação de pintura apenas sobre o bordo como soluções decorativas

mais extensas, na superfície interna, externa ou em ambas. Finalmente, e do ponto de vista produtivo, estas peças distribuem-se pelos Grupos de Fabrico 1 (quatro exemplares), 3 (quatro exemplares) e 5 (um exemplar).

Podem aplicar-se a estas peças as mesmas considerações tecidas sobre as suas equivalentes não decoradas, embora deva salvaguardar-se que as produções pintadas desta forma são sobretudo correntes em ambientes da II Idade do Ferro de âmbitos mais meridionais (cf. Ferrer Albelda/ García Fernández 2008). Ainda assim, e à falta de dados contextuais precisos, podem aplicar-se a estes exemplares pintados os mesmos parâmetros definidos para as peças não decoradas, que situei acima entre o final do século VI e os finais do V a.n.e., sem excluir perdurações posteriores.

Grupo V – Potes/urnas

Forma V.1.b – Potes/urnas de colo indicado (Est. XXIII, nn.320-322)

Os escassos exemplares pintados correspondentes ao que acima designei como Forma V.1.b, e que engloba peças de morfologia globular ou piriforme e colo indicado, pouco desenvolvido, encontram-se infelizmente em muito mau estado de conservação, levantando mesmo a sua correcta adscrição tipológica alguns problemas difíceis de obviar. Por outro lado, cumpre assinalar que a escassa representatividade numérica desta forma, representada unicamente por três peças, e do Grupo V em geral, nas produções pintadas causa alguma perplexidade em face da sua avultada representação nas produções não decoradas, mas também, por exemplo, nas cinzentas.

Em todo o caso, as peças que agora me ocupam corresponderão a exemplares de pequenas dimensões dentro do universo dos potes/urnas deste tipo, apresentando diâmetros entre os 9,6 e os 12,8cm. Estes recipientes apresentam bandas pintadas na superfície interna do colo, abrangendo ou não uma franja da face externa do bordo; apenas um dos três conserva restos de outras bandas pintadas na superfície externa. Estas peças correspondem na sua totalidade a produções do Grupo de Fabrico 1.

Parece redundante insistir neste contexto nos possíveis paralelos para estas peças, que são de resto francamente abundantes, podendo apenas recordar-se o enquadramento cronológico lato proposto para as suas equivalentes não decoradas, correspondente à prática totalidade da Idade do Ferro, mas com particular incidência no período posterior aos finais do século VI a.n.e..

Grupo VI – Urnas

Forma VI.1 – Urnas “Cruz del Negro” (Est. XXIII, nn.323 e 324; Est. XXIV, nn.325-326)

As urnas “Cruz del Negro”, que como vimos acima correspondem a um dos elementos mais característicos do repertório cerâmico dos ambientes funerários da I Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular, constituem uma das formas principais dos inventários das mais antigas cerâmicas pintadas sidéricas desta região (Gomes 2019a), sendo bastante menos comuns os exemplares sem pintura que, como houve ensejo de comentar num apartado anterior, se encontram ainda assim atestados na necrópole de Alcácer do Sal.

Neste mesmo conjunto funerário, contudo, verifica-se a presença de quatro exemplares ostentando decoração pintada, sendo um deles, aliás, o único exemplo de bicromia bem atestado em todo o conjunto das produções pintadas do OSM, facto a que não será alheia a sua considerável antiguidade.

Os exemplares de urnas “Cruz del Negro” dotados de decoração pintada do OSM apresentam diâmetros de bordo entre os 12 e os 15,8cm, apresentando os exemplares mais bem preservados diâmetros de fundo entre os 8,4 e os 9,6cm; a única peça completa deste conjunto conta com uma altura de 32,1cm. Estas peças correspondem a produções dos Grupos de Fabrico 1 (um exemplar), 3 (um exemplar) e 5 (dois exemplares).

Do ponto de vista tipológico, a peça 324, que apesar de incompleta pode restituir-se de forma bastante exacta, apresenta um corpo esférico bojudo, ligeiramente achatado, e um fundo plano simples e não indicado. Constitui, por outro lado, e como dizia, o único exemplo decorado com pintura bícroma dentro do conjunto cerâmico do OSM. Esta peça pode aproximar-se, sem dificuldade, do Subtipo 1 definido para as urnas “Cruz del Negro” da necrópole de Medellín, característico da primeira fase deste conjunto funerário e datado em torno a meados do século VII a.n.e. (Torres Ortiz 2008b: 636).

As peças 325 e 326, correspondentes a fragmentos de colos com paredes rectas e marcada tendência cilíndrica terminados em bordos rectangulares sub-horizontais, poderão porventura enquadrar-se neste subtipo em face do seu paralelismo com a peça 70/21-1 de Medellín (*idem*: Fig. 713).

Finalmente, a peça 323, já publicada (Frankenstein 1997: Lám. 48), dotada de um corpo piriforme e de um colo notoriamente exvasado, engloba-se já claramente no Subtipo 5 de Medellín, que se enquadra nesta necrópole num momento algo mais avançado, coincidente com o primeiro quartel do século VI a.n.e. (Torres Ortiz 2008b: 647). Esta peça apresenta uma sumária decoração pintada, consistente numa banda vermelha viva relativamente larga sobre as facetas interna e superior do bordo e numa segunda banda da mesma cor sobre o terço inferior do bojo.

Os paralelos destas peças são muito abundantes, não podendo ser aqui analisados em detalhe, pelo que remeto para a discussão de cada um dos subtipos referidos realizada por M. Torres Ortiz no seu estudo das urnas “Cruz del Negro” de Medellín (Torres Ortiz 2008b), bem como para as considerações tecidas acima a propósito dos exemplares não decorados do OSM.

Em todo o caso, parece importante assinalar que a adição destas peças ao panorama já avançado a propósito das suas equivalentes sem pintura vem reforçar a necessidade de repensar o enquadramento cronológico destas peças e da fácies funerária que caracterizam, permitindo a presença de uma peça do Subtipo 1 de Medellín recuar o uso deste tipo de contentor cinerário praticamente até aos momentos iniciais de uso do OSM, em meados do século VII a.n.e., ao passo que a adição ao grupo antes analisado de uma peça do Subtipo 5 permite compreender a diacronia relativamente dilatada de uso destas urnas, que se prolongará até aos inícios da centúria seguinte.

Adiante comentarei com maior detalhe o significado destas peças, da sua tipologia e da sua cronologia, no contexto da sequência e faseamento da necrópole, pelo que neste momento reservo quaisquer comentários adicionais sobre essas questões fundamentais.

Forma VI.2 – Urnas bitroncocónicas (Ests. XXIV-XXVI)

As urnas bitroncocónicas de bordo extroverso em aba mais ou menos desenvolvida acima englobados na Forma VI.2 encontram-se muito bem representados no conjunto da cerâmica pintada do OSM, onde constituem aliás o grupo maioritário, somando 14 peças, isto é, 26,9% do conjunto.

Tal facto não deve considerar-se surpreendente, na medida em que estes característicos contentores cinerários da II Idade do Ferro parecem ter sido uma das formas que mais frequentemente recebeu decorações pintadas no Sudoeste Peninsular, e em particular na área baixo-andaluza onde, como vimos, se encontra particularmente bem representada (cf. Ferrer Albelda/ García Fernández 2008). As peças desta tipologia ostentam de resto, com alguma frequência, gramáticas decorativas complexas, que se encontram também documentadas em algumas peças do OSM.

As peças desta forma decoradas com pintura da necrópole apresentam configurações algo diversificadas, desde os modelos mais canónicos, com carena média ou alta bem marcada e colo marcado por um ressalto que lhe confere um aspecto moldurado, até outros algo mais simplificados, de carena suavizada e perfil geral em “S”, sem ressalto. As suas dimensões são também algo variáveis, oscilando os diâmetros de bordo entre os 15,3 e os 26,4cm e os diâmetros de fundo, nos casos mais bem conservados, entre os 8,1 e os 9,9cm; registam-se peças com alturas entre os 18 e, pelo menos, os 28cm⁴. Correspondem a produções dos Grupos de Fabrico 1 (nove exemplares) e 3 (cinco exemplares).

4. Esta medida regista-se numa peça incompleta, a que falta o fundo, pelo que originalmente atingiria, pelo menos, os 30cm de altura.

Do ponto de vista decorativo, verificam-se situações muito diferenciadas, embora predomine a aplicação de pintura na metade ou terço superior da superfície externa, cobrindo o bordo e uma estreita franja da superfície interna; regista-se também, contudo, um caso em que a pintura cobriu integralmente a superfície externa.

A propósito dos motivos pintados, duas peças merecem aqui uma menção aparte por apresentarem gramáticas decorativas mais complexas. Por um lado, a peça 327, já publicada por S. Frankenstein (1997: Lám. 56), apresenta sobre a porção média do bojo um campo decorativo isento delimitado por duas largas bandas pintadas no interior do qual se executaram sanefas formadas por grupos de sete linhas ondulantes verticais, alternados com métopas formadas igualmente por sete linhas ondulantes, neste caso horizontais.

Por outro lado, a peça 340, que se encontrava até há pouco inédita, exceção feita à sua inclusão no catálogo da exposição *De Ulisses a Viriato* (AA.VV. 1996), apresenta uma decoração mais complexa. Partindo do bordo, verifica-se a presença de uma primeira banda vermelha violácea realizada sobre a própria pestana formada por este e, mais abaixo, quatro bandas pintadas, a última das quais delimita superiormente um primeiro campo decorativo, onde se executou uma sequência geométrica composta por grupos de duas grinaldas de segmentos de círculos separados entre si por sanefas formadas por dez linhas verticais; todos estes motivos encontram-se parcialmente sobrepostos à já mencionada banda que delimita superiormente este registo.

Sob esta sequência geométrica documenta-se outra banda, mais larga que as anteriores, que delimita inferiormente o registo decorativo superior e da qual pende o complexo decorativo inferior, composto por grinaldas de onze círculos concêntricos separadas entre si por sanefas formadas por grupos de onze linhas verticais.

A estes dois recipientes poderia ainda somar-se um terceiro, de que infelizmente apenas se conserva um pequeno fragmento de bojo, no qual se aprecia igualmente contudo a presença de motivos complexos, incluindo grupos de linhas ondulantes e possíveis círculos concêntricos; esta decoração é, além disso, bícroma, tendo os motivos geométricos complexos sido executados a negro, ao passo que a banda de delimitação do campo decorativo se realizou a vermelho.

Os motivos documentados nestes três recipientes podem considerar-se, a todos os títulos, representativos do repertório decorativo da cerâmica da área dita “Turdetana” da Baixa Andaluzia (Ferrer Albelda/ García Fernández 2008), e bem assim da área algarvia que com ela manteve estreitos laços durante a II Idade do Ferro (Arruda 1997; Gomes/ Arruda 2013), o que vem referendar a clara identidade entre as peças da necrópole de Alcácer do Sal e as daquelas regiões meridionais com as quais já em apartados anteriores relacionei a forma em apreço. Considerada essa relação, estas peças podem, como as suas equivalentes não decoradas, datar-se entre os séculos V e III a.n.e..

Forma VI.4 – Urnas de colo alto (Est. XXVII, nn.342-343)

As urnas de colo alto, que como vimos se encontram representadas nas produções comuns não decoradas por pequenos fragmentos de bordo, contam entre as cerâmicas pintadas com um bom referente, correspondente a uma peça completa (cf. Frankenstein 1997: Lám. 55) que permite tipificar esta forma, a que se soma ainda um segundo recipiente muito fragmentário.

As características dessa peça completa – 342 – foram já evocadas acima no sentido de caracterizar com mais precisão a forma em apreço, restando aqui apenas assinalar a sua gramática decorativa, consistente na aplicação de pintura vermelha sobre o terço superior da sua superfície externa, abrangendo esta pintura também o bordo e uma franja estreita da superfície anterior. A peça 343, muito incompleta, apresentaria contudo uma gramática decorativa distinta, tendo-se aplicado a pintura, tanto quanto se pode apreciar, apenas sobre o bordo e uma estreita área da superfície interna.

Estas peças apresentam diâmetros relativamente homogêneos – 19,2 a 19,5cm – apresentando a peça completa um diâmetro de fundo de 9,3cm e uma altura de 26,4cm. Estas peças correspondem a produções dos Grupos de Fabrico 1 e 3, que somam um exemplar cada um.

Sobre os paralelos e o enquadramento crono-cultural das urnas do tipo em apreço tive já oportunidade de tecer acima algumas considerações, pelo que me limito a recordar que estas peças deverão

corresponder a um horizonte da II Idade do Ferro, com cronologias centradas nos séculos IV a II a.n.e., sem excluir perdurações já em contextos republicanos.

Grupo VIII – Pequenos potes

O Grupo VIII, que engloba, como vimos, pequenos potes de distintas morfologias, encontra-se bem representado no conjunto da cerâmica pintada, somando um total de nove exemplares, dos quais sete se podem distribuir pelas várias formas e variantes concretas estabelecidas anteriormente, e inclusivamente por uma forma adicional – a Forma VIII.3 – atestada unicamente por recipientes com decoração pintada.

Registam-se também, contudo, dois recipientes (Est. XXVII, nn.346 e 353) que, pertencendo sem lugar a dúvidas a este grupo, não podem, pelo seu mau estado de conservação, atribuir-se a nenhuma dessas formas ou variantes. Caberia ainda assim registar que correspondem a peças de colo estrangulado, das Formas VIII.1 ou VIII.2, com diâmetros entre os 5 e os 6cm, ostentando decorações pintadas em bandas, num caso sobre a faceta externa do bordo e colo e noutro exemplar sobre a superfície interna do colo. Correspondem a produções dos Grupos de Fabrico 3 e 4, que somam um exemplar cada um.

Forma VIII.1 – Pequenos potes globulares (Est. XXVII, nn.347-349)

Os pequenos potes globulares da Forma VIII.1 encontram-se representados entre as cerâmicas com decoração pintada do OSM por um pequeno conjunto de três peças, todas pertencentes à variante VIII.1.a, caracterizada pela prática ausência de colo. Estas peças apresentam diâmetros entre os 4,5 e os 7,1cm, contando a única peça bem preservada com um diâmetro de fundo de 3,8cm e uma altura máxima de 6cm. Correspondem a produções dos Grupos de Fabrico 3 (um exemplar) e 4 (dois exemplares).

As gramáticas decorativas destas peças são algo distintas entre si, registando-se num caso a cobertura quase integral da superfície externa, noutro a cobertura, pelo menos parcial, da superfície externa e da porção superior da superfície interna, bem como soluções mais sumárias, compostas por uma banda na superfície externa.

Houve já ensejo num apartado anterior de analisar os paralelos e o enquadramento cultural destes característicos recipientes, cabendo aqui unicamente recordar que estas peças, cuja morfologia acusa fortes influências do repertório vascular Ibérico do Sudeste peninsular (cf. *supra*), se enquadram numa etapa já da II Idade do Ferro, situando-se preferencialmente nos séculos IV e III a.n.e..

Forma VIII.2 – Pequenos potes bitroncocónicos (Est. XXVII, nn.350-352)

Os potes de morfologia bitroncocónica da Forma VIII.2 encontram-se igualmente representados entre as produções pintadas do OSM, somando um total de três exemplares, enquadráveis tanto na variante de carena média (VIII.2.a, dois exemplares) como na de carena baixa (VIII.2.b, um exemplar).

Estas peças, estreitamente relacionadas com as da forma anterior, apresentam dimensões muito homogêneas, com diâmetros de bordo entre os 4,5 e os 4,8cm, diâmetros de fundo entre os 3,6 e os 4,2cm e alturas entre os 6,3 e os 6,9cm. Correspondem a produções dos Grupos de Fabrico 1 (dois exemplares) e 3 (um exemplar). Do ponto de vista decorativo, estas peças apresentam gramáticas diferenciadas entre si, consistentes na aplicação de pintura vermelha viva a violácea, por vezes espessa, em toda a superfície externa, só na metade superior dessa superfície ou ainda só na porção inferior da mesma.

Uma vez mais, os paralelos e o enquadramento cultural destas peças foram já discutidos com algum detalhe ao tratar das suas homólogas não decoradas, pelo que não me parece pertinente repetir neste contexto as considerações então tecidas. Recordaria apenas que estas peças apresentam um enquadramento cronológico similar às da forma anterior, centrando-se a sua produção e uso nos séculos IV e III a.n.e..

Forma VIII.3 – Pequenos potes cilíndricos (Est. XXVII, nn. 344-345)

Os recipientes que se recolhem na Forma VIII.3 apresentam uma morfologia *grosso modo* cilíndrica, com paredes ligeiramente convexas, sem colo diferenciado, separadas dos bordos, sub-horizontais e extroversos, por uma marcada inflexão. As peças deste tipo apresentam diâmetros de bordo entre os 8 e os 8,5cm, não se podendo documentar o tipo de fundo que apresentariam, nem a sua altura total.

Documentam-se dois exemplares desta forma (0,53% do conjunto total), ambos pintados – trata-se, com efeito, da única forma do repertório do OSM exclusivamente representada nas produções pintadas em apreço – num caso com bandas vermelhas violáceas na superfície externa e no topo do bordo, e noutro caso com bandas negras seguindo *grosso modo* a mesma disposição. Ambas as peças apresentam pastas englobáveis no Grupo de Fabrico 4, correspondendo portanto a importações da Baía de Cádiz.

Embora seja pouco frequente noutros conjuntos cerâmicos, a produção destas peças nos *ateliers* oleiros de *Gadir* encontra-se bem atestada (Sáez Romero 2008: Forma GDR 12.1.2), podendo as peças do OSM em apreço datar-se de uma fase tardia, do século IV ou mesmo já do III-II a.n.e..

Grupo X – Lucernas (Est. XXVII, n.354)

As lucernas de um só bico acima recolhidas no Grupo X da cerâmica comum sem decoração encontram-se representadas nas produções com decoração pintada por um único exemplar, tipologicamente idêntico aos que acima tive oportunidade de comentar. Esta peça, dotada de um bordo sub-horizontal em aba, de uma carena bastante pronunciada e de uma base convexa, ostenta pintura a vermelho em toda a superfície externa, não sendo totalmente de excluir que possa corresponder antes a uma produção de engobe vermelho cujo revestimento se encontra muito erodido. Este exemplar conta com um diâmetro de 13,6cm e corresponde a uma produção do Grupo de Fabrico 3.

As lucernas pintadas e de engobe vermelho são bastante abundantes nos contextos da I Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular, podendo citar-se, entre outros, exemplos da necrópole da Cruz del Negro (Aubet 1978a: nn.15-16), além dos já referenciados a propósito dos exemplares não decorados do OSM.

3.1.4.4. Aspectos decorativos: breves notas

Antes de dar por concluído este apartado dedicado às cerâmicas dotadas de decoração pintada caberia tecer ainda algumas breves considerações de conjunto sobre a composição dos repertórios decorativos que tenho vindo a descrever nos parágrafos anteriores.

Neste domínio, parece-me pertinente reservar um primeiro comentário à questão das próprias tonalidades utilizadas no contexto das decorações pintadas. Por um lado, parece-me significativa a absoluta marginalidade da presença de soluções bícromas, representadas neste conjunto por uma única peça, a que se soma um fragmento incaracterístico de uma segunda, e que bem poderá resultar de factores cronológicos, já que como houve ensejo de comentar a combinação do vermelho e do negro constitui uma das características definitórias das mais antigas produções pintadas, herdeiras da *bichrome ware* oriental (Figura 18).

Por outro lado, e ainda no que diz respeito à coloração das decorações pintadas, caberia assinalar, no seio das decorações monocromas, a absoluta predominância das tonalidades do espectro vermelho, que variam entre o vermelho alaranjado, o vermelho vivo e o violáceo. 50 das peças estudadas – isto é, 96,2% do conjunto – apresenta decorações baseadas unicamente neste espectro cromático, contra apenas uma – 1,9% do total – que apresenta decoração monocroma a preto, e que além do mais pode considerar-se bastante tardia, correspondendo aos momentos finais da Idade do Ferro.

Figura 18 – Gramáticas decorativas da cerâmica pintada do OSM.

Verifica-se, por outro lado, um predomínio esmagador das peças com decorações em bandas ou zonadas – 37 peças, correspondentes a 71,2% do conjunto total – sobre as que apresentam revestimentos integrais ou quase integrais de uma ou de ambas as superfícies – 13 peças, correspondentes a 25% do total, podendo considerar-se estes números como estimativas maximalistas, já que se verificam questões de preservação que por vezes impedem a correcta compreensão da extensão da pintura – ou motivos decorativos complexos de índole geométrica, muito residuais – duas peças, perfazendo 3,8% do total – e englobáveis em momentos claramente tardios.

De uma forma global, contudo, o conjunto em apreço pode considerar-se representativo das produções pintadas da Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular e da sua evolução, espelhando, ainda que a uma escala modesta, os principais traços evolutivos desta técnica decorativa e dos repertórios formais que lhe servem de suporte.

Estampa III – Cerâmica Comum - Forma I.1 (Pratos).

Estampa IV – Cerâmica Comum - Forma I.2 (Tigelas).

Estampa V – Cerâmica Comum - Formas I.2 (Tigelas), I.3 (Grande Tigela), I.4 (Pratos de Peixe) e I.5 (Prato de largo bordo sub-horizontal).

Estampa VI – Cerâmica Comum - Formas II.1 (Taças Carenadas), II.2 (Taça Profunda de Perl Moldurado), II.3 «Lebrillos», III (Tulipiformes), IV.1-4 (Grandes Recipientes).

Estampa VII – Cerâmica Comum - Forma V.1.a (Pote/Urna Simples, sem colo).

Estampa VIII – Cerâmica Comum - Forma V.1.b (Potes/ Urnas Simples, de colo indicado).

Estampa IX – Cerâmica Comum - Forma V.1.b (Potes/ Urnas Simples, de colo indicado).

Estampa X – Cerâmica Comum - Forma V.1.c (Potes/ Urnas Simples, de colo cilíndrico).

Estampa XI – Cerâmica Comum - Forma V.1.d (Potes/ Urnas Simples, de bordo desenvolvido e divergente).

Estampa XII – Cerâmica Comum - Formas V.1.d (Potes/ Urnas Simples, de bordo desenvolvido e divergente) e V.3 (Pote Meleiro).

Estampa XIII – Cerâmica Comum - Formas V.2.a, V.2.b e V.2.c.

Estampa XIV – Cerâmica Comum - Formas V.2 (Púcaros) e VI.1 (Urnas “Cruz del Negro”).

Estampa XV – Cerâmica Comum - Forma VI.2 (Urnas Bitroncocónicas).

Estampa XVI – Cerâmica Comum - Forma VI.2 (Urnas Bitroncocónicas), VI.3 (Urna de Orelhetas), VI.4 (Urnas de Colo Alto) e VII.1 (Jarras Globulares).

Estampa XVII – Cerâmica Comum - Forma VII.1 (Jarras Globulares) e VII.2 (Jarras Piriformes).

Estampa XVIII – Cerâmica Comum - Forma VII.3 (Jarras Bitroncocónicas), VII.4 (Jarra Cilíndrica) e VII.1-3 (Jarras).

Estampa XIX – Cerâmica Comum - Formas VII.4 (Garrafa), VII.5 (Oinochoe), VIII.1 (Pequenos Potes Globulares) e VIII.2 (Pequenos Potes Bitruncocónicos).

Estampa XX – Cerâmica Comum - Formas VIII.2 (Pequenos Potes Bitroncocónicos), VIII (Pequenos Potes) e IX.1-3 (Unguentários).

Estampa XXI – Cerâmica Comum - Formas X (Lucernas), XI (Tampas) e Indeterminadas.

Estampa XXII – Cerâmica Pintada - Formas I.1 (Pratos), I.4 (Pratos de Peixe), II.1 (Taças Carenadas), II.3 ("Lebrillos") e III (Tulipiformes).

Estampa XXIII – Cerâmica Pintada - Formas V.1.b (Potes/Urnas Simples, de colo indicado) e VI.1 (Urnas "Cruz del Negro").

Estampa XXIV – Cerâmica Pintada - Forma VI.2 (Urnas Bitroncocónicas).

Estampa XXV – Cerâmica Pintada - Forma VI.2 (Urnas Bitroncocónicas).

340

341

Estampa XXVI – Cerâmica Pintada - Forma VI.2 (Urnas Bitroncocónicas).

Estampa XXVII – Cerâmica Pintada - Formas VI.4 (Urnas de Colo Alto), VIII (Pequenos Potes) e X (Lucerna).

3.1.5. Cerâmica Cinzenta

3.1.5.1. Definição e quantificação

O estudo da cerâmica cinzenta do OSM constitui um desafio a vários títulos complexo. A análise preliminar do conjunto cerâmico global da necrópole permitiu, com efeito, documentar a existência de um núcleo importante de produções cerâmicas de cozedura redutora de natureza muito heterogénea, que só em parte se identifica de forma cabal com o que tipicamente se define como cerâmica cinzenta – ou, mais especificamente, como cerâmicas cinzentas finas, cinzentas finas polidas ou cinzentas finas “orientalizantes” (Vallejo Sánchez 2015, com bibliografia). Uma tal heterogeneidade não é, de resto, surpreendente, se se considerar a ampla diacronia de utilização da necrópole com o que esta acarreta de alteração dos padrões técnicos e formais de produção cerâmica.

Por outro lado, o próprio contexto funcional destas peças provoca certos problemas, sobretudo a uma análise eminentemente visual e macroscópica como a que tive oportunidade de realizar, na medida em que a presença frequente de marcas de calor intenso e mesmo da acção de fogo, bem como a prolongada deposição em meios ricos em cinzas e carvões como são as sepulturas de cremação do OSM, poderão ter provocado alterações na coloração e mesmo na estrutura física das peças, constituindo assim um factor de distorção importante.

Dadas estas condicionantes de análise, optei na presente exposição, seguindo um critério já ensaiado em outros trabalhos de fundo sobre cerâmica cinzenta (Rísquez 1993), por agregar num único apartado o conjunto das produções cerâmicas de cozedura redutora, procurando, na medida do possível, proceder ao desdobramento das suas diversas variantes produtivas através do estabelecimento de grupos de fabrico diferenciados.

Seguindo este critério aglutinador, o conjunto das cerâmicas cinzentas do OSM ascende a um total de 115 indivíduos (NMI), correspondendo assim a 17,3% do conjunto cerâmico total, o que torna estas produções redutoras a segunda categoria mais abundante na necrópole.

3.1.5.2. Fabricos e aspectos técnicos de produção

As peças recolhidas neste apartado apresentam, como já tive oportunidade de referir, uma marca da heterogeneidade, partilhando contudo uma característica tecnológica comum – o uso de cozeduras redutoras, ou pelo menos irregulares com arrefecimento redutor – resultante em pastas que apresentam distintas tonalidades de cinzento. Se esse aspecto técnico confere certa unidade a este grupo, do ponto de vista da qualidade das pastas e dos acabamentos das peças o panorama, muito pouco normalizado, permite estabelecer distintos grupos de fabrico (Figura 19), em parte paralelos com os definidos para o material do povoado (Silva *et al.* 1980-1: 178) e que aqui se retomam, com certos acrescentos.

Figura 19 – Distribuição da cerâmica cinzenta do OSM por Grupos de Fabrico.

Com efeito, pude documentar um conjunto de peças que parecem enquadrar-se no Grupo A do Castelo de Alcácer (*ibidem*) e que poderiam dividir-se em dois fabricos específicos:

Fabrico A.1 – Pastas de tonalidade cinzenta clara ou ocasionalmente *beige* acinzentada ou cinzenta alaranjada, finas, compactas e bem depuradas; apresentam elementos não plásticos de pequenas e, menos frequentemente, médias dimensões, predominando as areias quartzíticas e as micas brancas, acompanhadas por vezes de nódulos de calcite e óxidos de Ferro. As peças deste fabrico apresentam além disso uma elevada incidência de acabamentos polidos ou espatulados de boa qualidade. Pude atribuir um total de 65 indivíduos (NMI) a este fabrico, maioritário portanto dentro do conjunto da cerâmica cinzenta do OSM (56,5%);

Fabrico A.2 – Pastas com núcleos *beiges* a rosados e margens cinzentas ou ocasionalmente cinzentas acastanhadas, finas, compactas e relativamente bem depuradas; apresentam elementos não plásticos relativamente frequentes, de pequenas e mais raramente de médias dimensões, sendo predominantes, tal como no fabrico anterior, as areias quartzíticas e as micas brancas, frequentemente acompanhadas, neste caso, por calcites e óxidos de Ferro, mais abundantes do que no fabrico anterior. As peças deste grupo apresentam quase sempre um acabamento polido de boa qualidade. Este fabrico, claramente minoritário, soma um total de oito indivíduos, correspondendo a 7% do total do conjunto.

Também o Grupo B definido para o material do povoado (*ibidem*) se encontra representado no conjunto em apreço. Engloba peças de tonalidade cinzenta escura a cinzenta acastanhada escura, atingindo em ocasiões tonalidades quase negras; as pastas, compactas e relativamente depuradas, contam com elementos não plásticos medianamente frequentes, de pequenas e médias dimensões, similares aos documentados nas peças do Grupo A (quartzo, areias quartzíticas, micas brancas), a que deve somar-se a ocorrência de vacúolos e a ocorrência, neste caso muito esporádica, de calcites, plagioclases e óxidos de Ferro. Estão bem documentados neste fabrico os acabamentos de boa qualidade, incluindo polimentos intensivos, mas também são frequentes as peças meramente alisadas ou sem nenhum acabamento particular. Este Grupo B conta com um total de 29 indivíduos, correspondendo portanto a 25,5% do conjunto total.

Finalmente, recolhi ainda neste apartado um conjunto de materiais que não se enquadram nos grupos de fabrico definidos *a priori* para o material do povoado, e que englobarei num putativo Grupo C, caracterizado pela aparente predominância de cozeduras irregulares, e cujas pastas apresentam um aspecto manchado combinando numa só peça zonas de tonalidade cinzenta acastanhada a cinzenta escura e outras de tonalidade *beige* acastanhada a castanha alaranjada. As pastas são geralmente compactas mas pouco depuradas, com elementos não plásticos frequentes, de médias e pontualmente mesmo de grandes dimensões, similares aos documentados nos restantes grupos de fabrico (quartzo, micas brancas, óxidos de Ferro e vacúolos). As peças deste grupo não apresentam, na sua generalidade, qualquer tipo de acabamento particular. No total, este fabrico conta com 13 indivíduos, perfazendo assim 11,3% do conjunto global da cerâmica cinzenta.

A ausência de um contexto estratigráfico concreto para a virtual totalidade dos materiais aqui analisados não permite, *a priori*, tecer quaisquer considerações sobre a evolução diacrónica da incidência de cada um dos fabricos nem estabelecer de forma taxativa uma relação entre a qualidade dos tratamentos de superfície e a cronologia dos materiais.

3.1.5.3. Tipologia e cronologia

Considerações prévias

À semelhança do verificado com a cerâmica comum e pintada estudada nas páginas anteriores, o estudo do conjunto de cerâmica cinzenta do OSM implicou o estabelecimento de uma tipologia própria relativamente alargada. De facto, e embora ao contrário das produções comuns constitua uma categoria cerâmica amplamente estudada, pude constatar que nenhuma das múltiplas tipologias disponíveis, sejam elas gerais (Roos 1982; Caro 1989; Mancebo Dávalos 1993; 1994; Vallejo Sánchez 2005; 2015) ou particulares (Belén Deamos 1976; Almagro-Gorbea 1977: 462-9; Lorrio 1988-9; 2008a; Mancebo/ de la Bandera/ García 1992; Vallejo Sánchez 1999b; Arruda 1999-2000; Arruda/ Freitas/ Vallejo Sánchez 2000;

Mayet/ Silva 2000: 42-51; Maass-Lindemann 2000; Henriques 2006; Sala Sellés 2007; Belén Deamos/ Román Rodríguez 2011; Furtado 2013), recobre a totalidade do repertório formal documentado no OSM.

Esta situação decorrerá, em parte, naturalmente, da perspectiva aglutinadora seguida neste apartado, e que acima expliquei e procurei justificar, mas sobretudo da efectiva heterogeneidade e amplitude diacrónica do conjunto, e mesmo de uma certa falta de estandardização das produções cerâmicas redutoras que parece depreender-se da sua leitura morfológica.

Grupo I Pratos e Taças	I.1	I.1.a I.1.b I.1.c I.1.d I.1.e
	I.2
	I.3	I.3.a I.3.b I.3.c
	I.4
	I.5
Grupo II Taças carenadas	II.1
	II.2
	II.3
	II.4
	II.5
	II.6

Tabela 2 – Tipologia da cerâmica cinzenta do OSM.

Grupo III - Tulipiformes	III.1
	III.2
Grupo IV - Grandes Rec.	IV.1
	IV.2
Grupo V - Potes/urnas	V.1
	V.2
	V.3
	V.5
Grupo VI - Jarros	VI.1
	VI.2
	VI.3

Tabela 2 – Tipologia da cerâmica cinzenta do OSM (cont.).

Grupo VII - Pequenos potes	VII.1
	VII.2	VII.2.a VII.2.b VII.2.c.1 VII.2.c.2
Grupo VIII - Unguentários	VIII.1
	VIII.2
Grupo IX - Tampas	IX.1
	IX.1
Indeterminados

Tabela 2 – Tipologia da cerâmica cinzenta do OSM (cont.).

Figura 20 – Distribuição da cerâmica cinzenta do OSM por Formas e Grupos de Fabrico.

Também a natureza funcional do sítio poderá justificar a maior diversidade tipológica documentada, na medida em que a grande maioria das tipologias disponíveis resulta do estudo de materiais de contextos de habitat, sendo a única exceção o estudo da cerâmica cinzenta da necrópole de Medellín (Lorrio 1988-9; 2008a), onde justamente se documenta uma diversidade tipológica também significativa.

Assim sendo, procurei organizar o relativamente abundante material desta categoria de acordo com nove grandes grupos formais: Grupo I – Pratos e Taças; Grupo II – Taças Carenadas; Grupo III – Tulipiformes; Grupo IV – Grandes Recipientes; Grupo V – Potes/Urnas; Grupo VI – Jarras; Grupo VII – Pequenos Potes; Grupo VIII – Unguentários; Grupo IX – Tampas (Tabela 2; Figura 20). Estes grupos foram, por sua vez, tal como os que defini para a cerâmica comum e pintada, divididos em formas concretas e, sempre que justificável, em variantes e ocasionalmente sub-variantes.

A tipologia resultante desta divisão apresenta, como se verá, uma certa complexidade, sendo relativamente frequentes as formas e variantes que, revestindo-se de uma inegável identidade morfológica própria, contam com uma escassa representatividade numérica (um ou dois indivíduos), o que pode *a priori* considerar-se como um sintoma da já mencionada falta de estandardização produtiva.

Grupo I – Pratos e taças

Forma I.1 – Pratos/tigelas em calote de esfera (Est. XXVIII)

Correspondendo a pratos e/ou tigelas de morfologia em calote de esfera simples, esta forma constitui um dos tipos mais amplamente documentados ao longo de toda a diacronia da Idade do Ferro, prolongando-se de resto até à Época Romana. Dentro das peças desta forma do OSM podem definir-se distintas variantes baseadas no tipo de bordo – variantes I.1.a, de bordo simples, I.1.b, de bordo ligeiramente reentrante, sem espessamento, I.1.c, de bordo reentrante espessado internamente, I.1.d, de bordo com extremidade em ponta, e I.1.e, de bordo biselado – cujo significado cronológico ou tipológico não parece possível precisar.

Embora não possa restituir-se em todos os casos a tipologia dos fundos destes recipientes, os exemplares que preservam o perfil completo indiciam a presença de fundos planos indiferenciados, de fundos apenas indicados bem como de fundos indicados côncavos e mesmo, num caso, de um pé de anel incipiente, possivelmente correspondente a uma peça tardia.

Quanto às suas dimensões, deve assinalar-se a notória variabilidade que caracteriza este grupo. Com efeito, os diâmetros de bordo oscilam entre os 10,4 e os 18,6cm, sendo a média de 14,3cm; por outro lado, os poucos fundos documentados revelam um panorama mais homogéneo, variando os seus diâmetros entre os 3 e os 5cm, sendo a média de 4,5cm. A altura, nos casos em que pode ser estabelecida com segurança, oscila entre os 3,5 e os 4,4cm, sendo a média neste caso de 4,1cm.

Esta forma contabiliza um total de 25 indivíduos, correspondendo portanto a 21,7% do conjunto total da cerâmica cinzenta. As peças enquadráveis nos fabricos do Grupo A são predominantes (A.1 – 14 NMI; A.2 – 3 NMI), registando-se igualmente exemplares pertencentes aos Grupos B (5 NMI) e C (3 NMI). A incidência de acabamentos polidos de boa qualidade nas peças desta forma é bastante alta, estando presente em onze das 25 peças (cerca de 44%).

Dada a sua simplicidade morfológica, esta forma apresenta não só uma transversalidade cronológica muito significativa, estando atestada praticamente desde os inícios da Idade do Ferro e perdurando até à Época Romana, como uma dispersão geográfica que torna impossível resenhar aqui todos os paralelos possíveis. Limitar-me-ei, por isso, a assinalar que esta forma se encontra recolhida na generalidade das tipologias estabelecidas para a cerâmica cinzenta do Sudoeste Peninsular, correspondendo em maior ou menor medida aos Tipos I a IV de M.^a Belén Deamos (1979), bem como às Formas 5 (tigelas de bordo simples) e 2 (tigelas de bordo reentrante) de A. M.^a Roos (1982), à forma 20 de A. Caro (1989) e aos Tipos IA, IB e IC1 de J. Mancebo Dávalos (1994).

Importa ainda mencionar a presença desta forma nos repertórios da cerâmica cinzenta dos sítios da envolvente imediata da necrópole em estudo. As diversas variantes desta forma encontram-se, com efeito, presentes no Castelo de Alcácer do Sal, distribuindo-se pelas Fases III e IV (Silva *et al.* 1980-1: Figs. 14 e 17), em Abul A, onde se recolhem como Tipo II, em particular na sua variante II.B, frequente em ambas as fases do sítio (Mayet / Silva 2000: 48 e Fig. 9), sendo contudo rara em Abul B (*ibidem*: 182), em Setúbal, sobretudo na Fase II da Travessa dos Apóstolos (Soares / Silva 1986), e bem assim na necrópole do Vale da Palha (Sesimbra) (Arruda/ Cardoso 2015).

No Estuário do Tejo os pratos/tigelas desta forma são igualmente frequentes, estando atestados desde a primeira metade do I milénio a.n.e., nomeadamente no Claustro da Sé de Lisboa, onde se recolhem como Tipo 1A e, em parte, 1B (Arruda / Freitas / Vallejo Sánchez 2000), e no Castelo de São Jorge (Sousa/ Guerra 2018: Fig. 18), na Quinta do Almaraz, onde se recolhem como Tipo 1 (Henriques 2006: 47-9), e na Alcáçova de Santarém, onde se recolhem igualmente na Forma 1 (Arruda 1999-2000: Figs. 130-4).

As peças desta forma são também frequentes noutros sítios do Baixo Tejo e do seu *hinterland* datáveis em torno aos meados do I milénio a.n.e. (Cardoso et al. 2010-1: Fig. 15; Cardoso/ Silva 2013: Fig. 12; Sousa 2013: Figs. 4 e 9; Arruda et al. 2014: Figs. 6-7; Cardoso et al. 2014: Figs. 23 e 34; Sousa et al. 2016-7: Fig. 12; Sousa/ Arruda 2018: Figs. 18, 22 e 24; Pimenta et al. 2018: Fig. 29; Olaio et al. 2019: Fig. 12), perdurando de resto até à Idade do Ferro, como demonstra a sua representativa presença na sequência sidérica da Rua dos Correeiros em Lisboa (Série 1 – Sousa 2014: 133-6) ou no sítio de Cabeço Guião (Cartaxo) (Arruda et al. 2017b: Fig. 17).

Importa, por outro lado, assinalar a existência de paralelos claros para a utilização de recipientes desta tipologia em ambientes funerários, sendo o exemplo geográfica e quiçá culturalmente mais próximo o da necrópole do Convento da Graça, em Tavira, onde se exumou um significativo conjunto de pratos de cerâmica cinzenta (Arruda / Covaneiro / Cavaco 2008: Fig. 29), podendo igualmente assinalar-se os exemplos das necrópoles de Torre de Palma (Langley/ Mataloto/ Boaventura 2008: Fig. 4), de Fareleira 3, em Pedrógão (Figueiredo/ Mataloto 2017: Fig. 13), de Valdelagrulla, em Badajoz (Menéndez Menéndez et al. 2014: Figs. 7-8), ou de Medellín. Nesta última, as peças desta morfologia, correspondentes ao Tipo A1 de A. Lorrio (1988-9; 2008a), são particularmente abundantes.

Dada a sua simplicidade, esta forma apresenta uma assinalável estabilidade formal que dificulta enormemente a sua adscrição cronológica, parecendo impossível num conjunto como o do OSM, desprovido de coordenadas estratigráficas seguras, estabelecer qualquer tipo de esquema evolutivo concreto. Note-se, contudo, que os dados de Abul permitem entrever uma certa evolução formal ao nível das bases destes recipientes, parecendo notar-se uma tendência para uma maior concavidade e pés mais assinalados em Abul B do que a que se verificava em Abul A, o que poderia ecoar a tendência documentada em Medellín em que os exemplares mais tardios apresentam também fundos côncavos e pés incipientes (Lorrio 1988-9; 2008a), o que situaria as peças 357 e 370 do OSM num momento avançado da evolução desta forma.

Forma I.2 – Tigelas de tendência troncocónica (Est. XXVIII, nn.372-373)

Estreitamente relacionadas com a forma anterior, as duas tigelas que recolhi nesta forma (2,1% do conjunto total) individualizam-se com respeito às antes analisadas pelas suas grandes dimensões, com diâmetros entre os 17 e os 21cm, mas sobretudo pela sua maior profundidade e pela tendência marcadamente recta e divergente das suas paredes, que lhes confere uma morfologia *grosso modo* troncocónica. Os bordos, reentrantes e bem assinalados, constituem igualmente um detalhe morfológico distintivo. Ambas as peças deste grupo correspondem a produções do Grupo A (A.1 – 1 NMI; A.2 – 1 NMI), apresentando um acabamento polido de boa qualidade.

Embora menos correntes que as suas congéneres da forma anterior, estas tigelas contam não obstante com bons paralelos em outros conjuntos de cerâmica cinzenta. Na envolvente imediata do OSM caberia assinalar a presença de peças provavelmente similares às que aqui me ocupam no Castelo de Alcácer do Sal, nomeadamente nas suas Fases III e IV (Silva et al. 1980-1: Figs. 14 e 17) bem como em Abul A, onde constitui o Tipo II.C.2, particularmente frequente nos níveis da segunda fase do sítio (Mayet / Silva 2000: 48-9), e em Abul B (*idem*: Fig. 79).

No restante território português as peças desta morfologia não são igualmente desconhecidas, podendo citar-se certos exemplares do Tipo 1B da Sé de Lisboa (Arruda / Freitas / Vallejo Sánchez 2000: Fig. 7), da Alcáçova de Santarém (Arruda 1999-2000: Fig. 135; Sousa/ Arruda 2018: Figs. 18, 20, 22 e 24), da Outurela I e II (Cardoso et al. 2014: Figs. 28-9 e 34), do Alto dos Cacos (Sousa et al. 2016-2017: Fig. 12) e da Eira da Alorna (Pimenta et al. 2018: Fig. 29), ambos em Almeirim, e possivelmente também de Conímbriga (Alarcão 1975; Correia 1993a: Fig. 6), bem como os exemplares recolhidos no Tipo I.B do Castelo de Castro Marim (Furtado 2013: 33), embora estes não apresentem bordos diferenciados como

os exemplares do OSM (*idem*: 49). Em ambientes funerários, esta forma documenta-se ainda na necrópole de Torre de Palma (Langley/ Mataloto/ Boaventura 2008: Fig. 4).

Já no actual território espanhol cumpriria assinalar a presença de peças deste tipo na região de Huelva, nomeadamente no próprio centro histórico da cidade, entre os meados do século VII e os finais do VI a.n.e. (Fernández Jurado 1988-9: Est. XXII, n.1 e Est. XLVIII, n.5), e em Niebla (Belén Deamos/ Escacena Carrasco 1990: Lám. XXVI, n.4), datando do século VII a.n.e., bem como no Castillo de Doña Blanca, em Puerto de Santa María (Vallejo Sánchez 1999b: 108), e na área do Baixo Guadalquivir, recolhendo-se no Tipo IC4 de J. Mancebo Dávalos (1994: 354).

Na necrópole *extremeña* de Medellín documentam-se também exemplares muito semelhantes aos que me ocupam, distribuídos pelas formas A1C e A1D de A. Lorrio (1988-9; 2008a), que recobrem o século VI e as primeiras décadas do V a.n.e. (Lorrio 2008a: 694). Já a momentos mais tardios, enquadráveis em plena II Idade do Ferro, pertencerão os exemplares da necrópole murciana de El Tesorico (Puch Ramírez *et al.* 1985: Fig. 46, n.9).

Pode, finalmente, assinalar-se a presença de peças morfológicamente afins às que aqui me ocupam em ambientes propriamente fenícios, de que destacaria o Cerro de Alarcón, integrável no conjunto colonial de Toscanos, no qual as peças deste tipo foram englobadas na forma IIb4 de G. Maass-Lindemann (2000: 159), para a qual se recolhem paralelos do século VI a.n.e., bem como em La Fonteta, na costa alicantina (Sala Sellés 2007; Rouillard / Gailledrat / Sala Sellés 2007: Fig. 224), onde esta forma se documenta sobretudo em estratos da segunda metade dessa mesma centúria.

Dados os paralelos antes aduzidos, não parece fácil estabelecer um enquadramento cronológico específico para a forma em apreço, cujo desenvolvimento poderia situar-se entre os finais do século VII e os inícios do século V a.n.e.; julgo contudo que estes paralelos permitem sugerir, como hipótese, um quadro cronológico centrado no século VI a.n.e. para os exemplares do OSM.

Forma I.3 – Pratos de bordo em aba

Variante I.3.a – Prato de bordo em aba estreito e oblíquo (Est. XXVIII, n.374)

Esta variante, representada por um único exemplar, recolhe uma tipologia de prato amplamente difundida em contextos da I Idade do Ferro cuja introdução parece resultar da imitação de pratos de engobe vermelho de bordo estreito e cronologia relativamente recuada.

Corresponde a uma peça pouco profunda, em calote de esfera, cujo bordo, com cerca de 2cm de largura, segue *grosso modo* a inclinação da parede, da qual se diferencia contudo por um ressalto interno bem marcado e por uma concavidade na face exterior que configura uma espécie de carena pouco vincada. Trata-se de um produto enquadrável no Fabrico A.1 e apresenta um tratamento superficial cuidado consistente num polimento bastante intenso.

Este tipo de recipiente encontra-se sobejamente atestado nos repertórios de cerâmica cinzenta do ocidente peninsular, sendo presença frequente na envolvente imediata do OSM. Note-se, por exemplo, a presença de peças análogas em Alcácer do Sal, enquadráveis na Fase III deste sítio (Silva *et al.* 1980-1: Fig.14), bem como em Abul A, onde se recolhem como Tipo I.A.2, distribuindo-se por toda a sequência de ocupação do sítio; esta tipologia não se documenta, por outro lado, em Abul B, o que indicaria a sua relativa antiguidade dentro da Idade do Ferro regional.

As peças desta morfologia parecem ser desconhecidas também em Lisboa e na Quinta do Almaraz, estando em contrapartida presentes na Outurela I (Cardoso *et al.* 2014: Fig. 24, 4-5), em Santarém (Arruda 1999-2000: 199 e Fig. 135) e em Conímbriga (Alarcão 1975; Correia 1993a: Fig.6). No Sul do actual território português esta forma encontra-se documentada no Castelo de Castro Marim, recolhendo-se no Tipo II.1 definido para o sítio algarvio (Furtado 2013: 35), presente nas Fases III e IV daquele povoado (segunda metade do século VII e século VI a.n.e.).

Também no actual território espanhol se podem identificar paralelos para esta variante, relacionável com a Forma 17A de A. Caro (1989: 144-5) e documentada por exemplo em Huelva, em estratos de finais do século VIII ou de inícios do VII a.n.e. (Fernández Jurado 1988-9: Est. C, n.7), em Tejada la Vieja, também na província de Huelva (Fernández Jurado 1987: Lám. XX, nn.13-4), ou no Castillo de Doña Blanca,

correspondendo grosso modo ao Tipo 7.1 de I. Vallejo Sánchez (1999b: 117 e Fig. 6.8).

Peças similares foram igualmente exumadas na necrópole de Medellín, englobando-se na Forma A2A1 de A. Lorrio (1988-9; 2008a), cuja cronologia parece situar-se entre meados do século VII a.n.e. e inícios da centúria seguinte (*ibidem*). Ainda na Extremadura, deram-se recentemente a conhecer alguns exemplares desta tipologia provenientes das escavações da Escuela de Hostelería de Mérida (Jiménez Ávila/ Heras Mora 2017: Fig. 13). Exemplares análogos documentam-se ainda em ambientes propriamente fenícios, nomeadamente no Cerro de Alarcón (Maass-Lindemann 2000: Fig. 4) e em La Fonteta, englobando-se no Tipo 2.5 da cerâmica cinzenta do sítio alicantino, datado entre a segunda metade do século VII e os inícios do VI a.n.e. (Sala Sellés 2007: 206).

Os parâmetros cronológicos dos paralelos antes aduzidos, e em particular os dados estratigráficos de Abul e do Castelo de Alcácer, permitem enquadrar a peça em apreço num momento antigo dentro da sequência da necrópole, datável na segunda metade do século VII a.n.e. ou na primeira metade da centúria seguinte.

Variante 1.3.b – Pratos de bordo sub-horizontal (Est. XXIX, nn.375-376)

Esta variante inclui dois recipientes em calote de esfera relativamente pouco profundos com bordos separados do corpo por uma inflexão que lhes confere um aspecto sub-horizontal; deve assinalar-se, contudo, que o mau estado de conservação da peça 375 levanta algumas reservas quanto à sua integração tipológica. Estas peças apresentam de resto diâmetros algo distintos – 15 e 19cm, respectivamente – e pertencem igualmente a fabricos distintos, concretamente ao Fabrico A.1 e ao Fabrico B. Assinale-se, por outro lado, que apesar de uma certa proximidade morfológica, a relação desta variante com a anterior não é clara, podendo considerar-se também uma variante da forma I.1.

Esta forma concreta não encontra paralelos nos restantes sítios do Baixo Sado, estando contudo bem documentada em Lisboa, concretamente no Claustro da Sé, constituindo o Tipo 2 definido para aquele sítio (Arruda / Freitas / Vallejo Sánchez 2000: 32), bem como na Quinta do Almaraz, onde se recolhe como Forma 7 (Henriques 2006: 53-5), podendo ainda relacionar-se com o Tipo III definido para a cerâmica cinzenta do Castelo de Castro Marim (Furtado 2013: 37-8), presente ao longo de quase toda a diacronia sidérica do sítio (Fases III a V), embora sempre em número muito reduzido.

Quanto aos conjuntos do actual território espanhol, cumpre assinalar a presença de peças análogas em Huelva (Belén Deamos 1976: Subtipo 3Abb') e em Tejada la Vieja (Fernández Jurado 1987: Lám. XXIV, n.11), bem como na área do Baixo Guadalquivir, recolhendo-se no Tipo IIA de J. Mancebo Dávalos (1994: 355) e estando presentes, por exemplo, em Montemolín (Mancebo/ de la Bandera/ García 1992: Subtipo I.E) durante a segunda metade do século VII a.n.e. (*ibidem*: 288).

Este tipo de peça encontra-se igualmente representado na necrópole de Medellín, na Extremadura, onde constituem o Subtipo A2B1 (Lorrio 1988-9; 2008a), datado entre o último quartel do século VII e a primeira metade do VI a.n.e. (Lorrio 2008a: 696). Na Extremadura variantes desta forma parecem perdurar, contudo, já em ambientes da II Idade do Ferro (Hernández Carretero 1993: 41).

Em ambientes propriamente fenícios pode assinalar-se a presença de peças similares no Cerro de Alarcón, correspondendo à Forma IIIb2 deste sítio (Maass-Lindemann 2000: Fig. 4, f), bem como em La Fonteta (Sala Sellés 2007), onde recipientes deste tipo estão presentes nos estratos das Fases Va e Vb, ambas enquadráveis na segunda metade do século VI a.n.e. (Rouillard / Gailledrat / Sala Sellés 2007: Figs. 225 e 242).

Com base nestes dados comparativos parece lícito enquadrar os recipientes desta forma ainda na primeira metade do I milénio a.n.e., parecendo possível datá-los, ainda que com reservas, do século VI a.n.e., em especial da sua segunda metade.

Variante 1.3.c – Tigela de perfil moldurado (Est. XXIX, n.377)

Esta variante consta de uma única peça cujo perfil se conserva razoavelmente bem e que, por apresentar uma morfologia muito particular, merece individualização no conjunto em apreço. Trata-se

de um recipiente em calote de esfera relativamente profundo com um bordo extroverso sub-horizantal, não muito distinto do que caracterizava as peças da variante anterior. Apresenta, contudo, a particularidade de apresentar, na sua faceta externa, dois ressaltos bem marcados formando uma moldura sensivelmente a meia altura da peça.

A peça apresenta um diâmetro de 15 cm, idêntico ao da peça 376 da variante anterior, que poderia constituir um antecedente próximo da que agora nos ocupa. Este recipiente pertence, por outro lado, ao fabrico A.1 e apresenta um cuidado acabamento polido. Deve notar-se a presença de duas perfurações realizadas sobre o bordo destinadas, provavelmente, à suspensão deste recipiente.

A morfologia *sui generis* desta peça torna difícil a identificação de paralelos concretos, embora se possa assinalar a proximidade desta peça com um exemplar exumado na sepultura da Fareleira 3, em Pedrógão (Figueiredo/ Mataloto 2017: Fig. 13). De igual modo, podem-se indicar como paralelos, pelo menos parciais, alguns recipientes de Tejada la Vieja, muito incompletos (Fernández Jurado 1987: Láms. XLI, n.15 e XLIX, n.22).

Restaria pois unicamente assinalar a sua evidente proximidade com respeito aos paralelos aduzidos para a variante anterior, bem como assinalar que o perfil sinuoso e moldurado da peça em análise se pode considerar consistente com a tendência verificada na fachada ocidental peninsular a partir do final da I Idade do Ferro para a adopção de recipientes de morfologia mais “barroca”. Estes dados poderiam sugerir uma cronologia paralela ou algo posterior à da forma anterior, isto é, entre os finais do século VI a.n.e. e a primeira metade do século seguinte.

Forma I.4 – Prato de bordo largo côncavo (Est. XXIX, n.378)

Corresponde a uma única peça, um prato pouco profundo de bordo largo (5cm) dotado de uma marcada concavidade na face interna e separado do corpo por um ressalto interno bem marcado e por uma inflexão exterior igualmente pronunciada e assinalada por uma carena incipiente. Devido à grande largura do bordo, o corpo principal da peça, em segmento de esfera, adquire o aspecto de uma depressão central incipiente. O fundo, por seu turno, é indicado e côncavo.

Quanto às suas dimensões, a peça em análise apresenta um diâmetro de bordo de 15,4cm e um diâmetro de fundo de 3,8cm, sendo a sua altura de sensivelmente 5cm. A sua pasta enquadra-se no fabrico A.1 e as suas superfícies apresentam-se unicamente alisadas.

Morfológicamente esta peça corresponde de forma clara a uma imitação de um protótipo de engobe vermelho, enquadrando-se perfeitamente no esquema evolutivo dos pratos daquela classe cerâmica no Baixo Sado. Esta peça aproxima-se, em concreto, do que designarei adiante como as Formas I.3 e I.4 da cerâmica de engobe vermelho do OSM, podendo considerar-se um estágio intermédio entre estas e os pratos de peixe derivados de protótipos de engobe vermelho que recolho abaixo no apartado correspondente como Forma I.5.

Neste sentido não parece pertinente buscar paralelos nos repertórios da cerâmica cinzenta de outros sítios, onde esta forma, tanto quanto pude apreciar, não se encontra documentada. Os melhores paralelos para esta peça documentam-se, pelo contrário, entre as produções de engobe vermelho regionais, podendo assinalar-se a título de exemplo um recipiente morfológicamente similar de Abul B (Mayet/ Silva 2000: Fig. 65).

Com base neste paralelo e na cronologia dos recipientes formalmente próximos de engobe vermelho do próprio OSM julgo ser possível datar o exemplar em apreço em torno à segunda metade do século VI a.n.e..

Forma I.5 – Pátera carenada de perfil sinuoso (Est. XXIX, n.379)

Forma igualmente representada por um único recipiente, neste caso uma pátera relativamente pequena e pouco profunda dotada de um bordo sub-horizantal em aba separado do corpo por uma forte inflexão assinalada por um escalonamento interno; o corpo principal da peça apresenta como principal característica a presença de uma carena dupla muito pronunciada configurando uma moldura

que confere à peça um perfil sinuoso. O fundo, por seu turno, corresponde a um pé de anel incipiente dotado de uma concavidade central.

A peça apresenta um diâmetro máximo de 16cm, um diâmetro de fundo de 5cm e uma altura máxima de 5,2cm. A sua pasta enquadra-se no grupo de fabrico B, apresentando uma tonalidade particularmente escura acentuada por um acabamento polido invulgarmente cuidado que confere a esta peça um brilho metálico incomum entre a cerâmica cinzenta do OSM.

O invulgar perfil deste recipiente dificulta, uma vez mais, o estabelecimento de comparações com recipientes de outros sítios. A forma em análise poderia considerar-se uma evolução ou variante da Forma 17B de A. Caro (1989: 146-8), tipologia amplamente documentada na Baixa Andaluzia, nomeadamente em Huelva (Belén Deamos 1976: Fig. 5), no Castillo de Doña Blanca (Vallejo Sánchez 1999b: Forma 8.4), bem como na área do Baixo Guadalquivir (Mancebo Dávalos 1994: Tipo IID1), com cronologias que recobrem aparentemente toda a I Idade do Ferro.

Note-se ainda a proximidade formal da peça alcacerense com alguns exemplares da necrópole *extremeña* de Valdelagrulla, que contudo apresentam ainda perfis algo mais simples (Menéndez Menéndez et al. 2014: Fig. 9).

O perfil compósito e moldurado da peça do OSM, paralelizável por exemplo com o de uma peça dos Moinhos da Atalaia Oeste, na Amadora (Sousa 2014: Est. 59), bem como o seu pé de anel incipiente sugerem uma cronologia relativamente tardia, podendo por isso tratar-se de uma evolução da forma antes mencionada, cronologicamente enquadrável nos finais do século VI ou provavelmente já no V a.n.e..

Grupo II – Taças e páteras carenadas

Forma II.1 – Taças carenadas de tendência aberta (Est. XXIX, nn.380-381)

Esta forma corresponde ao tipo mais característico de taça carenada, de perfil compósito, com uma porção inferior em calote de esfera separada da porção superior, de paredes côncavas e extroversas, por uma carena bem assinalada. Documentam-se dois exemplares deste tipo no OSM, de dimensões algo diferenciadas, apresentando a peça menor um diâmetro de 9,2cm por oposição aos 15cm da de maior tamanho. Ambos os exemplares apresentam pastas características do Fabrico A.1, não se assinalando quaisquer tratamentos de superfície para além de um simples alisamento.

As taças carenadas deste tipo constituem uma das formas mais características da cerâmica cinzenta, encontrando-se em boa parte dos sítios onde esta categoria cerâmica está representada. Na envolvente imediata do OSM cumpre contudo assinalar a ausência de peças do tipo que aqui me ocupa tanto em Alcácer do Sal como em Abul A, onde as taças carenadas apresentam perfis mais verticais, estando não obstante bem atestadas em Abul B (Mayet/ Silva 2000: Fig. 78), o que poderia sugerir que o tipo de tendência aberta se desenvolveu regionalmente já no século VI ou mesmo no V a.n.e..

Na área do Tejo esta forma encontra-se igualmente atestada, quer na Quinta do Almaraz (Henriques 2006: 51-2), quer em Lisboa, nomeadamente no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, correspondendo à Variante 2Aa definida para a cerâmica cinzenta deste sítio (Sousa 2014: 137), o que referendaria a sua cronologia relativamente avançada.

No território algarvio caberia assinalar a sua presença no Castelo de Castro Marim (Furtado 2013: Tipos II.4 e II.5) a partir da Fase IV (século VI a.n.e.), sendo contudo mais frequentes na subsequente Fase V, enquadrável nos inícios da II Idade do Ferro (séculos V-IV a.n.e.). Em ambientes funerários pode notar-se a presença de peças próximas na necrópole de Torre de Palma (Langley/ Mataloto/ Boaventura 2008: Fig. 4).

No que diz respeito ao território espanhol, esta forma encontra-se compilada nas principais tipologias de cerâmica cinzenta, correspondendo nomeadamente às Formas 15-16 de A. M.^a Roos (1982: Fig. 6) e, com certas reservas, à Forma 15 de A. Caro (1989: 129-130). Em Huelva estes recipientes documentam-se desde meados do século VII a.n.e., alcançando a segunda metade da centúria seguinte (Fernández Jurado 1988-9: Est. XXII, n.1 e Est. C, n.4).

Deve assinalar-se igualmente a presença de peças análogas na área do Baixo Guadalquivir (Mancebo Dávalos 1994: Tipo IIIA), podendo citar-se exemplos de Sevilha, de estratos datados de finais do século VIII e da primeira metade do VII a.n.e. (Campos Carrasco/ Moreno Menayo/ Vera Reina 1988: Fig. 42), do Cerro de la Cabeza, também em Sevilha, provenientes de estratos do século VII a.n.e. (Domínguez de la Concha/ Cabrera Bonet/ Fernández Jurado 1988: Lám. XXIII), do Cerro Macareno, a partir de níveis do século VII a.n.e. (Pellicer Catalán/ Escacena Carrasco/ Bendala Galán 1983: Fig. 73, n.531), de Montemolín, datáveis do século VI a.n.e. (Mancebo/ de la Bandera/ García 1992: Figs. 3-4), e, já com bordos mais desenvolvidos, de Carmona, em contextos dos séculos VII-VI a.n.e. (Belén Deamos/ Román Rodríguez 2011: Fig. 4).

Em Medellín as taças carenadas documentam-se tanto no povoado (Almagro-Gorbea 1977: 464) como na necrópole (Lorrio 1988-9; 2008a), registando-se nesta última certos exemplares muito próximos dos do OSM, recolhidos na Forma A3A1a daquele sítio *extremeño* (Lorrio 2008a: Fig. 783, n.70/ SC-33) cujo desenvolvimento parece centrar-se no século VI a.n.e.. Na Extremadura as taças carenadas prolongam-se, por outro lado, até momentos enquadráveis já na segunda metade do I milénio a.n.e. (Hernández Carretero 1993).

Peças não muito distantes das que aqui me ocupam estão também documentadas em ambientes fenícios, nomeadamente em Toscanos (Maass-Lindemann 1982: Taf. 6, n.166), no Cerro de Alarcón (Maass-Lindemann 2000: Fig. 3) e no Cerro del Villar, em ambientes do século VI a.n.e. (Aubet 1999: Fig. 76, n; Curià *et al.* 1999: 165 e Fig. 104).

Creio que estes dados comparativos permitem situar cronologicamente as peças em apreço num momento centrado no século VI a.n.e., com eventuais perdurações na centúria seguinte.

Forma II.2 – Taça carenada de tendência fechada (Est. XXIX, n.382)

Corresponde a uma variante da forma anterior em que as paredes da porção superior, ao assumirem uma tendência marcadamente vertical, conferem à peça um aspecto mais fechado. O único exemplar deste tipo documentado no OSM apresenta, além disso, pequenas dimensões (4,3cm de diâmetro de bordo) e um peculiar bordo de perfil facetado, distinto dos bordos simples das peças da forma anterior. A pasta desta peça permite aproximá-la, curiosamente, do Grupo de Fabrico C, não se detectando qualquer tratamento particular nas suas superfícies.

As taças carenadas de tendência fechada são menos comuns nos repertórios de cerâmica cinzenta do que as de tendência aberta antes analisadas. Não pude, com efeito, documentar paralelos para esta peça nos conjuntos do actual território português, não sendo igualmente fácil paralelizá-la com os exemplares de taça carenada dos sítios espanhóis. As taças carenadas de tendência fechada recolhidas por A. M.^a Roos na sua Forma 17 (Roos 1982: Fig. 6) ou por A. Caro na sua Forma 10 (Caro 1989: 91-2) e amplamente documentadas no Baixo Guadalquivir (Mancebo Dávalos 1994: Tipos IIIB2-3) apresentam, com efeito, desenvolvimentos e dimensões muito distintos dos da peça do OSM.

Exemplares próximos do que aqui me ocupa documentam-se, contudo, em Huelva, em estratos datados da primeira metade do século VII a.n.e. (Fernández Jurado 1988-9: Est. XXVII, n.2), e no Cerro Macareno, num estrato datado da segunda metade daquela centúria (Pellicer Catalán/ Escacena Carrasco/ Bendala Galán 1983: Fig. 64, n.702). O único outro paralelo aproximado, mas não exacto, que pude documentar corresponde a uma peça de Medellín recolhida como Tipo B3 na tipologia da cerâmica cinzenta daquela necrópole, datado do terceiro quartel do século VI a.n.e. (Lorrio 2008a: 699). Considerados estes paralelos, caberia atribuir ao exemplar do OSM uma cronologia entre meados do século VII e finais do VI a.n.e., com particular incidência nesta última centúria.

Forma II.3 – Taças profundas de perfil moldurado (Est. XXX, nn.385-386)

Esta forma apresenta, como a anterior, uma porção inferior em calote de esfera separada da porção superior da peça por uma carena bem marcada. Esta porção superior, de tendência vertical ou

mesmo reentrante, apresenta contudo um desenvolvimento muito superior, correspondendo a sensivelmente dois terços da altura da peça, o que lhe confere uma maior profundidade; esta alta parede vertical apresenta, além disso, um ressalto médio que configura, com a carena, uma característica moldura.

Os bordos destes exemplares são simples e extrovertidos, enquanto os fundos, tanto quanto se pode verificar a partir da única peça completa, seriam quase inexistentes, correspondendo no caso em apreço a um discreto e estreito (1,5cm de diâmetro) aplanamento da base do recipiente. Quanto às suas dimensões, os exemplares estudados apresentam diâmetros de bordo de 12 e 9,4cm, respectivamente, apresentando o único exemplar completo, uma altura de 8cm.

Estas duas peças pertencem a grupos de fabrico distintos, correspondendo a peça mais bem preservada ao Fabrico A.1 e o segundo exemplar, mais incompleto, ao Grupo de Fabrico B. Ambas as peças apresentam um acabamento polido muito cuidado, sendo ainda digna de nota a presença de uma decoração pré-cozedura de linhas incisivas oblíquas na faceta interna do primeiro exemplar, imediatamente abaixo do bordo, que constitui um dos poucos exemplos de decoração documentados no conjunto da cerâmica cinzenta do OSM.

À semelhança do verificado com a forma anterior, com a qual guarda possivelmente uma relação evolutiva difícil de precisar, esta forma não conta com demasiados paralelos nos conjuntos de cerâmica cinzenta que tive oportunidade de analisar. Pode contudo assinalar-se que esta forma se encontra também documentada no povoado, em cuja Fase III se documentou um recipiente muito similar à peça 386 do OSM (Silva *et al.* 1980-1: Fig. 14, n.53). Ainda na mesma área regional alargada caberia assinalar a presença de peças análogas de produção redutora na Quinta do Almaraz (Almada) (Batalha/ Barros 2018: Fig. 7), em Lisboa (Sousa/ Pinto 2016: Fig. 8), em Leião (Cardoso *et al.* 2010-1: n. 47) e Outurela II (Cardoso *et al.* 2014: Fig. 34), ambos em Oeiras, nos Moinhos da Atalaia Oeste, na Amadora (Sousa 2014: Est. 59) e no Alto dos Cacos, em Almeirim (Sousa *et al.* 2016-2017: Fig. 13).

Os únicos paralelos adicionais que pude documentar para estes recipientes incluem-se, uma vez mais, na já mencionada Forma B3 da necrópole de Medellín, que constitui também ela um paralelo quase exacto para a peça 386. Exemplares de morfologia análoga, embora desprovidos de moldura, documentam-se ainda na Azougada, em produções redutoras cobertas de engobe cinzento (Antunes 2010: Fig. 100) e, numa variante mais desenvolvida em altura, em Conímbriga (Correia 1993a: Fig.7, n.11), bem como no Cerro del Real, em Granada (Pellicer Catalán/ Schüle 1966: Fig. 7, n.22).

Estes escassos paralelos parecem sugerir que a forma em apreço se poderá ter desenvolvido entre finais do século VI e o século V a.n.e., o que parece consistente com a presença de molduras e o aspecto genericamente compósito destes recipientes. Dada a presença de um recipiente análogo na Fase III do Castelo de Alcácer não pode, contudo, excluir-se uma origem mais antiga para esta forma.

Forma II.4 – Grandes recipientes carenados de tipo “lebrillo” (Est. XXX, nn.387-388)

Esta forma, pouco comum nas produções redutoras do Sudoeste Peninsular, corresponde não obstante, como já vimos, a uma tipologia sobejamente atestada nos repertórios da cerâmica comum e pintada da II Idade do Ferro na Baixa Andaluzia e no território algarvio, conhecida na bibliografia espanhola como *lebrillo* (Ferrer Albelda / García Fernández 2008: 208-211).

Morfologicamente, apresenta uma porção inferior de tendência globular separada da porção superior, de paredes côncavas e muito reentrantes, por uma carena bem assinalada a que corresponde uma depressão interna igualmente angulosa. Os bordos desta forma são tipicamente extrovertidos e mais ou menos desenvolvidos.

No OSM pude documentar um exemplar claramente enquadrável nesta tipologia, a que somaria, com algumas reservas, uma segunda peça mais incompleta e que, por isso, oferece menos garantias quanto à sua integração tipológica. Os diâmetros destes recipientes oscilam entre os 14 e os 17cm. Ambas as peças apresentam pastas integráveis no Grupo de Fabrico A, aproximando-se o exemplar mais seguro do Fabrico A.2 enquanto que o exemplar mais incompleto se enquadraria no Fabrico A.1. O primeiro destes exemplares apresenta, além disso, um tratamento superficial cuidado consistente num polimento relativamente intenso.

Cumpre assinalar uma certa similitude entre esta forma e a anterior, embora a relação evolutiva entre ambas não seja clara e a evidente identidade desta forma com os mencionados *lebrillos* característicos da produção cerâmica da área dita Turdetana (*ibidem*) leve a pensar preferencialmente numa influência morfológica oriunda dos repertórios cerâmicos dessa área. Não pode, em todo o caso, excluir-se uma evolução paralela a partir das taças carenadas de perfil fechado, o que explicaria a referida similitude.

Os recipientes deste tipo apresentando cozeduras redutoras não são particularmente frequentes, não se registando quaisquer outros exemplos no Baixo Sado. Em contrapartida, certas peças de cerâmica cinzenta de Lisboa recolhidas por E. de Sousa na sua Variante 4Ba (Sousa 2014: 142) poderiam corresponder a peças de morfologia análoga às que aqui me ocupam. Também na Quinta do Almaraz se documentaram certos exemplares que poderiam, com reservas, aproximar-se da forma em apreço, constituindo o Tipo 8 estabelecido para a cerâmica cinzenta daquele sítio (Henriques 2006: 55).

No território algarvio, onde esta forma constitui, como já mencionei, uma presença frequente nos repertórios da cerâmica comum e pintada da II Idade do Ferro (Sousa/ Arruda 2011; 2014; Gomes/ Arruda 2013), não parece estar atestada, de momento, a sua produção em cerâmica cinzenta. Na área do Baixo Guadalquivir, não obstante, parecem documentar-se peças morfológicamente similares com cozeduras redutoras, recolhidas por J. Mancebo Dávalos no seu Tipo IV (Mancebo Dávalos 1994: 359), aparentemente característico do século VI a.n.e.. Pode ainda assinalar-se a presença de um recipiente análogo aos que aqui me ocupam, embora de colo mais desenvolvido e extroverso, na colónia fenícia de La Fonteta, correspondendo ao Tipo 3.5 da cerâmica cinzenta do sítio, datado de finais do século VI a.n.e. (Sala Sellés 2007: 208).

Considerados os paralelos para esta forma em cerâmica cinzenta e, sobretudo, em cerâmica comum e pintada, julgo que a adscrição cronológica dos exemplares do OSM a um momento inicial da II Idade do Ferro, recobrindo os séculos V e IV a.n.e., pode considerar-se segura, ainda que se possam rastrear protótipos remontando às décadas finais do século VI a.n.e..

Formas II.5 e II.6 – Taça e pátera carenadas (Est. XXIX, nn.383 e 384)

As peças que enquadrei nas formas II.5 e II.6 correspondem, em ambos os casos, a exemplares únicos, ambos relacionáveis com o grupo global das taças carenadas mas oferecendo, pelas suas dimensões e pelo seu desenvolvimento particular, uma marcada individualidade morfológica.

O exemplar que classifiquei como Forma II.5 (Est. XXIX, n.383) parece corresponder, apesar de mal conservado, a um grande recipiente aberto dotado de uma carena de que se preservam apenas indícios ténues. A peça, fracturada justamente à altura da carena, não conserva quaisquer indícios de qual poderá ter sido a morfologia do seu segmento inferior, ao passo que a porção superior, de tendência troncocónica, apresentava paredes rectas divergentes terminadas num bordo triangular ligeiramente extroverso. Trata-se, como já tive oportunidade de mencionar, de uma peça de grandes dimensões, com um diâmetro de 23cm. A pasta deste recipiente enquadra-se sem dificuldade no Fabrico A.1, apresentando uma superfície cuidadosamente polida.

As taças carenadas de grandes dimensões não são inéditas nos repertórios de cerâmica cinzenta, podendo citar-se, no entorno geográfico mais próximo do OSM, certos exemplares de Abul B (Mayet / Silva 2000: Fig. 78), um exemplar próximo da Lapa da Cova, Sesimbra (Jiménez Ávila *et al.* 2017: Fig. 4; Calado *et al.* 2017: Fig. 4), bem como uma peça peculiar exumada no Claustro da Sé de Lisboa (Arruda / Freitas / Vallejo Sánchez 2000: Fig. 13, n.2).

A peça em análise conta, por outro lado, com bons paralelos no Castillo de Doña Blanca, na Baía de Cádiz, em peças integráveis no Tipo 15.1.C de I. Vallejo Sánchez (1999b: 129), que parecem distribuir-se ao longo de toda a sequência de ocupação do sítio.

O repertório da necrópole de Medellín oferece também algumas peças similares à do OSM, recolhidas na Forma A3A1a de A. Lorrio (2008a: Fig. 783), cuja cronologia recai sobretudo no século VI e nos inícios do V a.n.e. (*idem*: 697). Formas análogas estão ainda representadas no conjunto da Escuela de Hostelería de Mérida (Jiménez Ávila/ Heras Mora 2017: Fig. 13).

Estes dados comparativos, não permitindo um enquadramento cronológico seguro para a peça do OSM, parecem sugerir ainda assim uma datação centrada na segunda metade do século VI ou nos inícios do V a.n.e..

Quanto à peça que classifiquei como Forma II.6 (Est. XXIX, n.384), e que se encontra integralmente preservada, o que permitiu apreciar a sua morfologia de forma mais precisa, corresponde a uma grande pátera de perfil compósito, formada por um segmento inferior de tendência troncocónica e escassa profundidade separado da porção superior, pouco desenvolvida e de tendência extroversa, por uma carena marcada a que corresponde, internamente, uma depressão igualmente assinalada.

O bordo deste exemplar, de configuração simples e arredondada, apresenta uma tendência praticamente horizontal, ao passo que o fundo, relativamente estreito (8,6cm), se encontra meramente indicado, apresentando em contrapartida uma pequena depressão central. O diâmetro deste recipiente pode considerar-se excepcional, ascendendo aos 34,6cm, sendo a sua altura comparativamente reduzida – 6,1cm – o que lhe confere um aspecto muito aberto. Esta peça integra-se, do ponto de vista da sua pasta, no Grupo de Fabrico A.1, apresentando um cuidado tratamento superficial consistente num polimento relativamente intenso.

Esta forma, cujos melhores paralelos em produções reductoras se documentam em Lisboa, na Rua dos Correeiros – recolhendo-se na Variante 2Ab da cerâmica cinzenta daquele sítio (Sousa 2014: 137) –, no Alto dos Cacos (Sousa *et al.* 2016-7: Fig. 14) e no Alto do Castelo de Alpiarça (Arruda *et al.* 2014: Fig. 8, n. 3), está, não obstante, igualmente atestada quer em produções oxidantes, de que são bom exemplo certas peças do santuário de Abul B (Mayet / Silva 2000: Fig. 80), quer em produções de engobe vermelho, sendo notória a sua similitude com algumas das taças carenadas de tipo A da Quinta do Almaraz (Barros / Cardoso / Sabrosa 1993: 178) bem como com alguns dos exemplares interpretados naquele sítio como taças de pé (*idem*: 180). Esta forma encontra-se atestada, de resto, no próprio OSM, igualmente coberta com engobe vermelho, recolhendo-se abaixo no que designei como Forma II.3 (cf. *infra*).

Este tipo de peça não parece, por outro lado, ser corrente no actual território espanhol, podendo não obstante citar-se alguns possíveis paralelos exumados no Cerro de la Cabeza, em Sevilha (Domínguez de la Concha/ Cabrera Bonet/ Fernández Jurado 1988: Lám. XLII, nn.549 e 551), onde esta forma data contudo de inícios do século VII a.n.e., bem como possivelmente em Carmona, em estratos datados do século V a.n.e. (Pellicer Catalán/ Amores Carredano 1985: Fig. 29, n.11).

Os paralelos antes aduzidos para este recipiente permitem enquadrá-lo, com relativa segurança, no século VI a.n.e., e mais concretamente na sua segunda metade, podendo perdurar já nos inícios da centúria seguinte.

Grupo III – Tulipiformes (Est. XXX, nn.389-403)

O Grupo III engloba um conjunto de recipientes de tendência *grosso modo* cilíndrica cuja porção superior apresenta um estrangulamento que lhes confere um aspecto caliciforme. Estas peças podem dividir-se em duas variantes distintas: na *Forma III.1* o mencionado estrangulamento gera colos incipientes pouco desenvolvidos e de tendência vertical, o que confere às peças desta forma uma tendência marcadamente fechada; o diâmetro destas oscila entre os 10,4 e os 15 cm, sendo a média de 12,2cm; alguns exemplares desta variante apresentam caneluras na superfície externa; na *Forma III.2* os colos parecem ter sido mais estrangulados e os bordos apresentam uma tendência mais extroversa, conferindo aos recipientes correspondentes uma configuração tendencialmente mais aberta; os diâmetros destas peças são muito variáveis, oscilando entre os 8,4cm (num exemplar, é certo, de duvidosa integração tipológica) e os 20,4cm, sendo a média de 13,4cm.

Devo assinalar que o mau estado de preservação da maioria das peças que enquadrei neste grupo dificulta a sua integração tipológica bem como a discriminação entre ambas as variantes definidas. Em todo o caso, ambas as formas deste grupo apresentam uma marcada semelhança formal, e podem considerar-se aqui conjuntamente. Em conjunto, este grupo contabiliza um total de 13 indivíduos, correspondendo assim a 11,3% do conjunto total da cerâmica cinzenta.

Estas peças compartilham, além disso, características técnicas peculiares que confirmam a sua proximidade, nomeadamente o facto de apresentarem invariavelmente paredes finas e delicadas, o que explicará o mau estado de conservação da maioria destes recipientes. Do ponto de vista da estrutura física, as peças em apreço integram-se exclusivamente nos Grupos de Fabrico A (A.1 – 8 NMI; A.2 – 1 NMI) e B (4 NMI). Todos os exemplares desta forma apresentam algum tipo de alisamento superficial, documentando-se acabamentos polidos de boa qualidade em cinco dos treze exemplares identificados.

Os recipientes do tipo em apreço, embora mantenham estreitas relações tipológicas com outras formas bem conhecidas nos repertórios da cerâmica cinzenta do Sul Peninsular – caso dos caliciformes da Forma 6 de A. Caro (1989: 65-7) – parecem, não obstante, constituir um elemento característico da produção oleira do Ocidente Peninsular, contando com os seus melhores paralelos no santuário de Abul B (Mayet / Silva 2000: Fig. 72), em Lisboa, entre o material do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Sousa 2014: 141), e em outros sítios do Baixo Tejo (*idem*: Est. 60; Cardoso *et al.* 2014: Figs. 25 e 34; Arruda *et al.* 2014: Fig. 8; Sousa *et al.* 2016-2017: Fig. 13; Arruda *et al.* 2017b: Fig. 18), podendo ainda assinalar-se a presença de certos recipientes análogos, ainda que não necessariamente idênticos, no interior alentejano, nomeadamente na Azougada (Antunes 2010: 142).

Estes paralelos permitem enquadrar de forma razoavelmente segura os exemplares do OSM num momento centrado nos finais do século VI a.n.e. ou na primeira metade da centúria seguinte, atendendo sobretudo aos dados de Abul B e do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, em Lisboa. A presença de exemplares afins a esta forma no Cabeço Guião (Cartaxo) parece contudo prolongar essa cronologia até aos inícios do século IV a.n.e. (Arruda *et al.* 2017b).

Grupo IV – Grandes recipientes (Est. XXXI, nn.404-406)

Entre o conjunto da cerâmica de cozedura redutora do OSM pude identificar três recipientes de difícil integração morfológica, devido sobretudo ao seu mau estado de conservação, que pelas suas dimensões poderão ter correspondido a grandes recipientes de função difícil de precisar.

Estes grandes recipientes podem dividir-se em duas variantes: a Forma IV.1 corresponderá a um grande recipiente aberto de tendência troncocónica e bordo ligeiramente exvasado, com um diâmetro máximo de 24cm (Est. XXXI, n.404); a Forma IV.2 comporta dois recipientes dotados de bordos extroversos e engrossados exteriormente, sendo os seus diâmetros de 20,6 e 22,4cm, respectivamente; o seu desenvolvimento não pode restituir-se, dado o seu carácter muito fragmentário (Est. XXXI, nn.405-406). Todos estes recipientes integram o Grupo de Fabrico A, pertencendo o único exemplar da Forma IV.1 ao Fabrico A.1 e as peças da Forma IV.2 aos Fabricos A.1 e A.2.

Os grandes recipientes de cerâmica cinzenta, não sendo particularmente comuns, encontram-se não obstante bem representados nos repertórios de distintos sítios do Sudoeste Peninsular. Na área geograficamente mais próxima do OSM caberia assinalar, por exemplo, a presença de grandes contentores de tendência aparentemente globular em Abul A, onde se recolhem como Tipo IV da cerâmica cinzenta (Mayet / Silva 2000: 49), repetindo-se a sua presença no santuário de Abul B (*idem*: Fig. 79). Peças muito similares às que aqui me ocupam foram igualmente exumadas em Santarém, onde se recolhem na Forma 8 (Arruda 1999-2000: 201-2 e Fig. 138, n.6), e em Castro Marim, recolhendo-se no Tipo IV.A.1 da cerâmica cinzenta daquele sítio algarvio (Furtado 2013: 38-9), que se distribui pelas Fases III e, sobretudo, IV, isto é, num período entre a segunda metade do século VII e os finais do VI a.n.e..

Também no actual território espanhol se podem rastrear paralelos mais ou menos próximos para as peças em apreço, nomeadamente em Tejada la Vieja (Fernández Jurado 1987: Lám. XLI, n.14) e em Montemolín (Mancebo/ de la Bandera/ García 1992: Fig. 4), com cronologias do século VI a.n.e. e, em ambientes propriamente fenícios, em La Fonteta, em estratos datados em torno a meados do século VI a.n.e. (Sala Sellés 2007).

Julgo que os dados disponíveis não são particularmente expressivos quanto ao enquadramento cronológico das peças que aqui me ocupam. Os paralelos antes enunciados permitem unicamente datá-las de forma genérica do século VI ou mesmo dos inícios do V a.n.e., sem maiores precisões.

Grupo V – Potes/urnas

Forma V.1 – Potes/urnas simples (Est. XXXI, nn.407-424)

Corresponde a recipientes de morfologia globular ou ligeiramente piriforme com bordos extroversos separados do bojo por um ligeiro estrangulamento. Com base nas características dos bordos pude definir seis variantes distintas dentro desta forma, cujo significado crono-tipológico parece de momento impossível de precisar:

- Variante V.1.a – bordo simples, arredondado;
- Variante V.1.b – idêntica à anterior, mas dotada de duas asas;
- Variante V.1.c – bordo dotado de concavidade interna;
- Variante V.1.d – bordo biselado;
- Variante V.1.e – bordo com aresta externa assinalada;
- Variante V.1.f – bordo sub-vertical moldurado.

Do ponto de vista das dimensões, os recipientes desta forma apresentam uma considerável diversidade, documentando-se diâmetros de bordo entre os 9 e os 16,2cm, aproximando-se a média dos 12cm. O único exemplar integralmente conservado apresenta uma altura total de 20,9cm e um fundo simples, ligeiramente côncavo, de 7,4cm de diâmetro.

Pude identificar, com relativa segurança, um total de 24 exemplares enquadráveis nesta forma, que constitui assim 20,9% do total da cerâmica cinzenta do OSM, sendo portanto o grupo quantitativamente mais expressivo. Estes exemplares distribuem-se, de resto, por todos os grupos de fabrico antes definidos, predominando as peças do Grupo B (11 NMI) e, curiosamente, do Grupo C (6 NMI), sendo este dado significativo visto que as peças desta forma compõem praticamente metade das produções deste último grupo de fabrico, seguidas dos fabricos A.1 (6 NMI) e A.2 (1 NMI). Apenas cinco dos recipientes desta forma apresentam tratamentos de superfícies assinaláveis, consistindo invariavelmente no polimento cuidado da superfície externa.

Os potes/urnas (ou potes/panelas, quando documentados em contexto doméstico), como de resto as restantes formas fechadas, não constituem um grupo particularmente frequente ou abundante nos conjuntos da cerâmica cinzenta, com a notória exceção da necrópole de Medellín onde, como veremos ao longo dos apartados seguintes, estas formas são relativamente frequentes e oferecem em muitos casos bons paralelos para os recipientes do OSM.

No caso concreto da forma que agora me ocupa, pode mencionar-se a presença de recipientes possivelmente análogos, ainda que muito fragmentados, no Castelo de Alcácer do Sal a partir da Fase IV (Silva et al. 1980-1: Fig. 17), sendo contudo virtualmente desconhecidos nos restantes conjuntos da área do Baixo Sado, onde se documentam, não obstante, recipientes similares tanto de produção manual como a torno com cozeduras oxidantes, sendo um tipo *grosso modo* transversal do ponto de vista cronológico.

No Estuário do Tejo, pelo contrário, a produção de potes do tipo em apreço em cerâmica cinzenta parece bem atestada, nomeadamente na Rua dos Correeiros, em Lisboa, constituindo o Grupo 4A da cerâmica cinzenta do sítio (Sousa 2014: 140-2), na Quinta do Almaraz, em Almada, constituindo os Tipos 9 a 11 de S. Henriques (2006: 56-7), e ainda no conjunto do povoado das Baútas, na Amadora (Sousa 2014: Est. 67).

Também em território algarvio, e concretamente no Castelo de Castro Marim, se documentam recipientes deste tipo, recolhidos no Tipo V definido por C. Furtado (2013: 40-1) e distribuídos por todo o faseamento sidérico do sítio. Já no interior alentejano, podem citar-se peças de tipologia similar da necrópole de Torre de Palma (Langley/ Mataloto/ Boaventura 2008: Fig. 4); uma peça desta mesma tipologia foi exumada na necrópole da Vinha das Calças 4 (Arruda et al. 2017c; 2017d). Embora raras e ligeiramente mais evolucionadas, nomeadamente ao nível do pé, as peças desta morfologia documentam-se ainda no conjunto cerâmico da Azougada (Antunes 2010: Fig. 101).

Na Baixa Andaluzia, por outro lado, os recipientes desta morfologia, sendo sempre quantitativamente escassos, encontram-se ainda assim atestados, correspondendo às Formas 18 de A. M.^a Roos

(1982: 66 e Fig. 6) e 7 de A. Caro (1989: 73-5) e ao Tipo VIII de J. Mancebo Dávalos (1994: 360-1). Podem citar-se, a título de exemplo, peças de Sevilha, da segunda metade do século VII a.n.e. (Campos/ Moreno/ Vera 1988: Fig. 39), de Montemolín, do século VI a.n.e. (Mancebo/ de la Bandera/ García 1992: 289 e Fig. 4) ou do Cerro Macareno, de idêntica cronologia (Pellicer Catalán/ Escacena Carrasco/ Bendala Galán 1983: Fig. 56).

Na Extremadura, em contrapartida, esta forma encontra-se bastante bem representada; os recipientes que aqui me ocupam correspondem, com efeito, aos Tipos D1A e D1B da necrópole de Medellín, ambos datados dos momentos iniciais da necrópole, com cronologias de finais do século VII e raramente de inícios do VI a.n.e. (Lorrio 2008a: 709), formas que parecem, de resto, ter uma funcionalidade eminentemente funerária como contentores cinerários, não se documentando no povoado (Almagro-Gorbea 1977: 462-7). Naquela região espanhola a forma perdura, por outro lado, até momentos posteriores, estando bem atestada em Cancho Roano em ambientes do século V a.n.e. (Celestino Pérez 1996: 102) e atingindo mesmo a II Idade do Ferro (Hernández Carretero 1993).

Os potes/urnas ou potes/panelas dos tipos que aqui me ocupam encontram-se atestados, finalmente, ainda que de forma pontual, em ambientes fenícios, podendo citar-se exemplos do Cerro del Villar, de inícios do século VI a.n.e. (Aubert 1999: Figs. 77 e 82), e de La Fonteta, provenientes neste caso de estratos de finais do século VI a.n.e. (Sala Sellés 2007; Rouillard / Gailledrat / Sala Sellés 2007: Fig. 244).

Os paralelos acima citados não permitem datar a forma em apreço de forma taxativa. De facto, e se a maioria desses paralelos sugere cronologias centradas entre os finais do século VII e os finais do VI ou inícios do V a.n.e., não faltam também indícios de uma maior perduração desta forma até momentos já enquadráveis na II Idade do Ferro, referendada de resto pela presença desta forma nos repertórios tardios das cerâmicas de cozedura oxidante. Pode, por isso, considerar-se uma forma cronologicamente transversal.

Forma V.2 – Pote/urna de colo extroverso e bordo pendente (Est. XXXI, nn.425 e 426)

Estreitamente relacionada com o tipo anterior, esta forma parece apresentar colos algo mais estrangulados e bordos mais oblíquos e extroversos, de tendência triangular. Não é impossível que correspondam a um tipo algo distinto de pote/urna, de tendência piriforme, embora o mau estado de conservação das peças não permita afirmá-lo com segurança. Contabilizei apenas dois exemplares desta morfologia, com 10,6 e 12,6cm de diâmetro; pertencem ambos ao Fabrico A.1 e não apresentam quaisquer tratamentos de superfície assinaláveis.

Menos comuns do que a forma anterior, os recipientes desta tipologia encontram-se ainda assim bem atestados tanto nas produções cinzentas como, sobretudo, nas de cerâmica comum e pintada do Sudoeste Peninsular. Com efeito, se no território português não pude documentar paralelos próximos para as peças em apreço, no território actualmente espanhol esta tipologia é relativamente comum, tendo sido recolhida nas tipologias de A. Caro (1989: Forma 8, 81-3) e de J. Mancebo Dávalos (1994: Tipo X, 361), estando amplamente documentada na necrópole de Medellín, onde constitui o Tipo D2 (Lorrio 2008a: 701), considerado característico da segunda metade do século VII a.n.e. (*idem*: 710).

Não obstante, esta tipologia de recipiente encontra-se sobejamente atestada, embora em variantes de colo bastante mais desenvolvido, já durante a II Idade do Ferro em cerâmica comum e pintada tanto na Baixa Andaluzia (Ferrer Albelda / García Fernández 2008: Fig. 3) como no território algarvio (Sousa/ Arruda 2011; 2014 Gomes/ Arruda 2013).

Os recipientes do OSM, embora mal conservados, não permitem entrever a presença de colos particularmente desenvolvidos, o que poderia atestar uma relativa antiguidade dentro da sequência evolutiva desta forma, podendo enquadrar-se entre os finais do século VII e os finais do VI a.n.e..

Forma V.3 – Pote sem colo de bordo vertical (Est. XXXII, n.427)

A peça a partir da qual defini esta forma apresenta uma morfologia peculiar que o seu mau estado de conservação não permite restituir de forma segura. Parece, com efeito, ter correspondido a um

recipiente de possível morfologia globular, sem qualquer tipo de colo, cujo bordo se apresenta como um incipiente lábio arredondado de tendência vertical separado do corpo unicamente por uma ranhura relativamente profunda; o diâmetro de bordo desta peça é de 10cm. A pasta deste recipiente enquadra-se no Fabrico A.1, não apresentando qualquer tratamento de superfície particular.

Não pude documentar quaisquer paralelos exactos para esta peça nos repertórios de cerâmica cinzenta que tive oportunidade de consultar, o que não permite qualquer precisão adicional quanto à sua cronologia.

Forma V.4 – Pote/urna de colo estrangulado (Est. XXXII, n.430-432)

Esta forma parece estar estreitamente relacionada com os potes da forma V.1, apresentando contudo morfologias mais pronunciadamente globulares e, sobretudo, colos altos e estreitos terminados em bordos simples; no caso mais bem conservado, o colo encontra-se separado do bojo por um ombro pouco pronunciado. Estes recipientes apresentam, por outro lado, pés em anel relativamente desenvolvidos. Pude contabilizar dois exemplares seguramente enquadráveis nesta forma, a que poderá somar-se um terceiro que, por se encontrar menos bem preservado, levanta algumas dúvidas quanto à sua adscrição tipológica.

Quanto às suas dimensões, os bordos destas peças apresentam diâmetros entre os 5,2 e os 9cm, correspondendo esta última medida à peça de atribuição insegura antes comentada, e os fundos oscilam entre os 5 e os 6,4cm. A única peça completa pertencente a esta forma apresenta, além disso, uma altura de 14,8cm.

Do ponto de vista da produção, cumpre destacar a peça 430, integrável no Grupo de Fabrico B com uma produção excepcionalmente cuidada que se revela no carácter especialmente depurado da pasta e nas paredes extremamente finas e delicadas que apresenta, bem como no cuidado polimento da superfície externa. Os restantes exemplares pertencem ao Fabrico A.1, tendo a superfície externa da peça 431 sido polida enquanto que a peça 432 se encontra meramente alisada.

A forma em apreço não é comum nos repertórios da cerâmica cinzenta do Sudoeste Peninsular, podendo citar-se um único paralelo próximo documentado na Vinha das Calças 4, em Beja, com uma cronologia centrada fundamentalmente no século VI a.n.e. (Arruda *et al.* 2017c; 2017d). Cumpre, não obstante, salientar que esta tipologia de recipiente se encontra bem atestada nas produções comuns e pintadas da Baixa Andaluzia durante a II Idade do Ferro (Ferrer Albelda / García Fernández 2008: Fig. 4), atingindo o final do século III a.n.e. ou mesmo a centúria seguinte, como demonstraria a sua presença no conjunto de Pajar de Artillo, em Sevilha (Luzón Nogué, 1973).

A peça do OSM não parece tão tardia como estes últimos exemplares, apresentando não obstante um pé de anel que poderia considerar-se relativamente evolucionado, sugerindo uma cronologia não anterior ao final do século VI ou aos inícios do V a.n.e..

Forma V.5 – Púcaros (Est. XXXII, nn. 428 e 429)

Os dois recipientes englobados na forma V.5 correspondem a pequenos vasos fechados de factura tosca correspondentes a duas variantes formais. A variante V.5.a corresponde a um pequeno recipiente globular com bordo curto extroverso separado do bojo por um ligeiro estrangulamento, enquanto que a variante V.5.b apresenta uma morfologia de tendência piriforme e uma única asa arrancando do topo do bordo. Estas peças apresentam diâmetros de 9 e 6cm respectivamente, enquadrando-se ambas no Fabrico A.1, não apresentando qualquer tratamento superficial destacado.

Esta forma, em particular na sua variante globular, é consideravelmente longeva, encontrando-se já nas produções manuais do Bronze Final e perdurando, tanto produzida à mão como ao torno, até momentos relativamente avançados da Idade do Ferro. Em cerâmica cinzenta esta forma não se encontra claramente atestada nos restantes conjuntos do Baixo Sado, sendo contudo muito frequente em cerâmica manual e em cerâmica comum desde as primeiras fases da Idade do Ferro regional (Silva

et al. 1980-1: Fig. 16; Soares / Silva 1986: Fig. 7; Mayet / Silva 2000: 60-1), perdurando até pelo menos aos inícios da II Idade do Ferro (Silva et al. 1980-1: Fig. 18; Mayet / Silva 2000: Fig. 76). Esta forma encontra-se também atestada entre as produções comuns do OSM, tendo-se recolhido acima na Forma V.2.b.

Cumpre, por outro lado, assinalar uma certa similitude entre a variante globular da forma que aqui me ocupa e os característicos recipientes do Tipo 3A da cerâmica cinzenta da Sé de Lisboa (Arruda / Freitas / Vallejo Sánchez 2000: Fig. 9) e do Tipo 4 da Alcáçova de Santarém (Arruda 1999-2000: 200-1 e Fig. 137, nn.7 e 9), sendo estes considerados como um tipo característico da produção oleira do Baixo Tejo (Vallejo Sánchez 2005: Fig. 3), que perdurará até momentos relativamente tardios, como atesta a presença de peças análogas nos povoados da Outurela I, em Oeiras (Cardoso et al. 2014: Fig. 26), das Baútas, na Amadora (Sousa 2014: Est. 67) e de Santa Eufémia, em Sintra (*idem*: Est. 71).

A forma encontra-se também atestada, de resto, no Centro de Portugal, nomeadamente em Conímbriga (Alarcão 1975; Correia 1993a: Fig. 7, n.10). Para o Sul de Portugal cumpriria assinalar a produção de peças similares às do OSM com cozeduras redutoras e engobe castanho na Azougada (Antunes 2010: 178-9).

No actual território espanhol os melhores paralelos para as peças que me ocupam encontram-se na necrópole de Medellín, onde os recipientes globulares deste tipo formam o Tipo D3 (Lorrio 2008a: 701-5), forma que apresenta frequentemente asas, como a peça 429 do OSM; na necrópole *extremeña* as peças deste tipo surgem em cronologias da segunda metade do século VII e ocasionalmente do primeiro quartel do VI a.n.e. (*idem*: 710).

Podem citar-se ainda outros possíveis paralelos em Huelva, em estratos da segunda metade do século VI a.n.e. (Fernández Jurado 1988-9: Est. CV), em Córdoba, na Colina de los Quemados (Luzón Nogué/ Ruiz Mata 1973: Lám. XXVII, g), bem como, já em ambiente fenício, na necrópole Laurita de Almuñécar (Pellicer Catalán 1962: Fig. 13, 3).

Com base nos paralelos aduzidos os recipientes em apreço do OSM poderiam situar-se, não sem uma certa margem de dúvida, num momento correspondente à I Idade do Ferro, entre os finais do século VII e os finais do VI ou mesmo inícios do V a.n.e., não podendo excluir-se contudo uma datação mais tardia.

Grupo VI – Jarras

Forma VI.1 – Jarra globular de colo alto moldurado (Est. XXXII, n.433)

O primeiro exemplar deste grupo morfológico corresponde a um recipiente de tendência globular ligeiramente achatada dotado de um colo alto relativamente desenvolvido e de paredes côncavas, separado do bojo por um pronunciado ressalto que lhe confere um aspecto moldurado. O bordo, extroverso e terminado em aresta, apresenta igualmente uma ligeira moldura externa. O fundo encontra-se assinalado por um pé de anel incipiente.

Este recipiente corresponde ao módulo de maiores dimensões dentro deste grupo morfológico, apresentando um diâmetro de bordo de 7cm para uma altura de 14,6cm e um diâmetro de fundo de 4,4cm. A sua pasta integra-se no Fabrico A.1, apresentando-se a sua superfície meramente alisada.

A morfologia desta peça individualiza-a claramente no quadro das produções cinzentas do Sudoeste, contando com um único paralelo possível numa peça da Eira da Alorna (Almeirim) (Pimenta et al. 2018: Fig. 29, n. 129). Estas peças encontram contudo certos paralelos nas produções oxidantes do mundo Ibérico, assemelhando-se por exemplo à Forma 9a1-2 da cerâmica fina da necrópole de El Cigarralejo, em Múrcia (Cuadrado 1987: Fig. 8), bem como a uma peça da necrópole de Los Villares, em Albacete, desprovida contudo de ressalto no colo (Blánquez Pérez 1990: Fig. 38). Os detalhes morfológicos da peça do OSM – bordo moldurado, ressalto no colo, pé de anel incipiente – parecem indiciar, também eles, uma cronologia tardia, centrada possivelmente já nos séculos V-IV a.n.e., paralela à dos exemplares Ibéricos antes citados.

Forma VI.2 – Jarra bitroncocónica de colo largo (Est. XXXII, n.434)

O segundo exemplar de jarra que pude documentar corresponde a um modelo mais simples do que o anterior, apresentando um corpo de tendência vagamente bitroncocónica sem que chegue a apreciar-se nenhuma aresta ou descontinuidade no seu bojo; a separação entre o bojo e o colo encontra-se assinalada por um ligeiro ressaltado. As paredes do colo apresentam, neste caso, uma tendência marcadamente recta, conferindo-lhe um aspecto igualmente troncocónico, e terminam num discreto bordo sub-horizontal arredondado. O fundo, à semelhança do da peça da forma anterior, encontra-se assinalado por um pé de anel incipiente.

Esta jarra apresenta, por outro lado, dimensões bastante inferiores às da peça anterior, sendo o seu diâmetro de bordo de 6,2cm e a sua altura de 10,6cm, ao passo que o fundo apresenta um diâmetro de 4,6cm. A sua pasta integra-se, de resto, no Grupo de Fabrico B, apresentando superfícies cuidadosamente polidas.

À semelhança da peça anterior, este pequeno recipiente apresenta uma tipologia pouco comum nos repertórios de cerâmica cinzenta do Sul Peninsular, podendo contudo, neste caso, aproximar-se de uma peça de cozedura redutora e engobe castanho da Azougada, infelizmente incompleta (Antunes 2010: Fig. 129), datada da segunda metade do século V a.n.e.. Devem por outro lado assinalar-se, tal como no caso da forma anterior, certos paralelos oriundos do mundo Ibérico do Sudeste, nomeadamente de El Cigarralejo (Cuadrado 1987: Fig. 8).

Uma cronologia da II Idade do Ferro, centrada nos séculos V-IV a.n.e., parece também compatível com certos detalhes morfológicos do exemplar do OSM, como o pé de anel relativamente desenvolvido.

Forma VI.3 – Pequena jarra bitroncocónica (Est. XXXII, n.435)

A última jarra deste grupo documentada no OSM apresenta uma morfologia nitidamente bitroncocónica, assinalada, de resto, pela presença de uma ligeira aresta a meia altura do bojo. O colo, comparativamente curto e de tendência cilíndrica, termina num bordo simples e extroverso. O fundo, meramente indicado, apresenta uma ligeira concavidade. Quanto às suas dimensões, esta peça apresenta um diâmetro de bordo de 4cm para uma altura de 8cm e um diâmetro de fundo de 3cm, correspondendo assim ao mais pequeno exemplar deste grupo morfológico. A pasta deste exemplar engloba-o no Fabrico A.1, sem que se documente qualquer tratamento particular da superfície.

Não se tratando de uma morfologia comum, este pequeno recipiente conta, ainda assim, com paralelos mais seguros, nomeadamente em peças exumadas em Cancho Roano (Celestino Pérez/ Jiménez Ávila 1993: 189); também no conjunto da Azougada se documentou pelo menos um recipiente de cozedura redutora e engobe castanho de morfologia próxima ao que aqui me ocupa que, contudo, difere deste e dos exemplares de Cancho Roano por apresentar um pé de anel relativamente desenvolvido (*idem*: Fig. 122). Julgo que, à luz destes paralelos, a peça do OSM pode situar-se cronologicamente num momento centrado no século V a.n.e..

Grupo VII – Pequenos potes

Os recipientes que se recolhem neste grupo, caracterizados de uma forma geral pelas suas pequenas dimensões, apresentam contudo particularidades morfológicas que permitem a sua divisão em duas formas distintas: os pequenos potes de tendência globular (Forma VII.1) e os de tendência bitroncocónica (Forma VII.2). Contabilizaram-se, não obstante, quatro peças que, pertencendo sem dúvida a este grupo formal, não podem, devido ao seu estado muito fragmentário, atribuir-se concretamente a uma destas duas formas específicas. Estes recipientes, que por conseguinte devem recolher-se de forma genérica no Grupo VII, sem mais especificações, correspondem na sua totalidade a produções do Grupo de Fabrico A.1.

Forma VII.1 – Pequeno pote globular (Est. XXXIII, n.436)

Documentado unicamente por um fragmento do bojo e fundo de um recipiente, esta forma parece corresponder a um pequeno recipiente de morfologia globular achatada e colo possivelmente estrangulado. O fundo, com 4,4cm de diâmetro, apresenta-se meramente indicado. Cumpre assinalar que se trata do único exemplar de cerâmica cinzenta do OSM em que se documentou um grafito, concretamente um signo cruciforme realizado por incisão pós-cozedura. A sua pasta integra-se no Fabrico A.1, não apresentando nenhum tratamento particular de superfície.

Tive já oportunidade de comentar esta forma ao tratar das produções oxidantes comuns e pintadas, pelo que me limitarei neste momento a assinalar a sua relativa raridade no âmbito das produções cinzentas. Deve, a este propósito, assinalar-se a presença de peças análogas à que aqui me ocupa em Cancho Roano, em contextos do século V a.n.e. (Celestino Pérez / Jiménez Ávila 1996: 102); pode também mencionar-se, neste contexto, uma peça de cozedura redutora e engobe castanho da Azougada (Antunes 2010: Fig. 126), que contudo apresenta dimensões algo menores que as do exemplar do OSM.

Julgo, contudo, e à semelhança do que ficou dito para os seus congéneres de cozedura oxidante, que se pode propor para este recipiente uma cronologia da II Idade do Ferro, possivelmente centrada nos séculos V-IV a.n.e., cronologia que se encontra de resto referendada pela associação da peça em análise, exumada na Sepultura 6 de V. Correia, a um recipiente da Forma II.4 de datação mais segura (cf. *supra*).

Forma VII.2 – Pequenos potes bitroncocónicos (Est. XXXIII, nn.437-441)

Como tive oportunidade de comentar a propósito dos seus congéneres de produção oxidante, os pequenos potes bi-troncocónicos constituem um importante núcleo no repertório cerâmico do OSM, dotado de claras similitudes mas também de uma considerável diversidade formal. De um modo geral correspondem a pequenos recipientes de corpo bitroncocónico e colo mais ou menos desenvolvido terminado num bordo extroverso. Do ponto de vista dos detalhes morfológicos estes recipientes apresentam contudo uma assinalável diversidade que permite diferenciar um conjunto de variantes e sub-variantes:

- Variante VII.2.a – carena pouco marcada;
- Variante VII.2.b – carena marcada;
- Variante VII.2.c – carena acentuada e corpo achatado;
- Sub-variante VII.2.c.1 – bordo simples, sem colo;
- Sub-variante VII.2.c.2 – bordo moldurado e colo incipiente.

As dimensões destes recipientes são relativamente homogéneas, oscilando os diâmetros de bordo entre os 4 e os 6,3cm, sendo a média de 4,8cm, enquanto que a altura oscila entre os 3,8 e os 4,9cm, com uma média de 4,3cm; os fundos apresentam igualmente diâmetros próximos, entre os 5,4 e os 7,5cm.

No seu conjunto, estas diversas variantes somam um total de quatro indivíduos, a que se soma o fundo de um quinto exemplar. Esta forma equivale portanto a 3,5% do conjunto total. Do ponto de vista dos fabricos, predomina, curiosamente, o Grupo de Fabrico C (2 NMI) seguido dos Fabricos A.1 (1 NMI) e B (1 NMI), não apresentando em nenhum caso tratamentos particulares de superfície.

Tive já oportunidade de comentar os paralelos desta forma ao analisar as peças congéneres de cozedura oxidante. Limitar-me-ei, portanto, a assinalar neste apartado que a produção destes recipientes em cerâmica cinzenta, não sendo a norma, se encontra não obstante bem atestada: com efeito, C. Aranegui, no estudo que dedica às cerâmicas cinzentas dos povoados Ibéricos, recolhe recipientes desta forma provenientes da Bastida de los Alcuses, Mogente (Aranegui 1969: Fig. 5), e de Covalta, Albaída (*idem*: Fig. 7), que podem paralelizar-se com os exemplares de cozedura redutora do OSM agora em análise. Em ambientes geograficamente mais próximos caberia assinalar a presença de um recipiente

similar aos da sub-variante VII.2.c.1 antes definida na Azougada, correspondendo a uma produção reductora de engobe castanho (Antunes 2010: Fig. 123), para o qual se sugere uma datação de inícios do século IV a.n.e. (*idem*: 182).

Tal como para os recipientes desta forma englobados na categoria da cerâmica comum e pintada, para os exemplares cinzentos caberia admitir uma cronologia da II Idade do Ferro, entre o século V e, possivelmente, o III a.n.e., sendo talvez mais comuns no decurso do século IV a.n.e..

Grupo VIII – Unguentários (Est. XXXIII, nn.442-443)

No grupo VIII recolhem-se dois pequenos recipientes de morfologia distinta, mas que poderão ter compartilhado uma mesma função como unguentários. A Forma VIII.1 corresponde a um recipiente piriforme de pequenas dimensões com um pequeno colo extroverso terminado num bordo simples; esta peça, profundamente alterada pela acção do fogo, apresenta um diâmetro de bordo de 3cm e uma altura aproximada de 7,4cm. A pasta deste pequeno recipiente integra-se no Fabrico A.1, apresentando um cuidado tratamento na superfície externa consistente num polimento relativamente intenso.

Não pude documentar paralelos exactos para este pequeno recipiente de modelação cuidada e aspecto delicado, que pode contudo aproximar-se, do ponto de vista tipológico, de alguns pequenos recipientes exumados na necrópole de Torre de Palma, em Monforte, cuja utilização parece centrar-se no século VI, perdurando ainda nos inícios do V a.n.e. (Langley/ Boaventura/ Mataloto 2008: Fig. 4; Mataloto 2010-1: Fig. 2), e na do Monte da Têra, no Alandroal (Mataloto 2010-1: Fig. 6), conjunto funerário com cronologias balizadas entre os meados do século VI e os do V a.n.e.. A este mesmo intervalo cronológico poderia pertencer a peça em apreço do OSM.

A Forma VIII.2, por seu turno, corresponde a um pequeno recipiente de morfologia bi-tronco-cónica sem qualquer tipo de colo, terminando a porção superior do bojo num pequeno bordo simples ligeiramente extroverso; o diâmetro máximo desta peça é de 3,7cm, sendo a sua altura de 7,6cm. A pasta deste exemplar engloba-se no Fabrico A.1, não apresentando as suas superfícies qualquer tratamento particular.

A invulgar morfologia desta peça, e nomeadamente a aresta marcada que apresenta a meia altura do bojo, não conta com paralelos exactos nos conjuntos que pude analisar, embora se possa aproximar de certas peças de cerâmica cinzenta exumadas em Cancho Roano, desprovidas contudo desta marcada linha de carena (Celestino Pérez / Jiménez Ávila 1996: Fig. 53, nn.4-5). Também para a necrópole do Monte da Têra se cita a existência de unguentários bicónicos, ainda que não seja possível precisar a sua tipologia (Mataloto 2010-1: 87). Com base nestes paralelos e na notória relação formal desta peça com as da Forma VII.2 antes estudada, creio ser possível datar este unguentário do século V ou mesmo já de inícios do IV a.n.e..

Grupo IX – Tampas (Est. XXXIII, nn.444-445)

No presente grupo formal reúnem-se duas peças que, apesar de morfologicamente distintas entre si, parecem corresponder, pela sua configuração e dimensões, a tampas ou testos destinados a cobrir outros recipientes.

Assim, a peça que recolhi na Forma IX.1 apresenta uma morfologia grosso modo cónica, com paredes de espessura irregular terminando num bordo em ponta; o seu diâmetro máximo é de 10,2 cm. Trata-se de uma produção enquadrável no Grupo de Fabrico A.1, de factura grosseira e sem nenhum acabamento de superfície.

A peça que representa a Forma IX.2, por seu turno, também ela de morfologia genericamente cónica, apresenta contudo paredes de espessura regular e um bordo ligeiramente extroverso, sub-horizontal e arredondado; o seu diâmetro máximo é de 9cm. Corresponde a uma produção do Grupo de Fabrico B, de boa qualidade mas sem qualquer tipo de acabamento de superfície.

As tampas de cerâmica cinzenta não podem considerar-se comuns, estando ausentes na grande maioria dos conjuntos desta categoria cerâmica. Cumpre não obstante assinalar a sua presença em Montemolín, precisamente em variantes de bordo sub-horizontal como a que designei como Forma IX.2, datando-se neste sítio predominantemente da segunda metade do século VI a.n.e. (Mancebo/ de la Bandera/ García 1992: 286 e Fig. 4).

Embora o cariz *sui generis* das peças em análise não permita, por si só, estabelecer quaisquer precisões quanto à sua cronologia, a peça englobada na Forma IX.2 foi exumada na Sepultura 6 de Vergílio Correia, em associação com um recipiente da Forma II.4 comentada acima, cuja datação nos séculos V-IV a.n.e. parece segura e que permite, portanto, situar cronologicamente esta tampa.

Formas indeterminadas (Est. XXXIII, nn.446 e 447)

Aparte do material comentado nas páginas anteriores, pude ainda documentar duas outras peças produzidas com técnicas de cozedura redutora, cuja morfologia me parece difícil de precisar e que, como tal, não justificam a adição de categorias formais adicionais.

Assim, a peça 446, um fragmento de tendência recta apresentando um bordo muito moldurado identificável como uma produção do Fabrico A.1, tanto poderia corresponder a uma tigela de tendência cônica de grande profundidade como a um recipiente fechado de morfologia difícil de precisar.

A peça 447, por seu turno, de paredes verticais e bordo biselado, poderia interpretar-se como pertencendo a um recipiente de tipo copo, paralelizável, em parte, com o Tipo 16 definido para a cerâmica cinzenta da Quinta do Almaraz (Henriques 2006: 60); não pode, no entanto, excluir-se que tanto a peça em apreço do OSM como a citada do Almaraz correspondam antes a recipientes de colo estrangulado de maiores dimensões, próximos da Forma V.4 antes tratada, ou de pequenos recipientes assimiláveis aos da já comentada Forma VII.2, pelo que me parece excessivamente arriscado integrar o fragmento em análise numa qualquer forma concreta.

3.1.5.4. Comentário à cerâmica cinzenta

Poucas considerações adicionais se podem tecer, neste ponto, sobre as cerâmicas cinzentas de que me ocupei nas páginas precedentes. Ainda assim, e de um ponto de vista genérico, caberia assinalar a diversidade muito acusada do conjunto estudado, que supera largamente, do ponto de vista do número de formas atestado, o padrão geral dos conjuntos de cerâmica cinzenta tomados como referência comparativa.

Creio, contudo, que esta diversidade se explica, em boa medida, por questões funcionais – certos tipos poderão ter tido uma função primariamente funerária, não se documentando por isso nos povoados – e, sobretudo, por questões cronológicas, dado que o OSM recobre praticamente toda a diacronia sidérica, o que não pode deixar de acarretar, como já tive oportunidade de comentar, a presença de repertórios cerâmicos mais diversificados e complexos.

A questão da persistência diacrónica das produções redutoras no OSM constitui, por outro lado, um segundo aspecto digno de nota. De facto, e em contraste com o que sucede noutras áreas peninsulares onde a cerâmica cinzenta praticamente desaparece dos repertórios na transição para a segunda metade do I milénio a.n.e., no Extremo Ocidente peninsular, como noutras zonas (cf., p. ex., Hernández Carretero 1993; Rísquez 1993), a tradição das cozeduras redutoras conhece uma continuidade bastante assinalável, documentada não apenas no Baixo Sado (Silva et al. 1980-1: 179) mas também no Tejo, e nomeadamente em Lisboa, onde às cerâmicas cinzentas “orientalizantes” (Arruda/ Freitas/ Vallejo Sánchez 2000) sucedem, já na II Idade do Ferro, outras produções redutoras seguramente derivadas daquelas mas com uma identidade própria bem marcada (Sousa 2014: 130-144; 2016: 178).

As coordenadas cronológicas que pude tentativamente estabelecer para os recipientes desta categoria exumados no OSM demonstram, com efeito, a perduração das cerâmicas cinzentas, presentes desde os inícios da Idade do Ferro até aos momentos finais de utilização da necrópole pré-romana, o que naturalmente determina a presença de um espectro alargado de formas.

Estampa XXVIII – Cerâmica Cinzenta - Formas I.1 (Pratos/ Tigelas), I.2 (Tigela Troncocónica) e I.3 (Prato de Bordo em Aba).

Estampa XXIX – Cerâmica Cinzenta - Formas I.3 (Pratos de Bordo em Aba), I.4 (Prato de Largo Bordo Côncavo), I.5 (Pátera de Perl Sinuoso), II.1-2, II.5 (Taças Carenadas) e II.6 (Pátera Carenada).

Estampa XXX – Cerâmica Cinzenta - Formas II.3 (Taças Profundas de Perl Moldurado), II.4 ("Lebrillos") e III (Tulipiformes).

Estampa XXXI – Cerâmica Cinzenta - Formas IV.1-2 (Grandes Recipientes), V.1 (Potes/Urnas Simples) e V.2 (Potes/Urnas de Bordo Extroverso).

Estampa XXXII – Cerâmica Cinzenta - Formas V.3 (Pote/Urna de Bordo Vertical), V.4 (Potes/Urnas de Colo Estrangulado e VI.1-3 (Jarras).

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

Estampa XXXIII – Cerâmica Cinzenta - Formas VII.1-2 (Pequenos Potes), VIII.1-2 (Unguentários), IX.1-2 (Tampas) e Indeterminadas.

3.1.6. Cerâmica de Engobe Vermelho

3.1.6.1. Definição e quantificação

A cerâmica de engobe vermelho constitui uma das categorias cerâmicas mais representativas dos repertórios vasculares fenícios e orientalizantes peninsulares. Derivada de protótipos orientais, esta produção cerâmica, caracterizada pelos engobes de tonalidades avermelhadas a violáceas que cobrem, no todo ou em parte, as suas superfícies, constituem a “cerâmica de mesa” por excelência nos contextos mais antigos da Idade do Ferro do Sul peninsular, servindo também, por outro lado, outras funções destacadas, de natureza votiva e funerária.

O estudo desta categoria cerâmica na Península Ibérica, iniciado com os trabalhos seminais de E. Cuadrado (1961; 1968; 1969), conheceu um notável impulso graças às escavações do Instituto Arqueológico Alemão nos sítios fenícios da costa de Málaga, que forneceram importantes coordenadas contextuais que converteram estas produções num dos marcadores cronológicos mais significativos para as etapas iniciais da Idade do Ferro (Schubart 1976; 2002-3). No Sudoeste Peninsular, seriam sobretudo os importantes trabalhos sobre os materiais exumados em Huelva a estabelecer um quadro crono-tipológico de referência (Rufete Tomico 1988-9), posteriormente complementado por numerosos estudos monográficos (cf. *infra*).

No OSM, a cerâmica de engobe vermelho encontra-se representada por um pequeno conjunto de 16 indivíduos a que podem somar-se cinco fundos passíveis de integração tipológica e um sexto pertencente a um recipiente de morfologia indeterminada, perfazendo assim 2,4% do total da amostra cerâmica estudada. Cumpre assinalar, de resto, que algumas destas peças foram já sinteticamente publicadas em trabalhos anteriores conjuntamente com outras analisadas acima no apartado dedicado à cerâmica comum e pintada (Frankenstein 1997: Lám. 57).

3.1.6.2. Fabricos e aspectos técnicos de produção

Do ponto de vista dos fabricos (Figura 21), este conjunto reveste-se de características bastante homogêneas, com pastas de tonalidade bege alaranjada a cor-de-laranja clara resultantes de cozeduras em ambiente oxidante e que numa análise macroscópica se apresentam relativamente finas e bem depuradas, com elementos não plásticos de pequenas dimensões, onde predominam o quartzo e as areias quartzíticas e as micas brancas, notando-se ocasionalmente inclusões esbranquiçadas, possivelmente calcites, e nódulos de tonalidade avermelhada, possivelmente óxidos de Ferro. Os engobes, de razoável qualidade, apresentam geralmente tonalidades vermelhas alaranjadas escuras a acastanhadas. A grande maioria dos recipientes estudados – 14 indivíduos – pode englobar-se neste grupo técnico de fabrico.

Pude identificar um único indivíduo (n.452) que não parece integrar-se neste grupo técnico de fabrico, a que poderia ainda somar-se um fundo, apresentando ambos pastas com núcleos acinzentados e margens de tonalidade cor-de-laranja viva a acastanhada, o que denunciaria cozeduras irregulares, e de aspecto mais grosseiro e menos depurado que a das peças anteriormente descritas, identificando-se macroscopicamente a presença de micas brancas, nódulos de calcite, nódulos negros brilhantes de natureza impossível de determinar bem como, pontualmente, restos de conchas ou fósseis. Os engobes, não muito distintos dos do grupo anterior, apresentam tonalidades acastanhadas.

Um último indivíduo – a peculiar peça 463 – não pôde ser analisado com propriedade na medida em que sofreu importantes intervenções de restauro que dificultam a apreciação do seu fabrico, que parece contudo diferir de ambos os grupos anteriormente descritos ao apresentar uma pasta de tonalidade cinzenta clara, fina e muito bem depurada, sem desengordurantes visíveis a olho nu; não é claro se as características da pasta decorrem de uma cozedura em meio redutor ou se devem atribuir-se antes a factores pós-deposicionais. Também o engobe apresenta, de resto, uma qualidade algo superior à dos restantes exemplares documentados.

O grupo maioritário antes definido parece grosso modo semelhante ao Grupo B definido para Abul A, a que correspondem cerca de 60% das cerâmicas de engobe vermelho do sítio (Mayet / Silva

Figura 21 – Distribuição da cerâmica de engobe vermelho do OSM por Grupos de Fabrico.

2000: 34-5), e que parece ser igualmente maioritário no Castelo de Alcácer do Sal, onde se designou como Grupo D (Silva et al. 1980-1: 182), pelo que a possibilidade de que se trate de um grupo de produção local/regional parece, no mínimo, muito provável.

O segundo grupo de fabrico mencionado, claramente minoritário, não parece coadunar-se pelas suas características com o Grupo A de Abul A, que foi interpretado como correspondendo a importações da Baía de Cádiz (Mayet / Silva 2000: 35), podendo em contrapartida aproximar-se do Grupo C definido para o material de Alcácer (Silva et al. 1980-1: 182), não sendo de momento claro se se tratará de um outro fabrico local/regional ou se corresponderá efectivamente a um elemento de importação.

3.1.6.3. Tipologia e cronologia

Considerações prévias

Do ponto de vista formal o repertório da cerâmica de engobe vermelho do OSM apresenta a particularidade de contar unicamente com formas abertas que, apesar da dimensão diminuta do conjunto, podem considerar-se relativamente variadas.

Na classificação tipológica deste material foram tidos em consideração, além dos principais trabalhos gerais sobre esta categoria cerâmica (Cuadrado 1968; 1969; Negueruela 1979-1980; Mancebo Dávalos 1996a), os estudos sobre conjuntos análogos, com destaque para os do território português (Silva et al. 1980-1: 181-3; Barros / Cardoso / Sabrosa 1993; Arruda 1999-2000; 2011; Mayet / Silva 2000: 33-8 e 179-181; Freitas 2005a; 2005b; Antunes 2010: 75-134; Calado et al. 2013; Sousa 2017; Batalha/ Barros 2018) e dos vizinhos territórios da Baixa Andaluzia (Cuadrado 1961; Ruiz Mata 1986; Rufete Tomico 1987; 1988-9; Mancebo Dávalos 1991; Ruiz Mata / Pérez 1995) e da Extremadura (Almagro-Gorbea/ Mederos Martín/ Torres Ortiz 2008), sem obviar os conjuntos das colónias fenícias ocidentais (Jodin 1966: 77-122; Niemeyer / Schubart 1969: 82-98; Aubet / Maass-Lindemann / Schubart 1975: 147-156; Schubart 1976; Maass-Lindemann 1982: 37-60; Aubet et al. 1999: 157 e ss.; Rouillard / Gailledrat / Sala Sellés 2007: 185-9).

Não obstante, e apesar da profusão de propostas tipológicas disponíveis, pude constatar que, ainda que numericamente pouco expressivo, o conjunto do OSM apresenta particularidades que impedem a sua plena integração em qualquer das seriações pré-existentes. Assim, e sem querer contribuir para a proliferação *ad infinitum* de tabelas tipológicas para esta categoria cerâmica, vejo-me obrigado a ensaiar uma seriação própria (Tabela 3; Figura 22) que deve contudo encarar-se, mais do que como uma tipologia de carácter globalizante, cujo estabelecimento a diminuta amostra tratada não consente, como um esquema destinado a organizar e operacionalizar a informação tratada.

Grupo I Pratos	I.1
	I.2
	I.3
	I.4
	I.5
Grupo II Taças carenadas	II.1
	II.2
	II.3
Grupo III Grandes Rec.

Tabela 3 – Tipologia da cerâmica de engobe vermelho do OSM.

Figura 22 – Distribuição da cerâmica de engobe vermelho do OSM por Formas.

Grupo I - Pratos

Forma I.1 – Pratos de bordo em aba (Est. XXXIV, nn.448-449)

(Cuadrado 1969 F.19; Negueruela VIIb?; Rufete P.1.d?; Mancebo I.A.1; Castro Marim II.A.1?; Medellín F.1)

Esta forma constitui uma variante de uma das tipologias mais características do repertório fenício peninsular, onde conhece uma complexa evolução estudada em profundidade por H. Schubart (1976; 2002-3). No conjunto em apreço esta forma encontra-se representada por dois recipientes, ambos pertencentes ao grupo de fabrico maioritário antes definido, perfazendo portanto 12,5% da amostra de cerâmica de engobe vermelho estudada.

As peças em causa apresentam uma morfologia em calote de esfera com um bordo em aba ligeiramente oblíquo separado do corpo por um ligeiro estrangulamento que conforma uma carena pronunciada na face externa e um ressalto bem assinalado na face interna. Estes recipientes não conservavam a porção inferior, não sendo por isso possível restituir o tipo de fundo que apresentariam. Ambos os exemplares se encontram cobertos de engobe vermelho acastanhado de boa qualidade.

Quanto às suas dimensões, a peça mais bem conservada, n.448, apresenta um diâmetro de 24,8cm, enquanto o segundo exemplar conta com um diâmetro calculado de 16cm que, contudo, não pode considerar-se excessivamente fiável devido ao mau estado de conservação da peça. Já a largura dos bordos é, respectivamente, de 3,3 e 3,2cm, encontrando-se assim próxima do limiar superior das variantes de bordo mais estreito deste tipo de recipientes.

Embora os pratos de bordo em aba estejam sobejamente documentados noutros conjuntos cerâmicos da I Idade do Ferro do entorno imediato do OSM, não pude identificar, nem em Abul (Mayet/Silva 2000: 83 e ss.) nem nos conjuntos do Castelo de Alcácer (Silva et al. 1980-1: Figs. 14-8), paralelos exactos para as peças em estudo, apresentando os exemplares exumados naqueles sítios bordos de maior largura. Nos restantes conjuntos do território português destacaria contudo a presença de exemplares com larguras de bordo análogas nos conjuntos do Castelo de Castro Marim, onde se recolheram no Tipo II.A.1 (Freitas 2005a: 29-31), forma característica da segunda metade do século VII a.n.e. embora pouco expressiva quantitativamente (*idem*: 50).

Os dados dos conjuntos do actual território espanhol oferecem igualmente alguns dados de interesse para contextualizar estas peças. Nos conjuntos de Huelva, referência obrigatória para o estudo da categoria cerâmica em apreço, não pude identificar paralelos exactos para as peças em estudo, que se aproximam contudo do Tipo P.1 de P. Rufete Tomico (1988-9: 376 e Fig. 1), e em particular da sua variante P.1.d, caracterizada, como os exemplares do OSM, pela presença de uma carena externa, e que se documenta já na segunda metade do século VIII a.n.e. (*idem*: 384-6), embora em variantes de bordo horizontal, porventura mais antigas que a de bordo oblíquo atestada no OSM. A forma continua presente, de resto, em níveis datados da primeira metade da centúria seguinte (*idem*: 386-8).

Nos conjuntos do Baixo Guadalquivir as peças mais semelhantes às que aqui me ocupam foram recolhidas por J. Mancebo Dávalos no seu Tipo I.A.1 (Mancebo Dávalos 1996a: 354), sem que se ofereça um enquadramento cronológico específico para esta variante. Pode contudo assinalar-se a presença de peças semelhantes às que aqui me ocupam no complexo de El Carambolo (Sevilha), com uma cronologia plausivelmente enquadrável no século VII a.n.e. (Ruiz Mata 1986: Fig. 7); os restantes paralelos que pude identificar para estas peças naquela região, nomeadamente no Cerro Macareno (Pellicer Catalán / Escacena Carrasco / Bendala Galán 1983: Fig. 65, nn.622-5) e em Carmona (Pellicer Catalán / Amores Carredano 1985: 145 e Fig. 57, n), apresentam larguras de bordo superiores às das peças da necrópole alcacerense.

No conjunto da cerâmica de engobe vermelho da necrópole de Medellín, na Extremadura, exemplares muito semelhantes aos do OSM foram agrupados na Forma 1, enquadrável, segundo os dados estratigráficos obtidos naquele conjunto funerário, na segunda metade do século VII a.n.e. (Almagro-Gorbea / Mederos Martín / Torres Ortiz 2008: 598-600).

Finalmente, pode assinalar-se, em contextos propriamente fenícios, a presença de exemplares muito semelhantes aos da necrópole alcacerense nos Estratos I e II de Toscanos (Niemeyer / Schubart 1969: Taf. 19), embora aqui predominem os bordos horizontais ou sub-horizontais, e no vizinho Cerro de Alarcón (Maass-Lindemann 2000: Lám. 7).

A presença de recipientes desta tipologia em ambientes funerários encontra-se, por outro lado, bem atestada: para além da já mencionada necrópole de Medellín, poderiam citar-se a este respeito exemplares semelhantes, embora não necessariamente idênticos, aos do OSM na necrópole fenícia de Trayamar (Niemeyer / Schubart 1975: Taf. 21) ou na geograficamente mais próxima necrópole de La Joya em Huelva (Garrido Roiz 1970: Figs. 38-9; Garrido Roiz / Orta García 1978: Fig. 12).

Na ausência de contextos estratigráficos precisos para as peças do OSM julgo que a ponderação global dos diversos paralelos aduzidos permite datar as peças em apreço com alguma segurança na segunda metade do século VII a.n.e., datação consentânea, como veremos, com o horizonte da primeira utilização funerária da área do OSM.

Forma I.2 – Prato pouco profundo de bordo sub-horizontal (Est. XXXIV, n.450) (Cuadrado 1969 F.1a; Negueruela VIIe)

Trata-se de uma variante de prato pouco comum nos repertórios de engobe vermelho, tendo contudo sido recolhida nas tipologias de E. Cuadrado (1969: Fig. 1) e de I. Negueruela (1979-1980: 342). A única peça desta morfologia documentada no OSM corresponde a um recipiente de escassa profundidade e dimensões em geral bastante reduzidas; o corpo apresenta uma configuração em segmento de esfera e uma ligeira carena externa, separando-se do bordo, sub-horizontal e terminando num lábio ligeiramente pendente, por meio de uma acentuada inflexão. O fundo, ligeiramente indicado, apresenta uma concavidade relativamente pronunciada.

Não é fácil asseverar se esta forma cerâmica se encontra ou não presente em outros conjuntos da Idade do Ferro próximos do OSM, na medida em que tanto em Abul A como em Alcácer do Sal se documentam fragmentos de bordo e de carena que poderiam pertencer a peças análogas mas que, pelo seu estado de conservação, não oferecem suficientes garantias (cf. Mayet / Silva 2000: Figs. 17-8; Silva et al. 1980-1: Fig. 14). À excepção de uma única peça da Quinta do Almaraz (Cardoso 2004: Fig. 176), não pude identificar paralelos seguros para esta peça em nenhum dos outros conjuntos de cerâmica de engobe vermelho do território português, pelo que deverá considerar-se uma forma pouco corrente.

Tal impressão sai, de resto, reforçada realizando uma análise dos principais conjuntos de cerâmicas desta categoria do território hoje espanhol, onde os exemplares análogos aos do OSM são igualmente pouco comuns. Podem a este respeito mencionar-se alguns exemplares do Castillo de Doña Blanca, na Baía de Cádiz, datados do final do século V ou já do IV a.n.e. (Ruiz Mata / Pérez 1995: Fig. 26), bem como exemplares pontuais dos estratos de abandono do Morro de Mezquitilla, enquadráveis nos séculos VI-V a.n.e. (Schubart 1979: Fig. 12). Fora do âmbito peninsular cumpre ainda assinalar a presença de peças muito similares em Cartago, recolhidas por M. Vegas na sua Forma I.3 (Vegas 1999: 138 e Abb. 26), e datáveis, também elas, nos séculos V-IV a.n.e..

Peças similares documentam-se igualmente em ambientes funerários, nomeadamente na necrópole do Cortijo de las Sombras de Frigiliana, Málaga (Arribas / Wilkins, 1969: Fig. 18) e na de Jardín (Schubart 1976: Tav. XXXVB; Maass-Lindemann 1995: Fig. 22), bem como na necrópole de Puig des Molins, em Ibiza (Gómez Bellard 1990: Fig. 32, n.125); todos estes exemplares podem datar-se porventura no século VI a.n.e. avançado ou já na centúria seguinte, cronologia que poderia eventualmente estender-se à peça do OSM em apreço.

Forma I.3 – Pratos de bordo largo e côncavo (Est. XXXIV, nn.451-453) (Negueruela IXc?; Mancebo I.C.1; Rufete P.3.d; Medellín 3A)

Corresponde a um desenvolvimento dos pratos em aba que assume, contudo, nos ambientes do Extremo Ocidente Peninsular e, em particular, no Baixo Sado uma configuração particular que condiciona o seu confronto com materiais de outras áreas regionais. Esta forma está representada por dois exemplares, perfazendo 12,5% do conjunto total, a que poderia somar-se, com as devidas reservas, o fundo de um terceiro recipiente.

As peças em análise apresentam um corpo em calote de esfera, separado de um largo bordo oblíquo e recto por um estrangulamento assinalável da parede que configura uma carena relativamente marcada no exterior e um ressalto bem assinalado no interior do recipiente. O amplo desenvolvimento dos bordos desta forma confere ao corpo da peça o aspecto de uma depressão central que prefigura já o desenvolvimento dos “pratos de peixe”, forma que analisarei mais adiante.

Estes largos bordos apresentam, além disso, a particularidade de apresentarem uma notória concavidade na sua faceta interna, em lugar do desenvolvimento convexo próprio de peças análogas de outros conjuntos, particularidade que parece ser característica dos oleiros do Baixo Sado, encontrando-se em outros recipientes de engobe vermelho do Castelo de Alcácer (Silva *et al.* 1980-1: Fig. 14, n.66; Fig. 17, nn.186-7).

Finalmente, os fundos destas peças, ligeiramente indicados, apresentam uma concavidade central relativamente pouco desenvolvida. Quanto ao engobe, de qualidade razoável e tonalidades cor-de-laranja acastanhadas, aplica-se em todas estas peças na superfície interna e na faceta externa do bordo, sem se estender à restante superfície externa.

No que diz respeito às suas dimensões, os exemplares em análise apresentam diâmetros homogêneos – 21 e 21,9cm – bem como larguras de bordo igualmente similares – 5,4 e 6cm, respectivamente. Os diâmetros dos fundos, incluindo o do terceiro exemplar de adscrição insegura, são ligeiramente mais variáveis, entre os 6 e os 7,6cm. Finalmente, a altura das peças conservadas é, também ela similar, medindo a primeira 4,5 e a segunda 5cm.

Peças desta mesma morfologia encontram-se bem atestadas nos conjuntos cerâmicos de outros sítios do Baixo Sado, em particular em Abul A, onde se documentam peças análogas embora sem o característico bordo côncavo em estratos enquadráveis no horizonte IC (c. 625 a.C.) (Mayet / Silva 2000: Fig. 17, n. 51), perdurando em estratos enquadráveis já na segunda fase do sítio (último quartel do século VII e primeiro quartel do VI a.n.e.) (*idem*: Fig.31, nn.192-3). Pode igualmente assinalar-se uma peça similar no conjunto do Castelo de Alcácer do Sal, mais concretamente em níveis enquadrados na Fase III, datada também ela, como ficou dito acima, do último quartel do século VII e inícios do VI a.n.e. (Silva 1980-1: Fig. 14, n.66).

Pratos muito semelhantes foram igualmente documentados na Quinta do Almaraz, em Almada (Barros / Cardoso / Sabrosa 1993: 177; Batalha/ Barros 2018: Fig. 5), podendo provavelmente enquadrar-se já em cronologias do século VI a.n.e. (Arruda 1999-2000: 104-5), e possivelmente também no Claustro da Sé de Lisboa (*idem*: Fig. 70), onde se datam igualmente daquela centúria (*idem*: 119). Cumpre, por outro lado, assinalar a presença de exemplares desta tipologia, embora porventura mais evolucionados, no sítio de Santa Olaia, na Figueira da Foz (Schubart 1976: Tav. XXXVIC).

Nos conjuntos do território actualmente espanhol, cabe destacar as evidências de Huelva, onde recipientes com morfologias muito similares à dos que aqui nos ocupam foram recolhidos no Tipo P.3.d de P. Rufete Tomico (1988-9: 376), tipologia datada da primeira metade do século VI a.n.e. (*idem*: 390), embora pareça perdurar até aos finais daquela centúria (Arruda 1999-2000: 119; Rufete Tomico 2002: 163). A forma documenta-se igualmente no Castillo de Doña Blanca em estratos datados do século VI a.n.e. (Ruiz Mata / Pérez 1995: Fig. 23).

Também no Baixo Guadalquivir se têm identificado peças similares, recolhidas por J. Mancebo Dávalos no seu Tipo I.C.1 (Mancebo Dávalos 1996a: 354). Pode notar-se, a este respeito, a presença de exemplares análogos aos do OSM no complexo de El Carambolo (Ruiz Mata 1986: Figs. 8 e 10).

Já na necrópole de Medellín, peças muito semelhantes às aqui estudadas foram agrupadas na Forma 3A, com uma cronologia global da segunda metade do século VI e inícios do V a.n.e. (Almagro-Gorbea / Mederos Martín / Torres Ortiz 2008: 606), embora certos exemplares, muito próximos morfológicamente dos do OSM, se possam datar ainda no segundo quartel do século VI a.n.e. (*ibidem*).

Em ambientes propriamente fenícios esta tipologia de prato encontra-se igualmente bem atestada, particularmente em ambientes funerários, podendo assinalar-se peças paralelizáveis com as do OSM nas necrópoles de Trayamar (Schubart / Niemeyer 1969: Lám. 23), Laurita (Pellicer Catalán 1962: Fig. 27) ou Puente de Noy (Molina Fajardo / Huertas Jiménez 1985: Fig. 83).

Finalmente, e considerados todos os paralelos aduzidos nos parágrafos precedentes, julgo que as peças do OSM que venho comentando se podem enquadrar cronologicamente, sem reservas de

maior, no século VI a.n.e., possivelmente na primeira metade desta centúria, considerando a proximidade morfológica com alguns exemplares das fases finais de Abul A.

*Forma I.4 – Prato tronco-cónico (Est. XXXIV, n.454)
(Negueruela IXd; Rufete P.3.d?; Medellín 4A?)*

À semelhança dos recipientes da forma anterior, com os quais mantém certas afinidades formais, a Forma I.4 corresponde a um tipo relativamente evolucionado dentro da sequência dos pratos de engobe vermelho. O único exemplar deste tipo do OSM apresenta uma morfologia global em tronco de cone devido às suas paredes rectas divergentes, marcadas sensivelmente a meia altura da peça por uma moldura bem assinalada; já na superfície interna nota-se a presença de um marcado ressalto que indica o início do bordo, sendo este recto e interiormente côncavo. O fundo, assinalado, apresenta uma pronunciada concavidade que se reflecte na face interna. O engobe cor-de-laranja acastanhado cobre toda a superfície interna.

Em Abul A não se documentam já quaisquer exemplares desta tipologia, que pode não obstante considerar-se como o protótipo de formas cerâmicas registadas em outros sítios do Baixo Sado. Com efeito, em Abul B exumou-se uma peça com certas afinidades formais, mas com um perfil fortemente moldurado que poderia considerar-se mais evolucionado (Mayet / Silva 2000: Fig. 65, n.1), dada a tendência bem conhecida dos repertórios cerâmicos do extremo ocidente peninsular para um maior barroquismo formal a partir de meados do I milénio a.n.e..

Na Fase IV do Castelo de Alcácer, por outro lado, documentam-se três recipientes com uma profunda cavidade central tronco-cónica e largos bordos rectos e côncavos (Silva *et al.* 1980-1: Fig. 17, nn.186-7 e 191), que poderiam constituir um desenvolvimento também mais tardio da tipologia que aqui nos ocupa.

Em contrapartida, na Quinta do Almaraz exumou-se pelo menos uma peça muito similar à que aqui me ocupa (Barros / Cardoso / Sabrosa 1993: 177), considerada, conjuntamente com o restante conjunto, como datável do século VI a.n.e. (Arruda 1999-2000: 104-5).

Ainda no território português caberia assinalar a presença em Castro Marim de recipientes com algumas similitudes com a peça aqui tratada, agrupados no Tipo II.B.5 (Freitas 2005a: 30), que poderão igualmente corresponder, dado o bordo mais largo e oblíquo e o ressalto interno muito baixo que apresentam, a variantes mais tardias da peça em apreço. Este tipo de pratos documenta-se no sítio algarvio a partir da Fase IV, enquadrável no século VI a.n.e., tornando-se mais frequente na fase subsequente, enquadrável já na II Idade do Ferro (*idem*: 63 e 70).

Também em Huelva, e apesar de certas similitudes formais com o Tipo P.3.d antes comentado, parece difícil identificar paralelos exactos para a peça em análise, cuja morfologia tão-pouco se encontra reflectida no quadro tipológico traçado para o Baixo Guadalquivir (Mancebo Dávalos 1996a). Uma peça exumada em estrato do século VI a.n.e. no Castillo de Doña Blanca e com algumas semelhanças à que aqui me ocupa apresenta já contudo uma inflexão interna mais baixa que a aproxima do tipo dos pratos de peixe *strictu sensu* (*cf. infra*).

A necrópole de Medellín não oferece, também ela, paralelos exactos para esta peça, que poderia contudo aproximar-se, com reservas, da Forma 4 daquele sítio extremeño, datada entre os finais do século VII e os finais do VI, ou mesmo os inícios do V a.n.e. (Almagro-Gorbea / Mederos Martín / Torres Ortiz 2008: 608). Já em ambientes púnicos poderia assinalar-se a presença de peças análogas à que venho comentando na necrópole de Jardín (Schubart 1976; Maass-Lindemann 1995).

Considerados não só estes paralelos como também as hipotéticas relações evolutivas que se podem traçar entre a morfologia deste recipiente e os de outros acima referenciados, julgo que é possível avançar uma cronologia do século VI ou inícios do V a.n.e. para esta peça. Dado que o prato em análise provém da Sepultura 12/80 escavada por A. C. Paixão, no interior da qual se exumou igualmente um exemplar da Forma I.3, ambas as formas terão convivido no tempo, possivelmente num momento de meados do século VI a.n.e..

Forma I.5 – Pratos de peixe (Est. XXXIV, nn.455-456; Est. XXXV, nn.457-462)

Corresponde à etapa mais avançada da evolução dos pratos de engobe vermelho, integrável já, como veremos, na segunda metade do I milénio a.n.e.. O bordo, recto e terminado num lábio biselado, apresenta-se de tal forma desenvolvido que o corpo da peça se reduz a uma pequena depressão central de configuração cilíndrica. O fundo, indicado e dotado, nalguns exemplares, de ressaltos e ranhuras formando molduras incipientes, apresenta geralmente uma configuração côncava mais ou menos pronunciada. Na peça mais bem conservada, n.455, nota-se ainda a presença de três ranhuras relativamente pronunciadas na face externa.

Este tipo de prato, resultado da evolução dos modelos antes comentados, antecede a influência dos pratos de peixe áticos da primeira metade do século IV a.n.e. (Sparkes / Talcott 1970: 147-8; Mac-Phee / Trendall 1987) que dará origem a outra variante desta forma, apresentando bordo pendente em pestana, bem documentado no próprio OSM (cf. *infra*).

Este grupo tipológico encontra-se representado no OSM por quatro exemplares, correspondendo a 25% do total da amostra de cerâmica de engobe vermelho estudada, a que poderiam somar-se quatro fundos que, apesar do seu relativo mau estado de conservação, podem atribuir-se com alguma segurança a recipientes deste tipo. Todas estas peças pertencem, de resto, ao grupo de fabrico maioritário acima definido, podendo considerar-se produções de âmbito local-regional.

Esta tipologia de prato conta com abundantíssimos paralelos, não apenas em produções tardias de engobe vermelho como também em cerâmica comum, cinzenta e inclusivamente de tipo “Kuass”, o que atesta bem a sua popularidade entre as comunidades do Sudoeste Peninsular, e não só. O elenco dos paralelos disponíveis para estas peças seria demasiado extenso para este apartado, limitando-me por isso a assinalar a presença de peças *grosso modo* assimiláveis ao grupo dos pratos de peixe no Castelo de Alcácer do Sal, durante a Fase IV (Silva et al. 1980-1: Fig.17), e no Castelo de Castro Marim, na Fase V, igualmente enquadrável na segunda metade do I milénio a.n.e. (Freitas 2005: 70). Uma cronologia dos séculos V e inícios do IV a.n.e. parece assim plausível para os recipientes do OSM.

Grupo II – Taças

Forma II.1 – Taça em calote de esfera com bordo largo pendente (Est. XXXV, n.463) (Cuadrado 1969 F.21)

Corresponde a uma peça assaz peculiar e de difícil enquadramento cronotipológico. Trata-se de um pequeno recipiente em calote de esfera com fundo em ônfalo dotado de um bordo *grosso modo* perpendicular, ligeiramente pendente. Apresenta ambas as superfícies cobertas de um engobe vermelho alaranjado de boa qualidade. O diâmetro desta peça é de 13,6cm para uma largura de bordo de sensivelmente 2,5cm; o diâmetro de fundo, por seu turno, é de 3,4cm e a altura de 2,9cm.

Devo, por outro lado, salientar que não me foi possível analisar devidamente as características de fabrico desta peça devido ao facto de se encontrar profundamente alterada por acções de restauro e conservação, como tive já oportunidade de mencionar, pelo que não pude asseverar se se trata de uma peça importada, o que parece verosímil, ou de uma produção de âmbito local/regional.

Esta peça apresenta uma morfologia francamente invulgar, não recolhida na generalidade dos estudos sobre cerâmicas de engobe vermelho da Península Ibérica, à excepção de um dos clássicos trabalhos de E. Cuadrado, onde peças similares se recolhem como Forma 21 (Cuadrado 1969: Fig.8), indicando aquele investigador que se trata de «...una forma fenicia muy antigua...» (*idem*: 268), sem maiores precisões, apontando como base para a sua tipificação exemplares do Cerro de la Tortuga, em Málaga (Muñoz Gambero 2009: Fig. 142; cf. López Malax-Echeverría 1973), e de Mogador, em Marrocos (Jodin 1966: 116). No seu estudo sobre a cerâmica de engobe vermelho do sítio marroquino, A. Jodin (*ibidem*) sugere que se trataria de uma forma de influência grega, não tecendo contudo maiores considerações sobre a sua cronologia.

Por outro lado, peças bastante próximas, embora dotadas de ressaltos nas superfícies externa e interna que não se documentam no exemplar alcacerense, foram produzidas na olaria de La Pancha, próxima do Morro de Mezquitilla, entre os finais do século VII e o primeiro terço do VI a.n.e. (Martín Córdoba/ Ramírez Sánchez/ Recio Ruiz 2006).

Cabe finalmente assinalar que no Cerro Macareno uma peça próxima da que agora me ocupa, embora de bordo horizontal e com engobe ou pintura em bandas unicamente na aba foi exumada em estratos genericamente datáveis já do século V a.n.e. (Pellicer Catalán/ Escacena Carrasco/ Bendala Galán 1983: Fig. 46, n.1308), podendo considerar-se um derivado tardio da forma em análise.

Considerados estes dados, não parece fácil estabelecer a cronologia da peça do OSM, embora se possam considerar como balizas cronológicas gerais os finais do século VII e os meados ou finais do século VI a.n.e..

Forma II.2 – Taça de pé alto (Est. XXXV, n.464) (Medellín 2B)

Constitui na realidade uma variante dos pratos da Forma I.3, com os quais mantém uma estreita afinidade formal, apresentando contudo a adição de um pé alto. No único exemplar desta forma do OSM este pé, oco, apresenta uma faceta externa moldurada. Quanto ao corpo principal da peça, cabe assinalar que as paredes apresentam uma considerável inclinação, conferindo-lhe uma maior profundidade que a verificada nas peças da Forma I.3; tal como naquelas, o bordo, terminado num lábio horizontal arredondado, encontra-se separado do corpo por um ressalto interno bem marcado, enquanto que a face externa apresenta uma dupla carena que configura uma moldura bem vincada. O engobe, cor-de-laranja acastanhado e de qualidade razoável, aplicou-se exclusivamente na superfície interna da peça.

Quanto às suas dimensões, a peça em apreço apresenta um diâmetro de 18cm, ligeiramente inferior ao das suas congéneres sem pé, uma largura de bordo de sensivelmente 4cm, e um diâmetro de fundo de 5,6cm; a altura deste exemplar é de 7,1cm.

As taças de pé alto não constituem, como foi já assinalado (Almagro-Gorbea / Mederos Martín/Torres Ortiz 2008: 619), uma forma especialmente comum nos conjuntos de engobe vermelho peninsulares. Com efeito, o único sítio no qual se documentam taças com morfologias idênticas à da peça que aqui me ocupa é a necrópole de Medellín, onde se recolhem na Forma 2B, com uma cronologia do século VI a.n.e. (*idem*: 602), sendo interessante notar que se propôs que estas peças da necrópole extremeña poderiam corresponder a importações da fachada ocidental peninsular, e concretamente dos estuários do Tejo e Sado, devido à prática, bem atestada em sítios como Almaraz (Barros/ Cardoso / Sabrosa 1993: Fig. 180) e possivelmente Lisboa (Calado et al. 2013: Fig. 5; cf. tb. Sousa 2014: 122), de aplicar pés relativamente desenvolvidos a certos tipos de recipientes cerâmicos.

Devo contudo salientar que nos sítios do Tejo esta adição se encontra presente de forma clara unicamente em páteras carenadas derivadas do que adiante designarei como Forma II.3, encontrando-se as taças de pé alto derivadas de pratos atestadas, em engobe vermelho, unicamente em Medellín e no Baixo Sado. Pode não obstante assinalar-se a presença de um exemplar em tudo análogo à peça do OSM mas de produção manual na Anta 1 da Hortinha, no Alandroal, que parece ter sido reutilizada no século V a.n.e. para acolher uma deposição funerária (Mataloto 2010-1: Fig. 11).

Como se depreende destas considerações, os dados para situar cronologicamente a peça em análise não são abundantes, podendo unicamente evocar-se a cronologia da Forma I.3, de que parecem derivar, e a dos exemplares de Medellín para propor um enquadramento desta Forma II.2 no século VI ou já nos inícios do V a.n.e..

Forma II.3 – Taças carenadas (Est. XXXV, nn.465-467) (Almaraz – Taças Carenadas Tipo A)

As taças carenadas encontram-se representadas no OSM por três exemplares, correspondendo a 18,75% do conjunto total da cerâmica de engobe vermelho. Correspondem a recipientes de tendência

hemisférica dotados de uma carena alta e saliente que divide o perfil das peças segundo uma proporção de sensivelmente 1:2.

A porção inferior apresenta uma tendência recta ou ligeiramente convexa enquanto que a porção superior, de tendência oblíqua e extroversa, apresenta uma acentuada concavidade; este tramo superior termina em lábios arredondados simples e, num único caso, num lábio ligeiramente espessado. Os diâmetros destas peças oscilam entre os 16,8 e os 19,6cm.

Dois destes exemplares apresentam ainda pares de ranhuras ligeiramente abaixo da carena, detalhe morfológico que se documenta em peças doutros sítios, como veremos, pelo que deverá considerar-se significativo.

Os exemplares estudados apresentam engobes de boa qualidade, de tonalidades cor-de-laranja avermelhadas a acastanhadas, cobrindo a totalidade da superfície interna e a superfície externa até à altura da carena, salvo num exemplar em que cobre igualmente toda a superfície externa.

Embora as taças carenadas, forma com raízes orientais bem documentadas (Bikai 1978: Pl. XV), constituam um grupo bem representado nos repertórios de engobe vermelho peninsulares (Cuadrado 1969: Forma 3; Negueruela 1979-1980: Forma VIIIa; cf. tb. *infra*), a morfologia dos exemplares do OSM apresenta certas especificidades que dificultam, até certo ponto, a sua integração na sequência evolutiva deste grupo formal definida para os sítios fenícios e mesmo para outros sítios “orientalizantes”.

No espaço do Baixo Sado as taças carenadas estão presentes desde os inícios da Idade do Ferro, nomeadamente em Alcácer do Sal (Silva *et al.* 1980-1: Fig. 13) e em Abul A (Mayet / Silva 2000: Fig. 18), embora em variantes menos profundas, com carenas menos vincadas e porções superiores de tendência recta e mais vertical, que poderiam considerar-se um antecedente da tipologia que aqui nos ocupa. Já em Abul B as taças de engobe vermelho estão representadas por variantes mais evolucionadas, com morfologias mais abertas e perfis fortemente moldurados (*idem*: Fig. 196), embora se documentem taças muito semelhantes às que aqui nos ocupam produzidas em cerâmica cinzenta (*idem*: Fig. 78).

Os melhores paralelos para os exemplares do OSM registam-se contudo na Quinta do Almaraz, onde se recolhem como Taças Carenadas Tipo A (Barros / Cardoso / Sabrosa 1993: 178-9), e em Lisboa (Sousa 2017: Fig. 3), concretamente nos materiais do Teatro Romano (Calado *et al.* 2013: Fig. 5), do claustro da Sé (Arruda 1999-2000: Fig. 66, n.10) e da Casa dos Bicos (Pimenta/ Sousa/ Amaro 2015: Fig. 9), datados putativamente no século VI, possivelmente na sua segunda metade (*idem*: 117). A esses exemplares poderiam ainda acrescentar-se, sem sair do Baixo Tejo, os de Cacilhas (Olaio *et al.* 2019, Fig. 11).

Esta morfologia parece, de resto, constituir um desenvolvimento característico do Extremo Ocidente peninsular, como já se assinalou para os exemplares do estuário do Tejo (*idem*: 116-7), não contando com paralelos exactos em outros conjuntos de referência. Com efeito, e apesar de certas similitudes com as taças carenadas da Forma III.B.1 de Castro Marim (Freitas 2005a: 32), as do Tipo C.3.a de Huelva (Rufete Tomico 1988-9: 379), as do Tipo IIID do Baixo Guadalquivir (Mancebo Dávalos 1996a: 359), ou mesmo as da Forma 5A de Medellín (Almagro-Gorbea / Mederos Martín/ Torres Ortiz 2008: 609-610), estas parecem corresponder a tipologias mais antigas que constituirão os mais que prováveis antecedentes das peças em apreço. Peças análogas documentam-se, não obstante, de forma pontual, no casco urbano de Huelva, em estratos da primeira metade do século VI a.n.e. (Fernández Jurado 1988-9: Est. XXXVIII, n.1).

Julgo, com base nestas observações, que os exemplares do OSM podem considerar-se um estágio intermédio entre as taças com carenas suaves e porção superior vertical, frequentemente terminada em bordo triangular, características do século VII a.n.e., e as taças – ou, mais propriamente, as páteras – de bordos extroversos, carenas salientes e perfil fortemente moldurado, tão características dos conjuntos dos estuários do Tejo e, em menor medida, do Sado na transição para a II Idade do Ferro (Barros / Cardoso / Sabrosa 1993: 180; Calado *et al.* 2013: Fig. 5; Sousa 2014: 122). A presença de ranhuras na porção inferior de algumas peças desta última morfologia poderia reforçar a relação de filiação entre ambas as formas.

Não me parece, de resto, despiciendo supor que o percurso evolutivo muito característico das peças que aqui me ocupam possa resultar da interferência de outras categorias cerâmicas, nomeadamente da cerâmica cinzenta, em que a presença de taças carenadas reminescentes de formas próprias dos repertórios locais do Bronze Final é sobejamente conhecida (cf. *supra*).

O desenvolvimento da forma que aqui nos ocupa poderia assim situar-se no decurso do século VI a.n.e., podendo iniciar-se ainda na primeira metade daquela centúria, embora se encontre particularmente bem documentada na sua segunda metade (Arruda 1999-2000: 117), em que convive já com peças de tipologia mais evolucionada.

Grupo III – Grandes Recipientes

Forma III.1 – Grande recipiente de bordo triangular (?) (Est. XXXV, n.468)

Um último exemplar de engobe vermelho do OSM, representado unicamente por um fragmento de pequenas dimensões, não permite pelo seu estado de conservação uma atribuição tipológica totalmente fiável. A única porção conservada corresponde a um bordo triangular extroverso, coberto interna e externamente de engobe alaranjado de qualidade relativamente medíocre, que poderia hipoteticamente pertencer a um grande recipiente aberto com um diâmetro de bordo de 19,2cm, cuja morfologia parece impossível restituir.

Em todo o caso, este bordo não parece integrar-se em nenhuma das formas antes comentadas pelo que me parece razoável individualizá-lo no seio do conjunto. Em última análise, esta peça poderia aproximar-se de outros grupos tipológicos minoritários nos conjuntos de engobe vermelho do Ocidente peninsular, nomeadamente no dos grandes recipientes (Barros / Cardoso / Sabrosa 1993: 181; Arruda 1999-2000: Fig. 80), sem que se possam contudo avançar quaisquer precisões adicionais relativamente ao seu enquadramento cronológico.

3.1.6.4. Comentário ao conjunto de cerâmica de engobe vermelho

Como pode depreender-se do panorama traçado nas páginas anteriores, a cerâmica de engobe vermelho do OSM caracteriza-se, antes de mais, pela sua escassa representatividade no conjunto cerâmico da necrópole, mas também por um certa monotonia formal, podendo reduzir-se o conjunto, a grandes rasgos, a dois grupos principais: os pratos (Grupo I) e as taças (Grupo II). Esta impressão de monotonia só é em certa medida mitigada pelo facto de o grupo dos pratos apresentar um complexo e dinâmico esquema evolutivo (Figura 23) que, contudo, deve considerar-se eminentemente regional, não podendo paralelizar-se de forma totalmente satisfatória com os esquemas tipo-cronológicos traçados para outras regiões peninsulares.

Essa identidade própria constitui, de resto, um terceiro e importante rasgo deste conjunto que, como houve oportunidade de assinalar, apresenta particularidades morfológicas específicas e segue percursos evolutivos próprios, paralelos mas não necessariamente idênticos aos de outras áreas. Deve contudo notar-se uma certa similitude com a evolução formal das produções de engobe vermelho do Baixo Tejo (Barros / Cardoso / Sabrosa 1993; Arruda 1999-2000; Sousa 2014: 114-129), de resto natural à luz da proximidade geográfica entre ambas as áreas, que evidencia a mais que provável existência de *ateliers* regionais.

O facto de estes recipientes corresponderem, na sua esmagadora maioria, a produções locais/regionais confere, de resto, uma consistência adicional a esta hipótese de desenvolvimento *in loco*, sem que possam contudo excluir-se interferências de outros focos produtores de cerâmica de engobe vermelho, em particular da Baixa Andaluzia, com cuja evolução os conjuntos do Extremo Ocidente apresentam apesar de tudo certos paralelismos.

Outro aspecto digno de nota diz respeito à perduração desta classe cerâmica na necrópole: considerando os parâmetros cronológicos que propus para cada um dos tipos estudados, creio que se pode afirmar que a cerâmica de engobe vermelho terá incorporado os conjuntos funerários desta necrópole logo a partir das suas fases iniciais, continuando a utilizar-se pontualmente porventura até aos momentos finais da sua utilização pré-romana.

Figura 23 – Evolução dos pratos de engobe vermelho do Baixo Sado (peça de Abul A segundo Mayet/ Silva 2000; peça de Alcácer do Sal segundo Silva et al., 1980-1).

A presença de pratos de engobe vermelho em ambientes funerários, quer de âmbito fenício quer englobáveis no mundo dito “orientalizante”, encontra-se sobejamente atestada, tendo já comentado a propósito de cada uma das formas os paralelos pertinentes exumados em contexto de necrópole, pelo que a presença no OSM destes recipientes não causa particular surpresa.

Permanecemos, no entanto, bastante mal informados sobre o tipo concreto de uso que estes recipientes poderão ter conhecido na necrópole. A este respeito, um dado importante que merece ser assinalado diz respeito à presença já referenciada de dois recipientes de engobe vermelho na Sepultura 12/80, escavada por A. C. Paixão. Trata-se, neste caso, de uma sepultura provavelmente correspondente ao 3º tipo de V. Correia (1972 [1928]; cf. tb. *infra*), isto é, um *bustum* em fossa simples, no qual os recipientes de engobe vermelho parecem ter sido depositados após a cremação como provável oferta funerária.

Julgo importante recordar também aqui a hipótese aventada por C. Fabião (1998a: 356) de que os pratos de peixe publicados por S. Frankenstein (1997: Lám. 57), incluídos alguns exemplares de engobe vermelho que acima englobei na Forma I.5, poderiam corresponder aos “... *testos de asado coimbrão*...” que segundo V. Correia (1972 [1928]: 175) cobririam as urnas das sepulturas do seu 2º tipo, correspondentes às Urnas “Cruz del Negro” já analisadas.

Adiante voltarei a analisar a questão da cronologia e sequência dos vários tipos sepulcrais do OSM; no entanto creio importante assinalar desde já que me parece existir um desfasamento entre a cronologia destas urnas e a dos citados pratos de peixe, o que me suscita muitas reservas sobre esta possível associação. Os recipientes a que V. Correia se refere bem poderiam corresponder aos recipientes de engobe vermelho de outras tipologias antes resenhados, ou inclusivamente a exemplares integráveis em outras categorias cerâmicas.

Como facilmente se pode apreciar, estes dados são claramente insuficientes para restituir o quadro de utilização dos recipientes de engobe vermelho na necrópole que, de resto, e à luz sobretudo da ampla diacronia desta categoria cerâmica, podemos intuir ter sido assaz diversificado, incluindo seguramente usos como recipientes de oferendas, mas também possivelmente como equipamentos utilizados em banquetes funerários ou simplesmente como elementos de cobertura de urnas. Na ausência de dados adicionais, parece virtualmente impossível superar, a este respeito, o campo das conjecturas.

Estampa XXXIV – Cerâmica Cinzenta - Formas VII.1-2 (Pequenos Potes), VIII.1-2 (Unguentários), IX.1-2 (Tampas) e Indeterminadas.

Estampa XXXV – Cerâmica de Engobe Vermelho - Formas I.5 (Pratos de Peixe), II.1-3 (Taças) e III.1 (Grande Recipiente).

3.1.7. Cerâmica Grega

A cerâmica grega constituiu, desde a descoberta do OSM no século XIX, um dos elementos mais chamativos do espólio desta necrópole, podendo mesmo afirmar-se que a ela se deve, pelo menos numa primeira fase, uma boa parte da notoriedade do sítio entre a comunidade científica nacional e internacional.

Com efeito, e logo a partir da primeira divulgação dos achados da necrópole alcacerense empreendida por J. P. N. da Silva (1875), os vasos gregos de Alcácer constituíram o epicentro de uma viva e por vezes acesa discussão centrada num primeiro momento na autenticidade das peças e, até bem entrado o século XX, na identificação precisa da sua proveniência e dos seus centros produtores (cf. a história detalhada destes debates em Pereira 1962: 1-10).

Não obstante, e como em muitos outros aspectos, seria a intervenção do Professor V. Correia a estabelecer solidamente as coordenadas para o estudo destas peças. Fazendo jus ao sentido prático que frequentemente se intui nas suas observações, o Professor de Coimbra obteve directamente do Professor J. Beazley, uma das mais reputadas, senão a mais reputada autoridade em vasos gregos, o seu parecer sobre este conjunto cerâmico, tendo recebido do erudito britânico a confirmação de que correspondiam a produções áticas enquadráveis na primeira metade do século IV a.n.e. (Correia 1972 [1925]: 192).

A primeira publicação extensiva e metódica dos vasos de Alcácer não se realizará, contudo, até aos anos '60, quando M. H. da Rocha Pereira, no seu estudo seminal sobre a cerâmica grega em Portugal, procede a um primeiro estudo abrangente e científico dos vasos de figuras vermelhas da necrópole (Pereira 1962: 72-84 e 95), a que vieram somar-se nos anos seguintes alguns dados adicionais resultantes de outros estudos (Delgado 1971; Ferreira 1971: 316; Rouillard 1975; MacPhee / Trendall 1987: 39 e nn.69-72).

No entanto, a publicação global do conjunto, incluídos já os exemplares aparentemente recolhidos no decurso dos trabalhos de A. C. Paixão, só se realizaria já nos finais da década de '80, pela mão de P. Rouillard (Rouillard et al. 1988-9); o trabalho deste investigador e dos seus colaboradores, que recolhe um total de 42 recipientes de figuras vermelhas e de verniz negro, permitiu, de facto, estabelecer pela primeira vez um inventário completo e abrangente da cerâmica ática da necrópole do OSM, bem como estabelecer de forma precisa as suas coordenadas técnicas, decorativas e cronológicas.

Dada a natureza exaustiva e fundamentada do estudo citado basear-me-ei para a análise desta categoria cerâmica na informação ali compilada, limitando-me a acrescentar pontualmente dados identificados posteriormente, e dando conta em particular de alguns exemplares inéditos que pude documentar no decurso do estudo do conjunto cerâmico da necrópole (v. tb. Gomes 2017b; 2020).

*

Antes de abordar estes materiais inéditos cumpre todavia assinalar a presença no OSM de um recipiente pertencente ao estilo de figuras negras. Esta peça, não documentada no estudo antes citado e posteriormente identificada nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia por A. M. Arruda (2006: 135-6; 2019: 21-22), corresponderá sem dúvida à peça recolhida por V. Correia nos anos '20 e que o Professor de Coimbra descreve como «... vaso ornado de palmetas negras sobre fundo vermelho, classificado no espólio de Ampurias como do século VI» (Correia 1925 [1930]: 185).

Corresponde, tipologicamente, a um exemplar do grupo das *band cups* (Moore / Philippides 1986: 64-5) cuja decoração se resume a uma banda na face externa enquadrada por áreas cobertas de verniz, o que permitiria enquadrá-la no Tipo C definido por H. Bloesch (1940, *apud* Arruda 2019: 21). Essa decoração, composta por palmetas intercaladas com flores de lótus, permite a sua inclusão no Grupo das *floral band cups* definido por John Beazley (1978). Com base nestas observações, a responsável do estudo desta peça situa-a cronologicamente no primeiro quartel do século V a.n.e. (Arruda 2006: 136; 2019: 21).

Parece importante salientar que, apesar de relativamente frequentes em Atenas (Moore / Philippides 1986: 64-5), a presença de *kylikes* deste tipo no Mediterrâneo Ocidental é, em contrapartida, francamente invulgar. Com efeito, e no que à Península Ibérica diz respeito, os únicos paralelos para a peça

em apreço documentaram-se na colónia grega de Ampúrias (Bosch i Gimpera/ Serra i Rafols 1951-7: 19, Pl. 7, nn. 4 e 7; Domínguez/ Sánchez 2001: 64 e Fig. 56, n.4), sendo a sua presença na fachada atlântica peninsular um *unicum* difícil, de momento, de explicar.

*

Aparte deste exemplar não recolhido no estudo de P. Rouillard e colaboradores tive ainda oportunidade, ao realizar o estudo dos materiais em depósito no Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, de identificar uma lucerna (Est. XXXVI, n. 469) que, pelas suas características morfológicas, mas também técnicas, caberia integrar no repertório lychnológico grego arcaico (Gomes 2020).

Ao nível da estrutura física, esta peça apresenta uma pasta calcária relativamente compacta e depurada, com escassos elementos não plásticos (nódulos de calcite e areias quartzíticas), que parece ter sido objecto de uma cozedura regular em ambiente oxidante, resultando numa tonalidade bege amarelada muito homogénea. Estas características, conjugadas com a presença de um verniz ou engobe acastanhado sobre o bordo, muito degradado, permite identificar esta peça como uma produção coríntia (Broneer 1930: 34).

Por outro lado, as características morfológicas *sui generis* deste exemplar, com um depósito aberto de secção trapezoidal, um bordo plano e horizontal, separado das paredes rectas e divergentes do corpo por um ângulo agudo bem marcado, e um pico pouco desenvolvido de tendência trapezoidal, encontram com efeito os seus melhores paralelos nas primeiras produções de lucernas do âmbito grego.

Deve no entanto sublinhar-se que essas produções arcaicas, apesar de partilharem certos rasgos partilhados, se caracterizam pela sua falta de standardização e por uma assinalável diversidade ao nível dos detalhes formais e tipológicos. Ainda assim, foi possível aproximar o exemplar do OSM do Tipo III estabelecido por O. Broneer para as lucernas de Corinto (Broneer 1930: 38-39), bem como do Tipo 12 da Ágora de Atenas (Howland 1958: 27) e do Tipo 6, variante b definido para o material de Gravisca (Galli 2004: 48-49). Paralelos para este exemplar podem ainda rastrear-se nas colecções do Museu Britânico (Bailey 1975: 301, n. Q 639; 303-4, n. Q 645) e do *Museo Civico Archeologico di Bologna* (Genito 1977: 34, n. 10).

Em face deste enquadramento tipológico e dos paralelos antes citados, a lucerna do OSM pode datar-se com relativa segurança entre o último terço do século VI e os inícios do V a.n.e.. Os dados sobre o seu contexto permitem contudo precisar melhor o momento de deposição desta lucerna na necrópole alcacerense. Com efeito, esta peça encontra-se atribuída à Sepultura 98 das escavações de V. Correia, na qual se recolheu igualmente um nutrido conjunto de outros materiais que permitem datar este conjunto funerário do primeiro quartel do século V a.n.e. (cf. Anexo I; v. tb. Gomes 2020: 83-86), tornando assim a lucerna coríntia aqui analisada contemporânea da taça de figuras negras estudada por A. M. Arruda (2006; 2019).

Assim sendo, estes dois exemplares integráveis no repertório das produções gregas tardo-arcaicas parecem marcar um episódio concreto na história do consumo de cerâmicas importadas por parte da comunidade de Alcácer do Sal. É certo que, pela sua origem e natureza tanto funcional como decorativa, os dois exemplares em apreço configuram um panorama heterogéneo e, *a priori*, difícil de conciliar. No entanto, a circulação conjunta de produtos de ambos os tipos aqui mencionados em rotas e circuitos comerciais partilhados parece bem atestada, podendo citar-se neste contexto o exemplo do naufrágio de Pointe Lequin 1, no Sul de França, em cujo carregamento conviviam *floral band cups* e lucernas de tipo arcaico (Long et al. 1992: 217-218 e fig. 37).

No estado actual dos nossos conhecimentos, não podemos afirmar com segurança se o episódio de importação de produtos gregos representado por estes dois exemplares corresponde ao arranque da importação de cerâmicas áticas que atingirá, na primeira metade do século IV a.n.e., o seu apogeu (Rouillard et al. 1988-9; Gomes 2017b; cf. *infra*) ou se existe um hiato significativo entre um e outro momento. A escassez de cerâmica grega do segundo e terceiro quartéis do século V a.n.e. actualmente conhecidas em Alcácer do Sal (Arruda 2019) parece no entanto indicar que o segundo cenário é o mais provável.

*

Por outro lado, durante a análise do espólio recolhido nas últimas campanhas de escavação conduzidas por A. C. Paixão no início dos anos '80 actualmente em depósito nas instalações da Direcção Regional de Cultura do Alentejo em Alcácer do Sal, foi igualmente possível identificar um total de oito fragmentos de cerâmica ática correspondentes a outras tantas peças inéditas que importa também apresentar com certo detalhe antes de discutir as características globais do conjunto (v. tb. Gomes 2017b)⁵.

Entre estes fragmentos inéditos, apenas um corresponde a um recipiente de figuras vermelhas, mais concretamente a um bordo em pestana pendente pertencente a um prato de peixe, decorado, à semelhança dos restantes recipientes do mesmo tipo exumados no OSM (Rouillard *et al.* 1988-9: 73-5), com um motivo de ondas encrespadas (Est. XXXVI, n.471). Embora o fragmento em apreço seja francamente reduzido creio que pode assumir-se que corresponderá, como os restantes recipientes desta tipologia do OSM, a uma obra do Pintor de Alcácer do Sal definido por I. MacPhee e A. D. Trendall (1987: nn.69-72). Esta peça datará pois, como as suas congéneres já publicadas, de c.380-370 a.n.e..

Os restantes sete fragmentos correspondem a recipientes de verniz negro, entre os quais se destaca a presença de quatro bordos pertencentes a pratos do tipo *rolled rim plate* da Ágora de Atenas (Sparkes / Talcott 1970: 147) ou Jehasse 116 (Jehasse / Jehasse 1973: 357-364) (Est. XXXVI, nn.472-475); a estes pode ainda somar-se um fundo relativamente bem preservado decorado com um círculo de decoração a roleta que poderia igualmente pertencer a um recipiente desta mesma morfologia (Est. XXXVI, n.476). Trata-se igualmente de uma forma já registada no estudo citado de P. Rouillard, que recolhe quatro exemplares desta morfologia (Rouillard *et al.* 1988-9: 77-8).

Estes pratos, ainda que raramente atestados fora da Grécia, parecem ter circulado em certa quantidade, como pode inferir-se da abundância de peças deste tipo no naufrágio de El Sec, ao largo de Maiorca (Cerdà 1987: 357-364), e encontram-se bem atestados noutros conjuntos portugueses, em particular no Algarve, tendo-se exumado exemplares desta morfologia em Tavira (Barros 2005) e Castro Marim (Arruda 1997: 135-6). A cronologia dos exemplares agora apresentados pode considerar-se semelhante à dos exemplares já conhecidos, datados do primeiro quartel do século IV a.n.e. (Rouillard *et al.* 1988-9: 77-8).

Um outro fragmento corresponde ao bordo de uma *kylix* provavelmente enquadrável na classe das *stemless cups* da Ágora de Atenas (Sparkes / Talcott 1970: 98-105) (Est. XXXVI, n.470), forma igualmente bem conhecida, quer no repertório do próprio OSM (Rouillard *et al.* 1988-9: 72-3) quer mais geralmente nos conjuntos de cerâmica ática da Península Ibérica (cf. Rouillard 1991; Sánchez 1991; Domínguez / Sánchez 2007). Não é clara a datação deste exemplar na medida em que não conserva o pé, elemento cuja evolução detém, nas *stemless cups*, um significado cronológico; a peça em apreço poderia assim, pelo menos teoricamente, datar-se entre a segunda metade do século V e o primeiro quartel do IV a.n.e. (Sparkes / Talcott 1970: 98).

Finalmente, o último fragmento identificado corresponde a um fundo de um recipiente de difícil integração morfológica, que merece, contudo, menção por apresentar um esquema decorativo relativamente bem preservado, consistindo num círculo central inciso rodeado por uma coroa de palmetas impressas interligadas por traços igualmente incisos (Est. XXXVI, n.477). Estas palmetas podem integrar-se com facilidade no Tipo D definido para o material de verniz negro da necrópole de Aléria (Jehasse / Jehasse 1973: Pl. 78, nn.1400-1).

Este motivo central parece, por outro lado, ter estado enquadrado numa moldura de óvulos impressos demarcada por linhas incisas. Estes vários elementos decorativos poderiam aproximar a peça em apreço das produções do *atelier 5* do naufrágio de El Sec (Cerdà 1987: 209 e Lám. II), embora sigam ali esquemas combinatórios algo distintos do da peça do OSM.

Todos estes elementos poderiam sugerir, sem segurança contudo, que a peça em apreço corresponde ao fundo de um recipiente do tipo *outturned rim bowl* da Ágora de Atenas (Sparkes / Talcott

5. Contrariamente às restantes classes cerâmicas, as cerâmicas gregas foram quantificadas seguindo o princípio do número máximo de indivíduos, já que neste caso parecem existir suficientes garantias de que cada fragmento corresponde efectivamente a um recipiente distinto. Para efeitos comparativos, pode contudo assinalar-se que estes fragmentos correspondem a um número mínimo de seis indivíduos.

Figura 24 – Distribuição da cerâmica grega do OSM por estilos.

1970: 128-130), forma sobre a qual se aplicam aqueles elementos e esquemas decorativos, e que se encontra de resto bem atestada na necrópole de Alcácer do Sal (Rouillard *et al.* 1988-9: 30-32).

Com a adição destes exemplares inéditos, o conjunto de cerâmica grega do OSM ascende a um total de 51 indivíduos⁶, o que corresponderia a 7,5% do conjunto cerâmico da necrópole. Dentro deste, um único exemplar corresponde a um vaso de figuras negras, sendo a vasta maioria das peças produções do horizonte clássico tardio, incluindo 26 vasos de figuras vermelhas e 23 enquadáveis nas produções de verniz negro (Figura 24).

Julgo que a descrição detalhada neste contexto do conjunto de cerâmica grega já publicado resultaria redundante e repetitiva, pelo que procurei tão-somente sintetizar na Tabela 4 as características globais deste conjunto de acordo, no caso das peças já publicadas, com as apreciações dos responsáveis pelo seu estudo.

Apesar de ter sido já amplamente analisado em distintas ocasiões (Rouillard *et al.* 1988-9; Rouillard 1991; Arruda 1997: 89-90), julgo que este conjunto merece ainda aqui algumas observações adicionais. Em primeiro lugar, do ponto de vista do significado comercial e económico deste conjunto, parece-me importante assinalar que o OSM, ainda que constituindo em muitos aspectos um exemplo típico dos ritmos de importação de cerâmica grega documentados no actual território português, oferece certos particularismos dignos de menção.

Um primeiro aspecto digno de nota diz naturalmente respeito à presença do recipiente de figuras negras (Arruda 2006; 2019) e da lucerna coríntia (Gomes 2020) antes mencionados, que constituem sem dúvida as mais antigas importações de cerâmica grega atestadas na região do Baixo Sado e que se enquadram numa fase onde a importação de produtos gregos se encontra francamente mal documentada em geral na região (Arruda 2019).

Com efeito, se a chegada residual de recipientes de produção Coríntia, mais concretamente do Coríntio Médio, nos inícios do século VI a.n.e. se encontra bem atestada (Cardoso 2004: Fig. 173; Arruda 2005b; 2019: 19-21), existe um notório vazio na segunda metade daquela centúria e na primeira metade do século V a.n.e. que as peças em apreço do OSM e a putativa Vicup de Lisboa (Arruda 1997: 86-7; 2019: 22; *contra* AA.VV. 1994; Sousa 2014: 110-1) dificilmente parecem suprir.

6. Contabilizados, neste caso, uma vez mais, segundo o número máximo de indivíduos (NMI). O número mínimo de indivíduos (nmi) correspondente é de 34.

Forma *	Estilo	Pintor	Crono.	Bibliografia
<i>Band cup</i>	FN	Indeterminado (Grupo das floral band-cups)	500-475	Arruda 2006
Lucerna – Broneer III	VN?	N/A	500-475	Gomes 2020
Peliké	FV	Círculo do Pintor do Tirso Negro	375-350	Pereira 1962; Trías de Arribas 1967
Peliké	FV	Indeterminado	375-350	***
Peliké	FV	Indeterminado	375-350	***
<i>Krater</i> de sino	FV	Grupo de Viena 1025	400-375	Pereira 1962; Trías de Arribas 1967
<i>Krater</i> de sino	FV	Grupo de Viena 1025	400-375	***
<i>Krater</i> de sino	FV	Pintor de Telos	380-370	***
<i>Krater</i> de sino	FV	Pintor do Tirso Negro	375-350	Pereira 1962; Trías de Arribas 1967
<i>Krater</i> de sino	FV	Pintor do Tirso Negro	375-350	Rouillard 1975
<i>Krater</i> de sino	FV	Pintor do Tirso Negro	375-350	***
<i>Krater</i> de sino	FV	Indeterminado	375-350	***
<i>Krater</i> de sino	FV	Indeterminado	375-350	***
<i>Krater</i> de sino	FV	Indeterminado	400-350	***
<i>Krater</i> de sino	FV	Indeterminado	400-350	***
<i>Stemless cup</i>	FV	Grupo de Viena 116	375-350	***
<i>Stemless cup</i>	FV	Grupo de Viena 116	375-350	***
<i>Stemless cup</i>	FV	Grupo de Viena 116	375-350	***
<i>Stemless cup</i>	FV	Indeterminado	375-350	***
<i>Skyphos</i>	FV	Grupo do <i>Fat Boy</i>	375-350	Pereira 1962
<i>Skyphos</i>	FV	Grupo do <i>Fat Boy</i>	375-350	Pereira 1962
Prato de peixe	FV	Pintor de Alcácer do Sal	380-370	Pereira 1962; Trías de Arribas 1967; Frel 1969; MacPhee / Trendall 1987
Prato de peixe	FV	Pintor de Alcácer do Sal	380-370	MacPhee / Trendall 1987
Prato de peixe	FV	Pintor de Alcácer do Sal	380-370	MacPhee / Trendall 1987
Prato de peixe	FV	Pintor de Alcácer do Sal	380-370	MacPhee / Trendall 1987
Prato de peixe	FV	Pintor de Alcácer do Sal?	380-370	***
Prato de peixe	FV	Pintor de Alcácer do Sal?	380-370	***
Prato de peixe	FV	Pintor de Alcácer do Sal?	380-370	Material inédito
<i>Stemless cup</i>	VN	N/A	450-375?	Material inédito
<i>Bolsal</i>	VN	N/A	375-350	***
<i>Bolsal</i>	VN	N/A	375-350	***
<i>Bolsal</i>	VN	N/A	425-400	***
<i>Outturned rim bowl</i>	VN	N/A	400-375	Ferreira 1971
<i>Outturned rim bowl</i>	VN	N/A	400-375	***
<i>Outturned rim bowl</i>	VN	N/A	400-350	***
<i>Outturned rim bowl?</i>	VN	N/A	400-350	Material inédito
<i>Saltcellar</i>	VN	N/A	400-350	***
<i>Saltcellar</i>	VN	N/A	400-350	***
Taça, tipo ind.	VN	N/A	400-350	Delgado 1971
Taça, tipo ind.	VN	N/A	400-350	***
Taça, tipo ind.	VN	N/A	400-350	***
Taça, tipo ind.	VN	N/A	400-350	***
<i>Rolled rim plate</i>	VN	N/A	400-375	Delgado 1971
<i>Rolled rim plate</i>	VN	N/A	400-375	***
<i>Rolled rim plate</i>	VN	N/A	400-375	***
<i>Rolled rim plate</i>	VN	N/A	400-375	***
<i>Rolled rim plate</i>	VN	N/A	400-375	Material inédito
<i>Rolled rim plate</i>	VN	N/A	400-375	Material inédito
<i>Rolled rim plate</i>	VN	N/A	400-375	Material inédito
<i>Rolled rim plate</i>	VN	N/A	400-375	Material inédito
<i>Rolled rim plate?</i>	VN	N/A	400-375	Material inédito

* Sempre que possível e justificável, a forma indicada segue a tipologia estabelecida para o material da Ágora de Atenas (Sparkes / Talcott 1970).

Tabela 4 – Cerâmica grega do OSM: tipologia, características, cronologia e bibliografia

Foi já sugerida, por outro lado, a existência de uma continuidade entre a importação destes materiais tardo-arcaicos e a chegada massiva e sistemática de produtos áticos de figuras vermelhas e de verniz negro característicos já do horizonte clássico (Arruda 2006: 136). No entanto, e como ficou dito acima, julgo que até que possam documentar-se outros dados e evidências, essa hipotética continuidade deve ser mantida sob quarentena, devido quer à diminuta expressão numérica destas importações antigas – que, se se aceitar a hipótese da interpretação da peça da Rua dos Correiros como uma Taça Cástulo (Sousa 2014: 111), se limitam na prática à *band cup* e à lucerna de Alcácer – quer às suas cronologias específicas, que não coincidem em nenhum momento dado com as das primeiras importações “clássicas”, separadas daquelas por um período de pelo menos um quarto de século.

De facto, a importação massiva de cerâmicas gregas não se atesta, no Ocidente peninsular, antes de meados, e sobretudo do último quartel do século V a.n.e., atingindo o seu apogeu na primeira metade do século IV a.n.e. (Arruda 1995; 1997; 2006). O conjunto de figuras vermelhas e de verniz negro do OSM poderia considerar-se, a este título, bastante paradigmático, acompanhando de perto os ritmos globais de importação que podem com os dados actuais restituir-se para o restante território nacional (Figura 25).

Já no que diz respeito à sua composição formal o conjunto de cerâmica grega do OSM oferece certas particularidades que merecem ser realçadas. Desde logo, chama a atenção a diversidade formal deste material (Figura 26), muito superior à da maioria dos sítios portugueses, com a excepção do Castelo de Castro Marim (Arruda 1997). P. Rouillard assinalou já este facto, tendo considerado a necrópole alcacerense como um exemplo do que designa como repertório amplo de formas, em claro contraste com a maioria dos sítios do Sul peninsular então conhecidos (Rouillard 1991: 191 e Carte 14).

Apesar dessa diversidade, pode notar-se no OSM a presença de um núcleo constituído por aquilo que o investigador francês designou como “serviço andaluz”, composto pelo *krater de sino* e pelas *kylikes*, associação particularmente característica do mundo Ibérico da Alta Andaluzia (*idem*: 184); este paralelismo de parte do repertório alcacerense com o referido “serviço” não se esgota, de resto, nos aspectos morfológicos, visto que aqui se repete a associação entre obras do Pintor do Tirso Negro e do Grupo de Viena 116 igualmente característica nos repertórios da área Ibérica meridional (*ibidem*). Este detalhe merece certa atenção na medida em que, como veremos, se enquadra bem numa certa convergência entre a necrópole de Alcácer do Sal e as necrópoles da área cultural Ibérica durante a II Idade do Ferro.

Figura 25 – Volume médio de importação da cerâmica ática do OSM por décadas.

Figura 26 – Distribuição das cerâmicas gregas do OSM por formas.

Se este “serviço” constitui um padrão bem conhecido, a sua associação a outras formas, consideradas em muitos casos invulgares, constitui uma especificidade de Alcácer do Sal. Pode salientar-se, a este respeito, a popularidade de formas como os *rolled rim plates* ou, sobretudo, os pratos de peixe, sendo esta forma invulgar nos inventários de cerâmica ática dos sítios peninsulares (*idem*: 191) embora particularmente popular no País Valenciano (García i Martin 1999; 2000).

Estas observações não invalidam, contudo, que se trate de um conjunto eminentemente homogéneo: homogéneo funcionalmente, sendo constituído quase exclusivamente por recipientes destinados na sua origem à preparação e consumo do vinho e ao consumo de alimentos, e homogéneo também do ponto de vista cronológico, centrado essencialmente na primeira metade do século IV a.n.e., podendo mesmo detectar-se diversas séries tipificadas de recipientes que bem poderiam corresponder a remessas simultâneas (Rouillard 1991: 185).

Outro aspecto que merece alguns comentários diz respeito à utilização dada a estes recipientes. Se, como ficou dito, as formas atestadas no OSM correspondem a recipientes para o consumo de bebida e comida, pelo menos uma parte desses recipientes parece ter sido reinterpretado localmente, na medida em que os testemunhos de V. Correia, que pôde exumar alguns destes vasos gregos *in situ*, nos dão conta da sua utilização como contentores cinerários.

O Professor da Universidade de Coimbra assinala, por exemplo, que «... na sepultura n.º 8 havia um bojudo vaso globular junto de duas crateras de tipo oxibaphon tôdas contendo ossos» (Correia 1972 [1928]: 173), o que parece atestar plenamente o uso dos *krateres* como urnas. Ainda segundo as suas descrições, outros recipientes, como um *skyphos* da mesma sepultura n.º 8, poderão ter sido depositados como vasos de oferendas (*ibidem*).

O uso do *krater* como urna cinerária, sendo caso praticamente único, até ao momento, no território português, não constitui contudo uma especificidade da necrópole alcacerense, na medida em que a mesma prática parece ter sido corrente, uma vez mais, no mundo Ibérico, e em particular na área dita Bastetana da Alta Andaluzia (Rouillard 1991: 180; 2009: 366), constituindo assim mais uma curiosa homologia entre o OSM e o mundo funerário daquela área.

Devo, contudo, salvaguardar que a aparente excepcionalidade deste uso funerário da cerâmica grega no OSM, que obriga à busca de paralelos em paragens mais ou menos distantes, pode bem resultar apenas de um persistente vazio de informação sobre as práticas funerárias da II Idade do Ferro na Baixa Andaluzia e na área meridional portuguesa. De facto, o recente estudo de dois vasos gregos da necrópole do Cerro Furado, Baleizão – um *krater* de sino do Pintor do Tirso Negro e um *skyphos*

provavelmente do Grupo do *Fat Boy* (Arruda / Lopes 2012), idênticos portanto a algumas das peças de Alcácer – poderia sugerir que esta utilização de vasos gregos como urnas e/ou vasos de oferendas teria uma difusão maior no Sudoeste Peninsular do que a que actualmente conhecemos.

O restante repertório documentado, relacionado como venho dizendo com o consumo da bebida e da comida, bem poderá ter constituído o equipamento privilegiado de banquetes funerários realizados aquando da deposição dos mortos ou, alternativamente, de libações e oferendas funerárias (Rouillard 2009: 366). Devo contudo salientar que não me parece, de momento, taxativamente provado que a intenção primária subjacente à importação destes recipientes fosse uma intenção funerária.

Julgo, com efeito, que os dados actuais não permitem excluir – mas menos ainda provar, é certo – que esta cerâmica de luxo possa ter desempenhado, num primeiro momento, uma função mais ajustada aos seus usos originais, nomeadamente no quadro de banquetes e *symposia* que poderão ter servido às elites locais para projectar e legitimar o seu ascendente social, construindo simultaneamente a sua identidade de grupo. De resto, a presença de raladores de tipo etrusco na necrópole (cf. *infra*) e no povoado (Arruda *et al.* 2021), frequentemente associados à aromatização do vinho com queijo, poderia constituir um argumento em favor da presença de práticas deste tipo.

A utilização funerária destes vasos gregos poderia revestir-se, assim, de um sentido adicional, na medida em que estes constituiriam não apenas um bem de prestígio *per se*, mas também um elemento com um sentido social e político localmente adquirido cuja amortização final constitui um recurso mais na construção de discursos de poder perfeitamente articulados.

Esta hipótese, ainda que perfeitamente conjectural, levanta contudo um problema adicional relativo à cronologia das peças em apreço. Vimos já que a sua cronologia de produção, além de bem estabelecida, apresenta uma notável homogeneidade; no entanto, na ausência de contextos arqueológicos fiáveis para estes materiais, não pode excluir-se a existência de desfasamentos, mais ou menos amplos, entre a cronologia de produção destes vasos e a cronologia da sua amortização, sobretudo se se admitir que esta pode ter sido antecedida de uma utilização em contextos não-funerários.

O entesouramento de vasos gregos e a sua deposição em contextos incompatíveis com a sua cronologia de produção não é de todo um fenómeno desconhecido na Península (Rouillard 2009: 368-9), e em particular no mundo Ibérico (García Cano 1999) – constituindo o caso recentemente identificado dos sete *krateres* gregos da sepultura de câmara “*principesca*” de Píquia, Jaén, de cronologia Romana Republicana, um caso extremo (Ruiz Rodríguez *et al.* 2015; Rueda / Olmos 2015) – pelo que julgo importante manter em mente este tipo de fenómenos ao discutir o significado destes recipientes para o faseamento global da necrópole.

Estampa XXXVI – Lucerna coríntia e cerâmicas áticas.

3.1.8. Cerâmicas de cariz helenístico

3.1.8.1. Considerações prévias

À luz do que ficou dito no apartado anterior, a popularidade das cerâmicas áticas entre a comunidade de Alcácer do Sal durante a primeira metade do século IV a.n.e. parece inegável. No entanto, e como houve ensejo de comentar, a partir de meados desta centúria o abastecimento de cerâmica grega parece ter-se visto bruscamente interrompido, o que naturalmente deve ter gerado, como em muitas outras áreas, um vazio importante neste mercado extremo-ocidental.

Ao contrário do que sucedeu noutros ambientes (cf. *infra*), este vazio não chegou a ser verdadeiramente preenchido até aos meados do século II a.n.e., com a chegada *en masse* das primeiras produções de verniz negro itálicas, já durante a Época Romana Republicana (cf. Silva *et al.* 1980-1; Sepúlveda *et al.* 2001; Soria 2018: 184-214). O registo cerâmico da necrópole do OSM permite contudo entrever alguns tímidos ensaios de suprir este vazio, quer mediante a produção de possíveis imitações locais/regionais de formas áticas quer talvez também mediante a importação de peças produzidas num âmbito regional alargado derivadas, também elas, de protótipos gregos.

Assim, no presente apartado recolhe-se um pequeno lote de materiais que, apesar de tecnicamente muito heterogêneos, compartilham uma evidente filiação tipológica nas produções gregas de figuras vermelhas e de verniz negro, apresentando de resto uma relativa homogeneidade tipológica que permite aproximá-los entre si, mesmo que com todas as devidas reservas.

Reconheço, com efeito, que a maioria, se não mesmo a totalidade, das peças que recolherei no presente apartado se poderiam, com maior ou menor propriedade, incorporar em várias das categorias cerâmicas anteriormente analisadas, nomeadamente entre a cerâmica comum, pintada e cinzenta, como adiante se evidenciará; não obstante as características intrínsecas de algumas destas peças, em concreto ao nível dos acabamentos, somadas à natureza claramente exógena dos modelos formais que reproduzem, integram-nas numa problemática à parte dentro dos estudos ceramológicos da II Idade do Ferro, facto que justifica o seu tratamento por separado no âmbito deste trabalho.

Com efeito, e a meu ver, este conjunto de materiais insere-se, do ponto de vista histórico – mas também produtivo –, num contexto específico, que importa analisar, mesmo que brevemente. Em primeiro lugar, parece importante, ainda que seja quase redundante, recordar o enorme afluxo de cerâmicas áticas, de figuras vermelhas e, sobretudo, de verniz negro, que, a partir de finais do século V e particularmente ao longo da primeira metade do IV a.n.e., inundaram os mercados do Mediterrâneo Ocidental, e também do Sudoeste Peninsular (cf. Rouillard 1991; Arruda 1995; 1997; 2006; Domínguez/ Sánchez 2001; Jiménez Ávila/ Ortega Blanco 2004), afluxo em que, como vimos, a própria Alcácer do Sal participou activamente como centro de consumo.

A abundantíssima presença destes produtos gregos nos sítios do Extremo Ocidente Peninsular atesta o papel privilegiado destas cerâmicas finas no serviço de mesa das comunidades locais, o que naturalmente ditou, ainda durante o próprio período de circulação e consumo dos produtos importados, uma progressiva incorporação dos repertórios formais áticos – e muito em particular dos das cerâmicas de verniz negro – nas produções locais/regionais de distintas áreas peninsulares, com destaque para a área Ibérica do Levante e do Sudeste (cf. Page del Pozo 1984).

Outro foco onde o impacto dos produtos áticos parece ter-se sentido com particular acuidade já desde etapas relativamente precoces corresponde à área da Baixa Andaluzia, onde os *ateliers* cerâmicos da Baía de Cádiz parecem ter adoptado e adaptado, desde muito cedo, formas próprias dos repertórios gregos (cf. Ramon Torres *et al.* 2007; v. tb. Sáez Romero 2014a: Fig. 1), tendência que dará origem, em momentos posteriores, à configuração de distintas produções de cariz marcadamente helenístico que se revestem de grande interesse para o tema que aqui me ocupa (cf. *infra*).

A importância assumida pelos produtos gregos nos mercados ocidentais evidencia-se, contudo, com mais premência a partir dos meados/ terceiro quartel do século IV a.n.e., quando o fluxo comercial de produtos áticos se interrompe de forma mais ou menos abrupta (Rouillard 1991; Arruda 1997; 2006; Domínguez/ Sánchez 2001), deixando um considerável vazio que, a curto prazo, será preenchido

tentativamente por um vasto leque de produções de cariz e âmbito geográfico muito diferenciado cuja característica fundamental consiste, em boa medida, na adopção de repertórios fundamentalmente copiados ou derivados das produções áticas.

É neste contexto geral que emergem, ainda que com ritmos algo diferenciados, os chamados – a meu ver de forma bastante imprópria – *ateliers* “protocampanienses” (cf. Adroher/ López 1995; v. tb. Niveau 2003: 25 e ss.), entre os quais se contam alguns focos produtivos do Mediterrâneo Ocidental, como os *ateliers* de Rosas (Solier 1969; Sanmartí Grego 1978; Solier/ Sanmartí Grego 1978; Principal-Ponce 2008; Pérez Ballester 2008: 269-272) ou os de Ibiza (Fernández/ Granados 1979; Pérez Ballester 2008: 263-269; Ramon Torres 2012a; 2012b), que se somam a uma lógica de atomização da produção das cerâmicas de verniz negro em que participam também o território itálico, com as produções do *atelier* das Pequenas Estampilhas (Morel 1969; Pérez Ballester 1987) e as primeiras produções Campanienses (Morel 1981), bem como as áreas púnicas do Mediterrâneo Central, e em particular Cartago (Morel 1982; 1986) e a Sicília (Morel 1979).

No Extremo Ocidente Peninsular, e nomeadamente no chamado “Círculo do Estreito de Gibraltar” (cf. Niveau 2001), esta dinâmica conheceu também importantes reflexos, traduzindo-se na emergência, a partir de finais do século IV a.n.e., de uma produção própria de cerâmicas finas de mesas – as chamadas cerâmicas de “tipo Kuass” (Niveau 2003; cf. tb. Niveau 2000; 2002-3; 2004a; 2008; 2014a; 2014b; Sousa 2009).

Não é esta a ocasião para recordar o historial e a caracterização geral deste grupo cerâmico, já de resto traçado com muito maior propriedade por outros investigadores (*ibidem*), podendo no entanto recordar-se neste contexto que a cerâmica de “tipo Kuass”, cujo foco nuclear de produção parece situar-se na área da Baía de Cádiz (Niveau 2003; cf. tb. Niveau 2004a; 2004b), comporta de forma virtualmente exclusiva, pelo menos num primeiro momento, tipos formais derivados dos repertórios da cerâmica ática, com ocasionais interferências do repertório púnico local (cf. Niveau 2003: 57).

Esta classe cerâmica caracteriza-se, por outro lado, pelo uso de vernizes e revestimentos de coloração predominantemente vermelha, o que a diferencia no seio das produções helenísticas em que se engloba, adaptando-se assim, ao que tudo indica, ao gosto local (*idem*; cf. tb. Niveau 2014), fortemente moldado por uma larga tradição de cerâmicas finas de mesa revestidas com engobe vermelho (cf. *supra*).

No entanto, e como trabalhos recentes têm vindo a evidenciar, o impacto do repertório cerâmico grego não se esgota nestas cerâmicas finas de mesa, relativamente luxuosas. Neste sentido, caberia assinalar neste contexto a recente sistematização de uma produção gaditana de cerâmica cinzenta engobada, relativamente fina, cujo repertório formal engloba, uma vez mais, e de forma quase exclusiva, modelos morfológicos de cariz helenístico (Sáez Romero 2014a), que pode em muitos aspectos considerar-se paralela das produções cinzentas – com e sem verniz – dos *ateliers* de Ibiza (cf. Ramon Torres 2012a; cf. tb. Sáez Romero 2014a: 106-7).

Aparte desta produção, que parece, de momento, corresponder a uma novidade própria dos ambientes do final do século IV a.n.e. e da centúria seguinte, a influência dos repertórios vasculares gregos é também rastreável, ainda que de forma porventura mais difusa, nas próprias produções comuns oxidantes, quer da Baía de Cádiz (Sáez Romero 2014b) ou da área dita “Turdetana” do Baixo Guadalquivir (García Fernández 2014; v. tb. Ferrer Albelda/ García Fernández 2008) quer da fachada atlântica portuguesa (Sousa/ Pimenta 2017).

O panorama disponível para a incorporação de modelos helenísticos nas distintas produções cerâmicas do Sudoeste Peninsular parece evidenciar, por outro lado, que esse processo se revestiu de uma assinalável complexidade. Com efeito, e se parece evidente que o ponto de partida global deste processo corresponde à chegada dos produtos gregos propriamente ditos, as vias pelos quais os modelos formais helenizantes se difundem não se esgotam na mera imitação ou inspiração directa dos protótipos áticos, devendo sem dúvida ter-se verificado complexas interpenetrações entre as várias classes cerâmicas acima resenhadas.

Com efeito, parece possível – e mesmo provável – que as produções helenísticas mais precoces e mais apreciadas nos mercados regionais, como a cerâmica de tipo “Kuass”, possam ter contribuído para a difusão de modelos de origem grega, ou pelo menos para a amplificação dessa difusão. A este propósito caberia resenhar a crescente constatação da existência de possíveis focos secundários

de produção de cerâmicas de “tipo Kuass” ou de imitação de “Kuass” na área do Baixo Guadalquivir (Moreno Megías 2012; 2014; Moreno Megías/ Niveau/ García 2014; Escacena Carrasco/ Moreno Megías 2014) que, evidenciando o valor assumido por estas produções nas redes comerciais regionais, poderia também levar a pensar que estas desempenharam um papel na difusão mais genérica do repertório cerâmico helenístico.

O panorama sumariamente esboçado nos parágrafos anteriores apoia-se num conjunto de linhas de investigação que se encontram ainda nas suas etapas iniciais, e que prometem no futuro próximo trazer novos e importantes dados para a apreciação não apenas de problemas de ordem comercial e produtiva, mas também de outras questões relacionadas, por exemplo, com as práticas alimentares e as lógicas de representação social que se lhes associam. A análise do pequeno núcleo de produções de aspecto helenístico do OSM justifica-se, assim, à luz deste crescente interesse historiográfico, pretendendo constituir uma modesta contribuição para a cartografia, ainda em plena construção, das produções antes resenhadas e da sua influência.

3.1.8.2. Definição e quantificação

Como já tive oportunidade de mencionar, o pequeno núcleo de cerâmicas de cariz helenístico que pude documentar no seio do conjunto do OSM apresenta características marcadamente heterogéneas, que adiante procurarei explicitar ao analisar os aspectos técnicos de fabrico registados neste conjunto.

Com efeito, a definição e individualização deste conjunto decorre, como tenho procurado salvar, mais das suas particularidades tipológicas do que propriamente das suas características técnicas e produtivas, que na maioria dos casos se aproximam das de outras categorias cerâmicas anteriormente analisadas.

Ainda assim, insisto, a problemática específica que decorre da adopção e da adaptação de formas do fundo tipológico grego, e mais especificamente ático, justifica, a meu ver, a análise destas peças de forma separada do restante conjunto, ainda que sem menorizar as suas efectivas relações técnicas e produtivas com outras categorias cerâmicas.

Ainda assim, e como veremos, alguns detalhes produtivos, nomeadamente ao nível dos acabamentos, poderiam levar a pensar, mesmo que com reservas, na presença de elementos efectivamente enquadráveis em produções helenísticas de carácter mais estruturado, o que de algum modo justificaria a individualização deste apartado.

Apesar, como digo, de todas as reservas com que abordo neste contexto o problema das produções de cariz helenístico do OSM, entendi recolher nesta categoria um pequeno conjunto de 14 recipientes (NMI) que, como tenho vindo a insistir, apresentam uma clara filiação tipológica nos repertórios da cerâmica grega da primeira metade do século IV a.n.e., cuja presença no OSM foi já analisada. Esta categoria representa, assim, 2,1% do total do conjunto cerâmico analisado, apresentando portanto um cariz residual.

3.1.8.3. Fabricos e aspectos técnicos de produção

A análise dos aspectos técnicos de produção deste grupo de peças de cariz helenístico não se afigura como uma tarefa fácil, na medida em que, como tive já oportunidade de mencionar, o critério de individualização dos recipientes resenhados neste apartado é primariamente tipológico, ao contrário do que sucede com as restantes categorias cerâmicas analisadas neste trabalho, definidas primordialmente em função de critérios produtivos.

Em face desta opção, que procurei justificar nos parágrafos anteriores, verifica-se o enquadramento sob a epígrafe de “cerâmicas de cariz helenístico” de peças com características técnicas e de estrutura física muito distintas entre si, cujos aspectos produtivos, intersectam, em muitos aspectos, grupos produtivos já definidos para outras categorias cerâmicas, facto que não se pretende de modo algum negar.

Figura 27 – Distribuição das cerâmicas de cariz helenístico do OSM por Grupos de Fabrico.

Com o intuito de delimitar o melhor possível a heterogeneidade deste conjunto, mas também de explicitar as suas relações, mais ou menos estreitas, com outras categorias produtivas, tanto locais como suprarregionais, entendi dividir estas peças de cariz helenístico em três grupos concretos, cada um dos quais apresentando fabricos diferenciados (Figura 27).

Assim, no **Grupo A** integrei peças que apresentam características análogas às das produções de cerâmica comum oxidante já acima comentadas, isentas de qualquer tipo de revestimento ou engobe. Este grupo, que soma um total de cinco exemplares, apresenta, apesar da sua reduzida expressão numérica, uma certa diversidade ao nível dos fabricos, que pode, de forma parcial, equiparar-se à que se registava nas produções comuns *tout court*.

Podem, com efeito, detectar-se no seio deste Grupo A três fabricos distintos. O *Fabrico A1* corresponde, de forma bastante clara, ao Fabrico 1 acima definido para as produções comuns, que engloba peças com pastas de matriz não-calcária, cozidas em ambiente oxidante, de tonalidades entre o castanho claro alaranjado e o castanho avermelhado; neste caso, as pastas são finas e bem depuradas, com elementos não plásticos de pequenas dimensões, incluindo micas brancas, areias quartzíticas e nódulos de calcite. Este grupo, maioritário na cerâmica comum, soma aqui apenas dois exemplares.

O *Fabrico A2* corresponde, de forma bastante clara, ao Fabrico 2 definido para as cerâmicas comuns antes analisadas. Nele se incluem peças com pastas não-calcárias, menos depuradas, e consequentemente de aspecto algo mais grosseiro. Estas peças foram, ao que parece, sujeitas a cozeduras irregulares, apresentando colorações castanhas escuras a negras acastanhadas, por vezes zonadas. No caso vertente, as peças deste fabrico apresentam elementos não-plásticos frequentes, de pequenas a médias dimensões, incluindo micas brancas, areias quartzíticas e nódulos de óxido de Ferro. Os seus acabamentos são, em geral, pouco cuidados. Este fabrico soma, também ele, apenas dois exemplares.

Finalmente, regista-se neste Grupo A um terceiro fabrico – *Fabrico A3* – documentado numa única peça, mas que corresponde, de forma bastante clara, ao Fabrico 3 estabelecido para as produções comuns, e que como acima se indicou englobam peças com pastas finas e relativamente bem depuradas, de matriz possivelmente calcária, submetidas a cozeduras oxidantes resultantes em tonalidades beiges. No caso vertente, a única peça do Fabrico A3 apresenta elementos não plásticos relativamente frequentes, de pequenas e médias dimensões, incluindo micas brancas, areias quartzíticas e possíveis nódulos de cerâmica moída. Tal como referi acima a propósito das produções comuns, este fabrico, apesar de bastante indiferenciado, poderia paralelizar-se, mesmo que com reservas, com certas produções da área da Baixa Andaluzia, concretamente, no caso em apreço, do Baixo Guadalquivir.

O **Grupo B** definido para este pequeno conjunto de elementos de cariz helenístico corresponde, também ele, a produções oxidantes, que neste caso, contudo, apresentam como particularidade o facto

de as suas superfícies internas (e, num caso, a franja superior do bordo externo) se apresentarem revestidas com pinturas ou aguadas de tonalidade vermelha alaranjada.

Tal como já referi acima a propósito das produções pintadas, algumas das quais apresentam também revestimentos (aparentemente) integrais de algumas superfícies, estes revestimentos não se confundem, do ponto de vista qualitativo, com os das cerâmicas de engobe vermelho em sentido estrito, estudadas acima, das quais se diferenciam também, em última análise, do ponto de vista do repertório formal. Se nestas últimas os revestimentos são de muito boa qualidade, espessos, aderentes e frequentemente polidos, no caso destas produções, como das cerâmicas pintadas que acima comentei, os revestimentos correspondem tão-somente a aguadas ou pinturas bastante débeis.

Do ponto de vista produtivo, as duas peças enquadráveis neste Grupo B apresentam fabricos aparentemente assimiláveis ao Fabrico 1 da cerâmica comum e pintada acima discutida, bem como ao Fabrico A1 definido no seio do Grupo A das produções de cariz helenístico.

Os dois exemplares enquadráveis neste Grupo B apresentam, com efeito, pastas de matriz não-calcária sujeitas a cozeduras oxidantes, o que resultou em pastas de tonalidades cor-de-laranja vivas. Correspondem, em ambos os casos, a produções bastante finas e bem depuradas, com elementos não-plásticos raros ou pouco frequentes, de muito pequenas a pequenas dimensões, incluindo micas brancas e areias quartzíticas. Devo, contudo, salvaguardar que num dos casos – o da peça 488, de que se conserva apenas um pequeníssimo fragmento de bordo, o que dificulta a sua correcta apreciação – não se pode excluir que corresponda a uma produção de “tipo Kuass” ou assimilável. Com efeito, as suas características produtivas poderiam paralelizar-se com o Grupo II estabelecido por E. de Sousa para as cerâmicas de “tipo Kuass” do território algarvio (Sousa 2009: 45), que se considerou uma produção da Baía de Cádiz (*idem*: 47).

A diminuta dimensão deste fragmento e o carácter bastante genérico da sua pasta dificultam, não obstante, a sua correcta identificação, podendo contudo observar-se que a peça em causa corresponde a um tipo formal bastante bem representado no repertório das produções de “tipo Kuass” (cf. *infra*).

Por outro lado, e ainda que a importação sistemática de cerâmicas de “tipo Kuass” se encontre, no actual território nacional, praticamente circunscrita ao território algarvio (Sousa 2009; Sousa/ Arruda 2013) e ao Baixo Guadiana (Soria/ Palma 2017), documentam-se ainda assim na fachada atlântica ocidental algumas instâncias mais ou menos isoladas de importações deste tipo – em Miróbriga (Soares/ Silva 1979), no Castro de Chibanes (Costa 1910; Pimenta et al. 2019: 57-58), em Lisboa (Sousa/ Fernandes 2019) e na Alcáçova de Santarém (Arruda 1999-2000), e bem assim no Castelo de Alcácer do Sal (Soria 2018: 218) – que tornam viável a hipótese de que um exemplar deste tipo de produções se tenha incorporado no registo funerário do OSM.

Finalmente, o **Grupo C**, que pode considerar-se maioritário dentro do escasso volume destas produções de cariz helenístico, somando sete peças, engloba genericamente peças cuja cozedura decorreu em ambientes total ou predominantemente redutores. Do ponto de vista da estrutura física, contudo, estes recipientes apresentam uma relativa diversidade, que permite dividir este grupo em três fabricos concretos.

O *Fabrico C1* engloba peças com pastas de matriz aparentemente não-calcária, bastante depuradas, com elementos não-plásticos frequentes, mas de muito pequenas ou pequenas dimensões, incluindo areias quartzíticas, micas brancas e ocasionais nódulos de quartzo e talvez de plagioclase; a cozedura destas peças foi total ou predominantemente redutora, resultando em tonalidades cinzentas acastanhadas. Neste fabrico incluem-se apenas dois exemplares.

O *Fabrico C2* engloba peças com pastas de matriz aparentemente calcária, relativamente pouco depuradas, contando com elementos não-plásticos de pequenas a médias dimensões, incluindo micas brancas, areias quartzíticas e ocasionalmente nódulos de óxido de Ferro ou de cerâmica moída. As cozeduras das peças deste fabrico são bastante irregulares, apreciando-se combinações, numa mesma peça, de áreas cinzentas claras a cinzentas e outras de tonalidade predominantemente bege ou bege alaranjada. Este fabrico engloba somente duas peças.

Do ponto de vista dos acabamentos, caberia sublinhar a existência, numa peça (n.481), de vestígios de pintura ou engobe de coloração negra ou cinzenta escura que, conservando-se apenas no interior de uma ranhura sobranceira ao bordo, poderia indiciar a existência de um revestimento original mais abrangente, actualmente perdido.

Ainda que com as maiores reservas, gostaria de recordar, a propósito deste grupo de fabrico, a existência, recentemente sistematizada, de uma produção de cerâmica cinzenta de cariz helenístico na área da Baía de Cádiz, parte da qual dotada de engobes cinzentos (Saéz Romero 2014a). Ainda que a estrutura física das peças em apreço não se conforme exactamente às características particulares desta produção expostas por A. Sáez Romero (*idem*: 81), poderia, não obstante, considerar-se genericamente paralelizável com outras produções da Baía de Cádiz, o que levanta a hipótese – aqui tomada, insisto, com as maiores reservas – de que as peças deste grupo de fabrico (e bem assim algumas do fabrico seguinte) possam corresponder a importações oriundas daquela área.

Finalmente, o *Fabrico C3* apresenta sérios problemas do ponto de vista da sua caracterização, na medida em que engloba três exemplares cuja principal característica comum é o facto de terem sido produzidos com argilas extremamente finas e bem depuradas, nas quais praticamente não se apreciam, numa análise macroscópica, quaisquer elementos não-plásticos. Estas peças foram, por outro lado, sujeitas a cozeduras redutoras muito regulares, resultando em pastas homogéneas de tonalidade cinzenta a cinzenta escura. Os acabamentos das peças deste fabrico são relativamente cuidados, alcançando mesmo, num caso pontual – n.490 –, uma qualidade de polimento bastante considerável.

À luz da natureza das pastas deste fabrico, o seu correcto enquadramento constitui uma tarefa difícil. Se, por um lado, poderia pensar-se, numa primeira instância, numa assimilação às já mencionadas produções cinzentas helenísticas gaditanas – com as quais compartilham, tanto quanto consigo compreender, certos aspectos de estrutura física – essa aproximação não parece totalmente referendada no que à tipologia diz respeito.

Por outro lado, o aspecto macroscopicamente pouco característico destas peças levanta outras hipóteses que não devem obviar-se. Por exemplo, no caso da já citada imitação de *rolled rim plate*, relativamente detalhada do ponto de vista dos detalhes morfológicos, poderia mesmo corresponder, *in limine*, a uma peça ática afectada pela acção do fogo em contexto pós-deposicional, embora algumas características morfológicas levantem reservas a esta hipótese, como se verá.

Finalmente, e ainda que a título de mera observação, não me parece despidendo recordar que as mesmas formas registadas neste fabrico detectado no OSM foram igualmente produzidas em cerâmica cinzenta fina noutros *ateliers*, concretamente em Ibiza (cf. Ramon Torres 2012a), cujos produtos não parecem, de momento, estar cabalmente atestados em paragens mais ocidentais, ainda que se tenham notado paralelismos entre a produção gaditana e a ebusitana, como recentemente sublinhou A. Sáez Romero (2014a).

De um modo geral, a leitura destas produções redutoras de cariz helenístico não é fácil de abordar neste contexto, faltando nomeadamente dados concretos – o conjunto em apreço é, note-se, reduzido e fragmentário – mas também outro tipo de abordagens, nomeadamente de âmbito analítico, que permitam uma aproximação mais precisa e sustentada a estes curiosos materiais do OSM.

Aliás, e de um modo geral, todos os distintos grupos que venho definindo no seio deste pequeno conjunto de peças mereceria, no futuro, ser abordado com maior profundidade, numa perspectiva necessariamente enriquecida com dados relativos aos níveis pré-romanos do povoado, e nesse sentido o estudo do material do Convento de Araceli ou da escavação do Museu Municipal Pedro Nunes poderá trazer importantes contributos.

3.1.8.4. Tipologia e cronologia

Como em várias ocasiões tive já oportunidade de mencionar, o principal rasgo definatório das cerâmicas englobadas no presente apartado prende-se com a sua morfologia, derivada de forma bastante clara dos repertórios da cerâmica ática da primeira metade do século IV a.n.e..

As formas do fundo tipológico grego reproduzidas no seio deste pequeno conjunto estão contudo muito longe de recobrir o repertório das importações gregas documentadas no sítio (Rouillard *et al.* 1988-9; Gomes 2017b; cf. tb. *supra*) ou mesmo as dos repertórios das produções helenísticas próprias de outras áreas do Sudoeste Peninsular, e concretamente da Baía de Cádiz (Niveau 2003; Sáez Romero, 2014a).

Figura 28 – Distribuição das cerâmicas de cariz helenístico por Formas e Grupos de Fabrico].

Muito pelo contrário, verifica-se uma clara redução dos repertórios, dominados por apenas duas formas – os pratos de peixe e as taças de bordo reentrante (Figura 28) – que como adiante veremos constituem também, de forma significativa, as tipologias mais populares ao nível das cerâmicas de “tipo Kuass” (Niveau 2008: 139; Sousa 2009: Figs. 12 e 13) ou das próprias produções cinzentas helenísticas gaditanas (Sáez Romero 2014a), sendo ambos igualmente frequentes nas produções comuns e pintadas de distintas áreas do Sudoeste Peninsular, como haverá ensejo de comentar.

Em face das estreitas correlações das peças do OSM com as cerâmicas áticas em que se inspiram, por um lado, e com as diversas produções de fundo helenístico a que me venho referindo em páginas anteriores, por outro, optei, aparte da criação de tipos próprios que de modo algum se podem considerar generalizáveis, por classificar as peças recolhidas neste apartado em função das tipologias da cerâmica de verniz negro da Ágora de Atenas (Sparkes/ Talcott 1970), da cerâmica de “tipo Kuass” (Niveau 2003) e, quando possível, da cerâmica cinzenta helenística gaditana, recentemente objecto de uma primeira sistematização (Sáez Romero 2014a).

Forma I – Pratos de peixe (Est. XXXVII, nn.478-484)

Fish plates (Sparkes/ Talcott 1970: 147-8), Forma II (Niveau 2003: 46-55), Série 1 (Saéz Romero 2014a: 86).

Como já houve ensejo de comentar a propósito de outras categorias cerâmicas acima estudadas, o universo dos pratos de peixe da II Idade do Ferro apresenta uma certa complexidade, na medida em que, a partir da chegada massiva de produtos áticos aos mercados ocidentais, passam rapidamente a conviver recipientes deste tipo relacionáveis com duas tradições distintas: por um lado, produzem-se e circulam peças cuja morfologia resulta da longa evolução dos pratos de engobe vermelho de tradição fenícia e, por outro, difundem-se de forma bastante ampla outras peças claramente inspiradas nos pratos de peixe áticos, conceptualmente próximos mas morfologicamente distintos dos anteriores (cf. Sousa 2019).

Entre outros aspectos, os pratos de peixe helenizantes que agora me ocupam diferenciam-se dos seus congéneres derivados da evolução do repertório de engobe vermelho por possuírem bordos caracteristicamente pendentes, em pestana, mais ou menos desenvolvidos, bem como por outros detalhes, ao nível das bases e dos poços centrais, que no conjunto do OSM não puderam ser analisados devido ao mau estado de conservação das peças.

No OSM esta forma de prato encontra-se representada por sete exemplares, isto é, exactamente 50% dos recipientes de cariz helenístico documentados na necrópole. Este conjunto é relativamente

heterogéneo, abrangendo os três grupos produtivos antes definidos; com efeito, verifica-se a presença de dois pratos de peixe entre as produções oxidantes sem revestimento do Grupo A (um exemplar do fabrico A1 e outro do fabrico A2), de um exemplar dotado de aguada ou pintura vermelha na superfície interna e no topo do bordo, enquadrável portanto no Grupo B e, finalmente, quatro exemplares englobáveis nas produções redutoras do Grupo C (dois exemplares do fabrico C2 e outros dois do fabrico C3).

A heterogeneidade deste conjunto não se esgota, de resto, nos aspectos produtivos, sendo as próprias dimensões das peças bastante variáveis, oscilando entre os 12 e os 22cm. Também ao nível morfológico se regista uma certa diversidade, estando presentes tanto bordos triangulares incipientes como bordos em pestana plenamente desenvolvidos, oblíquos ou sub-verticais; entre estes últimos, parece importante assinalar a presença de um pequeno conjunto de três peças dotadas de ranhuras junto ao arranque do bordo, característica claramente emulada das produções áticas e que se encontra também perfeitamente documentada nos exemplares de “tipo Kuass” (Niveau 2003: 48).

Este detalhe morfológico merece aqui alguma consideração, na medida em que nalguns contextos a sua presença – ou, melhor dito, a sua ausência – parece revestir-se de um significado cronológico. Com efeito, no âmbito das produções de tipo “Kuass” a presença de ranhuras sobre o bordo, atestada desde os momentos iniciais da produção, em finais do século IV a.n.e., permanecerá ao longo de praticamente toda a diacronia desta categoria cerâmica, verificando-se contudo que a produção de pratos de peixe sem esta característica só se dá já em contextos tardios, de finais do século III a.n.e. e da centúria seguinte, prolongando-se nas produções terminais da cerâmica de “tipo Kuass”, já de Época Republicana (cf. Sousa 2010: 525; Sousa/ Arruda 2013: 653).

Noutros domínios produtivos, contudo, esta situação não se verifica. No domínio das cerâmicas cinzentas helenísticas gaditanas, por exemplo, os exemplares mais precoces de pratos de peixe não parecem exibir este tipo de detalhe morfológico, que só surgirá pontualmente em exemplares mais tardios (Sáez Romero 2014a: 86). A presença de pratos de peixe de tipologia helenizante desprovidos de sulco encontra-se igualmente bem documentada desde momentos precoces nos repertórios da cerâmica comum e pintada da Baixa Andaluzia (cf. Ferrer Albelda/ García Fernández 2008: 208) e do Algarve (Sousa 2009: 79; Sousa/ Arruda 2011; Gomes/ Arruda 2013: 35; Sousa 2019).

No próprio OSM verifica-se a associação, na Sepultura 160, de pratos de peixe com e sem sulco sobre o bordo, o que por si só não pode considerar-se significativo, já que ambas as modalidades convivem, mesmo nas produções de “tipo Kuass” tardias. Em todo o caso, e não se tratando as peças em apreço de produtos deste último tipo, creio que a questão do significado cronológico da ausência de sulcos nas peças do OSM, não podendo obviar-se, deve manter-se sob quarentena.

Como se intui do que ficou dito nos parágrafos anteriores, os pratos de peixe de tipologia helenizante conheceram uma considerável difusão nos ambientes da II Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular a partir, sobretudo, do segundo quartel/ meados do século IV a.n.e. (Ferrer Albelda/ García Fernández 2008: 208). Não cabe no escopo deste trabalho resenhar todos os paralelos possíveis para esta forma, podendo contudo assinalar-se a sua abundância na região algarvia (Sousa 2009: 79; Sousa/ Arruda 2011; Gomes/ Arruda 2013: 35).

Esta forma continua a ser produzida, por outro lado, até aos finais da Idade do Ferro, prolongando-se mesmo já durante a Época Romana Republicana (cf. Sousa/ Arruda 2014: Fig. 4). A cronologia das peças do OSM poderia, assim, situar-se entre os meados/ terceiro quartel do século IV a.n.e. e os inícios/ meados do século II a.n.e., pelo menos.

Forma II – Pátera de bordo rolado (Est. XXXVII, n.491)

Rolled rim plates (Sparkes/ Talcott 1970: 147), Jehasse 116 (Jehasse/ Jehasse 1973), Forma III (Niveau 2003: 55-7), Série 2 (Saéz Romero 2014a: 86-7).

A peça que tipifica esta forma corresponde a um *unicum* absoluto no contexto da necrópole do OSM e, tanto quanto sei, do restante território português, na medida em que segue de forma fiel, embora com proporções algo mais delicadas, a morfologia das páteras áticas de tipo *rolled rim plate* (Sparkes/ Talcott 1970: 147) ou Jehasse 116 (Jehasse/ Jehasse 1973).

A peça em apreço reproduz, com efeito, o bordo rolado e ranhurado exteriormente destas pequenas páteras pouco profundas, que constituem, como vimos, a forma mais frequente dentro da cerâmica de verniz negro ática do OSM. O diâmetro da peça em apreço, de 12,8cm, é de resto, também ele, consistente com o das suas congêneres de importação.

Esta peça corresponde a uma produção redutora, englobável portanto no Grupo C antes definido; do ponto de vista da sua estrutura física, engloba-se no fabrico C2, apresentando uma pasta invulgarmente fina e depurada e um cuidado acabamento polido. Esta peça, a considerar-se uma imitação, constitui porventura a mais bem conseguida reprodução de modelos áticos documentada no OSM, tanto na forma como na própria qualidade das pastas. Não obstante, e como já mencionei, não se pode igualmente excluir que se trate de um produto propriamente ático, profundamente alterado pela acção do fogo.

Como tive oportunidade de mencionar acima, as páteras áticas de tipo Jehasse 116 não são particularmente comuns nos contextos do Ocidente Peninsular, estando contudo atestadas em Castro Marim (Arruda 1997: 135-6) e talvez em Tavira (Barros 2005), bem como no próprio OSM, onde, como vimos, constituem a forma mais popular dentro do repertório de verniz negro (Rouillard *et al.* 1988-9).

Apesar de escassamente representadas no Mediterrâneo Ocidental e no Extremo Ocidente, as páteras deste tipo conheceram ainda assim uma popularidade suficiente para justificar a sua reprodução no contexto de alguns dos principais *ateliers* helenísticos ocidentais, nomeadamente o de Ibiza, onde ao longo do século III a.n.e. as peças deste tipo se produziram em cerâmica cinzenta e de verniz negro (cf. Ramon Torres 2012a: Fig. 7), e o de Gadir, onde esta forma se incorporou no repertório da cerâmica de “tipo Kuass” – Forma III de Niveau (2003: 55-7) – e, ainda que de forma bastante simplificada, no das cerâmicas cinzentas helenísticas gaditanas – Série 2 de A. Saéz Romero (2014a: 86-7).

Como já referi, não me parece possível, com base na análise macroscópica desta peça, estabelecer qualquer proposta concreta quanto à sua origem, embora uma produção gaditana me pareça improvável, na medida em que as produções cinzentas desta metrópole púnica ocidental não reproduzem os detalhes destas páteras tão fielmente como a peça salaciense e a estrutura física da peça em apreço não parece, em princípio, coadunar-se com as produções de “tipo Kuass”, estando de resto as páteras da Forma Niveau III totalmente ausentes dos conjuntos de cerâmicas de “tipo Kuass” do território português (cf. Sousa 2009; Sousa/ Arruda 2013; Soria/ Palma 2017; Sousa/ Fernandes 2019).

Apesar das incógnitas que rodeiam esta curiosa peça, as suas coordenadas cronológicas podem estabelecer-se com relativa segurança, podendo estender-se entre o primeiro quartel do século IV a.n.e., momento em que chegam ao Ocidente os protótipos propriamente áticos, e o pleno século III a.n.e., momento de apogeu das reproduções deste tipo de páteras nos *ateliers* helenísticos ocidentais.

Forma III – Taças de bordo reentrante (Est. XXXVII, nn.485-489)

Saltcellar (Sparkes/ Talcott 1970: 135-8), Forma IXA (Niveau 2003: 71-8)

Nesta forma recolhem-se pequenos recipientes de morfologia simples, em calote de esfera, caracterizados por possuírem bordos reentrantes, paredes dotadas de uma forte concavidade interna e pés mais ou menos destacados. Correspondem, sem grande lugar a dúvidas, a peças que reproduzem ou que se inspiram nos chamados *saltcellar* áticos (Sparkes/ Talcott 1970: 131-2).

Os exemplares do OSM apresentam, de uma forma geral, dimensões reduzidas, com diâmetros de bordo entre os 8,4 e os 9,8cm, diâmetros de fundo entre os 4,5 e os 5,1cm e alturas entre os 3,2 e os 5,2cm. Ainda que formalmente se possam considerar como um grupo homogêneo, não pode obviar-se a existência de uma certa diversidade ao nível dos detalhes morfológicos, em particular dos pés, documentando-se nalguns casos pés apenas ligeiramente indicados, ao passo que noutras peças este detalhe morfológico apresenta um maior desenvolvimento, parecendo indiciar uma aproximação aos pés de anel típicos da cerâmica grega, e nomeadamente das taças em que esta forma se inspira (Sparkes/ Talcott 1970: Fig. 9, 942-9).

A Forma III encontra-se representada no OSM por um total de cinco peças, recobrimdo todos os grupos produtivos antes definidos: as produções oxidantes (Grupo A) sem revestimento são predominantes, encontrando-se representadas por três peças (dos fabricos A1, A2 e A3), documentando-se

também, contudo, uma peça com revestimento interno pintado ou engobado, pertencente portanto ao Grupo B, e uma peça de produção redutora (Grupo C), englobável no fabrico C1.

Embora os protótipos áticos das taças que aqui me ocupam se encontrem escassamente representados nos conjuntos de cerâmica grega do actual território nacional (cf. Arruda 1997; Arruda/ Barros/ Lopes 1999; Barros 2005), as taças de bordo reentrante do tipo que venho comentando encontram-se muito bem representadas nos repertórios dos *ateliers* helenísticos ocidentais, documentando-se nomeadamente a sua produção em cerâmica de “tipo Kuass” – Forma IXA de Niveau (2003: Fig. 16).

As peças deste tipo conhecem, por outro lado, uma considerável difusão nos repertórios da cerâmica comum da II Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular, a partir sobretudo do segundo quartel/ meados do século IV a.n.e.. Não cabe no escopo deste trabalho resenhar todos os paralelos desta forma, podendo contudo assinalar-se a sua abundância na região algarvia (Sousa/ Arruda 2011: Figs. 22 e 24), certamente relacionada com os estreitos laços que aquela região mantém com a área gaditana, onde esta forma conheceu uma considerável popularidade tendo-se incorporado nos repertórios da cerâmica comum produzida naquela região (Forma GDR 1.1.0, Saéz Romero 2008: 624). Assinale-se, por outro lado, que esta forma permanece em produção e uso até aos finais da Idade do Ferro, tal como sugere a sua presença no depósito de Garvão (Beirão *et al.* 1985).

A cronologia das peças do OSM poderia, assim, situar-se entre o terceiro quartel ou os meados do século IV a.n.e. e os finais do III – inícios do II a.n.e..

Forma IV – Pequena taça de bordo triangular reentrante (Est. XXXVII, n.490) Saltcellar (Sparkes/ Talcott 1970: 135-8), Forma IXC (Niveau 2003: 71-8).

A última peça englobável neste apartado dedicado às cerâmicas de cariz helenístico mantém uma estreita relação formal com as peças da forma anterior. Tal como aquelas, corresponde a uma pequena taça de bordo triangular, aparentemente derivada, directa ou indirectamente, do modelo dos *saltcellars* áticos (Sparkes/ Talcott 1970: 135-8). A peça em apreço diferencia-se, contudo, pelas suas menores dimensões – apresenta um diâmetro de bordo de apenas 6cm – e sobretudo pelo seu perfil quebrado, que confere ao bordo uma configuração tipicamente triangular.

Esta variante formal, que não conta com paralelos exactos nos repertórios de verniz negro áticos, encontra-se não obstante bem representada noutras produções helenísticas bem caracterizadas, nomeadamente na cerâmica de “tipo Kuass”, constituindo a Forma IXC da tabela tipológica de A. M.^a Niveau (2003: 74 e Fig. 17). As variantes de taça de bordo reentrante com perfil quebrado encontram-se também documentadas nas produções comuns do Baixo Guadalquivir, tendo-se considerado uma forma essencialmente tardia, dos séculos III e II a.n.e. (Escacena Carrasco 1986: 352).

Não pode, por outro lado, obviar-se que a forma em apreço foi igualmente produzida em Cerâmica Campaniense A, correspondendo à Forma 34 de N. Lamboglia (1952), não podendo portanto excluir-se que a peça que aqui me ocupa responda já a uma influência dos repertórios de verniz negro itálico, o que a situaria já em Época Romana Republicana.

Em face destes dados, indirectos e pouco conclusivos, é certo, creio que a peça em apreço se poderá situar cronologicamente numa etapa centrada fundamentalmente entre os finais do século IV a.n.e. e os inícios/meados do II a.n.e..

3.1.8.5. Observações finais

O sumário panorama traçado nas páginas precedentes permite entrever, mesmo que de forma algo limitada, o impacto – directo ou indirecto – do repertório cerâmico grego nas produções regionais do Sudoeste Peninsular. A escassa representatividade deste material de cariz helenístico deve entender-se, de resto, à luz da retracção do uso da necrópole do OSM a partir de meados do século IV a.n.e., que se detecta, como adiante haverá ensejo de comentar, em todo o seu repertório material.

Não obstante, e como me parece ter ficado explícito nesta breve resenha, os materiais recolhidos neste apartado permitem, por um lado, entrever a efectiva continuidade deste conjunto funerário

durante as etapas finais da Idade do Ferro, mas também um certo dinamismo da Alcácer do Sal Pré-Romana a que o repertório do OSM, limitado pelo uso menos intenso desta área funerária durante essas etapas, talvez não faça a devida justiça.

Não obstante, o pequeno lote de peças de cariz helenístico da necrópole permite apreciar a incorporação de modelos tipológicos de cariz forâneo nas produções cerâmicas locais/regionais desta etapa avançada da Idade do Ferro, já seja por via directa, de imitação dos abundantes protótipos áticos documentados na necrópole, já seja por via indirecta, através da mediação de produções helenísticas da área da Baía de Cádiz. Estas produções, que parecem estar representadas nos níveis pré-romanos do povoado, e bem assim de outros da região envolvente (cf. Sousa 2009: 102), poderão inclusivamente estar representadas, elas próprias, no conjunto em apreço.

Neste sentido, não deixa de ser significativo observar que o repertório analisado nas páginas precedentes se encontra absolutamente dominado por duas formas concretas – os pratos de peixe e as taças de bordo reentrante – que correspondem, sem lugar a dúvidas, aos modelos mais comuns e populares nas produções helenísticas gaditanas, conhecendo também, como vimos, uma ampla popularidade no seio das produções comuns e pintadas baixo-andaluzas e algarvias.

O facto de as taças de bordo reentrante de tipo *saltcellar* não se encontrarem, de momento, representadas no repertório da cerâmica ática de Alcácer do Sal – onde contudo se documentam formas aparentadas, como as *incurving rim bowls* – poderia igualmente indiciar que a incorporação destas formas no registo material de Alcácer do Sal resulta, pelo menos em parte, da mediação de outros focos produtores meridionais.

A análise deste lote de cerâmicas de cariz helenístico, que pode porventura considerar-se *sui generis* do ponto de vista metodológico, parece assim de alguma forma justificada, na medida em que, além de revelar um horizonte material próprio de uma fase sumamente mal caracterizada dentro da sequência da necrópole, permite entrever a perduração, nestes horizontes tardios, de uma rede de relações comerciais e de influências, cuja correcta caracterização, contudo, só poderá lograr-se mediante um estudo sistemático de outros contextos, tanto habitacionais como funerários.

Estampa XXXVII – Cerâmicas de Cariz Helenístico.

3.1.9. Ânforas (Est. XXXVIII)

As ânforas constituem, de forma algo surpreendente, uma porção quantitativamente residual do conjunto cerâmico do OSM, documentando-se apenas três exemplares, correspondentes a 0,5% do total do conjunto cerâmico. Os dois primeiros, um dos quais já anteriormente publicado (Paixão 1970: Des. n. 22; Frankenstein 1997: Lám. 51), correspondem a recipientes da família das chamadas ânforas de saco ou R1 de Vuillemot (1955), enquadráveis mais concretamente no Tipo 10.1.2.1 de J. Ramon Torres (1995: 230-1), que constitui um dos tipos mais característicos das etapas iniciais da produção anfórica fenícia ocidental.

O primeiro exemplar do OSM (Est. XXXVIII, n.492), recolhido por V. Correia na «*parte baixa da necrópole*», de acordo com as indicações preservadas na etiqueta da peça, apresenta um diâmetro de bordo de 10,6cm e um diâmetro máximo de 23,4cm; a altura máxima da peça é de 29,1cm. Trata-se portanto de um contentor de reduzidas dimensões, podendo considerar-se como uma variante de menor capacidade do tipo antes citado.

Este contentor apresenta um bordo sub-vertical, arredondado e ligeiramente espessado exteriormente, separado do corpo por uma inflexão assinalada; a parte superior da peça encontra-se separada do restante corpo por um ombro bem marcado do qual arrancam as asas, de secção sub-circular. O corpo apresenta uma morfologia grosso modo piriforme, característica deste tipo de contentor, notando-se um leve ressalto sensivelmente a meia altura.

Quanto às suas características de fabrico, este recipiente corresponde a uma produção do «Grupo de Málaga» (*idem*: 256-7), e muito provavelmente da área de Toscanos, apresentando uma característica pasta castanha alaranjada viva com abundantes elementos não-plásticos, entre os quais se destacam as esquírolas de xisto, elemento definatório das produções cerâmicas daquela área.

O segundo exemplar (Est. XXXVIII, n.493), que permanecia inédito, corresponde a uma variante ligeiramente distinta da mesma tipologia anfórica. Apresenta um diâmetro de bordo de 11,3cm, um diâmetro máximo de 21,4cm e uma altura total de 21,4cm. Corresponde, portanto, tal como a peça anterior, a uma variante *parva* dentro da família das ânforas Ramon 10.1.2.1.

Do ponto de vista dos detalhes morfológicos, esta peça apresenta algumas características que a diferenciam da anterior, nomeadamente o facto de apresentar um bordo substancialmente mais desenvolvido, relativamente alto e ligeiramente extroverso, comparável à variante de bordo 27 definida por J. Ramon Torres para as ânforas deste tipo (Ramon Torres 1995: Fig. 109). O ombro desta peça é igualmente mais marcado, tanto interior como exteriormente.

Esta peça parece também, de resto, corresponder a uma produção distinta, apresentando uma estrutura física bastante diferenciada do exemplar malaguenho antes resenhado. Com efeito, este contentor apresenta uma pasta de matriz aparentemente calcária, pouco depurada e com elementos não-plásticos frequentes, de pequenas e médias – e ocasionalmente grandes – dimensões, incluindo areias quartzíticas, nódulos de quartzo, nódulos de calcite e pequenas micas brancas; esta peça foi sujeita a uma cozedura oxidante, resultante numa tonalidade bege avermelhada relativamente homogénea.

Embora com naturais reservas, creio que estas características permitem aproximar esta peça das produções do “Grupo Baía de Cádiz” de J. Ramon Torres (1995: 256), área na qual a produção de contentores da morfologia em apreço parece bem documentada. Alternativamente, esta ânfora poderia englobar-se no mal definido “Grupo do Extremo Ocidente Indeterminado” (Ramon Torres 1995: 257), correspondendo a uma produção de algum outro *atelier* do Sudoeste Peninsular.

As ânforas de tipo R1, e em particular as T.10.1.2.1 de Ramon Torres, constituem um elemento frequente nos conjuntos cerâmicos da Idade do Ferro do Sul de Portugal (Arruda 2005c: 1314-5 e Fig. 2), estando a importação de contentores desta tipologia de produção malaguenha igualmente atestada, nomeadamente em Lisboa (Sousa 2016: 173) e na Alcáçova de Santarém (Arruda 2005c: 1315).

Quanto à envolvente imediata da necrópole do OSM, cumpre assinalar que as ânforas T.10.1.2.1 são exclusivas em Abul A (Mayet / Silva 2000: 53); neste sítio, aparte de grupos minoritários de putativa produção local e também importados da Baía de Cádiz, a grande maioria dos contentores corresponde a peças de importação que, a julgar pela descrição das suas pastas –cor-de-laranja, finas, com inclusões

de calcário, minerais graníticos e sobretudo nódulos muito visíveis de óxido de ferro (Mayet / Silva 2000: 56) – bem poderiam corresponder a produções do Cerro del Villar (Aubert *et al.* 1999).

O fluxo comercial representado por estas ânforas tocou também, como seria de esperar, o Castelo de Alcácer do Sal, (Silva *et al.* 1980-1: Fig. 13, n.134) e Setúbal (Soares / Silva 1986: Fig. 7, n.12), onde se documentaram contentores desta tipologia de procedência não especificada. A presença destas peças na necrópole do OSM parece assim perfeitamente enquadrada no contexto da distribuição comercial deste tipo anfórico, embora nos faltem em absoluto os dados para apreciar a função que estes contentores terão conhecido na necrópole.

Bastante mais complexa e difícil de interpretar é a presença do terceiro contentor anfórico que pude documentar no OSM (Est. XXXVIII, n. 494). A peça em causa parece corresponder, com efeito, a um recipiente pertencente ao Tipo 2.2.1.1 de Ramon Torres (1995: 177-8) de que se conserva um bordo maciço com espessamento externo e secção algo angulosa e uma porção do colo, que parece ter tido um desenvolvimento incipiente, como é característico daquele tipo anfórico; este recipiente teria um diâmetro de bordo de 16 cm.

Do ponto de vista do seu fabrico apresenta uma pasta cor-de-laranja viva, relativamente compacta e depurada, com vacúolos de morfologia alongada e elementos não plásticos abundantes, incluindo areias quartzíticas e nódulos brancos correspondentes a carbonatos e formações carbonatadas; a superfície apresenta um bom acabamento alisado e a faceta externa do bordo encontra-se coberta por uma aguada argilosa de coloração bege clara, com sinais de escorrimto.

J. Ramon Torres assinala como centros produtores deste tipo anfórico as áreas da actual Tunísia e da Sicília Ocidental, bem como, com maiores reservas, o arquipélago de Malta (*idem*: 179). O confronto das características físicas antes descritas com o repertório de fabricos reunido na base de dados FACEM⁷ da Universidade de Viena permite com efeito identificar com razoável segurança a peça que nos ocupa como uma produção da região de Cartago visto apresentar uma quase total identidade visual com o fabrico designado como CAR-REG-A-7 (Bechtold / Gassner / Trapichler 2011), o que parece igualmente consistente com a presença da aguada branca antes descrita, acabamento que, como é sabido, se utiliza ainda em época romana em produtos anfóricos desta região.

Do ponto de vista cronológico, J. Ramon Torres (1995: 179) atribui a este contentor uma datação do século V a.n.e., confirmada aparentemente pelos dados recolhidos sobretudo na Sicília Ocidental (Corretti / Capelli 2003; Bechtold 2007: nota 63; 2014: 424) e consistente com a cronologia dos derivados mais directos desta forma, nomeadamente os mais comuns T.2.2.1.2 e T.7.1.2.1, cujo desenvolvimento parece situar-se nos finais daquela centúria (cf. Ramon Torres 1995).

Tenho plena consciência de que a identificação desta ânfora como um produto centro-mediterrâneo não pode assumir-se de ânimo leve; julgo contudo que as suas características morfológicas e sobretudo a sua estrutura física conferem a essa hipótese de atribuição uma razoável verossimilitude. Ainda assim, a presença deste recipiente anfórico no OSM é, a diversos títulos, difícil de explicar.

Desde logo, cumpre assinalar que, ao contrário dos seus derivados já mencionados, este tipo anfórico é pouco comum mesmo nas suas áreas de origem, tendo sido tipificado a partir de um número relativamente reduzido de exemplares; por outro lado, a presença deste invulgar recipiente no Extremo Ocidente peninsular é ainda mais inusitada na medida em que os dados disponíveis dificilmente permitem entrever um fluxo comercial particularmente relevante entre o Mediterrâneo Central e a fachada ocidental peninsular durante o período em apreço.

Ainda assim, pode assinalar-se a presença de um recipiente de tipologia aparentemente idêntica ao do OSM no Cerro del Villar, em Málaga, em estratos datados, contudo, do início do século VI a.n.e., identificado também ele como uma importação cartaginesa (Aubert *et al.* 1999: Fig. 79), a que poderia eventualmente somar-se um outro exemplar de Huelva, formalmente similar mas menos bem caracterizado, igualmente de inícios do VI a.n.e. (Fernández Jurado 1988-9: Est. CXXXIV), o que não diminui a estranheza da presença no OSM de um recipiente anfórico deste tipo.

7. FACEM – provenance studies on pottery in the Central Mediterranean. Base de dados consultável on-line em <http://facem.at>.

A única alternativa possível passaria por assimilar este recipiente ao Tipo 2 recentemente estabelecido para a produção anfórica da Idade do Ferro na área do Estuário do Tejo (Sousa / Pimenta 2014: 306), havendo inclusivamente a assinalar a possível similitude com as características físicas e de acabamento do Grupo I definido para aquelas produções (*idem*: 305). Não obstante a morfologia da peça em apreço, quer quanto às suas dimensões quer sobretudo quanto ao desenvolvimento do colo, não parecem totalmente compatíveis com esta tipologia, ao passo que a virtual ausência de micas no exemplar do OSM o afastaria do citado grupo de fabrico do Tejo. Não excludo, contudo, que análises futuras possam demonstrar que esta outra atribuição, a vários títulos mais plausível, resulte ser também a mais correcta.

Por ora não posso contudo deixar de assinalar alguns factos que permitem, se não explicar, pelo menos enquadrar de forma genérica a possível presença de uma importação centro-mediterrânea no OSM. Por um lado, creio ser importante recordar, apesar de óbvio, que o estabelecimento de relações comerciais entre o Ocidente peninsular, e mais particularmente a área do Baixo Sado, e o Mediterrâneo durante a segunda metade do I milénio a.n.e. se encontra sobejamente atestada, nomeadamente pela presença do importante conjunto de vasos gregos já comentado, a que se somam outros exumados em diversos pólos do Ocidente peninsular (cf. Arruda 1997).

Por outro lado, e ainda que pouco expressiva quantitativamente, a presença de elementos que remetem para ambientes propriamente púnicos no OSM encontra-se bem documentada. A presença, em particular, de um recipiente elaborado a partir de um ovo de avestruz (Arruda 2014: Fig. 6; cf. *tb. infra*) poderia oferecer um contexto genérico para a chegada deste recipiente, que deve contudo considerar-se um elemento eminentemente pontual, chegado possivelmente como elemento subsidiário de um qualquer fluxo comercial, porventura de natureza compósita.

A presença pontual de recipientes anfóricos do Mediterrâneo Central durante a II Idade do Ferro não é, de resto, inédita no actual território português, podendo mencionar-se a este propósito uma ânfora T.4.1.1.3 de produção sarda identificada por E. de Sousa (2014: 104) entre os materiais do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, em Lisboa, e datada, também ela, da segunda metade do século V ou dos inícios do IV a.n.e. (Ramon Torres 1995: 185-6). Tal como assinala a responsável do estudo deste outro recipiente (Sousa 2014: 109), os dados actualmente disponíveis não permitem tecer quaisquer considerações sobre a importação pontual destes contentores, cuja presença permanece, como ficou dito acima, difícil de explicar.

492

493

494

Estampa XXXVIII – Ânforas (10.1.2.1 e 2.1.1.1).

3.1.10. Cossoiros (Ests. XXXIX e XL)

3.1.10.1. Quantificação e dados contextuais

Entre o material cerâmico do OSM pude documentar um conjunto de 56 cossoiros cerâmicos, que compõem, portanto, 8,4% do espólio cerâmico da necrópole (Gomes 2017c). Estes elementos relacionam-se funcionalmente com a actividade têxtil, destinando-se a ser fixados na extremidade inferior do fuso servindo de contrapesos que propiciam o movimento giratório daquele, necessário para a obtenção do fio.

A origem destes elementos parece remontar, no Próximo Oriente, ao Neolítico Antigo (Barber 1991), enquanto que no Norte da Bacia Mediterrânea a sua difusão não parece anteceder o Neolítico Final – Calcolítico (Castro Curel 1980: 128). Na Península Ibérica, estes elementos encontram-se documentados a partir do Calcolítico (Cardito Rollán 1996; Costeira 2017), não se generalizando contudo antes do Bronze Pleno, período no qual começam a estar bem representados em certas regiões, nomeadamente na área argárica do Sudeste peninsular (López Mira 1995).

O momento de maior difusão dos cossoiros e, conseqüentemente, da tecnologia de fiação que materializam, parece contudo corresponder a momentos enquadráveis já na Idade do Ferro (Castro Curel 1980: 132; cf. tb. Barber 1991: 55).

A este conjunto de cossoiros pode ainda somar-se uma peça que, pelas suas características, poderá interpretar-se como um rocadór⁸, isto é, um elemento destinado a fixar-se no topo da roca para conter a massa de fibras destinadas a alimentar a acção do fuso. Trata-se de um elemento piriforme de consideráveis dimensões – 10,3cm de altura e 3,4cm de diâmetro máximo – que apresenta no seu eixo vertical uma perfuração profunda que, partindo do que interpreto como o seu lado inferior, secciona a quase totalidade da peça sem, contudo, chegar a atravessá-la; no seu lado superior, por outro lado, documenta-se uma perfuração pouco profunda que poderá ter correspondido a uma tentativa de terminar a perfuração a partir desta outra extremidade, sem contudo chegar a fazê-lo, sobretudo porque esta segunda perfuração se encontra descentrada em relação ao eixo da peça.

A associação destes elementos a contextos propriamente sepulcrais parece segura à luz do testemunho de V. Correia, que referencia especificamente a presença destes elementos em sepulturas pertencentes aos seus 1º, 3º e 4º Tipos (Correia 1972 [1928]: 173 e 176-7). No que diz respeito aos depósitos do 1º Tipo, datáveis, como é sabido e haverá oportunidade de ver adiante, da II Idade do Ferro, o Professor de Coimbra refere explicitamente «... as duas coçoiras ou fusaíolas rituais» (*idem*: 173), o que sugeriria que estes elementos se depositavam nas sepulturas formando conjuntos, e mais especificamente pares.

Mais surpreendente parece ser a presença de cossoiros nas sepulturas dos 3º e 4º Tipos, enquadráveis na I Idade do Ferro, na medida em que nos contextos do Leste e Sul Peninsular a maior difusão destes elementos, e em particular a sua incorporação no registo funerário, data predominantemente da segunda metade do I milénio a.n.e.. A indicação da sua associação a sepulturas daqueles tipos é contudo explícita, constituindo pois mais uma particularidade da necrópole do OSM.

3.1.10.2. Aspectos técnicos e produtivos

Os cossoiros (e o rocadór) do OSM parecem ter sido produzidos, na sua vasta maioria – 52 exemplares, isto é, 91,2% do total –, à mão, embora se contabilizem cinco exemplares (8,8%) que, ao apresentarem configurações mais regulares e simétricas, poderiam hipoteticamente ter-se produzido a molde. Também do ponto de vista das pastas o conjunto apresenta uma marcada heterogeneidade, podendo distribuir-se por três grupos de fabrico distintos:

8. De acordo com a terminologia estabelecida em Almeida/ Brito/ Melo 2007.

- **Grupo 1** – pastas não calcárias cozidas em ambiente oxidante, com tonalidades entre o bege alaranjado e o cor-de-laranja vivo ou acastanhado; geralmente compactas mas pouco depuradas, apresentam elementos não-plásticos frequentes, de pequenas a médias dimensões, destacando-se as micas brancas, as areias quartzíticas e, ocasionalmente, nódulos de calcite e/ou plagioclases;
- **Grupo 2** – pastas possivelmente calcárias cozidas em ambiente predominantemente redutor, apresentando tonalidades entre o branco acinzentado e o cinzento claro; compactas e geralmente bem depuradas, com elementos não-plásticos relativamente pouco frequentes e de muito pequenas a pequenas dimensões, incluindo micas brancas, areias quartzíticas e ocasionalmente nódulos de calcite;
- **Grupo 3** – pastas não calcárias cozidas de forma irregular ou oxidante, resultando em tonalidades castanhas a castanhas acinzentadas escuras; relativamente pouco compactas e mal depuradas, apresentam elementos não-plásticos frequentes, de pequenas e ocasionalmente médias dimensões, incluindo areias quartzíticas, micas, plagioclases e nódulos de calcite, bem como vacúolos de morfologia irregular.

As pastas do Grupo 1 são maioritárias no conjunto, somando um total de 25 exemplares (43,85% do conjunto), e podem interpretar-se, sem dificuldade, como tipicamente locais; o Grupo 2, por seu turno, soma um total de 17 exemplares (29,83%), podendo porventura assimilar-se ao Grupo A anteriormente definido para a cerâmica cinzenta do OSM; finalmente, o Grupo 3, que corresponde igualmente a pastas locais de cariz mais ou menos grosseiro, soma um total de 15 exemplares (26,32%) (Figura 29).

Figura 29 – Distribuição dos cossoiros do OSM por Grupos de Fabrico.

3.1.10.3. Tipologia

A heterogeneidade deste conjunto é, por outro lado, extensível à sua configuração formal. O conjunto apresenta um aspecto muito pouco normalizado, resultado sem dúvida da sua modelação predominantemente manual, pelo que a sua ordenação tipológica não constitui uma tarefa simples. Não obstante, procurei organizar estas peças em função da tipologia proposta por Z. Castro Curel (1980) e posteriormente adaptada por M.^a L. de Sus (1985) e, mais recentemente, por T. R. Pereira (2013).

A esta ordenação tipológica acrescentei contudo, na tabela descritiva anexa (Tabelas 5 e 6), e para efeitos meramente descritivos, a configuração dos sólidos básicos que formam cada peça segundo a notação desenvolvida por L. Berrocal-Rangel e colaboradores (Berrocal-Rangel/ Maffiotte Martínez/ Ruiz Triviño 1994; Berrocal-Rangel 2003) por me parecer necessário descriminar a modelação muito diferenciada destas peças mesmo quando pertencem à mesma forma geral.

TIPO	SUBTIPO	VARIANTE	1	2	3	4	5	6	%
A Esférica									3,6%
B Cilíndrica									12,7%
C Cónica	a								0%
	b
D Bitroncocónica simétrica	a								30,9%
	b
	c
	d
E Bitroncocónica assimétrica	a								45,5%
	b
	c
	d
	e
F Bitroncocónica assimétrica inversa									3,6%
G Cilíndrico-esférica									0%
H Calote esférica									3,6%
I Dupla calote esférica									0%

Tabela 5 – Distribuição dos cossoiros do OSM por formas e variantes (base gráfica gentilmente cedida por Teresa Rita Pereira).

# Inv.		Tipo	Fabr.	Alt.	D. M.	P. (g)	Dec.
494	K3K1	A1	3	1,9	3,2	15	
495	K2K2	B1	2	2,5	3,2	26	
496	K2	B1	1	1,3	2,7	13	
497	K3K2C1	B1	1	2	3,6	21	
498	K2	A2	2	2,2	4	28	
499	K2	B2	1	1,7	3,9	18	
500	P3P2	B2	2	2,1	2,8	20	
501	K2	B2	1	1,8	3,7	28	
502	P3K1	B2	2	1,6	4	29	
503	P3P2K1	Db1	3	1,7	3,1	14	
504	K2K1	Db2	2	2	3,5	11	
505	C3K2P1	Db2	3	2,9	4,5	56	
506	P3P1	Db2	3	1,3	2,3	8	
507	P3K1	Db3	1	1,6	2,5	14	
508	P3P1	Db3	1	1,9	2,2	8	
509	K3K1	Dc1	1	2,4	3,7	31	
510	P3K1	Dc1	2	2	3,1	26	
511	K3K1	Dc1	1	1,9	3,5	21	Impressa
512	K3K1	Dc1	3	1,7	2,9	14	
513	K3P1	Dc1	2	1,5	3,2	17	
514	K2C1	Db1/Dc1	1	2,2	3,1	18	
515	K3K1	Dc1	1	1,9	3,4	20	
516	K3K1	Dc1	1	2	3,4	23	
517	P3P1	Dc2	2	2	2,7	10	
518	P3K1	Dc2	1	2,1	4,2	30	
519	K3K1	Dc2	1	1,2	2,7	9	Pontilhado
520	P3P1	Ea1	2	1,8	5,2	44	
521	K3P1	Ea1	3	1,5	3,1	15	
522	K3C1	Ea3	3	1,7	2,9	16	
523	P3P1	Ea3	1	1,6	3,4	18	
524	K1	Ec1	1	2,1	3,8	33	
525	P2K1	Ec1	3	1,8	3	16	
526	P2K1	Ec1	2	1,7	3,2	21	
527	K3P1	Ec1	3	1,5	3,4	19	
528	K3K1	Ec1	3	2,5	3,9	23	
529	K2K1	Ec1	3	2,2	4	24	
530	K2K1	Ec1	3	1,5	3,8	20	
531	K3K1	Ec1	1	2	2,8	24	
532	P3K1	Ec1	1	1,9	3,6	34	
533	P3K1	Ec1	3	1,8	3,2	21	
534	K3P1	Ec1	1	2	3,2	18	Pontilhado
535	K3P1	Ec1	1	1,9	3	16	
536	P3P1	Ec1	2	1,7	2,9	16	
537	K3P1	Ec1	1	2	2,7	8	
538	K3P1	Ec2	2	1,3	2,1	8	
539	P2K1	Ec2	1	1,6	3,3	18	
540	K1	Ec2	3	2,2	3,5	24	
541	K1	Ec2	1	1,4	2,6	10	
542	K1	Ec3	2	1,8	3,2	23	
543	K1	Ec3	1	1,6	3	17	
544	K3P1	Ec3	2	1,6	2,8	18	
545	C2K1	Fc2	2	2,8	4	32	
546	C2K1	Fc2	3	2	4,5	30	
547	K1	H1	1	1,2	2,8	12	
548	E2	H1	2	1,7	3,5	23	
549	*	*	2	5,4	3,4	43	

Tabela 6 – Caracterização dos cossoiros do OSM.

O ordenamento tipológico obtido, expresso nas Tabelas 5 e 6, demonstra o predomínio das formas bitroncocónicas, sendo o conjunto dominado pelos cossoiros bitroncocónicos assimétricos – Tipo E – que contabilizam 25 exemplares, isto é, 44,6% do conjunto total. Dentro destes, o subtipo mais comum, com 21 exemplares, apresenta faces convexas (Subtipo Ec), seguindo-se o que apresenta faces rectas (Ea), com os restantes quatro exemplares. Seguem-se os cossoiros bitroncocónicos simétricos da Forma D, com 18 exemplares e 32,1% do total, repartindo-se pelos subtipos Db, de faces rectas, com seis exemplares, e Dc, de faces convexas, com doze exemplares.

Os exemplares de configuração cilíndrica da Forma B estão também bem representados, com oito peças (14,2%), sendo significativamente mais raros os chamados cossoiros de morfologia bitroncocónica assimétrica inversa, da Forma F, e os exemplares em calote de esfera, da Forma H, ambos representados por duas peças e perfazendo 3,6% do conjunto cada um, bem como os esféricos da Forma A, de que se documentou um único exemplar (1,8%).

Do ponto de vista da configuração do orifício central, são largamente predominantes os orifícios com lados paralelos ou ligeiramente divergentes – a variante 1 das distintas formas documentadas –, atestados num total de 32 peças (57,1% do conjunto), estando contudo bem representados os que contam com um escalonamento na extremidade superior (variante 2, 17 exemplares, 30,4%) ou em ambas as extremidades (variante 3, 7 exemplares, 12,5%).

Este padrão não destoa significativamente do conhecido para outros conjuntos de referência; com efeito, os cossoiros bitroncocónicos são geralmente predominantes nos contextos da Idade do Ferro, perfazendo 66,6% do conjunto de Ullastret (37,8% do Tipo D e 28,8% do Tipo E) (Castro Cured 1980: 140), 87,5% no de La Creueta (Tipo D – 25%; Tipo E – 62,5%) (*ibidem*), 68,2% no de Castell de la Fosca (Tipo D – 13,7%; Tipo E – 54,5%) (*ibidem*), 86,7% no de Castellares (Tipo D – 25,3%; Tipo E – 61,4%) (de Sus 1986), 62,4% no do Altar de Capote (Berrocal-Rangel/ Maffiotte Martínez/ Ruiz Triviño 1994), 63,25% no de Cancho Roano (Berrocal-Rangel 2003) e 68,8% no de Vaiamonte (Tipo D – 18,5%; Tipo E – 50,3%) (Pereira 2013).

A presença de peças de tendência cilíndrica, do Tipo B, revela-se contudo algo mais expressiva no OSM do que nos restantes conjuntos de referência, podendo não obstante comparar-se com os valores de Cancho Roano – 10,78% (Berrocal-Rangel 2003) e de Vaiamonte – 7% (Pereira 2013), ao passo que a raridade da tipologia bitroncocónica invertida (Tipo F) e das tipologias esférica e em calote de esfera (Tipos A e H) parece perfeitamente consentânea com a documentada nos conjuntos que tenho vindo a citar.

3.1.10.5. Dimensões e análise estatística

Considerada a morfologia geral das peças estudadas, importa analisar também a questão das suas dimensões. Nesse sentido, procurei seguir os critérios estabelecidos nos principais estudos de referência sobre este tipo de elementos (Castro Cured 1980; de Sus 1986; Berrocal-Rangel/ Maffiotte Martínez/ Ruiz Triviño 1994; Berrocal-Rangel 2003; Pereira 2013), analisando estatisticamente os exemplares do OSM em função de três medidas fundamentais – a altura, o diâmetro, e o peso.

Os exemplares em apreço (excluindo o rocador) apresentam alturas entre os 1,2 e os 2,9cm, recaindo a média de alturas do conjunto nos 1,9cm. As peças distribuem-se por este intervalo de forma notavelmente homogénea, não parecendo portanto existir módulos de altura determinados. Pode ainda assim assinalar-se uma significativa concentração nos intervalos de 1,5 a 1,9cm (29 exemplares, 51,8%) e de 2 a 2,4cm (17 exemplares, 30,4%), sendo menos frequentes os valores inferiores, entre 1,2 e 1,4cm (seis exemplares, 10,7%), e os superiores, entre 2,5 e 2,9cm (quatro exemplares, 7,1%).

Quanto aos seus diâmetros, estas peças distribuem-se entre os 2,1 e os 5,2cm de forma igualmente uniforme, pelo que também aqui não se aprecia a existência de qualquer módulo específico; o diâmetro médio das peças estudadas é de 3,3cm. Nota-se, não obstante, uma concentração no intervalo entre os 3 e os 3,4cm, que reúne 19 exemplares (33,9%), bem como entre os 2,5 e os 2,9cm (14 exemplares, 25%) e entre os 3,5 e os 3,9cm (12 exemplares, 21,4%). Seguem-se, em frequência, os intervalos entre os 4 e os 4,4cm (5 exemplares, 8,9%), entre os 2,1 e os 2,4cm (3 exemplares, 5,4%) e os 4,5 e os 4,9cm (2 exemplares, 3,6%), contando o intervalo dos 5-5,2cm com uma única peça (1,8%).

Esta distribuição conta com bons paralelos no conjunto do Altar de Capote (Berrocal-Rangel/ Maffiotte Martínez/ Ruiz Triviño 1994), onde predominam os diâmetros entre os 2,9 e os 3,49cm, representando 57,37% do conjunto, mas também em Cancho Roano, onde o intervalo estatisticamente dominante recai entre os 2 e os 3,2cm (Berrocal-Rangel 2003).

Finalmente, quanto aos seus pesos, repete-se a distribuição em curva mais ou menos contínua que observávamos a propósito das restantes medidas, o que *a priori* exclui a possível utilização destas peças como ponderais. Neste caso, os valores oscilam entre os 8 e os 56g, sendo a média de 20,4g. Os intervalos de peso mais bem representados encontram-se entre os 15 e os 19,9g, com 16 exemplares (28,6%), e os 20 e os 24,9g, com 14 exemplares (25%), seguindo-se os intervalos entre 10 e 14,9 g (oito exemplares, 14,3%), entre os 30 e os 34,9g (seis exemplares, 10,7%), entre os 30 e os 34,9g e abaixo dos 10g, com cinco exemplares cada (8,9%), sendo excêntricos os valores entre os 40 e os 44,9g e acima dos 50g, com um exemplar cada um (1,8%).

A

B

C

D

E

F

Figura 30 – Rectas de regressão elaboradas a partir das medições dos cossoiros do OSM.

Este panorama pode considerar-se coincidente com o documentado em outros conjuntos de referência, como o de Castellares, onde o intervalo entre 15 e 20g é maioritário, somando 22% do total (de Sus 1986), o de Vaiamonte, onde o mesmo intervalo predomina, reunindo 22,1% do conjunto (Pereira 2013), ou ainda o de Cancho Roano, onde o intervalo entre os 12 e os 21,9g, não sendo o mais representado, soma ainda assim 30,05% do total (Berrocal-Rangel 2003).

Ainda a partir destas três medidas essenciais procurei igualmente calcular certos indicadores estatísticos que pudessem indiciar os factores determinantes na configuração destas peças (Figura 30). Neste sentido, poderia assinalar-se que os valores de covariância entre a altura e o diâmetro são relativamente baixos, com um factor de 0,14, sendo o quociente de correlação bastante reduzido (0,4); a relação entre altura e peso é algo mais expressiva, mas ainda assim débil, apresentando uma covariância de 3,61 e um quociente de correlação de 0,61.

Em compensação, parece haver uma forte relação entre diâmetro e peso, com uma covariância de 4,24 e um quociente de relação de 0,82, o que não parece estranho dada a funcionalidade destas peças – a de propiciar e manter o movimento giratório do fuso – para a qual a sua massa e circunferência seriam sem dúvida factores mais decisivos do que a sua altura.

Uma observação dos gráficos de regressão obtidos tomando em consideração estas variáveis reforça esta imagem: em todos os casos em que a altura se introduziu como variável causal o resultado obtido caracteriza-se por uma grande dispersão dos valores, ao passo que as regressões em que se tomou o diâmetro e, sobretudo, o peso como variável independente demonstram uma mais ou menos clara organização dos dados em torno a uma recta bem definida, confirmando pois a primazia do peso e, até certo ponto, do diâmetro na configuração destas peças. Observou-se uma situação idêntica em relação ao conjunto de Cancho Roano (Berrocal-Rangel 2003: Figs. 10 e 11) onde, contudo, a preponderância da variável diâmetro parece melhor atestada do que no OSM, onde o critério mais fortemente definatório parece ser o peso.

3.1.10.6. Decoração e acabamentos

Outro aspecto que se tem vindo a evidenciar no estudo dos conjuntos de cossoiros da Idade do Ferro peninsular prende-se com as técnicas e gráficas utilizadas na sua decoração (de Sus 1986: 192 e ss.; Berrocal-Rangel/ Maffiotte Martínez/ Ruiz Triviño 1994: 219-226; Berrocal-Rangel 2003: Fig. 9; Pereira 2013). No caso do OSM, contudo, a presença de exemplares decorados é francamente residual, resumindo-se a três peças (5,3% do conjunto), duas das quais decoradas com pontilhados formando uma linha quebrada, num caso simples e em outro dupla.

A terceira peça, por seu turno, apresenta uma decoração irregular obtida por impressão com um elemento tubular oco – porventura uma palha – formando motivos em forma de lágrima no centro dos quais se nota a protuberância deixada pelo interior vazio do referido elemento, dispostos formando um arco incompleto ao longo da carena, a que se somam alguns pontos mais na face superior; a estes elementos juntam-se ainda, numa área relativamente localizada, pontilhados pouco profundos, dispostos de forma aparentemente aleatória.

Aparte destes esquemas decorativos muito simples, o primeiro dos quais com inúmeros paralelos nos conjuntos que tenho vindo a referenciar, haveria ainda a assinalar a presença de acabamentos polidos ou bem alisados num núcleo relativamente restrito de peças (13 exemplares, correspondendo a 22,8% do conjunto), tratamento que se associa predominantemente a pastas dos Grupos de Fabrico 1 (seis exemplares) e 2 (cinco exemplares), documentando-se mais pontualmente em peças com pastas relativamente grosseiras, do Grupo de Fabrico 3 (dois exemplares).

3.1.10.7. Paralelos e interpretação

A presença de cossoiros num ambiente funerário como o do OSM não deverá surpreender, pois embora seja certo que, no actual território português, a presença destes elementos em contextos de

necrópole durante a Idade do Ferro só se documenta, fora do OSM, na necrópole do Pardieiro (Beirão 1990) e na da Herdade do Pêgo (Gomes 2020b), o certo é que a prática de depositar estes elementos nas sepulturas se encontra sobejamente atestado na Proto-História peninsular, muito em particular nas necrópoles da área Ibérica do Levante e do Sudeste.

Podem, a título de exemplo e sem qualquer intenção de exaustividade, citar-se os exemplos das necrópoles Ibéricas de El Cigarralejo (Cuadrado 1987) e Cabecico del Tesoro (Sánchez Messeguer/ Quesada Sanz 1992), ambas em Múrcia, de Cabezo Lucero, em Alicante (Aranegui et al. 1993), de Baza, em Granada (Presedo Velo 1982), de Los Villares e Hoya de Santa Ana, em Albacete (Blánquez Pérez 1990) ou de Pozo Moro, igualmente em Albacete (Alcalá Zamora 2003), nas quais se exumaram conjuntos expressivos de cossoiros, associados em muitos casos a outros elementos relacionados com a produção têxtil.

A interpretação mais tradicional para a presença destes elementos em contextos sepulcrais atribui-lhes um papel como marcadores de género, enfatizando o carácter feminino da actividade têxtil e encarando a presença de cossoiros em sepulturas como um mero reflexo da sua funcionalidade “prática” primária, sem atender à necessidade de explicar – ou, pelo menos, de reconhecer – o sentido específico que estes elementos adquiririam no âmbito dos discursos funerários (cf. Rafel i Fontanals 2007).

O progresso da investigação e, sobretudo, o crescente número de análises antropológicas disponíveis, cruzados com exercícios críticos fundamentados na análise estatística dos espólios funerários e das suas associações, a que não será estranho o impacto na Arqueologia espanhola dos estudos feministas e de género, vieram contudo demonstrar que a associação simplista dos cossoiros a enterramentos femininos carecia de fundamento empírico (Rafel i Fontanals 2007; Horn 2011: 175-181).

Exemplos como o de El Cigarralejo, em que 19% das sepulturas com armas, tradicionalmente consideradas masculinas, continham igualmente cossoiros ou outros elementos relacionados com a produção têxtil (Rafel i Fontanals 2007: 123), ou de Cabezo Lucero, em que 73% dos cossoiros exumados provêm igualmente de sepulturas com armas (*idem*: 129), são expressivos, e não constituem casos isolados, podendo somar-se-lhe, por exemplo, o caso de Cabecico del Tesoro, em que 16% das sepulturas com armas contam igualmente com cossoiros nos seus espólios (Sánchez Messeguer/ Quesada Sanz 1992: 372).

A análise estatística realizada por F. Horn com bases nas sepulturas Ibéricas que contam com indicação do sexo do defunto a partir de análises antropológicas fiáveis advoga também no mesmo sentido, tendo recenseado um total de dezasseis sepulturas masculinas com cossoiros mas apenas quinze com armas (Horn 2011: 178).

A inadequação da explicação de género para a presença dos cossoiros em contextos sepulcrais parece, assim, dupla: por um lado, não encara o significado específico destes elementos em contextos funerários, limitando-se a estender a sua significação funcional aos exemplares das necrópoles, e por outro não é consentânea com os padrões de distribuição por sexo observados no registo arqueológico. A tentativa de obviar esta última dificuldade interpretando os indivíduos masculinos sepultados com cossoiros como proprietários de *ateliers* ou comerciantes têxteis (Cabrera/ Griñó 1986: 194) parece, na minha opinião, um compromisso pouco fundamentado, devendo por isso procurar-se explicações alternativas para a incorporação destes elementos no registo funerário.

Uma explicação simbólica, porventura mais adequada ao tipo de discurso expectável num contexto funerário, foi já a florada em mais do que uma ocasião (Lucas Pellicer 1992; Izquierdo 2001: 299), invocando-se sobretudo o papel das *Moirai* gregas, divindades relacionadas com o destino que se concebem e representam como fiandeiras que manejam a vida dos mortais como um fio, fiando-o (nascimento), medindo-o (vida) e cortando-o (morte) (cf. LIMC, s. v. *Moirai*; Greene 1944; Pirenne-Delforge/ Pironti 2011).

Ainda que não seja possível rastrear sistematicamente, neste contexto, os distintos significados mitológicos relacionados com a fiação e a tecelagem (cf. Alfaro 1986; Molina 1986; Scheid/ Svenbro 1996; Olmos 2001), julgo ainda assim oportuno assinalar que aquilo que poderíamos designar como a metáfora da “vida como fio” se detecta em distintos contextos do mundo antigo e alto-medieval, personificada por exemplo nas já mencionadas *Moirai* (Pirenne-Delforge/ Pironti 2011), mas também nas suas homólogas romanas, as *Parcae* (Ballestra-Puech 1999; Dasen 2011), ou nas Nornas da mitologia nórdica (Simek 2008: 236-7; Bek-Pedersen 2011).

Sem querer, de forma alguma, generalizar a partir destes casos particulares, julgo não obstante verosímil que esta metáfora, simples e potencialmente transversal do ponto de vista cultural, tenha sido desenvolvida em outros âmbitos, com maior ou menor elaboração mitológica e escatológica; não me parece, por isso, descabida a sua evocação para encetar uma aproximação ao significado dos cossoiros depositados em sepulturas.

Não faltam, de resto, outras evidências da associação destes elementos a contextos excepcionais cujo carácter sacro parece bem atestado, caso dos expressivos conjuntos de Cancho Roano (Berrocal-Rangel 2003) ou do Altar de Capote (Berrocal-Rangel 1994); também a inusitada concentração de cossoiros da Cabeça de Vaiamonte foi recentemente relacionada com a possível presença naquele sítio de um depósito votivo similar aos de Capote ou Garvão (Pereira 2013: 686). Por outro lado, estes elementos são também frequentes em contextos religiosos Ibéricos, nomeadamente nas grutas-santuário do Levante Peninsular (Martínez Valle/ Castellano Castillo 1995).

A profusão decorativa atestada nos conjuntos de cossoiros destes sítios, onde predominam os motivos de cariz putativamente solar ou astral – estrelas e motivos radiais – e outros que bem poderão relacionar-se com temas vegetalistas e telúricos – espigas, impressões de sementes – (de Sus, 1986; Berrocal-Rangel/ Maffiotte Martínez/ Ruiz Triviño 1994; Berrocal-Rangel 2003; Pereira 2013) poderão também indiciar a atribuição a estas peças de significados que transcendem o seu cariz propriamente funcional.

O significado destes elementos na necrópole do OSM, não sendo claro, poderá ainda assim, e à luz destas considerações, considerar-se como eminentemente simbólico. A quase total ausência de exemplares decorados não contribui para dilucidar a natureza desse simbolismo, que contudo podemos entrever ter-se relacionado com o ciclo da vida e da morte e, porventura, com noções de destino actualmente impossíveis de restituir.

Estampa XXXIX – Cossoiros.

3.1.11. Coroplastia (Ests. XLI e XLII)

A existência de um pequeno núcleo de terracotas figurativas na necrópole do OSM (v. Gomes 2018a) foi assinalada, já nos anos '20 do século passado, pelo Professor Vergílio Correia, que a propósito das sepulturas do seu 3º Tipo refere a presença de “... alguns bovídeos de barro, cujos membros desligados se encontravam disseminados por toda a área da mancha negra [das sepulturas deste tipo]” (Correia 1972 [1928]: 176). O Professor de Coimbra não oferece, contudo, quaisquer dados adicionais sobre estas peças. Apesar das referências de V. Correia, estas terracotas mantiveram-se em grande medida inéditas até muito recentemente (Gomes 2018a), com a excepção da inclusão de uma delas no catálogo da exposição *De Ulisses a Viriato* (AA.VV. 1996: 254).

A análise exaustiva dos espólios do OSM permitiu contudo precisar que este conjunto coroplástico se resume, na prática, a dois exemplares (0,3% do conjunto cerâmico total), um dos quais – precisamente aquele que se recolhe no já citado catálogo – relativamente bem preservado, ao passo que da segunda peça apenas se preserva uma parte relativamente reduzida.

O exemplar mais bem preservado (Est. XLI), que hoje se encontra, de resto, restaurado e em boa medida restituído, corresponde a uma figuração de um bovídeo, possivelmente representado em marcha, de que se conservam o corpo, as duas patas traseiras e a pata dianteira esquerda; a cabeça encontra-se igualmente preservada, embora separada do corpo, tendo-se contudo perdido a sua porção superior, e nomeadamente os chifres.

Esta peça foi modelada manualmente, de forma relativamente tosca, ainda que com uma clara intenção realista. Tal como se encontra actualmente restituída, esta peça apresenta um comprimento máximo de 22cm e uma largura máxima de 9,8cm (correspondente aos membros dianteiros); a sua altura é de aproximadamente 14,2cm.

Do ponto de vista técnico, apresenta uma pasta não-calcária relativamente grosseira, pouco depurada, com elementos não-plásticos bastante frequentes, de pequenas a médias e mesmo grandes dimensões, que incluem plagioclases de considerável tamanho, nódulos de quartzo médios e grandes, areias quartzíticas pequenas e médias, bem como pequeníssimas lâminas de micas brancas e ocasionais nódulos de óxido de ferro, além de numerosos e muito visíveis vacúolos.

A peça foi sujeita a uma cozedura oxidante, resultando em tonalidades cor-de-laranja claras a castanhas alaranjadas; certas áreas encontram-se actualmente enegrecidas pela acção do fogo, certamente devido à sua deposição na pira funerária, que terá ditado também o seu efectivo desmembramento.

Do ponto de vista formal, esta figura apresenta uma cabeça de tendência grosso modo paralelepipedica, com um focinho sub-circular onde se figurou a boca por meio de uma mera linha incisa e as narinas por via da realização de duas perfurações circulares pouco profundas; os olhos deste bovídeo foram realizados mediante a aplicação de pequenas pastilhas de argila.

O corpo do animal, maciço, apresenta certos rasgos que podem considerar-se realistas, desde a sua própria volumetria geral, passando pela representação bem marcada da crista cervical, da barbeta peitoral e da maçã do peito. A cauda deste bovídeo terá sido, também ela, representada, preservando-se contudo apenas a protuberância da qual arrancaria.

Quanto aos membros, parecem ter sido realizados de forma mais grosseira e com uma menor atenção ao detalhe. Com efeito, as patas deste animal figuram-se como meros apêndices cilíndricos, de dimensões desiguais – as patas dianteiras são mais robustas, as traseiras apresentam uma configuração mais delicada –, rematados por cascos toscamente figurados, que na prática correspondem apenas a espessamentos discoides realizados na extremidade dos rolos utilizados para modelar as patas.

Quanto à segunda peça (Est. XLII), muito incompleta, terá correspondido a uma figura de muito maiores dimensões e, ao que tudo indica, com um maior grau de elaboração técnica, da qual contudo se preserva apenas um fragmento correspondente a uma das patas – possivelmente a pata dianteira esquerda – e a parte da porção ventral do corpo.

Esta peça foi, também ela, modelada manualmente, ainda que de acordo com procedimentos distintos, sem dúvida requeridos pela própria dimensão da peça, muito mais considerável que a do exemplar antes comentado. Com efeito, e ainda que muito incompleta, a terracota que agora me ocupa

conserva um comprimento máximo de 14,7cm e uma largura máxima de 11,3cm, sendo a altura da porção preservada de sensivelmente 12,1cm, o que claramente evidencia as grandes dimensões originais desta figura.

Do ponto de vista técnico, caberia assinalar que, ainda que a modelagem pareça, uma vez mais, relativamente tosca, se detecta nesta peça um maior cuidado ao nível da elaboração e do acabamento. A pasta, desde logo, é algo mais depurada que a do exemplar anterior, apresentando ainda assim elementos não-plásticos frequentes, de pequenas e médias dimensões, repetindo-se de uma forma geral as inclusões presentes no exemplar já analisado, excepção feita aos grandes nódulos de plagioclase, ausentes nesta segunda peça; a matriz é, uma vez mais, não-calcária.

Esta terracota terá, tal como a anterior, sido sujeita a uma cozedura oxidante, resultando em tonalidades cor-de-laranja claras a beiges alaranjadas. Verifica-se ainda, nalgumas áreas da superfície exterior, a presença de vestígios de uma possível pintura ou aguada de coloração vermelha viva.

Infelizmente, e dado o seu mau estado de preservação, são poucos os comentários que se podem tecer a propósito das características estilísticas desta figura. Cumpre, ainda assim, assinalar que, ao contrário do verificado na peça anterior, o corpo deste bovídeo não seria maciço mas sim oco, tendo-se realizado mediante moldagem de uma placa de argila, facto que se evidencia não apenas na configuração geral do fragmento preservado mas também na ausência de acabamento na superfície que corresponderia ao interior do corpo do animal. Por outro lado, e apesar do mau estado de preservação da superfície externa desta peça, parece apreciar-se, tal como no exemplar anterior, a figuração de uma barbeta peitoral bem marcada.

Quanto ao único membro preservado, apresenta, uma vez mais, uma tendência *grosso modo* cilíndrica, contando contudo, neste caso, com um ligeiro espessamento médio, que poderá corresponder à articulação. Ao contrário do que se verifica na peça mais bem preservada que antes descrevi, neste segundo exemplar a representação do casco foi executada de forma cuidada, figurando-se nomeadamente as fendas anterior e posterior desta porção da anatomia bovina.

Como houve já ensejo de referir no início deste apartado, ambas as figurações de bóvidos que aqui me ocupam foram recuperadas em sepulturas do 3º Tipo de V. Correia (1972 [1928]: 176), isto é, depósitos de incineração *in situ*, em *busta* simples escavados na rocha, cuja cronologia geral pode situar-se entre os finais do século VII e, possivelmente, os inícios ou meados do V a.n.e. (cf. *infra*), cronologia que, na ausência de dados contextuais mais precisos, se deve aplicar também a estas terracotas. Existem contudo critérios estilísticos que permitem enquadrá-las preferencialmente nos momentos finais deste intervalo (Gomes 2018a: 92).

Apesar dos seus inegáveis particularismos estilísticos, estas peças de Alcácer do Sal devem considerar-se, pelo menos de forma genérica, partícipes da ampla tradição coroplástica desenvolvida durante a Idade do Ferro no Sul do actual território português (Beirão/ Gomes 1984; Gomes 2019c). Esta integração evidencia-se, mais do que a um nível formal ou estilístico – até porque desse ponto de vista a produção coroplástica deste período é muito heterogénea –, ao nível temático e iconográfico, sendo os bóvidos um tema recorrente nesta produção, como o atesta o mascarão ou *rython* figurando prótomo de bovídeo exumado por C. de Mello Beirão na necrópole da Fonte Santa (Beirão 1986: Figs. 16-7), bem como o mais recentemente exumado touro da necrópole de Cinco Réis 8, em Beja (Arruda 2016).

As peças do OSM podem, por outro lado, relacionar-se do ponto de vista iconográfico com uma série de outras figurações de bóvidos presentes na Idade do Ferro do território meridional português, neste caso realizadas em bronze. Pode, neste apartado, citar-se o touro que decora o já famoso *thymiatērion* de Safara (Almagro-Gorbea 1977: 246) ou o formalmente muito similar touro de Mourão (Correia 1986), bem como o touro elaborado e realista da colecção da Biblioteca Nacional, de procedência incerta (Alarcão/ Delgado 1969), ainda recentemente relacionado com a produção torêutica de Alcácer do Sal (Gomes 2008).

Num âmbito geográfico mais próximo do contexto que aqui me ocupa, caberia ainda mencionar uma outra figura de bovídeo realizada em bronze, de pequenas dimensões, achada sem contexto aparente na Herdade de Córte Pereiro, em Alcácer do Sal, e estudada por M. Varela Gomes (1986), e bem assim os *ex votos* de bronze figurando bóvidos exumados no próprio Castelo de Alcácer do Sal, associados ao provável santuário escavado na área do Convento de Araceli e bem estudados por

E. Gomes (2008: nn. 13-7). A presença de figuras de bovídeos é, de resto, frequente entre os abundantes conjuntos de ex votos exumados nos santuários da área Ibérica do Levante e da Catalunha (Nicolini 1969; Prados Torreira 1992; Moneo 2003).

A interpretação funcional das peças em análise da necrópole do OSM levanta outros problemas, de índole iconológica e religiosa, que não podem ser aqui discutidos com o detalhe e a extensão que mereceriam (cf. Gomes 2018a; 2019c). Ainda assim, julgo importante recordar neste contexto a proposta avançada por C. Fabião (1998a: 356) de que as figuras coroplásticas de bovídeo substituiriam, conceptualmente, as oferendas cárnicas atestadas apenas nas mais antigas sepultura do 4º Tipo, hipótese que, apesar de muito interessante, deve porventura matizar-se em face da escassa representatividade numérica das terracotas em apreço.

Por outro lado, parece-me imprescindível recordar neste apartado, e à luz do contexto evidentemente sepulcral das peças de que venho tratando, que a iconografia dos bovídeos se encontra amplamente associada, no mundo Ibérico do Sudeste e do Levante, à esfera funerária, estando nomeadamente bem documentada na produção escultórica Ibérica, predominantemente associada a ambientes de necrópole (v. García-Gelabert Pérez/ Blázquez Martínez 1997), tendo-se identificado, de forma geral, como parte de um ciclo iconográfico associado a uma (ou mais) divindade(s) masculina(s), de cariz fecundante e regenerador, e como tal associada(s) à ideia de imortalidade e de renascimento (*idem*: 427).

À falta de dados contextuais mais concretos, a valorização específica do significado destas peças no âmbito da necrópole do OSM não pode realizar-se de forma minimamente segura. Ainda assim, o contexto geral das figurações de bovídeos na Idade do Ferro do Levante e Sul Peninsular (*idem*; Moneo 2003) e muito particularmente das do Sudoeste Peninsular (Beirão/ Gomes 1984; Arruda 2016), por um lado, e a própria constatação da presença destes animais entre o repertório figurativo dos ex votos do santuário escavado no Castelo de Alcácer do Sal (Gomes 2008), permitem defender um significado eminentemente simbólico e religioso para as peças em apreço, relacionadas com crenças e ideias escatológicas cuja restituição nos escapa quase por completo.

Estampa XLI – Terracota (fotografia de Beatriz Barros).

Estampa XLII – Terracota (fotografia de Beatriz Barros).

3.2 Os materiais metálicos

3.2.1. Metodologia de análise do conjunto metálico

A análise do espólio metálico do OSM constitui uma tarefa algo complexa, na medida em que se registam nesta necrópole elementos de natureza funcional e produtiva muito diferenciada, que exigem metodologias de análise e tipificação mais ou menos casuísticas em função das suas características intrínsecas e da própria tradição de investigação sobre cada um dos itens que adiante se irão recolhendo.

Podem, não obstante, assinalar-se brevemente alguns aspectos metodológicos gerais relativos à análise destes materiais, enfatizando uma vez mais, e desde já, a natureza macroscópica, e por conseguinte superficial, do estudo cujos resultados se vertem nas páginas seguintes. Esta limitação, já sentida a propósito dos materiais cerâmicos, é porventura mais séria no caso do espólio metálico, já que impede quase por completo qualquer abordagem às questões tecnológicas e produtivas, resumidas na prática à identificação empírica da matéria-prima.

Assim sendo, o panorama que em seguida apresentarei deve, também ele, considerar-se um mero ponto de partida para análises mais aprofundadas, nomeadamente de natureza arqueometalúrgica, que permitam caracterizar com maior acuidade o repertório metálico do OSM e porventura contribuir para um conhecimento mais profundo da metalurgia local.

Por outro lado, as metodologias relativamente sofisticadas de quantificação aplicáveis ao material cerâmico nem sempre se podem estender, pelo menos de forma directa, aos espólios metálicos. Ainda assim, no presente estudo procurei, sempre que possível, recorrer à contabilização do número mínimo de indivíduos dentro de cada conjunto específico de peças, tarefa que contudo nem sempre foi possível realizar de forma satisfatória. Por essa razão, matizei ocasionalmente os valores assim obtidos recorrendo ao número máximo de indivíduos equivalente, o que permite estabelecer parâmetros aproximados da representatividade numérica de cada classe de objectos no seio do conjunto total.

Já no que diz respeito à questão tipológica, constatei que no caso dos elementos metálicos a aplicação de tipologias pré-existentes é significativamente mais operativa do que no dos materiais cerâmicos, pelo que em várias ocasiões me pude valer de tabelas classificativas elaboradas por outros autores, que oportunamente serão referenciados a propósito de cada categoria concreta de materiais.

Nos casos em que essa circunstância não se verificou, quer porque os quadros tipológicos disponíveis se tenham revelado demasiado incompletos, quer porque as categorias específicas de material em causa não tenham ainda sido estudadas aprofundadamente, recorri uma vez mais ao estabelecimento de ordenamentos próprios, cujos critérios específicos se explicitarão caso a caso.

Para maior comodidade da exposição e da consulta, o espólio metálico apresenta-se ordenado em função de grandes blocos que agrupam, *grosso modo*, elementos pertencentes a âmbitos funcionais específicos, o que além de permitir uma discussão integrada desses elementos permite ir desenhando, traço a traço, as várias facetas da preparação do cadáver, dos rituais funerários e da composição dos discursos funerários representados em cada sepultura.

3.2.2. Elementos de indumentária

3.2.2.1. Fíbulas (Ests. XLIII-LII)

As fíbulas do OSM constituem um conjunto numeroso e diversificado cujo interesse foi já evidenciado em estudos anteriores (Correia 1972 [1930]; Brito 1968; Schüle 1969; Ponte 1985; 2006). Esses estudos, nos quais se resenham sensivelmente três dezenas de peças, não chegaram contudo a aflorar a verdadeira dimensão desse conjunto; o estudo exaustivo dos espólios do OSM permitiu-me, com efeito, identificar um número mínimo de 109 fíbulas de cronologia pré-romana, às quais poderão somar-se pelo menos mais quatro exemplares estudados por S. da Ponte (2006: nn.71, 79, 81 e 83) que não pude analisar directamente.

Figura 31 – Distribuição do conjunto de fíbulae do OSM por Tipos.

Devo contudo assinalar que uma parte substancial das peças que compõem este conjunto apresenta um estado de conservação muito deficiente o que dificulta consideravelmente o seu estudo. Assim, destas 113 peças apenas 47 permitem uma classificação tipológica fiável, ao passo que outras 35 permitem apenas uma classificação aproximativa ou hipotética; as restantes 31 peças encontram-se demasiado degradadas e incompletas para permitirem qualquer análise aprofundada (Figura 31).

Entre as fíbulae do OSM caberia assinalar, em primeiro lugar, um conjunto de três peças de tipologia arcaica cuja presença na necrópole constitui, por si só, um dado de grande interesse, mas também de difícil compreensão. A mais antiga corresponde a uma **fíbula de enrolamento no arco** enquadrável no Tipo 1b definido por S. da Ponte (*idem*: 88) e já anteriormente estudada por esta autora (*idem*: n.6) (Est. XLIII, n.553).

Esta peça, elaborada sobre um aro de secção circular, apresenta uma mola subcircular alargada e um enrolamento na porção média da ponte; o segmento de ponte conservado conta, por outro lado, com uma decoração cinzelada alternando metopas de linhas transversais com outras diagonais; o fuzilão e o pé desta peça não se conservaram.

Esta fíbula corresponde a um modelo desenvolvido na Itália Central (Masi 1986: 210) a partir das fíbulae de arco de violino e sobretudo das de enrolamento no arco, de tipo *ad ochio*, recolhidas por S. da Ponte no seu Tipo 1a (*idem*: 86-8), sendo estas últimas relativamente frequentes em contextos do Bronze Final do Ocidente Peninsular (*ibidem*; cf. tb. Vilaça 2007; 2008; Arruda 2008); o Tipo 1b, em contrapartida, é francamente incomum, documentando-se unicamente no OSM e no Castro de Parreitas, em Alcobaça (Ponte 1984: n.2), a que poderia talvez somar-se um outro exemplar do Castro de Mondim da Beira, em Tarouca (Ponte 1986). Infelizmente, nenhum destes exemplares conta com um contexto arqueológico seguro, o que dificulta significativamente o seu enquadramento cronológico.

No território italiano este modelo de fíbula foi considerado como próprio do século X a.n.e. (Masi 1986: 210) ao passo que os exemplares do território português foram situados cronologicamente por

S. da Ponte entre os meados do século X e os finais do IX ou inícios do VIII a.n.e. (Ponte 2006: 88; cf. tb. Arruda 2008: 362), cronologia que pode considerar-se genericamente adequada à luz dos intervalos cronológicos dos modelos que precedem e sucedem o Tipo Ponte 1b.

Considerando as balizas cronológicas que se podem aplicar a esta peça, cuja chegada ao território actualmente português deverá ter-se verificado ainda durante o Bronze Final, a sua presença no OSM parece difícil de explicar. Porventura a explicação mais simples para o desfasamento entre a sua cronologia e o período de utilização da necrópole passaria por pressupor que esta peça, apesar de depositada no Museu Didáctico do Instituto de Arqueologia de Coimbra com materiais do OSM, proviria de qualquer outra área de Alcácer do Sal, nomeadamente do Castelo (cf. Arruda 2008: 362); não pode contudo excluir-se a existência de um fenómeno de entesouramento em que este exemplar teria permanecido em uso ou sido conservado durante um período de tempo dilatado antes de ser depositado na necrópole, hipótese que contudo me parece francamente difícil de sustentar à luz da simplicidade e da escassa entidade deste.

As outras duas fíbulas de tipologia arcaica correspondem igualmente a modelos de origem itálica, pertencendo neste caso à família das **fíbulas de arco**, particularmente característica das fases iniciais da Idade do Ferro do Centro e Norte da Península Itálica (Toms 2000). A primeira, designada como fíbula “de arco muito engrossado” por S. da Ponte, que a recolhe no seu Tipo 4 (Ponte 2006: 111-6), também conhecida como fíbula de arco “em sanguessuga” (Duval/ Eluère/ Mohen 1974: 21), apresenta uma mola de tendência circular, de que se preservam duas voltas, e uma ponte espessa de secção oval, profusamente decorada por incisão com motivos geométricos complexos (Est. XLIII, n.554).

Este modelo de fíbula desenvolve-se a partir das fíbulas de arco simples, filiforme, nos finais do século IX a.n.e. (Toms 2000: 94), embora o exemplar do OSM conte com paralelos particularmente expressivos, nomeadamente ao nível da decoração, em peças da primeira metade do século VIII a.n.e. (*idem*: 111); S. da Ponte considera, por outro lado, que a sua cronologia se pode prolongar ao longo do século VII a.n.e. (Ponte 2006: 114-5), o que concordaria com as cronologias apontadas para peças semelhantes à do OSM exumadas no Sul de França (Duval/ Eluère/ Mohen 1974: 21).

A segunda fíbula deste grupo tipológico, designada como “de arco pouco engrossado” ou de arco “pleno”, foi recolhida por S. da Ponte no seu Tipo 5 (*idem*: 116-120); apresenta uma mola de tendência circular de que se conservam duas voltas, uma ponte em arco abatido de secção circular ligeiramente espessada com decoração canelada nas extremidades e cinzelada em espinha na porção média, e um descanso de tendência trapezoidal (Est. XLIII, n.555).

As fíbulas de arco abatido constituem um desenvolvimento relativamente tardio dentro da família das fíbulas de arco, grosso modo contemporâneo com o desenvolvimento das fíbulas de arco espessado antes comentadas (Toms 2000: 111), perdurando ao longo do século VIII a.n.e. nos territórios italiano (Masi 1986: 57-60) e francês (Duval/ Eluère/ Mohen 1974: 11), cronologia perfilhada igualmente para a peça do OSM por S. da Ponte (2006: 119).

Tal como no caso da fíbula Ponte 1b antes comentada, as fíbulas de arco, e em particular as suas variantes tardias, não são comuns no Ocidente Peninsular. A presença de importações da Península Itálica no Ocidente Peninsular durante o Bronze Final e os momentos iniciais da Idade do Ferro é francamente residual, resumindo-se na prática às peças que venho comentando, a que se somariam duas fíbulas do Castro de Parreitas, em Alcobaça (Ponte 1984).

Em contrapartida, a presença de outros elementos de procedência ou inspiração centro-mediterrânea, e em particular siciliota (Vilaça 2007; 2008; Arruda 2008), que alcançaram o Extremo Ocidente entre o Bronze Final e os momentos iniciais da Idade do Ferro, permite confirmar a integração, marginal mas efectiva, do Extremo Ocidente nos circuitos comerciais mediterrâneos, o que de alguma forma permite enquadrar a chegada das fíbulas em apreço ao Baixo Sado.

A presença destas peças no OSM, em contrapartida, resulta mais difícil de compreender. Tal como no caso da fíbula de enrolamento no arco antes comentada, as fíbulas de arco engrossado e pouco engrossado recobrem um intervalo cronológico – final do século IX – final do século VIII/ inícios do VII a.n.e. – que não parece consistente com o período de utilização da necrópole que, com base nas balizas cronológicas da vasta maioria dos materiais estudados, não pode recuar-se para lá dos meados do século VII a.n.e., como haverá oportunidade de ver adiante.

Uma vez mais, pode pensar-se que a incorporação destas peças na colecção do OSM poderá ter decorrido de uma circunstância fortuita, devendo estas fíbulas dissociar-se da necrópole; não existem, contudo, quaisquer dados objectivos nesse sentido, e devem encarar-se igualmente outras possibilidades, como a hipótese de estes elementos terem sido entesourados durante um período relativamente longo ou, alternativamente, que a sua cronologia seja efectivamente mais lata do que até aqui se assumiu. De qualquer forma, e caso se aceite que estas peças provêm da necrópole, o que me parece provável, caberia pensar que se enquadram na etapa mais antiga da sua utilização.

Ainda no apartado das fíbulas de tipologia relativamente arcaica caberia resenhar a presença no OSM de uma **fíbula de dupla mola** (Ponte 1985: n.4). Esta peça, que se encontra em muito bom estado de conservação, apresenta um fuzilhão de secção circular, ao passo que as molas, de quatro voltas cada uma, e a ponte, sem decoração, apresentam secção rectangular; conserva-se ainda o descanso, alongado e de tendência rectangular (Est. XLIII, n.556). As características desta peça permitem enquadrá-la no Tipo 3b de S. da Ponte (2006: 106), no Tipo IIA1a de M. M.^a Ruiz Delgado (1989: 95) ou ainda no Tipo 3b de J. L. Argente Oliver (1994: 52), caracterizados justamente pela secção rectangular da haste que forma a mola e a ponte da fíbula.

Como é sabido, as fíbulas de dupla mola constituem um dos elementos mais característicos dos momentos iniciais da Idade do Ferro no Sudoeste Peninsular, desenvolvendo-se a partir de protótipos de origem mediterrânea (Torres Ortiz 2002: 196-7); no território português, as fíbulas deste tipo surgem já em contextos de finais da Idade do Bronze (Ponte 2006: 423-4; Arruda 2008; v. tb. Estrela *et al.* 2010: 242-246), perdurando ao largo das etapas iniciais da Idade do Ferro.

A peça do OSM, pelas suas características, situar-se-ia por seu turno num momento relativamente avançado da evolução deste tipo de fíbulas. S. da Ponte situa o seu Tipo 3b num intervalo que recobre fundamentalmente os séculos VII e VI a.n.e. (Ponte 2006: 424), embora deva notar-se que este tipo perdura no interior peninsular até momentos mais avançados, desenvolvendo-se na Meseta Norte entre os meados do século VI e o pleno século V a.n.e. (Argente Oliver 1994: 57).

No território actualmente português, e em claro contraste com a área da Baixa Andaluzia em que esta variante do tipo de dupla mola é francamente rara (Ruiz Delgado 1989: 96-7), as fíbulas do tipo em apreço são relativamente frequentes, podendo salientar-se a presença de uma peça análoga à do OSM nos estratos correspondentes ao momento final de utilização do edifício de Abul A, datáveis do primeiro quartel do século VI a.n.e. (Mayet/ Silva 2000: Fig 46, n.351); também na necrópole de Torre de Palma, cuja utilização parece centrar-se predominantemente no século VI a.n.e., se documentou uma fíbula de dupla mola do tipo que aqui me ocupa (Langley/ Mataloto/ Boaventura 2008: Fig.5). Mais recentemente, publicou-se uma peça deste mesmo tipo exumada na necrópole do Monte do Bolor 1-2 (Beja) (Soares *et al.* 2017: Fig. 20). Em contextos não funerários, caberia ainda citar o exemplar da Torre Velha (Serpa) (Estrela *et al.* 2010: 242-246).

A peça do OSM poderia assim datar-se, com alguma segurança, do século VI a.n.e., e possivelmente mesmo da primeira metade dessa centúria.

Finalmente, e para encerrar o apartado das fíbulas de tipologia arcaica, caberia assinalar a presença de um pequeno núcleo de três peças da família das fíbulas de mola bilateral (Tipos Alcores/Acebuchal/Bencarrón), das quais apenas duas se encontram bem conservadas, enquanto que da terceira se preservam apenas fragmentos da mola que, podendo aproximar-se, mesmo que com reservas, da mencionada família tipológica, não permitem qualquer consideração adicional.

As peças bem preservadas deste conjunto podem, em contrapartida, classificar-se sem qualquer hesitação como fíbulas de **Tipo Acebuchal** (Est. XLIII, nn.557-558), englobáveis no Tipo 9a de S. da Ponte (2006: 139-140) ou na variante II.1 de M. M.^a Ruiz Delgado (1989: 142-3). As peças do OSM apresentam mola simétrica de dezoito voltas, uma ponte única de tendência losânguica dotada de nervuras decorativas no topo e descanso de tendência rectangular; a peça 556, que se encontra completa, conserva ainda o fuzilhão, de secção circular, e um apêndice em botão arrancando do descanso, elementos que no exemplar 557 não se conservaram.

As fíbulas de tipo “Acebuchal” encontram-se bastante bem documentadas no actual território português, podendo citar-se exemplos de ponte única das necrópoles de Quintos (Viana 1945; 1962: Fig. 73), de Fareleira 2 (Pedrógão) (Figueiredo/ Mataloto 2017: Fig. 10) e de Fareleira 3 (Pedrógão) (*idem*: Fig. 14)

e ainda de Santa Olaia (Rocha 1971), enquanto que a variante de ponte dupla (Tipo 9b de S. da Ponte) se documenta na necrópole da Vinha das Calças 4 (Arruda et al. 2017c; 2017d), na de Torre de Palma (Langley/ Mataloto/ Boaventura 2008: Fig. 5), no Castro de Pragança, no Cadaval, em Conímbriga e no Coto da Pena, em Caminha (cf. Ponte 2006: Fig. 29). A área de maior concentração destas peças encontra-se, contudo, na Baixa Andaluzia (Ruiz Delgado 1989: 149), difundindo-se também pelo Levante e pela Meseta Norte (Argente Oliver 1994: 59-63).

A cronologia deste tipo de fíbula tem sido objecto de alguma discordância entre os vários investigadores que se têm dedicado ao seu estudo. S. da Ponte (2006: 139-141), seguindo as propostas de W. Schüle (1969), data os seus tipos 9a e 9b entre os finais do século VIII e os finais do VI a.n.e.; em contrapartida, J. L. Argente Oliver, no seu estudo das fíbulas da Meseta Oriental, recolhe-as genericamente no seu Modelo 4, que data entre meados do século VI e os inícios do IV a.n.e. (Argente Oliver 1994: 63). A proposta mais equilibrada é contudo, a meu ver, a de M. M.^a Ruiz Delgado (1989: 148), seguida em termos gerais por M. Torres Ortiz (2002: 200), situando estes autores o modelo em apreço entre os meados ou os finais do século VII e os finais do VI a.n.e.

Os dados do OSM permitem contudo afinar estas balizas cronológicas, na medida em que a peça 556, exumada no decurso das escavações de V. Correia, parece ter sido encontrada em associação com o vaso ático de figuras negras anteriormente comentado (Correia 1972 [1930]: 185), datado de acordo com a sua tipologia e gramática decorativa do primeiro quartel do século V a.n.e. (Arruda 2006: 136). Pelo menos uma das fíbulas de tipo Acebuchal teria, assim, perdurado até aos inícios desta centúria.

As peças de tipologia arcaica até aqui expostas constituem, apesar do seu inegável interesse, um grupo claramente minoritário dentro do conjunto das fíbulas do OSM, dominado, com efeito, pelas **fíbulas de tipo anular hispânico**, nas suas diversas variantes (Ests. LXIV a L), que somam um número mínimo de 68 indivíduos, aos quais devem ainda somar-se quatro outros exemplares estudados por S. da Ponte (2006: nn.71, 79, 81 e 83) que não pude analisar directamente. Dentro das fíbulas desta família, contudo, apenas 39 exemplares (incluídas as peças estudadas por S. da Ponte) permitem, pelo seu estado de conservação, um enquadramento tipológico minimamente seguro.

Dentro deste grupo documentam-se tanto peças pertencentes aos tipos anulares hispânicos mais antigos como outras a que podem atribuir-se cronologias mais recentes, o que demonstra, como se verá, o enraizamento deste tipo de fíbula na comunidade que depôs os seus mortos no OSM, facto que explicará também a escassez de outros tipos de fíbulas tardios, que adiante se comentarão.

No sentido de proceder à ordenação da informação respeitante a este heterogéneo conjunto de fíbulas adoptarei, na exposição que se segue, o quadro tipológico proposto por S. da Ponte (2006: 156-218) e que deriva, em termos gerais, da tipologia geral estabelecida por E. Cuadrado (1957), adaptando-a ao material do actual território português. Tomando como referência esse ordenamento tipológico, pode reconhecer-se dentro do conjunto do OSM um primeiro grupo de peças enquadráveis no **Tipo Ponte 13** (Est. XLIV-XLVI), equivalente ao Tipo Cuadrado 4, que engloba fíbulas cuja ponte apresenta uma configuração em naveta (Cuadrado 1957: 15-6; Ponte 2006: 182-191).

Dentro deste grupo, as fíbulas da variante Ponte 13a (=Cuadrado 4a), caracterizadas por pontes de naveta simples, descansos sub-rectangulares relativamente largos e aros simples, de secção circular ou ocasionalmente losânguica, e largura regular (Ponte 2006: 182-5), encontram-se representadas por um total de sete exemplares, constituindo um dos tipos mais frequentes dentro do conjunto em apreço.

As fíbulas da variante Ponte 13a são, de resto, bastante frequentes, estando atestadas em diversos sítios do Sul do actual território português, incluindo, entre outros, Lisboa (Sousa 2014: Est. 56), o Castelo de Castro Marim (Pereira 2008), as Mesas do Castelinho (Míguez 2010: 25-6), a Cabeça de Vaiamonte (Ponte 1985b) ou ainda a necrópole da Herdade da Chaminé (Viana/ Deus 1950a: Fig. 19); as peças desta tipologia são também frequentes em outras áreas peninsulares, como a Baixa Andaluzia, o Centro de Portugal e a Meseta Norte (Ponte 2006: Fig. 42).

As peças do OSM apresentam dimensões algo variáveis, oscilando os seus diâmetros entre os 3,9 e os 7,1cm e as suas alturas entre os 1,6 e os 3,5cm, diversidade que poderá explicar-se em função do tipo de tecido que se pretendia fixar com estes elementos.

Do ponto de vista formal cumpre ainda assinalar a presença de peças com mola bilateral desenvolvida (oito voltas), sendo contudo maioritárias as dotadas de molas reduzidas (quatro voltas).

Este detalhe morfológico parece revestir-se de um significado cronológico, correspondendo as primeiras a modelos mais arcaizantes, que segundo S. da Ponte remontariam à segunda metade do século VI e aos inícios do V a.n.e. (Ponte 2006: 185), enquanto que as segundas, de tipologia mais evolucionada, se desenvolveriam, ainda segundo a mesma autora, a partir dos finais do século V a.n.e., sendo mais frequentes durante o século IV e os inícios do III a.n.e..

No actual território português, o início deste modelo de fíbula ainda durante o século VI a.n.e. não parece, de momento, bem atestado, estando contudo demonstrada a sua presença já nos finais do século V a.n.e., nomeadamente nas Mesas do Castelhinho (Miguez 2010: 62), estando também documentada no Castelo de Castro Marim durante a Fase V, cuja cronologia se centra igualmente nessa centúria (Pereira 2008: 67-8), parecendo também muito provável a sua perduração ao longo do século IV a.n.e. (*ibidem*; Miguez 2010: 62). Este panorama é consistente com o documentado na Meseta Oriental, onde a variante em apreço parece surgir fundamentalmente em contextos do século V a.n.e. (Argente Oliver 1994: 75).

Embora menos expressiva do ponto de vista quantitativo, a variante Ponte 13c (=Cuadrado 4c), definida como “fíbula de naveta com terminais foliáceos” (Ponte 2006: 185-7), encontra-se representada no OSM por três fíbulas, uma das quais (n.567) correspondendo à variante dotada de mola de arame (Ponte 13c/1), apresentando as duas restantes (nn.568 e 569) pontes mais evolucionadas, do tipo dito “de charneira” (Ponte 13c/2). As peças desta variante do OSM apresentam diâmetros entre os 3,9 e os 5,7cm e alturas entre os 1,5 e os 2,1cm.

As fíbulas deste tipo são bastante menos comuns nos conjuntos do Sudoeste Peninsular do que as fíbulas com ponte de naveta simples anteriormente comentadas, estando ainda assim documentadas, na sua variante com mola “de charneira”, no Castelo de Castro Marim, em estratos da Fase V (Pereira 2008: 68), em Miróbriga, Santiago do Cacém (Ponte 2006: n. 61), e em Cancho Roano (Celestino Pérez/ Zulueta de la Iglesia 2008: Fig. 12).

Cronologicamente, S. da Ponte situa os exemplares da sua variante 13c/1 ainda no decurso do século V a.n.e., ao passo que as peças da variante 13c/2 com mola de charneira, elemento muito característico da II Idade do Ferro, se situariam, de acordo com a mesma investigadora, nos séculos IV e III a.n.e. (Ponte 2006: 185-7); a presença de peças da tipologia em apreço dotadas de molas de charnela na Fase V de Castro Marim e em Cancho Roano poderia, contudo, indicar que este elemento surge já no século V a.n.e., o que tornaria ambas as variantes *grosso modo* contemporâneas.

Por fim, caberia assinalar a presença de um conjunto de quatro peças englobáveis na variante Ponte 13d (=Cuadrado 4f), caracterizada por possuir um aro de largura variável, mais espesso na área da mola e mais estreito na extremidade junto ao descanso. As peças do OSM distribuem-se, do ponto de vista tecnológico, por duas variantes, caracterizando-se a primeira (Ponte 13d/1), mais antiga, por possuir duas peças independentes (aro/descanso+ponte/mola), e a segunda (Ponte 13d/2), aparentemente mais evolucionada, por englobar três peças independentes (aro/ponte + descanso + fuzilhão/mola); a primeira destas sub-variantes encontra-se representada por dois exemplares (nn.571 e 572), ao passo que a segunda conta com um único seguro (n.573), a que poderia contudo somar-se uma segunda peça incompleta (n.574), de que se conservam apenas parte do aro e a respectiva mola.

As peças desta variante do OSM apresentam diâmetros entre os 5,2 e os 7,6cm e alturas entre os 2,4 e os 4,2cm. Do ponto de vista morfológico apresentam alguma diversidade, documentando-se pontes de secção losângica (n.571), quadrangular (n.572) e poligonal (n.573), e aros de secção losângica (nn.571 e 572), circular (n.573) e porventura poligonal (n.574). Caberia, apesar disso, assinalar uma uniformidade genérica ao nível das molas, todas elas de fita e pouco desenvolvidas (quatro voltas), indiciando o carácter relativamente evolucionado das peças em apreço.

Apesar de constituir um tipo bastante difundido por várias áreas da Península Ibérica, nomeadamente a Baixa Andaluzia e a área Celtibérica (Ponte 2006: Fig. 42), a variante Ponte 13d não é particularmente frequente no Sudoeste, constituindo a concentração documentada no OSM uma situação relativamente invulgar. O enquadramento cronológico preciso desta variante no Sul do actual território português constitui, por isso, um problema difícil de afrontar.

S. da Ponte considera a sua variante 13d um tipo antigo dentro da sequência evolutiva das fíbulas anulares hispânicas, situando o arranque da sua subvariante 13d/1 ainda nos finais do século VI ou nos

inícios do V a.n.e., prolongando a sua vigência até ao século IV a.n.e.; em contrapartida, as peças variante 13d/2 não seriam anteriores, segundo a mesma investigadora, aos finais do século V e, sobretudo, ao século IV a.n.e. (*idem*: 187-8).

Embora me pareça duvidosa a possibilidade de recuar este tipo de fíbula até aos finais do século VI a.n.e., as restantes balizas cronológicas apontadas parecem-me, à falta de dados contextuais mais precisos, perfeitamente plausíveis; deve contudo assinalar-se que em outras áreas, como o interior peninsular onde a variante em apreço é frequente, as balizas cronológicas propostas para as fíbulas do tipo que venho comentando são substancialmente mais baixas, tendo-se situado estas peças sobretudo na primeira metade do século III a.n.e. (Argente Oliver 1994: 75).

Finalmente, caberia referenciar a existência de um conjunto de seis peças, muito incompletas, que pelas suas características gerais deverão incorporar-se no Tipo Ponte 13; o seu mau estado de conservação impede, contudo, a sua atribuição a uma variante concreta. Apesar da escassa informação que se pode extrair destas peças adicionais, a sua identificação, muito provável, com a tipologia que venho comentando confirma pelo menos o predomínio do Tipo Ponte 13 no conjunto das fíbulas do OSM.

Um segundo grupo tipológico muito bem representado no conjunto de fíbulas do OSM corresponde a peças enquadráveis no **Tipo Ponte 14** (Est. XLVII), equivalente ao Tipo Cuadrado 9, que engloba fíbulas de tipologia muito sóbria, caracterizadas por aros pouco espessos e, sobretudo, por pontes filiformes, de secção circular e espessura relativamente reduzida (Cuadrado 1957: 17; Ponte 2006: 191-6).

Dentro deste grupo podem individualizar-se duas variantes, de acordo com a espessura da ponte: as fíbulas com ponte filiforme delgada constituem a variante Ponte 14a (= Cuadrado 9a), e as peças que apresentam uma ponte ligeiramente espessada constituem a variante Ponte 14b (= Cuadrado 9b). A primeira destas variantes encontra-se atestada no OSM por uma única peça (n.581), enquanto que a segunda soma cinco exemplares (nn.582-586), a que poderão, com toda a probabilidade, somar-se outros dois (nn.587 e 588), infelizmente incompletos e portanto menos seguros.

As fíbulas do Tipo Ponte 14 do OSM apresentam diâmetros entre os 4,2 e os 7,5cm e alturas entre os 2 e os 3,6cm. Estruturalmente, apresentam características bastante homogéneas, com pontes de secção circular ou elipsoidal, aros de secção circular e descansos de tendência trapezoidal; todas estas peças apresentam molas de arame relativamente desenvolvidas (oito a dezasseis voltas), de tipologia relativamente arcaizante.

Pela sua simplicidade formal, o Tipo Ponte 14 constitui uma das modalidades mais frequentes dentro do grupo das fíbulas anulares hispânicas, sendo especialmente abundante na Baixa Andaluzia, no Sudeste e na Meseta Oriental (Ponte 2006: Fig. 44); no Sudoeste Peninsular, em contrapartida, as peças deste tipo são menos frequentes, documentando-se ainda assim, no território actualmente português, no povoado do Moinho da Atalaia, na Amadora (Pinto/ Parreira 1978), na Azougada (Ponte 2006: n. 69) e no Castelo de Castro Marim (Pereira 2008: 68-9).

Do ponto de vista cronológico, caberia assinalar as balizas propostas por S. da Ponte para as peças do seu Tipo 14 dotadas de mola desenvolvida, que situa entre os finais do século VI e os inícios do V a.n.e., perdurando porventura até ao século IV a.n.e. (Ponte 2006: 194-5), enquanto que E. Cuadrado sugere para o seu Tipo 9 uma cronologia centrada no final do século V a.n.e. (Cuadrado 1957: 58-9).

Não obstante, em Medellín as fíbulas do tipo em apreço, recolhidas no Tipo 1 daquela necrópole, surgem ao que parece já desde o segundo quartel do século VI a.n.e., perdurando até meados da centúria seguinte (Torres Ortiz 2008c: 533). Por outro lado, o contexto das peças do Moinho da Atalaia e do Castelo de Castro Marim parecem comprovar a perduração deste tipo ao longo do século V a.n.e..

As fíbulas do **Tipo Ponte 15** (Est. XLVIII, nn.589-591), equivalente ao Tipo Cuadrado 10, constituem um grupo muito minoritário no conjunto do OSM. As peças deste tipo caracterizam-se por possuírem uma ponte de cinta, de secção laminar (Cuadrado 1957: 18; Ponte 2006: 196-200), cuja largura pode variar, documentando-se peças de ponte estreita (Ponte 15a/1 = Cuadrado 10a) e outras de ponte alargada (Ponte 15a/2 = Cuadrado 10b).

A primeira sub-variante encontra-se representada por duas peças, ambas infelizmente muito incompletas: a peça 590 corresponde a uma ponte de largura regular e secção laminar, enquanto que a peça 591 corresponde a uma ponte estreita de configuração losangular, igualmente de secção laminar. A segunda sub-variante, em contrapartida, encontra-se representada por uma única peça, publicada

por S. da Ponte (2006: n.71), que se encontra depositada no Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra, e que não tive oportunidade de analisar pessoalmente. A variante Ponte 15b (= Cuadrado 10c), caracterizada por possuir uma ponte de cinta espessa, não se encontra representada no OSM.

As fíbulas do Tipo Ponte 15 são relativamente comuns no Sudoeste Peninsular, documentando-se no território actualmente nacional no Castelo de Castro Marim (Pereira 2008: 69-70), nos povoados de Outurela I, em Oeiras (Cardoso 1990), e de Moinhos da Atalaia, na Amadora (Pinto/ Parreira 1978) e na necrópole de Torre de Palma (Langley/ Mataloto/ Boaventura 2008: Fig. 5). Já em território espanhol, caberia assinalar a presença de peças desta tipologia em Medellín, constituindo o Tipo 2 das fíbulas anulares hispânicas daquela necrópole (Torres Ortiz 2008c: 533-4).

Cronologicamente, as peças deste tipo foram datadas por E. Cuadrado de inícios do século V a.n.e. em diante (Cuadrado 1957: 58), cronologia posteriormente revista em alta por S. da Ponte, que propõe para a sua variante 15a uma cronologia entre os finais do século VI – inícios do V e o século IV a.n.e. (Ponte 2006: 198-9). Os exemplares de Medellín, em contrapartida, parecem distribuir-se entre o segundo quartel e os finais do século VI a.n.e., o que confirma a antiguidade desta tipologia de fíbulas. Os exemplares de Castro Marim e da Península de Lisboa, por outro lado, parecem distribuir-se ao longo da segunda metade do século V a.n.e., confirmando a continuidade deste grupo tipológico ao longo desta centúria.

O **Tipo Ponte 17** (Est. XLVIII, nn.592-595), equivalente ao Tipo Cuadrado 12, constitui outro grupo tipológico muito característico dentro da família das fíbulas anulares hispânicas, englobando peças dotadas de uma ponte de configuração foliácea, dita “em folha de louro” (Cuadrado 1957: 18; Ponte 2006: 204-7); esta morfologia de ponte evidencia uma forte relação entre as peças deste grupo e a família das fíbulas de mola bilateral (Tipos Alcores-Acebuchal-Bencarrón) (Ponte 2006: 204), o que, além de proporcionar uma evidência expressiva da filiação das fíbulas anulares hispânicas nas daquele grupo, sugere uma cronologia relativamente recuada para as peças deste tipo.

S. da Ponte subdivide o seu Tipo 17 em três variantes, todas representadas no OSM: fíbulas com mola bilateral simétrica e arco foliáceo recortado (Ponte 17a) ou simples (Ponte 17b) e fíbulas com mola bilateral assimétrica e arco simples (Ponte 17c) (*idem*: 204-7). A primeira variante encontra-se representada pela peça 592, cuja ponte se encontra dividida em três segmentos – um primeiro de configuração rectangular, um segundo de configuração losânguica e um último de configuração triangular –, apresentando uma decoração complexa.

O primeiro segmento apresenta um denso reticulado de linhas incisais; o segundo ostenta duas impressões de círculos concêntricos rodeados por uma auréola radiada de aspecto solar; finalmente, o terceiro segmento apresenta sete pares de círculos concêntricos simples. Esta peça apresenta ainda um apêndice caudal desenvolvido de secção laminar. O seu diâmetro máximo é de 8,2cm e a sua altura máxima é de 2,6cm.

A peça 593, por seu turno, engloba-se na segunda variante, apresentando um arco losânguico simples e liso; o seu diâmetro máximo é de 9,2cm e a sua altura máxima é de 3,2cm. Finalmente, a variante Ponte 17c encontra-se representada por uma peça estudada por S. da Ponte (*idem*: n. 79), que não pude localizar nos fundos do Museu Nacional de Arqueologia; apresenta uma ponte foliácea larga dotada de nervuras decorativas na sua superfície superior, reminescentes da morfologia e gramática decorativa das fíbulas de Tipo Acebuchal, incluídos os exemplares do próprio OSM. A peça 595 – uma ponte foliácea nervurada, muito mal preservada – pode apenas atribuir-se genericamente a uma destas últimas duas variantes.

As fíbulas anulares hispânicas de ponte foliácea não são especialmente abundantes no Sudoeste Peninsular, estando ainda assim relativamente bem representados no interior alentejano, podendo citar-se exemplares das necrópoles da Chada, em Ourique (Beirão 1986: Fig. 22) e da Vinha das Calças 4 (Arruda *et al.* 2017c; 2017d); já em território espanhol, caberia assinalar os dois exemplares da necrópole de Medellín, recolhidos no Tipo 3 daquele sítio (Torres Ortiz 2008c: 534-5).

S. da Ponte, sem dúvida devido às afinidades formais dos exemplares do seu Tipo 17 com as peças de mola bilateral dos seus Tipos 8-10, datou as fíbulas deste tipo num intervalo entre os séculos VII e VI a.n.e. (Ponte 2006: 206-7), cronologia que peca por excessivamente alta; com efeito, os dados disponíveis para situar cronologicamente as peças do tipo em apreço sugerem uma origem durante a segunda

metade do século VI a.n.e., suportada pelo material de Medellín, perdurando até aos inícios/ primeira metade do século V a.n.e., como parecem comprovar os contextos das peças baixo-alentejanas.

O **Tipo Ponte 18** (Est. XLIX, n.596), equivalente ao Tipo Cuadrado 13, constitui um grupo francamente pouco corrente dentro da família das fíbulas anulares hispânicas, englobando peças que possuem uma ponte em arco abatido, cujo alçado apresenta uma configuração trapezoidal (Cuadrado 1957: 18; Ponte 2006: 207-210). Este tipo encontra-se representado no OSM por um único exemplar, n.596, dotado de uma ponte de secção poligonal, decorada em ambas as extremidades por aspas incisadas delimitadas por linhas transversais, igualmente incisadas, motivo remanescente da decoração de algumas peças de mola bilateral mais antigas; este exemplar apresenta, por outro lado, uma mola de fita pouco desenvolvida (possivelmente de quatro voltas), que denuncia a posição relativamente avançada deste exemplar dentro da sequência evolutiva das fíbulas anulares hispânicas. O seu diâmetro máximo é de 6,8cm e a sua altura máxima é de 3,5cm.

A raridade das peças deste tipo e a falta de coordenadas contextuais precisas para o exemplar do OSM dificultam o seu correcto enquadramento cronológico; E. Cuadrado considera o seu Tipo 13 característico dos séculos IV e, sobretudo, III a.n.e. (Cuadrado 1957: 60), cronologia seguida por S. da Ponte (2006: 209). À falta de dados concretos que permitam precisar melhor os parâmetros cronológicos deste tipo, creio que este intervalo se pode considerar genericamente válido.

As fíbulas de **Tipo Ponte 19** (Est. XLIX, n.597), muito similares do ponto de vista formal às fíbulas de ponte filiforme espessa do Tipo Ponte 14b, já comentadas, apresentam como particularidade o facto de o descanso se prolongar num apêndice caudal em forma de corola; este tipo encontra-se representado no OSM por um único exemplar, estudado por S. da Ponte (2006: n. 81) e que infelizmente não tive oportunidade de analisar pessoalmente. A peça parece encontrar-se muito incompleta, conservando-se ainda assim a mola bilateral, de dezasseis voltas, a ponte filiforme espessa e o já mencionado apêndice caudal.

Pude também documentar, entre o material do OSM, um fragmento correspondente a um apêndice caudal em corola muito desenvolvido, infelizmente mal preservado, que poderá ter pertencido a uma peça deste tipo, embora não possa excluir-se a sua atribuição a modelos mais tardios igualmente dotados de apêndices deste tipo, como por exemplo os do Tipo Ponte 33a (*idem*: n.149).

O Tipo Ponte 19 não constitui um tipo corrente no universo das fíbulas anulares hispânicas, não contando com paralelos no contexto do Sudoeste Peninsular. Cronologicamente, S. da Ponte atribui a peça deste tipo do OSM a um momento cronologicamente muito antigo, situado entre os finais do século VII e o século VI a.n.e. (*idem*: 212-3), baseando-se nas suas características tecno-morfológicas.

Pessoalmente, a atribuição de uma cronologia tão recuada a estas peças parece-me algo duvidosa, embora a ausência de contextos específicos e de paralelos concretos dificulte avançar com qualquer proposta alternativa; ainda assim, creio que seria mais prudente situar esta peça já nos finais do século VI ou no século V a.n.e., momento no qual começam a difundir-se em larga escala os modelos anulares hispânicos mais antigos.

O **Tipo Ponte 20** (Est. XLIX, nn.598-599) constitui outro grupo tipológico peculiar, tipificado de forma praticamente exclusiva a partir de um exemplar do OSM; as peças deste grupo caracterizam-se por apresentar uma ponte de cinta terminada num descanso largo prolongado por um apêndice cilíndrico, em forma de tamborete, perfurado para passagem do aro.

A peça mais bem preservada, a partir da qual se definiu este tipo (Ponte 2006: n. 82), apresenta o descanso decorado com uma aspa incisada, cujas linhas se encontram bordejadas por pequenos pontos impressos; o apêndice em tamborete apresenta, na sua superfície superior, uma decoração de pequenos orifícios ao longo da sua margem. Esta peça apresenta, tal como a anterior, uma mola bilateral assimétrica, de quinze voltas. O seu diâmetro máximo é de 7cm e a sua altura máxima é de 2,7cm.

O Tipo Ponte 20 encontra-se ainda representado por dois outros exemplares, infelizmente muito mal preservados, mas nos quais se reconhece perfeitamente o característico apêndice em tamborete, num dos casos decorado, tal como o da peça já comentada, com pequenos orifícios na sua superfície superior.

Tal como o Tipo Ponte 19, o grupo tipológico que agora me ocupa não constitui uma ocorrência corrente, podendo porventura considerar-se um desenvolvimento especificamente local; nesse sentido,

o seu correcto enquadramento cronológico não constitui uma tarefa fácil. S. da Ponte considera o seu Tipo 20, como o seu Tipo 19, um modelo muito arcaico, que situa em pleno século VII a.n.e. (*idem*: 212-3). Neste caso aplicam-se as mesmas considerações tecidas para o tipo anterior, não me parecendo de momento sustentável uma datação tão recuada, sendo mais prudente propor para estas peças uma cronologia de finais do século VI ou, mais provavelmente, do V a.n.e..

Finalmente, caberia citar a presença na necrópole de um exemplar englobável no **Tipo Ponte 21** (Est. XLIX, n.600), caracterizado por possuir uma peculiar ponte em grelha composta por cinco arcos (Ponte 2006: 214-8). Não pude localizar esta peça, estudada por S. da Ponte (*ibidem*: n.83), nas reservas do Museu Didáctico do Instituto de Arqueologia de Coimbra; em todo o caso, trata-se de uma peça *sui generis*, dotada de uma mola de arame bilateral desenvolvida, de vinte voltas, e de um aro profusamente decorado por aplicação de um fino fio metálico. O seu diâmetro máximo é de 9,1cm.

As fíbulas deste tipo são raras no território peninsular, documentando-se ainda assim alguns exemplares no território andaluz (*idem*: Fig. 36). Cronologicamente, S. da Ponte situa a peça do OSM em paralelo com as dos seus Tipos 19 e 20 num momento muito antigo, de finais do século VII ou século VI a.n.e.. Pelas razões já aduzidas, parece-me difícil sustentar uma data tão recuada, podendo porventura avançar-se a cronologia desta peça, como a das dos tipos referidos, para, pelo menos, os finais do século VI ou mesmo já para o século V a.n.e..

Aparte deste conjunto de peças passíveis de classificação tipológica, caberia ainda assinalar a presença de um conjunto de pelo menos 33 fragmentos genericamente atribuíveis a fíbulas anulares hispânicas, mas cujo estado de preservação não permite maiores precisões tipológicas e/ou cronológicas (Est. L). As peças mais expressivas dentro deste conjunto correspondem a aros que preservam ainda as respectivas molas, na sua maioria bilaterais de fita, e pouco desenvolvidas (quatro a seis voltas), embora também se documentem molas de arame bastante desenvolvidas (treze voltas).

Finalmente, caberia citar uma peça, n.570, relativamente bem preservada, mas cuja ponte não se conserva, o que impede, uma vez mais, a sua correcta atribuição tipológica; ainda assim, este exemplar merece destaque por possuir uma mola de charneira, característica tecnológica que, como houve já oportunidade de mencionar, se associa aos modelos mais evolucionados dentro do grupo em apreço, o que permitiria situá-la num momento centrado no século IV a.n.e.

Em face dos dados expostos nas páginas anteriores, as fíbulas anulares hispânicas parecem corresponder ao modelo predominante no OSM desde os finais da I Idade do Ferro e ao longo de praticamente toda a II Idade do Ferro. A popularidade deste modelo explica a escassa representatividade de outras tipologias próprias deste período, nomeadamente dos tipos com esquema de La Tène.

Em todo o caso, pude documentar entre os materiais do OSM um conjunto de peças muito incompletas, correspondentes a pontes de dimensões relativamente pequenas, de secção poligonal, dotadas de descansos relativamente longos, que podem putativamente atribuir-se a fíbulas enquadráveis em grupos tipológicos mais avançados (Est. LI, nn.614-621).

Em face do seu mau estado de conservação, a sua adscrição a tipos concretos dentro desse complexo grupo não parece, contudo, tarefa fácil. Mesmo no caso dos exemplares mais bem preservados, como as peças 614, 615 e 616, poderiam pertencer tanto a modelos das séries mais antigas de apêndice caudal, nomeadamente dos **Tipos Ponte 22 a 24** (*idem*: 218-244), como a peças mais evolucionadas, nomeadamente de **Tipo Ponte 32** ou Schüle 4h (*idem*: 271-280).

A esta indefinição tipológica corresponde, naturalmente, uma considerável indefinição cronológica, tornando-se praticamente impossível especificar as balizas cronológicas deste conjunto, que tanto poderá apresentar cronologias relativamente antigas – embora nunca, creio, tão elevadas como as propostas por S. da Ponte (*idem*: 218-244) – situáveis porventura nas fases terminais da II Idade do Ferro da necrópole (séculos IV-III/II a.n.e.), como cronologias mais recentes, já plenamente enquadráveis na fase Republicana do sítio (*idem*: 272-6).

Bastante mais clara é a atribuição da peça 623 (Est. LI) ao citado **Tipo Ponte 32**, correspondente ao Tipo 4h de W. Schüle (1969). O exemplar em apreço apresenta uma ponte peraltada de secção poligonal com molduras caneladas em ambas as extremidades, um descanso de tendência triangular e um característico apêndice caudal moldurado. Este apêndice, que constitui um elemento caracterizador deste tipo, apresenta uma configuração algo peculiar que não se ajusta exactamente a nenhuma

das variantes definidas por J. Miguez (2014: Fig. 3), apresentando uma série de molduras de escassa espessura encimadas por um elemento esferoidal; a haste deste apêndice encontra-se rematada por um pequeno disco.

Como é sabido, as peças do tipo em apreço são muito frequentes no actual território português, tendo-se demonstrado em trabalhos recentes que a sua maior concentração se situa na área do Sudoeste (Miguez 2014: 1312), podendo citar-se, em particular, a inusitada concentração de fíbulas deste tipo na Cabeça de Vaiamonte (Fabião 1998a: vol. II, 13; Est. 68).

Não parece oportuno neste contexto assinalar todos os paralelos possíveis para a peça em análise (cf. Miguez 2014: Fig. 4), podendo no entanto mencionar-se, numa envolvente geográfica mais ou menos próxima, a presença deste tipo de fíbula em Santarém (AA.VV. 2002), em Freiria, Cascais (Cardoso/Encarnação 1999), no povoado de Chibanes, em Palmela (Silva/ Soares 1997; Soares et al. 2019b: Fig. 10), nas Mesas do Castelhinho, em Almodôvar (Miguez 2010: 29-42) e em Odemira (Vilhena 2006).

Do ponto de vista cronológico, a inclusão desta peça no presente estudo é problemática. As cronologias francamente elevadas propostas por W. Schüle e genericamente seguidas por S. da Ponte (2006: 272-6) parecem hoje totalmente descartadas, tendo-se demonstrado o carácter muito tardio deste tipo de fíbulas. Com efeito, a cronologia destas peças foi revista em baixa por investigadores como L. Berrocal-Rangel, que as considera características das etapas finais da Idade do Ferro (séculos IV – II a.n.e.) (Berrocal-Rangel 1992: 137), tendo-se mais recentemente demonstrado a sua mais que provável cronologia republicana (Miguez 2014: 1309-1311).

Apesar da solidez dos argumentos ultimamente evocados para atribuir a difusão deste tipo de fíbula a contextos históricos já de Época Romana, optei por incluir esta peça na presente análise por duas razões. Por um lado, a inclusão desta fíbula prende-se com o seu inegável interesse.

A distribuição geográfica e o enquadramento cronológico e histórico das fíbulas de Tipo 32 têm conhecido um grande interesse por parte da investigação (Ponte 1988; 2006: 271-280; Berrocal-Rangel 1992: 135-7; Fabião 1998a: 109-110; Miguez 2010; 2014), pelo que a inclusão do exemplar do OSM, apesar da sua falta de contexto, constitui, na minha opinião, um contributo de interesse para a investigação em curso.

A segunda razão que me leva a incluir esta peça neste estudo prende-se com o facto de a baliza cronológica inicial deste grupo tipológico não me parecer totalmente esclarecida, não podendo excluir-se por completo, como bem reconhece J. Miguez (2014: 1311), que os primeiros exemplares desta série surjam ainda no final do século III a.n.e., num ambiente pré-romano, o que justificaria, até certo ponto, a inclusão da peça em causa nesta análise.

A expressão desta dúvida metódica não significa contudo que considere, *a priori*, a peça do OSM como pré-romana, parecendo-me por sinal bastante mais provável que esta fíbula pertença já à mal caracterizada fase republicana da necrópole, balizada entre os meados do século II e os finais do I a.n.e. (Gomes/ Alves 2017; Gomes 2017a)

3.2.2.2. Fechos de cinturão (Est. LIII-LV)

Os fechos de cinturão do OSM, não sendo demasiado numerosos, constituem ainda assim um conjunto bastante expressivo. Apesar de numericamente menos representativos que outros elementos, como por exemplo as fíbulas, as peças deste tipo apresentam ainda assim uma assinalável diversidade, repartindo-se por três grandes grupos: os fechos de cinturão de tipo “tartéssico”, os de tipo “céltico” e os de tipo “ibérico”.

Os **fechos de cinturão ditos de tipo “tartéssico”** (Est. LIII, nn.624-627) compõem-se, como é sabido, de uma placa rectangular à qual se fixam travessas, em número variável, que ultrapassam o limite dessa placa, configurando ganchos para fixação ao cinturão e para encaixe na peça fêmea que, sendo similar à peça macho, apresenta contudo uma área reservada não atravessada por travessas e dotada de perfurações para encaixe dos garfos da peça macho. No OSM este tipo de fechos encontra-se representado por quatro exemplares, todos aparentemente correspondentes a peças macho.

Estas peças distribuem-se, de forma mais ou menos clara, pelos Grupos 3 e 4 definidos por E. Cuadrado e M.^a A. de Ascensão (1970), cuja tipologia foi posteriormente retomada por outros investigadores (Cerdeño Serrano 1981; Chaves Tristán/ de la Bandera Romero 1993; Mancebo Dávalos 1996b), embora as peças da necrópole alcacerense apresentem em alguns casos particularidades que dificultam a sua correcta adscrição tipológica.

Assim, a peça 626 parece ser a única a poder integrar-se de forma segura no Grupo 3, caracterizado pela presença de barras de reforço nos limites laterais da placa que compõe o corpo principal da peça. O exemplar em apreço, dotado de três garfos de corpo único fixados à placa principal por soldagem, preserva com efeito essas barras de reforço, o que permite integrá-lo com segurança no referido grupo.

As peças 624 e 625, em contrapartida, colocam maiores dúvidas, na medida em que nenhuma das duas conserva quaisquer barras laterais de reforço, não sendo claro se essa ausência se deve ao seu deficiente estado de conservação ou corresponde à sua configuração original; o facto de ambas apresentarem três garfos afasta-as, contudo, do Grupo 2, caracterizado pela presença de uma ou duas travessas, aproximando-as preferencialmente do já citado Grupo 3. Estas peças, que parecem ter formado um conjunto, provindo ambas da Sepultura 12 escavada por Vergílio Correia, apresentam certas particularidades que caberia ressaltar.

Por um lado, a peça 624 foi executada em ferro, o que a diferencia das restantes peças de bronze. As suas travessas, por outro lado, não atravessam completamente a placa como nos exemplares mais canónicos; a solução encontrada para formar os garfos de fixação ao cinturão e à peça fêmea passou, neste caso, pela aplicação mediante rebitagem de seis travessas implantadas de forma desencontrada, três atravessando a metade inferior da peça e superando o seu limite proximal enquanto que as três restantes atravessam a metade superior, ultrapassando o seu rebordo distal e formando o sistema de fecho propriamente dito. A peça resultante apresenta assim um aspecto tosco e algo desequilibrado, afastando-se da configuração dos exemplares mais delicados do mesmo tipo, de que a anteriormente citada peça 626 é um bom exemplo.

Quanto ao fecho 625, as três travessas que se fixaram à sua placa não a atravessam completamente, o que, somado à sua associação contextual à peça anterior, poderia levar a pensar que se trata do elemento fêmea correspondente àquela. Não obstante, a área reservada da placa desta peça não apresenta quaisquer indícios de perfuração, contando, pelo contrário, com pelo menos três rebites que bem poderão ter-se destinado à fixação ao cinturão propriamente dito. Alternativamente, estes rebites poderão ter servido para fixar esta peça a uma placa de ampliação, ela sim perfurada, mas que não se conservou. Na impossibilidade de demonstrar a existência desse elemento, esta peça deve considerar-se provisoriamente como um elemento macho de um fecho, evidenciando possivelmente a presença de dois cinturões na citada Sepultura 12.

Os fechos de cinturão do Grupo 3 foram enquadrados por E. Cuadrado e M.^a A. Ascensão (1970: 513) e por M.^a L. Cerdeño Serrano (1981: 54) no século VI a.n.e., cronologia posteriormente revista por J. Mancebo Dávalos (1996b: 66) e por F. Chaves Tristán e M.^a L. de la Bandera Romero (1993: 154), que propõem uma cronologia para este grupo centrada entre os finais do século VII e os meados do VI a.n.e.. Na necrópole de Medellín, com efeito, as peças do tipo que aqui me ocupa, que se recolhem no Tipo A3 (López Ambite 2008: 516), enquadram-se preferencialmente na segunda metade do século VII a.n.e., embora algumas possam provir de contextos mais tardios, da segunda metade do século VI e mesmo de inícios do V a.n.e.. M. Torres Ortiz, por outro lado, assinala a possibilidade de que o uso deste tipo de fecho se possa ter iniciado em datas mais recuadas, do final do século VIII ou do VII a.n.e. (Torres Ortiz 2002: 208).

Os fechos de cinturão “tartéssicos” do Grupo 3 são relativamente frequentes no actual território português, estando particularmente bem documentados nas necrópoles da área de Beja, tendo-se exumado peças deste tipo na Vinha das Calças 4 (Arruda *et al.* 2017c; 2017d), em Palhais (Santos *et al.* 2009; 2017: Fig. 10), no Poço da Gontinha 1 (Figueiredo 2014; Figueiredo/ Mataloto 2017: Fig. 4) e no Poço Novo 1 (Figueiredo/ Mataloto 2017: Fig. 8), todas *grossa modo* enquadráveis no século VI a.n.e.; a estas peças pode ainda somar-se um exemplar da necrópole de Torre de Palma (Langley *et al.* 2007), possivelmente enquadrável nessa mesma cronologia.

Fora do actual território português, e sem pretensões de exaustividade, podem citar-se, além das já mencionadas peças de Medellín (López Ambite 2008: 516), exemplares de La Joya (Garrido 1970) e do Túmulo F da necrópole de Setefilla (Cuadrado/ Ascensão 1970). Parece-me importante salientar que as peças deste tipo, sendo relativamente minoritárias nos contextos do Baixo Guadalquivir (Mancebo Dávalos 1996b: 66), constituem não obstante o grupo proporcionalmente mais representativo no conjunto dos fechos de cinturão “tartéssicos” do Sul do actual território português, o que poderia sugerir um desenvolvimento regional paralelo mas ligeiramente diferenciado deste tipo de fechos.

O quarto exemplar de fecho “tartéssico” exumado no OSM, representado pela peça 627, pode enquadrar-se, por seu turno, no Grupo 4 de E. Cuadrado e M.^a A. Ascensão (1970) e de M.^a L. Cerdeño Serrano (1981). Esta peça, formalmente muito similar à 626 antes comentada, diferencia-se daquela na medida em que os reforços laterais da placa se obtiveram, neste caso, por enrolamento da própria lâmina que a compõe, que forma assim um reforço tubular oco, característica própria dos exemplares do Grupo 4. A ausência de decoração permite além disso enquadrar esta peça na variante a) do citado grupo. O exemplar do OSM apresenta, de resto, e tal como os anteriormente comentados, três garfos, formados por travessas de corpo único que atravessam transversalmente a placa.

Os fechos de cinturão da variante 4a foram tradicionalmente datados do século VI a.n.e. (Cuadrado/ Ascensão 1970: 513; Cerdeño Serrano 1981: 54; Chaves Tristán/ de la Bandera Romero 1993: 154-5), embora mais recentemente se tenha reivindicado uma cronologia mais antiga para o início deste grupo, ainda na segunda metade do século VII a.n.e. (Torres Ortiz 2002: 209; cf. tb. Mancebo Dávalos 1996b: 66), hipótese apoiada sobretudo nos dados da necrópole de Medellín, onde as peças do tipo em apreço, englobadas no Tipo A4A, parecem enquadrar-se preferencialmente na segunda metade daquela centúria, prolongando-se até aos inícios da seguinte (López Ambite 2008: 516).

Os fechos de cinturão “tartéssicos” do Tipo 4 são raros nos inventários dos sítios da Idade do Ferro do Sul de Portugal, estando unicamente documentados na necrópole do Poço Novo 1 (Figueiredo/ Mataloto 2017: Fig. 8). Em contrapartida este tipo de fecho é muito frequente na área da Baixa Andaluzia, podendo citar-se a título de exemplo peças da necrópole de El Acebuchal (Cerdeño Serrano 1981: 34-5), da de La Angorrilla, onde corresponde ao tipo mais abundante, atestando-se em contextos de finais do século VII e já do VI a.n.e. (Ferrer Albelda/ de la Bandera Romero 2014a), ou da de Cástulo (*idem*: 48), a que se somam muitos outros exemplares resenhados por J. Mancebo Dávalos (1996b: 62-5) e por F. Chaves Tristán e M.^a L. de la Bandera Romero (1993: Cuadro I), sem esquecer, já na Extremadura, os já citados exemplares da necrópole de Medellín (López Ambite 2008: 516).

Os fechos de cinturão de tipo “tartéssico” do OSM formam assim um conjunto relativamente homogéneo, enquadrável no horizonte da Idade do Ferro da necrópole, distribuindo-se por um arco temporal que pode estender-se desde os meados do século VII aos meados ou finais do VI a.n.e., apresentando contudo certas peculiaridades que parecem próprias dos ambientes do território português, como o predomínio das peças do Grupo 3 ou assimiláveis sobre as do Grupo 4, tendência inversa ao que se verifica, por exemplo, na Baixa Andaluzia.

Um segundo grupo de **fechos de cinturão**, por sinal o mais numeroso da necrópole, engloba as peças de placa romboidal, **de tipo dito “céltico”** (Ests. LIII-LIV). Os protótipos destes fechos, que em trabalhos relativamente recentes se relacionaram com o âmbito grego (Jiménez Ávila 2003), parecem hoje poder situar-se no Noroeste do Mediterrâneo, em particular na área do Golfo de Leão (Graells/ Lorrio 2017: 145).

Este grupo caracteriza-se por uma considerável diversidade interna, englobando dois grandes subgrupos: as peças dotadas de chanfraduras laterais abertas e as peças com chanfraduras fechadas. O primeiro destes subgrupos, ligeiramente mais antigo, encontra-se representado por dois exemplares, as peças 628 e 629, correspondentes aos Tipos CV1a e CV1b/CV2 de M.^a L. Cerdeño Serrano (1978: 284-5), respectivamente, ou ainda aos Tipos B2C1 e B2C de A. Lorrio (1997: Fig. 89). Seguindo o mais recente sistema de notação desenvolvido por R. Graells e A. Lorrio (2017: 34), estas peças podem classificar-se nos seus tipos 1.2.1a.2.1.1.4a/5.B e 1.2.1b.2.1.2.4a/5.B?, respectivamente.

A peça 628, que se conserva completa, oferece mais garantias quanto à sua adscrição tipológica, apresentando chanfraduras laterais abertas com tendência a fechar-se e um único garfo, ao passo que não se verifica nenhuma aplicação assinalando o remate das aletas que configuram essa chanfradura.

Esta peça apresenta uma decoração de círculos excisos, tendo-se ainda aplicado uma semiesfera decorativa na parte central da placa romboidal.

Esta peça foi exumada por A. Cavaleiro Paixão na sua primeira campanha de escavação na necrópole, na sepultura que designou como G10, a qual continha igualmente um conjunto de elementos internos de rodas seguramente pertencentes a um carro (Paixão 1970: Figs. 44-6) e uma série de elementos metálicos pertencentes a uma ou mais peças de mobiliário. M.^a L. Cerdeño Serrano (1978) data os exemplares do seu tipo CV1a da segunda metade do século VI e dos inícios do século V a.n.e., cronologia que os restantes elementos de espólio não desmentem.

Em contrapartida a peça 629 encontra-se muito incompleta, mas aprecia-se ainda assim que as suas chanfraduras se apresentariam igualmente abertas, assinalando-se os remates das aletas neste caso por semiesferas aplicadas, uma das quais ainda preservada. Infelizmente, o estado de conservação deficiente da peça impede de precisar o número de garfos que apresentaria, ainda que pareça provável que contasse apenas com um, o que o englobaria no mesmo tipo da peça anterior, ainda que numa variante distinta (CV1b). Outra similitude entre esta peça e a anterior diz respeito à gramática decorativa, na medida em que também este segundo fecho apresenta uma decoração de círculos excisos e uma semiesfera aplicada na sua porção central.

O segundo grupo conta com um conjunto mais nutrido de exemplares, encontrando-se representado por pelo menos sete peças correspondentes a elementos macho de fechos deste tipo. Caberia, no entanto, ressaltar que em pelo menos quatro desses sete casos o mau estado de conservação das peças dificulta o seu enquadramento tipológico, devendo a sua restituição como peças com chanfraduras fechadas ser tomada com certas reservas.

Um primeiro exemplar, a peça 636, infelizmente mal conservada e muito incompleta, constitui talvez o caso mais problemático. Se se pode afirmar que este exemplar apresentaria três garfos e não contaria com nenhuma decoração, a sua restituição formal revela-se não obstante uma tarefa complexa. Ainda assim, julgo que deverá enquadrar-se no Tipo DII2 de M.^a L. Cerdeño Serrano (1978: 283) ou ainda no Tipo B3A3 de A. Lorrio (1997: 217), cronologicamente enquadrável entre os meados do século VI e os meados do V a.n.e. (Cerdeño Serrano 1978: 283). O seu mau estado de preservação não permite classificá-lo correctamente utilizando o sistema de notação de R. Graells e A. Lorrio (2017).

Outros cinco exemplares (630, 631, 633, 634 e 635), em contrapartida, enquadram-se sem dificuldade nos Tipos DIII3 de M.^a L. Cerdeño Serrano (*ibidem*) ou B3B3 de A. Lorrio (1997: 217), que englobam peças com escotaduras fechadas, decoração incisa e dotadas de três garfos⁹; a sétima peça, n.632, por seu turno, pertencerá quase seguramente a este mesmo grupo, ainda que devido ao seu mau estado de conservação não se possa precisar o número de garfos com que contaria, pelo que pode apenas adscrever-se, de forma mais genérica, aos Tipos DIII e B3B (Tipo 3??.2.1.1.??.2/3a de R. Graells e A. Lorrio, 2017: 34).

Apesar desta relativa homogeneidade ao nível dos aspectos morfológicos gerais, este conjunto de peças apresenta uma certa variabilidade que caberia assinalar. Estão presentes, por um lado, peças relativamente simples, cujas chanfraduras se encontram fechadas por hastes laterais simples ou com um único alargamento discóidal decoradas com círculos excisos (por exemplo, peças nn.632 e 634), enquanto outras peças apresentam uma considerável complexidade formal, com hastes laterais dotadas de dois alargamentos discóidais (peças 630, 635 e possivelmente 631 e 633) e, num caso, (peça 635), de apêndices transversais partindo da placa central.

Estas peças apresentam, em todos os casos, decoração, predominando os motivos incisos ou cinzelados formando pseudo-cordões ao longo das margens (nn. 631, 633 e 635). Num único caso (n.630) documenta-se ainda uma decoração de grânulos enquadados por linhas em relevo, resultantes de uma produção a molde. Ainda do ponto de vista decorativo, caberia assinalar o caso da peça 631 em que as cabeças hemisféricas dos rebites que fixavam o fecho ao cinturão se encontravam revestidas por uma fina lâmina de prata, ainda parcialmente conservada.

9. De acordo com o sistema de notação de R. Graells e A. Lorrio (2017: 34), estas cinco peças podem classificar-se da seguinte forma: 629 – Tipo 3.3.2.1.1.3.2/3a.B; 630 – 3?.3?.2.1.1.??.2/3a; 632 – 3.3.2?.??.2/3a.B; 633 – 3.3.2.1.1.3.2/4b.B; 634 – 3.3.2.1.1.3.2/3a.B.

As peças do Tipo DIII3 ou B3B3 foram originalmente enquadradas, do ponto de vista cronológico, num intervalo situado entre o final do século VI e os finais do século V a.n.e. (Cerdeño Serrano 1978: 283); esta cronologia foi posteriormente objecto de uma ligeira revisão, considerando-se que o início do uso deste tipo de fechos remontaria a meados do século VI a.n.e. (Torres Ortiz 2002: 212-3), facto comprovado pelos dados da necrópole de Medellín, onde as peças desta morfologia, recolhidas no Tipo B2 (López Ambite 2008: 521-3), se distribuem entre os meados do século VI e os meados do V a.n.e..

Os fechos de cinturão do tipo que aqui me ocupa parecem ser raros, se não mesmo desconhecidos, na área da Baixa Andaluzia (Torres Ortiz 2002: 214), documentando-se em contrapartida na Alta Andaluzia, nomeadamente em Cástulo (Blázquez 1975: 120-1 e 195-6), no Sudeste, nomeadamente na necrópole de Les Casetes, em Alicante (García Gandía 2009: Fig. 133), bem como já na Meseta Sul (Blázquez Pérez 1990: 192), e, por outro lado, na Extremadura, na já citada necrópole de Medellín (López Ambite 2008: 521-3), entre outros sítios (Torres Ortiz 2002: 214), sendo por outro lado muito abundantes nos contextos celtibéricos do interior peninsular (Lorrio 1997: 216).

No actual território português, por seu turno, conhecem-se peças deste tipo sobretudo no Alentejo Central, podendo citar-se neste contexto as peças da necrópole de Torre de Palma (Langley/ Mataloto/ Boaventura 2008: Fig. 5) e da necrópole do Monte da Têra (Mataloto 2010-1: Fig. 8).

Finalmente, caberia assinalar a presença entre o espólio do OSM de um fragmento muito deformado de um fecho de cinturão do tipo que venho discutindo, cuja tipologia não foi possível aferir devido ao seu deficiente estado de conservação.

Ainda a propósito dos fechos de cinturão de tipo “céltico”, caberia assinalar a presença de um conjunto de nove peças fêmea, correspondentes a aros dobrados serpenteantes formando meandros nos quais encaixariam os garfos das peças macho, e englobáveis portanto no Tipo EI de M.^a L. Cerdeño Serrano (1978: 283). Destas nove peças, apenas três (nn. 637, 638 e 642) aparentam ter sido exumadas em associação directa com peças macho, associando-se as duas primeiras à peça 627 na Sepultura G10, escavada por A. Cavaleiro Paixão, e a terceira à 628, tendo ambas sido exumadas na Sepultura 101, escavada por Vergílio Correia.

O conjunto de fechos de cinturão de tipo “céltico” do OSM oferece um panorama interessante, havendo a destacar a ausência dos fechos de tipo “Acebuchal”, tão comuns na área da Baixa Andaluzia (Torres Ortiz 2002: 212-4) e nos contextos sidéricos do interior baixo-alentejano (cf. Arruda *et al.* 2017c; 2017d). Os tipos efectivamente representados, por seu turno, são relativamente raros no território português, sugerindo relações com áreas como o Alentejo Central, o Guadiana Médio e a Meseta Norte, por um lado, e o Sudeste e a Meseta Sul, por outro.

Finalmente, os **fechos de cinturão de tipo dito “ibérico”** (Est. LV) encontram-se representados no OSM por quatro peças individuais, duas das quais formarão porventura parte de um único fecho. Três delas foram exumadas por V. Correia na sua Sepultura 9, tendo rapidamente sido publicadas por este investigador (Correia 1972 [1925b]); a quarta, depositada no Museu Didáctico do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, deverá também ter sido recolhida por este investigador numa campanha posterior, o que explicaria a sua ausência na nota citada.

Como é sabido, os fechos de cinturão de tipo “ibérico” – cuja designação decorre do facto de os achados de peças deste tipo se concentrarem fundamentalmente na área Ibérica do Levante e do Sudeste, e em particular na Alta Andaluzia (Cabré 1937), embora sejam também frequentes na área da Meseta Norte (Lorrio 1997: 219; cf. Graells/ Lorrio/ Camacho 2018: 35-81) – correspondem basicamente a placas, na maior parte dos casos profusamente decoradas, apresentando a peça macho um garfo para fixação nos encaixes recortados na peça fêmea, geralmente de configuração rectangular.

As peças da Sepultura 9, que formam um par – a peça 647 corresponde ao elemento activo, infelizmente muito deteriorado, e a peça 645, completa e bem preservada, ao elemento passivo – enquadram-se tipologicamente no Tipo C1B1 de A. Lorrio (1997: 217) e apresentariam, como é característico neste tipo, decoração tauxiada a prata, que contudo é praticamente imperceptível no seu estado actual de conservação.

Os motivos decorativos incisos que enquadrariam as decorações damasquinadas são, contudo, perfeitamente legíveis, e permitem enquadrar estas peças na Série 4^a de J. Cabré (1937: 10-3), caracterizada pela presença de motivos fitomórficos em forma de “SS” enquadrados por linhas de óvulos na

peça macho, prolongando-se os referidos motivos fitomórficos na peça fêmea. Essa peça apresenta ainda bandas de decoração nos espaços reservados entre os encaixes recortados: no registo inferior, essa banda assume uma composição metopada de aspas, enquanto que no registo superior se gravou uma série de motivos de tipo “escama de pinha”.

A terceira placa exumada nesta mesma sepultura, correspondente à peça fêmea de um fecho do tipo em apreço, pode adscriver-se tentativamente aos tipos C2A1 ou C3C1 de A. Lorrio (1997: 217). Apresenta uma decoração tauxiada de prata bastante mais bem preservada, similar à da peça fêmea antes comentada, sendo contudo distintos os motivos que decoram as barras entre os recortes, representando neste caso o registo inferior um motivo de ondas encrespadas, de clara inspiração grega, e figurando no registo superior um elemento fitomórfico formado por palmetas tangentes e divergentes; esta decoração enquadra-se na Série 5ª de J. Cabré (1937: 14), justamente caracterizada pelo recurso ao motivo das ondas encrespadas nas orlas e como elemento delimitador.

Finalmente, a quarta placa atribuível a um fecho de cinturão do tipo que venho analisando, cujas condições de achado se desconhecem, pode adscriver-se, também ela, ao Tipo C2A1 ou C3C1 de A. Lorrio (1997: 217), embora com certas reservas, devidas sobretudo ao seu mau estado de conservação, correspondendo ao que tudo indica a uma peça macho. Esta peça, cuja decoração tauxiada a prata se encontra muito deteriorada mas é ainda legível, apresenta um motivo decorativo *sui generis*: repete-se aqui a banda inferior de ondas encrespadas, com a particularidade de uma dessas ondas apresentar um grande desenvolvimento em altura, substituindo, na única lateral que se conserva, os motivos fitomórficos em “SS” que caracterizavam os exemplares anteriores. A área central, por seu turno, encontrar-se-ia decorada com um motivo de “SS” estilizados enquadrado lateralmente por requadros preenchidos com volutas; o mau estado de preservação das peças impede, contudo, a apreciação exacta da gramática decorativa deste exemplar.

Graças às indicações transmitidas por V. Correia a propósito dos exemplares exumados na sua Sepultura 9 o contexto específico destes fechos de cinturão de tipo “ibérico” pode ser precisado com bastante segurança: as três peças publicadas pelo Professor de Coimbra provêm, com efeito, de uma sepultura de incineração em urna acompanhada por dois *kraters* gregos, bem como por um avultado conjunto de armas (Correia 1972 [1925a]: 192). Os fechos de cinturão em apreço, que surgem na área Ibérica e Celtibérica em contextos dos séculos V e IV a.n.e., principalmente (Cabré 1937; Soria Combadiera/ García Martínez 1996: 44 e ss.; Lorrio 1997: 219), devem portanto ter-se depositado no OSM durante a primeira metade do século IV a.n.e., de acordo com a cronologia dos *kraters* gregos já comentados (Rouillard et al. 1988-9).

A presença destas peças no Extremo Ocidente Peninsular, que pode *a priori* parecer algo surpreendente, deve porventura explicar-se à luz da corrente comercial por via da qual chegaram à finis-terra atlântica os próprios vasos gregos, corrente na qual o Sudeste Ibérico poderá ter tido uma participação activa, que explicaria uma série de elementos de aspecto iberizante presentes na necrópole, alguns dos quais houve já ensejo de comentar.

553

554

555

556

557

558

559

Estampa XLIII – Fíbulas de tipologia arcaica (Ponte 1b, 4, 5, 3b e 9a).

Estampa XLIV – Fíbulas anulares hispânicas (Ponte 13a).

Estampa XLV – Fíbulas anulares hispânicas (Ponte 13c e 13d).

Estampa XLVI – Fíbulas anulares hispânicas (Ponte 13d e 13, variante indeterminada).

Estampa XLVII – Fíbulas anulares hispânicas (Ponte 14).

589

590

591

592

593

594

595

Estampa XLVIII – Fíbulas anulares hispânicas (Ponte 15 e 17) (nn. 589 e 594 segundo Ponte 2006)

Estampa XLIX – Fíbulas anulares hispânicas (Ponte 18, 19, 20 e 21) (n. 596 segundo Ponte 2006).

Estampa L – Fíbulas anulares hispânicas (Tipos indeterminados).

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

Estampa LI – Fíbulas tardias (Tipos indeterminados - Ponte 22-24 - e Ponte 32).

Estampa LII – Fíbula (Tipos Indeterminados).

Estampa LIII – Fechos de cinturão de tipo "tartéssico" e "céltico".

Estampa LIV – Fechos de cinturão de tipo “céltico” e elementos fêmea de fechos do mesmo tipo.

645

646

647

648

Estampa LV – Fechos de cinturão de tipo "ibérico".

3.2.3. Elementos de adorno e cosmética

3.2.3.1. Joalheria (Est. LVI)

De forma algo surpreendente, os elementos de adorno realizados em metais preciosos são proporcionalmente muito pouco frequentes nos espólios funerários do OSM, reduzindo-se na prática a um conjunto de oito brincos de ouro do tipo comumente designado como *nazm* e a dois anéis de prata com estojo para engaste.

Os brincos de tipo *nazm* caracterizam-se pela sua relativa simplicidade formal, compondo-se de um fino arame de ouro, mais espesso na porção média e mais estirado nas extremidades, a partir do qual se configurou um pequeno aro circular - entre 1,6 e 2,6cm de diâmetro no caso das peças do OSM -, tendo-se por sua vez enrolado as extremidades em torno do próprio aro, formando pequenas espirais de duas, três ou quatro voltas, correspondentes ao mecanismo de fecho (Est. LV, nn.650-657).

Três dos exemplares do OSM provêm de uma única sepultura – a Sepultura 54 – em associação a uma possível fíbula anular hispânica, de tipo impossível de precisar, e a uma pequena pinça; um quarto exemplar provém da Sepultura 94, ao passo que as quatro peças restantes não contam com indicação de proveniência.

Este tipo de peça, enquadrável no Tipo D1 de B. Quillard (1987: 146-8) ou no Grupo 8, variante A de A. Perea (1991: 295), é relativamente comum, estando documentado noutros sítios do Sul do actual território português, nomeadamente na necrópole do Galeado, onde se recolheu uma peça de prata (Beirão/ Gomes 1983: Fig. 14, n.3), na do Cerro do Ouro, em Ourique (Beirão 1986: 49-50) e ainda na da Vinha das Calças 4, em Beja (Arruda et al. 2017c; 2017d).

Este tipo de adorno conta de resto com paralelos em Cádiz (Almagro-Gorbea 1986: nn.7-8, 15), em La Angorrilla, em contextos de finais do século VII ou inícios do VI a.n.e. (de la Bandera Romero/ Ferrer Albelda 2014: Fig. 9), e em Medellín, em contextos do final do século VI e de inícios do V a.n.e. (Almagro-Gorbea 2008a: 371-3), a que se podem somar outros exemplos da necrópole de Villaricos (Almagro-Gorbea 1986: nn.107 e ss.; Almagro-Gorbea/ Lorrio 2015: 77-78) e de Ibiza, onde estas peças são particularmente abundantes (*idem*: nn.192 e ss.), bem como do mundo Ibérico (Nicolini 1991; Pingel 1992).

Considerados estes paralelos, os exemplares de Alcácer do Sal poderão situar-se cronologicamente num intervalo situado entre os meados ou finais do século VII e os inícios do V a.n.e., embora a putativa associação de parte deste conjunto com uma fíbula anular hispânica possa sugerir uma cronologia relativamente avançada dentro do referido intervalo.

Quanto aos anéis, o único exemplar bem conservado (Est. LVI, n.649) foi realizado em prata, compondo-se de um aro maciço em forma de crescente, mais espesso na porção média e mais delgado nas extremidades, rematado por dois elementos discóides nos quais se encaixa um estojo giratório, igualmente de prata, de configuração oval, com um rebordo espessado na faceta que corresponderia ao reverso do engaste; este elemento não apresenta qualquer tipo de decoração.

Esta peça apresenta uma morfologia algo peculiar – o aro é muito espesso, conferindo-lhe um aspecto mais pesado do que a da maioria das peças do mesmo tipo, contando não obstante com paralelos em ambiente fenício, nomeadamente em Almuñécar (cf. Nicolini 1991: Pl. 77, c) e em Puente de Noy (Molina Fajardo/ Ruiz Fernández/ Huertas Jiménez 1982: Fig. 80) – mas pode, ainda assim, aproximar-se de uma série de anéis dotados de estojos rotativos documentados em contextos do Sul do actual território nacional, incluindo uma peça da necrópole da Mealha Nova, em Ourique, cujo estojo continha ainda o respectivo engaste, neste caso um escaravelho de tipo egípcio (Dias/ Beirão/ Coelho 1970: 200), uma outra da Herdade do Gaio, que preserva igualmente o respectivo escaravelho (Costa 1967; 1972), um conjunto de peças da Vinha das Calças 4 (Arruda et al. 2017c) ou ainda um exemplar recentemente publicado da necrópole da Têra (Mataloto 2010-1: 87 e Fig. 8).

Quanto ao engaste contido no estojo desta peça, não pode precisar-se a sua tipologia, ainda que pareça interessante assinalar que o anel em apreço surgiu associado ao escaravelho com inscrição de Psamético I exumado e publicado por V. Correia (1972 [1925]: 196); esta peça não parece, contudo, ter correspondido ao elemento engastado no anel em apreço, visto ter possuído, ao que parece, um estojo próprio.

Ainda neste apartado dedicado à joalharia do OSM, podem aqui tecer-se algumas considerações sobre este segundo estojo, que segundo indicações do Professor de Coimbra seria igualmente de prata (*ibidem*). Aquando da primeira publicação do escaravelho em questão, esta peça apresentava-se solta, tal como se preserva ainda hoje no Museu Didáctico do Instituto de Arqueologia de Coimbra; não obstante, I. Gamer-Wallert, tanto individualmente (Gamer-Wallert 1978: 104 e Lám. 28, a-b) como em colaboração com A. Cavaleiro Paixão (Gamer-Wallert/ Paixão 1983), ilustra enquadrado por um sistema de engaste, que não se detecta nas fotografias publicadas pelo Professor de Coimbra.

Em trabalho recente, M. Almagro-Gorbea e M. Torres Ortiz (2009b: 528-530) recolhem-no tal como se encontra publicado nos estudos citados da investigadora alemã, resenhando, por outro lado, e por separado, o anel acima analisado (*idem*: 534), como putativo vestígio de um escaravelho não conservado. A análise directa do referido escaravelho permitiu-me contudo confirmar que o mesmo não conserva qualquer sistema de engaste ou suspensão, apresentando-se actualmente tal como surgia nas fotos publicadas por V. Correia (1972 [1925c]) – isolado – pelo que não se pode acrescentar nenhuma consideração adicional sobre o seu putativo estojo.

Em todo o caso, a associação contextual do anel antes comentado a este escaravelho permite situá-lo, do ponto de vista cronológico, entre as últimas décadas do século VII e a primeira metade do VI a.n.e. (cf. Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2009b: 529).

Finalmente, caberia assinalar a presença entre os materiais das últimas campanhas de escavação realizadas por A. Cavaleiro Paixão na necrópole, actualmente em depósito nas instalações da Direcção Regional de Cultura do Alentejo de Alcácer do Sal, de um anel muito deteriorado, de que se conserva contudo parte do aro e um estojo fixo para engaste de configuração oval, sobre o qual contudo pouco ou nada se pode acrescentar devido ao seu mau estado de preservação.

3.2.3.2. Braceletes de tipo “xorca” (Ests. LVII-LVIII)

Os braceletes de tipo xorca – ou “*ajorca*”, na terminologia castelhana –, compostos por um aro de configuração e secção circular ao qual se fixa um número variável de pendentes do tipo conhecido como “*sanguessugas*”, parecem ter constituído um elemento de adorno particularmente popular entre a comunidade que depôs os seus mortos no OSM. Entre o espólio exumado nesta necrópole pude, com efeito, documentar os vestígios de 30 possíveis braceletes deste tipo, valor este que, dado o mau – e, em muitos casos, péssimo – estado de conservação destas peças, deve considerar-se como um número máximo, mais do que como um número mínimo, e menos ainda exacto.

Com efeito, dentro deste conjunto, apenas três apresentam um estado de conservação bom ou mesmo muito bom, permitindo uma análise minimamente válida; em outros dez casos conservam-se apenas fragmentos de aro associados a sanguessugas, mais ou menos bem conservadas, o que permite sem dúvida interpretar estes conjuntos como restos de xorcas.

Em 15 casos, contudo, a putativa presença de xorcas depreende-se tão-somente da presença de sanguessugas, em algumas instâncias formando conjuntos relativamente expressivos, mas que surgem também pontualmente isoladas, o que levanta problemas de interpretação, podendo nomeadamente pensar-se noutras utilizações deste tipo de pendentes, não necessariamente formando parte de uma xorca; ainda assim, e à falta de evidências concretas, optei por considerá-los como restos de xorcas quase totalmente desarticuladas e desaparecidas.

Finalmente, em apenas dois casos pude documentar a presença de fragmentos de aros sem sanguessugas associadas, o que, levantando novamente problemas de identificação, poderia ainda assim confortar a hipótese de que as sanguessugas soltas e isoladas tenham originalmente formado parte de conjuntos mais complexos.

Os três exemplares conservados de forma mais ou menos integral permitem tecer algumas considerações sobre a configuração geral das xorcas do OSM. Os aros destes exemplares apresentam diâmetros sensivelmente homogéneos, entre os 11 e os 12cm, apresentando configurações circulares, ocas em dois casos (nn.659 e 678) e maciça no terceiro (658). Esta última modalidade – aro maciço – encontra-se escassamente representada nas restantes peças em que se conserva parte deste elemento,

verificando-se unicamente numa outra peça – n.673 –, predominando largamente os aros ocos, de que se documentam onze outros exemplares.

Destes três exemplares mais ou menos bem preservados, o único que se pode considerar seguramente completo – 659 – conta com um total de doze pendentes de tipo sanguessuga; a peça 658, que também parece razoavelmente completa, conserva ainda onze pendentes, ao passo que a xorca 678 conserva seis sanguessugas ainda fixadas ao aro principal, a que se somam três outras, actualmente soltas, cujo sistema de suspensão não se conserva.

Ainda do ponto de vista do número total de pendentes, caberia assinalar que entre as putativas xorcas menos bem preservadas se documentam, em alguns casos, conjuntos que deverão ter pertencido a um único bracelete, e que somam doze sanguessugas (n.669), nove sanguessugas (nn.670, 679 e 685), sete sanguessugas (nn.660 e 667) e seis sanguessugas (nn.661-6 e 671), não podendo assegurar-se que estes agrupamentos correspondam a conjuntos completos; outros agrupamentos menores, de quatro e três sanguessugas, oferecem ainda menos garantias, parecendo *a priori* corresponder a conjuntos muito fragmentários.

Passando agora à consideração da tipologia das sanguessugas documentadas no OSM, estes elementos podem dividir-se em três grandes grupos, que designarei aqui como Tipos A, B e C:

- TIPO A – corresponde a sanguessugas de morfologia simples, as mais correntes nas peças deste tipo, de secção circular maciça, porção média espessa e extremos estirados, por vezes de secção rectangular; o comprimento máximo oscila entre os 2,1 e os 3,4cm, e a sua largura máxima varia entre os 1,9 e os 3,2cm.
- TIPO B – corresponde a sanguessugas de morfologia mais elaborada, ocas, de secção longitudinal em “U” e secção transversal de tendência geométrica; o comprimento máximo destas peças varia entre os 3,3 e os 4cm, oscilando a sua largura entre os 2,7 e os 3,2cm.
- TIPO C – engloba sanguessugas de aspecto delicado, formadas por dobragem de um aro de escassa espessura, ligeiramente engrossadas na secção média; ao contrário dos tipos anteriores, as extremidades das peças deste grupo mantêm a secção circular do resto do corpo, dobrando-se de forma algo tosca para fixação ao aro; as peças deste tipo apresentam uma considerável variabilidade de dimensões, documentando-se uma variante de maior envergadura – c. 4x2,7cm – e outra de pequeníssimas dimensões – c.2,1x0,9cm.

A debilidade das coordenadas contextuais das xorcas do OSM dificulta a aferição concreta do eventual significado cronológico desta diversidade tipológica. Com efeito, a única peça com um contexto bem conhecido é a xorca 658, pertencente à Sepultura 22/80, escavada e publicada por A. Cavaleiro Paixão (1983), que pode datar-se, de acordo com o material ali exumado, entre a segunda metade do século VII e os inícios do VI a.n.e., o que atesta a antiguidade dos aros de secção maciça e das sanguessugas do Tipo A.

Quanto às sanguessugas do Tipo B, pode tomar-se como guia o conjunto n.679, exumado na Sepultura 98 em associação com um fecho de cinturão de tipo “céltico”, já comentado (n.633), do tipo DIII3 de M.^a L. Cerdeño Serrano (1978), com uma cronologia provável entre os meados do século VI e os meados do V a.n.e., e com a lucerna coríntia, bem datada do início do século V a.n.e. (cf. *supra*), o que sugere, ainda que muito vagamente, a possível posterioridade das sanguessugas deste tipo, formalmente e tecnicamente mais elaboradas, com respeito à variante anterior, mais simples.

Finalmente, quanto às sanguessugas de Tipo C, pode aqui mencionar-se o conjunto n.685, exumado na Sepultura 10, associado a um expressivo conjunto de lanças longas acompanhadas dos respectivos contos, pelo menos uma das quais comparável, tipologicamente, às peças da já referenciada Sepultura 22/80, o que poderia advogar em favor da antiguidade desta sepultura e, concomitantemente, da xorca nela contida.

De um modo geral, os braceletes de tipo xorca são bastante comuns na Idade do Ferro, apresentando uma dispersão geográfica vasta, mas particularmente concentrada na vertente atlântica peninsular (Schüle 1969: 214-5; Gomes/ Domingos 1983; Abásolo/ Ruiz Vélez/ Rodríguez 2003-4:136). Estas peças parecem documentar-se sobretudo em contextos datáveis dos séculos VI e V a.n.e. (Piñel 1971), podendo em alguns casos, ao que parece, perdurar ainda no século IV a.n.e. (Abásolo/ Ruiz Vélez/

Rodríguez 2003-4:136); a sua continuidade até à época republicana, proposta por autores como W. Schüle (1969: 214-5), parece, de momento, difícil de sustentar.

No Sul do actual território português podem mencionar-se, a título de paralelos, peças do tipo que aqui me ocupa recolhidas em Terras Frias (Beja), em Mértola ou na Azougada (Berrocal-Rangel 1992: 142), bem como nas necrópoles da Vinha das Calças 4, em Beja (Arruda *et al.*, 2017a; 2017b), de Cruzes (Ourique) (Gomes/ Domingos 1983: 296-7) e da Mealha Nova (Dias/ Beirão/ Coelho 1970). As coordenadas cronológicas destes vários conjuntos parecem confirmar as balizas cronológicas antes referidas para os braceletes de tipo xorca do OSM.

3.2.3.3. Bracelete cordiforme ou em ómega (ω) (Est. LIX, n.687)

Se os braceletes de tipo xorca parecem ter conhecido, em Alcácer do Sal, uma considerável popularidade, os seus congéneres de tipo cordiforme – vulgarmente designados pelo termo espanhol, *acorazonados* – ou em ómega (ω), tão característicos dos contextos da I Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular, são aqui totalmente residuais, documentando-se, com efeito, um único exemplar, já publicado por V. Correia (1972 [1925a]) e por W. Schüle (1969: Taf. 89, n.8).

Este bracelete compõe-se de um aro de secção circular maciça, ligeiramente espessado na porção média e mais delgado nos extremos, que se encontram rematados por dois apêndices troncocónicos, separados do restante bracelete por molduras duplas; corresponde, portanto, a uma variante relativamente elaborada dentro da família dos braceletes cordiformes. O seu diâmetro máximo é de sensivelmente 4,3cm.

A raridade dos braceletes do tipo em apreço no OSM, que pode considerar-se até certo ponto surpreendente, espelha bem, contudo, a relativa escassez destes elementos no Sul do actual território português, onde as peças deste tipo se documentam, não obstante, nas necrópoles da Mealha Nova (Dias/ Beirão/ Coelho 1970: 201), de Torre de Palma (Langley/ Boaventura/ Mataloto 2008: Fig. 5) e da Têra (Mataloto 2010-1: Fig. 8), bem como nas da região de Beja, onde em contrapartida são comparativamente abundantes (Arruda *et al.*, 2017a; 2017b; Soares *et al.* 2017: 278 e Fig. 9; Pereiro/ Mataloto/ Borges 2017: 321-2 e Fig. 10, n.5; Figueiredo/ Mataloto 2017: 372 e Fig. 8, n. 2).

Em compensação, as peças do tipo em análise são muito comuns, como já mencionei, em outras áreas do Sudoeste, e muito particularmente no Médio Guadiana espanhol, onde se podem citar, sem pretensões de exaustividade, abundantes exemplos de El Palomar (Rovira *et al.* 2005), de Talavera la Vieja (Jiménez Ávila 2006: 95-8) ou da necrópole de Medellín (Torres Ortiz 2008d).

Quanto à cronologia destes braceletes, J. Jiménez Ávila (2006: 95) assinala que os exemplares mais antigos parecem remontar ao século VII a.n.e. – cronologia suportada quer pelos exemplares de Medellín (Torres Ortiz 2008d), quer pelos da mais distante necrópole de Les Moreres, em Alicante (González Prats 2002) – e que a sua ausência em Cancho Roano (Celestino Pérez/ Zulueta de la Iglesia 2003) ou em Pajares (Celestino Pérez 1999) sugere que esta tipologia não terá alcançado o século V a.n.e..

V. Correia atribui a peça do OSM à sua Sepultura 11, indicando que a mesma foi recuperada no interior de um contentor cinerário (Correia 1972 [1925a]: Fig. 9). Assim, este bracelete procede com toda a probabilidade de uma sepultura do 2º Tipo estabelecido pelo Professor da Universidade de Coimbra, embora não possa precisar-se qual das urnas “Cruz del Negro” antes estudadas conteria originalmente este elemento. Ainda assim, caberia assinalar que, segundo as indicações disponíveis, esta mesma sepultura conteria um conjunto adicional de materiais (v. Anexo I) que permite datá-la com alguma segurança entre o final do século VII e os inícios do VI a.n.e..

3.2.3.4. Pulseiras (Ests. LIX e LX)

Aparte dos braceletes já comentados, tive oportunidade de identificar entre o conjunto do espólio metálico do OSM um conjunto de 18 peças de bronze, de distintas tipologias, que podem, com maior ou menor segurança, identificar-se como pulseiras. Estas peças podem dividir-se em quatro grandes grupos tipológicos: 1) pulseiras simples, de secção circular e escassa espessura; 2) pulseiras de secção

poligonal, sem decoração; 3) pulseiras de secção convexa ou oval e extremidades decoradas, em forma de cabeça de ofídio; 4) pulseiras largas de secção laminar, lisas ou decoradas.

O primeiro grupo (Est. LX, nn.699-706), correspondente a peças de morfologia muito simples, soma um total de oito exemplares, infelizmente quase todos muito degradados, o que impede, entre outros aspectos, restituir as suas dimensões originais. De uma forma geral, contudo, este grupo parece compor-se de peças de pequenas dimensões, podendo estimar-se, no caso das peças mais bem conservadas, diâmetros na ordem dos 4,4 a 5,2cm, o que poderia indicar que correspondem a adornos infantis.

Estas peças deverão ter apresentado uma configuração aberta, como se depreende dos casos em que se conservam as extremidades, em ponta. Por outro lado, a quase totalidade das peças deste grupo não apresenta qualquer tipo de decoração, registando-se num único caso – n.699 – a presença de decorações de linhas incisas formando caneluras distribuídas ao longo do aro.

Pela sua grande simplicidade formal, as peças deste grupo não constituem bons indicadores cronoculturais, tendo merecido, por outro lado, escassa atenção por parte da investigação, o que dificulta a identificação de paralelos. Na ausência de dados contextuais para a totalidade destas peças, a sua posição cronológica não pode portanto ser claramente aferida.

O segundo grupo (Est. LX, nn.695-698) apresenta também uma configuração bastante simples, compondo-se de simples tiras metálicas de secção sub-retangular ou poligonal, mais ou menos delicadas. Registam-se quatro putativos exemplares enquadráveis neste grupo, ainda que uma peça de secção nervurada possa na verdade corresponder ao aro de uma fíbula anular hispânica, se bem que não preserve qualquer vestígio dos restantes elementos que permitiriam identificá-la como tal. Os exemplares mais bem conservados deste grupo permitem estimar diâmetros máximos na ordem dos 5cm, tratando-se também, portanto, de peças de muito pequenas dimensões.

Tal como no caso das peças do grupo anterior, torna-se sumamente complicado situar cronologicamente estas peças que, pela sua morfologia bastante simples, se podem considerar genericamente transversais. Este tipo de pulseira estará assim presente já desde a I Idade do Ferro, como parece confirmar a presença de peças análogas na necrópole da Vinha das Calças 4 (Arruda *et al.* 2017c; 2017d).

Não pode, por outro lado, excluir-se a sua perduração durante a segunda metade do I milénio a.n.e., como parece sugerir a presença de peças análogas em contextos funerários púnicos (Maass-Lindemann 1995: Fig. 16, n.202; Molina Fajardo/ Ruiz Fernández/ Huertas Jiménez 1982: Fig. 20), ibéricos (Alcalá Zamora 2003: Fig. 9a) e celtibéricos (Lorrio 1997: 224).

Possivelmente relacionadas com as peças do grupo anterior, pude ainda documentar três pulseiras (Est. LX, nn.692-694) abertas, de secção convexa ou ovalada, cujas extremidades se encontram decoradas por elementos em forma de cabeça de ofídio, obtidas por meio de um ligeiro espessamento do aro, acentuado nalguns casos por repuxamento (n.693) ou pela presença de pequenas aletas (694). As dimensões destas peças são mais variáveis que as dos grupos anteriores, oscilando entre os 4 e os 6,7cm.

Este peculiar tipo de pulseiras parece bastante invulgar nos contextos do Sudoeste Peninsular, facto que bem poderá dever-se à dificuldade em identificar o tipo de decoração que as caracteriza, sobretudo quando se encontram incompletas ou deterioradas. Não pude documentar nenhum paralelo específico para as peças deste tipo do OSM, o que dificulta o seu correcto enquadramento cronocultural; um único exemplar – a peça 694 – conta com indicação de contexto, provindo da Sepultura 19, onde se exumou ainda uma lança curta da variante VC (cf. *infra*), de cronologia provavelmente tardia.

Finalmente, caberia resenhar a presença de pulseiras abertas e largas, de secção laminar, representadas por quatro exemplares, dois dos quais lisos, enquanto que os dois outros exemplares apresentam complexas decorações incisas (Est. LIX, nn.688-689; Est. LX, nn.690-691). Os exemplares mais bem conservados apresentam diâmetros máximos entre os 5,6 e os 7,5cm, consideravelmente superiores aos dos grupos anteriores.

Como já referi, duas pulseiras deste grupo apresentam complexos esquemas decorativos que merecem um comentário adicional. A primeira destas peças (688), excepcionalmente bem conservada, apresenta uma decoração de natureza geométrica, ordenada em registos. O registo central, rectangular, encontra-se dividido transversalmente por uma linha incisa, ladeada por dois cordões de motivos realizados a cinzel, formando entrançados esquemáticos, por sua vez enquadrados em ambas as laterais por três linhas incisas. Em cada lado deste painel central dispõem-se dois outros quadrangulares, com uma pequena depressão circular no centro e aspas formadas por linhas unindo os vértices do campo decorativo.

Em ambas as extremidades repetem-se painéis rectangulares similares ao registo central, mas com um único cordão inciso central, apresentando-se o esquema decorativo rematado por registos quadrangulares, também eles dotados de depressão central e aspa, neste caso enquadradas numa moldura de pontos incisos. Todos estes registos se encontram separados entre si por barras longitudinais decoradas com linhas oblíquas incisas; toda a peça se apresenta bordejada por uma outra moldura, igualmente decorada com o mesmo motivo.

A segunda peça (689), infelizmente bastante deteriorada e deformada, apresenta uma decoração significativamente mais complexa, combinando motivos geométricos e outros de natureza figurativa. Neste caso, registam-se dois painéis centrais, um primeiro representando uma figura ornitomórfica esquemática e um segundo representando um motivo solar – ou porventura vegetalista – formado por três círculos concêntricos a que se adossam quatro triângulos cujos vértices se direcionam no sentido dos ângulos da cartela; este último motivo encontra-se ladeado por figurações em “8”, estilizadas, porventura de natureza vegetalista, separadas do motivo antes descrito por barras transversais decoradas com finas linhas sub-horizontais. É possível, por outro lado, que esta peça tenha contado ainda com um terceiro painel decorativo, espelhando o painel figurativo, que infelizmente não se conserva.

As extremidades, por outro lado, apresentam painéis rectangulares divididos em três registos preenchidos com linhas verticais incisas separados por duas áreas isentas de decoração; o registo decorativo encontra-se rematado por cartelas quadrangulares enquadrando depressões circulares concêntricas rodeadas por uma linha incisa em espiral.

Os três registos decorativos principais encontram-se separados por complexos painéis formados por três barras transversais decoradas com linhas sub-horizontais separadas por áreas decoradas com linhas quebradas transversais; o segmento decorativo principal separa-se dos segmentos laterais por painéis formados por uma barra decorada com linha quebrada, seguida de uma barra com linhas horizontais espaçadas, enquadrada por duas barras preenchidas com linhas oblíquas.

Este tipo de pulseiras parece ser particularmente invulgar no Sudoeste Peninsular, e com efeito só pude documentar um paralelo formal para as peças do OSM, exumado na necrópole do Cortijo de las Sombras de Frigiliana (Arribas/ Wilkins 1969: Fig. 11), também ele dotado de decoração geométrica, embora mais simples que a dos exemplares do OSM.

Em face dos limitados dados que pude compilar, a posição cronológica e mesmo a filiação cultural destas pulseiras – e sobretudo dos exemplares decorados – não me parece totalmente esclarecida. Com efeito, se estas peças contam, como disse, com paralelos pontuais em ambientes púnicos, pode notar-se por exemplo que L. Berrocal-Rangel (1992: 139), que considera estas peças como fechos de cinturão – equívoco a que não será alheia a desigual escala adoptada por W. Schüle na publicação destes elementos seguida por este investigador –, sublinha o carácter hallstático, continental, da sua decoração, podendo salientar-se, com efeito, a popularidade das representações de aves na torêutica do Bronze Final e da Idade do Ferro continental (Becker 2012; Vallée 2018).

Em qualquer caso, parece-me provável que as peças desta tipologia do OSM se enquadrem num momento centrado nos séculos VI e V a.n.e., datação que convém tanto aos seus paralelos mediterrâneos como aos seus putativos paralelos continentais (cf. Berrocal-Rangel 1992: 139).

3.2.3.5. Anéis (Est. LXI)

Ainda no domínio dos elementos de adorno de bronze, caberia assinalar a presença de um conjunto de 14 possíveis anéis, embora a sua identificação como tal nem sempre resulte linear. Apresentam configurações e dimensões bastante diversificadas, registando-se peças fechadas, de secção laminar (714) e circular (711), e peças abertas, de secção circular ou oval; estas últimas englobam peças – nn.715 e 710 – cujas extremidades se sobrepõem, possibilitando o ajustamento da dimensão do anel, enquanto que outras, com as extremidades toscamente unidas – nn.716 e 717 –, apresentarão essa configuração devido ao carácter expeditivo da sua produção. Merece ainda menção uma peça (n.708) de secção losângica dotada de estrias, eventualmente decorativas.

As dimensões variam entre os 0,8/1,2cm – dimensões muito reduzidas, que suscitam algumas reservas à sua interpretação como anéis – e os 3,2/3,4cm, mais compatíveis com uma identificação destes exemplares como elementos de adorno.

Tratando-se, uma vez mais, de elementos de grande simplicidade morfológica, não parece pertinente resenhar neste contexto os inúmeros paralelos possíveis para estas peças, que apenas viriam reforçar o carácter cronológico e culturalmente transversal deste tipo de anéis.

3.2.3.6. Elementos de colar (Est. LXI, nn.721-724)

Os elementos metálicos de colar são sumamente raros no conjunto do espólio do OSM, reduzindo-se a duas contas de colar e a um pendente. As primeiras apresentam configurações muito distintas: a peça 723 corresponde a uma pequena conta de bronze de configuração esférica, com um diâmetro máximo de 0,95cm e uma perfuração vertical cilíndrica; a peça 722, em contrapartida, corresponde a uma grande conta de ferro – cuja natureza de elemento de colar deve tomar-se com alguma reserva – com uma perfuração vertical de rebordo irregular, com um diâmetro máximo de 2,4cm; finalmente, a peça 724 apresenta uma configuração cilíndrica com faces côncavas e perfuração vertical e um diâmetro máximo de 1,2cm. Correspondem, em ambos os casos, a peças de tipologia muito simples, e pouco expressivas do ponto de vista cronológico e cultural.

Quanto ao pendente (n.721), corresponde à estrutura de suspensão de bronze em que se engastaria um outro elemento, não conservado, possivelmente de pedra ou vidro; a estrutura preservada, oca, apresenta uma configuração em bolota ou em botão floral, com um recorte lateral subcircular por onde o engaste sobressairia; esta peça apresenta, na sua extremidade proximal, uma argola para suspensão no putativo colar. Esta peça apresenta um comprimento total de 4cm e uma largura máxima de 2,2cm.

Não pude documentar nenhum paralelo exacto para este pendente, pelo que o seu correcto enquadramento cronológico se torna impossível de precisar.

3.2.3.7. Torques (?) (Est. LXI, n.725)

Para finalizar o apartado dos elementos de adorno, caberia aqui resenhar a presença de uma peça de duvidosa interpretação funcional, correspondente a um fragmento de um aro curvo de bronze de secção circular rematado por um apêndice esférico, cujo diâmetro original não pode actualmente precisar-se.

Elementos de adorno similares são relativamente frequentes em ambientes mais setentrionais (cf. Rodrigues 2016: Pl. IV), mas raros no Sudoeste Peninsular. Ainda assim, a peça que aqui me ocupa apresenta grandes similitudes com uma outra exumada na Sepultura 5 da necrópole de La Joya, em Huelva, e interpretada pelos responsáveis do seu estudo como um colar de tipo “torques” (Garrido Roiz 1970: 44).

Embora não conheça outras instâncias em que se tenham recuperado peças deste tipo nos âmbitos geograficamente mais próximos do OSM, parece-me legítimo sugerir que a peça do OSM poderá corresponder, também ela, a um elemento de adorno do tipo citado, que caberia situar, do ponto de vista cronológico, no século VII a.n.e., em paralelo com a peça de Huelva já citada.

3.2.3.8. Elementos de cosmética (Est. LXII)

Entre os espólios do OSM pude individualizar um pequeno mas significativo conjunto de elementos de bronze e, em menor medida, de ferro que podem, com maior ou menor segurança, relacionar-se com funções cosméticas, incluindo um possível espelho, um conjunto de pinças, uma pequena espátula, um par de tesouras, uma possível navalha e ainda um elemento que poderá interpretar-se como um *strigilum*.

Sem dúvida o elemento mais excepcional deste pequeno conjunto, o elemento que interpreto como **espelho** (n. 726) corresponde a um delgado disco de bronze com 10,4cm de diâmetro, ligeiramente

mais espesso (0,3cm) no centro e mais fino junto ao rebordo (0,2cm), liso num dos lados – possivelmente o anverso – e dotado de uma moldura de três traços incisos concêntricos na outra – possivelmente o reverso. Apesar de se conservar na sua totalidade, não se regista nenhum vestígio do mecanismo de fixação ao putativo cabo, no qual poderia estar encaixado, fixando-se com algum tipo de material resinoso.

Apesar de surgirem representados de forma relativamente frequente nas chamadas Estelas de Guerreiro do Bronze Final (Celestino Pérez 2001: 163-7), os espelhos são virtualmente desconhecidos durante este período, excepção feita a uma peça do depósito de La Lloseta, em Menorca (Almagro Basch 1940: Lám. VI). Em contrapartida, os espelhos estão documentados, ainda que de forma muito pontual, nas fases iniciais da Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular (Torres Ortiz 2002: 191; Jiménez Ávila 2002: 303-4), estando atestados na necrópole de La Joya, em Huelva, onde se recolheu, na Sepultura 17, um exemplar completo (Garrido Roiz/ Orta García 1978: Fig. 60), e no chamado Tesouro de la Aliseda, em Cáceres (Almagro-Gorbea 1977: 215, Fig. 78), ambos com cronologias centradas no século VII a.n.e.. Ligeiramente mais tardio – talvez do século V a.n.e. – será o possível espelho exumado no Castelo de Castro Marim, em níveis da Fase V (Pereira 2008: Est. VIII).

Admito que, em face da raridade dos espelhos nos contextos da I Idade do Ferro desta região, a interpretação da peça do OSM que aqui me ocupa enquanto tal deve ser feita com alguma reserva, sobretudo devido à sua dimensão, mais reduzida que a dos espelhos de Huelva e de Cáceres, e à ausência de evidências relativas ao modo de encabamento. No entanto, as características desta peça não se ajustam a outras possibilidades interpretativas, apresentando dimensões muito superiores às dos pratos de balança que ocasionalmente surgem em contextos da Idade do Ferro regional, não apresentando de resto orifícios de perfuração para suspensão (Celestino Pérez/ Zulueta de la Iglesia 2003: Fig. 18; Antunes 2017).

Neste sentido, creio que a peça em estudo se pode considerar, provisoriamente, como espelho, enquadrando-se assim na família dos espelhos “orientalizantes” peninsulares, cuja cronologia parece centrar-se, como disse, no século VII a.n.e. (Torres Ortiz 2002: 191; Jiménez Ávila 2002: 303-4).

As **pinças** (Est. LXII, nn.727-731), que constituem um elemento bastante mais comum tanto no Bronze Final como na Idade do Ferro peninsular, encontram-se representadas no OSM por cinco peças, de tipologia algo diferenciada entre si. O exemplar mais simples – n.729 – corresponde a uma simples lâmina dobrada sobre si mesma, formando, na porção proximal, um espaço de configuração tubular destinado à suspensão desta peça; apresenta um comprimento de 5 cm e uma largura mais ou menos constante de 1cm.

Mais elaborada é a peça 728, que apresenta um estrangulamento separando a zona de suspensão e os braços da pinça, assinalado de resto pela presença de três recortes no rebordo, adquirindo os arranques dos braços um aspecto geometricamente segmentado; os extremos desta pinça encontram-se ligeiramente curvados para o interior, optimizando esta peça para a função depilatória a que se destinaria. O seu comprimento máximo é de 5,5cm e a sua largura máxima, coincidente com a extremidade distal, é de 0,8cm.

Outro exemplar (n.730), infelizmente mal conservado, corresponde a um tipo algo distinto, conservando-se um braço de tendência trapezoidal, apresentando uma porção em haste fina na extremidade proximal, que sem dúvida configuraria o mecanismo de suspensão. O comprimento máximo é de 8,5cm, sendo a sua largura máxima, coincidente com a porção distal, de 1,3cm. Um quarto exemplar (n.731), muito incompleto, encontra-se representado apenas pelo braço, de largura constante e secção rectangular.

O quinto exemplar de pinça exumado no OSM (n.727) merece ser isolado no contexto deste conjunto pelas suas dimensões e proporções. Esta peça, de que só se conserva o orifício de suspensão e um braço com um ligeiro alargamento na extremidade distal, apresenta com efeito um comprimento máximo de 11,9cm, muito superior ao das peças anteriores, e uma largura constante de 0,6cm. Estas proporções, maiores e mais delicadas, poderão decorrer de um factor cronológico, como veremos.

Parece pertinente, neste contexto, recordar que as pinças, a que se atribui geralmente uma função depilatória, constituem um elemento relativamente difundido já desde o Bronze Final em toda a Europa Centro-Occidental, tendo-se relacionado com práticas cosméticas associadas a uma estética masculina, própria de guerreiros (Treherne 1995).

No Ocidente Peninsular, as pinças surgem também com certa profusão já durante o Bronze Final (Vilaça 2008: Fig. 5; 2009), tendo-se relacionado as peças deste período documentadas no Centro e Sul de Portugal com um influxo comercial e cultural mediterrâneo, facto que a presença de uma peça deste tipo no monumento da Roça do Casal do Meio (Spindler *et al.* 1973-4), já comentado, parece confirmar.

As pinças incorporarão, por outro lado, os espólios funerários dos momentos iniciais da Idade do Ferro do Sul Peninsular, podendo citar-se a título de exemplo peças das necrópoles de La Angorrilla, em Sevilha (Ferrer Albelda/ de la Bandera Romero 2014b), do Túmulo A de Setefilla (Aubert 1975: 48, Fig. 32,5), da necrópole de Medellín (Torres Ortiz 2008e) e, já fora do âmbito do Sudoeste, nas necrópoles de Cerrillo Blanco de Porcuna (Torrecillas 1985: 90), de Cortijo de las Sombras de Frigiliana (Arribas/ Wilkins 1969: Figs. 5, n.3 e 8, n.4), de Boliche, em Almería (Lorrio 2014: Fig. 68, A) e de Les Moreres, em Alicante (González Prats 2002: Fig. 74), todas elas com cronologias relativamente recuadas, dos séculos VII e VI a.n.e. (cf. Torres Ortiz 2008e: 540).

No actual território português, caberia referir que as pinças – e os elementos de toucador em geral – se vêm revelando relativamente comuns nas recém-descobertas necrópoles da área de Beja, tendo-se identificado exemplares englobados em kits de cosmética (cf. Jiménez Ávila/ Lorrio 2019) em sítios como Palhais (Santos *et al.* 2009: 762 e 768), Vinha das Calças 4 (Arruda *et al.*, 2017a; 2017b), Monte do Bolor 1-2 (Soares *et al.* 2017: 277 e Fig. 8, n. 3) ou Poço da Gontinha (Figueiredo 2014: Fig. 5; Figueiredo/ Mataloto 2017: 368 e Fig. 4, n. 3). Peças do tipo que venho comentando encontram-se também abundantemente representadas na Fase V do Castelo de Castro Marim (Pereira 2008: Est. VIII).

Os escassos dados antropológicos manejáveis relativos aos detentores destas pinças parecem sugerir a sua associação a elementos do sexo feminino, o que constituiria uma inversão com respeito à associação estrita ao sexo masculino documentada durante o Bronze Final (Ferrer Albelda 2014), mas também ainda durante a II Idade do Ferro, como veremos.

Com efeito, a vigência das pinças não se esgota nas etapas iniciais do I milénio a.n.e.; estes elementos constituirão um espólio relativamente frequente nas necrópoles das comunidades da Meseta Norte, e sobretudo dos grupos Celtibéricos, mas também Vetões e Vaceus, já a partir do século V a.n.e., tendo perdurado nestas comunidades a estreita associação a elementos do sexo masculino e, em particular, a guerreiros, surgindo as pinças quase sempre associadas nas sepulturas a panóplias armamentárias (cf. Ruiz Zapatero/ Lorrio 2000).

No Mundo Ibérico da Alta Andaluzia e do Sudeste as pinças são também relativamente frequentes, documentando-se por exemplo nas necrópoles de El Cigarralejo, em Múrcia (Cuadrado 1975: 669), e de Cabezo Lucero, em Alicante (Aranegui *et al.* 1993: 134), registando-se inclusivamente o desenvolvimento de alguns tipos de pinça próprios daquele âmbito cultural (Cuadrado 1975). Em ambientes geográfica e culturalmente mais próximos do que aqui me ocupa, caberia assinalar a presença de peças deste tipo em Cancho Roano (Celestino Pérez/ Zulueta de la Iglesia 2003: Fig. 18).

De uma forma geral, as pinças recobrem assim um amplo espectro cronológico, podendo discutir-se a eventual distribuição dos exemplares do OSM ao longo desse período. As pinças mais pequenas deverão, contudo, associar-se preferencialmente à tradição atestada na necrópole de Medellín (Torres Ortiz 2008e), prolongada no tempo pelos exemplares de Cancho Roano (Celestino Pérez/ Zulueta de la Iglesia 2003: Fig. 18), o que situaria os exemplares em apreço entre os séculos VI e V a.n.e..

A peça de maiores dimensões, em contrapartida, poderia relacionar-se com a tendência, documentada no mundo Celtibérico, para o crescimento, em comprimento, das pinças e para o seu progressivo adelgaçamento em época tardia (Ruiz Zapatero/ Lorrio 2000). Não obstante, a sua aparente associação contextual à fíbula de dupla mola já comentada – ambas as peças provêm da Sepultura “129 ou 132” – sugere antes que as grandes dimensões desta peça remetem para as pinças de grande comprimento do Bronze Final.

Menos segura quanto à sua interpretação funcional é a peça 732 que, contudo, creio poder identificar como um fragmento de uma pequena **espátula**, elemento que surge também por vezes incorporando os kits de toucador das necrópoles da área de Beja (Santos *et al.* 2009; 2017; Figueiredo 2014; Figueiredo/ Mataloto 2017: 368 e Fig. 4, n. 3; Soares *et al.* 2017: 277 e Fig. 8, n. 3), e bem assim o de Cancho Roano (Celestino Pérez/ Zulueta de la Iglesia 2003: Fig. 18A). A pequena peça do OSM, de que se conserva apenas a porção distal (c.3,6cm), correspondente ao extremo aplanado e arredondado da

putativa espátula, poderia assim enquadrar-se num momento centrado na segunda metade do século VI e no século V a.n.e..

Outro elemento bastante invulgar que tive oportunidade de documentar entre os materiais metálicos da necrópole corresponde a uma **tesoura** (nn.733-734): esta peça, de que se conservam dois fragmentos independentes, compunha-se de duas lâminas de tendência triangular e secção igualmente triangular dispostas simetricamente e ligadas por um elemento tênsil de preensão constituído por uma haste de secção rectangular e configuração arredondada; todos estes elementos terão sido forjados numa única peça. O comprimento máximo deste exemplar seria de 15,9cm e a sua largura máxima, coincidente com o elemento de preensão, pode estimar-se nos 4,2cm.

As tesouras constituem um elemento relativamente comum nas necrópoles da Meseta Norte, e muito em particular nas da área Celtibérica, registando-se uma concentração particular no núcleo do Alto Douro (Lorrio 1997: 233), onde estes elementos surgem por norma associados a panóplias armamentícias e a outros elementos de adorno, como pinças e navalhas (*idem*; cf. tb. Ruiz Zapatero/ Lorrio 2000), sendo característicos sobretudo da etapa Celtibérica Plena (séculos V-IV a.n.e.) (Lorrio 1997: 233).

No mundo Ibérico, em contrapartida, as tesouras do tipo que aqui me ocupa são bastante raras, estando não obstante documentados alguns exemplares isolados nas necrópoles de El Cigarralejo (Cuadrado 1987: 93, Fig. 133) e de El Tesorico (Puch Ramírez *et al.* 1985: Fig. 38), ambas em Múrcia, ou ainda na de Pozo Moro (Alcalá Zamora 2003: Fig. 51). Estas peças surgem também, pontualmente, em ambientes domésticos (Pla Ballester 1969: 329; Sanahuja 1971: 93-4, Fig. 19). Com base nos dados destas áreas, a tesoura do OSM poderá eventualmente datar-se entre o século V e o IV-III a.n.e..

Embora a funcionalidade específica destas peças tenha em alguns casos sido questionada – interpretando-se, por exemplo, como instrumentos de tosquia e, por extensão, símbolos de riqueza pecuária (Lorrio 1997: 233) – a interpretação mais usual vê nestes objectos, sobretudo nos de pequena dimensão, utensílios destinados ao corte do cabelo e da barba dentro de uns códigos determinados de representação social e, porventura, no âmbito da preparação do cadáver para os ritos funerário (Ruiz Zapatero/ Lorrio 2000: 297). As pequenas dimensões da peça do OSM – as celtibéricas distribuem-se por um intervalo entre os 16 e os 23cm de comprimento (Lorrio 1997: 233) – poderiam reforçar a sua possível adscrição a esta última funcionalidade.

Dentro da mesma tradição continental poderá situar-se a peça 735, uma pequena lâmina (8,9cm de comprimento máximo por 2,5cm de largura máxima) em segmento de círculo dotada de um dorso reforçado de tendência triangular, que poderá eventualmente interpretar-se como uma **navalha de barbear**, próxima – ainda que não necessariamente idêntica – às que se vêm exumando desde inícios do século passado em necrópoles celtibéricas (Lorrio 1997: 233; Ruiz Zapatero/ Lorrio 2000: 294-7).

Como é sabido, e à semelhança das pinças antes comentadas, as navalhas de barbear surgem já no Ocidente Peninsular durante o Bronze Final (Vilaça 2009), sendo contudo raras – para não dizer virtualmente desconhecidas – nos ambientes sidéricos do Sul Peninsular, excepção feita às áreas de maior influência cartaginesa, onde pontualmente se documentam navalhas de tipo púnico, cuja tipologia contudo é muito distinta da da peça que aqui me ocupa (Miguel Azcárraga 2006).

A putativa navalha de barbear do OSM constitui, de momento, um caso isolado na Idade do Ferro do Sul do actual território português, o que dificulta o seu correcto enquadramento cronológico; creio, ainda assim, que é possível assumir que esta peça se desenvolve em paralelo com as suas congéneres meseténhas, o que a situaria, cronologicamente, entre os séculos V e IV/III a.n.e. (cf. Ruiz Zapatero/ Lorrio 2000: 294-7).

Um último elemento – n.736 – que incluo, ainda que sob reserva, neste apartado corresponde a um instrumento de ferro composto por uma barra de secção rectangular com os extremos afilados, um dos quais enrolado de forma a configurar um apêndice circular destinado, provavelmente, à sua suspensão. Embora o seu carácter não seja minimamente claro, creio que poderá aproximar-se – funcionalmente, mais do que formalmente – de um conjunto de peças recentemente exumadas em vários sítios do Sudoeste Peninsular e que parecem poder interpretar-se como *strigila*, de que se atestam exemplares nas necrópoles de Palhais (Santos *et al.* 2009: Fig. 8; 2017) e da Vinha das Calças (Arruda *et al.*, 2017; 2017b), bem como nos sítios de El Palomar (Rovira *et al.* 2005: Fig. 2) e de Pajares (González Cordero 1999: Fig. 1, g). As diferenças formais existentes entre estas peças e a do OSM não permitem extrapolar a sua cronologia e aplicá-la à peça em apreço.

649

650

651

652

653

654

655

656

657

Estampa LVI – Elementos de joalharia - anel com estojo giratório e arrecadas de tipo "nazm".

Estampa LVII – Braceletes de tipo “xorca” e sanguessugas.

Estampa LVIII – Braceletes de tipo “xorca” e sanguessugas.

Estampa LIX – Bracheletes de tipo cordiforme e simples, de secção laminar, com decoração incisa.

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

Estampa LX – Braceletes e pulseiras simples.

Estampa LXI – Anéis, pendente, contas e possível torques de bronze.

Estampa LXII – Elementos de cosmética - espelho, pinças, espátula, navalha, tesouras e possível “strigilum”

3.2.4. Campainhas, instrumentos musicais e outros elementos de âmbito ritual (Est. LXIII)

A presença no OSM de um pequeno conjunto de elementos relacionados com a música ou, pelo menos, com a produção de sons constitui um aspecto muito particular dos espólios desta necrópole, com escassos paralelos no âmbito do Sudoeste Peninsular, constituindo uma achega importante para a reconstituição dos rituais fúnebres.

Dentro deste pequeno conjunto merece particular atenção a presença de um par de **crótalos** (Est. LXIII, nn.737-738), pequenos instrumentos musicais constituídos por um elemento de bronze em calote de esfera com rebordo em disco dotado de um sistema de preensão no seu topo; estes elementos, que seriam sujeitos entre os dedos, utilizar-se-iam como instrumentos de percussão, a modo de castanholas. Estes exemplares do OSM, que ao que tudo indica formariam um único conjunto, apresentam diâmetros de sensivelmente 6cm e alturas de 0,9cm.

As peças deste tipo não são, de modo algum, correntes nos contextos da Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular. Contam, ainda assim, com um paralelo praticamente exacto na necrópole de Medellín, onde se exumou um par de crótalos muito bem preservados, depositados numa sepultura do último quartel do século VI a.n.e. (Almagro-Gorbea 2008b: 558), tendo-se ainda recolhido fragmentos de outras peças do mesmo tipo em sepulturas datadas ao longo da primeira metade daquela centúria (*ibidem*).

De acordo com o responsável do estudo daquela necrópole, que cita paralelos para os exemplares metelinenses em Ibiza e Cartago, estas peças constituiriam um elemento característico dos rituais fenício-púnicos, com remotas origens egípcias (*ibidem*), o que indicaria a introdução na esfera dos ritos fúnebres das comunidades do Ocidente Peninsular de uma *praxis* ritual de origem oriental.

Um outro elemento que putativamente se poderia relacionar com a esfera funcional da música, e porventura com cantos e melopeias fúnebres, consiste numa **campainha** de bronze (Est. LXIII, n.739) de configuração tronco-piramidal e lados côncavos, configurando uma secção aproximadamente em forma de pele de touro, dotada ainda de uma argola de suspensão de configuração hexagonal; o badalo desta campainha não se conserva. Trata-se de uma peça de dimensões relativamente grandes, com um comprimento máximo de 9cm e uma largura máxima da ordem dos 7cm.

Ainda que a presença de campainhas esteja atestada em contextos de natureza funcional muito particular, como Cancho Roano (Celestino Pérez/ Zulueta de la Iglesia 2003: Fig. 13), não conheço nenhum paralelo exacto para esta peculiar peça alcacerense, o que dificulta a sua correcta integração crono-cultural. Se, contudo, se aceitar que a forma da secção desta peça não resulta de uma mera coincidência mas de uma vontade expressa de obter uma configuração em pele de touro – o que não é, note-se, totalmente claro –, então quiçá esta peça se deva somar ao crescente número de elementos de configuração taurodérmica documentados no Sudoeste Peninsular (Gómez Peña 2013b).

Estas peças apresentam, no geral, fortes conotações simbólicas, o que se coadunaria bem com o hipotético significado ritual da campainha do OSM; o seu desenvolvimento cronológico centra-se, além disso, na primeira metade do I milénio a.n.e., o que poderia sugerir para esta peça um enquadramento preferencial nos horizontes mais antigos da necrópole.

Mais complexa é a interpretação de uma segunda campainha (Est. LXIII, n.740) exumada na necrópole de Alcácer do Sal, neste caso uma pequena peça de bronze de configuração em tronco de cone e sistema de suspensão em asa, com 3,6cm de comprimento máximo e 2cm de largura máxima.

Embora se documentem, ocasionalmente, peças deste tipo em ambientes funerários do mundo Ibérico, como por exemplo na necrópole de Los Villares, em Albacete (Blanquéz 1990: Fig. 39), os melhores paralelos que conheço para esta pequena campainha encontram-se depositados no Museu Nacional de Arqueologia, incorporando um putativo “conjunto de guerreiro” de procedência incerta, recentemente estudado (Jiménez Ávila/ Antunes 2019). Este conjunto foi adquirido por aquela instituição a um particular, com a indicação de que estas peças proviriam dos arredores de Alcácer do Sal, embora algumas das peças deste lote tenham sido publicadas como oriundas da Azougada (Gomes 2001).

Deste lote fazem parte seis campainhas em tudo análogas à do OSM que aqui me ocupa, que se encontram fixadas a complexas placas de perfil triangular com decoração recortada irregular que podem interpretar-se como elementos decorativos destinados a serem fixados nas laterais de cabeceiras

de cavalo ou alternativamente nalgum ponto do jugo de um carro, como atesta a sua associação a uma série de outros elementos de arreio e condução (Jiménez Ávila/ Antunes 2019: Figs. 22-23). Estas peças, como boa parte do restante lote a que pertencem, contam com paralelos em Cancho Roano (Celestino Pérez/ Zulueta de la Iglesia 2003: Fig. 6).

Assim sendo, a campainha em apreço do OSM poderá corresponder a um elemento de uma peça decorativa de arreio ou de carro, cuja cronologia poderia situar-se num momento indeterminado dos séculos VI-V a.n.e..

Além destes elementos conotados com a música e a produção sonora, poderia também reseñar-se neste apartado, maioritariamente dedicado a elementos de natureza ritual, a presença entre o espólio do OSM de uma pequena peça de bronze, n.741, que parece figurar uma pata de animal, possivelmente de felino, muito estilizada (Est. LXIII, n.741).

Este pequeno fragmento, com apenas 3,7cm de comprimento preservado, poderia, como hipótese, interpretar-se como um fragmento do pé de um *thymiaterion*, infelizmente perdido. A presença de pés figurando garras é relativamente comum no conjunto dos *thymiateria* da Idade do Ferro do Sul Peninsular (Jiménez Ávila 2002: 165-212), podendo o exemplar do OSM enquadrar-se no tipo de garras sem unhas com dedos separados por arestas, recolhido por J. Jiménez Ávila no seu quadro de atributos dos *thymiateria* peninsulares (*idem*: Tab. 5).

Quiçá o melhor paralelo para o tipo de pé representado pela peça do OSM se encontre no *thymiaterion* de Villagarcía de la Torre (de la Bandera Romero/ Ferrer Albelda 1994; Jiménez Ávila 2002: n.74 e Lám. XXXIV), provavelmente datado no século VII a.n.e., e considerado por J. Jiménez Ávila como de produção colonial fenícia (Jiménez Ávila 2002: 403).

Ainda que a presença de um *thymiaterion* na necrópole do OSM não possa considerar-se totalmente demonstrada com base num elemento tão pequeno e fragmentário, julgo ainda assim que é pertinente recordar que a incorporação destes elementos em ambientes funerários não é de todo inaudita (Torres Ortiz 2002: 188), associando-se estes queimadores em particular a sepulturas de considerável riqueza, como a bem conhecida Sepultura 17 de La Joya (Garrido/ Orta 1978).

Com efeito, propôs-se já que estas peças constituíssem, conjuntamente com os jarros e os chamados “braseiros” de bronze, um *kit* funerário bem definido (Aubet 1984: 452) que emularia o típico jogo cerâmico das sepulturas fenícias, composto por jarros, pratos e queimadores de dupla taça de cerâmica de engobe vermelho (Torres Ortiz 2002: 188).

3.2.5. Recipientes e elementos relacionados com o banquete (Est. LXIV-LXV)

A necrópole de Alcácer do Sal, como de resto a generalidade das necrópoles da Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular – com a notória exceção de La Joya, em Huelva (Garrido 1970; Garrido/ Orta 1975) – não é particularmente pródiga em recipientes metálicos. Ainda assim, pude identificar entre os espólios ali exumados um conjunto não despidendo de peças, quase todas, infelizmente, muito deterioradas, que deverão ter pertencido a recipientes metálicos, cuja tipologia é, na maioria dos casos, muito difícil de precisar.

Pude, ainda assim, contabilizar pelo menos seis putativos recipientes, e a pega de um sétimo, a que caberia ainda somar o excepcional achado de um **jarro piriforme**, recolhido fora de contexto em área próxima do OSM e recentemente estudado (Arruda/ Lourenço/ Lima 2015) (Est. LXIV).

Esta última peça é, sem dúvida, a única para a qual se pode estabelecer uma clara classificação tipológica, tendo sido enquadrada no Grupo A de S. Celestino (1991) e de J. Jiménez Ávila (2002: 47-52), e mais concretamente no Tipo 2 – Las Fraguas definido por este último investigador (*idem*: 47). Deve recordar-se, como assinalam os autores do seu estudo (Arruda/ Lourenço/ Lima 2015: 449), que as características tipológicas desta peça sugerem uma cronologia centrada no século VII a.n.e. (cf. Jiménez Ávila 2002: 64).

Permito-me não obstante assinalar, como o fazem os responsáveis do estudo da peça em apreço (Arruda/ Lourenço/ Lima 2015: 454), que os jarros piriformes, particularmente característicos das áreas

do Sudoeste Peninsular mais fortemente influenciadas pela presença oriental, se associam tendencialmente a ambientes funerários (Jiménez Ávila 2002: 100-1; Torres Ortiz 2002: 173-8); juntamente com as bandejas vulgarmente conhecidas como “braseiros” (Jiménez Ávila 2002: 105 e ss.), estes jarros compõem, com efeito, um serviço funerário bastante estandardizado, relacionado com práticas de libação, que constitui um dos rasgos definitórios das necrópoles “orientalizantes” do Baixo Guadalquivir (*idem*: 100-1; Torres Ortiz 2002: 173-8).

Aparte deste característico jarro, os vários recipientes metálicos presentes no OSM apresentam sérias dificuldades de restituição formal e, em consequência, de enquadramento crono-cultural. As únicas peças que permitem, até certo ponto, uma reconstituição tipológica fiável – nn.742 e 743 – parecem corresponder a recipientes fechados de dimensão média – 12,4cm de diâmetro no único caso restituível, o da peça 742 – com corpos de tendência impossível de precisar, colos côncavos, ligeiramente estrangulados, e bordos de tendência triangular, reentrantes, e dotados de uma pequena ranhura na face interior (Est. LXV, nn.742-743).

Estas peças, que contam com um bom paralelo em Cancho Roano (Celestino Pérez/ Zulueta de la Iglesia 2003: Fig. 9.1), podem identificar-se putativamente como fragmentos de **caldeiros**, relacionando-se, como hipótese, com o consumo de bebida e alimentos, porventura no âmbito de banquetes funerários.

Ao mesmo domínio funcional pode atribuir-se a peça 744, que apesar do seu mau estado de conservação se poderia hipoteticamente classificar como um fragmento de um **simpulum** de configuração hemisférica e bordo extroverso engrossado, porventura assimilável aos tipos da Idade do Ferro resenhados por R. Martín Valls (1991: Fig. 5), o que a situaria no horizonte das fases iniciais de uso da necrópole.

Dado o seu mau estado de conservação – e nomeadamente a ausência da pega, geralmente o elemento mais significativo em termos tipológicos – não pode contudo excluir-se a sua integração em outros grupos tipológicos, e em particular no Tipo II definido por aquele mesmo investigador para os exemplares celtibéricos (*idem*: 153 e Fig. 1), tipo muito tardio cujos exemplos mais bem datados remetem para um horizonte de cronologia republicana.

Ainda no que diz respeito às eventuais práticas de preparação e consumo de bebidas e alimentos no âmbito das cerimónias fúnebres realizadas no OSM caberia aqui destacar a presença entre o espólio da necrópole de um **ralador** de tipo etrusco (Est. LXV, n.745). Esta peça compõe-se de uma placa de configuração rectangular e secção laminar convexa, na qual se realizaram doze linhas de perfurações, com nove perfurações cada uma; estas perfurações foram realizadas por punção com um elemento de secção triangular, resultando em perfurações rodeadas por barbelas que permitiriam a esta peça cumprir a sua função.

Esta peça apresenta, além disso, em ambos os extremos bandas isentas de perfurações e dotadas de três rebites, sem que se possa precisar a que tipo de elemento se encontraria fixado. Apesar de se encontrar muito deteriorada e actualmente dobrada a meio no sentido longitudinal, pode ainda assim verificar-se que este ralador apresentaria um comprimento máximo de 10,6cm e uma largura máxima de 5,8cm.

Tal como demonstrado num clássico estudo de D. Ridgway (1997), este tipo de elemento foi introduzido no Mediterrâneo Central por via da colónia grega de *Pithekoussai*, tendo-se generalizado em boa parte da fachada tirrénica da Península Itálica, nomeadamente no mundo etrusco, onde este tipo de elemento surge com frequência em contextos funerários do século VII a.n.e. (*idem*). Estas peças foram associadas, em particular, à passagem da *Ilíada*¹⁰ que descreve a preparação de vinho misturado com cevada e queijo de cabra ralado e que se relaciona com a prática heróica do banquete.

10. «Nesta taça a mulher semelhante às deusas misturou vinho de Pramno, e por cima ralou queijo de cabra com um ralador de bronze; e polvilhou depois a branca cevada.»

Ilíada, Canto XI, vv. 638-640 (trad. F. Lourenço).

A difusão deste tipo de elementos para a Península Ibérica encontra-se relativamente bem atestada, contando a peça do OSM com um bom paralelo exumado no Centro Histórico da própria Alcácer do Sal, nas escavações realizadas na Rua do Rato, surgindo num interessante contexto religioso datado do século VI a.n.e. (Arruda *et al.* 2021). De forma um tanto desconcertante, esta peça de Alcácer – com a qual caberia relacionar a do OSM – constitui, juntamente talvez com um exemplar exumado no povoado ibérico de El Oral, em Alicante (Abad Casal/ Sala Sellés 1993: Fig. 91, n.12), o mais antigo registo deste tipo de peça na Península Ibérica.

Documentam-se, contudo, outros exemplares, mais tardios, nomeadamente na Fase V do Castelo de Castro Marim (Pereira 2008: Est. XI), e, já no âmbito Ibérico, na necrópole de El Cigarralejo, numa sepultura datada entre o final do século V e os inícios do IV a.n.e. (Cuadrado 1987: 371 e Fig. 143), no povoado da Bastida de les Alcuses, em Valência, num ambiente do século IV a.n.e. (Fletcher *et al.* 1969: 190), na necrópole de El Castillo (Castejón), num contexto da segunda metade do século IV/ século III a.n.e. (Faro Carballa 2015: 69-71), no de La Serreta, em Alicante, num contexto do final do século III a.n.e. (Grau/ Reig 2002-3: 119), e no de Mas Castellar de Pontós, em Girona, num ambiente de finais do século III ou inícios do II a.n.e. (Rovira 2002: 357).

Apesar do amplo espectro cronológico coberto pelos contextos destas várias peças, creio que o exemplar do OSM se deverá datar tendencialmente em linha com a peça da Rua do Rato, isto é, na segunda metade do VI a.n.e., o que a enquadraria, como aquela, no quadro de um conjunto de importações itálicas que alcançou o território peninsular numa época relativamente antiga, centrada nos séculos VI e V a.n.e. (Botto/ Vives-Ferrándiz Sánchez 2006; Vives-Ferrándiz Sánchez 2006-7).

Mais difícil de interpretar do ponto de vista funcional é a peça 746, de que se conserva apenas uma porção de bojo marcada por uma carena muito vincada; corresponderia a um recipiente com uma porção inferior de tendência hemisférica, não podendo precisar-se o desenvolvimento da porção superior, quiçá de tendência extroversa; o diâmetro máximo conservado é de 10,2cm.

Não pude documentar nenhum paralelo específico para a putativa morfologia desta peça, facto a que não será alheio o seu estado muito fragmentário; ainda assim, creio que, como hipótese, se pode restituir como uma **taça carenada**, tipologia que, de momento, não se encontra atestada nos repertórios de recipientes de bronze do Sudoeste, excepção feita a uma peça da necrópole de La Joya, muito distinta da que aqui me ocupa (Garrido/ Orta 1978: 40-2 e Fig. 19). Alternativamente, a peça em apreço poderia também interpretar-se como uma sítula, já de cronologia romana (Bolla *et al.* 1991).

A peça 747 apresenta também sérias dificuldades quanto à sua restituição formal e, consequentemente, ao seu enquadramento tipológico. Se a sua configuração actual é fiel ao perfil original do recipiente a que terá pertencido, e se a orientação que lhe atribuí for a correcta, então deverá corresponder a um recipiente fechado, de tipo **jarra** ou **garrafa**, de tendência piriforme e colo estrangulado, dotado, à altura do ombro, de um largo ressalto, cujo diâmetro máximo conservado ronda os 10cm.

Mais uma vez, não pude documentar nenhum paralelo específico para este recipiente nos repertórios de recipientes de bronze da Idade do Ferro do Sul Peninsular, pelo que não excluo a possibilidade de que se trate de um recipiente mais tardio, de época romana, ou em alternativa que o fragmento conservado se apresente mais distorcido do que aparenta, condicionando a sua leitura formal.

De um putativo sexto recipiente – n.748 – conserva-se apenas um fragmento de orientação aparentemente oblíqua terminado num bordo ligeiramente espessado e exvasado; não me parece de todo possível restituir a morfologia do recipiente a que pertenceria este fragmento.

Finalmente, neste domínio, caberia ainda resenhar a presença de uma asa de bronze pertencente a um recipiente de morfologia impossível de precisar. A peça 749 corresponde a uma barra de bronze de secção rectangular, com 0,8cm de largura máxima, moldada em forma de crescente, cujas extremidades, mais estreitas, foram estiradas e reviradas sobre a porção central da peça, formando assim dois orifícios que se fixariam ao corpo principal da peça; as extremidades, que se sobrepõem desta forma ao segmento principal, apresentam uma configuração amigdalóide, assumindo possivelmente uma função decorativa, ainda que muito simples. A dimensão desta peça – 9 cm de largura máxima e um comprimento máximo de 4,8cm – sugere que pertenceria a uma peça de grandes dimensões.

737

738

739

740

741

Estampa LXIII – Elementos rituais (crótalos, campainhas e possível pé de thymiaterion).

Estampa LXIV – Jarro piriforme (segundo Arruda/ Lourenço/ Lima 2015).

742

743

744

745

746

747

748

749

Estampa LXV – Recipientes e outros elementos relacionados com o banquete (caldeiros, “simpulum”, ralador, taça carenada, jarra/garrafa, elemento indeterminado e asa).

3.2.6. Facas afalcatadas (Ests. LXVI a LXXII)

As pequenas facas de dorso curvo ou quebrado, geralmente designadas como facas afalcatadas devido às analogias formais que apresentam com as falcatas da II Idade do Ferro, constituem um elemento característico e recorrente ao longo de toda a Idade do Ferro peninsular.

No entanto, e apesar do seu inegável interesse, estes elementos não têm merecido uma particular atenção por parte da investigação, excepção feita a alguns estudos gerais (Mancebo Dávalos 2000) e de conjuntos particulares (Kurtz 2003; Lorrio 2008c; Mateos Leal/ Sánchez Nicolás 2014), facto a que não será alheia a sua larguíssima dispersão geográfica, cronológica e cultural.

Com efeito, este tipo de peças, cujos primeiros exemplares se documentam no Ocidente Peninsular já em contextos do Bronze Final (Almagro-Gorbea 1993; Senna-Martinez 2000; Vilaça 2006), correspondendo com toda a probabilidade a importações oriundas do âmbito mediterrâneo (cf. Vilaça 2008), generaliza-se durante a I Idade do Ferro e perdurará, em maior ou menor medida, até aos alvares da Romanização.

Ao longo deste período as facas deste tipo sofreram, inevitavelmente, uma certa evolução morfológica, cujos contornos são, contudo, difusos, limitando até certo ponto o valor cronológico destes elementos, ainda que determinadas análises permitam identificar tendências evolutivas gerais: assim, por exemplo, nas peças da necrópole de Medellín pode observar-se uma eventual evolução desde peças de dorso recto ou ligeiramente curvado e lâmina estreita até outras de dorso mais fortemente inflectido e lâmina mais larga (Lorrio 2008c), evolução que, com todas as suas limitações, as peças do OSM poderiam referendar.

Na necrópole de Alcácer do Sal as facas afalcatadas são bastante frequentes. Pude identificar um total de 60 peças deste tipo, das quais 44 apresentam um estado de conservação que permite enquadrá-las do ponto de vista tipológico, enquanto que as 16 restantes se encontram infelizmente muito deterioradas (Figura 32). As peças classificáveis apresentam, contudo, uma assinalável diversidade formal, que permite reparti-las por cinco grupos tipológicos distintos.

O **Grupo 1** (Est. LXVI), representado por nove exemplares, engloba peças cujas lâminas apresentam, na maioria da sua longitude, um dorso recto que continua a linha da lingueta de encabamento e da guarda, apresentando tão-somente uma ligeira inflexão no seu terço distal; o fio destas peças é, no geral, convexo ou côncavo-convexo, não se apreciando contudo nenhum alargamento substantivo da lâmina.

Os seus sistemas de encabamento são relativamente simples, consistindo numa lingueta à qual se fixam elementos perecíveis, conservando os exemplares em apreço um número variável de rebites, entre um e quatro, facto que não deve sobrevalorizar-se devido ao deficiente estado de conservação da maioria das peças. Num único caso – a peça n.751 – conservavam-se ainda restos dos apliques de osso,

Figura 32 – Distribuição do conjunto das facas afalcatadas do OSM por grupos formais.

de secção convexa, o que conferiria ao cabo uma secção circular. O cabo destas peças encontrar-se-ia separado da lâmina por uma guarda, de configuração variável, conservando-se exemplares dotados de guarda circular (n.753), quadrangular (n.754) ou poligonal (n.750). Os exemplares melhor preservados deste grupo permitem indicar que os seus comprimentos máximos oscilariam entre os 15,4 e os 16,5cm.

As facas assimiláveis a este grupo parecem corresponder a um dos tipos mais antigos dentro da sequência evolutiva das facas afalcatadas. Na necrópole de Medellín as peças deste tipo, englobadas no Tipo 1 de A. Lorrio (2008c) surgem exclusivamente em contextos do século VII a.n.e.; esta datação recuada parece, por outro lado, referendada pela presença de exemplares análogos nas necrópoles de Setefilla (Aubert 1975: 151 e Figs. 9,4 e 23,7), Cruz del Negro (Monteagudo 1953; Mancebo Dávalos 2000: Fig. 1) e da foz do Rio Aljucén (Enríquez Navascués/ Domínguez de la Concha 1991).

Peças muito similares ao tipo que aqui me ocupa surgem contudo também em contextos francamente mais tardios, nomeadamente em Cancho Roano (Kurtz 2003: 321-2), em La Mata (Rodríguez Díaz 2004: Fig. Ct-39) ou, já no interior peninsular, na necrópole de Carratiermes, em Soria (Argente Oliver/ Díaz/ Bescós 2000: Fig. 58), o que sugere que este tipo de facas, de resto muito simples do ponto de vista formal, conheceu uma significativa perduração cronológica.

Os escassos dados contextuais das peças do OSM parecem espelhar este panorama algo difuso. Assim, por exemplo, um exemplar deste grupo foi exumado na Sepultura 101, relativamente antiga, associado a um fecho de cinturão “céltico” de tipo DIII3 de M.^a L. Cerdeño Serrano (1978), a uma xorca e a elementos de mobiliário, bem como a outras facas, pertencentes ao Tipo 3a e 3b (cf. *infra*), associações que sugerem um ambiente de finais do século VI ou do século V; em contrapartida, na Sepultura 15 exumaram-se três exemplares deste tipo associados a uma falcata e uma espada de antenas, o que apontaria preferencialmente para uma cronologia do final do século V e, sobretudo, do IV a.n.e..

O **Grupo 2** (Est. LXVII), que conta com um total de sete exemplares, engloba por seu turno peças cujas lâminas apresentam dorsos com uma curvatura suave iniciando-se na guarda e desenvolvendo-se em continuidade até à extremidade distal, sem rupturas assinaláveis, ainda que apresentem, também elas, uma ligeira inflexão no seu terço distal. A lâmina destas peças é côncava ao longo de toda a sua longitude, apresentando apenas na sua extremidade uma ligeira área convexa; nota-se, além disso, um ligeiro alargamento no seu terço final, coincidindo com a já mencionada inflexão do dorso.

Os sistemas de encabamento destas peças são também muito simples, consistindo, uma vez mais, na aplicação de elementos perecíveis à lingueta de encabamento por meio de rebiteagem, não se registando em nenhuma das peças estudadas mais do que dois rebites. Um dos exemplares deste grupo – n.760 – conserva ainda parte de um elemento de osso fixado à referida lingueta, muito deteriorado, não sendo possível asseverar o tipo de secção que apresentaria. As guardas das facas deste grupo são geralmente rectangulares, documentando-se também contudo casos com guarda circular. As facas do Grupo 2 apresentam dimensões muito diferenciadas, oscilando entre os 13 e os 24cm de comprimento máximo.

Este tipo parece contar-se também entre os escalões mais antigos da evolução das facas afalcatadas, podendo aproximar-se – ainda que não identificar-se – com o Tipo 2 da necrópole de Medellín, datado na segunda metade do século VII a.n.e. (Lorrio 2008c). As peças do OSM contam com paralelos mais ou menos próximos em distintos outros contextos, nomeadamente na necrópole de La Joya (Garido Roiz 1970: Figs. 24 e 31), na de Cruz del Negro (Monteagudo 1953; Mancebo Dávalos 2000: Fig. 1), na de La Angorrilla (Ferrer Albelda/ Casado Ariza 2014) ou ainda na da Herdade do Pêgo (Dias/ Beirão/ Coelho 1970: 211), sítios onde as peças do tipo que aqui me ocupa parecem distribuir-se entre os séculos VII e VI a.n.e..

A perduração de peças formalmente assimiláveis ao Grupo 2 do OSM em cronologias mais recentes parece, não obstante, encontrar-se bem atestada, documentando-se exemplares próximos dos de Alcácer na necrópole Ibérica de Hoya de Santa Ana, em Albacete (Blanquéz 1990: Fig. 90), possivelmente com cronologias de inícios do século V a.n.e., ou ainda no edifício de La Mata, já em ambientes do início do século IV a.n.e. (Rodríguez Díaz 2004: Fig. Ct-127). Os dados contextuais das peças do OSM não permitem tecer nenhuma consideração adicional.

O **Grupo 3** constitui porventura o mais complexo e heterogéneo dentro do conjunto do OSM, podendo de alguma forma identificar-se – juntamente com o Grupo 4 – como o tipo “clássico” de faca afalcatada. Parece contudo conveniente subdividir este grupo em dois tipos concretos.

O **Tipo 3a** (Est. LXVIII), mais característico e abundante, com 13 exemplares, engloba peças com lâminas razoavelmente longas, cuja metade inicial apresenta dorsos relativamente rectos, com uma forte inflexão em ângulo oblíquo na sua segunda metade, sem que o dorso apresente uma quebra assinalada. A primeira metade do fio destas facas, que acompanha a secção recta do dorso, é ligeiramente côncava; na segunda metade, a lâmina apresenta um alargamento significativo, tendo o fio uma tendência marcadamente convexa.

Estas peças exibem sistemas de encabamento mais complexos do que as dos grupos anteriores, documentando-se nomeadamente duas facas com cabos de ferro de tendência quadrangular dotados de recortes decorativos nos quais se embutiriam elementos de osso: a peça 766 ostenta, com efeito, um motivo em flor de lótus aberta, no interior da qual ainda se conservam restos de osso, enquanto que a peça 767 figura uma representação da chamada “árvore da vida” encimada por dois motivos florais ou astrais contrapostos rodeados por pequenos círculos. Estas facas contam com um bom paralelo na necrópole de Medellín, onde se exumou uma peça com um encabamento deste tipo, decorado com um motivo de “árvore da vida” muito estilizado, datado no terceiro quartel do século VI a.n.e. (Lorrio 2008c: Fig. 670).

Outros exemplares apresentam sistemas de encabamento mais simples, de lingueta e rebites, similares aos que já encontrámos nas facas dos Grupos 1 e 2; não se conservam, em nenhum caso, mais de dois rebites. Caberia aqui salientar a peça 774 que preserva ainda uma boa porção dos apliques de osso do cabo, de secção convexa, apresentando-se os mesmos decorados com uma série de círculos concêntricos alinhados. A peça 776 é também bastante peculiar no seio deste grupo, não possuindo uma lingueta de encabamento, mas antes uma haste, possivelmente destinada a introduzir-se num elemento cilíndrico de matéria perecível que serviria de cabo.

As peças deste grupo apresentam dimensões relativamente homogéneas, oscilando as melhor conservadas entre os 16 e os 18cm de comprimento máximo.

As peças do Tipo 3a são virtualmente ubíquas durante a maior parte da Idade do Ferro Peninsular. Este tipo está presente na necrópole de Medellín desde os finais do século VII a.n.e., recolhendo-se no Tipo 3 de A. Lorrio (2008c); podem-se atribuir cronologias igualmente recuadas aos exemplares recolhidos nas necrópoles de La Angorrilla (Ferrer Albelda/ Casado Ariza 2014: Figs. 1-2) e da Cruz del Negro (Monteagudo 1953; Mancebo Dávalos 2000: Fig. 1). Estas facas perduram, contudo, até momentos mais recentes, como atestaria a sua presença em Cancho Roano (Kurtz 2003: 320) ou em La Mata (Rodríguez Díaz 2004: Fig. Ct-217).

Este tipo de faca afalcatada é também comum fora do âmbito estrito do Sudoeste, estando presente nomeadamente nas necrópoles Ibéricas, já desde momentos antigos (Blánquez Pérez 1990: Fig. 90), perdurando pelo menos até ao século IV a.n.e. (Alcalá Zamora 2003: Fig. 61); este tipo encontra-se também abundantemente atestado nas necrópoles da Meseta Norte (cf. Mateos Leal/ Sánchez Nicolás 2014).

Os contextos das peças exumadas no OSM não são particularmente expressivos, cabendo ainda assim resenhar a presença de duas facas deste tipo na Sepultura 10 – associadas, de resto, a uma faca do Grupo 1 e três do Tipo 3b – sepultura essa que, como ficou dito acima, deverá situar-se cronologicamente no século V a.n.e.. Recorde-se, contudo, que a Sepultura 22/80, publicada por A. Cavaleiro Paixão (1983), continha também uma peça do tipo em apreço, que não pude localizar nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia, o que sugere que este tipo estaria presente na necrópole já desde finais do século VII ou inícios do VI a.n.e..

No **Tipo 3b** (Est. LXIX), por seu turno, recolhi um conjunto de sete peças estreitamente relacionadas com as do tipo anterior, mas diferenciadas daquelas por apresentarem, por um lado, dimensões mais reduzidas – com comprimentos máximos entre os 14 e os 16cm – e, por outro, pelo desenvolvimento da lâmina: neste caso, a porção recta que parte da guarda é muito mais curta do que nas peças do Tipo 3a, iniciando-se a inflexão do dorso num ponto mais próximo da guarda. A lâmina, tal como nas peças do tipo anterior, apresenta uma primeira porção côncava e uma segunda nitidamente convexa; o alargamento da sua porção distal é mais assinalado do que nas peças do Tipo 3a.

As guardas conservadas em peças deste tipo apresentam secções circulares. Os sistemas de encabamento, por outro lado, são bastante peculiares, verificando-se soluções distintas. A peça 777, por

exemplo, apresenta um sistema em que a lingueta de encabamento central – que forma uma peça única com a lâmina – se encontra ladeada por duas linguetas laterais solidárias com a guarda, às quais se unem por hastes ou rebites de secção circular; provavelmente os interstícios entre estas linguetas conteriam elementos perecíveis completando o cabo.

Na peça 778, em contrapartida, o cabo prolonga a guarda; a empunhadura assim formada apresenta duas perfurações de sentido vertical, possivelmente destinadas à fixação de algum elemento perecível ou à aplicação de embutidos.

As facas assimiláveis ao Tipo 3b do OSM são bastante menos comuns do que as dos tipos anteriores, apresentando talvez, por outro lado, uma maior coerência cronológica do que aqueles. As peças de Alcácer do Sal em apreço contam, com efeito, com paralelos na necrópole da Cruz del Negro (Monteagudo 1953; Mancebo Dávalos 2000: Fig. 1) e em Tejada la Vieja (Blanco/ Rothenberg 1982; Fernández Jurado 1987), onde poderiam apresentar cronologias algo mais recuadas, mas também na necrópole da Mealha Nova (Dias/ Beirão/ Coelho 1970: 201), na necrópole Ibérica de Los Villares, em Albacete (Blánquez Pérez 1990: Fig. 41) e em Cancho Roano (Kurtz 2003: 319-320). Todas estas peças poderiam distribuir-se, com maior ou menor segurança, por um intervalo centrado nos séculos VI-V a.n.e..

Nos casos cujos contextos podem, em maior ou menor medida, restituir-se, as associações das peças do OSM não parecem desmentir esta imagem: assim, na já comentada Sepultura 101, datada do século V a.n.e., exumaram-se três peças deste tipo; na Sepultura 98 recolheu-se outro exemplar, neste caso associado a uma xorca, a peças pertencentes a um elemento de mobiliário e a uma fíbula de Tipo Ponte 15, elementos que poderiam sugerir também neste caso uma cronologia de finais do século VI a.n.e. ou da centúria seguinte.

O **Grupo 4** (Est. LXX-LXXI), representado por seis exemplares, relaciona-se estreitamente com o Tipo 3a, já comentado, com o qual comparte a maioria das suas características morfológicas. As peças deste grupo diferenciam-se, não obstante, por apresentarem dorsos quebrados em lugar dos dorsos suavemente curvados das peças daquele tipo: com efeito, o segmento recto e o segmento descendente do dorso da lâmina destas peças encontram-se separados por um ângulo bem vincado, que constitui o aspecto definatório deste grupo.

A configuração do fio destas peças é similar à das peças do Tipo 3a, ao passo que as escassas guardas preservadas apresentam secções rectangulares. Os sistemas de encabamento são simples, consistindo em linguetas solidárias com a lâmina à qual se aplicariam elementos perecíveis por meio de rebitagem. As dimensões das peças deste grupo são bastante variáveis, oscilando entre os 12,5 e os 20cm de comprimento máximo.

Embora surjam já em contextos relativamente antigos, nomeadamente na necrópole de La Anzorra (Ferrer Albelda/ Casado Ariza 2014: Fig. 2), as peças deste tipo são tendencialmente tardias, surgindo nomeadamente em Cancho Roano (Kurtz 2003: 320) e nas necrópoles meseténhas (Lorrio 1997; Mateos Leal/ Sánchez Nicolás 2014). No Sudoeste, a longa perduração deste tipo de facas afalcatadas encontra-se sobejamente atestada pela sua presença na necrópole do Casalão de Santana, em Sesimbra (Serrão 1964) ou no Altar A do Castrejón de Capote (Berrocal-Rangel 1992: Fig. 30). Pode considerar-se, portanto, um tipo particularmente típico da II Idade do Ferro.

O **Grupo 5** (Est. LXXI, nn.791-792) constitui um tipo claramente minoritário, representado por apenas duas peças, distintas entre si mas que se aproximam pelas suas grandes dimensões – 18 e 25cm de comprimento máximo – e pelo carácter fortemente inflectido da sua lâmina, que confere a estas peças um característico aspecto em “L”. As duas peças deste tipo apresentam sistemas de encabamento de lingueta e rebites, apresentando uma delas a guarda redonda e a outra a guarda quadrangular.

As peças deste tipo parecem ser pouco comuns na Idade do Ferro Peninsular, tendo ainda assim podido identificar um paralelo na necrópole de Pozo Moro (Alcalá Zamora 2003: Fig. 19), o que poderia sugerir uma cronologia tardia para este grupo tipológico.

Finalmente, caberia resenhar a presença de uma pequena lâmina – n.790 – pertencente a uma faca do tipo em apreço mas que não se enquadra em nenhum dos grupos tipológicos referenciados. Corresponde a uma lâmina de dorso sobrelevado e porção distal côncava, com extremidade revirada; o fio apresenta uma configuração côncavo-convexa. Não pude documentar paralelos precisos para este delicado exemplar.

Infelizmente, e dada a escassez de coordenadas contextuais para a maioria das facas afalcatadas do OSM, torna-se difícil reconstituir a função de que estes elementos se terão revestido nos rituais e nos espólios funerários, sendo por extensão difícil entrever o seu significado no âmbito dos discursos sociais e ideológicos representados na necrópole. Com base nos dados de outros sítios contemporâneos, podem ainda assim propor-se duas funções possíveis para estas facas.

Por um lado, na necrópole de Medellín notou-se que as facas afalcatadas surgiam com bastante frequência em associação com elementos de armamento, pelo que se propôs que estes elementos cortantes poderiam integrar o que se designou como a “panóplia orientalizante” típica (Lorrio 2008c; 2008d). No OSM, essa associação encontra-se perfeitamente documentada na Sepultura 22/80, publicada por A. Cavaleiro Paixão, onde um destes elementos se associava a um par de lanças munidas dos respectivos contos (Paixão 1983: Fig. 5).

A associação das facas afalcatadas à panóplia armamentícia parece, por outro lado, estender-se até à II Idade do Ferro. Com efeito, as barras transversais das bainhas das espadas e falcas deste período desenham com frequência uma concavidade que, segundo os dados recolhidos nalguns conjuntos funerários, serviria (pelo menos nalguns casos) para albergar uma faca afalcatada, complemento portanto do elemento principal de armamento (cf. Mateos Leal/ Sánchez Nicolás 2014: Fig. 7).

No entanto, documentaram-se também situações nas quais este tipo de facas surge nas sepulturas em posições distintas, como no caso do exemplar da Sepultura 7 da Vinha das Calças 4, que se recolheu no interior de um grande prato de cerâmica cinzenta, podendo por isso pensar-se que terá aqui servido uma função sacrificial ou cerimonial (Arruda et al. 2017c: 218), uso que foi igualmente proposto para outros exemplares documentados no Sudoeste Peninsular (Almagro-Gorbea 1998; Lorrio 2008c). É por isso possível que pelo menos parte das facas afalcatadas do OSM tenham servido funções análogas no contexto dos rituais funerários.

Estampa LXVI – Facas afalcatadas (Grupo 1).

Estampa LXVII – Facas afalcatadas (Grupo 2).

Estampa LXVIII – Facas afalcatadas (Grupo 3a).

Estampa LXIX – Facas afalcatadas (Grupo 3b).

Estampa LXX – Facas afalcatadas (Grupo 4).

Estampa LXXI – Facas afalcatadas (Indeterminadas - Grupo 4? - e Grupo 5).

793

794

795

796

Estampa LXXII – Facas afalcatadas (Grupo Indeterminado).

3.2.7. Armamento

A presença de um extenso lote de armas na necrópole de Alcácer do Sal, em parte já publicada por W. Schüle (1969), constitui um rasgo muito particular dos espólios deste conjunto funerário. O conjunto de armamento do OSM reveste-se de um inegável interesse, não apenas pelo seu volume, bastante excepcional no contexto do Sudoeste Peninsular, mas também pela sua marcada diversidade tipológica, facto a que não será estranha a ampla diacronia de utilização da necrópole.

Com efeito, e se uma parte importante desta panóplia armamentícia se pode atribuir a um horizonte da II Idade do Ferro, a inclusão de armas nos espólios funerários já desde momentos bastante recuados da I Idade do Ferro encontra-se também plenamente atestada, nomeadamente graças aos dados da Sepultura 22/80, escavada e publicada por A. Cavaleiro Paixão (1983: Fig. 5).

A presença de armas nos espólios funerários não é, de resto, invulgar nas necrópoles da I Idade do Ferro do Sul do actual território português, nomeadamente nas da área de Ourique (Beirão 1986; Soares/ Martins 2013) e de Beja (Arruda et al. 2017c; 2017d; Figueiredo/ Mataloto 2017; Soares et al. 2017), mas também do Algarve (Barros et al. 2005; Cardoso/ Gradim 2006; 2008), o que contrasta claramente com a situação verificada nas necrópoles contemporâneas de outras regiões do Sudoeste, como a Baixa Andalusia (cf., p. ex., Quesada Sanz/ Casado Ariza/ Ferrer Albelda 2014) ou a Extremadura (Lorrio 2008d), onde as armas, embora presentes, são sempre proporcionalmente muito escassas.

A panóplia da II Idade do Ferro do OSM, reveste-se, por outro lado, de um valor acrescido devido ao escasso conhecimento do armamento deste período no âmbito do Sudoeste Peninsular (cf. Berrocal-Rangel 1992: 154-163; Tristão 2012), por contraste com outras áreas regionais (Cabré 1990; Lorrio 1994; Quesada Sanz 1997; v. tb Graells/ Marzoli 2016), mas também por constituírem um dos mais claros reflexos da complexidade da rede de relações suprarregionais de Alcácer do Sal durante a segunda metade do I milénio a.n.e..

O conjunto armamentício do OSM engloba, por um lado, armamento ofensivo – lanças, contos, falcatas, espadas/punhais e *soliferrea* – bem como outros elementos que terão pertencido a peças de armamento defensivo, nomeadamente pegas e um possível umbo de escudo. Cada uma destas categorias merece algumas considerações adicionais, que procurarei desenvolver nas páginas que se seguem.

3.2.7.1. Lanças e contos (Ests. LXXIII a XCIII)

As lanças, por vezes acompanhadas dos respectivos contos, constituem, de longe, o elemento de armamento mais frequente no OSM, incorporando-se nos espólios desta necrópole, ao que tudo indica, praticamente desde os seus momentos iniciais de uso, como atesta o bem conhecido conjunto da Sepultura 22/80, exumado e publicado por A. Cavaleiro Paixão (1970: Fig. 5).

A importância do conjunto de lanças da necrópole de Alcácer do Sal, e sobretudo a representatividade das suas lanças longas, levou inclusivamente à criação por W. Schüle (1969: 115) de uma categoria particular de lanças de grande envergadura, as chamadas *Alcacerlanzen*, termo que entraria no discurso arqueológico nas décadas seguintes, tendo contudo sido criticado e abandonado em estudos de referência mais recentes sobre o armamento da Idade do Ferro Peninsular (Quesada Sanz 1997: 353).

Pude resenhar, ente os materiais do OSM, um conjunto de 112 folhas de lança¹¹, cujo interesse reside, para além do seu volume, na sua grande variedade tipológica. Uma porção significativa das peças deste conjunto – 56 peças – permite, pelo seu estado de conservação, um enquadramento tipológico, podendo a maioria delas, com efeito, distribuir-se, por diversas das variantes estabelecidas por F. Quesada Sanz (*idem*: 360-392) (Figura 33), cuja tipologia adoptarei na descrição que se segue.

Assim, a **variante IA** (Ests. LXXIII-LXXV), correspondente a lanças longas e muito longas de folha estreita, tendência triangular e base perpendicular à haste, encontra-se representada na necrópole por dez exemplares, incluindo as já citadas peças da Sepultura 22/80 de A. Cavaleiro Paixão (1983: Fig. 5).

11. Número máximo.

Figura 33 – Distribuição do conjunto de folhas de lança do OSM por variantes.

As peças deste tipo do OSM apresentam comprimentos entre os 34,6 e os 56cm; as larguras máximas das suas folhas oscilam entre os 1,8 e os 2,9cm. Estas folhas contam, em todos os casos reconhecíveis, com nervuras centrais destacadas, de tendência rectangular. Os alvados, que correspondem a uma porção variável das peças, entre um quinto, nas peças maiores, e um terço nas menores, são de secção circular, reconhecendo-se nos exemplares bem preservados orifícios para fixação ao cabo; a haste que liga o alvado às folhas apresenta secção rectangular.

As lanças da variante IA correspondem ao tipo de lança mais antiga da Idade do Ferro Peninsular, facto atestado no próprio OSM pelas peças já citadas da Sepultura 22/80; no Sul do actual território português este tipo está também presente na necrópole da Fonte Santa (Beirão 1986) e possivelmente também na da Nora Velha, em sepulturas enquadradas por um monumento tumular de planta circular, de cronologia comparativamente antiga (Soares/ Martins 2013).

Peças análogas surgem também nos horizontes mais antigos das necrópoles Ibéricas do Levante e do Sudeste, em contextos de finais do século VI e sobretudo do V a.n.e.. As peças do OSM poderão, portanto, distribuir-se por um intervalo balizado entre o final do século VII e o século V a.n.e..

A **variante IIA** (Ests. LXXVI-LXXVII), estreitamente relacionada com a anterior, de que se diferencia sobretudo pelo facto de a base da folha apresentar uma configuração mais arredondada, encontra-se representada em Alcácer do Sal por seis exemplares. As peças desta variante do OSM oscilam entre os 41,9 e os 51,6cm de comprimento máximo, apresentando as suas folhas larguras máximas entre os 2,5 e os 3,4cm.

As folhas apresentam, tal como no tipo anterior, nervuras centrais destacadas, de secção rectangular e ocasionalmente losânguica ou poligonal. Os alvados, proporcionalmente longos (um quinto a um terço do comprimento total), são também de secção circular, enquanto que as hastes apresentam secção rectangular.

Estas peças parecem surgir a par das da variante IA, estando também documentadas em contextos antigos, como demonstra a presença de exemplares desta variante na necrópole de Medellín, numa sepultura do segundo quartel do século VI a.n.e. (Lorrio 2008d), no túmulo de El Palmarón, em Niebla (Belén Deamos/ Escacena Carrasco 1990; Belén Deamos 1995) ou, já em território português, nas necrópoles da Fonte Santa (Beirão 1986) e do Pêgo (Dias/ Beirão/ Coelho 1970). Em contrapartida, surge também no mundo Ibérico em contextos mais tardios, enquadráveis no século IV a.n.e. (Quesada Sanz 1997: 361), o que demonstra uma maior perduração desta variante.

No OSM, uma peça deste tipo, n.813, foi exumada na Sepultura 7/80, associada a uma lança da variante VIA (cf. *infra*) e a uma xorca, o que asseveraria a cronologia relativamente recuada (séculos VI-V a.n.e.) deste tipo de lanças.

A **variante IIB** (Est. LXXVII, n.814) encontra-se representada no OSM por um único exemplar, formalmente similar aos da variante IIA, mas de menores dimensões e com uma folha proporcionalmente mais larga; esta peça apresenta um comprimento máximo de 34,5cm e uma largura máxima de 2,6cm. A folha apresenta uma nervura destacada de secção rectangular. O alvado é, como sempre, de secção circular, sendo a haste neste caso tendencialmente poligonal.

As peças desta variante são menos comuns do que as das variantes anteriores, encontrando-se ainda assim representadas, no Sul do actual território português, na necrópole da Fonte Santa (Beirão 1986), estando também presentes em Cancho Roano (Kurtz 2003: 299); este tipo apresenta-se particularmente concentrado no Levante e na Alta Andaluzia, por um lado, e na Meseta Oriental, por outro (Quesada Sanz 1997: 362), tendo-se considerado característico dos séculos V e IV a.n.e. (*idem*: 363), o que os contextos das peças do Sudoeste não desmentem.

A **variante IICb** (Est. LXXVII, nn.815-816), caracterizada por folhas curtas e largas, encontra-se representada no OSM por dois exemplares, dotados de folhas caracteristicamente amigdaloides ou, num caso (n.816), em forma de lágrima; estas peças apresentam comprimentos máximos em torno dos 25 cm (25,1 e 25,4cm) e larguras máximas na ordem dos 5-6cm (5,5 e 5,9cm).

As peças diferenciam-se quanto à sua secção, apresentando a peça 815 uma nervura central de secção losânguica, ao passo que a nervura da peça 816 é de secção rectangular. Os alvados contam, como de costume, com secções circulares, neste caso ligeiramente espessadas na sua porção média; a abertura do alvado da peça 816 apresenta uma moldura formada por cinco ranhuras transversais.

Esta variante de lanças encontra-se concentrada em três núcleos principais – um na Catalunha, outro no Sudeste, e finalmente um terceiro na Meseta Norte – registando-se ainda uma área secundária de distribuição na Cornija Cantábrica (*idem*: Fig. 214); à presença destas concentrações mais setentrionais não será estranha a estreita relação formal destas peças com outras próprias do mundo gaulês, nomeadamente dos Tipos Ib/Ic e IIb definidos para o material do *oppidum* de Gournay (Brunaux/ Rapin 1988), datados entre o final do século IV e o século III a.n.e., cronologia que convém também à maioria dos exemplares peninsulares (Quesada Sanz 1997: 363). No OSM, contudo, uma peça deste tipo, n.814, foi exumada em associação a uma lança da variante IA na Sepultura 11/80, o que poderia indiciar uma cronologia antiga.

Outra variante minoritária, representada por uma única peça, corresponde à **variante IIIB** de F. Quesada Sanz (*ibidem*) (Est. LXXVII, n.817). O exemplar deste tipo do OSM apresenta dimensões médias – 33,7cm de comprimento máximo e 2,7cm de largura máxima –, e uma folha estilizada, com uma base em ângulo bem marcado e um alargamento na porção média; esta folha apresenta, por outro lado, uma nervura média bem vincada, de secção quadrangular. O alvado é circular e a haste de ligação à folha é de secção quadrangular.

As peças deste tipo, particularmente concentradas, uma vez mais, na Alta Andaluzia e no Levante (*idem*: 366), encontram-se ainda assim relativamente bem representadas no Sudoeste, estando atestadas em Cancho Roano (Kurtz 2003: 299) e no Castrejón de Capote (Berrocal-Rangel 1992). Esta variante parece surgir ainda durante o século V a.n.e., como atestaria a sua presença em Cancho Roano, tornando-se mais corrente ao longo do século IV a.n.e.; algumas evidências sugerem, contudo, que poderá ter perdurado até ao século II a.n.e. (Quesada Sanz 1997: 366).

A **variante VA** de F. Quesada Sanz (1997: 366-9) encontra-se igualmente representada no OSM por um único exemplar (Est. LXXVIII, n.818). Este tipo caracteriza-se pela sua configuração foliácea, situando-se a sua largura máxima dentro do primeiro quinto da folha. A peça em apreço apresenta um comprimento máximo de 39,2cm e uma largura máxima de 3,3cm; a folha ostenta uma nervura média bem marcada, de secção losânguica, enquadrada por duas caneluras largas e pouco profundas. O alvado apresenta secção circular, sendo a haste de secção hexagonal.

Esta variante, praticamente desconhecida no Ocidente Peninsular, é em contrapartida característica das necrópoles Ibéricas do Sudeste, onde se documenta em contextos centrados fundamentalmente no século IV a.n.e., e em particular na sua primeira metade (*idem*: 369).

A **variante VB** (*idem*: 369) encontra-se mais bem representada do que a anterior, somando um total de seis exemplares (Est. LXXVIII, nn.819-824). A sua configuração é similar à da variante anterior, mas de menores dimensões; os exemplares do OSM apresentam, com efeito, comprimentos máximos

entre os 25,7 e os 34,7cm, variando a largura máxima das folhas entre os 2,7 e os 2,9cm. As folhas apresentam nervuras centrais marcadas de secção losânguica, quadrangular ou poligonal (dois exemplares cada), sendo esta variabilidade característica das peças desta variante (*ibidem*). Os alvados apresentam secção circular e as hastes secção quadrangular ou tendencialmente poligonal.

As peças desta variante, que apresentam uma notável difusão, estando atestadas na Alta Andaluzia e no Sudeste, mas também na Catalunha e por todo o território meseteno (*idem*: Fig. 220), são contudo raras no Sudoeste, estando presentes unicamente no OSM, em Cancho Roano (Kurtz 2003: 299) e na necrópole de Castillejo de la Orden, em Cáceres (Esteban/ Sánchez/ Fernández 1988). Cronologicamente, esta variante parece surgir entre os finais do século V e os inícios do IV a.n.e., perdurando no Sudeste e na Meseta até ao século II a.n.e. (Quesada Sanz 1997: 369).

No OSM, documenta-se a associação de uma peça deste tipo com lanças da variante IA (Sepultura 10, peça n.819), o que poderia indiciar a sua antiguidade, mas também com uma espada de frontão (Sepultura 59, peça n.824), o que sugeriria uma cronologia do século V ou inícios do IV a.n.e..

A **variante VC** (Est. LXXIX), caracterizada pela sua configuração em folha de louro, encontra-se representada no OSM por quatro peças, que apresentam dimensões mais reduzidas e folhas proporcionalmente mais largas que as da variante anterior; o seu comprimento máximo oscila entre os 24,5 e os 31,7cm, sendo a largura máxima das suas folhas de 4,2 a 4,7cm.

As folhas apresentam nervuras centrais bem marcadas, em todos os casos de secção quadrangular; os alvados destas peças, de secção circular, encontram-se dotados de um ligeiro espessamento na sua porção inferior, podendo encontrar-se decorados com estrias horizontais. As hastes são de secção quadrangular, apresentando num caso – n.827 – uma decoração damasquinada, muito incompleta, possivelmente representando um motivo floral.

As peças desta variante distribuem-se, uma vez mais, indistintamente pela área do Sudeste e Alta Andaluzia e pelo território meseteno, verificando-se contudo que as com nervura rectangular se concentram quase exclusivamente no território Ibérico (Quesada Sanz 1997: 373). Esta variante parece distribuir-se cronologicamente entre os inícios do século IV e o século II a.n.e. (*ibidem*).

A **variante VIA** (Est. LXXX-LXXXIII) constitui, conjuntamente com a variante IA, o tipo mais representativo no conjunto das lanças do OSM, somando um total de dez exemplares. As peças deste tipo, estreitamente relacionadas com as da variante VA, diferenciam-se daquelas na medida em que a largura máxima da folha se situa não já no primeiro, mas no segundo quinto do seu comprimento total.

Os exemplares do OSM – parte dos quais, infelizmente, muito mal preservados, o que coloca problemas de classificação importantes – apresentam comprimentos máximos entre os 37 e os 59,5cm, oscilando a largura máxima da folha entre os 2,7 e os 5cm. A secção é também variável, registando-se peças com nervura média losânguica bem marcada (quatro exemplares), bem como folhas sem nervura, de secção losânguica e aresta média (três exemplares); mais raros são os exemplares com nervura média de secção quadrangular (dois exemplares).

Os alvados, proporcionalmente curtos, são de secção circular, variando contudo a secção das hastes, que podem ser losânguicas (cinco exemplares), poligonais (quatro exemplares) e, num único caso, circular. Esta diversidade é característica da variante VIA, sendo as arestas quadrangulares típicas da área Ibérica e as peças com nervura losânguica e sem nervura características do território celtibérico (*idem*: 373). A cronologia desta variante estende-se entre o século V e os finais do século IV ou os inícios do III a.n.e. (*ibidem*).

Estas balizas cronológicas parecem confirmar-se, no OSM, pela associação de peças deste tipo a uma xorca e uma lança da variante IIA (Sepultura 7/80), a uma falcata e uma fíbula anular hispânica, de tipo indeterminado (Sepultura 9), e a uma segunda falcata e um punhal de antenas de Tipo IV (Sepultura 15).

Similar a esta variante, mas de menores dimensões e com folhas proporcionalmente mais largas, a **variante VIB** encontra-se representada na necrópole de Alcácer do Sal por sete exemplares (Ests. LXXXIV-LXXXV), com comprimentos máximos entre os 30,3 e os 36,8cm, oscilando a largura máxima das folhas entre os 3,6 e os 4,1cm. A configuração das folhas é variável, verificando-se a presença de peças com secção losânguica, sem nervura marcada mas com aresta média (duas peças), e de outras dotadas de nervuras bem marcadas, de secção quadrangular (duas peças). Os alvados são circulares, apresentando por vezes anéis de reforço, sendo as hastes geralmente de secção poligonal.

A **variante VIC** (Est. LXXXV, n.846-847), estritamente relacionada com a anterior, mas de dimensões ligeiramente menores, encontra-se representada no OSM por dois exemplares, com comprimentos máximos em torno aos 20cm e larguras máximas de folha de 4cm. Ambas as peças apresentam nervuras médias bem marcadas, de secção rectangular. O alvado é circular e as hastes são, em ambos os casos, quadrangulares.

As peças das variantes VIB e VIC distribuem-se indistintamente pelas áreas ibérica e celtibérica, registando-se, como ficou dito, uma preponderância das nervuras bem marcadas na primeira região, ao passo que as nervuras em aresta, bem como as peças sem nervura, se consideram próprias do território meseteno (*ibidem*). Embora surjam ainda durante o século V a.n.e., o momento de maior difusão das peças destas variantes corresponde à segunda metade do século IV e ao século III a.n.e., perdurando até à Época Romana (*ibidem*).

A **variante VIIBa** poderá estar representada no OSM por uma única peça (Est. LXXXVI, n.848), cujo mau estado de conservação levanta, contudo, algumas dificuldades no que diz respeito à sua adscrição tipológica. Estas peças caracterizam-se pelo facto de a sua largura máxima se situar sensivelmente a meio do comprimento da folha, característica que se verifica na peça 848 do OSM, o que permite aproximá-la desta variante. A peça em análise apresenta um comprimento máximo de 38,5cm e uma largura máxima de 5,6cm. A sua nervura central encontra-se muito deteriorada, não podendo restituir-se a sua secção original.

As peças da variante VIIB surgem tanto na área ibérica do Sudeste como em território meseteno, sendo os exemplares dotados de aresta marcada – o que parece ser o caso do exemplar do OSM – particularmente característicos da primeira destas regiões (*idem*: 377). A cronologia desta variante é muito lata, estando documentada entre o século V e o II a.n.e. (*idem*).

Também a presença da **variante VIICa** na necrópole, apesar de provável, é problemática, na medida em que a única peça que pode atribuir-se a este tipo (Est. LXXXVI, n.849) se encontra muito deteriorada. Trata-se de uma peça dotada de um alvado proporcionalmente muito longo – cerca de metade do comprimento total da peça – e uma folha de configuração amigdalóide. O seu comprimento máximo é de 23cm, e a sua largura máxima é de 4,9cm. A folha apresenta uma nervura central bem marcada, de secção rectangular.

As lanças da variante VIICa, correspondentes, provavelmente, a armas de tipo javalina, apresentam uma concentração eminentemente mesetena, estando quase ausentes do território meridional da Península Ibérica (Quesada Sanz 1997: 377), surgindo em geral em contextos muito tardios, entre finais do século IV e o século II a.n.e. (*ibidem*). No entanto, a associação desta peça na necrópole a um bracelete de tipo xorca poderia indiciar uma cronologia algo mais recuada para o exemplar do OSM.

A **variante VIIIA** coloca os mesmos problemas que os tipos anteriormente comentados, ao estar representada por uma única peça, muito mal preservada e incompleta (Est. LXXXVI, n.850), o que implica consideráveis reservas quanto à sua adscrição tipológica. Apresenta, ainda assim, o longo alvado/haste que caracteriza esta variante, conservando-se parte da folha, de tendência triangular, dotada de nervura central de secção rectangular; corresponderia a uma peça de grandes dimensões, sendo o seu comprimento máximo conservado de 29,3cm e a sua largura máxima de 5,8cm.

As lanças da variante VIII apresentam uma dispersão muito irregular pela maioria do território peninsular, sem que se verifique nenhuma concentração destacada, ainda que se note uma certa prevalência destas peças em território meseteno (*idem*: Fig. 229). A sua cronologia é igualmente dispersa, surgindo já desde os séculos VI-V e perdurando até ao II-I a.n.e. (*idem*: 382).

Finalmente, caberia resenhar a presença de uma peça enquadrável na **variante IX** (Est. LXXXVI, n.851). Corresponde a um exemplar de alvado longo dotado de uma folha robusta de configuração losângica e secção lenticular. O seu comprimento máximo é de 26cm e a sua largura máxima é de 3,8cm. Pela sua configuração, deverá corresponder a uma arma arrojadiza, de tipo javalina.

As peças da variante IX são pouco comuns, documentando-se ainda assim no Sudeste, nomeadamente em El Cigarralejo (Cuadrado 1987), e na área mesetena, registando-se por exemplo na necrópole de Las Cogotas (Kurtz 1987). A sua cronologia parece ser tardia, surgindo em contextos do século III a.n.e. em diante (Quesada Sanz 1997: 382).

Ainda dentro deste apartado sobre as folhas de lança merecem comentário à parte duas peças que, contrariamente ao que sucede com o restante conjunto, já comentado, foram produzidas em bronze (Est. LXXXVII). Embora não sejam de todo desconhecidas (Quesada Sanz 1997: 343-5; cf. tb. Celestino Pérez/ Jiménez Ávila 1993: Fig. 30.1; Jiménez Ávila 2006: Fig. 1), as pontas de lança de bronze são bastante raras na Idade do Ferro peninsular, pelo que a presença destes dois elementos no OSM constitui um aspecto digno de nota.

A primeira destas peças – n.852 – apresenta uma alvado circular, folha de base angulosa e tendência trapezoidal, com um ligeiro estreitamento na sua porção média e uma nervura média marcada, de secção losânguica. O seu comprimento máximo é de 22,2cm e a sua largura máxima, coincidente com o terço proximal da folha, superaria ligeiramente os 2cm; trata-se portanto de uma peça de reduzidas dimensões.

Formalmente, os melhores paralelos para esta peça remontam a ambientes do Bronze Final, podendo o exemplar do OSM integrar-se, com razoável segurança, no grupo das pontas de lança do tipo “língua de carpa”, documentado no actual território português por exemplares de Muge, em Salvaterra de Magos, e de Veiros, em Estremoz (Cardoso/ Guerra/ Bragança 1992, com bibliografia). Caberia, por outro lado, recordar que as peças deste tipo se encontram abundantemente atestadas no famoso Depósito da Ría de Huelva (Ruiz-Gálvez Priego 1995: Lám. 14).

As peças deste tipo parecem enquadrar-se num momento tardio do Bronze Final, situável entre os séculos IX e VIII a.n.e. (Cardoso/ Guerra/ Bragança 1992: 247), pelo que a sua presença na necrópole de Alcácer do Sal deve considerar-se um arcaísmo, podendo esta peça correlacionar-se com outras (*juglet* cerâmico, fíbulas de tipo itálico) cuja cronologia parece preceder a do início do uso deste espaço funerário, mas que em Alcácer parecem perdurar no tempo, acabando por se amortizar no OSM.

Em contrapartida, a segunda peça, n.853, apresenta maiores dificuldades de interpretação, na medida em que se encontra bastante deteriorada. Ostenta um alvado circular longo e uma haste igualmente circular dotada de um espessamento na sua porção média, sendo a folha, aparentemente, de base angulosa, não podendo restituir-se contudo o seu desenvolvimento; esta folha apresenta uma nervura média de secção losânguica. O comprimento máximo conservado desta peça é de 24,6cm e a sua largura máxima parece ter sido de 3,4cm. Não pude documentar nenhum paralelo exacto para este peculiar exemplar, o que impede, na ausência de dados contextuais específicos, o seu correcto enquadramento cronológico.

Finalmente, caberia resenhar uma peça publicada por W. Schüle (1969: Taf. 104, n.10) e recolhida por F. Quesada Sanz como uma ponta de lança de bronze (Quesada Sanz 1997: 343-4 e Fig. 195), interpretação funcional que, contudo, não parece confirmar-se; a análise directa permitiu-me apreciar o facto de a mesma não apresentar qualquer indício formal de ter pertencido a uma lança, correspondendo, com efeito, a um fragmento amorfo de bronze, impossível de classificar tipologicamente.

Estas numerosas folhas de lança seriam complementadas por contos de ferro de configuração cónica, que rematariam a extremidade inferior da lança, servindo diversas funções: por um lado, impediriam o contacto da haste de madeira com o solo, protegendo-a da degradação, e permitindo, pelo menos nalguns casos, cravar as lanças no solo; os contos serviriam ainda para contrabalançar o peso da folha, equilibrando o conjunto da lança. Finalmente, os contos poderiam servir, em si mesmos, como armas secundárias, permitindo golpear oponentes caídos ou substituir temporariamente as folhas em caso de fractura (cf. Quesada Sanz 1997: 429-431).

Este tipo de peças é muito abundante no OSM, estando registados pelo menos 68 exemplares, de dimensões muito variáveis (Ests. LXXXVIII-XCII); estes exemplares distribuem-se, com efeito, de forma contínua, por um intervalo entre os 7,3 e os 27,8cm, o que exclui, *a priori*, a possibilidade de diferenciar séries dentro do conjunto em função das dimensões.

De facto, a possibilidade de estabelecer uma tipologia de contos a partir do material do OSM – ou, com efeito, dos restantes sítios do Sudoeste Peninsular – não me parece particularmente operativa, na medida em que estas peças, pela sua simplicidade formal, mantêm simultaneamente um grau de homogeneidade morfológica e uma elevada diversidade ao nível dos detalhes formais específicos.

Assim, e relativamente ao material da necrópole de Alcácer do Sal, caberia apenas assinalar que as peças de pequena e média dimensão oferecem, normalmente, configurações cónicas muito simples

com secções circulares contínuas. É apenas no conjunto das peças de maior tamanho que se detecta uma maior diversidade de soluções formais, registando-se peças cónicas simples, similares às de menor dimensão, mas também outras com configuração em espigão, especialmente aptas para uso como armas punçantes, registando-se espigões de secção circular, quadrangular e poligonal.

A tabela seguinte (Tabela 7) recolhe todos os casos detectáveis de associação entre contos e folhas de lança, mas também aqueles em que os contos parecem surgir isolados em contextos específicos, situação que se vem atestando em outros contextos do Sudoeste Peninsular (Arruda *et al.* 2017c; 2017d), podendo sugerir que em algumas situações estas peças integrariam peças sem folha, de tipo bastão ou dardo.

Sepultura	Folhas	Contos
Sepultura 10	Variante IA (n.802), VB (n.818) e indeterminada	NN. 862 e 878
Sepultura 59	Variante VB (n.823)	N. 880
Sepultura 107	***	NN. 905, 898 e 890
Sepultura 101 ou 110	Variante IA (n.805) e VB (n.821)	N. 867
Sepultura 132	***	N. 872
Sepultura 102	***	NN. 912 e 871
Sepultura 7/80	Variante IIA (n.812) e VIA (n.833)	NN. 869, 888 e 889
Sepultura 11/80	Variante IA (n.800) e IIC (n.814)	NN. 870 e 877
Sepultura 12/80	***	N. 861
Sepultura 22/80	Variante IA (nn.796 e 797)	NN. 882 e 881

Tabela 7 – Associações entre folhas e contos de lanças no OSM.

3.2.7.2. Falcatas (Ests. XCIII-XCVII)

Como é sabido, a falcata constitui a arma por excelência dos grupos Ibéricos do Sudeste e Levante Peninsular (Quesada Sanz 1992). Este tipo de sabre curvo dotado de duplo fio na extremidade distal, derivado do modelo da *machaira* itálica, por sua vez um desenvolvimento de protótipos oriundos da área balcânica (Quesada Sanz 1997: 159-161), corresponde a uma evolução específica do mundo Ibérico, tendo-se convertido num dos mais característicos elementos da panóplia ibérica.

As falcatas encontram-se representadas no OSM por doze exemplares, a maioria dos quais, infelizmente, em bastante mau estado de conservação. Com efeito, apenas três dos exemplares do OSM se conservam integralmente, permitindo afirmar que as peças de Alcácer do Sal apresentariam comprimentos máximos entre os 49,5 e os 58,2cm.

No que diz respeito às lâminas, verifica-se uma relativa uniformidade em termos de dimensões. A largura mínima dessas lâminas, que se regista sempre no seu terço proximal, com fio de tendência côncava, oscilam entre os 3,3 e os 3,6cm, enquanto que a largura máxima, sempre correspondente aos dois terços distais, em que a lâmina se alarga, assumindo o fio uma configuração convexa, varia entre os 5 e os 5,5cm.

As peças que preservam a sua empunhadura podem distribuir-se, de forma mais ou menos segura, pelas duas grandes séries das falcatas peninsulares: os exemplares 913 e 914 parecem, apesar de mal preservados, pertencer à série das empunhaduras em cabeça de ave (Série A de M.^a E. Cabré [1934]), e a peça 914, significativamente melhor preservada, pertence sem lugar a dúvidas à série das empunhaduras em cabeça de cavalo (Série B, *idem*; cf. tb. Quesada Sanz 1997: 100-3).

São raros os exemplares que conservam a respectiva guarda basal – nn. 912, 913 e 922 –, em todos os casos de secção rectangular; as guardas apresentam, no lado virado à lâmina, uma aresta recta, enquanto que a vertente voltada ao cabo ostenta uma secção recta, correspondente à largura da lingueta do cabo, e uma secção curva, acompanhando a concavidade da empunhadura.

A primeira das peças citadas é a única que conserva, de forma que pode considerar-se integral, os rebites que fixariam a lingueta do cabo aos elementos perecíveis que o completariam, conservando-se três destes elementos, e uma perfuração que corresponderia a um quarto; o rebite mais próximo da extremidade proximal coincidiria, aproximadamente, com os olhos do cavalo que este punho figuraria.

Praticamente nenhuma das peças do OSM apresenta lâminas suficientemente bem conservadas ao ponto de permitirem apreciar a disposição das ranhuras que tipicamente percorrem o seu comprimento; o exemplar 912, único em que se pode restituir, de forma aproximada, a disposição destes elementos, apresenta, no seu terço inicial, três grupos de duas caneluras cada, acompanhando o dorso da peça, que se alargam a partir do seu segundo terço, seguindo o alargamento da própria lâmina.

Verifica-se, num único caso (n.909), a presença de elementos metálicos pertencentes às bainhas deste tipo de armas. Registou-se, neste caso, a presença de um reforço de bocal, de secção trapezoidal, e de travessas de reforço transversal destinadas, por um lado, a sustentar as argolas que serviriam para suspender a bainha e que, por outro lado, apresentam uma porção média côncava na qual, ao que parece, se poderia introduzir uma faca afalcatada, que serviria de utensílio e/ou de arma secundária.

As falcatas que, como se disse, são muito abundantes na área Ibérica do Sudeste e do Levante, são francamente raras no restante território peninsular; no contexto do Sudoeste, em particular, o conjunto do OSM constitui uma autêntica anomalia, na medida em que este tipo de peça só se documenta, fora do sítio do Baixo Sado, de forma residual, na necrópole do Monte da Cardeira, no Alandroal (Fabião 1998a: Est. 34), na da Herdade das Casas, no Redondo (Mataloto/ Williams/ Roque 2014: Fig.3; cf. tb. Berrocal-Rangel 1992: 158), na Cabeça de Vaiamonte (Pereira 2018: 145-6) e no Castrejón de Capote, em Badajoz (Berrocal-Rangel 1992: 158).

Do ponto de vista cronológico, caberia assinalar que o desenvolvimento da falcata não parece anteceder, no mundo Ibérico, o século IV a.n.e. ou, quando muito, os extremos finais da centúria anterior (Quesada Sanz 1997: 80); no caso do OSM, caberia assinalar a indicação proporcionada por V. Correia, que assinala a associação, na Sepultura 8, de uma peça deste tipo a um *krater* grego, o que em princípio confirmaria a sua presença na necrópole já na primeira metade do século IV a.n.e.. A peça 912 surge, por outro lado, associada a uma espada de antenas de Tipo IV, o que confirmaria uma cronologia do século IV ou de inícios do III a.n.e. para este outro exemplar.

As falcatas continuarão, contudo, a ser a arma preferencial do mundo Ibérico, praticamente até aos finais do século III a.n.e., perdurando inclusivamente em ambientes meseténicos até à centúria seguinte (*idem*: 82-3), pelo que não se pode excluir, taxativamente, uma cronologia mais dilatada para os exemplares de Alcácer do Sal.

3.2.7.3. Espadas e Punhais (Ests. XCVIII-CIII)

As armas de fio recto de tipo espada e/ou punhal encontram-se representadas no OSM por um total de doze peças, das quais onze, pelo seu estado de conservação, permitem ainda uma classificação tipológica mais detalhada. Este conjunto é amplamente dominado pela família das chamadas espadas de antenas, que somam um total de dez peças, desglosáveis em duas variantes distintas, como veremos.

Antes de entrar na análise do grupo tipológico das espadas de antenas, caberia contudo reseñar a presença entre os espólios da necrópole de uma **espada de frontão** (Est. XCVIII, n.924), exemplar único no Ocidente Peninsular e que poderá corresponder a um dos elementos mais antigos deste conjunto. Corresponde a uma peça de lâmina relativamente larga (6cm de largura máxima) e secção grosso modo losângica, com fios ligeiramente convergentes e dotada, no centro da lâmina, de um conjunto de caneluras – duas largas enquadrando duas mais estreitas. O comprimento máximo da lâmina é de 31,8cm, para um comprimento total na ordem dos 43cm.

Esta peça apresenta uma guarda envolvente, de tendência rectangular, com ombros ligeiramente oblíquos, sendo o lado voltado à lâmina de configuração recta; os ombros desta guarda apresentam-se decorados com círculos impressos. A largura máxima da guarda, que corresponde também à largura máxima da espada, é de 6,6cm.

Do ponto de vista tipológico, contudo, o elemento mais característico desta peça é a sua empunhadura, composta por uma lingueta de configuração romboidal com lados de recorte bicôncavo e cortada na sua extremidade proximal, à qual se fixavam, por meio de dois rebites, duas outras placas; nos interstícios formados por estas placas fixar-se-iam elementos perecíveis, não conservados. O pomo desta peça não se conservou. O sistema de empunhadura permite enquadrá-la na “série” 3 definida por M.^a E. Cabré para as espadas deste tipo (Cabré 1990: 210-1), enquanto que as suas características gerais permitem aproximá-lo do Tipo III definido por F. Quesada Sanz (1997: 187).

As espadas de frontão foram estudadas em profundidade, entre outros autores, por F. Quesada Sanz (*idem*: 174-187), que assinala a sua concentração na área do Sudeste e da Alta Andaluzia, o que parece indicar que este tipo de espada constituiria um modelo próprio do mundo Ibérico, possivelmente derivado de protótipos orientais (*idem*: 179-181); verifica-se também uma concentração secundária de peças deste tipo na Meseta Oriental, possivelmente resultante da sua importação a partir do foco de produção do Sudeste (*idem*: 181-3).

Cronologicamente, estas peças constituem um dos escalões mais antigos do desenvolvimento das espadas da II Idade do Ferro Peninsular. Os dados arqueológicos parecem indicar que este modelo surgiu ainda durante o século V a.n.e., possivelmente em meados desta centúria, tendo conhecido uma vida relativamente curta, ao não ultrapassar, ao que parece, os meados do século IV a.n.e. (*idem*: 178). O exemplar do OSM, exumado na Sepultura 59, não se associa a nenhum elemento expressivo do ponto de vista cronológico.

Como dizia, esta peça constitui um caso isolado no seio de um conjunto largamente dominado pelas espadas e punhais de antenas, que podem dividir-se, fundamentalmente, em dois grandes grupos. Por um lado, regista-se um conjunto de quatro peças englobáveis no **Tipo III** de F. Quesada Sanz (1997: 207-212) ou “**Aguilar de Anguita**” de M.^a E. Cabré (1990: 206-8) (Ests. XCVIII-XCIX).

As peças deste tipo apresentam lâminas de largura média – 3,9 a 4,2cm de largura máxima – com fios sub-paralelos, ligeiramente convergentes, que nos exemplares mais bem preservados possuem sempre séries de nervuras na sua porção média. Nas peças melhor conservadas, as lâminas têm comprimentos entre os 21,8 e os 28,4cm, para comprimentos totais de 32,5 e 38,5cm, respectivamente.

Uma vez mais, o elemento mais característico das peças deste tipo corresponde à empunhadura, formada por um espigão central em torno do qual se aplicaram dois elementos tubulares de secção circular unidos na sua porção média, união assinalada por um espessamento mais ou menos pronunciado. As empunhaduras destas peças não apresentam uma particular profusão decorativa, como é típico, de resto, nesta variante (Quesada Sanz 1997: 211), verificando-se contudo, ocasionalmente, a presença de estrias horizontais que poderiam desempenhar uma função prática tanto quanto decorativa.

Estas peças contam com guardas rectas ou ligeiramente convexas, dotadas na sua vertente inferior de uma chanfradura pronunciada, de configuração diferenciada – subcircular (n.925), rectangular (n.926) ou trapezoidal (n.928) –, com larguras na ordem dos 5cm, coincidindo com a largura máxima destas peças. A guarda da peça 926 ostenta uma decoração de círculos concêntricos gravados, espelhada na base das antenas.

As antenas destas peças apresentam configurações bastante diferenciadas entre si, podendo ser mais ou menos atrofiadas; predominam as antenas em forma de esfera achatada com aresta média marcada, registando-se também contudo numa peça – n.926 – antenas de morfologia compósita, de tendência esférica mas com uma porção média cilíndrica.

As espadas de antenas do Tipo III apresentam, segundo F. Quesada Sanz (1997: 211-2 e Fig. 119), uma distribuição marcadamente interior, concentrando-se sobretudo na Meseta Oriental e, subsidiariamente, na Meseta Ocidental; regista-se, não obstante, uma infiltração de peças deste tipo em território andaluz, correspondente ao chamado Tipo “Illora” (*ibidem*). No território português, e à parte da peça em apreço, a única outra espada do Tipo III documentada provém da virtualmente inédita necrópole do Monte da Parreira, em Almodôvar (Tristão 2012: 66).

Quanto à sua cronologia, este modelo de espada parece desenvolver-se já a partir dos inícios do século V a.n.e., perdurando até meados do século IV a.n.e., ou, mais pontualmente, até à segunda metade desta centúria (*idem*: 212; cf. tb. Cabré 1990: 206-8).

A este grupo caberia ainda acrescentar uma peça de difícil enquadramento tipológico, geralmente considerada como um punhal de antenas, ainda que, ao contrário de F. Quesada Sanz, que o classifica como tal a partir das ilustrações de W. Schüle (1969: Taf. 97), não me pareça líquido que as dimensões e o aspecto actuais desta peça sejam representativos da sua configuração original; a lâmina encontra-se, com efeito, muito deteriorada, e poderá ter sido originalmente muito mais longa, o que claramente a enquadraria no grupo das espadas de Tipo III.

Alternativamente, e assumindo que a peça em apreço conserva grosso modo a sua configuração original – com uma curta lâmina triangular de 16cm de comprimento –, pertenceria ao **Tipo IIC** de F. Quesada Sanz (1997: 283), variante que apresenta uma distribuição marcadamente meridional, concentrando-se na área do Sudeste, onde se desenvolve sobretudo durante o século IV a.n.e., ou talvez mesmo já desde o V a.n.e. (*idem*: 285-6).

As restantes cinco espadas classificáveis do OSM correspondem ao **Tipo IV** de F. Quesada Sanz (1997: 212-220) ou “**Alcácer do Sal**” de J. e M.^a E. Cabré (1933) (Ests. C-CIII). As peças deste tipo apresentam lâminas largas – 4,3 a 5,2cm de largura máxima – e de comprimento variável, documentando-se peças de lâmina longa (36,8 a 37,3cm de comprimento, para 45,5 e 48cm de comprimento total, respectivamente) e outras de lâmina substancialmente mais curta (23,8 e 24,3cm de comprimento para 34,5 e 34,2cm de comprimento total, respectivamente).

Novamente, as empunhaduras constituem o elemento mais característico deste modelo de espadas, constituindo-se novamente de um espigão central – que, pelo menos num caso, apresentaria uma secção quadrangular – coberto por um punho metálico de secção poligonal, e mais concretamente octogonal, de tendência romboidal e recorte bicôncavo, resultando num espessamento médio marcado por uma aresta mais ou menos vincada.

As peças desta variante do OSM apresentam guardas rectas ou, mais frequentemente, ligeiramente convexas, dotadas de chanfraduras laterais e de escotaduras no seu lado inferior envolvendo a lâmina, de configuração subcircular ou, num único caso, trapezoidal.

Outra das características das espadas de tipo “Alcácer do Sal” consiste no facto de apresentarem, na maioria dos casos, profusas decorações damasquinadas a prata na empunhadura e na guarda. Três das peças do OSM preservam, com efeito, complexas decorações realizadas segundo esta técnica, que merecem uma descrição mais detalhada:

- N. 930 – Os painéis centrais do anverso apresentam colunas formadas por palmetas cordiformes entrelaçadas, enquanto que os painéis laterais ostentam um motivo entrançado simples. No anverso da guarda figurou-se, em cada um dos ombros, um motivo cordiforme ou em folha de hera enquadrado por linhas que seguem o seu contorno. No reverso, os painéis centrais foram decorados com uma linha quebrada contínua realçada por linhas acessórias em aspa; os painéis laterais apresentam motivos em “S” estilizados.
- N. 934 – Os painéis centrais do anverso e do reverso encontram-se decorados com duas linhas onduladas paralelas, rematadas superiormente em espiral; os painéis laterais oblíquos figuram motivos em “S” estilizados, ao passo que os painéis laterais perpendiculares à lâmina ostentam motivos em “S” de maiores dimensões e com braços espiraliformes.
- N. 936 – Conserva decoração apenas no anverso, cujos painéis centrais se decoram com dois motivos entrançados simples paralelos, ao passo que os painéis laterais, muito desgastados, apresentam motivos em “S” estilizados ou talvez um motivo de “ondas encrespadas”, de tipo helenizante. A guarda parece ter-se decorado com um qualquer motivo de desenvolvimento horizontal, quase inteiramente perdido.

Finalmente, caberia tecer um comentário sobre os apêndices em antena destas peças. Os exemplares de grandes dimensões, a que correspondem também os esquemas decorativos mais complexos antes resenhados, apresentam apêndices discóides escalonados; o exemplar de pequenas dimensões decorado conta, por seu turno, com apêndices hemisféricos de configuração bastante regular. As duas peças restantes, em contrapartida, cujo aspecto geral é bastante tosco, possuem apêndices de morfologia esférica.

As espadas do Tipo IV apresentam, segundo F. Quesada Sanz (1997: 217-220 e Fig. 122), uma distribuição bastante desigual, registando-se concentrações tanto no interior meseteno, nomeadamente na área de Ávila, como na Andaluzia e mesmo no Sul do território português, onde aparte das peças de Alcácer se documentou uma espada deste tipo oriunda dos arredores de Beja (Schüle 1969: 226).

Este panorama não permite precisar qual seria o foco específico de desenvolvimento destas peças – se é que existiu um foco único – não sendo, portanto, de descartar que se trate de uma evolução regional do modelo anterior, hipótese que contudo não me parece particularmente provável.

Quanto à sua cronologia, por outro lado, os dados disponíveis parecem indiciar que o desenvolvimento deste modelo de espada se verificou já durante o século IV a.n.e., tendo caído em desuso no decurso da primeira metade da centúria seguinte (Quesada Sanz 1997: 220). O único exemplar minimamente contextualizado do OSM, exumado na Sepultura 15, surgiu associado a uma fíbula anular hispânica de Tipo Ponte 18 (cf. Schüle 1969: Taf. 89), o que permite confirmar, mas não precisar, a inclusão desta peça no referido intervalo cronológico.

Finalmente, caberia resenhar a presença de uma peça (nn. 939) correspondente a uma espada de que só se conserva a lâmina, larga (4,9cm de largura máxima) e de fios ligeiramente convergentes, dotada, na sua parte média, de uma série de caneluras relativamente marcadas; o seu comprimento total é de 27cm. Na ausência da empunhadura e inclusivamente da guarda, não conservadas, não disponho de elementos para atribuir esta peça a nenhum dos modelos concretos acima comentados.

*

Pelo menos parte das espadas resenhadas nos parágrafos anteriores terão eventualmente sido depositadas acompanhadas da respectiva bainha (Est. C, nn.931-933; Est. CII, n.937; Est. CIV). Documentam-se, com efeito, diversos elementos metálicos pertencentes à estrutura de elementos deste tipo, na sua maioria em muito mau estado de conservação, o que dificulta a sua correcta leitura.

Não obstante, pode afirmar-se que a estrutura destas bainhas seguiria sempre um padrão mais ou menos regular: as suas porções laterais seriam reforçadas por meio da aplicação de calhas contínuas de secção trapezoidal, ligadas entre si por placas de reforço transversais e por braçadeiras móveis dotadas de alargamentos nas suas extremidades de onde pendiam argolas destinadas à suspensão da bainha.

Na porção proximal destas bainhas estes reforços laterais encontravam-se ainda unidos por placas recortadas que encaixariam de forma mais ou menos precisa na chanfradura da respectiva espada. Estes elementos apresentam, nalguns casos, decorações tauxiadas a prata, que poderão ter complementado as dos cabos das espadas correspondentes.

No OSM registam-se dois exemplares decorados. A peça 931-3 apresenta grupos de motivos em “SS” enfrentados e preenchidos com triângulos e volutas, além de ostentar “SS” estilizados de aparência espiraliforme nas calhas laterais e nas braçadeiras transversais de reforço; este exemplar encontra-se associado a uma espada de “Tipo Alcácer do Sal”, já comentada, também ela profusamente decorada. O segundo exemplar – n. 940 – conta com uma decoração mais simplificada, formada por motivos em “SS” horizontais, ostentando idênticos motivos na braçadeira transversal, ainda que em posição vertical.

Estas bainhas contam, finalmente, com pomos terminais rematando a sua extremidade distal, que podem assumir configurações muito diferenciadas, desde exemplares esféricos ou sub-circulares a outros de aspecto ancoriforme.

Actualmente são muito escassas as bainhas que se podem associar a uma espada concreta (cf., no entanto, Schüle 1969), parecendo que estes elementos corresponderiam preferencialmente a espadas do Tipo IV, com as quais compartilham, de resto, gramáticas decorativas.

3.2.7.4. *Soliferrea* (Ests. CV-CXI)

Outra categoria de armamento que se encontra bastante bem representada no OSM engloba armas arrojadizas de haste longa integralmente em ferro, do tipo normalmente designado como *soliferreum* (Quesada Sanz 1993; 1997: 308-324), representadas na necrópole por um número mínimo de

17 peças (ou um número máximo de 19 peças). Todos os exemplares de *soliferrea* exumados no OSM apresentam fortes deformações, resultantes da prática de inutilização das armas antes da sua deposição nas sepulturas, o que dificulta consideravelmente a sua integração tipológica.

Ainda assim, abordei este conjunto, na medida do possível, de acordo com o procedimento classificativo desenvolvido por F. Quesada Sanz (*ibidem*), o que permite pelo menos uma aproximação descritiva operativa dos exemplares alcacerenses. Assim, tomei em consideração, além das dimensões das peças (cf. *infra*), a estrutura da empunhadura – que corresponde, em todos os casos, ao Tipo A de F. Quesada, correspondendo a um simples espessamento da haste, podendo contudo variar no que diz respeito à sua secção – e, nos casos possíveis, a configuração da ponta.

Quanto a este último elemento, caberia resenhar as consideráveis dificuldades sentidas na sua apreciação, devido ao mau estado de preservação da maioria das peças. Ainda assim, pude registar exemplos de pontas do Tipo 2A de F. Quesada Sanz – pontas de configuração triangular, sem aletas –, do Tipo 3 – pontas de configuração triangular dotadas de aletas –, bem com, num caso, uma ponta de tipo híbrido, combinando aspectos dos Tipos 2B e 3 – ponta de configuração foliácea e aletas incipientes. Também a presença de pontas de Tipo 1, correspondendo unicamente a um afilamento da haste, terminando em ponta, poderá estar representada neste conjunto, ainda que a sua identificação deva manter-se sob reserva, podendo resultar unicamente de fenómenos corrosivos.

A tabela que se segue (Tabela 8) recolhe as distintas combinações documentadas no conjunto de *soliferrea* do OSM:

Nº. Inv.	Empunhadura	Ponta
964	Tipo A (secção circular)	***
966	Tipo A (secção octogonal)	Indeterminada
962	Tipo A (secção quadrangular)	***
963	Tipo A (secção rectangular)	Indeterminada
961	Tipo A (secção hexagonal)	Indeterminada
965	Tipo A (secção hexagonal)	***
967	***	Tipo 3
968	***	Tipo 2 ^a
953	Tipo A (secção octogonal)	Tipo 3
951	Tipo A (secção octogonal)	Tipo 3
959	Tipo A (secção octogonal)	Tipo 2 (?)
958	Tipo A (secção octogonal)	Tipo 1 (?), secção quadrangular
957	Tipo A (secção octogonal)	Tipo 2 ou 3
SN	Indeterminado	Indeterminado
955	Tipo A (secção octogonal)	***
952	Tipo A (secção octogonal)	Tipo Híbrido (Tipo 2B/3)
960	Tipo A (secção circular)	Indeterminado
954	Tipo A (secção octogonal)	Tipo 3
956	Tipo A (secção octogonal)	Tipo 3

Tabela 8 – Caracterização dos *soliferrea* do OSM.

À luz dos dados recolhidos nesta tabela, pode apreciar-se que o tipo 3-Ae (ponta triangular com aletas, empunhadura simples, de secção octogonal) é o mais frequente no conjunto do OSM – com quatro exemplares seguros, e outros dois duvidosos – sendo os restantes tipos documentados bastante minoritários.

Finalmente, caberia tecer algumas considerações respeitantes às dimensões destas peças. Uma vez mais, o mau estado de preservação e a sua intensa deformação dificulta seriamente a restituição

das suas longitudes originais; ainda assim, caberia assinalar que as peças mais bem preservadas apresentam comprimentos máximos entre o 1,92 e os 2,11m, perfeitamente em linha com os exemplares de outras áreas peninsulares (Quesada Sanz 1993: 161-4). Quanto às dimensões das pontas, verifica-se uma relativa diversidade nos exemplares bem preservados, oscilando o seu comprimento máximo entre os 5,7 e os 7,4cm, o que se enquadra igualmente no intervalo normal para as pontas de *soliferrea* peninsular (*idem*: 164).

Finalmente, caberia tecer aqui um brevíssimo comentário à presença de decoração na peça n. 967, uma ponta triangular de aletas de Tipo 3, cuja haste não se preserva; apresenta, na sua nervura média, um motivo gravado composto por duas linhas onduladas paralelas, que originalmente poderiam corresponder a uma decoração damasquinada.

Quanto à integração crono-cultural deste tipo de armas, pode aqui resenhar-se brevemente o quadro traçado por F. Quesada Sanz nos trabalhos que dedicou aos *soliferrea* peninsulares (Quesada Sanz 1993; 1997: 308-324). Assim, e de acordo com este investigador, este tipo de arma terá sido introduzido na Península Ibérica a partir do território meridional francês durante o século VI a.n.e., alcançando a área Ibérica do Sudeste e da Alta Andaluzia no século V a.n.e.; a partir deste momento, os *soliferra* generalizar-se-ão, sendo particularmente comuns nos séculos IV e III a.n.e. (Quesada Sanz 1993: 180-1). A penetração deste tipo de arma para o interior peninsular parece datar igualmente do século V a.n.e. (*ibidem*); por seu turno, as armas deste tipo perduram até à Época Republicana, encontrando-se ainda referenciadas nas fontes latinas que versam sobre a conquista do território peninsular (*idem*: 177-8).

Nenhuma das peças do OSM conta com coordenadas contextuais, pelo que o enquadramento específico dos exemplares alcacerenses dentro deste amplo intervalo cronológico não pode estabelecer-se com segurança. A referência à sua associação a recipientes áticos nas sepulturas do 1º Tipo de V. Correia (1975 [1928]) permite não obstante asseverar que pelo menos parte destas peças se depositou na necrópole na primeira metade/ meados do século IV a.n.e..

3.2.7.5. Elementos de escudo (Est. CXII)

O armamento defensivo encontra-se representado no OSM por um pequeno mas relativamente expressivo conjunto de elementos que podem, com maior ou menor segurança, interpretar-se como peças pertencentes a escudos, cujas partes realizadas em matérias perecíveis naturalmente não se conservaram. A maioria corresponde a seguras ou putativas pegas de escudo, representadas por sete exemplares distribuídos por pelo menos três tipos diferenciados.

O **Tipo 1** (Est. CXII, nn.969-971), representado por uma peça a que poderão, talvez, somar-se outras duas, muito incompletas, caracteriza-se por apresentar na extremidade uma placa de contorno rectangular, ligeiramente curvada no sentido longitudinal, em cujos limites se assinalam pequenas chanfraduras sub-rectangulares; o elemento mais característico consiste, contudo, no facto de apresentar um conjunto de quatro recortes cruciformes decorativos. Na base conservam-se dois rebites que permitiriam a fixação desta peça ao corpo principal do escudo. Todas as peças deste tipo, realizadas em ferro, encontram-se muito deterioradas, o que não permite restituir as suas dimensões originais.

Estas pegas de escudo podem englobar-se no Tipo IC de F. Quesada Sanz (1997: 499-502), não sendo contudo a decoração recortada particularmente comum no conjunto das pegas de escudo Ibéricas; documenta-se, ainda assim, um paralelo parcial na necrópole de Almedinilla, em Córdoba (*idem*: Fig. 290), que apresenta contudo uma única cruz recortada no centro da placa. O Grupo I de F. Quesada Sanz recolhe os tipos de pegas de escudo mais antigas do mundo Ibérico, com cronologias centradas fundamentalmente na primeira metade do século IV a.n.e. (*idem*: 502).

O **Tipo 2** (Est. CXII, n.972), representado por uma única peça produzida em ferro, caracteriza-se por possuir uma placa de recorte compósito: na sequência do elemento tubular aberto de apreensão, documenta-se uma pequena aleta e dois ombros semicirculares, dotados de perfurações onde se aplicariam os cravos ou rebites para fixação ao corpo principal do escudo; destes ombros parte uma coluna rematada por um elemento circular denteado, ladeado por dois apêndices laterais de configuração imprecisa, no centro do qual se realizou um recorte de tendência rectangular.

Pelas suas características esta peça pode englobar-se no Tipo IIA1 de F. Quesada Sanz (1997: 502), contando com paralelos exactos na necrópole de El Cigarralejo, onde se exumaram em sepulturas datáveis da primeira metade do século IV a.n.e. (Cuadrado 1987; Quesada Sanz 1997: 502).

Finalmente, o **Tipo 3**, representado por duas peças (Est. CXII, nn.973-974) também elas de ferro, corresponde ao modelo clássico de pega de aletas longas do mundo Ibérico, caracterizado por uma placa de tendência triangular cujos vértices inferiores apresentam pequenos apêndices decorativos em botão; as vertentes laterais destas placas apresentam um pequeno ressalto. Nenhuma das peças do OSM conserva a extremidade distal, embora o curioso perfil rectangular da fractura da peça 973 sugira que esta contaria, nessa zona, com uma argola para fixação de correias de suspensão.

Estas peças englobam-se no Grupo III de F. Quesada Sanz (1997: 502-6), sem que possa precisar-se exactamente o tipo e a variante concreta devido ao seu deficiente estado de preservação. Este grupo de pegas é, também ele, muito característico do mundo Ibérico do Sudeste e da Alta Andaluzia, surgindo já desde inícios do século IV a.n.e. e expandindo-se para outras áreas, nomeadamente para a Meseta, a partir de meados daquela centúria e sobretudo no século III a.n.e. (*idem*: 502).

À parte destes elementos de preensão, pude ainda identificar uma peça, infelizmente mal preservada, que pelas suas características poderá corresponder a parte do umbo de um escudo (Est. CXII, n.976). Trata-se de uma peça hemisférica simples com 6,7cm de diâmetro e 1,8cm de altura máxima, dotada de uma haste central de secção quadrangular, que seguramente excederia os rebordos do corpo principal da peça mas que se encontra fracturada, e que julgo ter servido para fixação ao corpo principal do escudo.

Com algumas reservas, esta peça poderia aproximar-se do Grupo III da tipologia de umbos de F. Quesada Sanz (1997: 514-5), que engloba pequenos umbos de ferro característicos de ambientes mesetenhos e com cronologias do século IV a.n.e. em diante; a peça do OSM apresenta, contudo, dimensões mais reduzidas do que os exemplares recolhidos no referido grupo, faltando-lhe também o rebordo horizontal característico das peças do interior peninsular. A interpretação funcional e o enquadramento cronológico deve, portanto, manter-se sob quarentena.

Estampa LXXIII – Folhas de lança (variante IA) (n.797 segundo Paixão, 1983).

Estampa LXXIV – Folhas de lança (variante IA).

Estampa LXXV – Folhas de lança (variante IA).

Estampa LXXVI – Folhas de lança (variante IIA).

Estampa LXXVII – Folhas de lança (variantes IIA, IIB, IIC e IIIB).

Estampa LXXVIII – Folhas de lança (variante VA e VB).

Estampa LXXIX – Folhas de lança (variante VC).

Estampa LXXX – Folhas de lança (variante VIA).

Estampa LXXXI – Folhas de lança (variante VIA).

Estampa LXXXII – Folhas de lança (variante VIA).

Estampa LXXXIII – Folhas de lança (variante VIA).

Estampa LXXXIV – Folhas de lança (variante VIB).

Estampa LXXXV – Folhas de lança (variantes VIB e VIC).

Estampa LXXXVI – Folhas de lança (variantes VIIBa, VIICa, VIIla e IX).

Estampa LXXXVII – Folhas de lança de bronze (tipos “língua de carpa” e indeterminado)

Estampa LXXXVII – Folhas de lança de bronze (tipos “língua de carpa” e indeterminado).

0 5cm

Estampa LXXXVIII – Contos de lança.

Estampa LXXXIX – Contos de lança.

Estampa XC – Contos de lança.

Estampa XCI – Contos de lança.

902

903

904

905

906

907

908

Estampa XCIII – Falcata (série “cabeça de cavalo”) e elementos da respectiva bainha.

Estampa XCIV – Falcatas (série “cabeça de ave?”).

Estampa XCV – Falcatas.

918

919

920

Estampa XCVII – Falcatas.

924

925

926

Estampa XCVIII – Espada de frontão e espadas de antenas (Tipo III).

Estampa XCIX – Espadas de antenas (Tipo III).

Estampa C – Espada de antenas (Tipo IV) e respectiva baínha.

934

Estampa CI – Espada de antenas (Tipo IV).

935

936

937

Estampa CII – Espadas de antenas (Tipo IV) e bainha.

938

939

Estampa CIII – Espadas de antenas (Tipo IV e tipo indeterminado).

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

Estampa CIV – Elementos de baínha.

Estampa CV – Soliferrea.

0 5cm

Estampa CVI – Soliferrea.

955

956

Estampa CVII – Soliferrea.

957

958

959

Estampa CVIII – Soliferrea.

Estampa CIX – Soliferrea.

963

964

965

Estampa CX – Soliferrea.

Estampa CXI – Soliferrea.

Estampa CXII – Elementos de escudo (pegas e possível umbo).

3.2.8. Elementos de carro, de atrelagem e de condução equestre (Ests. CXIII-CXVII)

Os carros ligeiros de combate e/ou parada estão documentados no Sudoeste da Península Ibérica já desde o Bronze Final, surgindo representados em diversas estelas de guerreiro desse período (Celestino Pérez 2001: 211-232; Quesada Sanz 2008a: 297-302), sem que contudo se tenha documentado a presença no registo arqueológico de elementos físicos correspondentes a elementos destes carros.

Em contrapartida, as evidências materiais da presença de carros tornam-se mais correntes, ainda que não muito abundantes, a partir dos inícios da Idade do Ferro (cf. Quesada Sanz 2008a; Mielke/ López Rosendo/ Torres Ortiz 2012). A maioria das evidências relacionadas com estes veículos ligeiros, e também as mais completas, surgem sobretudo em ambientes funerários, integrando espólios de grande riqueza, depositados em sepulturas seguramente pertencentes a indivíduos socialmente destacados, por vezes designadas como *Wagengräber* ou “sepulturas de carro” (Stary 1989).

Também o OSM proporcionou um conjunto de elementos pertencentes a carros ou relacionados com a sua condução, que têm, desde a sua publicação por W. Schüle (1969: 107-8), merecido significativa atenção por parte da investigação, sendo resenhados nas principais sínteses dedicadas a este tipo de elementos (p. ex. Jiménez Ávila/ Muñóz López-Astilleros 1997; Jiménez Ávila 2002: 213-233; Quesada Sanz 2008a; Mielke/ López Rosendo/ Torres Ortiz 2012).

Entre os elementos constitutivos de carros caberia assinalar a presença de um conjunto de peças pertencentes a rodas, que podem dividir-se em dois grupos fundamentais. Por um lado, registam-se **reforços internos de roda**, isto é, elementos que se posicionariam no centro das rodas, proporcionando um ponto sólido de encaixe para o eixo (Est. CXIII). Estas peças compunham-se de dois elementos cilíndricos de ferro, um de grandes dimensões – cerca de 12,5cm de diâmetro e espessuras de sensivelmente 5cm – e outro de menores dimensões – cerca de 6,7cm de diâmetro e espessuras em torno aos 3,5cm –, este último dotado de uma lingueta saliente.

Todas estas peças foram exumadas *in situ* por A. Cavaleiro Paixão na Sepultura G10 (Paixão 1970: 85-7), o que permite apreciar que estes elementos cilíndricos ocupariam posições concêntricas, podendo originalmente estar ligados entre si; o facto de formarem, nesta sepultura, dois pares, depositados em níveis diferenciados, poderia também considerar-se significativo, indiciando que corresponderiam ao tipo de veículos de duas rodas característico de momentos da I Idade do Ferro, representado de forma paradigmática pelo carro completo da Sepultura 17 de La Joya (Garrido/ Orta 1978).

Outros elementos de carros exumados no OSM correspondem a **reforços externos de roda** (Ests. CXIV-CXVI). Estas peças aplicam-se-iam aos rodados externos de peças cujo corpo principal se comporia de madeira; correspondem a longas peças curvas de secção convexa, com 5cm de largura e 2cm de espessura, dotadas, na sua faceta interna, de linguetas rectangulares estreitas que encaixariam em ranhuras realizadas nas peças de madeira; em alguns casos, verifica-se que estas linguetas estariam unidas por rebiteagem a outras placas que se posicionariam nas faces da roda, fixando-a de forma mais sólida. A curvatura das peças mais bem conservadas permite restituir a dimensão das rodas respectivas, que alcançariam os 90cm de diâmetro.

Os reforços externos de roda não são inéditos na Idade do Ferro Peninsular, estando documentados no mundo Ibérico, nomeadamente numa sepultura da necrópole de Máquiz, em Jaén, conhecida pelos seus famosos bronzes, também eles elementos de carro (Jäggi 2004), ou ainda pelo excepcionalmente preservado conjunto da necrópole de Toya, estudado em grande profundidade por M. Fernández-Miranda e R. Olmos (1986), entre outros casos (Quesada Sanz 2008a: 304-7). Não contando com coordenadas contextuais específicas, as peças do OSM poderão, assim, situar-se tentativamente num momento paralelo ao destas peças do mundo Ibérico, situável na II Idade do Ferro.

Outros elementos relacionados com a estrutura de carros do tipo que venho comentando correspondem a **remates de eixo**, peças cilíndricas que se aplicariam nos extremos do eixo, sendo posteriormente fixados a este por meio de uma travessa, fixando assim as rodas na sua posição (Est. CXVI, nn.991-992).

A maior parte das peças deste tipo da necrópole do OSM foram recolhidas por J. Jiménez Ávila, compondo duas das variantes de remates de eixo estabelecidas por este investigador (Jiménez Ávila 2002: 224). A sua variante “de cilindro fechado” integra uma peça de bronze composta por um cilindro

com 6,4cm de diâmetro escalonado junto da sua base e dotado de um apoio alargado, discóidal, com 11cm de diâmetro; este cilindro apresenta, junto da base duas perfurações de configuração rectangular em posições diametralmente opostas, destinadas à introdução da travessa que fixaria esta peça ao eixo do carro.

Por seu turno, a variante “de cilindro aberto” de J. Jiménez Ávila (*ibidem*) foi tipificada em função de uma peça publicada por W. Schüle (1969: Taf. 107), muito similar à anteriormente comentada, mas cujo cilindro apresenta, como o nome indica, uma configuração aberta. Não pude localizar esta peça entre os materiais do OSM depositados no Museu Didáctico do Instituto de Arqueologia de Coimbra, onde contudo se preservam fragmentos de um elemento discóide de bronze (n.992) com 12 cm de diâmetro e uma abertura circular de 6,4cm, que bem poderia corresponder a uma peça deste tipo.

Outras peças, nomeadamente um conjunto de elementos de configuração paralelepipedica aparentemente associadas ao referido remate em cilindro aberto e também publicados por W. Schüle (*ibidem*) e interpretados por J. Jiménez Ávila (2002: 224) como revestimentos de eixo e de raio, parecem também ter-se perdido, não tendo sido possível localizá-las nas colecções de materiais do OSM.

Um outro elemento, neste caso relacionado com o sistema de condução de um carro do tipo que venho analisando, corresponde a um **passa-rédeas** de bronze (Est. CXVII, n.993), de um tipo corrente no Sudoeste Peninsular, e amplamente estudado por J. Jiménez Ávila (2002: 214-220; cf. tb. Jiménez Ávila/ Muñoz López-Astilleros 1997; Jiménez Ávila/ Antunes 2019).

Corresponde a uma peça composta por uma lingueta de configuração rectangular e secção igualmente rectangular, encimada por uma argola de 4,4cm de diâmetro dividida em dois segmentos desiguais por uma travessa de secção sub-quadrangular; esta argola encontra-se decorada por uma coroa de 17 elementos em forma de botão floral fechado, justapostos, cujos caules se encontram contudo separados, deixando pequenos intervalos entre si. O comprimento máximo desta peça é de sensivelmente 13cm.

Pelas suas características, insere-se na variante 2b.1 de J. Jiménez Ávila (2002: Fig. 159), que engloba, além da peça de Alcácer, um exemplar integrado no já mencionado conjunto de bronzes depositados no Museu Nacional de Arqueología e dados como provenientes dos arredores de Alcácer do Sal (Jiménez Ávila/ Antunes 2019), mas que foi publicado por M. Varela Gomes como procedendo da Azougada (Gomes 2001: Fig. 4), bem como três exemplares de Ubeda la Vieja, em Jaén (Ferrer Albelda/ Mancebo Dávalos 1991).

Este tipo de elementos, para os quais pode propor-se uma filiação em última análise oriental, ainda que significativamente reformulada no Sudoeste Peninsular (Jiménez Ávila 2002: 216-8), coloca problemas sérios de datação, na medida em que os diversos exemplares conhecidos não contam com contextos arqueológicos concretos. Ainda assim, J. Jiménez Ávila situa-os, segundo critérios estilísticos, ainda no século VII ou já no VI a.n.e. (*idem*: 218).

Caso se aceite, contudo, a atribuição do exemplar publicado por M. Varela Gomes à Azougada – cujos critérios não são, contudo, suficientemente conhecidos – deverá adscrever-se a este elemento uma cronologia não anterior a meados do século VI, e mesmo mais provavelmente já do V a.n.e., em consonância com os dados do repertório cerâmico deste sítio, recentemente estudado (Antunes 2010).

Um outro domínio funcional que entendi recolher neste apartado diz respeito não já à estrutura e sistema de condução de carros, em sentido estrito, mas ao âmbito da aparelhagem e da condução das montadas (cf. Quesada Sanz 2005). A esta esfera funcional caberia atribuir diversos elementos interpretáveis como cabeceiras e bridões de cavalo (Est. CXVII).

A mais representativa destas peças, a n.995, encontra-se ainda totalmente articulada, o que permite compreender de forma bastante imediata a sua função e integração tipológica. Esta peça compõe-se de duas hastes de secção rectangular e configuração segmentada dotadas de alargamentos perfurados nas suas extremidades que se articulam entre si, formando um freio articulado de tipo bridão.

Estes elementos unem-se por sua vez a duas camas curvas, formadas por hastes de secção circular e extremidades molduradas por ressalto, dotadas na sua porção média de placas rectangulares com margens recortadas e duas perfurações rectangulares, uma para união ao bridão e outra provavelmente para fixação às rédeas ou aos elementos perecíveis da cabeçada; a estes dois elementos fixam-se ainda duas argolas circulares, que serviriam esta mesma função. O comprimento total deste conjunto,

em distensão, é de 26cm; a largura máxima, coincidente com as camas, é de 14,8cm, e a largura mínima, correspondente às barras do bridão, é de 1,2cm.

Esta peça engloba-se, de forma quase exacta, no tipo 4.2 (“*bridón de camas curvas*”) estabelecido para as cabeçadas da necrópole celtibérica de Carratiermes (Argente Oliver/ Díaz / Bescós 2000: 74), para o qual se propôs uma origem transpirenaica, chegando este modelo à Península Ibérica no século VI a.n.e. e difundindo-se no território meseteno entre os séculos V e III a.n.e. (*idem*: 88). Por outro lado, parece importante recordar que em Cancho Roano se recolheu uma cama curva de bocado que bem poderá ter pertencido a uma peça similar à que aqui me ocupa, embora dotada de placa lateral de morfologia mais simples (Kurtz 2003: 303-4).

Mais incompleta, e portanto mais difícil de classificar, é a peça 996, composta por um bridão articulado similar ao da peça anterior, mas neste caso formado por peças móveis de haste torcida; uma das peças deste bridão conserva-se ainda unida a uma argola circular e a uma placa de tendência triangular e base alargada que serviria para unir esta peça aos elementos perecíveis da cabeçada. As peças 997 a 1000, por seu turno, correspondem a hastes com perfuração circular, com comprimentos em torno dos 8,7cm, pertencentes a bridões articulados (possivelmente dois).

Encontrando-se actualmente muito incompletas e desarticuladas, estas últimas peças não podem classificar-se tipologicamente, o que naturalmente impede a sua correcta integração crono-cultural.

A presença destas peças na necrópole, que caberia datar, tendencialmente, das suas fases mais recentes, poderia estar relacionada com a valorização social do cavalo e dos cavaleiros, fenómeno que, como é sabido, se encontra bem documentado na II Idade do Ferro na área ibérica (Quesada Sanz 1998; 2005; Quesada Sanz/ Zamora 2003).

Dadas as relações privilegiadas de Alcácer do Sal com a área Ibérica da Alta Andaluzia e do Sudeste, que vários elementos estudados neste trabalho têm vindo a evidenciar, não parece de estranhar que essa ascensão de um segmento aristocrático “equestre” na II Idade do Ferro tenha conhecido reflexos nesta área da finisterra atlântica, podendo a este propósito recordar-se a presença de ex votos em bronze figurando equídeos no santuário escavado na área do Convento de Araceli, na acrópole de Alcácer do Sal (Gomes 2008), o que revelaria a atribuição de um elevado valor – real e simbólico – a estes animais em Época Pré-Romana.

Estampa CXIII – Reforços internos de roda.

Estampa CXIV – Reforço externo de roda.

Estampa CXV – Reforços externos de roda.

Estampa CXVI – Reforços externos de roda e remates de eixo.

993

994

995

996

997

998

999

1000

Estampa CXVII – Passa-rédeas, elemento indeterminado (de arreio?), cabeceiras e bridões.

3.2.9. Elementos de mobiliário (Ests. CXVIII-CXXV)

A identificação de elementos pertencentes a móveis no registo funerário das necrópoles da I Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular, não sendo nova, conheceu recentemente um importante impulso com a sistematização e publicação dos elementos da necrópole de Medellín que podem, com relativa segurança, interpretar-se como fazendo parte de banquetas ou leitos funerários (Jiménez Ávila 2008).

No quadro do estudo dessas peças, J. Jiménez Ávila chamou também pela primeira vez a atenção para a presença deste tipo de elementos na necrópole do OSM, tendo publicado um pequeno conjunto (*idem*: Fig. 658, 4-9) que pode aqui ampliar-se significativamente, tanto do ponto de vista quantitativo como da diversidade tipológica.

Embora a identificação de peças de mobiliário permaneça uma tarefa difícil, devido sobretudo ao facto de se conservarem unicamente determinados elementos metálicos desprovidos da armação perecível – sem dúvida de madeira – que constituiria a maior parte da estrutura dos móveis, o estudo das peças de Medellín permite hoje identificar e isolar entre os espólios determinados objectos como peças de elementos desse tipo.

Entre esses objectos caberia resenhar, por um lado, as chamadas “*charnelas*” – termo que poderia traduzir-se em português como charneira ou eixo –, elementos compostos por uma haste de comprimento variável e secção circular rematada, em ambas as extremidades, por elementos de distinta tipologia que fixariam a haste aos elementos perecíveis nos quais se encontrariam inseridas. Estas peças serviriam a função de eixos em móveis com pernas articuladas, em tesoura, geralmente identificados como *diphroi* – isto é, pequenas banquetas (cf. Schubart/ Maass-Lindemann 1995; Jiménez Ávila 2008: 550) ou leitos funerários.

No OSM pude identificar um número máximo de 34 charneiras, das quais 24 permitem uma classificação tipológica, recobrando praticamente toda a seriação definida para os materiais de Medellín, excepção feita ao Tipo 1 desta necrópole, acrescentando-lhe em contrapartida um tipo adicional, não documentado no conjunto funerário extremenho.

Assim, as charneiras do **Tipo 2** de Medellín, caracterizadas por apresentarem terminações cruciformes, encontram-se representadas por um número máximo de onze peças (Est. CXVIII, nn.1001-1005). A haste, nos casos em que se conserva, é sempre de ferro, ao passo que os apliques terminais foram todos realizados em bronze; alguns destes apliques apresentam, por outro lado, decorações incisas, geralmente consistindo apenas em grupos de linhas transversais aos braços da cruz, mas que num caso incluem também um motivo triangular. Nenhum dos exemplares conservados se apresenta completo, pelo que não é possível estimar o comprimento destas peças.

Na maioria destes exemplares, dois dos braços do aplique cruciforme encontram-se dobrados, detalhe que se verifica em peças desta tipologia de outros sítios, tendo-se relacionado com a necessidade de fixar mais firmemente a charneira aos elementos lígneos do móvel (Jiménez Ávila 2008: 544).

Na necrópole de Medellín as charneiras de Tipo 2 surgem em contextos distribuídos desde os inícios do século VI a.n.e. até aos inícios da centúria seguinte (*idem*: 550). Além da necrópole extremenha, as charneiras com apliques cruciformes encontram-se também presentes na necrópole de El Acebuchal (*idem*: 546 e fig. 658: 1), na da Cruz del Negro (Maier 1999: Lám. 27) e na necrópole ibérica de La Carada, en Jaén (Jiménez Ávila 2008: 548-9b), estando estas últimas bem datadas no século VI a.n.e..

As charneiras de **Tipo 3**, caracterizadas por remates laminares, encontram-se representadas no OSM por três exemplares, todos dotados de apêndices discoidais, pelo que se incluem na variante 3B de Medellín (*idem*: 544) (Est. CXVIII, nn.1006-1008). Duas destas peças – nn. 1006 e 1007 – foram realizadas integralmente em bronze, enquanto que a terceira – n. 1008 –, de aspecto mais robusto, se realizou integralmente em ferro. O disco da peça 1007 apresenta uma decoração de linhas radiais, possivelmente uma prefiguração ou imitação das peças decoradas com rosetas do tipo seguinte. Não foi possível, em nenhum caso, restituir o comprimento total dos exemplares deste tipo.

Em Medellín as charneiras do tipo em apreço surgem a partir de meados do século VI a.n.e., perdurando até aos inícios da centúria seguinte (*idem*: 550). Este tipo de peça é bastante frequente em vários contextos peninsulares, podendo citar-se, na envolvente geográfica mais próxima, a sua presença na necrópole da Vinha das Calças 4 (Arruda et al. 2017c; 2017d); podem ainda citar-se paralelos da

necrópole da Cruz del Negro (Maier 1999: Lám 27) e da necrópole púnica de Jardín (Schubart/ Maass-Lindemann 1995: Fig. 24), estes últimos bem datados no início do século VI a.n.e..

As charneiras de **Tipo 4**, caracterizadas por possuírem terminações decoradas com rosetas, constituem o segundo grupo mais numeroso no OSM, contando com seis possíveis exemplares (Est. CXIX), que caberia dividir em duas variantes: um grupo de peças (três exemplares), que podemos designar como variante **4a**, apresenta remates discóides com decoração de roseta, enquanto que a variante **4b** (3 exemplares) conta com remates hemisféricos com decoração radial, que lhes confere, em vista zenital, um aspecto de roseta.

As peças deste grupo foram realizadas indistintamente em ferro (nn.1009, 1012 e 1013) e em bronze (nn.1010, 1011 e 1014); num caso – o da peça 1013 – o remate foi realizado em osso ou marfim. Duas destas peças encontram-se conservadas em todo o seu comprimento, o que permite afirmar que se trata de um grupo muito heterogéneo, registando-se uma peça de grandes dimensões – n.1009, com 21,7cm de comprimento máximo – e outra de dimensões mais reduzidas – n.1011, com 13,4cm de comprimento máximo.

O Tipo 4 de Medellín apresenta naquela necrópole um desenvolvimento cronológico paralelo ao do Tipo 3, surgindo em meados do século VI e perdurando até aos inícios do V a.n.e. (Jiménez Ávila 2008: 550). Não conheço outros paralelos para este tipo de peças.

Finalmente, o material do OSM permite acrescentar à tipologia de Medellín um **Tipo 5**, caracterizado por possuir remates de geometria compósita, formada por um tronco de cone sobre um segmento cilíndrico. Registam-se três exemplares deste tipo (Est. CXX, nn.1015-1017). Não é actualmente possível aferir das dimensões originais destas peças.

O tipo não se regista, como já comentei, na necrópole de Medellín, nem, tanto quanto sei, em qualquer outro conjunto funerário da Idade do Ferro regional, pelo que o seu correcto enquadramento cronológico não pode de momento precisar-se; considero, contudo, muito provável que apresente cronologias paralelas às dos tipos anteriores, desenvolvendo-se algures entre o início do século VI e os inícios do V a.n.e..

Outro tipo de peças que podem interpretar-se, com relativa segurança, como correspondendo a elementos de mobiliário, designado na bibliografia espanhola como *grapa* – termo que poderia traduzir-se como “agrafo”, vocábulo que contudo, em português, não resulta neste caso demasiado ilustrativo – corresponde a elementos formados por duas placas unidas por meio de hastes que terão servido uma função de fixação, apertando e unindo elementos perecíveis (Jiménez Ávila 2008: 542).

As “*grapas*” documentadas no OSM podem dividir-se em cinco grupos diferenciados em função das suas dimensões e do formato das respectivas placas; assim, o tipo mais elementar, representado por cinco peças, compõe-se de placas rectangulares, ocasionalmente com os cantos arredondados, unidas por duas hastes, de secção circular ou circular nervurada (Est. CXXII, nn.1024-1028).

Estas peças, produzidas tanto em ferro como, mais raramente, em bronze, apresentam dimensões variáveis. Afortunadamente, a menor e a maior das peças deste grupo encontram-se integralmente preservadas, o que permite aferir os limites dessa variação: estas peças oscilam entre os 2,8 e os 5,8cm de comprimento, os 1,5 e os 2cm de largura e os 2,3 e os 6,1cm de altura.

Este tipo de “*grapa*” encontra-se documentado na necrópole de Medellín, tanto em bronze como em ferro, em contextos do século VI e de inícios do século V a.n.e. (Jiménez Ávila 2008: Figs. 655-6). No OSM, pelo menos uma peça deste tipo – n.1027 – foi exumada no nível superior da sepultura G10, escavada por A. Cavaleiro Paixão (1970: 85-7), que pode datar-se, pela presença de um fecho de cinturão “céltico” de tipo CV1a, datável também ele da segunda metade do século VI ou da primeira metade do V a.n.e..

Um segundo grupo, representado por um número máximo de 51 peças, possivelmente equivalente a um número mínimo de 35 peças individuais, diferencia-se do tipo anterior pelo facto de as placas, em lugar de uma configuração rectangular, apresentarem uma das extremidades mais estreitas e com as abas dobradas para o interior da “*grapa*”, obtendo assim um espaço interno útil de configuração grosso modo circular (Est. CXXIII, nn.1029-1038). Devido à sua morfologia, estas peças adequar-se-iam particularmente bem às extremidades de elementos lígneos, somando à função de braçadeira a de remate.

As peças deste grupo, todas produzidas em ferro, apresentam dimensões mais regulares que as do tipo anterior, oscilando os seus comprimentos máximos entre os 4,2 e os 5,3cm, sendo as suas larguras e alturas constantes, em torno aos 2,2cm e aos 2,2-2,4cm, respectivamente. A maioria das peças deste tipo surgiram na já mencionada camada superior da Sepultura G10, pelo que a sua cronologia pode considerar-se paralela à das peças do tipo anterior.

O terceiro grupo, que poderá relacionar-se, funcionalmente, com o anterior, engloba peças de maior comprimento, de tendência rectangular e secção convexa em todo o seu comprimento, e que apresentam uma extremidade arredondada ou em ponta; pude contabilizar um número máximo de onze peças deste tipo (Est. CXXIII, nn.1039-1042; Est. CXXIV, nn.1043-1048), dez das quais exumadas numa única sepultura (Sepultura 98).

Não se preserva nenhuma peça completa deste grupo, pelo que as suas dimensões exactas não podem restituir-se; ainda assim, pode afirmar-se que os seus comprimentos máximos oscilam entre os 8,3 e os 10,8cm e as suas larguras máximas são mais ou menos constantes, em torno aos 1,8-2cm. A Sepultura 98, onde se exumou a maioria das “*grapas*” deste grupo pode datar-se dos inícios do século V a.n.e., como atestam a presença do fecho de cinturão de tipo DIII e da lucerna grega arcaica antes comentados.

O quarto grupo (Est. CXXIV, nn.1049-1051), de funcionalidade algo mais duvidosa, engloba peças de bronze de grandes dimensões cujas placas apresentam configurações ovais alongadas, conservando-se dois exemplares de grandes dimensões – 9,5 a 12,2cm de comprimento máximo – dotados de três hastes, e um exemplar mais pequeno – 7,6cm de comprimento máximo – apenas com dois rebites, como as restantes “*grapas*” analisadas. Estas peças caracterizam-se ainda por apresentarem escassos ou nulos intervalos entre ambas as placas, pelo que se destinariam a fixar elementos de pouca espessura. As larguras destas peças oscilam entre os 1,8 e os 2,1cm.

Na necrópole de Medellín documentou-se pelo menos uma “*grapa*” deste tipo, exumada num contexto do século VI a.n.e. (*idem*: Fig. 655). Duas peças deste grupo surgiram na já comentada camada superior da Sepultura G10, podendo portanto situar-se cronologicamente em paralelo com as peças do primeiro e do segundo grupo.

Finalmente, o quinto grupo, composto por uma única peça (Est. CXXV), apresenta uma longa placa de secção trapezoidal e três hastes, igualmente longas, para união a uma segunda placa, não conservada; o seu comprimento máximo é de 10,5cm, sendo a sua largura máxima de 1,8cm; a sua altura máxima é de 5,5cm.

Um último ponto que importa salientar neste apartado diz respeito à possível associação destes elementos entre si, dado do maior interesse para a validação da provável, mas sempre insegura, interpretação funcional destas peças. Apesar de todas as lacunas existentes nos dados contextuais, o OSM oferece ainda assim algumas associações significativas, que procurei sintetizar na tabela seguinte (Tabela 9):

Sepultura	Cronologia	Charneiras	“ <i>grapas</i> ” (n. Máx.)
G10	2ª m. VI – 1ª m. V	Tipo 4 (1x)	Grupos 1 (1x), 2 (7x) e 4 (2x)
12/80	Indeterminado	Tipos 4 (1x) e 5 (3x)	Grupo 1 (2x)
78	Indeterminado	Tipos 4 (2x) e indeterminado (2x)	Grupo 5 (1x)
98	i. V	Tipo 4 (1x)	Grupo 3 (10x)

Tabela 9 – Associações entre charneiras e “*grapas*” de diphros no OSM.

Estes agrupamentos parecem sugerir, com alguma claridade, a presença de elementos de mobiliário relativamente complexos, englobando os vários tipos de peças que venho comentando, o que confere uma coerência adicional à sua interpretação funcional.

Estampa CXVIII – Elementos de móveis - charneiras dos Tipos 2 e 3.

Estampa CXIX – Elementos de móveis - charneiras do Tipo 4.

Estampa CXX – Elementos de móveis - charneiras do Tipo 5 e indeterminada.

Estampa CXXI – Elementos de móveis - charneiras de tipo indeterminado.

Estampa CXXII – Elementos de móveis - grapas.

Estampa CXXIII – Elementos de móveis - grapas.

Estampa CXXIV – Elementos de móveis - grapas.

Estampa CXXV – Elemento de móvel - grapa.

3.2.10. Alfaias e utensílios (Ests. CXXVI-CXXXI)

A presença no OSM de um conjunto de alfaias agrícolas, já publicadas por W. Schüle (1969: Taf. 110), constitui um facto excepcional no conjunto das necrópoles da Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular que não deixa de causar alguma perplexidade. Estes elementos, claramente relacionados com trabalhos agrícolas ou silvícolas – a que se acrescentarão, no presente apartado, outros relacionados com fainas piscatórias – não apresentam relações particularmente óbvias com a esfera funerária, e o facto de surgirem descontextualizados permite mesmo colocar em dúvida a sua adscrição ao período que aqui nos ocupa. Ainda assim, julgo importante resenhar aqui estas peças.

Assim, caberia assinalar a presença de dois **alviões** (*ibidem*: nn. 2-3) (Est. CXXVIII, n.1057), peças de valência dupla que apresentam num dos lados uma configuração aplanada horizontal com extremo exvasado em fio, que serviria uma função como sachola ou pico, e no outro uma configuração triangular, igualmente aplanada mas vertical, possuindo também um extremo exvasado em fio, que neste caso se utilizaria como machado; estas peças possuem no centro um alvado cilíndrico aberto para fixação ao cabo. A única destas duas peças que pude analisar pessoalmente apresenta um comprimento máximo de 29cm e uma largura máxima de 4,5cm.

Não sendo propriamente comuns, os alviões estão ainda assim bem documentados na Idade do Ferro Peninsular. Os exemplos geograficamente mais próximos, exumados em Cancho Roano (Kurtz 2003: 333) e na Cabeça de Vaiamonte (Fabião 1998a: Est. 75), diferenciam-se contudo dos exemplares de Alcácer do Sal pelo escasso desenvolvimento da folha vertical (machado), que nos exemplares extremos se resume a uma mera lingueta.

Os melhores paralelos formais para as peças de Alcácer documentam-se, com efeito, em paragens mais distantes, nomeadamente na área Ibérica da Catalunha (Sanahuja 1971: 98 e Fig. 22) e do País Valenciano (Pla Ballester 1969: 315), verificando-se contudo aí uma perduração do modelo já em Época Romana, que dificulta o correcto enquadramento de exemplares sem contexto, como os que aqui me ocupam.

Parece-me por outro lado importante salientar que este tipo de instrumento, geralmente relacionado com labores silvícolas e de desmatagem, se encontra ainda perfeitamente atestado no registo etnográfico das comunidades rurais contemporâneas portuguesas, tendo sido recolhido por E. Veiga de Oliveira, F. Galhano e B. Pereira (1983: 249-250 e Fig. 132) no seu Tipo 1, mais ou menos generalizado em todo o território nacional. Este tipo de instrumento reveste-se, assim, de uma enorme transversalidade cronológica, pelo que a associação destas peças ao horizonte sidérico do OSM deve tomar-se com as maiores reservas.

Outro elemento peculiar, para o qual não pude documentar qualquer paralelo antigo ou contemporâneo, corresponde, aparentemente, a um **machado duplo** (Schüle 1969: Taf. 110: 1) de aspecto algo *sui generis*, dotado num dos lados de uma folha triangular com rebordo distal exvasado em fio, de um alvado cilíndrico central desenvolvido em altura para encabamento, e de uma segunda folha vertical, neste caso fortemente curvada em sentido descendente, de tal forma que a extremidade distal, em fio, se apresenta recta e perpendicular ao eixo de encabamento da peça (Est. CXXVIII, n.1056). O seu comprimento máximo é de 30,5cm e a largura máxima é de 15,6cm.

A funcionalidade exacta desta peça não é fácil de precisar, ainda que numa abordagem impressionística se possa pensar num uso relacionado com o trabalho da madeira. É ainda assim impossível tecer de momento qualquer consideração sobre a sua cronologia e enquadramento cultural.

Entre este conjunto de instrumentos agrícolas conta-se também uma grande **foice** (*ibidem*: 4) de gume côncavo e dorso engrossado paralelo ao fio, dotada de um alvado aberto formado por enroscamento de uma placa solidária com a lâmina, que se destinaria, naturalmente, ao encabamento, apresentando orifícios para a aplicação de cravos que fixariam a peça metálica ao cabo lúneo (Est. CXXVII, n.1054); o comprimento máximo desta peça é de 36cm. No desenho publicado por W. Schüle parece apreciar-se a existência de serrilha na porção distal do gume desta peça, detalhe que não pude confirmar ao analisar esta peça.

Embora as foices sejam relativamente comuns na Idade do Ferro Peninsular, o modelo de alvado é claramente minoritário – para não dizer residual – em face dos modelos com lingueta para encabamento (Pla Ballester 1969: 317-8; Sanahuja 1971: Fig. 16; Berrocal-Rangel 1992: 148 e Fig. 29; Kurtz 2003:

325-6). Com efeito, só pude documentar um exemplo deste modelo de encabamento, exumado no povoado de Ullastret, na Catalunha (Sanahuja 1971: Fig. 16, n.3), embora não exclua a possibilidade de que existam outros exemplares com este tipo de elemento em outras áreas peninsulares.

Por outro lado, as foices de alvado, muito similares à que aqui me ocupa, estão também documentadas em ambientes romanos (Oliveira/ Galhano/ Pereira 1983: Fig.147), o que mais uma vez me leva a questionar a associação da peça em análise ao horizonte da Idade do Ferro do OSM. Em contrapartida, este modelo de foice não parece ter perdurado no tempo, na medida em que as foices tradicionais portuguesas contemporâneas correspondem preferencialmente a um modelo com espigão para encabamento (*idem*: 259 e ss.).

Ao já referido modelo com lingueta para encabamento pertence, em contrapartida, um segundo exemplar proveniente do OSM e até ao momento inédito (Est. CXXVII, n.1055). Corresponde a uma peça mais pequena, com folha menos desenvolvida, apresentando um ligeiro estrangulamento na sua porção distal; conserva ainda uma lingueta sub-vertical de secção rectangular. O seu comprimento máximo é de 26,7cm.

Documentam-se peças muito similares noutros sítios do Sudoeste Peninsular, como o Castelo de Castro Marim (Pereira 2008: Est. XII), Vaiamonte (Fabião 1998a: Est. 76), Cancho Roano (Kurtz 2003: 325-6) e o Castrejón de Capote (Berrocal-Rangel 1992: Fig. 29), pelo que este modelo de peça poderia tendencialmente enquadrar-se num período tardio da Idade do Ferro, entre os séculos V e III-II a.n.e.; a sua perduração em Época Republicana encontra-se, não obstante, atestada, nomeadamente pela presença de uma peça num contexto do século I a.C. no povoado do Pedrão, em Palmela (Silva/ Soares 1973).

Entre o material da necrópole do OSM depositado no Museu Nacional de Arqueologia pude ainda identificar um outro elemento, muito deteriorado e deformado, que creio poder interpretar como uma foice ou, mais provavelmente, como um **podão**. Esta peça apresenta uma porção inferior de secção rectangular espessa, e uma porção superior rectangular, de arestas sub-verticais paralelas, umas das quais aparentemente em fio (Est. CXXIX, n.1060).

Embora a sua identificação cabal não seja possível, cumpriria assinalar que as peças de tipo podão se encontram bem documentadas no âmbito Ibérico (Pla Ballester 1969: 315; Sanahuja 1971: Figs. 4 e 15), sendo também, por outro lado, comuns entre as alfaias tradicionais portuguesas contemporâneas (Oliveira/ Galhano/ Pereira 1983: Fig. 154).

Uma outra peça preservada no referido Museu e que deve ser considerada neste capítulo corresponde a uma folha de **enxada** de tendência triangular e lados convexos; de morfologia algo peculiar, apresenta um alvado cilíndrico aberto para encabamento, do qual parte, no sentido oposto ao da folha, uma curta lingueta aplanada horizontalmente dotada com extremo distal exvasado, em fio (Est. CXXVI). Apresenta um comprimento máximo de 28,5cm e uma largura máxima de 21,6cm. Não pude documentar nenhum paralelo preciso para esta peça quer entre as alfaias agrícolas antigas quer entre as contemporâneas, predominando em ambos os períodos as enxadas de folha quadrangular.

De mais complexa identificação é uma peça, muito deteriorada, que actualmente se conserva no Museu de Belém consolidada com gaze, o que impediu a sua correcta representação gráfica. Corresponde, em todo o caso, a um volumoso elemento cónico com amplo alvado, igualmente cónico, e um espigão distal de secção rectangular; desse espigão parte, por outro lado, um gancho revirado no sentido contrário ao da extremidade distal (Est. CXXIX, n.1059). Não pude documentar qualquer paralelo para este elemento, cuja funcionalidade não posso precisar.

Finalmente, no âmbito das alfaias e utensílios “pesados”, caberia assinalar a presença entre os materiais do OSM de um **machado** de bronze (Est. CXXIX, n.1058) cujas características morfológicas se aproximam das das peças vulgarmente designadas como de tipo “Bujões/ Barcelos” (Senna-Martinez et al. 2013). Apresenta, com efeito, um talão de secção rectangular, com a porção média levemente deprimida, e lados divergentes; a extremidade correspondente ao gume é ligeiramente exvasada, apresentando uma secção lenticular. O gume, por seu turno, apresenta uma configuração convexa.

Apresenta um comprimento máximo de 16,8cm, uma largura máxima de 9,3cm, correspondendo ao arranque do gume, e uma largura mínima de 4,7cm, correspondente à extremidade proximal. A sua espessura máxima, registada na porção mesial, é de 1,9cm.

A presença de uma peça deste tipo entre o espólio do OSM não é, de todo, fácil de explicar, na medida em que os referidos machados de tipo “Bujões/ Barcelos” constituem um elemento particularmente característico do Bronze Pleno (*ibidem*), o que claramente os dissocia, do ponto de vista cronológico, do horizonte temporal da necrópole em estudo. Por outro lado, este modelo parece perdurar, no Sul de Portugal, até momentos enquadráveis já no Bronze Final (*ibidem*: 597), sendo também sabido que durante a Idade do Ferro se atestam ainda machados tipologicamente similares, que contudo se produzem já em ferro, como no caso de um exemplar similar ao que aqui se resenha exumado em Cancho Roano (Kurtz 2003: 327).

À falta de dados mais precisos para apreciar o enquadramento crono-cultural desta peça, creio que a mesma deve ser mantida sob reserva, cabendo a possibilidade de que a sua incorporação entre os materiais do OSM resulte das vicissitudes da história da colecção da necrópole.

Aparte deste conjunto de alfaia e utensílios pesados, pude resenhar entre os materiais da necrópole do OSM um conjunto de utensílios de menor entidade mas que se revestem, ainda assim, de um inegável interesse. Por um lado, pude identificar três peças identificáveis como **punções ou estiletos** (Est.CXXX, nn.1061-1063).

A peça 1061, de grandes dimensões – apresenta um comprimento máximo de 22,9cm – e realizada em ferro, apresenta uma cabeça em botão hemisférico e haste de secção igualmente circular. Já os exemplares 1062 e 1063, de menores dimensões – 8,7cm de comprimento máximo no caso da única peça completa, a n. 1062 – e produzidos em bronze, apresentam em contrapartida secção quadrangular; a porção proximal mais bem conservada é arredondada, enquanto que a extremidade distal apresenta uma configuração em ponta aguçada.

Todas estas peças apresentam um aspecto muito simples, não parecendo pertinente no presente contexto resenhar os possíveis paralelos para cada uma delas; de igual modo, o seu enquadramento cronológico específico não pode estabelecer-se com precisão, embora não veja razões para duvidar da sua cronologia pré-romana.

Um outro conjunto de pequenos utensílios merecedor de alguns breves comentários compõe-se de cinco peças de bronze que podem, sem dificuldades de maior, identificar-se como **agulhas** (Est. CXXX, nn.1064-1068). Correspondem, no geral, a peças de dimensões consideráveis, atingindo, nos casos melhor preservados, os 18cm; a maioria possui secções circulares, registando-se peças com uma única perfuração, também circular, bem como um curioso exemplar com porção proximal achatada e dupla perfuração (n.1067); regista-se ainda um único caso de uma agulha de secção losânguica (n.1068).

Tal como no caso dos punções/estiletos, o levantamento dos possíveis paralelos para estas peças, muito simples na sua morfologia, e portanto bastante transversais do ponto de vista cronológico e cultural, não cabe no domínio da presente análise. Saliente-se contudo a presença destes instrumentos relacionados com a produção têxtil, que poderiam de alguma forma relacionar-se com outros elementos deste âmbito produtivo documentados na necrópole, como os cossoiros acima analisados.

Regista-se ainda um conjunto de quatro artefactos de bronze interpretáveis como **agulhas para redes**, correspondentes a hastes de secção circular com extremos bifurcados (Est. CXXXI, nn.1069-1072). As hastes dos segmentos bifurcados, com terminações pontiagudas, apresentam secções quadrangulares; no único caso integralmente conservado, os segmentos bifurcados são paralelos entre si. A única peça conservada permite restituir um comprimento máximo de 18,6cm.

Apesar de se relacionarem tradicionalmente com a produção e reparação de redes de pesca, caberia resenhar neste contexto a presença de uma peça similar às do OSM, embora realizada em ferro, entre os espólios exumados em Cancho Roano, e interpretada pelo seu contexto como um elemento mais relacionado com a produção têxtil (Kurtz 2003: 334-5). Do ponto de vista dos eventuais significados simbólicos destes elementos, caberia assinalar a presença de um abundante conjunto de peças deste mesmo tipo no santuário de La Algaida (Cádiz)¹².

12. Poster apresentado ao X Colóquio do CEFYP (Cádiz, 2017) por J. M. Vargas García.

As agulhas do tipo em apreço são, de resto, bastante transversais, encontrando-se também muito bem representadas em Época Romana, como demonstram, por exemplo, as peças de cronologia imperial do Monte Molião (Lourenço 2011).

Caberia ainda resenhar, neste contexto, a presença de um pequeno conjunto de três **anzóis** de bronze (Est. CXXXI, nn.1073-1075). O primeiro, n.1073, de médias dimensões (5,3cm de comprimento máximo), apresenta-se particularmente bem preservado, sendo perfeitamente reconhecível o terminal aplanado e a barbeta de tendência triangular; a haste é de secção circular. Os dois exemplares restantes – nn.1074 e 1075 –, bastante deteriorados, englobam-se no grupo dos anzóis de pequena dimensão, com 3 e 2,2cm, respectivamente; apresentam secções circulares e barbets de tendência aparentemente triangular.

Os anzóis, pela sua simplicidade formal e pelo ajustamento entre forma e função que os caracteriza, não apresentam uma evolução formal particularmente precisa que permita diferenciar grupos cronológica ou culturalmente diferenciados. Com efeito, as peças do OSM contam com paralelos tanto em conjuntos da Idade do Ferro – como por exemplo o do Castelo de Castro Marim (Pereira 2008) – como de Época Romana – como, por exemplo, o de Tróia (Ribeiro 1971), o do Monte Molião (Lourenço 2011) ou o dos níveis romanos de Castro Marim (Pereira 2008).

Estampa CXXVII – Foices.

1056

1057

0 5cm

Estampa CXXVIII – Machado (?) e alvião.

Estampa CXXIX – Machado, gancho (?) e podão.

Estampa CXXX – Punções, estiletos e agulhas.

Estampa CXXXI – Agulhas para redes e anzóis.

3.2.11. Complementos de madeira (Est. CXXXII)

Os pequenos elementos metálicos que podem funcionalmente adscrever-se ao grupo dos complementos de madeira são francamente abundantes no OSM, somando um total de pelo menos 88 peças, a maioria das quais contudo em muito mau estado de conservação.

Dentro deste conjunto, a vasta maioria destes complementos – 74 exemplares – corresponde a elementos que podem, sem problemas de maior, interpretar-se como pregos e/ou cavilhas. Estas peças, de dimensão muito variável – abarcando desde exemplares em torno aos 4cm, que caberia designar como pequenos pregos, até elementos que superam os 20cm, que podem designar-se como cavilhas – foram produzidas tanto em ferro (40 exemplares) como em bronze (36 exemplares) e possivelmente também em chumbo (quatro exemplares).

À luz da falta de detalhes sobre o contexto destas peças, e nomeadamente sobre a sua posição exacta no interior das sepulturas, não parece possível precisar qual a sua funcionalidade original, que tanto pode relacionar-se com a utilização de féretros na deposição dos cadáveres como com uma vasta gama de outras funções, nomeadamente como componentes de carro, de peças de mobiliário ou ainda de alfaías agrícolas.

Por outro lado, não pode excluir-se que alguns destes elementos se tenham revestido, no contexto da sepultura, de um cariz simbólico, apotropaico ou mágico-religioso, à semelhança do que ocorreu em diversos âmbitos funerários da Antiguidade Greco-Latina (Alfayé 2010).

Um conjunto significativamente menor de peças, englobando oito exemplares, predominantemente produzidos em bronze (cinco exemplares) mas de que também se documentam exemplos em ferro (três exemplares), deve interpretar-se, pela sua morfologia, como correspondendo a rebites e/ou tachas. Estas peças, de pequenas dimensões – os exemplares mais bem preservados medem em torno aos 3cm – apresentam cabeças hemisféricas e hastes proporcionalmente finas, podendo ter servido funções decorativas ou de fixação associadas a elementos diversos, como cinturões, móveis ou mesmo peças de armamento.

3.2.12. Outros objectos metálicos menores (Est. CXXXIII-CXXXVI)

Ainda dentro do conjunto metálico do OSM caberia resenhar, mesmo que apenas de passagem, a presença de um abundante núcleo de peças de pequena dimensão de natureza diversificada cuja funcionalidade nem sempre se pode estabelecer com um mínimo de segurança. Entre estas peças menores caberia destacar um núcleo significativo de argolas, isoladas ou ainda fixadas a elementos de suspensão de distinta natureza, um pequeno conjunto de peças destinadas a fixação em elementos de maiores dimensões, incluindo cravos decorativos, botões e apliques, uma série de pequenas placas de natureza difícil de precisar – que se somam a um número avultado de fragmentos de placa de natureza indeterminada, não resenhadas neste contexto – e bem assim um pequeno grupo de outras peças de natureza diversa.

Dentro deste grupo de elementos menores, a parte mais significativa corresponde a **argolas** de ferro e, mais raramente, de bronze que não parecem *a priori* poder interpretar-se como elementos de adorno (Ests. CXXXIII-CXXXIV). Estas peças, que apresentam secções diferenciadas – subcirculares, quadrangulares e poligonais – têm dimensões variáveis, entre os 2,4 e os 4,2cm, podendo, com toda a probabilidade, ter servido funções algo distintas.

Uma parte deste conjunto encontra-se ainda fixado, de resto, a elementos de suspensão que denunciam a sua pertença a elementos de maior dimensão. Documentam-se, com efeito, peças suspensas de presilhas, nalguns casos ainda fixadas a placas de ferro, cuja interpretação funcional não parece fácil de determinar. Outros elementos deste tipo poderão, sem dúvida, ter pertencido a bainhas de espada e/ou de falcata, a empunhaduras de escudo ou a arreios de cavalo, entre outras funções possíveis.

Talvez relacionadas com estes elementos documentam-se ainda duas peças, que poderiam designar-se como anilhas, e que parecem ter feito parte de elementos mais complexos. Uma destas peças

parece ter-se composto de duas anilhas ligadas entre si por hastes ou rebites, conservando-se na segunda um destes elementos de união que indicia tratar-se de parte de um elemento similar.

Outro conjunto de peças compõe-se de elementos que deverão considerar-se como **aplicações decorativas** (Est. CXXXV, nn.1124-1133). Neste domínio cumpriria resenhar a presença de três botões discóides de bronze de secção trapezoidal, com diâmetros entre os 2,6 e os 3cm, de três cravos, também de bronze, com largas cabeças discóides, possivelmente elementos de fixação de pegadas de escudo, com 2,6 a 4cm de diâmetro, e um elemento discoide dotado de perfuração central rodeada por um cordão decorativo com motivos incisos formando um falso cordão torcido, muito possivelmente destinado a fixar-se por rebite a um elemento maior, quiçá um fecho de cinturão de tipo “céltico”, peças onde se documenta a mesma técnica decorativa.

Menção à parte merecem três pequenos elementos de bronze que poderão corresponder a apliques decorativos. O primeiro corresponde a uma peculiar peça em calote de esfera dotada de molduras concêntricas na superfície externa, com 3,4cm de diâmetro; o segundo apresenta uma configuração cónica com topo aplanado e base alargada em disco, com 3,2cm de diâmetro máximo; o terceiro e último corresponde também a um elemento cónico com uma travessa interna para fixação a um elemento desconhecido, com 1,2cm de diâmetro máximo.

Ainda dentro deste apartado dedicado aos objectos metálicos “menores” caberia citar, mesmo que brevemente, alguns fragmentos de **placas** que pelas suas características se diferenciam de outros numerosos elementos do mesmo tipo de natureza amorfa e funcionalidade indiferenciada (Est. CXXXVI, n.1134-1135).

A primeira destas peças (n.1134) corresponde a um dos vértices de uma placa de tendência quadrangular dotada de uma série de molduras concêntricas, que preserva ainda vestígios de uma perfuração circular para fixação a outro elemento de natureza desconhecida. As dimensões originais desta peça não podem restituir-se, pelo que as várias hipóteses interpretativas suscitadas pela sua peculiar decoração – placa decorativa de um elemento de mobiliário ou fecho de cinturão, entre outras – não podem ser correctamente avaliadas.

Por outro lado, caberia destacar um fragmento de placa (n.1135) de configuração impossível de precisar que apresenta três caneluras excisas ao longo de um dos rebordos e uma decoração complexa, igualmente excisa, formada por motivos em “S” encadeados formando cordões ou motivos vegetais. Poderia corresponder a um fragmento de fecho de cinturão, ainda que não conheça qualquer peça desse tipo com uma decoração análoga à deste fragmento.

Por fim, e para concluir este apartado, não posso deixar de resenhar um conjunto de **elementos singulares** de interpretação mais ou menos difícil mas que me parecem revestir-se de interesse (Est. CXXXVI, nn.1138-1140). Em primeiro lugar, pode mencionar-se uma esfera de ferro de 1,8cm de diâmetro, de funcionalidade impossível de precisar (n.1138).

Em segundo lugar, merece menção uma pequena corrente de bronze (n.1139) de 4,6cm de comprimento formada por elos de tendência circular interligados. Embora *a priori* possa parecer uma parte descontextualizada de um qualquer elemento compósito, a verdade é que o facto de se ter recolhido uma corrente em tudo idêntica na necrópole da Cruz del Negro (Bonsor 1899: 61) poderia levar a pensar que se trata de um elemento individualizável, possivelmente de adorno.

Finalmente, pode referenciar-se neste contexto uma espécie de chaveta de bronze (n.1140) formada por uma haste com uma extremidade circular e uma configuração cruciforme na porção média encimada por um apêndice discoide e uma argola circular posicionada transversalmente. O comprimento máximo desta peça é de 5,6cm e a sua largura máxima é de 2,4cm. Não conheço paralelos para esta peça, pelo que não posso avançar com nenhuma proposta de interpretação funcional para a mesma.

3.2.13. Objectos metálicos de função indeterminada (Est. CXXXVII)

Antes de encerrar o capítulo dos espólios metálicos da necrópole do OSM não posso deixar de fazer menção a algumas peças cuja funcionalidade não pude determinar, mas que parecem ainda assim,

de algum modo, significativas, razão pela qual entendi resenhá-las, na expectativa de que outros investigadores munidos de novos dados possam analisá-las de forma mais consistente.

Um primeiro núcleo que merece referência a este nível engloba três peculiares peças (nn.1141-1143) de morfologia em “L” e arestas convexas, de secção triangular e dorso reforçado, dotadas de grupos de três perfurações sub-quadrangulares; os seus comprimentos parecem ter rondado os 8,6cm, a julgar pelo exemplar mais bem preservado, e a sua largura máxima é da ordem dos 6cm.

Embora se pudessem talvez interpretar como pequenas lâminas, devido sobretudo à sua secção, que lhes confere uma espécie de fio numa das margens, o certo é que desconheço quaisquer paralelos para estas peças peculiares, e que as perfurações que apresentam não parecem especialmente consistentes com um uso como lâminas ou navalhas.

Poderia pensar-se, como alternativa, numa identificação destas peças como ferraduras. No entanto, e se a peça 1147 se encontra completa, como efectivamente parece ser o caso, a sua configuração não parece consistente com essa funcionalidade.

Outra peça de difícil interpretação (n. 1144) corresponde a duas placas finas, estreitas e alongadas de bronze unidas entre si por rebiteagem, formando um elemento em “T”, que nas suas extremidades se encontram torcidas de modo a formar pequenos apêndices tubulares abertos; esta peça apresenta um comprimento máximo de 13,4cm e uma largura máxima de 8,4cm. Desconheço qual terá sido a funcionalidade deste peculiar elemento.

Finalmente, podem mencionar-se dois pequenos elementos tubulares, ambos de configuração peculiar. O primeiro (n. 1145) corresponde a um tubo em ferro incompleto dotado de uma dupla perfuração e de uma moldura formada por um conjunto de ranhuras transversais delimitada num dos seus rebordos por um ressalto com rebordo serrilhado; esta peça conserva um comprimento máximo de 7,6cm e um diâmetro máximo de 2cm.

A interpretação funcional desta peça é incerta, mas não pode deixar de se assinalar a sua similitude com um elemento de bronze depositado na *Hispanic Society of America* publicado por J. Jiménez Ávila (2002: Fig. 197) e interpretado por este autor com um elemento de leito (*idem*: 259-260).

Para concluir, assinale-se um elemento tubular (n. 1146) com extremidades ligeiramente exvasadas, bordos espessados e dotado de dupla perfuração, com 4,8cm de comprimento e 1,6cm de diâmetro, cuja funcionalidade é, uma vez mais, impossível de precisar.

Estampa CXXXII – Cavilhas, pregos e cravos.

Estampa CXXXIII – Argolas.

Estampa CXXXIV – Argolas e presilhas.

Estampa CXXXV – Anilhas, presilhas, botões e apliques.

Estampa CXXXVI – Varia: placas, esfera, corrente e chave.

Estampa CXXXVII – Elementos indeterminados.

3.3. Exótica e outros materiais de prestígio

3.3.1. Vidro e faiança (Est. CXXXVIII, nn.1147-1151)

Os elementos de vidro do OSM são surpreendentemente escassos, considerando sobretudo a profusão dos elementos deste tipo – e em particular das contas de colar – noutros conjuntos funerários do Sul do actual território português, como as necrópoles tumulares da área de Ourique (Dias/ Beirão/ Coelho 1970; Beirão 1986; Arruda 2001; Jiménez Ávila 2002-3; Gomes 2014a), as necrópoles de cistas algarvias (Veiga 2005 [1891]; Barros *et al.* 2005) e alentejanas (Costa 1968; 1972; Deus/ Correia 2005) ou as mais recentemente identificadas necrópoles da área de Beja (v. Jiménez Ávila 2017; cf. tb. Gomes 2014a; 2015c). Na prática, o conjunto do OSM resume-se a três contas de colar, a que se soma um fragmento pertencente a um recipiente.

As contas de colar (nn.1147-1149) correspondem a um tipo relativamente comum, documentando-se duas contas esféricas azul-turquesa com oculações simples a branco e azul-ultramarino e uma terceira conta idêntica mas com oculação dupla. As contas deste tipo são verdadeiramente ubíquas ao longo de toda a Idade do Ferro, surgindo pontualmente desde momentos antigos da I Idade do Ferro, como demonstra a sua presença na necrópole de Medellín (Almagro-Gorbea 2008c: 397). A sua importação massiva encontra-se bem documentada a partir do século VI a.n.e. (Arruda *et al.* 2017c), sendo um dos tipos predominantes nos grandes conjuntos do século V e da primeira metade do IV a.n.e. do Sudoeste e Ocidente Peninsular (Jiménez Ávila 1999; 2002-3; 2003; Fabião 2001; cf. tb. Ruano Ruiz 1996; 2000).

No Sul do actual território nacional, podem citar-se paralelos muito próximos para estas peças das necrópoles da Fonte Velha de Bensafirim (Lagos) (Veiga 2005 [1891]: Est. XXVIII), da Hortinha (Lagos) e de Cômoros da Portela (Silves) (Veiga 2005 [1891]: 259; Est. XXVIII, n. 8), no Algarve, nas da Herdade do Gaio (Sines) (Costa, 1967; 1972), do Galeado (Vila Nova de Milfontes) (Beirão/ Gomes 1983: 226; Fig. 16), da Nora Velha (Aljustrel) (Soares/ Martins 2013: Fig. 5), da Mealha Nova (Ourique) (Dias/ Beirão/ Coelho 1970: 219), da Fonte Santa (Ourique) (Beirão 1986: 71-74), de Corte Margarida (Aljustrel) (Deus/ Correia, 2005), da Vinha das Calças 4 (Beja) (Arruda *et al.*, 2017: Fig. 18), do Monte do Bolor 1-2 (Beja) (Soares *et al.* 2017: 284-285), de Palhais (Beja) (Santos *et al.* 2017: 238), e da Tera (Mora) (Mataloto 2010-1: 92), no Alentejo. Estas peças estão também presentes em contextos não funerários, nomeadamente nos povoados de Fernão Vaz (Ourique) (Beirão/ Gomes 1986: Fig. 2), de Mesas do Castelinho (Almodôvar) (Estrela 2019: 205-206) e da Cabeça de Vaiamonte (Monforte) (Fabião 2001: 204) e no santuário de Corvo I (Castro Verde) (Maia/ Maia 1986).

O tipo em apreço é também relativamente comum nos contextos da Estremadura, estando representado na gruta-santuário da Lapa da Cova (Sesimbra) (Calado *et al.* 2017: 535-536; Fig. 3) e no povoado da Quinta do Almaraz (Almada) (Filardi 2011: Fig. 1.6.1), bem como em Freiria (Cascais) (Cardoso/ Encarnação 2013), no Moinho da Atalaia (Amadora) (Pinto/ Parreira 1978), no Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos) (Arruda *et al.* 2016), na Alcáçova de Santarém (Arruda 1999-2000: 216) e no sítio de Moinhos Velhos (Torres Vedras) (Monteiro/ Cardoso 2016).

Uma quarta conta de colar (n.1150) que, numa primeira observação poderia também considerar-se de vidro, parece contudo corresponder a um elemento de faiança. Este elemento, de morfologia esférica achatada e dotado de ranhuras longitudinais que lhe conferem um aspecto galonado, apresenta com efeito uma superfície muito desgastada na qual se apreciam contudo restos de um revestimento vidrado verde azulado.

Embora nos últimos anos se tenham vindo a documentar cada vez mais exemplos de contas de faiança em contextos funerários da I Idade do Ferro, os conjuntos conhecidos até ao momento compõem-se exclusivamente de peças discóides de muito pequenas dimensões (Soares *et al.* 2016: Fig. 3; Arruda *et al.* 2017c: 212; Santos *et al.* 2017: Fig. 7).

Ainda assim, conhecem-se a nível peninsular outros exemplares muito similares ao do OSM, como os da necrópole de La Albufereta, em Alicante (Verdú Parra 2015: Fig. 3.447). Infelizmente, as citadas contas da necrópole alicantina não dispõem de contexto preciso, pelo que só pode afirmar-se que pertencem já à segunda metade do I milénio a.n.e., período durante o qual se desenvolve a ocupação daquele espaço funerário.

Pode pensar-se que a falta de outros paralelos se deve à classificação errónea das peças deste tipo como artefactos de vidro ou de outras matérias-primas. Note-se, por exemplo, o caso de três contas galonadas procedentes do sítio de Fronteira, em Vila do Bispo, publicadas como peças de osso por A. Viana, J. Formosinho e O. da Veiga Ferreira (1953: 12; Lám. I, n.13).

Estas peças, ao que parece associadas a uma urna bicónica, possivelmente da II Idade do Ferro (*idem*: Lám. I, n. 14), bem poderão corresponder a elementos de adorno de faiança, sobretudo quando os responsáveis do seu estudo indicam que preserva(va)m vestígios de pintura a verde (*idem*), possivelmente um revestimento vidrado próprio da faiança.

Em face destes paralelos mais ou menos seguros, a conta do OSM deverá portanto, e de forma provisória, datar-se da II Idade do Ferro, atribuindo-se portanto aos horizontes mais tardios da necrópole.

Finalmente, caberia assinalar, como já se disse, a presença no sítio de um pequeno fragmento de pasta vítrea policroma (n.1151), azul-ultramarina com decoração em bandas paralelas (possivelmente em espiral) a branco e amarelo de cádmio, infelizmente muito deteriorado. Apresenta como adesão um pequeno cilindro da mesma matéria-prima, muito provavelmente o resto deformado de uma pequena asa.

Apesar das suas reduzidas dimensões e do seu mau estado de conservação, resultado da sua exposição ao fogo, este fragmento pertencerá muito provavelmente a um recipiente moldado sobre núcleo friável, cuja tipologia infelizmente não é possível precisar. Ainda assim, o esquema cromático e decorativo que se entrevê no fragmento preservado permite pensar que a peça em apreço se integraria no chamado Grupo Mediterrâneo 1 (Fossing 1940; Harden 1981: 59-93; Grose 1989: 110-115).

Quanto ao seu contexto, a informação patente no inventário do Museu Nacional de Arqueologia indica que esta peça procede da Sepultura 6 de Vergílio Correia, contexto que contudo oferece significativos problemas de leitura, na medida em que se atribuem ao mesmo materiais com cronologias algo discrepantes (v. Anexo III). Ainda assim, os materiais que lhe são atribuídos distribuem-se por um intervalo entre o século VI e o IV a.n.e., consistente com a atribuição do recipiente em análise ao Grupo Mediterrâneo 1.

Com efeito, estes recipientes, de provável produção grega, parecem ter-se produzido e difundido pelo Mediterrâneo entre os meados do século VI e os inícios do IV a.n.e. (*idem*: 58; Grose 1989: 110-111). Menos comuns do que as contas de vidro, os recipientes deste grupo estão também bem documentados no Extremo Ocidente peninsular (Feugère 1989; Jiménez Ávila 1999: Mapa 1; 2003: Fig. 4; Fabião 2001: Fig. 14). Parece ocioso repetir, neste contexto, o panorama já esboçado nas várias sínteses disponíveis, embora deva chamar-se a atenção para a presença de um outro fragmento de vidro policromo atribuível a um recipiente deste grupo procedente do povoado de Alcácer do Sal, concretamente dos contextos do século V a.n.e. documentados na área do Castelo (Silva *et al.* 1980-1981: Fig. 18, n. 224).

Podem por outro lado citar-se os achados mais recentes da Malhada das Taliscas (Alandroal) (Calado/ Mataloto/ Rocha 2007: 156), do Monte da Tera (Mataloto 2010-1: Fig. 8) ou, já na Estremadura/ Baixo Tejo, os de Castelo dos Mouros (Sintra) (Silva/ Sousa 2016) e de Cabeço Guião (Arruda *et al.* 2017b: Fig. 29)¹³, que vieram incrementar a densidade da malha de dispersão deste tipo de recipientes anteriormente conhecida (Jiménez Ávila 1999: Mapa 1; 2003: Fig. 4; Fabião 2001: Fig. 14). A estes achados vem agora somar-se o exemplar do OSM, reforçando o peso destes pequenos contentores de perfumes ou unguentos nas economias de prestígio regionais do período em apreço.

A escassez de elementos de pasta vítrea é uma constante nas necrópoles – e nos povoados – dos momentos iniciais da Idade do Ferro, o que poderia enquadrar perfeitamente o parco conjunto que acabo de comentar; não obstante, devo assinalar que a utilização do OSM durante as etapas de intensa importação destes elementos, entre os séculos VI e IV a.n.e., está perfeitamente atestada, pelo que a ausência de conjuntos mais extensos merece ser sublinhada.

Outro factor importante a ter em conta prende-se com a possibilidade da escassez deste tipo de elementos ser na verdade uma consequência do ritual funerário empregue na necrópole; os elementos de pasta vítrea são naturalmente muito frágeis e a acção do fogo levaria sem dúvida à sua quase completa desintegração.

13. A integração deste último exemplar no Grupo Mediterrâneo 1 não é segura, podendo também pertencer já ao Grupo Mediterrâneo 2, mais raro – mas não desconhecido – no Extremo Ocidente peninsular.

Não obstante, não pode também excluir-se a existência de factores de índole social e cultural que determinem a escassez destes elementos, que poderão ter sido pouco valorizados, por oposição à situação no interior, onde parecem ter-se revestido de um relevante papel na ostentação da riqueza e do estatuto social (Gomes 2014a; 2015c).

3.3.2. Cornalina (Est. CXXXVIII, n.1152)

Os elementos de cornalina constituem uma presença relativamente frequente nos repertórios de objectos de adorno do Sudoeste Peninsular desde o Bronze Final, parecendo corresponder a importações procedentes do Mediterrâneo Oriental, possivelmente do Egipto (Martín de la Cruz 2004; Martín de la Cruz *et al.* 2005; Gonçalves/ Soares 2010; Gonçalves *et al.* 2011; Gomes 2018b).

Os adornos realizados nesta matéria-prima encontram-se também bem documentados no Sul de Portugal durante a I Idade do Ferro, nomeadamente integrando conjuntos funerários (Gomes 2018b; cf. tb. Gomes 2014a: 32-3). No OSM, contudo, regista-se uma única peça possivelmente realizada nesta matéria-prima¹⁴, concretamente uma conta de colar esférica com 1,1cm de diâmetro máximo.

Embora significativamente menos comuns que as suas congéneres de morfologia bitroncocónica (Gomes 2018b: 63-64), este tipo de contas encontra-se atestado no Sul do actual território português já desde o final da Idade do Bronze (Gonçalves/ Soares 2010; Gomes 2018b: 60). Na Idade do Ferro, contudo, os únicos exemplares de contas de cornalina esféricas documentados até ao momento foram recolhidos no depósito votivo de Garvão (Ourique) (Beirão *et al.* 1985: 92 e Fig. 35), integrando-se portanto num momento cronologicamente avançado, do final do século III ou mesmo dos inícios do II a.n.e..

Deve contudo ressaltar-se que, fora do território nacional, as contas desta morfologia apresentam uma cronologia bastante mais dilatada, documentando-se já no final do século VIII – início do VII a.n.e. em La Fonteta (Alicante) (González Prats 2014: 343-345), nos finais do século VI – inícios do V a.n.e. em Cádiz (Perdigones/ Muñoz/ Pisano 1990: 41-44), em Villaricos (Almería) (Astruc 1951: 34 e Lám. XV, n. 18) e no “Tesouro” de Ébora (Sanlúcar de Barrameda) (Mata Carriazo 1973: 351-355), e ainda no século IV a.n.e., no naufrágio de El Sec (Maiorca) (Arribas *et al.* 1987: 593) e na necrópole de Puente de Noy (Almuñécar) (Molina Fajardo/ Ruiz Fernández/ Huertas Jiménez 1982: 76).

Em face deste panorama, torna-se difícil especificar a cronologia concreta do exemplar do OSM aqui analisado, embora a ponderação dos paralelos disponíveis pareça sugerir uma datação posterior ao século V a.n.e., não podendo excluir-se que esta peça seja contemporânea das suas congéneres de Garvão.

3.3.3. Amuletos

3.3.3.1. Escaravelhos (Est. CXXXVIII, nn.1153-1157)

Entre a pequena colecção de amuletos do OSM pontifica um conjunto de cinco escaravelhos de tipo egípcio, alguns dos quais objecto de publicação pelos seus respectivos descobridores (Correia 1972 [1925c]; Paixão 1971; 1983; Gamer-Wallert/ Paixão 1983). O conjunto é, em todo o caso, sobejamente conhecido, tendo sido resenhado nos principais *corpora* de materiais egípcios na Península Ibérica (Gamer-Wallert 1978; García Martínez 2002) e inclusivamente em algumas sínteses de âmbito mediterrâneo (Gorton 1996).

14. Na ausência de dados analíticos concretos, não se exclui que esta peça possa também ter-se realizado noutras matéria-prima, como o âmbar.

Este conjunto foi recentemente objecto de uma análise detalhada e actualizada no quadro de um estudo sobre os escaravelhos egípcios do actual território português (Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2009b: 528-534; v. tb. Almeida/ Araújo 2009), à qual pouco ou nada posso acrescentar, pelo que me limitarei aqui a segui-la, resenhando brevemente as características principais das peças em causa (Tabela 10).

Nº	Comp. Máx.	Larg. Máx.	Esp. Máx.	Bibliografia
1153	3,7	3,4	0,7	Correia 1972 [1925c]; Arthur 1952; Paixão 1971; Gamer-Wallert 1978; Gamer-Wallert/ Paixão 1983; Gorton 1996; García Martínez 2001; Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2009b
1154	1,15	0,82	0,6	Paixão 1971; Gamer-Wallert 1978; Gorton 1996; García Martínez 2001; Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2009b
1155	1,5	1,2	0,89	Paixão 1983; García Martínez 2001; Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2009b
1156	1,9	1,4	1,10	Paixão 1971; García Martínez 2001; Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2009b
1157	1,8	1,32	1	Paixão 1971; García Martínez 2001; Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2009b

Tabela 10 – Dimensões dos escaravelhos do OSM e principal bibliografia associada a cada exemplar.

Uma primeira peça, exumada e publicada por V. Correia (1972 [1925c]), corresponde a um escaravelho de pasta esbranquiçada que parece ter estado engastado num estojo giratório de prata destinado a fixar-se a um anel; embora se tenha indicado recentemente que a peça se encontrava ainda engastada no estojo mas que o anel se teria perdido (Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2009b: 528), tive oportunidade de comprovar que este escaravelho, conservado no Museu Didáctico do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, se encontra actualmente isolado, sem qualquer estojo.

Conserva-se por outro lado um anel maciço de prata com o respectivo estojo, já comentado, e que, de acordo com a informação veiculada por V. Correia (1972 [1925a]), terá sido exumado na mesma sepultura que o amuleto antes comentado, e que os autores citados indicam dever ter contido outro escaravelho ou escarabóide (*idem*: 534).

De acordo com o recente estudo já citado, esta peça pertence ao Tipo XIVB de A. Feghali Gorton (1996: 40 e ss.), apresentando um anverso do Tipo IVb de J. Vercoutter (1945: 72); no reverso figura-se uma cartela com inscrição hieroglífica correspondente ao nome de Hórus de Psamético I (663-609 a.n.e.), o que sugeriria uma cronologia do século VII ou algo posterior para este amuleto (Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2009b: 529). Foi considerada como correspondendo a uma produção de Naucratis (Paixão 1971: 311), contando com paralelos em Cartago (Vercoutter 1945: 200).

A segunda peça foi exumada durante a primeira campanha de escavação realizada na necrópole por A. Cavaleiro Paixão, tendo-se recolhido na Sepultura F11 conjuntamente com um fecho de cinturão de tipo “céltico” muito incompleto mas seguramente pertencente ao tipo DIII de M.^a L. Cerdeño Serrano (cf. *supra*), uma fíbula anular hispânica muito deteriorada, de tipo impossível de precisar, uma xorca e um conjunto de elementos de armamento (Paixão 1970: 78-80).

Este segundo escaravelho foi realizado em espinela e enquadra-se, sempre segundo o estudo antes citado, no Tipo XVI de A. Feghali Gorton (1996: 48 e ss.). Esta peça, dotada de uma perfuração longitudinal que sugere tratar-se de um elemento de colar, apresenta um anverso do Tipo IVc de J. Vercoutter (1945: 72), enquanto no reverso figura uma esfinge alada sedente voltada à direita e uma pluma *maet* igualmente orientada para a direita.

Ao que parece, este tipo de escaravelho foi considerado como uma provável produção do Mediterrâneo Central, possivelmente de Cartago ou de Tharros (Gorton 1996: 48; Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2009b: 530), sobretudo por contar com abundantes paralelos nas necrópoles da metrópole norte-africana e na Sardenha (*ibidem*); outros autores, contudo, creem que a peça em causa poderá corresponder antes, também ela, a uma produção de Naucratis (Paixão 1971: 314; Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2009b: 531).

Com base nas características produtivas, às quais podem agora somar-se com maior segurança os dados dos materiais que lhe estavam associados, este escaravelho parece ter-se depositado no OSM durante o século VI a.n.e., muito provavelmente na sua segunda metade.

Em contexto aparentemente secundário sobre esta mesma Sepultura F11 A. Cavaleiro Paixão recolheu ainda um segundo escaravelho (Paixão 1971), neste caso executado em ágata negra com laivos brancos. O anverso enquadra-se no Tipo IVb de J. Vercoutter (1945: 72), sendo o reverso difícil de interpretar devido ao estado deficiente de conservação da peça e à própria natureza da matéria-prima. Reconheceu-se, ainda assim, a presença de um disco alado encimando uma composição que engloba três figuras, uma central coroada com o disco solar e duas laterais ostentando a coroa do Alto Egipto em atitude de veneração (García Martínez 2001: 175). Não se avança qualquer hipótese sobre o seu local de produção.

Uma quarta peça exumada, também ela, durante esta primeira campanha de escavação, infelizmente sem contexto preciso (Paixão 1971), foi executada em quartzo negro, correspondendo a um elemento de colar, função evidenciada pela presença de uma perfuração longitudinal. O anverso corresponde ao Tipo IVb de J. Vercoutter (1945: 72) enquanto o reverso, que revela um trabalho glíptico de muito boa qualidade, figura uma leoa sedente voltada à direita mas com a face representada frontalmente ladeada à esquerda por uma serpente *uraeus* ostentando a Coroa Branca do Alto Egipto e à direita por um caule de papiro (cf. Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2009b: 533).

Esta peça foi considerada como uma produção sarda, possivelmente de Tharros (*ibidem*), contando com paralelos na necrópole dessa cidade (*ibidem*, com bibliografia) e em Cartago (Vercoutter 1945: 540-1), tendo-se datado, com base na iconografia, dos séculos V-IV a.n.e. (Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2009b: 533).

O último escaravelho a ser descoberto na necrópole do OSM, já durante as últimas campanhas ali conduzidas por A. Cavaleiro Paixão (1983), foi realizado em esteatite vidrada a verde; apresenta um anverso do Tipo IV de J. Vercoutter (1945: 72) e no reverso encontra-se representada uma cena figurativa centrada em torno de um elemento fitomórfico, plausivelmente uma palmeira, ladeada por duas figuras simiescas erguidas sobre as patas traseiras e com as patas dianteiras levantadas em direcção ao elemento central (cf. Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2009b: 531).

Embora comparável, do ponto de vista iconográfico, com peças de produção cipriota, nomeadamente do Tipo XXC de A. Feghali Gorton (1996: 58, *apud* Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2009b: 532), considerou-se que este escaravelho do OSM, de factura menos cuidada, poderá corresponder a uma imitação do Mediterrâneo Central, datável do século VI a.n.e. (Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2009b: 532).

O contexto arqueológico desta peça, exumada numa sepultura de incineração *in situ* dotada de canal central na qual se recolheu, além deste amuleto, um conjunto de duas lanças longas com os respectivos contos, um bracelete de tipo “xorca” e uma faca afalcatada, não contradiz, *a priori*, a cronologia proposta para este elemento, sem que possa contudo excluir-se que todo o conjunto seja algo mais antigo.

3.3.3.2. Outros amuletos (Est. CXXXIX, nn.1158-1160)

Aparte deste interessante conjunto de escaravelhos, pude ainda documentar um pequeno conjunto composto por três amuletos de faiança vidrada a azul esverdeado, de distinta tipologia, recentemente estudados em profundidade pela primeira vez (Gomes no prelo).

Um primeiro exemplar parece corresponder a uma figuração do deus **Bes** (Est. CXXXIX, n.1158). Com efeito, esta peça representa uma figura masculina estante, com rosto barbado e feições carregadas; os seus braços encontram-se dobrados, com as mãos unidas sobre o peito. Este personagem apresenta o ventre dilatado, formando uma prega na zona abdominal, no qual se figurou o umbigo. Representa também o falo da divindade, que apresenta dimensões desproporcionadamente grandes com respeito ao corpo da figura. As pernas são curtas, atrofiadas e arqueadas. O comprimento máximo deste amuleto é de 3cm, sendo a sua largura máxima de 1,7cm.

Esta peça apresenta algumas idiossincrasias no que diz respeito à iconografia clássica de Bes, como por exemplo a ausência do toucado de penas envergado por esta divindade na esmagadora maioria das suas figurações (cf. Wilson 1975; Gómez Lucas 2002; Velázquez Brieva 2007), o que poderia levar a

pensar que se trataria de outro tipo de divindade, como o Ptah Pateco, tão frequentemente representado nas coleções de amuletos de sítios púnicos do Mediterrâneo Central e Ocidental (Acquaro 1977: 22-3; Martini 2004: 21-2; Gómez Lucas 2004; López-Grande et al. 2014: 188-202).

Não obstante, o carácter barbado e itifálico desta personagem não se coaduna com a iconografia desse tipo de amuletos, correspondendo a caracteres específicos associados à representação de Bes. A representação desta divindade desprovida de toucado não é, de resto, desconhecida nos conjuntos de amuletos do Mediterrâneo Ocidental e da Península Ibérica, podendo registar-se, a este propósito, exemplos de Ibiza (López-Grande et al. 2014: 163), de Cádiz (Velázquez Brieva 2007: 87-8) e de Viña de las Cántaras, também na província de Cádiz (Gómez Peña/ Rodríguez Mellado 2014: 150-2).

O carácter apotropaico desta divindade egípcia (Araújo 2001; Gómez Lucas 2004) justifica a sua popularidade, e em particular a sua representação em amuletos, que se generaliza no Egipto a partir da Época Baixa (Araújo 2001: 150), tornando-se também particularmente frequente no mundo púnico do Mediterrâneo Central e Ocidental (Velázquez Brieva 2007: 60-178; cf. tb. Gómez Lucas 2002), certamente por influência de Cartago, onde este tipo de amuletos está bem documentado (Vercoutter 1945: 282).

Não cabe, no presente trabalho, resenhar todas as ocorrências de amuletos figurando Bes documentadas na Península Ibérica, podendo ainda assim referenciar-se a existência de peças deste tipo em Ibiza (López-Grande et al. 2014: 146-170), na necrópole de Puente de Noy, em Almuñécar (Molina Fajardo/ Ruiz Fernández/ Huertas Jiménez 1982: Fig. 18), na de Villaricos, em Almería (Astruc 1952), em La Fonteta (González Prats 1999-2000: 37) e na província de Cádiz (Velázquez Brieva 2007: 87-8; Gómez Peña/ Rodríguez Mellado 2014).

Os amuletos figurando Bes do Mediterrâneo Central e Ocidental apresentam cronologias muito dilatadas, documentando-se desde finais do século VII ou inícios do VI a.n.e. e perdurando até, pelo menos, ao século III a.n.e. (López-Grande et al. 2014: 169-170), registando-se inclusivamente na Península Ibérica em contextos datados já de Época Romana (cf. Gómez Peña/ Rodríguez Mellado 2014).

Não contando com paralelos exactos nos principais repertórios de referência, a peça do OSM não pode situar-se de forma precisa dentro deste intervalo cronológico, embora se possa assinalar que a maioria dos exemplares peninsulares parecem concentrar-se numa fase centrada nos séculos VI e V-IV a.n.e., cronologia que poderia atribuir-se também à peça de Alcácer do Sal, ainda que de forma tentativa.

Um segundo amuleto que pude identificar entre o material do OSM, igualmente produzido em faiança vidrada a azul esverdeado, figura um elemento em forma de glande de difícil identificação (Est. CXXXIX, n.1159). Esta peça conta com um elemento de suspensão de tendência amigdalóide com perfuração circular, ligada a uma base discoide; o corpo principal apresenta uma configuração piriforme, com um estrangulamento na base e uma decoração estriada no sentido do comprimento; esta decoração encontra-se delimitada na extremidade distal por um profundo sulco horizontal que delimita uma área não decorada. O seu comprimento máximo é de 2,3cm.

A priori, esta peça poderia identificar-se com um amuleto fálico, ainda que alguns detalhes visuais, nomeadamente a presença de ranhuras longitudinais, não pareça consistente com essa identificação. Por outro lado, amuletos de morfologia idêntica recolhidos noutros contextos do Mediterrâneo Central (Acquaro 1977: nn. 22-23) foram identificados como representações de seios, hipótese que parece igualmente dúbia em face da morfologia concreta do exemplar alcacerense.

Com maior prudência, H. Beck, no seu clássico trabalho sobre a classificação das contas de colar, classifica este tipo de objectos no seu Grupo XXIII, e concretamente no Tipo B.3.a (Beck, 1928: Fig. 21). A nível peninsular conheço um único exemplar idêntico ao do OSM, recolhido na necrópole de La Albufereta (Alicante), infelizmente sem contexto seguro (Verdú Parra 2015: 398 y Fig. 3447). A peça alicantina não será contudo anterior ao século V a.n.e., pelo que o exemplar do OSM poderá como hipótese atribuir-se ao horizonte da II Idade do Ferro da necrópole.

O terceiro amuleto, em contrapartida, parece mais difícil de interpretar, tanto do ponto de vista tipológico como iconográfico, facto a que não será estranho o desgaste que apresenta; julgo, contudo, que poderá corresponder a uma representação aproximadamente naturalista dos órgãos genitais masculinos, incluindo a zona púbica (Est. CXXXIX, n.1160), motivo iconográfico para o qual, contudo, não pude documentar qualquer paralelo nos principais repertórios de amuletos púnicos do Mediterrâneo Central e Ocidental. O seu comprimento máximo é de 1,9cm.

Este motivo encontra-se bem representado nos amuletos egípcios, embora a sua representação em faiança só se documente já no período ptolemaico (Müller-Winckler 1987: 193); no Mediterrâneo Central e Ocidental, pelo contrário, não se documentaram até ao momento amuletos deste tipo realizados nesta matéria-prima, ainda que o motivo seja frequente entre os amuletos púnicos de osso de Ibiza (Fernández Gómez *et al.* 2009: Tipo 4.1.1).

Em face do exposto, caberia pensar que, tal como o exemplar putativamente fálico antes descrito, este amuleto se terá depositado nalgum enterramento integrável nos horizontes mais tardios do OSM.

3.3.4. Osso ou marfim (Est. CXXXIX, n.1161)

As evidências de eborária são sumamente escassas no OSM, resumindo-se na prática a um disco de osso de 3,5cm de diâmetro máximo e com uma espessura de 0,4cm que apresenta uma das suas faces decorada por incisão. Essa face conta com um medalhão central representando uma roseta de 16 pétalas enquadrada por uma moldura formada por dois círculos concêntricos; a margem deste disco apresenta igualmente uma moldura formada por quatro círculos concêntricos.

Peças idênticas à que aqui me ocupa, geralmente consideradas como aplicações decorativas que se encontrariam originalmente incrustadas em elementos de mobiliário, foram exumadas na área urbana de Alcácer do Sal, na Rua do Rato, num contexto votivo datado do século VI a.n.e. (Arruda *et al.* 2021; cf. tb. Arruda 2014: Fig. 17), e talvez também na necrópole de Medellín (Almagro-Gorbea 2008d). A peça do OSM pode assim considerar-se relativamente antiga, enquadrando-se no horizonte da I Idade do Ferro da necrópole, datando possivelmente da primeira metade do século VI a.n.e..

As únicas outras manifestações de eborária documentadas no OSM correspondem a elementos de encabamento de facas afalcatadas, já anteriormente comentados no apartado dedicado a estas peças.

3.3.5. Ovo de avestruz (Est. CXXXIX, n.1162)

Entre o espólio da necrópole do OSM depositado no Museu Nacional de Arqueologia conta-se um recipiente elaborado a partir de um ovo de avestruz, recentemente publicado pela primeira vez (Arruda 2014: 518 e Fig. 6). Seguindo a tipologia estabelecida por M.^a del P. San Nicolás para os ovos de avestruz fenício-púnicos da Península Ibérica e das Baleares (San Nicolás 1975), a peça da necrópole de Alcácer do Sal englobar-se-ia na Forma II, caracterizada por uma abertura ampla, obtida pela remoção do quinto superior do ovo; o facto de apresentar uma aresta contínua enquadrá-lo-ia, por outro lado, na variante II-A definida por esta mesma autora (*idem*: Lám. II). O diâmetro máximo desta peça é de 13,4cm, sendo o diâmetro do bordo de 9cm, e a altura total é de 12,2cm. A espessura da casca não supera, em nenhum caso, os 0,15cm.

Como é característico nos recipientes da Forma II, o ovo de avestruz do OSM apresenta decoração, ainda que seja difícil restituir com exactidão os esquemas decorativos, preservando-se apenas linhas e motivos geométricos, nalguns casos muito apagados. Podem ainda assim entrever-se barras verticais dividindo o campo decorativo em métopas e barras horizontais que subdividem essas métopas em dois registos. A composição das barras verticais e horizontais é similar: em ambos os casos apresentam duas fiadas de filetes (horizontais nas barras verticais e verticais nas horizontais) gravados na superfície da casca de ovo com um estreito espaço intermédio reservado, ladeadas por duas bandas contínuas pintadas em tom avermelhado e muito apagadas; do topo das barras horizontais partem, por outro lado, curtas linhas vermelhas pintadas verticalmente.

Embora estes motivos delimitadores de métopas e registos se possam aproximar de algumas gramáticas representadas no conjunto de ovos de avestruz de Ibiza e recolhidas por M.^a del P. San Nicolás (1975: Lám. V) no seu Motivo 6 (linhas oblíquas formando colunas enquadradas por barras verticais) ou no seu Motivo 8 (colunas geminadas formadas por linhas oblíquas em *chévron*), a combinação

exacta presente no recipiente do OSM não se enquadra de forma totalmente satisfatória nos tipos decorativos propostos por esta autora.

A utilização dos ovos de avestruz para a produção de recipientes e, por outro lado, a associação destes à esfera funerária conta no Próximo Oriente com raízes profundas (Caubet 1983), remontando ao III milénio, estando este tipo de elemento presente, por exemplo, nos Túmulos Reais de Ur (Woolley 1934 *apud* Caubet 1983). Na fachada siro-palestiniana a utilização de ovos de avestruz encontra-se também atestada pelo menos desde o Bronze Médio (Caubet 1983: 194), chegando mesmo estes elementos a introduzir-se nas redes comerciais cipro-micénicas do final do II milénio a.n.e. (*ibidem*).

Com o advento da expansão fenícia no I milénio a.n.e. a tradição de utilização de ovos de avestruz e o seu significado funerário foi transplantado para o Mediterrâneo Central e Ocidental (cf. Savio 2004), tendo-se enraizado de forma particularmente significativa em Cartago (Moscati 1988) e, posteriormente, nas áreas de influência cartaginesa, como a Sicília Ocidental (Sconzo 2005), Ibiza (Astruc 1957; San Nicolás 1975) ou o Sudoeste Peninsular, podendo salientar-se a excepcional colecção de mais de sete centenas de exemplares exumada na necrópole de Villaricos, em Almería (Astruc 1952; San Nicolás 1975; Moscati 1988).

Sendo menos comuns no Sudoeste Peninsular, estes elementos estão ainda assim presentes em diversos sítios da Baixa Andaluzia, e nomeadamente em ambientes funerários, podendo citar-se exemplos de várias das necrópoles dos Alcores de Carmona (Bonsor 1899), da necrópole de La Joya, em Huelva (Garrido/Orta 1978: Fig. 80), ou ainda da área dos “poços” do Palácio da Galeria, em Tavira (Maia 2003; Maia/Silva 2004).

A presença deste tipo de peças nos contextos funerários citados e na própria necrópole de Alcácer do Sal revela, em certa medida, um conhecimento do significado escatológico de que se revestem, no Próximo Oriente e, em particular, no mundo fenício-púnico, estes elementos, entendidos como representação do princípio vital (Mayor Ortega 1996-7: 85), sendo o ovo encarado como receptáculo gerador de vida e, por extensão, propiciador da ressurreição (Astruc 1951: 67).

Mais difícil de precisar, contudo, é o quadro histórico em que se produziu a incorporação deste elemento no registo material da necrópole. O uso dos ovos de avestruz como receptáculos abrange, com efeito, um amplo período cronológico, pelo menos entre o século VII e o III/II a.n.e., embora nem sempre com a mesma intensidade (Moscati 1988: 456).

A tipologia a que corresponde a peça do OSM, muito básica, e a má conservação da sua decoração, de que só se conservam elementos divisores de natureza geométrica simples, dificulta o enquadramento cronológico desta peça, embora se possa argumentar que a incidência de peças deste tipo no Sudoeste é tendencialmente antiga (séculos VII-VI a.n.e.), o que poderia sugerir uma sua associação às primeiras etapas de uso do OSM.

Estampa CXXXVIII – Exótica - contas de vidro (1147-1149) e de faiança (1150), fragmento de recipiente de vidro (1151), conta de cornalina (1152) e escaravinhos de tipo egípcio (1153-1157).

1158

1159

1160

1161

1162

Estampa CXXXIX – Exotica - amuletos "púnicos" (1158-1160), roseta de osso (ou marm) (1161) e recipiente de ovo de avestruz (1162).

3.4. Restos faunísticos

A presença de restos faunísticos nalgumas das sepulturas do OSM encontra-se já referenciada nos trabalhos de V. Correia, que ao descrever as sepulturas do seu 4º Tipo menciona que «[n]o tôpo nascente das sepulturas, tôdas orientadas Este-Oeste, à superfície do cinzeiro, recolhem-se ossos de animais sacrificados, lançados aí sobre o acêrvo funerário» (Correia 1972 [1928]: 178).

Posteriormente, as intervenções de A. Cavaleiro Paixão viriam a confirmar esta observação. Com efeito, este investigador refere explicitamente pelo menos duas instâncias de vestígios de oferendas cárnicas realizadas em sepulturas por si escavadas: a Sepultura G11, que continha um osso não calcinado de bovívdeo (Paixão 1970: 82), e a Sepultura G10, onde se verificou a presença de costelas, igualmente de bovívdeo (*idem*: 86). Ambas as sepulturas pertencem ao 4º Tipo de V. Correia, confirmando assim a associação da prática de deposição de oferendas deste tipo com aquele tipo sepulcral.

Apesar da presença destas referências pontuais, a real dimensão da presença deste tipo de oferendas nas sepulturas do OSM permanecia até há pouco por apurar dada a ausência de estudos sobre os restos faunísticos recolhidos na necrópole. Esta lacuna foi contudo suprida recentemente com um estudo que, apesar das naturais limitações relacionadas com a falta de indicações contextuais relevantes, permitiu pelo menos apurar a composição dos restos faunísticos recuperados na necrópole e tecer algumas considerações sobre a sua eventual utilização no contexto das práticas funerárias (Cardoso/Arruda 2016).

Assim, e no que diz respeito à composição do conjunto, verificou-se que os restos de bovívdeos domésticos são largamente predominantes (*idem*: 201), confirmando assim de certo modo, uma vez mais, as observações dos escavadores da necrópole. Predominam os restos pertencentes aos membros anteriores e posteriores dos animais, embora também se documentem restos pertencentes ao esqueleto axial, nomeadamente vértebras e costelas (*ibidem*), situação que parece evidenciar a selecção de partes dos animais com elevado conteúdo cárnico para deposição nas sepulturas.

Por outro lado, e a par dos bovívdeos, documentou-se igualmente a presença de restos significativos de ovicaprídeos, registando-se uma idêntica selecção das partes a depositar nas sepulturas (*ibidem*). Ainda aos níveis das faunas domésticas, deve salientar-se também o registo da presença residual, mas significativa, tanto de restos de porco doméstico como de cão doméstico (*ibidem*).

Como bem assinalam os responsáveis do estudo deste conjunto faunístico, ambas estas incidências revestem-se de um significado particular. A primeira pode com efeito ser considerada à luz da bem conhecida interdição do consumo da carne de porco nos ambientes culturais semitas, e nomeadamente fenícios (*ibidem*: 206), que torna a extrema escassez deste animal no registo funerário do OSM relativamente sugestiva.

Quanto à presença de restos de cão doméstico, a mesma deve ser confrontada com as abundantes evidências do uso sacrificial deste animal no âmbito fenício-púnico, que no Extremo Ocidente se encontra muito bem documentada na necrópole púnica de Cádiz (Niveau/ Ferrer Albelda 2004), registando-se também a presença deste animal no registo faunístico da Quinta do Almaraz (Almada) e do Cerro da Rocha Branca (Silves), ostentando os restos exumados em ambos os sítios claras marcas de corte (Cardoso/ Gomes 1997).

Aparte das faunas domésticas, verificou-se ainda uma presença muito pontual de faunas selvagens, nomeadamente de coelho e/ou lebre (Cardoso/ Arruda, 2016: 201) e de faunas malacológicas, representadas por espécies locais, como o berbigão ou a lamejinha (*ibidem*).

No que diz respeito à interpretação destes restos, caberia referir, em primeiro lugar, que as intensas marcas de combustão documentadas pelos responsáveis do seu estudo foram consideradas pouco compatíveis com um uso destas faunas em banquetes funerários, reforçando assim a sua provável natureza de oferendas votivas de viático, ainda que como bem assinalam os referidos autores não seja impossível que outras porções dos mesmos animais tenham sido consumidas em banquetes ocorridos durante as exéquias fúnebres (*idem*: 203).

Por outro lado, registou-se um segundo dado do maior interesse para a interpretação funcional destas faunas no contexto funerário do OSM, nomeadamente a presença de abundantes astrágalos,

tanto de bóvídeos como de ovicaprídeos, em vários casos com sinais de manipulação e de polimento, ao que parece provenientes de forma exclusiva do interior de sepulturas (*ibidem*).

A presença destes elementos em ambiente funerário, para a qual se pôde aduzir paralelos significativos do Mediterrâneo Oriental e, sobretudo, Central (*idem*: 203-4), parece estar relacionada com práticas divinatórias, pelo que os autores do estudo do conjunto faunístico em apreço se inclinam para uma interpretação de índole religiosa e simbólica para as peças do OSM, que com efeito parece altamente provável.

Estes dados, que vêm acrescentar uma maior consistência às anteriormente citadas referências de V. Correia e A. Cavaleiro Paixão, permitem hoje afirmar sem reservas de maior que as oferendas cruentas de viático eram uma prática corrente na necrópole. Infelizmente, contudo, a falta de coordenadas contextuais significativas para o material estudado não permite clarificar completamente se, como parece depreender-se das mencionadas referências, essa prática se encontra circunscrito à fase mais antiga da necrópole e em particular às sepulturas do 4º Tipo, facto que por outro lado necessitaria em si mesmo de explicação.

Recorde-se, como já tive oportunidade de mencionar, que a presença de terracotas de bóvídeos nas sepulturas do 3º Tipo foi já interpretada como uma substituição destas oferendas (Fabião 1998a: 356), hipótese que hoje se deve matizar não apenas em função da já comentada raridade dessas terracotas – muito menos frequentes do que as oferendas faunísticas – como, inclusivamente, à luz da mais que provável contemporaneidade parcial entre ambos os tipos sepulcrais (cf. *infra*).

Assim, e apesar do avanço significativo representado pelo estudo arqueofaunístico que venho citando, as omnipresentes lacunas contextuais que caracterizam a documentação do OSM deixam em aberto a questão da real incidência deste tipo de oferendas e as eventuais razões da sua desigual repartição, que tanto poderiam ser de ordem social como o resultado de outros critérios que actualmente não se podem restituir. Permaneceria igualmente por apurar se, com o desaparecimento das sepulturas do 4º Tipo, desaparecem também as oferendas alimentares de tipo cruento, ou se existe uma maior continuidade desta prática, que de momento não se pode apreciar.

AS PRÁTICAS E
ARQUITECTURAS FUNERÁRIAS
DO OLIVAL DO SENHOR DOS
MÁRTIRES: ENQUADRAMENTO
CRONOLÓGICO E CULTURAL

4.

AS PRÁTICAS E ARQUITECTURAS FUNERÁRIAS DO
OLIVAL DO SENHOR DOS MÁRTIRES: ENQUADRAMENTO
CRONOLÓGICO E CULTURAL

(…)

Em breve

morro

e me faço

um morro

Adília Lopes, '[O dia]'. *César a César*.

Lisboa, &etc.

Analizados os espólios recolhidos no decurso dos diversos episódios de escavação realizados no OSM ao longo dos últimos noventa e cinco anos, caberia agora abordar a questão das modalidades sepulcrais documentadas nesta necrópole. Com efeito, e como é sabido, a necrópole de Alcácer do Sal caracteriza-se pela relativa diversidade das suas arquitecturas e rituais funerários, facto a que não é alheia a longa duração da sua utilização.

No entanto, e apesar de essa diversidade se encontrar bem atestada, nomeadamente por via dos testemunhos veiculados pelo Professor V. Correia (cf. *infra*), a escassa definição dos dados arqueológicos disponíveis, e nomeadamente a falta generalizada de leituras estratigráficas, coloca sérios problemas à restituição da sequência e articulação cronológica das distintas tipologias sepulcrais, agravada pela crónica dificuldade em estabelecer associações concretas entre espólios e sepulturas.

Esta situação condicionou, naturalmente, as leituras contemporâneas sobre a sequência de uso e o faseamento interno da necrópole, suportando simultaneamente propostas até certo ponto discordantes (Fabião 1998a: 350-366; Arruda 1999-2000: 72-86), problema que não parece totalmente superável sem o acesso à documentação de campo dos trabalhos antigos, cuja preservação é duvidosa, ou sem a realização de novos trabalhos arqueológicos que permitam sanar de uma vez por todas as questões levantadas pelas vagas referências disponíveis na bibliografia existente.

Em todo o caso, o estudo integral dos espólios ensaiado nos capítulos precedentes e a revisão sistemática da documentação disponível permite avançar aqui com alguns contributos para uma restituição mais segura do faseamento do OSM. Convém, contudo, recordar os dados de partida para esta discussão, apenas aflorados acima na resenha historiográfica que dediquei à investigação realizada sobre a necrópole.

Assim, pode aqui recordar-se que os principais dados para a restituição das diversas tipologias sepulcrais do OSM são proporcionados, como já ficou dito, por V. Correia, que num dos poucos artigos que dedicou ao sítio estabeleceu, com base nos dados por si obtidos nas diversas campanhas de escavação que conduziu na necrópole salaciense, uma tipologia de sepulturas composta por quatro grandes tipos (Figura 34).

Figura 34 – Representação esquemática dos quatro tipos de enterramentos documentados por V. Correia no OSM.

Passo a reproduzir, pelo seu grande interesse para a questão em apreço, a descrição geral desses tipos avançada pelo Professor de Coimbra:

«1.º - Urna ou vaso-ossuário contendo restos de cinzas e ossos queimados, deposta a pouca fundura sôbre as armas, jóias e outros objectos pertencentes ao defunto, recolhidos após a cremação e colocados em volta do ossuário juntamente com vasos pequenos servindo de unguentários, etc.

2.º - Vaso-ossuário contendo restos de cinzas e ossos queimados, deposto isoladamente sôbre a rocha do fundo do terreno, ou em concavidade especialmente aberta nesse fundo.

3.º - Depósito funerário composto dos restos da lenha da cremação, resíduos de ossos e cinzas, vasilhas pequenas, armas e jóias tendo sofrido a acção do fogo, tudo deixado sem resguardo lateral no próprio terreno da combustão do corpo.

4.º - Depósito funerário composto de ossos carbonizados, carvões e cinzas, dentro do qual jazem vasilhas pequenas, armas, jóias e outros objectos (que todos sofreram a acção do fogo), resguardado superiormente por uma camada de pedras aglutinadas, e inferior e lateralmente por um verdadeiro sarcófago, caixa ou caixão cavado na rocha do fundo.» (Correia 1972 [1928]: 172).

Esta sumária descrição, seguidamente ampliada pelo Professor de Coimbra com uma série de outros dados que adiante comentarei, permite entrever a existência de uma dualidade ritual no seio da necrópole, onde se regista o rito da cremação *in situ* em *bustum* (Tipos 3 e 4) e o rito da cremação em *ustrium* com deposição secundária das cinzas e restos carbonizados em recipientes cerâmicos (Tipos 1 e 2).

Como é natural, em face da data em que se realizaram as intervenções de V. Correia no OSM, as descrições oferecidas por este investigador, embora de inegável interesse e reveladoras da argúcia que caracteriza os seus trabalhos, praticamente não incluem dados específicos de ordem estratigráfica para lá das vagas referências a estruturas escavadas na rocha e aos níveis de amortização de algumas sepulturas, o que dificulta a correcta apreciação da relação espacial entre os vários tipos de sepulturas.

Existem, no entanto, nos trabalhos por si publicados algumas indicações de relevo, que merecem ser retidas neste contexto. Assim, V. Correia indica-nos que na área revolvida pelos trabalhos agrícolas de 1875 que resultaram na descoberta da necrópole «[h]ouve (...) *duas camadas de enterramentos...*», e, mais ainda, «...*que precisamente só nessa área existiram dois andares de sepulturas*» (Correia 1972 [1928]: 171).

Este dado reveste-se de uma grande relevância, na medida em que indicia uma concentração das sepulturas mais superficiais – correspondentes à fase da Idade do Ferro, como veremos – numa área específica, mais limitada que a das sepulturas situadas a maior profundidade, das quais se separam, além disso, por «... *uma grossura de terra limpa*» (*ibidem*).

Esta observação realizada durante as campanhas dos anos '20 parece, por outro lado, ter sido referendada nas novas intervenções realizadas por A. Cavaleiro Paixão entre os anos '60 e '80, que resultaram unicamente na identificação de sepulturas de tipo *bustum* escavadas nos níveis geológicos (Paixão 1970; 1983), sem que se tenha documentado nesta fase dos trabalhos, ao que parece, qualquer sepultura em urna. As escavações deste investigador só contribuem, portanto, de forma parcial para o esclarecimento global da sequência e faseamento da necrópole, aportando não obstante dados importantes que adiante se resenharão.

Chegados a este ponto, parece importante discutir isoladamente cada um dos tipos de sepulturas definidos por V. Correia, em função dos dados veiculados por este investigador, dos dados posteriormente aportados pela investigação sobre a necrópole, e em particular pelas escavações de A. Cavaleiro Paixão, e, finalmente, em função do panorama actualmente disponível sobre os ritos e arquitecturas funerários da Idade do Ferro peninsular e mediterrânea.

Podemos iniciar este percurso pelas sepulturas do 4º Tipo de V. Correia, consensualmente consideradas as mais antigas da necrópole (Fabião 1998a: 355; Arruda 1999-2000: 81; cf. tb. Torres Ortiz 1999: 115). A descrição mais detalhada oferecida pelo Professor de Coimbra no artigo já citado permite restituir, com bastante segurança, a sua configuração e morfologia: «*O enterramento fazia-se dentro de covas abertas no terreno, afundado até à rocha. Esta era depois cortada em rectângulo, a modo, de tanque, no fundo do qual se cavava nova tina rigorosamente rectangular ou trapezoidal...*» (Correia 1972 [1928]: 177).

Esta descrição comparativamente rigorosa permitiu à investigação actual identificar estas sepulturas como pertencendo ao tipo dito “de canal central”, caracterizado justamente pela sua secção escalonada tanto em sentido transversal como longitudinal (Arruda 1999-2000: 76-8; Torres Ortiz 1999: 115). Sempre de acordo com V. Correia, as sepulturas deste tipo apresentavam comprimentos máximos na ordem dos 2m, atingindo contudo, de forma excepcional, os 4m, sendo a sua profundidade de sensivelmente 1,5m (Correia 1972 [1928]: 178). A orientação destas sepulturas é invariavelmente Este-Oeste (*ibidem*), facto que as posteriores escavações de A. Cavaleiro Paixão parecem referendar (Paixão 1983: Fig. 4).

Aparte da estrutura da fossa sepulcral, as sepulturas deste tipo parecem ter possuído outros elementos arquitectónicos característicos, sendo nomeadamente amortizadas por níveis de pedras compactadas, que pela descrição disponível não parecem chegar a formar qualquer tipo de estrutura tumular (*ibidem*), como se aprecia nas plantas e cortes de algumas sepulturas escavadas por A. Cavaleiro Paixão nos anos '60 (Paixão 1970: Est. 8; cf. tb. Silva/ Gomes 1992: Fig. 48).

Estas estruturas de cobertura poderão, contudo, não ter sido tão simples como à primeira vista pareceria, devendo valorizar-se o testemunho de V. Correia, que nos informa de que «...*entre essas*

Figura 35 – Corte de uma sepultura do 4º Tipo (Sepultura G10) (segundo Paixão, 1970, adaptado).

pedras calcáreas, directamente postadas sôbre as cinzas, se encontram outras de substância diferente, conglomerados ou schisto, talhadas em paralelepípedo, em disco, em marco ou em lage, que se compreende terem sido propositadamente deixados à cabeça e aos pés da caixa tumular» (ibidem); estas sepulturas poderão, portanto, ter sido assinaladas com recurso a estelas ou cipos, actualmente, ao que tudo indica, perdidos.

Por outro lado, A. Cavaleiro Paixão registou, nalgumas das sepulturas por si escavadas nos anos '60 (Paixão 1970) a existência de pequenas elevações de terra assinalando as sepulturas, que poderão originalmente ter correspondido a pequenos tumuli (Figura 35).

As sepulturas de secção escalonada, por vezes denominadas como “de canal central”, constituem uma tipologia sepulcral muito característica, cuja peculiar configuração parece resultar de considerações de ordem funcional, relacionando-se a fossa central mais profunda com necessidades de arejamento da pira, tendo assim o propósito de intensificar a combustão e potenciar a acção crematória (Bartoloni 1996).

As sepulturas “de canal central” parecem corresponder a um modelo tipicamente fenício, documentado, por exemplo, nas necrópoles de Monte Sirai, na Sardenha (Bartoloni 2000; Guirguis 2011), de Puig des Molins, em Ibiza (Fernández-Gómez/ Costa 2004) ou ainda na necrópole tardo-arcaica de Cádiz (Perdigones/ Muñoz/ Pisano 1990).

Introduzido, sem dúvida, a partir do âmbito colonial fenício, este tipo de sepultura encontra-se também relativamente bem representado em necrópoles das fases iniciais da Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular, e muito particularmente na área baixo-andaluza dos Alcores de Carmona, podendo citar-se a sua presença nas necrópoles de Bencarrón, de El Judío e da Cruz del Negro (cf. Torres Ortiz 1999: 131-3, com bibliografia). A cronologia global deste tipo de sepultura parece estender-se, de acordo com as datações das várias necrópoles citadas, por um momento centrado entre os finais do século VII a.n.e. e os finais da centúria seguinte (idem: 132).

Não é fácil determinar com exactidão que espólios concretos se poderão ter associado às sepulturas deste tipo, embora em termos gerais se possa recolher a indicação de V. Correia, que nos informa que nas sepulturas do seu 4º Tipo, e «[e]mbrulhadas com as cinzas, jazendo sem ordenação, [se documentavam] armas, jóias, os vasilhos rituais, as coçoiras, um ou outro objecto estranho – como restos de instrumentos musicais ou as rodas de bronze de um carro de combate» (Correia 1972 [1928]: 177).

O estudo sistemático do espólio acima ensaiado, embora não permita identificar de forma específica os vários elementos referenciados por V. Correia nesta sumária descrição, permite pelo menos uma aproximação geral que me parece revestir-se de algum interesse. Assim, e começando pelas armas referenciadas por este investigador, creio que não restam grandes dúvidas que no horizonte cronológico a que estas sepulturas se parecem reportar só podem consistir em dois tipos de elementos: as lanças, dotadas dos respectivos contos, e as facas afalcatadas.

Os dados aportados pela publicação da Sepultura 22/80, escavada e estudada por A. Cavaleiro Paixão, permite confirmar, com efeito, esta identificação: neste sepulcro, pertencente ao tipo que venho comentando, recolheu-se um par de lanças longas, enquadráveis na variante IA de F. Quesada Sanz, acima comentada, acompanhadas pelos respectivos contos e por uma faca afalcatada do Tipo 3a (Paixão 1983: Fig. 5), formando um conjunto plenamente representativo do que já se designou como a “panóplia orientalizante” típica (Lorrio 2008d).

Não é líquido que tenham surgido outros tipos de lança associados às sepulturas deste tipo, embora pareça plausível que as restantes variantes de lança longa, e muito particularmente as variantes IIA e IIIA, tenham incorporado já os espólios desta fase; as facas afalcatadas mais antigas da série que tive oportunidade de estudar, nomeadamente as dos Grupos 1 a 3, poderão ter estado também representadas nas sepulturas do Tipo 4.

Mais questionável é a identificação das “jóias” a que se refere V. Correia, sobretudo em face da escassez dos elementos produzidos em metais nobres no conjunto do OSM; as peças de tipo *nazm* antes comentados, por outro lado, são descritas de forma bastante clara em associação com as sepulturas do 3º Tipo, mas não com as do 4º, sem que chegue a compreender-se se as jóias genericamente referidas neste caso corresponderão ou não a elementos do mesmo tipo.

Se contudo por jóias se entender, de forma algo mais abrangente, qualquer elemento de adorno, então caberia resenhar neste contexto a presença de um bracelete de tipo “xorca” na já comentada Sepultura 22/80 (Paixão 1983: Fig. 5), que permite afirmar que este tipo de elemento, explicitamente descrito por V. Correia unicamente para as sepulturas do 3º Tipo, se incorpora também nos espólios dos sepulcros de canal central.

A identificação dos “vasinhos rituais”, por seu turno, parece ainda mais difícil de abordar, na medida em que não dispomos de uma descrição específica para os elementos deste tipo associados à tipologia sepulcral em apreço. Essa ausência de descrição poderá contudo significar que esses vasos rituais serão análogos aos que V. Correia descreve, em passagem anterior, a propósito das sepulturas do 3º Tipo, e que adiante se comentarão.

Por outro lado, e com base meramente em critérios de adequação cronológica, é tentador incluir entre estes “vasos rituais” o *juglet* e a *oil bottle* de tipo fenício antes comentados, bem como os vários tipos de anforiscos acima resenhados. Esta hipótese, contudo, não pode comprovar-se, na medida em que boa parte destas peças poderão ter-se associado também a sepulturas do 3º Tipo.

Mais clara, pela sua excepcionalidade, é a referência ao achado de instrumentos musicais em sepulturas deste tipo, que deve sem dúvida remeter para o par de crótalos acima descrito e, possivelmente, para a grande campanha quadrangular de bronze acima analisada.

Finalmente, e quanto às “rodas de bronze de um carro de combate”, deverão corresponder, com toda a probabilidade, aos remates de eixo acima comentados. Por outro lado, a incorporação de elementos de roda – de ferro – em sepulturas do tipo em apreço encontra-se bem atestada na Sepultura G10, escavada e estudada por A. Cavaleiro Paixão (1970: 85-7).

Esta mesma sepultura proporciona, por outro lado, evidências da incorporação de elementos de mobiliário nas sepulturas deste tipo, representadas neste caso, como ficou dito acima, por uma charnela do Tipo 4 e uma série de “*grapas*” dos Grupos 1, 2 e 4 acima definidos (*ibidem*).

Um último apontamento relativo a este tipo de sepulturas diz respeito à presença, no seu interior, de oferendas alimentares, atestadas pela presença de restos faunísticos (cf. Cardoso/ Arruda 2016; v. tb. *supra*), que V. Correia indica terem-se posicionado sempre na extremidade Leste das sepulturas (Correia 1972 [1928]: 178); também A. Cavaleiro Paixão dá conta da presença de restos faunísticos em sepulturas deste tipo por si escavadas na década de '60 (Paixão 1970: 86).

Outros elementos que têm sido associados, predominantemente por razões de ordem cronológica, às sepulturas deste tipo incluem a ânfora T. 10.1.2.1 já conhecida (Arruda 1999-2000: 77), a que se somaria, por extensão, o exemplar inédito estudado no presente trabalho. De igual modo, alguns tipos arcaicos de fíbula – nomeadamente as de enrolamento no arco (Ponte 1b), de arco (Ponte 4 e 5) e de dupla mola (Ponte 3b) foram também associados a este tipo de sepulturas (Fabião 1998a: 356; Arruda 1999-2000: 77), por processo de eliminação, na medida em que V. Correia afirma que as fíbulas das sepulturas do 3º Tipo correspondem já aos tipos anulares hispânicos (Correia 1972 [1928]: 177). Este raciocínio parece-me bastante lógico, mas creio ser necessário encarar com reservas a sua extensão aos exemplares do tipo “Acebuchal” (Ponte 9a), pelo menos um dos quais proveniente de um contexto algo tardio, de inícios do século V a.n.e. (Correia 1972 [1930]: 185).

Outro elemento cuja associação a este tipo de sepultura merece uma breve discussão corresponde aos fechos de cinturão. V. Correia não menciona a associação de qualquer tipo de elemento deste género às sepulturas do seu 4º Tipo, o que levou C. Fabião a afirmar que a introdução destes elementos de indumentária não seria anterior à vigência das sepulturas do 3º Tipo (Fabião 1998a: 355).

Os dados das escavações de A. Cavaleiro Paixão permitem contudo matizar esta observação, na medida em que na camada superior da Sepultura G10, já várias vezes comentada, se exumou um fecho de tipo “céltico”, do Tipo Cerdeño CV1a, atestando-se assim que estes elementos serão comuns, pelo menos em parte, a ambos os tipos de sepulturas de incineração *in situ*.

Finalmente, pelo menos parte do conjunto de escaravinhos de tipo egípcio do OSM parece provir de sepulturas do tipo que venho comentando, facto que parece suficientemente atestado graças à descrição do contexto da peça exumada por V. Correia (1972 [1925c]) e de pelo menos uma das peças recuperadas durante as escavações de A. Cavaleiro Paixão, concretamente a da Sepultura 22/80, já várias vezes citada (Paixão 1983).

Em face deste panorama, a atribuição destas sepulturas a um momento antigo dentro da sequência evolutiva da necrópole tem sido, como já referi, consensual (Fabião 1998a: 355; Arruda 1999-2000: 76), podendo afirmar-se com razoável segurança que estas sepulturas de “canal central” se encontram presentes na necrópole já desde os seus momentos iniciais.

Com efeito, a cronologia dos elementos que podem, com relativa segurança, atribuir-se às sepulturas do 4º Tipo permite entrever, como já se afirmou (Arruda 1999-2000: 77-8), que o uso desta tipologia sepulcral poderá remontar à segunda metade ou, pelo menos, ao último quartel do século VII a.n.e., leitura que sai reforçada se optarmos por atribuir a estas sepulturas uma série de outros materiais antigos, mas sem contexto seguro, como as já referidas fíbulas arcaicas ou o recém-descoberto jarro piriforme de bronze (Arruda/ Lourenço/ Lima 2015).

Também me parece, contudo, que a apreciação aprofundada dos elementos de cultura material que se lhe associam indicam que a fase de maior difusão desta tipologia sepulcral se enquadrará já no século VI a.n.e., e em particular, como já se afirmou (Arruda 1999-2000: 77-8), na sua primeira metade. A única putativa excepção bem documentada, correspondente à sepultura G10 – que continha, como já assinalai, um fecho de cinturão “céltico” com uma cronologia centrada já na segunda metade do VI a.n.e. ou inícios da centúria seguinte –, poderia porventura interpretar-se como uma das últimas manifestações desta tipologia sepulcral, datável nos meados ou no terceiro quartel do século VI a.n.e..

As sepulturas do 3º Tipo de V. Correia, para as quais contamos com um maior número de dados concretos veiculados por este investigador, colocam não obstante alguns problemas próprios não despendendo, ocupando, a meu ver, uma posição relativamente mal definida na sequência global do OSM.

Como se aprecia pela definição acima transcrita, as sepulturas deste tipo consistem em fossas ou *busta* de secção simples, escavadas na rocha ou simplesmente no terreno, e amortizadas, uma vez mais, por aglomerados pétreos (Correia 1972 [1928]: 175-6), que parecem ter sido comuns no âmbito da necrópole. Não contamos, neste caso, com indicações relativas a dimensões ou orientação, ainda que a planta publicada por A. Cavaleiro Paixão da área por si escavada em 1980, onde parecem identificar-se algumas sepulturas deste tipo (Paixão 1983: Fig. 4), sugira que se manteve uma orientação constante Este-Oeste.

Ao contrário das sepulturas do 4º Tipo, as sepulturas de incineração em fossa simples, ou *busta*, constituem, pela sua simplicidade formal, um tipo muito corrente em épocas e regiões distintas, apresentando uma assinalável transversalidade cultural. Ainda assim, caberia resenhar a presença frequente

de sepulturas do tipo em apreço em ambientes funerários fenício-púnicos, registando-se, por exemplo, nas necrópoles de Monte Sirai (Bartoloni 2000; Guirguis 2011) e de Bithia (Bartoloni 1996), na Sardenha, ou nas de Ibiza (Fernández-Gómez/ Costa Mas 2004), Jardín (Schubart/ Maass-Lindemann 1995) e Villaricos (Astruc 1951).

Esta tipologia sepulcral é também bastante frequente nas necrópoles da I Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular, documentando-se nomeadamente na necrópole de La Joya, em Huelva (Garrido 1970) ou, já no Baixo Guadalquivir, em várias das necrópoles da região de Carmona – nomeadamente as da Cruz del Negro, Bencarrón e El Acebuchal (Torres Ortiz 1999: 129-131, com bibliografia) – e na de Setefilla (Bonsor/ Thouvenot 1928), bem como, já na Extremadura, na necrópole de Medellín (Almagro-Gorbea 2008e).

Do ponto de vista cronológico, as sepulturas de incineração em fossa simples documentadas nestes diversos conjuntos funerários recobrem um amplo espectro cronológico, cujos extremos parecem estar representados, por um lado, em La Joya, onde esta tipologia sepulcral se documenta já nos finais do século VIII ou nos inícios do VII a.n.e. (Garrido 1970) e, por outro, na necrópole de Medellín, onde os busta perduram até, pelo menos, aos inícios do século V a.n.e. (Almagro-Gorbea 2008e). O período de maior difusão deste tipo sepulcral coincidiria, assim, com os séculos VII e VI a.n.e. (cf. Torres Ortiz 1999: 129-131).

No que diz respeito aos espólios contidos nestas sepulturas, as informações veiculadas por V. Correia, algo mais detalhadas que as respeitantes às do tipo anterior, constituem uma vez mais a base fundamental para qualquer tentativa de restituição. Assim, parece repetir-se neste caso a presença de dois ou três pequenos recipientes cerâmicos, avançando-se neste caso com algumas especificações adicionais.

Especifica-se, nomeadamente, que «[e]ntre essas vasilhas há-as de barro grosso e forma singela – como o púcaro lisbonense actual, com uma asa ligando o rebordo ao bôjo, – e de pasta fina e galbos elegantes» (Correia 1972 [1928]: 126). Em relação aos primeiros recipientes, de pasta grosseira, a sua identificação com os “cooking pots” manuais, os púcaros de cerâmica comum da Forma V.2 e possivelmente os púcaros cinzentos da Forma V.5 (cf. *supra*) parece clara.

Os recipientes de pastas finas não podem, em contrapartida, identificar-se com segurança, podendo corresponder às distintas variantes de jarras e pequenos potes que pude resenhar em capítulos anteriores. Ainda ao nível do repertório cerâmico, deve salientar-se a incorporação nos espólios destas sepulturas de lucernas de um só pico, aparentemente ausentes nas sepulturas do tipo anterior (Correia 1972 [1928]: 176). Também os cossoiros parecem ser relativamente correntes nestas sepulturas, tal como nas do 4º Tipo (*ibidem*).

Os espólios das sepulturas do 3º Tipo incorporam também, como as do tipo anterior, jóias, cuja identificação é, neste caso, bastante mais clara; os «anéis e brincos de ouro formados por hastes metálicas cujas extremidades afiladas se cruzam e enrolam depois simétricamente no toro da joia» (*ibidem*) correspondem, sem grande margem para dúvidas, aos brincos de tipo *nazm* que acima pude comentar.

Com respeito aos espólios metálicos, V. Correia identifica como «peças de armamento peculiares destes depósitos» as «lanças de folha curta e larga [e] navalhas de vários modelos» (*ibidem*). Se, no primeiro caso, não pode precisar-se a que variantes concretas de lança o Professor de Coimbra se referiria, a identificação das navalhas como facas afalcatadas parece segura, sendo contudo menos claro a que grupo específico pertenceriam os exemplares que se incorporaram nas sepulturas do 3º Tipo.

Já ao nível dos elementos de adorno, contamos com a indicação de que estas sepulturas contêm «placas de cinturão de garfo» (*ibidem*), que podem identificar-se, sem dificuldades, com parte dos fechos de cinturão “célticos” e, eventualmente, “tartéssicos” documentados entre o espólio da necrópole. Afirmo ainda que «[a]s fíbulas [destas sepulturas] são circulares, de aro giboso, de grandes dimensões, modelos hispânicos» (*ibidem*), correspondendo portanto, ao que parece na sua totalidade, a fíbulas anulares hispânicas, muito provavelmente de diversos modelos. Finalmente, assinala a presença nestas sepulturas de braceletes de tipo “xorca” (*idem*: 177), em continuidade com o verificado nas do 4º Tipo.

Finalmente, caberia assinalar a atribuição às sepulturas do 3º Tipo das terracotas figurando bovídeos que acima pude comentar (Correia 1972 [1928]: 176; cf. Gomes 2018a), e que foram já interpretadas como eventuais substitutos simbólicos das oferendas cárnicas presentes nas sepulturas de “canal central” (Fabião 1998a: 356).

A gama de materiais que pode, com relativa segurança, atribuir-se a sepulturas do 3º Tipo permite pensar que esta tipologia sepulcral recobre, no OSM, um espectro cronológico amplo, tendo já sido assinalado que a sua datação abarca um período entre os finais do século VII a.n.e. e os finais da centúria seguinte (Arruda 1999-2000: 79).

Creio, contudo, que os dados que pude resenhar permitem contemplar a perduração deste tipo sepulcral até ao século V a.n.e., provavelmente até aos meados desta centúria. Neste sentido, podem evocar-se as cronologias da maioria das variantes de fíbulas anulares hispânicas resenhadas na necrópole que, iniciando-se em muitos casos ainda no século VI a.n.e., podem considerar-se particularmente características da centúria seguinte. Também as variantes de lanças médias/curtas parecem desenvolver-se preferencialmente no século V a.n.e.. Finalmente, as terracotas recuperadas nestas sepulturas foram também datadas, por critérios iconológicos e estilísticos, dos inícios dessa centúria (Gomes 2018a).

Outros elementos, por seu turno, como as xorcas, as facas afalcatadas ou os *nazem* de ouro apresentam cronologias amplas, não permitindo, por si mesmos, afinar – nem em alta, nem em baixa – as cronologias destas sepulturas. É certo que existem elementos associados a estas sepulturas que remetem claramente para o século VI e mesmo para o VII a.n.e. – fechos de cinturão tartéssicos, pratos de engobe vermelho da Forma I.3 e, em menor medida, I.4 –, no entanto creio que é importante sublinhar que não é de todo forçoso que todos os elementos atribuídos por V. Correia às sepulturas do seu 3º Tipo tenham convivido nas mesmas sepulturas, pelo que me parece preferível aceitar a sua extensa diacronia como um reflexo da longevidade deste tipo de *busta*.

Quanto à relação entre este tipo de sepultura e as do 4º Tipo, anteriormente comentadas, não posso deixar aqui de assinalar a aparente sobreposição de sepulturas de canal central por outras de fossa simples na planta da área escavada nas campanhas dos anos 1980 publicada por A. Cavaleiro Paixão (1983: Fig. 4), sobreposição essa que foi já várias vezes notada, tendo-se esgrimido como argumento em favor de uma relação de posterioridade das sepulturas do 3º Tipo com respeito às do 4º Tipo (Fabião 1998a: 355; Arruda 1999-2000: 78).

Com efeito, como já foi sublinhado (Arruda 1999-2000: 78-9) e a resenha acima realizada permite claramente observar, existem claras diferenças ao nível dos espólios entre as sepulturas de “canal central” e as de fossa simples, apesar das fortes concomitâncias verificadas entre ambas, nomeadamente ao nível do ritual, facto que permite pensar numa «“evolução” (...) dentro de uma mesma matriz cultural e fúnebre» (Fabião 1998a: 355). A hipótese de revisão das balizas cronológicas das sepulturas do 3º Tipo que venho expondo não contraria esta hipótese, alargando por sinal a latitude temporal no marco da qual essa evolução poderá ter ocorrido.

As sepulturas do **2º Tipo** de V. Correia constituem, porventura, a tipologia sepulcral mais debatida de todas as que se encontram representadas no OSM, não apenas pela escassez dos dados veiculados por V. Correia – não complementada, por sinal, pelas escavações de A. Cavaleiro Paixão, que nunca identificou, ao que parece, nenhuma sepultura deste tipo – mas também pelo seu significado para a discussão da matriz cultural da necrópole e do povoado de Alcácer do Sal.

Esta tipologia sepulcral representa, além disso, um ritual funerário distinto com respeito às sepulturas dos 3º e 4º Tipos, correspondendo, ao contrário daquelas, a uma modalidade de incineração em *ustrinum* com a deposição secundária dos restos cremados em urnas cerâmicas, que de acordo com a descrição fornecida por V. Correia (1972 [1928]: 175), têm sido identificadas com as urnas de tipo “Cruz del Negro” eventualmente publicadas por S. Frankenstein (1997), às quais se acrescentaram, no presente trabalho, alguns exemplares adicionais que permaneciam inéditos.

Segundo o Professor de Coimbra, nas sepulturas deste tipo procurava-se «depositar o vaso contendo os resíduos da cremação no terreno firme do fundo, sobre a própria rocha, que muitas vezes [se escavava] para tal efeito em escudela elíptica ou oval» (Correia 1972 [1928]: 175). Este raro dado topográfico facultado por V. Correia foi já valorizado como evidência da antiguidade deste tipo de sepultura (Fabião 1998a: 356; v. contudo as dúvidas levantadas por outros investigadores [Arruda 1999-2000: 74] sobre a relação entre a profundidade dos enterramentos e a sua antiguidade).

Estas urnas encontrar-se-iam cobertas, nalguns casos, por lajes de xisto, e noutras por recipientes cerâmicos descritos por V. Correia como «testos de asado coimbrão, de covo semi-esférico e abas direitas» (Correia 1972 [1928]: 175), que C. Fabião identifica com os pratos de peixe publicados por S. Frankenstein

(1997: 329). Como houve já ensejo de comentar ao analisar os pratos de peixe de cerâmica comum/ pintada e de engobe vermelho, a cronologia tardia destas peças não parece compatível com a que pode hoje atribuir-se às urnas propriamente ditas, pelo que esta hipótese deveria descartar-se em favor de uma identificação dos “testos” de V. Correia com os tipos mais antigos de pratos/ taças de engobe vermelho do OSM, nomeadamente os das Formas I.1, I.2 e II.1. O único exemplar desta última forma procede, com efeito, da Sepultura 11, um enterramento em urna do tipo em apreço, parecendo assim comprovar esta hipótese.

O restante espólio associado a estas sepulturas resume-se, na prática, às lucernas de um só pico, do mesmo tipo documentado nas sepulturas do 3º Tipo e, mais pontualmente, a facas afalcatadas e outros elementos metálicos, não especificados (Correia 1972 [1928]: 175). Caberia, contudo, assinalar a indicação de que o único bracelete cordiforme do OSM, ilustrado por V. Correia num dos seus trabalhos sobre a necrópole, terá sido recuperado «dentro da vasilha funerária da sepultura n.º 11» (Correia 1972 [1925a]: Fig.9); dada a cronologia deste tipo de peças, caberia pensar que este elemento terá pertencido a uma sepultura do tipo que aqui me ocupa.

Dado este paupérrimo panorama material, a tarefa de situar cronologicamente as sepulturas do 2º Tipo reveste-se de dificuldades muito consideráveis, dependendo em última análise de forma quase exclusiva da tipologia dos contentores cinerários *per se*. Estas peças foram analisadas em profundidade por A. M. Arruda que, constatando uma série de particularidades morfológicas que as diferenciam dos modelos mais canónicos das urnas “Cruz del Negro”, as considerou como tendencialmente tardias, enquadrando-as na segunda metade do século VI a.n.e. (Arruda 1999-2000: 75).

Esta mesma investigadora, contudo, assinala «la hipótesis de que la forma de estas urnas pudiera ser unicamente entendida como una variante local de las conocidas urnas “Cruz del Negro” y de no poseer, por tanto, ningún significado cronológico» (*idem*: 75-6), hipótese esta que dados mais recentes vieram, de alguma forma, confirmar.

Em particular, a publicação sistemática das urnas “Cruz del Negro” da necrópole de Medellín (Torres Ortiz 2008b), que partilha com Alcácer do Sal uma posição geográfica relativamente excêntrica em relação ao núcleo principal de dispersão das urnas deste tipo, veio proporcionar paralelos bastante convincentes para as peças do OSM, facilmente enquadráveis na tipologia estabelecida para o sítio extremenho.

Com efeito, as urnas “Cruz del Negro” classificáveis da necrópole sadina enquadram-se nos Subtipos 1, 3, 4 e 5 de Medellín, cujas cronologias remontam, como vimos, à segunda metade do século VII e aos inícios do VI a.n.e.; nesse sentido, parece-me hoje mais provável a hipótese que situa as sepulturas deste tipo nas fases iniciais da necrópole, em paralelo com as sepulturas do 4º Tipo e as mais antigas dentro do 3º Tipo.

Reservei para o final deste apartado dedicado às sepulturas do 2º Tipo o problema da sua integração cultural, questão algo polémica cuja resolução não se afigura fácil. Como já tive oportunidade de comentar, os protótipos das urnas “Cruz del Negro” são claramente orientais, mas o desenvolvimento desta tipologia de contentores cinerários parece ser fundamentalmente peninsular.

O foco de maior concentração deste tipo de peças – e, de facto, o foco onde surgem os mais antigos exemplares – corresponde à área da Baixa Andaluzia, onde constituem, com efeito, o recipiente cinerário por excelência das necrópoles “orientalizantes” do final do século VIII a.n.e. em diante (Torres 1999: 172; 2002: 149-150), podendo citar-se a este respeito o caso paradigmático da necrópole epónima da Cruz del Negro (Aubet 1978a), a que se somam outros, por exemplo das necrópoles de Setefilla (Aubet 1975), de Las Cumbres, em Puerto de Santa María (Ruiz Mata/ Pérez 1995), ou de La Joya, em Huelva (Garrido/ Orta 1978). No Sul de Portugal, por outro lado, haveria a registar a presença de enterramentos em urnas “Cruz del Negro” em ambientes “orientalizantes” em Mértola (Barros 2008) e na necrópole da Carlota (Salvador Mateos/ Pereira 2017).

Em contrapartida, porém, o uso das urnas “Cruz del Negro” como contentor cinerário em ambientes coloniais fenícios encontra-se também bem atestada, revestindo-se de um especial interesse o caso de Ibiza, onde as deposições contidas em contentores deste tipo constituem mesmo a tipologia sepulcral mais frequente dentro dos horizontes arcaicos da necrópole de Puig des Molins (Fernández Gómez-Pantoja/ Costa Mas 2004).

As deposições em urna do tipo em apreço estão também documentadas em ambientes extra-peninsulares, nomeadamente em vários sítios sardos (cf. Bartoloni 2012: 84, com bibliografia) e também no Norte de África, nomeadamente na necrópole de Rachgoun, na Argélia (Vouillemot 1955), cuja natureza colonial fenícia parece muito provável (Bartoloni 2012; v. tb. Torres Ortiz/ Mederos Martín 2010), ou no próprio *tophet* de Cartago (Harden 1937).

Um caso, contudo, que me parece especialmente significativo para a interpretação das deposições em urnas “Cruz del Negro” de Alcácer do Sal e do território português em geral prende-se com a recente descoberta da necrópole de Hoya de los Rastros, em Ayamonte (García Teyssandier/ Marzoli 2013; Marzoli/ García Teyssandier 2019), onde se utilizaram várias urnas da tipologia que venho comentando como contentores cinerários em sepulturas de poço e câmara de tipologia indiscutivelmente fenícia.

Finalmente, caberia recordar a presença de enterramentos em urnas “Cruz del Negro” em Tavira (Arruda/ Covaneiro/ Cavaco 2008), núcleo onde a presença fenícia se encontra perfeitamente documentada (Maia 2000; 2003; Maia/ Silva 2004). Já fora do âmbito funerário, não pode deixar de se assinalar também a presença de urnas deste tipo entre os materiais de Abul A (Mayet/ Silva 2000: Fig. 12), sítio cuja matriz forânea parece estar também ela bem demonstrada, bem como em diversos outros sítios “orientalizantes” do actual território nacional (cf. Gomes 2019a, com bibliografia).

Aparte de todas estas considerações sobre a distribuição e repartição cultural das urnas “Cruz del Negro”, que em si mesma resulta, a meu ver, bastante inconclusiva, o estudo integral dos materiais do OSM que realizei permite indicar aqui um dado adicional que me parece relevante, e que diz respeito ao peso objectivo das sepulturas do 2º Tipo no cômputo geral das deposições funerárias ali realizadas.

Com efeito, estudado de forma tão exaustiva quanto possível todo o material exumado nas diversas intervenções realizadas no sítio, pude identificar um conjunto de urnas “Cruz del Negro” que em nenhuma circunstância ultrapassará os oito ou nove exemplares, já contando com fundos de problemática adscrição tipológica, e que numa estimativa conservadora não ultrapassará as sete peças.

Compare-se este número de ocorrências com o cômputo das sepulturas de incineração *in situ*, representadas, só nas escavações de A. Cavaleiro Paixão, por mais de três dezenas de conjuntos, a que haveria a somar os sem dúvida numerosíssimos outros escavados por V. Correia. Este simples exercício permite compreender que o horizonte das urnas “Cruz del Negro” constitui, no OSM, uma fácies extremamente minoritária, facto que na minha opinião permite introduzir um matiz importante na sua interpretação.

É certo que o horizonte de deposições em urna que engloba os recipientes de tipo “Cruz del Negro” poderia também ter abrangido outros tipos de recipiente aptos para a função de urnas cinerárias, como vários tipos de grandes potes/urnas que tive ocasião de resenhar ao tratar a cerâmica comum e cinzenta do OSM. No entanto esse facto não me parece satisfatoriamente comprovado, visto que, do ponto de vista cronológico, esses recipientes podem igualmente adscriver-se a cronologias posteriores (cf. *infra*).

Recapitulando, as considerações que venho tecendo nas páginas anteriores permitem afirmar que, no OSM, as deposições em urnas “Cruz del Negro” são bastante antigas, convivendo no tempo com as mais antigas sepulturas de incineração *in situ*, sendo estas últimas esmagadoramente maioritárias. Assim sendo, haverá que procurar explicações para esta dualidade de rituais funerários que valorizem não apenas a presença/ausência dos tipos sepulcrais, mas também o seu peso relativo.

Caberia aqui recordar que, a propósito precisamente da mais que provável contemporaneidade (parcial) da incineração *in situ* e em *ustrinum*, A. M. Arruda resenhou já uma série de hipóteses que convém reter. Assim, e segundo esta investigadora, a dualidade de ritos registada num determinado momento no OSM pode resultar, por um lado, da presença de comunidades culturalmente diferenciadas em Alcácer do Sal ou, por outro, de divisões sociais em função da riqueza, do estatuto, do género ou da idade, o que justificaria, além da diferenciação no tratamento do cadáver, a comparativa pobreza das sepulturas do 2º Tipo (Arruda 1999-2000: 80).

Em última análise, a escassa definição dos dados arqueológicos disponíveis não permite optar com real segurança por nenhuma destas explicações. Na presente conjuntura, contudo, devo confessar a minha inclinação em favor da primeira das hipóteses citadas, na medida em que me parece difícil entrever, uma vez mais, que segmento social da comunidade da Alcácer do Sal sidérica poderia ser tão desproporcionalmente pequeno como aquele que se encontra representado pelas sepulturas do 2º Tipo.

Estou ciente de que se poderá sempre argumentar que estas modestas deposições em urna seriam apenas a faceta mais visível de uma gama de outras deposições de cariz modesto ou efectivamente pobre que não teriam deixado rasto arqueológico; no entanto, creio que com os dados disponíveis uma objecção deste tipo resultaria excessivamente especulativa, não sendo suficiente para suportar de forma convincente a identificação destas sepulturas como pertencendo a um grupo social diferenciado dentro da comunidade sidérica salaciense.

Creio, pois – ainda que com todas as reservas que as leituras étnicas do registo arqueológico da Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular sempre suscitam – que a hipótese mais plausível para explicar a presença destas deposições em urnas “Cruz del Negro” na necrópole de Alcácer do Sal passaria por interpretá-las como sepulturas pertencentes a indivíduos de origem exógena instalados em Alcácer do Sal ou inclusivamente no relativamente próximo enclave de Abul A, onde, recorde-se, se exumaram diversas urnas deste tipo.

Não pretendo, no presente trabalho, enveredar pela questão da identidade étnica dos indivíduos sepultados em urnas “Cruz del Negro”, que tive já oportunidade de discutir em trabalho recente (Gomes 2019a). Creio, contudo, que vale a pena salientar, neste contexto, o carácter quase intrusivo – passe o termo – de que se revestem as deposições em urnas “Cruz del Negro” em vários contextos do Sudoeste Peninsular.

A este respeito, poderia recordar-se, por exemplo, o caso do Túmulo 1 da necrópole de Las Cumbres, considerado um dos expoentes das práticas funerárias indígenas da Baixa Andaluzia. Neste monumento documentou-se a presença de deposições em urnas “Cruz del Negro”, situadas contudo não sob o monumento principal, mas num pequeno *tumulus* anexo, tendo-se interpretado, como hipótese, como pertencendo a indivíduos de origem oriental fixados entre a comunidade indígena (Ruiz Mata/ Pérez 1995: 181; cf. tb. Ruiz Mata 1991).

Também na recentemente publicada necrópole de La Angorrilla, em Alcalá del Río, caracterizada pela prática quase exclusiva da inumação em fossa, pôde documentar-se uma única sepultura – a Sepultura 1 – contendo uma incineração em urna “Cruz del Negro”, associada a um espólio a todos os títulos peculiar, incluindo uma aljava contendo um jogo de flechas (Fernández Flores *et al.* 2014: 87-92).

Finalmente, e já no território actualmente português, caberia citar a presença de uma incineração em urna “Cruz del Negro” documentada na necrópole da Carlota, em Beringel, caracterizada, também ela, como de resto todas as necrópoles sidéricas da área de Beja, pela prática da inumação em fossa (Salvador Mateos/ Pereira 2010; 2017).

Noutros casos, como Tavira (Arruda/ Covaneiro/ Cavaco 2008) e Mértola (Barros 2008), a natureza dos dados arqueológicos – uma escavação de emergência em área reduzida, no primeiro caso, e recolhidas antigas, sem controlo arqueológico, no segundo – não permite apreciar da representatividade das deposições em urnas “Cruz del Negro” ali documentadas, podendo ainda assim recordar-se que, tanto num como no outro sítio, os conjuntos de urnas conhecidos não superam as duas peças, o que, não sendo probatório, tão-pouco leva a pensar, até nova ordem, na existência de densas necrópoles caracterizadas por deposições deste tipo, mas preferencialmente em deposições de natureza mais isolada.

Note-se, por outro lado, que as deposições em urnas “Cruz del Negro” de Tavira foram, também elas, interpretadas pelas responsáveis do seu estudo como pertencentes a indivíduos fenícios instalados naquele pólo algarvio (Arruda/ Covaneiro/ Cavaco 2008).

Sem querer aqui obviar a existência de conjuntos funerários onde as deposições em urnas “Cruz del Negro” estão proporcionalmente bem representadas, como os casos já citados das necrópoles da Cruz del Negro (Aubert 1978a), de Setefilla (Aubert 1978b) ou de Medellín (Almagro-Gorbea 2008e; Torres Ortiz 2008b), creio ainda assim que os casos citados são reveladores de um padrão cada vez mais expressivo, em que este tipo de contentor cinerário surge representado de forma minoritária, e até intrusiva, sem que a sua presença possa explicar-se, portanto, recorrendo a critérios de diferenciação social intragrupal.

Não parece oportuno, no presente contexto, identificar de forma cabal os putativos indivíduos forâneos cujos restos mortais foram depositados nas urnas “Cruz del Negro” do OSM como comerciantes e colonos fenícios ou indivíduos oriundos da área andaluza, onde esta fórmula de sepultamento conheceu uma maior popularidade, o que contribuiria para referendar o papel activo das comunidades

indígenas baixo-andaluzas na difusão dos traços culturais orientais para o Ocidente Peninsular, como defendem alguns investigadores (Torres Ortiz 2005; Almagro-Gorbea/ Torres Ortiz 2009a).

Uma última questão levantada pela revisão aqui realizada das deposições em urnas “Cruz del Negro” do OSM aqui realizada diz respeito à sua relação com os enterramentos em urna mais tardios, igualmente muito bem documentados e caracterizados por V. Correia (cf. *infra*). Com efeito, e em fase do quadro cronológico aqui proposto, que faz recuar esta modalidade funerária para os momentos mais antigos da necrópole, não parece poder continuar a sustentar-se a existência de uma continuidade directa entre esta solução funerária e as realidades que caracterizam o horizonte da II Idade do Ferro na necrópole.

Com efeito, caberia recordar que, além das urnas “Cruz del Negro” e das urnas com tipologias claramente tardias, no OSM foram também recolhidos numerosos outros exemplares de potes/urnas de grandes dimensões, de cerâmica comum e cinzenta, que bem poderão ter servido uma função como contentores cinerários. O seu enquadramento é, contudo, difícil, simplesmente pelo facto de não se integrarem no esquema tipológico proposto por V. Correia, ou, mais propriamente, na leitura que desse esquema se tem vindo a fazer.

Ainda assim, não pode neste contexto deixar de se chamar a atenção para um caso concreto que parece sustentar a ideia de que, entre as sepulturas do 2º Tipo *strictu sensu* e as do 1º Tipo (cf. *infra*), terão existido outros enterramentos em urna “intermédios” que poderão contribuir para explicar o ressurgimento, ou pelo menos a generalização, dos enterramentos em urna na necrópole alcacereense.

Refiro-me concretamente ao caso da Sepultura 64 de Vergílio Correia, na qual se recolheram unicamente dois grandes recipientes, concretamente dois potes/urnas de cerâmica comum da forma V.1 (nn. 131 e 140), com bons paralelos entre os contentores cinerários da necrópole de Medellín (Lorrio 2008a; 2008b), que bem poderão ter contido, também eles, os restos de uma ou mais cremações depositadas nesta sepultura.

Como houve oportunidade de assinalar a propósito da citada forma V.1, e concretamente da variante V.1.b da cerâmica comum do OSM, os recipientes deste tipo de produção oxidante são especialmente frequentes a partir do século VI a.n.e., pelo que esta sepultura pode, pelo menos como hipótese, atribuir-se a um período em que os enterramentos em urna não estão bem documentados na necrópole, sustentando a hipótese de que este ritual funerário se manteve em uso, de forma possivelmente residual, constituindo assim o substrato da generalização dos enterramentos em urna durante a II Idade do Ferro (cf. *infra*).

Restaria, finalmente, comentar as sepulturas do 1º Tipo de V. Correia, cuja análise beneficia de uma maior abundância de dados proporcionados pelos comentários do Professor de Coimbra, mas também do facto de os materiais que se lhe associam serem particularmente reconhecíveis, incluindo além disso elementos tão expressivos do ponto de vista cronológico como a cerâmica ática ou, em menor medida, a panóplia armamentária.

Este tipo de sepultura, já considerado por V. Correia como o mais recente da necrópole (Correia 1972 [1928]: 172 e 178), corresponde, também ele, a incinerações em *ustrinum* com deposição secundária das cinzas em urnas, que neste caso «eram depostas a pouca fundura, tapadas com uma espécie de taça de bordas cónicas, semelhante a uma tijela de fogo alentejana» (*idem*: 172). Tipologicamente, portanto, corresponderiam a fossas pouco profundas abertas no sedimento – por oposição às sepulturas do 2º Tipo, depostas em cavidades escavadas na rocha-base –, nas quais as urnas se depositariam calçadas por blocos pétreos e também, ao que parece, cobertas por aglomerados de pedra (*idem*: 174).

A maioria das sepulturas deste grupo terá contado com um único contentor cinerário, embora se documentem alguns casos em que uma única fossa sepulcral albergou várias urnas, resenhando V. Correia estas situações com algum detalhe. Creio que as suas descrições merecem ser retidas neste contexto, por constituírem as referências mais precisas à configuração destas sepulturas e à disposição dos elementos do espólio no seu interior:

SEPULTURA 8 – «[N]a sepultura n.º 8 havia um bojudo vaso globular junto de duas crateras de tipo oxibaphon tôdas contendo ossos. A molhada de armamento (...) estava sob o vaso maior; uma navalha jazia sôbre um dos acólitos. A um metro de distância, para o norte,

havia outra vasilha globular, tendo junto, deitado, um skiphos grego de figuras vermelhas, do mesmo trabalho que as crateras. Dado que a sepultura estava isolada por espessa aglomeração de pedras calcárias parece que tudo devia pertencer ao mesmo depósito» (idem: 173).

SEPULTURA 18 – «Noutra sepultura, a n.º 18, a pequena distância umas das outras deparei com quatro urnas contendo ossos, uma acompanhada de dois vasos pequenos, outra pesando sobre um monte de ferragem, duas mais a par, como gémeas» (ibidem).

SEPULTURA 71 – «Na sepultura n.º 71 as urnas-ossuários eram duas, uma de maiores dimensões que a outra, mas encostadas, tendo ficado o armamento deposto quer sob a maior, quer entre ela e a segunda colocada um pouco mais alta, de modo que o prato e a taça que as cobriam levantavam as bases à mesma altura» (ibidem).

A tipologia dos recipientes utilizados como urnas nestas sepulturas é, naturalmente, muito distinta da das sepulturas do 2º Tipo. De acordo com as descrições disponibilizadas por V. Correia, pode afirmar-se com segurança que pelo menos parte dos *krateres* áticos de figuras vermelhas exumados no OSM (Rouillard et al. 1988-9) terão sido utilizados nestas sepulturas como contentores cinerários, tal como demonstra o caso já citado da Sepultura 8.

Estes vasos não terão constituído, contudo, os únicos contentores cinerários associados às sepulturas deste tipo. V. Correia cita também outras tipologias de urnas, que descreve da seguinte forma: «Assemelham-se, os mais elegantes, ao *hydrie* mais antigo, *áptero* e sem prato ou suporte de base. O colo é mais ou menos alto e refogado, o *bôjo* mais ou menos ventrudo, mas o galbo é idêntico em todos. Êsses vasos eram pintados com largas faixas vermelhas, na boca, gorja e ventre. Sobre o *bôjo* tal ornamentação transforma-se algumas vezes em outra de linhas ondeadas, horizontais (sic), cortadas a espaços de novas linhas ondeadas, verticais» (Correia 1972 [1928]: 174).

Em face desta detalhada descrição, a identificação destas urnas, que constituem o tipo corrente de contentor cinerário nas sepulturas do 1º Tipo, parece clara: corresponderão, sem dúvida, às urnas bitruncocónicas de cerâmica comum e pintada da Forma VI.2 e também, possivelmente, às de colo alto da Forma VI.4. Apesar de não se encontrar descrita por V. Correia, a urna de apêndices perfurados da Forma VI.3 deverá também pertencer a uma destas sepulturas.

Quanto aos espólios associados a estes contentores cinerários, contamos com diversas indicações proporcionadas por V. Correia, a que podem somar-se outras decorrentes do estudo tipológico dos materiais. Assim, ao nível do espólio cerâmico, e aparte das urnas já comentadas, caberia assinalar a utilização de tigelas ou taças como tampas das urnas antes comentadas, que ao que parece terão correspondido predominantemente a produções pintadas ou de engobe vermelho (Correia 1972 [1928]: 174).

À semelhança do verificado nas sepulturas dos 4º e 3º Tipos, os depósitos funerários do 1º Tipo terão também incluído pequenos recipientes votivos e/ou de oferendas, que caberia identificar com os distintos tipos de pequenos potes comuns, pintados e cinzentos acima resenhados (Grupo VIII da cerâmica comum/pintada; Grupos VII e VIII da cerâmica cinzenta), a que poderão talvez somar-se boa parte das jarras documentadas naquelas mesmas produções (pelo menos parte do Grupo VII da cerâmica comum/pintada e Grupo VI da cerâmica cinzenta). Repetem-se ainda, nestas sepulturas, os cossoiros, sempre depositados, ao que parece, aos pares (idem: 173).

Finalmente, parece mais do que provável a associação a sepulturas deste tipo do extenso conjunto de vasos gregos de figuras vermelhas e de verniz negro (Rouillard 1988-9; Gomes 2017b), depositados conjuntamente com as urnas e *krateres* como recipientes votivos e de oferendas.

Ao nível dos materiais metálicos, os espólios destas sepulturas parecem ter sido bastante ricos e diversificados, incluindo abundantes elementos de indumentária, de adorno e de armamento. Entre estes últimos, V. Correia resenha a presença de *soliferrea*, de falcatas e “adagas”, acompanhadas das respectivas bainhas, bem como de lanças longas (ibidem).

Com efeito, à luz da sua cronologia, todos os *soliferrea*, falcatas e todas as diversas modalidades de espadas e punhais documentados no OSM deverão ter-se incorporado em sepulturas deste tipo, que

conteriam ainda facas afalcatadas, incluindo sem dúvida os exemplares tardios dos Grupos 4 e 5, bem como, seguramente, peças pertencentes a outros grupos de cronologia mais dilatada. A maioria das variantes de lança documentadas no OSM poderão também, pela sua cronologia, ter sido incorporadas no horizonte sepulcral em apreço.

Quanto aos elementos de indumentária, caberia referenciar a associação a estas sepulturas dos fechos de cinturão “ibéricos”, presentes por exemplo na já mencionada Sepultura 8, associada a dois *krateres* áticos; não é líquido se algum dos fechos de cinturão “célticos” tardios do Tipo Cerdeño DIII3 pertencerá a sepulturas deste grupo, embora a sua cronologia pareça sugerir uma associação preferencial a momentos algo mais antigos do que os da generalidade dos elementos depositados nos conjuntos em apreço. Finalmente, as fíbulas associadas a estas sepulturas correspondem, segundo V. Correia, ao tipo «de arco» (*ibidem*), podendo portanto identificar-se como fíbulas anulares hispânicas, em continuidade com o panorama verificado nas sepulturas do 3º Tipo.

Entre os materiais não referenciados por V. Correia mas que caberia atribuir às sepulturas que venho comentando incluem-se as pegas de escudo – uma das quais, do tipo de lingueta (Tipo 3), se exumou na Sepultura 18, já comentada (Correia 1972 [1925]: Fig. 4) – e as cabeçadas e bridões de cavalo que acima foram descritas.

Em face de todos estes elementos, e como bem reconheceram todos os investigadores que se debruçaram sobre as sepulturas deste tipo (Berrocal-Rangel 1992: 240-2; Fabião 1998a: 357-366; Arruda 1999-2000: 73-4), as sepulturas do 1º Tipo parecem enquadrar-se num horizonte da II Idade do Ferro, cujo início pode situar-se pelo menos em meados do século V a.n.e., ainda que os exemplos mais claros remetam já para a primeira metade da centúria seguinte.

A baliza cronológica inferior destas sepulturas é, em contrapartida, mais difícil de apreciar. A tendência para equacionar o final da vida da necrópole com o momento em que se regista a quebra abrupta da importação de cerâmicas áticas (p. ex., Arruda 1999-2000: 81), embora compreensível, poderá ser matizada em função das cronologias mais amplas suportadas pelos outros tipos de contentores cinerários associados a este tipo de sepulturas e bem assim dos diversos elementos de espólio.

Deve assinalar-se, com efeito, como pude já comentar, que a quebra das importações gregas registada no OSM em meados do século IV a.n.e. não corresponde a uma particularidade de Alcácer e da sua necrópole, sendo antes um reflexo fiel da interrupção no afluxo de vasos áticos verificada na generalidade do Sudoeste Peninsular a partir dessa data (Rouillard 1991; Arruda 1995; 1997; 2006), pelo que o desaparecimento da cerâmica grega do registo funerário alcacerense não significa necessariamente que a necrópole tenha sido abandonada.

Por outro lado, a presença do pequeno lote de cerâmicas de cariz helenístico acima resenhado poderia contribuir para suprir a lacuna causada pela falta generalizada de bons fósseis-directores para a segunda metade do século IV a.n.e. e para virtualmente toda a centúria seguinte, só parcialmente colmatada no extremo meridional do território actualmente português pela presença significativa de produções púnico-helenísticas de tipo “Kuass” (Sousa 2009), lacuna essa que naturalmente condiciona a correcta identificação de um horizonte funerário correspondente a esse período no OSM, que contudo me parece mais que provável.

Não pode, por outro lado, esquecer-se a existência entre os materiais recolhidos nesta necrópole de elementos de cronologia republicana (Gomes 2014b; Gomes/Alves 2017; Gomes 2017a; cf. tb. Delgado 1971; Fabião 1998a: 354; cf. *infra*). A este respeito, deve recordar-se a presença entre os materiais aqui estudados de uma fíbula de Tipo Ponte 32 (Schüle 4h) e de um *kalathos*, ambos seguramente de cronologia igualmente republicana.

Julgo, portanto, que existe uma forte probabilidade de que a fase caracterizada pelas sepulturas do 1º Tipo se prolongue no tempo até entroncar com os eventuais contextos de Época Republicana, que a julgar pela cronologia dos materiais associados poderão iniciar-se em torno a meados ou já no terceiro quartel do século II a.n.e. (Gomes/Alves 2017; Gomes 2017a).

Um outro factor que poderá ter uma incidência significativa na escassa definição desta fase tardia do OSM prende-se com a inauguração, num momento que pode provisoriamente situar-se justamente na primeira metade do século IV a.n.e., de uma segunda área funerária associada ao povoado de Alcácer do Sal, localizada a Norte da colina do Castelo, a necrópole de S. Francisco (Paixão 2001; Faria 2002: 63-4), que poderá ter acarretado uma real retracção no uso da mais antiga necrópole do OSM.

Na ausência de dados contextuais e particularmente de informações relativas à topografia e distribuição espacial dos vários tipos de sepulturas, qualquer hipótese relacionada com fenómenos de nucleação, expansão e retracção no seio da necrópole só pode suportar-se em conjunturas e dados indirectos. Em todo o caso, convém recordar a informação veiculada por V. Correia de que as sepulturas tardias do OSM se concentrariam numa área mais reduzida que as sepulturas arcaicas de incineração *in situ* (Correia 1972 [1928]: 171), facto que como vimos pôde ser referendado no decurso das escavações de A. Cavaleiro Paixão (1970; 1983), e que talvez possa relacionar-se com uma retracção ao nível do espaço funerário utilizado.

Finalmente, caberia tecer alguns comentários sobre o enquadramento cultural da fase tardia representada por estas sepulturas do 1º Tipo. Em primeiro lugar, deve salientar-se que dada a atribuição das sepulturas contendo urnas “Cruz del Negro” do 2º Tipo antes comentadas a uma fase recuada do uso da necrópole e a constatação do seu carácter minoritário, este tipo de depósito não deverá considerar-se como um antecedente – pelo menos directo – das incinerações em urna da II Idade do Ferro, como se propôs em leituras anteriores da sequência da necrópole (Arruda 1999-2000: 80).

Esta constatação implica reflectir, mesmo que brevemente, sobre a transformação ao nível do tratamento do cadáver verificado nesta fase tardia da necrópole e sobre a (re)introdução da incineração em *ustrinum* com deposição secundária em urna, que caberia situar num momento enquadrável em torno a meados do século V a.n.e., generalizando-se entre os finais dessa centúria e, sobretudo, os inícios da seguinte.

Parece-me importante recordar que esta transformação ao nível do tratamento e da tipologia funerária verificada na necrópole do OSM se coaduna bem com os escassos dados disponíveis sobre a evolução das práticas funerárias da II Idade do Ferro do Sul do actual território português. Nas necrópoles da região de Ourique, por exemplo, a presença de incinerações em urna associa-se a sepulturas periféricas no contexto das características necrópoles tumulares daquela região ou a pequenos monumentos isolados, considerados como próprios de uma fase de transição entre a I e a II Idade do Ferro regional, que pode situar-se entre os meados do século V e a primeira metade do IV a.n.e. (Correia 1993b; Beirão/ Correia 1994).

Durante a II Idade do Ferro, por outro lado, e apesar do défice crónico de informação respeitante à esfera funerária, pode ainda assim afirmar-se que a incineração em urna constitui o rito predominante (Gomes 2019d), registando-se em contextos tão emblemáticos como a necrópole do Galeado (Vila Nova de Milfontes), em pleno litoral alentejano (Beirão/ Gomes 1983), a do Cerro Furado (Beja) (Arruda/ Lopes 2012), as necrópoles da Herdade das Casas (Redondo) (Silva/ Gomes 1992: 176) ou do Monte da Cardeira (Alandroal) (Viana/ Deus 1955; Fabião 1998a), no Alentejo Central, ou da célebre mas infelizmente mal conhecida necrópole da Chaminé (Elvas), já no Alto Alentejo (Viana/ Deus 1950a; cf. tb. Fabião 1998a).

Muito interessante para o caso que aqui me ocupa é o caso da necrópole associada ao grande povoado da II Idade do Ferro do Cerro Furado, em Baleizão (Beja), infelizmente muito mal conhecida e envolta em problemas de índole administrativa que têm dificultado o seu estudo. O que me parece importante assinalar é o facto de nesta necrópole se terem aparentemente utilizado vasos gregos formal e estilisticamente próximos de alguns dos do OSM como contentores cinerários (Arruda/ Lopes 2012).

A generalização deste tipo de depósito funerário considerou-se tradicionalmente como um reflexo do predomínio das influências continentais face às meridionais e mediterrâneas durante a II Idade do Ferro do Sul de Portugal, tendo-se interpretado a “intrusão” de deposições em urna nas necrópoles do Baixo Alentejo, a emergência das necrópoles centro- e alto-alentejanas citadas e inclusivamente a transformação verificada entre a I e a II Idade do Ferro no OSM como sinais da chegada de novas populações de matriz céltica ao território meridional português (cf. Beirão/ Gomes 1980; Beirão 1986; Beirão/ Correia 1994; Silva/ Gomes 1992).

Esta hipótese, já justamente criticada em diversas ocasiões (Arruda/ Guerra/ Fabião 1995; Fabião 1998a; Arruda 1999-2000: 85-6), não parece de facto colher nenhum apoio nos dados materiais da necrópole de Alcácer do Sal que pude analisar, e que, como bem evidenciou C. Fabião (1998a: 357-366), indiciam uma relação muito mais estreita com o mundo meridional e, de forma talvez algo surpreendente, com a área Ibérica do Sudeste e da Alta Andaluzia.

Com efeito, a tipologia da maioria das urnas que podem atribuir-se com segurança a sepulturas do tipo que aqui me ocupa corresponde a modelos indiscutivelmente característicos do mundo meridional, nomeadamente da Baixa Andaluzia “Turdetana” (cf. Belén Deamos/ Escacena Carrasco 1992; Ferrer Albelda/ García Fernández 2008), alguns dos quais possivelmente importados da área da Baía de Cádiz.

Os espólios que lhes estão associados, por outro lado, evidenciam claramente relações privilegiadas com a área Ibérica. O armamento, por um lado – incluindo falcatas, espadas de frontão e antenas, *soliferrea*, mas também vários tipos de lanças, a par das pegas de escudo e dos elementos de bridões e cabeçadas – apresentam evidentes concomitâncias com o repertório armamentário ibérico (Quesada Sanz 1997), tendo-se já evidenciado a sua quase total identidade com a Fase Média definida por F. Quesada Sanz para a panóplia guerreira ibérica (cf. Fabião 1998a: 357).

Ao nível dos elementos de indumentária, os fechos de cinturão “ibéricos”, virtualmente desconhecidos no Sudoeste Peninsular, correspondem também a um elemento característico do Sudeste Peninsular. Finalmente, ao nível do repertório cerâmico, julgo ter podido evidenciar no estudo da cerâmica comum/pintada e, em menor medida, cinzenta a existência no OSM de formas praticamente desconhecidas no Ocidente Peninsular, mas muito frequentes nas necrópoles Ibéricas da Alta Andaluzia e do Sudeste, como os pequenos potes bitroncocónicos (Grupo VIII e, em menor medida, VII da cerâmica comum/pintada, Grupos VI e VII da cerâmica cinzenta).

A abundância de cerâmica grega depositada em contextos funerários do OSM conta também com os seus melhores paralelos naquela região, e bem assim a prática peculiar de utilizar os *krateres* gregos, recipientes originalmente destinados à preparação e serviço do vinho, como contentores cinerários encontra-se também significativamente atestada nas necrópoles daquela região (cf. Rouillard 1991; Blanquéz Pérez/ Antona del Val 1992).

O repertório formal e estilístico da cerâmica grega do OSM reflecte, além disso, como vimos, determinadas associações características do mundo ibérico da Alta Andaluzia – o “serviço andaluz” de P. Rouillard (1991: 184) – o que bem poderia indiciar a existência de padrões selectivos compartilhados entre estas duas áreas, bem como um eventual papel dos portos do Levante e Sudeste Peninsular na articulação do comércio de produtos gregos.

Para além dos espólios, as sepulturas do 1º Tipo, apesar de mal caracterizadas do ponto de vista estrutural, apresentam inegáveis paralelismos com tipologias funerárias bem representadas nas necrópoles Ibéricas do Sudeste (Fabião 1998a: 358-9), estando as deposições de urnas em fossa coberta com aglomerados pétreos documentadas em ambientes tão paradigmáticos como os das necrópoles de Baza, em Granada (Presedo Velo 1982: 303-6), de El Cigarralejo (Cuadrado 1987: 29-37) e de Coimbra del Barranco Ancho (García Cano 1992), ambas em Múrcia, ou nas de Pozo Moro (Alcalá Zamora 2003: 94) e Los Villares (Blanquéz 1990), ambas em Albacete, entre numerosas outras.

Admito que a necessidade de buscar paralelos para o horizonte funerário da II Idade do Ferro do OSM em paragens relativamente distantes poderá resultar, sobretudo, do persistente défice de conhecimento relativo às necrópoles da II Idade do Ferro da Baixa Andaluzia (cf. Belén Deamos/ Escacena Carrasco 1992) e do próprio território meridional português, que bem poderão levar à sobrevalorização da excepionalidade do OSM no contexto do Sudoeste Peninsular. Nesse sentido, achados como os do Cerro Furado, já citados (Arruda/ Lopes 2012), poderão indiciar a existência de contextos funerários análogos aos que aqui me ocupam em outros pontos do Sudoeste, configurando um panorama muito mais contínuo e fluído do que actualmente se entrevê.

Em todo o caso, não me parece despiciendo recordar que a projecção da influência do próspero mundo ibérico do Sudeste para o Sudoeste Peninsular durante o século V e os inícios do IV a.n.e. foi já reivindicada em outras ocasiões (Blanquéz 1984-5; cf. tb. Jiménez Ávila 2001), o que de alguma forma poderia enquadrar os eventuais laços existentes entre aquela região e o Baixo Sado.

Esta putativa influência ibérica na Alcácer do Sal da II Idade do Ferro não se rastreia, de resto, apenas na esfera funerária. Com efeito, parece-me importante referir, no contexto desta discussão, os dados disponíveis sobre as escavações na área do Convento de Araceli, na acrópole de Alcácer do Sal (Paixão 2001), onde se registou a presença de um santuário (Gomes 2008), formal e conceptualmente muito próximo de um amplo grupo de santuários urbanos documentados no mundo ibérico (Moneo 1995; Almagro-Gorbea/ Moneo 2000).

No interior deste espaço de culto recolheu-se, por outro lado, uma série de ex votos de bronze (Gomes 2008) em tudo similares a uma extensa série de peças recolhidas em diversos contextos religiosos e votivos da Alta Andaluzia e do Sudeste Peninsular (Nicolini 1969; Prados Torreira 1992). A putativa influência ibérica que venho comentando manifestar-se-ia, assim, tanto na esfera funerária como na esfera religiosa.

A modo de conclusão desta breve discussão sobre o enquadramento cultural do horizonte da II Idade do Ferro do OSM, parece poder afirmar-se que, durante o século V a.n.e., se terá produzido na comunidade sidérica de Alcácer do Sal uma reorientação ao nível das relações suprarregionais. Historicamente, essas alterações poderão relacionar-se com uma série de fenómenos de amplo escopo, como a bem conhecida reestruturação e eventual retracção da rede comercial e colonial fenícia no decurso do século VI a.n.e. e as alterações estruturais que, pelo menos em parte em consequência dessa reestruturação, se verificam nas redes comerciais, sociais e políticas do Sul Peninsular e, de modo mais lato, no Mediterrâneo Ocidental.

Neste contexto, a comunidade de Alcácer parece ter mantido as afinidades meridionais e mediterrâneas que a caracterizaram desde pelo menos os inícios da Idade do Ferro, mantendo laços mais estreitos com a área da Baixa Andaluzia do que os que se intuem em áreas relativamente próximas, como o Baixo Tejo (Sousa 2014), e estabelecendo relações aparentemente estreitas com outros parceiros mais distantes, como as comunidades ibéricas meridionais, que conhecem nesta época um assinalável florescimento económico, comercial e político cujos reflexos transcendem o domínio geográfico do Sudeste Peninsular.

A SEQUÊNCIA E O
FASEAMENTO DO OLIVAL
DO SENHOR DOS MÁRTIRES:
LEITURAS SOCIAIS, POLÍTICAS
E CULTURAIS

5.

A SEQUÊNCIA E O FASEAMENTO DO OLIVAL DO SENHOR DOS MÁRTIRES: LEITURAS SOCIAIS, POLÍTICAS E CULTURAIS

« And Lot's wife, of course, was told not to look back where all those people and their homes had been. But she did look back, and I love her for that, because it was so human. So she was turned into a pillar of salt. So it goes. »

Kurt Vonnegut, *Slaughterhouse-Five*.
Nova York, Delacorte, 1969.

Nas páginas precedentes procurei proceder à análise tipológica dos materiais exumados na necrópole do OSM, fazendo particular finca-pé no seu enquadramento cronológico e nas suas relações, seguras ou prováveis, com as distintas modalidades sepulcrais documentadas no decurso das intervenções conduzidas no sítio por V. Correia e A. Cavaleiro Paixão.

O cruzamento dos dados respeitantes aos materiais e às arquitecturas e o enquadramento de uns e de outros no panorama funerário da Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular permitiu, de algum modo, e apesar das graves lacunas existentes na documentação, estabelecer os parâmetros cronológicos e culturais de cada um dos tipos sepulcrais definidos por V. Correia, o que permite, neste ponto, abordar a questão do faseamento interno da necrópole e a relação desse faseamento com o processo histórico sidérico no Baixo Sado.

Assim, e de acordo com os dados que fui expondo e comentando nas páginas precedentes, parece-me legítimo dividir a sequência sidérica do OSM em duas grandes fases (a que se somariam outras duas, já de cronologia romana, cf. *infra*), passíveis de serem divididas, por sua vez, em distintas subfases (cf. Gomes 2016-2017).

A **Fase I** do OSM, correspondente, grosso modo, ao horizonte da I Idade do Ferro regional, caracteriza-se por uma certa heterogeneidade ao nível das práticas e arquitecturas funerárias que permite subdividi-la em duas subfases específicas. Esta fase abrange um período relativamente dilatado de tempo, entre os meados do século VII e o primeiro quartel/ meados do século V a.n.e., correspondendo, pelo menos em parte, à Fase III definida para a sequência do Castelo de Alcácer do Sal (Silva et al. 1980-1), e à Fase II estabelecida a partir dos dados da sondagem da Travessa dos Apóstolos, em Setúbal (Soares/ Silva 1986).

A **Subfase Ia**, que marca o arranque do uso da área do OSM como espaço funerário privilegiado da comunidade de Alcácer do Sal, caracteriza-se fundamentalmente pela convivência entre o rito de incineração *in situ* em fossas de “canal central” (sepulturas do 4º Tipo), que constituirão a tipologia sepulcral mais antiga da necrópole, e o rito da incineração em *ustrinum* com deposição secundária dos restos cremados em urnas “Cruz del Negro” alojadas em alvéolos escavados no substrato geológico para esse efeito (sepulturas do 2º Tipo). Esta Subfase englobaria igualmente as mais antigas sepulturas de incineração *in situ* em *busta* simples, que apresentam claras concomitâncias ao nível dos espólios com as sepulturas de “canal central” (sepulturas do 3º Tipo), mas que só se generalizarão na Subfase seguinte.

Esta Subfase abrange o período que medeia entre os meados do século VII a.n.e., momento ao qual pode reportar-se o início do uso da necrópole, e o primeiro ou, no máximo, o segundo quartel do século VI a.n.e.. Esta Subfase corresponde portanto, de forma quase exacta, ao período de vida do

complexo de Abul A (Mayet/ Silva 2000), facto que parece significativo, podendo o fim deste complexo e a transformação do paradigma funerário do OSM ter respondido a uma mesma conjuntura histórica.

Do ponto de vista cultural, a Subfase Ia reflecte, por um lado, a clara integração do OSM num vasto conjunto de necrópoles que revelam a presença de elementos ideológicos e materiais de origem forânea, introduzidos pela presença e o comércio fenícios, e que se viram incorporados no quadro de discursos de representação social comuns a uma vasta região do Sul e Sudoeste Peninsular cujas raízes remontam ao Bronze Final (Torres Ortiz 1999).

O estabelecimento de uma área formal de enterramento no OSM constitui em si mesmo uma ruptura em relação ao padrão do período precedente, que se caracteriza pela quase total invisibilidade das práticas funerárias e, em todo o caso, pela ausência de necrópoles no sentido estrito do termo (Vilaça/ Cruz 1999; Vilaça 2014a; 2014b; 2017). Verifica-se também uma ruptura ao nível do tratamento do cadáver, com a introdução da incineração, que substitui o rito inumatório atestado a nível regional durante o Bronze Final pela relativamente próxima sepultura da Roça do Casal do Meio (Spindler *et al.* 1973; Vilaça/ Cunha 2005).

Apesar destas inovações, não pode deixar de se reconhecer que as sepulturas do 4º Tipo e as mais antigas sepulturas do 3º Tipo revelam a presença de um conjunto de elementos – carros de combate e parada, panóplias guerreiras “orientalizantes”, elementos de indumentária e adorno, elementos de cosmética – que recordam, de forma bastante clara, os que se representaram nas mais complexas estelas de guerreiro do final da Idade do Bronze (Celestino Pérez 2001; Díaz-Guardamino Uribe 2010) (Figura 36), e cujos melhores paralelos se encontram numa série de necrópoles ditas “orientalizantes” da Baixa Andaluzia e da Extremadura (cf. Torres Ortiz 1999; 2004).

Em face desta observação, parece lícito pensar que os discursos sociais e políticos materializados nestes enterramentos representam uma continuidade das fórmulas de representação do poder e do estatuto social do Bronze Final regional, assinalando as raízes locais da comunidade que depôs os seus mortos nestas sepulturas.

Figura 36 – Paralelismos entre alguns elementos do espólio das sepulturas da Subfase Ia do OSM e a panóplia representada nas “Estelas de Guerreiro” do Bronze Final (ex.: Estela de Ategua, Córdoba, seg. Celestino Pérez 2001).

O panorama desta subfase é por outro lado enriquecido e complexificado pela presença do pequeno mas significativo conjunto de incinerações em urnas “Cruz del Negro”. Esta dualidade de rituais e de tipologias sepulcrais poderá constituir um reflexo fiel da complexidade cultural das etapas mais recuadas da Idade do Ferro no Baixo Sado, na qual a presença de indivíduos de origem exógena parece bem atestada (Arruda 1999-2000: 64-100; Mayet/ Silva 2000; Silva 2005), reflectindo a uma escala menor a dualidade que se aprecia na estrutura de povoamento desta região entre o binómio Alcácer do Sal/ Setúbal, povoados com raízes no período final da Idade do Bronze, e Abul A, que constitui uma fundação *ex novo* de matriz claramente exógena.

O desaparecimento das sepulturas com “canal central” e das deposições em urnas “Cruz del Negro”, que parece operar-se, de uma forma geral, algures durante o segundo quartel do século VI a.n.e. – em momento praticamente contemporâneo, portanto, do abandono de Abul A – marca o início da **Subfase Ib**, caracterizada pelo predomínio aparentemente absoluto das sepulturas de incineração *in situ* em fossa simples do 3º Tipo, que terão surgido já durante a subfase anterior mas que passam agora a constituir, ao que parece, a tipologia sepulcral predominante. No entanto, e como vimos, não deve excluir-se a possibilidade de que essas incinerações em *busta* tenham convivido com alguns enterramentos em urna de tipologia “intermédia”, que deverão contudo ter sido francamente residuais.

Com base nos espólios associados a este tipo de sepultura, a vigência desta subfase parece ter-se prolongado até ao segundo quartel/ meados do século V a.n.e., momento em que se configurará de forma definitiva o panorama funerário característico já da II Idade do Ferro.

Historicamente, esta etapa corresponde a um momento mal caracterizado no Baixo Sado, mas que se encontra apesar de tudo representado pelos interessantes contextos identificados na escavação da Rua do Rato, em pleno Centro Histórico de Alcácer do Sal (Arruda 2014; Arruda et al. 2021). Por outro lado, é também durante o período de vigência desta Subfase que se inaugura a ocupação do santuário de Abul B, que perdurará porventura até à Subfase seguinte (Mayet/ Silva 2000; 2001).

De uma forma mais geral, esta Subfase coincide, no Sul do actual território português, com uma série de importantes mutações. Com efeito, o século VI e os inícios do V a.n.e. assistem, por um lado, à estruturação e consolidação das comunidades sidéricas do interior (Beirão 1986; Arruda 2001; Mataloto 2004; 2008), à reformulação de alguns povoados do litoral, como Castro Marim (Arruda/ Freitas/ Oliveira 2007), e à crescente estruturação do *hinterland* de outros, atestado pela proliferação de pequenas instalações de putativo cariz rural, como no caso dos múltiplos “casais agrícolas” que emergem em torno a Lisboa (Arruda 1999-2000; Cardoso 2004; Cardoso/ Silva 2013; Cardoso et al. 2014; Sousa 2014; 2017).

Do ponto de vista cultural, esta Subfase representa uma clara continuidade com a anterior, atestada ao nível das práticas e arquitecturas funerárias, mas também ao nível dos espólios, que evidenciam agora uma maior adesão a códigos de representação social partilhados com os restantes pólos da rede sociopolítica regional do Sudoeste peninsular, nomeadamente através da crescente adopção de elementos de indumentária e adorno de uso generalizado em praticamente todo esse território.

Esses elementos configuram contudo um panorama mais homogéneo, no qual desaparecem alguns dos elementos de aparato mais destacados da fase anterior, como por exemplo os elementos de carro. Esta homogeneização do panorama funerário poderia constituir um reflexo da crescente afirmação de instituições (proto-)urbanas em Alcácer do Sal, que substituiriam em parte a arena funerária como *locus* privilegiado de representação do estatuto social e do poder. O surgimento nesta fase do santuário urbano da Rua do Rato, antes citado, poderia ilustrar este mesmo fenómeno e a concentração de funções sociais, políticas, económicas e ideológicas no espaço do povoado na sequência do abandono de Abul A.

As relações de Alcácer do Sal com o Mediterrâneo e com o Sul Peninsular permanecem bem atestadas durante este período, ao qual caberia atribuir pelo menos parte dos amuletos e dos escasos elementos de vidro exumados no sítio, o ralador de tipo etrusco, e possivelmente alguns outros elementos relacionados com o banquete acima resenhados, como os caldeiros e o possível *simpulum*, além dos dois exemplares de cerâmica grega arcaica documentados no OSM.

Esta Subfase parece assistir também a uma intensificação e diversificação do repertório cerâmico, e muito em particular das produções cinzentas e de engobe vermelho, que poderia sugerir uma cristalização do *know-how* técnico e produtivo cerâmico adquirido ao longo das etapas anteriores, mas

também da incorporação destas categorias cerâmicas nas práticas sociais do quotidiano da comunidade de Alcácer do Sal.

O início da **Fase II** do OSM encontra-se marcado pela generalização das deposições em urna, que parece ter-se verificado algures entre os meados e o terceiro quartel do século V a.n.e.. Esta fase pode, por seu turno ser subdividida em três subfases, muito desigualmente caracterizadas.

A **Subfase IIa** medeia entre o início da II Idade do Ferro e a chegada massiva de cerâmica ática a partir do início do século IV a.n.e.. Ainda que a restituição das suas características gerais seja uma tarefa complexa, pode contudo afirmar-se que esta etapa terá assistido à introdução das urnas bitroncocónicas como tipologia predominante de contentor cinerário.

As primeiras importações áticas de verniz negro do horizonte “clássico”, do último quartel do século V a.n.e. – representadas por um único *bolsal* datado por P. Rouillard e colaboradores de 425-400 a.n.e. (Rouillard et al. 1988-9: 76, n.29) – poderiam também reportar-se a esta subfase. Por outro lado, é legítimo pensar que a incorporação dos primeiros *soliferrea*, falcatas e espadas (de frontão e de antenas – Tipo III) nos espólios funerários do OSM se tenha operado ainda durante esta etapa.

Culturalmente, esta subfase parece corresponder a uma espécie de *intermezzo* de difícil enquadramento, na qual se evidencia, por um lado, uma continuidade com respeito à fase precedente, delineando-se contudo uma relação privilegiada com a área baixo-andaluza, traduzida pela tipologia das urnas, algumas das quais importadas.

Esta Subfase pode, como hipótese, paralelizar-se com a Fase IV do Castelo de Alcácer do Sal (Silva et al. 1980-1), com características próprias já da II Idade do Ferro mas onde estão ainda praticamente ausentes as importações áticas, excepção feita a um fragmento aparentemente de cronologia antiga (Arruda 1997: 88-9). A Fase III da Travessa dos Apóstolos, em Setúbal, poderia reportar-se também a este horizonte (Soares/ Silva 1986).

O período de apogeu da II Idade do Ferro corresponde, não obstante à **Subfase IIb**, cuja característica mais saliente consiste na chegada de um número significativo de cerâmicas áticas de figuras vermelhas e de verniz negro, cujas datações precisas permitem situar esta subfase na primeira metade do século IV a.n.e. (Rouillard et al. 1988-9; Gomes 2017b).

É também a este período que devem reportar-se a maioria dos elementos de armamento característicos da Fase II – espadas e punhais de antenas dos Tipos III e IV, falcatas, lanças tardias, escudos – bem como os elementos de bridões e cabeçadas. Ao nível dos elementos de indumentária, a introdução dos fechos de cinturão “ibéricos” deverá também situar-se durante esta etapa. Quanto ao repertório cerâmico, os pequenos potes bitroncocónicos (Grupo VIII da cerâmica comum/pintada e Grupo VII da cerâmica cinzenta) parecem ter-se introduzido tendencialmente durante esta etapa.

Culturalmente, esta fase caracteriza-se pelo estabelecimento – ou pelo menos pela cristalização – de relações privilegiadas entre Alcácer do Sal e o mundo ibérico da Alta Andaluzia e do Sudeste, traduzidas pela adopção de certas práticas ostentatórias (Gomes 2018c), como a utilização de recipientes importados, de produção ática, como urnas cinerárias, bem como de um aparato militar que, na minha opinião, terá sido assimilado neste contexto mais como um elemento representativo de poder, prestígio e estatuto do que como um reflexo da real adopção de novas técnicas e táticas de combate.

As fórmulas de ostentação do poder e do estatuto representadas por estes elementos e os discursos identitários que lhes estão subjacentes parecem resultar da emulação de práticas próprias das elites aristocráticas urbanas do mundo turdetano e ibérico meridional, que terão sem dúvida constituído as principais interlocutoras dos grupos dirigentes de Alcácer do Sal no quadro das novas redes comerciais e sociopolíticas características deste período (*idem*).

Esta situação, como já referi, parece espelhar de alguma forma o processo verificado nos inícios da Idade do Ferro, quando a cultura material e determinadas práticas próprias do mundo fenício e “orientalizante” foram localmente apropriadas como parte de discursos de representação social destinados não apenas à afirmação de um determinado segmento social no seio da comunidade mas também à projecção da imagem do grupo, mediada por esse segmento social, no quadro de redes sociopolíticas regionais e suprarregionais de assinalável complexidade.

Este horizonte crono-cultural encontra-se, por outro lado, representado em Alcácer do Sal pelo santuário de cariz urbano implantado na colina do Castelo, onde se praticariam rituais de cariz cívico e salutífero que, a julgar pela natureza dos *ex votos* ali exumados (Gomes 2008), bem poderá ter assimi-

lado também determinadas pautas oriundas do mundo ibérico. Apesar da escassez de dados sobre as características do povoado durante este período, talvez caiba pensar que a fundação deste santuário representa a expressão da cristalização de instituições de cariz plenamente urbano em Alcácer do Sal.

Neste sentido, parece-me também pertinente levantar neste contexto a hipótese de que Alcácer do Sal tenha constituído o – ou pelo menos um dos – foco(s) de irradiação de determinados rasgos culturais de inegável cariz mediterrâneo, e mesmo “ibérico”, para o interior alentejano, onde se documentam amalgamados com outros elementos de aspecto continental, “céltico”, em contextos como a necrópole do Cerro Furado (Ribeiro/ Ferreira 1971; Arruda/ Lopes 2012) ou o depósito votivo de Garvão (Beirão *et al.* 1985).

Ao período correspondente a esta subfase deve também atribuir-se, por fim, a fundação da necrópole de S. Francisco (Faria 2002: 63-4), que explicará talvez a marcada retracção do uso do OSM na **Subfase IIc**, denunciada até certo ponto pela escassez de materiais que possam com segurança atribuir-se a esta etapa, que recobre a segunda metade do século IV a.n.e. e toda a centúria seguinte, prolongando-se porventura até aos meados do século II a.n.e..

Não é, por isso, surpreendente que a maioria das leituras dedicadas à sequência e faseamento do OSM façam coincidir o abandono da necrópole com o final da importação de cerâmicas áticas em torno a 350 a.n.e., raciocínio que merece ser matizado, pelas razões que já expliquei.

Assim, nada impede que as urnas bitroncocónicas perdurem para lá do fim do uso dos *krateres* como contentores cinerários, que por sinal não tem porque se ajustar estritamente à cronologia de produção destes recipientes áticos, podendo prolongar-se no tempo para lá dos meados do século IV a.n.e.; outros tipos cerâmicos, como as urnas de colo alto (Forma VI. 4 da cerâmica comum/ pintada), poderiam mesmo ser tendencialmente tardias, como atestam alguns dos seus paralelos mais expressivos, que adentram pelo período romano republicano (Belén Deamos 1982).

Também as cerâmicas de cariz helenístico, e nomeadamente as características taças de bordo reentrante e os pratos de peixe de bordo em pestana, ambos derivados de protótipos áticos, poderão ter-se difundido sobretudo durante a etapa em apreço.

De igual modo, várias das formas cerâmicas introduzidas na subfase anterior podem perfeitamente ter perdurado durante esta etapa, podendo dizer-se o mesmo de vários tipos de fíbulas e mesmo de diversos tipos de armamento (falcatas, espadas de antenas do Tipo IV, *soliferrea*); entra as lanças, contam-se inclusivamente alguns tipos, como a peça da variante IX de Quesada Sanz, que caberia considerar tendencialmente tardios.

O argumento mais definitivo em favor de uma perduração da necrópole, mesmo que muito diminuída, ao longo destas etapas terminais da Idade do Ferro prende-se contudo com a constatação da existência de uma difusa mas inegável ocupação de Época Romana Republicana no OSM (Gomes/ Alves 2017; Gomes 2017a; cf. *infra*), que aqui caberia designar como **Fase III**.

Existem dados para afirmar que essa ocupação se terá revestido de uma natureza também ela funerária (*ibidem*), o que parece extremamente difícil de compreender se se assumir que a necrópole foi abandonada quase duzentos anos antes do início da presença romana.

Parece-me de excluir que a utilização funerária em Época Republicana da área onde se havia situado a necrópole sidérica constitua uma coincidência. Por outro lado, e embora se possa reivindicar que o regresso ao OSM responde a uma pulsão identitária de revalorização dos antepassados e de relações de linhagem reais ou imaginadas em face do processo de Romanização, esta explicação não me parece totalmente adequada, sobretudo quando aquele que se intui ter sido o principal espaço funerário republicano de Alcácer, a necrópole de S. Francisco, parece ter sido fundado, também ele, bastante antes da conquista romana. Restaria assim pensar que a frequência e uso do OSM durante a etapa inicial da presença romana entronca com uma fase de utilização mal definida correspondente às etapas finais da Idade do Ferro.

À luz dos dados que pude compulsar nas páginas anteriores, parece poder afirmar-se que a área do OSM foi utilizada continuamente como espaço funerário desde meados do século VII a.n.e. até à Época Romana, convertendo-se no Alto Império (**Fase IV**) numa periferia da área da Azinhaga do Senhor dos Mártires, para onde se deslocará, talvez logo no período augustano, o núcleo principal da necrópole (Paixão 1979; 1981), documentando-se ainda assim a presença pontual no OSM de elementos reveladores de uma continuidade de uso para lá da mudança da era (cf. Gomes 2013b; Pereira 2013; Viegas 2014).

O OLIVAL DO SENHOR DOS
MÁRTIRES NO CONTEXTO
DAS PRÁTICAS FUNERÁRIAS
DA IDADE DO FERRO DO
SUL DE PORTUGAL

6.

O OLIVAL DO SENHOR DOS MÁRTIRES NO CONTEXTO
DAS PRÁTICAS FUNERÁRIAS DA IDADE DO FERRO DO
SUL DE PORTUGAL

« Os cemitérios da Idade do Ferro do Sul de Portugal constituíram-se como cenários onde os actores principais não parecem ter sido afinal os que justificaram a sua construção – os mortos. Pelo contrário, os vivos serviram-se destes espaços para criar identidades e sentidos ... »

(Arruda 2009: 517).

Tendo analisado nos apartados precedentes as diversas soluções funerárias representadas no OSM durante a Idade do Ferro, a sua articulação cronológica e o faseamento interno dela decorrente, parece evidente que a necrópole de Alcácer de Sal constitui um caso raro de longevidade, facto que a converte num laboratório privilegiado para analisar a evolução *in situ* das práticas funerárias da comunidade local ao longo de praticamente toda a diacronia sidérica.

No entanto, e apesar das muitas lacunas existentes na documentação, a informação proporcionada pela intensa investigação dedicada a este conjunto funerário converte também o OSM num eixo fundamental para uma leitura integrada e comparada do registo funerário da Idade do Ferro no Sul português, caracterizado por uma marcada diversidade, tanto sincrónica como diacrónica.

*

Neste contexto, a documentação respeitante à Fase I do OSM (I Idade do Ferro) é particularmente interessante, na medida em que, contrariamente ao que ocorre com as comunidades do interior sul português (cf. *infra*), as práticas funerárias das comunidades ditas “orientalizantes” do litoral permanecem escassamente conhecidas. Com efeito, as necrópoles de alguns dos mais importantes núcleos desse horizonte cultural, incluindo Castro Marim (Arruda 1999-2000: 36-53; Arruda/ Freitas/ Oliveira 2007), Quinta do Almaraz (Barros/ Cardoso/ Sabrosa 1993; Barros/ Soares 2004; Batalha/ Barros 2018; v. tb. Arruda 1999-2000: 102-111), Lisboa (Arruda 1999-2000: 113-128; Sousa 2018) ou Santarém (Arruda 1993; 1999-2000: 137-221; Sousa/ Arruda 2018), continuam por identificar.

Assim sendo, é ainda pouco o que se sabe sobre as práticas funerárias destas comunidades litorais, mais directa e profundamente tocadas pelos contactos com os comerciantes e colonos fenícios e com o mundo “orientalizante” meridional. Com efeito, e aparte do OSM, os únicos dados dignos de nota sobre esta questão procedem de Tavira e de Mértola.

No primeiro daqueles núcleos, onde se aprecia uma forte presença fenícia (Maia 2000; 2003; Amadasi Guzzo/ Zamora López 2008), foi identificado na área do Convento da Graça um espaço funerário datável da segunda metade do século VII a.n.e. de que se escavou apenas uma pequena área devido aos constrangimentos próprios da Arqueologia em meio urbano (Arruda/ Covaneiro/ Cavaco 2008).

No sector escavado documentaram-se ainda assim quatro sepulturas. Neste contexto, merecem destaque as Sepultura 1 e 2, correspondentes a cremações contidas em urnas “Cruz del Negro”, a primeira depositada numa fossa escavada no sedimento enquanto a segunda se depôs numa depressão escavada na rocha de base para esse efeito (*idem*: 152 e figs. 22, 25 e 26).

As similitudes entre estes enterramentos e as sepulturas do 2º Tipo de Vergílio Correia acima analisadas são evidentes, a vários títulos. Não só a tipologia dos contentores cinerários é idêntica à dos do OSM, na medida em que se integram no Subgrupo 1 definido para a necrópole de Medellín (Torres Ortiz 2008b: 637) e também documentado na necrópole alcacerense (v. *supra*), como a própria forma de deposição dos mesmos, em fossas que cortam, nalguns casos, a rocha de base, é também similar à descrita por Vergílio Correia (1972 [1928]: 175). Por outro lado, os enterramentos em urnas “Cruz del Negro” de ambas as necrópoles têm também em comum a modéstia dos espólios associados, que no caso das sepulturas algarvias se resumem a pratos de cerâmica comum e cinzenta (Arruda/ Covaneiro/ Cavaco 2008: figs. 29-30).

Outro aspecto de interesse documentado na necrópole do Convento da Graça diz respeito à convivência destes enterramentos em urnas “Cruz del Negro” com outras modalidades funerárias, que pode também paralelizar-se com a situação documentada no OSM. No caso vertente, estes enterramentos situavam-se na proximidade de outras duas sepulturas – as Sepulturas 3 e 4 – que parecem corresponder, também elas a deposições secundárias de restos cremados, neste caso em *loculi* e sem recurso a contentores cinerários cerâmicos, ainda que não se possa descartar o uso de contentores perecíveis (*idem*: 152-154 e figs. 27 e 28).

No caso de Mértola, em contrapartida, os dados disponíveis resultam das recolhas e intervenções realizadas naquela vila por S. Estácio da Veiga ainda no século XIX (Veiga 1880), cujos resultados foram mais recentemente dados a conhecer em maior detalhe (Barros 2008; 2014).

Entre os materiais resultantes dessas recolhas e intervenções destacam-se, uma vez mais, duas urnas “Cruz del Negro” (Barros 2008: 407 e fig. 6), infelizmente recolhidas, ao que tudo indica, fora de contexto, mas cujo estado de preservação advoga em favor de uma deposição original em contexto funerário. Estas peças, integráveis nos Subtipos 1 e 3 definidos para a necrópole de Medellín (Torres Ortiz 2008b), apresentam notórias similitudes com os recipientes do OSM e do Convento da Graça de Tavira, já analisados, revelando uma vez mais a existência de práticas funerárias comuns a este sítio alentejano e aos pólos “orientalizantes” da Foz do Gilão e da Foz do Sado.

Uma outra peça, concretamente um prato de engobe vermelho do tipo P.2.d de P. Rufete Tomico (1988-9: 386), parece proceder igualmente de uma sepultura identificada noutra área da vila, de tipologia infelizmente não especificada (Barros 2008: 408).

Aparte destes materiais resultantes de recolhas antigas, caberia ainda assinalar a recente identificação de uma provável necrópole sidérica na área do Terreiro da Feira de Mértola (Miguel *et al.* 2019), sobre a qual contudo não se conhece ainda o suficiente para aferir da sua posição no espectro das soluções funerárias da Idade do Ferro regional.

Em face do exposto, os dados de Tavira e de Mértola, somados aos do OSM, permitem entrever a existência de um horizonte funerário próprio das comunidades do litoral (ou, no caso de Mértola, bem comunicadas com o litoral por via fluvial) com diversos rasgos em comum, rasgos esses que partilham igualmente, até certo ponto, com outros grupos integrados no horizonte cultural dito “orientalizante” do Sudoeste peninsular (Torres Ortiz 1999).

Note-se contudo que a limitada informação relativa às necrópoles de Tavira e de Mértola não permitem afirmar se a diversidade de soluções funerárias que se documenta na primeira etapa de uso do OSM constitui a norma ou uma idiosincrasia do sítio sadino. O que é certo é que, durante essa etapa, pelo menos parte das soluções funerárias ali presentes formam parte de um horizonte e de uma tradição funerária partilhada com outras comunidades regionais.

Em contrapartida, as soluções funerárias documentadas no OSM, em Tavira e, com mais reservas, em Mértola contrastam claramente com o panorama funerário documentado noutras áreas do Sul de Portugal onde se tem vindo a documentar uma diversidade cada vez mais significativa de tradições funerárias diferenciadas que claramente se afastam da que temos vindo até agora a comentar.

O registo funerário das comunidades do sub-litoral e particularmente do interior Sul português é, com efeito, muito mais rico e diversificado do que o das suas congéneres do litoral, revelando a existência de grupos micro-regionais com personalidades próprias muito marcadas.

Um primeiro grupo, reconhecido desde finais do século XIX graças aos trabalhos de S. Estácio da Veiga e de A. Santos Rocha na necrópole da Fonte Velha de Bensafrim, em Lagos (Veiga 2005 [1891]:

250-255; Rocha 1975 [1896]), integra um conjunto de necrópoles formadas por sepulturas de tipo cista contendo exclusivamente inumações.

Estas necrópoles apresentam uma distribuição ampla, estando particularmente bem documentadas no Algarve, quer pela já citada necrópole Iacobrigense (*ibidem*; v. tb. Correia 1995-1997; Gomes 2020c), quer pelos conjuntos de Cômoros da Portela, em Silves (Veiga 2005 [1891], 285-286), de Corte de Père Jacques, em Aljezur (Viana/ Formosinho/ Ferreira 1953, 4-5), de Lagoas/ Alagoas, em Loulé (Botta 1899: 28; Vasconcelos 1919-1920), dos Gregórios, em Silves (Barros *et al.* 2005), e do Cabeço da Vaca, em Alcoutim (Cardoso/ Gradim 2006; 2008). Conhecem-se também conjuntos integráveis nesta mesma tradição já no território baixo-alentejano, tanto no litoral, na Herdade do Gaio, em Sines (Costa 1967; 1972), como no interior, em Corte Margarida, Aljustrel (Deus/ Correia 2005), e possivelmente também na Baixa Estremadura, no Vale da Palha, em Sesimbra (Arruda/ Cardoso 2015).

Apesar da sua ampla e algo descontínua distribuição no território, estas necrópoles de cistas apresentam uma série de rasgos em comum que permitem interpretá-las como um horizonte funerário com identidade própria dentro do panorama regional. Desde logo, destacam-se as arquitecturas funerárias nelas documentadas, mas também a prática, ao que tudo indica exclusiva, do ritual de inumação como forma de tratamento do cadáver.

Também ao nível dos espólios depositados nas sepulturas se observam claras concomitâncias, ainda que com naturais variações de sítio para sítio e de região para região. Não obstante, pode afirmar-se que em praticamente todos os conjuntos pontificam os elementos de adorno realizados em matérias-primas exóticas (vidro, pedras semi-preciosas, âmbar), que chegam a formar conjuntos muito expressivos, como nos casos do chamado “tesouro” da Herdade do Gaio (Costa 1967; 1972) ou dos expressivos conjuntos vítreos da Fonte Velha de Bensafrim (cf. Gomes 2020c).

Um outro aspecto que permite relacionar estas necrópoles de cistas entre si diz respeito ao seu enquadramento territorial. Em nenhum caso foi possível até agora identificar os núcleos de povoamento correspondentes a estes conjuntos funerários, o que leva a pensar que os mesmos estariam associados a povoados com escassa entidade, de natureza seguramente rural.

Finalmente, as necrópoles do grupo em apreço parecem também partilhar um arco cronológico comum, desenvolvendo-se ao que tudo indica ao longo dos séculos VI e V a.n.e..

Um segundo grupo funerário, apesar de tudo bastante melhor caracterizado graças aos esforços envidados por C. de Mello Beirão e pela sua equipa ao longo dos anos '70 e '80 do século XX (Dias/ Beirão/ Coelho 1970; Beirão/ Gomes/ Monteiro 1979; Beirão/ Gomes 1980; Dias/ Coelho 1983; Beirão 1986; 1990; Correia 1993b), corresponde às características necrópoles tumulares cuja distribuição se centra na região de Ourique e nas áreas limítrofes.

Estas necrópoles destacam-se no panorama funerário regional pelos seus marcados particularismos arquitectónicos, apresentando-se as sepulturas protegidas por complexas super-estruturas tumulares pétreas, claramente inspiradas nas arquitecturas funerárias locais do Bronze Pleno (cf. Schubart 1975), que se adossam formando paisagens funerárias muito características (v. Correia 1993b).

Devido a factores tafonómicos adversos à preservação da matéria orgânica nestas necrópoles, os rituais funerários nelas empregues continuam a ser mal conhecidos, embora se tenha assumido em várias ocasiões que a prática da inumação conviveria com a da cremação ao longo de toda a diacronia deste grupo funerário (Beirão 1986: 49; Correia 1993b: 355-356; Arruda 2001: 269-270). No entanto, foi já assinalado que todas as evidências positivas disponíveis parecem relacionar-se com esta última fórmula de tratamento do cadáver (Jiménez Ávila 2002-2003: 90-91; Vilhena 2008: 389-391), presente, segundo dados recentes, desde os momentos iniciais da sequência funerária regional (Soares/ Martins 2013).

Também ao nível dos espólios que acompanhavam os defuntos nestas necrópoles se notam algumas especificidades, concretamente uma certa modéstia e austeridade – sem prejuízo da existência de alguns conjuntos destacados de elementos importados e de prestígio procedentes de sepulturas concretas (v., p. ex., Beirão 1986: 71; 1990: 687) –, bem como uma presença mais significativa de elementos que remetem claramente para um fundo local/ regional.

Ao contrário das suas congéneres de cistas, a rede de povoamento associada a estas necrópoles é razoavelmente bem conhecida, apesar da escassez de intervenções realizadas nos núcleos de povoamento correspondentes (Beirão 1986: 103-122; Beirão/ Correia 1990; 1991; Correia 1999; v. tb. Arruda

2001). Ainda assim, e em face dos dados disponíveis, pode afirmar-se que as necrópoles tumulares da região de Ourique serviram pequenas comunidades de âmbito rural, distribuídas por pequenos povoados organizados ao que tudo indica numa rede heterárquica e interdependente (Arruda 2001).

Estes conjuntos funerários, que evidenciam a marcada identidade própria dos grupos que ocuparam a região de Ourique durante as etapas iniciais da Idade do Ferro regional, conheceram um desenvolvimento interno significativo, denunciado pela própria evolução das arquitecturas tumulares, bem estudada por V. H. Correia num trabalho já clássico (Correia 1993b). As balizas cronológicas propostas para esse desenvolvimento e para as várias fases da evolução arquitectónica das necrópoles tumulares de Ourique (*ibidem*; v. tb. Beirão 1986: 147) parecem contudo excessivas, podendo hoje sustentar-se que a ocupação das mesmas se baliza entre os finais do século VII e os finais do V a.n.e. (Arruda 2001: 269-270), sendo portanto *grosso modo* contemporâneas das suas congéneres de cistas.

Um terceiro grupo funerário, igualmente diferenciado pelas suas características globais, foi identificado mais recentemente no decurso dos trabalhos de minimização dos impactos patrimoniais da implementação do sistema de rega do Alqueva. As escavações de salvaguarda realizadas nesse contexto revelaram com efeito a existência de uma ocupação sidérica numa região correspondente aos concelhos de Beja, Vidigueira e Ferreira do Alentejo cuja intensidade permanecia até recentemente insuspeitada e que se materializou fundamentalmente mediante a descoberta de um número avultado de necrópoles – mais de duas dezenas, mas o número continua a crescer (Santos *et al.* 2009; 2017; Salvador Mateos/ Pereira 2012; 2017; Arruda *et al.* 2017a; 2017b; Soares *et al.* 2017; Pereiro/ Mataloto/ Borges 2017; Figueiredo/ Mataloto 2017; Calvo Rodriguez/ Simão 2017; Bargão/ Fernandes 2017) – com características muito particulares e, mais uma vez, diferenciadas com respeito às necrópoles anteriormente conhecidas.

Estes novos conjuntos funerários poderiam tentativamente designar-se como necrópoles de recintos, na medida em que uma das suas características formais mais destacadas, e amplamente partilhada pela esmagadora maioria dos conjuntos já conhecidos, corresponde à presença de fossos escavados na rocha que parecem delimitar recintos funerários em torno de sepulturas concretas. Estas últimas foram igualmente escavadas na rocha, apresentando morfologias algo diferenciadas entre si, e albergam de forma quase exclusiva inumações individuais ou, mais raramente, duplas (cf. bibliografia específica *supra*).

Além das suas características arquitecturas e da modalidade de tratamento do cadáver, que conferem a estas necrópoles uma marcada unidade e identidade, os conjuntos funerários deste grupo até agora documentados partilham também um padrão relativo aos espólios votivos que acompanham os defuntos, e que se caracterizam por uma assinalável diversidade e riqueza. Os elementos importados – especialmente objectos de adorno – são abundantes, bem como os elementos de indumentária, adorno e cuidados corporais, mas também de armamento, que remetem para um âmbito regional alargado. Estes elementos convivem contudo com outros, com destaque para a cerâmica, cujo arraigamento nas tradições locais parece indiscutível.

Embora os dados sobre os espaços de habitat recuperados durante as intervenções antes comentadas (Antunes *et al.* 2017) sejam significativamente menos expressivos que os que dizem respeito ao mundo funerário, os dados disponíveis e a própria dispersão das necrópoles pelo território indiciam que estamos uma vez mais ante espaços pertencentes a comunidades de âmbito rural, que habitariam também elas em núcleos de povoamento dispersos e de entidade possivelmente limitada, muito provavelmente organizados, como no caso da região de Ourique, numa rede descentralizada de natureza heterárquica.

Finalmente, e do ponto de vista cronológico, é interessante notar que este intenso e florescente grupo funerário apresenta umas balizas cronológicas algo mais limitadas do que os grupos precedentes, desenvolvendo-se fundamentalmente ao longo do século VI a.n.e., com possíveis prolongamentos pontuais no início da centúria seguinte. Estas necrópoles constituirão portanto o reflexo do florescimento de um grupo de comunidades durante um período de tempo restrito, circunstância cujas causas e significado permanecem ainda por apurar.

O diversificado panorama a que antes aludi encerra-se com um quarto e último grupo de manifestações funerárias, infelizmente ainda relativamente mal conhecidas, identificadas também nos últimos

anos na área do Alentejo Central. Nesta área, o horizonte funerário conhecido para a Idade do Ferro, representado pelas necrópoles de Torre de Palma, Monforte (Langley *et al.* 2007; Langley/ Mataloto/ Boaventura 2008), e da Tera, Mora (Mataloto 2010-1), revela a existência de necrópoles compostas por cremações depositadas em urnas de distintas tipologias, evocativas dos horizontes funerários mais tardios das necrópoles “orientalizantes” da Extremadura espanhola, concretamente de Medellín (Almagro-Gorbea 2008e).

Se a data recuada em que se realizaram as escavações em Torre de Palma limitam as leituras que se podem fazer do conjunto funerário sidérico que ali terá existido, as recentes e exemplares escavações desenvolvidas na necrópole da Tera revelam que estas deposições em urna se enquadrariam numa paisagem funerária *sui generis*, a característica mais destacada da qual corresponde à extensa cobertura tumular pétreia que cobriu a totalidade da necrópole e que, como bem assinala o responsável da escavação do sítio, parece emular as coberturas tumulares dos monumentos megalíticos que marcam presença na paisagem regional (Mataloto 2010-1: 92-93; 2017).

Ao nível dos espólios, as necrópoles deste grupo revelam, tal como as suas congéneres da região de Beja, uma ampla adopção de elementos de indumentária e adorno que remetem para o âmbito regional alargado do Sudoeste peninsular, bem como, no caso da Tera, diversos elementos importados que, embora em menor número, ecoam o panorama registado nas necrópoles de recintos antes referenciadas (Mataloto 2010-1).

Embora se desconheçam os núcleos de povoamento directamente associados às necrópoles de Torre de Palma e da Tera, as fórmulas de ocupação do território centro-alentejano durante as fases iniciais da Idade do Ferro são bem conhecidas, assentando uma vez mais numa densa malha de pequenos povoados dispersos de natureza marcadamente rural (Mataloto 2004; 2005; 2007; 2008; 2009; Calado/ Mataloto/ Rocha 2007; Calado/ Mataloto 2008; Albergaria/ Melro 2013). Quanto à sua cronologia, o desenvolvimento destas necrópoles de incineração centro-alentejanas parece ocorrer também ele entre os séculos VI e V a.n.e. (Mataloto 2010-1), em aparente sincronia com os demais grupos funerários do interior Sul português antes resenhados.

O panorama traçado de forma necessariamente sucinta nas páginas precedentes revela bem a significativa diversidade do registo funerário do Sul do actual território português, diversidade essa que reflecte, ao que tudo indica, uma variedade de soluções e discursos sociais, políticos e, em última análise, culturais, que encontraram um palco de expressão privilegiado no cenário da morte. As claras assimetrias entre as realidades funerárias associadas aos pólos “orientalizantes” litorais, entre as quais se inclui o OSM, e as que se associam às comunidades do interior exigem assim uma reflexão sobre as condições específicas que estiveram na origem desta diversidade de situações.

As raízes da complexidade interna revelada pelo registo funerário em análise devem buscar-se, na minha opinião, no processo de transição entre o Bronze Final e a Idade do Ferro no Sul de Portugal. Com efeito, os dados de que dispomos parecem evidenciar que os primeiros contactos sistemáticos entre os grupos locais e as comunidades fenícias instaladas no Sul peninsular (cf. Arruda 2005a), longe de resultar numa transformação homogénea do panorama regional, afectaram de forma diferenciada as comunidades do Bronze Final regional, parecendo notar-se uma assimetria particularmente vincada entre as comunidades do litoral e as do interior (cf. Gomes 2015d).

Com efeito, as primeiras, pela sua própria posição geográfica, estabelecem intensas relações com a interface colonial e comercial fenícia e iniciam um processo de transformação social, política e cultural que claramente as aproxima e identifica com o mundo “orientalizante” meridional (Arruda 1999-2000).

Em contrapartida, as tentativas encetadas pelas suas congéneres do interior de estabelecer relações directas com essa interface, excepcionalmente ilustradas pelos interessantes contextos documentados no Castro dos Ratinhos, em Moura (Berrocal-Rangel/ Silva 2010), não parecem ter sido bem sucedidas, o que parece ter colocado as estruturas sociopolíticas locais sob pressão, gerando a prazo um autêntico colapso das mesmas, ilustrado pelo abandono sistemático dos grandes povoados fortificados que haviam vertebrado o povoamento regional durante todo o Bronze Final (Mataloto 2012; 2013; Soares 2013; cf. tb. Gomes 2015d).

Assim, enquanto no litoral se assiste ao rápido desenvolvimento, entre os séculos VIII e VII a.n.e., de uma malha de povoamento composta por núcleos (proto-)urbanos com fortes relações com o mundo fenício e com o horizonte cultural “orientalizante” meridional (Arruda 1999-2000), no interior este período parece marcado por uma longa fase de recessão, ainda insuficientemente caracterizada.

Em face dos dados disponíveis, essa fase recessiva só parece ter sido superada entre os finais do século VII e os inícios do VI a.n.e., período no qual se assiste à emergência no registo arqueológico de evidências claras de uma nova situação sociopolítica radicalmente distinta tanto da que havia caracterizado o Bronze Final regional como da que se aprecia contemporaneamente noutras áreas do Sudoeste peninsular.

Como ficou dito acima, essa nova situação reflecte-se na emergência de malhas de povoamento compostas por pequenos povoados abertos, dispersos na paisagem, de cariz eminentemente rural, formando *clusters* micro-regionais que parecem organizar-se em redes solidárias, interdependentes e heterárquicas.

Esta assimetria de processos e dinâmicas históricas encontra um claro reflexo no registo funerário, como anteriormente se pode apreciar. No litoral, em necrópoles como o OSM, os intensos contactos com a interface colonial e comercial fenícia e a integração nas redes sociopolíticas “orientalizantes” mediadas por esta traduzem-se na adopção de umas práticas e de umas pautas de representação compartilhadas, nas quais os elementos culturais forâneos introduzidos pela presença oriental são adaptados, servindo como recursos discursivos na construção de discursos sociais, políticos e identitários partilhados.

No interior, em contrapartida, a situação parece ter sido assinalavelmente mais complexa, seguramente devido a uma complexa interacção entre factores geográficos (como a acessibilidade e recursos de cada comunidade ou grupo de comunidades) e socioculturais. Assim, o registo funerário reflecte a emergência de uma multiplicidade de fórmulas de identidade e representação nas quais os estímulos exógenos, filtrados através das agendas e estratégias identitárias próprias de cada grupo, se combinam de forma mais significativa com elementos de tradição local/ regional e mesmo com uma evocação de um passado ancestral, seguindo lógicas combinatórias de geometria diversa que resultam numa multiplicidade de discursos de auto-representação nos quais se encontra reflectida a posição – real ou percebida – de cada comunidade no seio dos novos equilíbrios sociopolíticos regionais.

Por outro lado, e aparte destas lógicas de identidade e representação que condicionam a constituição dos discursos funerários próprios de cada um dos agrupamentos regionais antes comentados, caberia igualmente valorizar o impacto da existência de estruturas sociopolíticas diferenciadas na composição e evolução desses mesmos discursos.

Com efeito, e ainda que, como vimos, as práticas de competição social, especialmente ao nível das elites, herdadas do Bronze Final tenham ainda reflexos claros nos horizontes fundacionais do OSM (Subfase Ia), como aliás nos de muitas outras necrópoles “orientalizantes” do Sudoeste peninsular, a trajectória das comunidades litorais no sentido da emergência de estruturas sociopolíticas propriamente urbanas determinou uma evolução no sentido de uma maior homogeneização do registo funerário, que na necrópole sadina se observa claramente, como ficou dito, na Subfase Ib.

Pelo contrário, no interior, as estruturas sociopolíticas fragmentadas que caracterizam as comunidades eminentemente rurais da I Idade do Ferro potenciam a continuidade de lógicas de competição social intra- e inter-grupal, que se manifestam na existência de grandes concentrações de riqueza nalgumas sepulturas concretas, embora naturalmente em graus e com incidências muito distintas de grupo para grupo.

Esse facto explica as trajectórias divergentes entre o panorama funerário do litoral, e concretamente do OSM, que, ao longo do século VI a.n.e., tende a uma maior homogeneização e sobriedade, e o do interior, onde se verifica a presença de uma crescente profusão de elementos exóticos e de prestígio. Aqui, ao contrário do litoral, a esfera da morte não é suplantada pelos espaços e instituições urbanos como arena de representação da riqueza e do estatuto social e político, permanecendo como o *locus* privilegiado de projecção de discursos de identidade e de poder.

Em todo o caso, a partir dos finais do século VI a.n.e. assiste-se no Sudoeste peninsular a uma nova conjuntura de profunda transformação, intimamente relacionada com a retracção e reestruturação da rede colonial e comercial fenícia ocorrida em torno àquela data (Martín Ruiz 2007; Órdoñez Fernández 2012). Os efeitos desta nova conjuntura não são, uma vez mais, homogêneos nem lineares, desencadeando pelo contrário um longo e complexo processo de reestruturação regional que se prolonga em boa medida entre as chamadas “Crise do Século VI” (*ibidem*; Ferrer Albelda/ García Fernández 2019) e “Crise de Quatrocentos” (Rodríguez Díaz 1994).

Com efeito, e embora não seja este o lugar indicado para discutir a natureza e consequências dessas “crises”, pode afirmar-se que no Sul do actual território nacional o período que medeia entre o final do século VI e o final do V/ inícios do IV a.n.e. assiste, de forma escalonada e regionalmente diferenciada, à transição entre a I e a II Idade do Ferro, transição essa que tem também, como não poderia deixar de ser, claros reflexos no âmbito das práticas funerárias.

Infelizmente, contudo, o conhecimento sobre as necrópoles da II Idade do Ferro no Sul português permanece muito limitado, assentando em muitos casos em intervenções antigas e/ou incompletamente publicadas (cf. Gomes 2019d). Nesse sentido, a documentação relativa à Fase II do OSM reveste-se de uma importância acrescida, permitindo repensar o processo de transformação das práticas funerárias à escala regional durante este período.

Como houve já oportunidade de comentar, a interpretação desse processo viu-se longamente condicionada por um modelo historiográfico que postulava a existência de uma marcada descontinuidade cultural entre a I e a II Idade do Ferro do Sul de Portugal, resultante da chegada em massa de populações de origem continental portadoras de uma matriz cultural céltica, que suplantariam as comunidades locais da I Idade do Ferro, com um cunho mais marcadamente mediterrâneo (Beirão/ Gomes/ Monteiro 1979; Beirão/ Gomes 1980).

Na óptica deste modelo, a transformação das práticas funerárias – especialmente nas necrópoles da área de Ourique, mas também no próprio OSM – constituiriam um reflexo da chegada dessas novas populações, responsáveis pela introdução generalizada da prática da cremação com deposição secundária dos restos cremados em urna (cf. Beirão 1986: 27-29).

Este modelo, já justamente criticado em múltiplas ocasiões por outros autores (Arruda/ Fabião/ Guerra 1995; Arruda 1996; 1999-2000: 84-86; Fabião 1998a: 336-402; cf. *supra*), não parece de facto adequar-se aos dados de que hoje dispomos, que exigem leituras mais matizadas que tomem em linha de conta a complexidade do processo de transição entre a I e a II Idade do Ferro no Sul de Portugal e os múltiplos vectores culturais que convergem nesta região durante a segunda metade do I milénio a.n.e..

Infelizmente, e no que diz respeito a esse processo de transição, os dados oferecidos pelo OSM permanecem muito limitados. O registo que nos foi legado por V. Correia não apresenta o grau de detalhe que seria necessário para poder discutir a questão com um mínimo de segurança, na medida em que a Subfase IIa da necrópole permanece, como se disse, mal caracterizada (cf. *supra*).

Ainda assim, e como houve oportunidade de comentar, parece possível pensar que a generalização dos enterramentos em urna que caracteriza o horizonte funerário da II Idade do Ferro no OSM poderá corresponder, mais do que a uma inovação surgida *ex nihilo*, à generalização de um rito funerário que, tendo sido claramente introduzido já na fase mais antiga da necrópole, poderá ter permanecido em uso de forma minoritária ao longo de toda a I Idade do Ferro, como sugere a evidência – limitada, é certo – da Sepultura 64, que continha um putativo enterramento em urna de tipologia “intermédia”.

A julgar pela trajectória sociocultural que se aprecia na necrópole e no próprio povoado durante este período, essa generalização bem poderá decorrer da manutenção, ou mesmo intensificação, das relações da comunidade alcacerense com a área “turdetana” da Baixa Andaluzia, onde as escassas evidências funerárias da II Idade do Ferro revelam igualmente uma generalização dos enterramentos em urna (Belén Deamos/ Escacena Carrasco 1992), e do estabelecimento de relações, ao que tudo indica bastante estreitas, com o mundo ibérico meridional, onde esta modalidade funerária é também predominante (Blánquez Pérez/ Antona del Val 1992).

Uma vez mais, a transformação dos ritos funerários, facilitada pela existência de um substrato local pré-existente, reflectiria a adopção de novas pautas de representação social e identitária – sobretudo por parte das elites – alinhadas com as dos principais interlocutores da comunidade nas redes sociopolíticas que estabelece durante este período.

O que parece certo é que, independentemente dos factores específicos que ditaram a generalização desta nova modalidade funerária no OSM, a cultura material associada aos enterramentos em urna da II Idade do Ferro não suporta em nenhuma circunstância a ideia de uma correlação directa entre a prática dos mesmos e a presença ou influência de populações de matriz cultural mesetenha e celtizante. Pelo contrário, e como bem assinalou C. Fabião há já mais de duas décadas (Fabião 1998a: 357-366), todo o panorama conhecido sugere pelo contrário a manutenção de fortes afinidades culturais com a área meridional e o estabelecimento de novas relações com o mundo ibérico do Sudeste peninsular (cf. Gomes 2018c).

Essas afinidades são, de resto, rastreáveis noutros conjuntos funerários do interior Sul português. É claramente o caso da necrópole do Galeado, em Vila Nova de Milfontes (Beirão/ Gomes 1983), cuja cultura material revela claras concomitâncias com o horizonte tardio do OSM, podendo mesmo suspeitar-se numa relação directa entre a comunidade que depositou os seus mortos na infelizmente mal conhecida necrópole milfontense e as comunidades do Baixo Sado.

Por outro lado, e como já houve oportunidade de mencionar num apartado anterior, Alcácer do Sal bem poderá ser igualmente responsável pela irradiação de novas práticas funerárias e da cultura material que lhes está associada para o interior baixo-alentejano. Desde logo, a sua clara importância regional durante a II Idade do Ferro e a própria posição estratégica que ocupa na foz do rio Sado, uma das mais importantes vias de acesso ao interior baixo-alentejano, conferem uma clara verosimilitude a esta hipótese.

Além disso, o recente estudo de um enterramento em urna da necrópole do Cerro do Ouro, em Ourique, sugere concretamente que o Baixo Sado pode ter desempenhado um papel importante na introdução desta modalidade funerária nas necrópoles da região de Ourique. Com efeito, este enterramento, já considerado por C. de Mello Beirão como algo anómalo e “arcaico” (Beirão 1986: 49-50), apresenta características notavelmente similares às dos enterramentos tardios do OSM, nomeadamente ao nível da cultura material associada, podendo de resto datar-se da segunda metade do século V a.n.e., isto é, precisamente do momento em que esta nova modalidade funerária se generaliza na necrópole alcacerense.

A aceitar-se esta hipótese, é possível entrever uma origem distinta da habitualmente proposta para os enterramentos em urna que surgem na última fase das necrópoles tumulares da área de Ourique, isolados ou associados aos chamados monumentos em Π (Beirão/ Correia 1994), considerados pelos seus escavadores como intrusivos e próprios de populações celtizantes recém-chegadas ao Sul português (Beirão 1986: 49).

A possibilidade de uma irradiação a partir do Baixo Sado, perfeitamente plausível à luz das vias de comunicação naturais da região, explicaria além do mais o aspecto marcadamente “meridional” do enterramento do Cerro do Ouro, mas também de outros enterramentos em urna associados às fases terminais das necrópoles de Ourique, como a da Atafona, onde um dos recipientes empregues como urna cinerária corresponde claramente a uma imitação em cerâmica pintada de um *krater* grego (Silva/ Gomes 1992: Fig. 61A), um possível eco do uso destes recipientes importados como urnas cinerárias no OSM.

A este propósito, pode também recordar-se o caso já comentado da necrópole do Cerro Furado, em Beja, na qual se recolheram dois vasos gregos, concretamente um *krater* do Pintor do Tirso Negro e um *skyphos* do Grupo do Pintor do Fat Boy (Arruda/ Lopes 2012), que apresentam características formais e inclusivamente decorativas idênticas às de alguns dos recipientes do OSM (Rouillard *et al.* 1988-1989). Esse facto, somado ao próprio uso da cerâmica ática em âmbito funerário, raro no Sul de Portugal fora do OSM (v. contudo o caso da Quinta da Queimada, Lagos – Calado/ Gomes 2006), poderiam estabelecer também aqui umnexo entre o Baixo Sado, como foco irradiador de práticas e modas funerárias, e o interior baixo-alentejano.

Mais difícil de apurar são as possíveis relações entre o foco da prática dos enterramentos em urna centrado no Baixo Sado, e os seus eventuais reflexos no *hinterland* baixo-alentejano, e um segundo foco importante de ocorrência desta modalidade funerária, concretamente representado pelas necrópoles alto- e centro-alentejanas da Herdade da Chaminé, em Elvas (Viana/ Deus 1950a; 1950b; 1951; 1958; Heleno 1951), da Herdade das Casas, no Redondo (Mataloto *et al.* 2014), e do Monte da Cardeira, no Alandroal (Fabião 1998a: 386-392).

No entanto, e tal como ocorre no caso do OSM, a ideia de que estes conjuntos funerários se revestem de um carácter inequivocamente celtizante, muito arraigada na historiografia desde os trabalhos de A. Viana e A. Dias de Deus, merece ser matizada em função de diversas observações. Desde logo, deve observar-se que, tal como na necrópole alcacerense, a prática do enterramento em urna na área em apreço conta neste momento com claros precedentes na I Idade do Ferro regional, concretamente nas já mencionadas necrópoles da Torre de Palma (Langley *et al.* 2007; Langley/ Mataloto/ Boaventura 2008) e da Tera (Mataloto 2010-1), facto cujas implicações devem ser devidamente consideradas.

Por outro lado, e como bem assinalou C. Fabião (1998a: 375-376), a cultura material destas necrópoles está longe de remeter para um vector cultural univocamente celtizante, estando também bem documentados determinados elementos que remetem, uma vez mais, para ambientes culturais meridionais ou com uma forte influência meridional. Assim, e como já apontava o mesmo autor (*idem*: 375 e ss.), esses elementos, e, de forma mais lata, o horizonte funerário que configuram devem preferencialmente relacionar-se com o ambiente eminentemente intercultural documentado na vizinha Extremadura espanhola durante a Idade do Ferro, no qual os influxos culturais celtizantes, que são aqui inegáveis (cf. Berrocal-Rangel 1992), convivem e se combinam, por um lado, com um substrato cultural local de fundo “orientalizante” e, por outro, com outros estímulos e influências, nomeadamente meridionais, turdetanos, mas também ibéricos (Rodríguez Díaz 1993; 1994; 1995).

Em face do exposto, a documentação e as reflexões aqui apresentadas sobre o horizonte da II Idade do Ferro do OSM revestem-se de uma importância considerável, na medida em que permitem não só reavaliar determinados modelos explicativos sobre a transformação das práticas funerárias deste período, como identificar um possível foco de irradiação e retransmissão de influências culturais meridionais cujo papel se pode vir a revelar uma chave importante para a compreensão do aspecto multicultural que cada vez mais vão ganhando os contextos pré-romanos do Sul português.

*

As reflexões apresentadas nas páginas precedentes, que não constituem de nenhum modo uma revisão sistemática e exaustiva do registo funerário sidérico do Sul de Portugal, permitem ainda assim demonstrar o valor do OSM como uma referência fundamental para o estudo da evolução das práticas e dos discursos funerários da Idade do Ferro regional e, simultaneamente, sublinhar as suas particularidades e idiossincrasias.

Estas últimas, longe de coibir a investigação, servem sem dúvida para a estimular, suscitando novas questões e demonstrando a importância de abordar o registo arqueológico do período com novos quadros e ferramentas de análise. Em face do exposto, parece evidente que esses quadros e ferramentas deverão deixar de lado as generalizações e as grandes narrativas que outrora pautaram a investigação, centrando-se antes na diversidade, na variabilidade e na complexidade do registo arqueológico enquanto testemunho claro das vivências múltiplas das comunidades sidéricas regionais. O potencial do OSM para ilustrar essas vivências está ainda longe de esgotado; assim haja vontade e recursos para o continuar a investigar e a explorar.

A MODO DE EPÍLOGO:
A NECRÓPOLE DO
OLIVAL DO SENHOR DOS
MÁRTIRES DURANTE
A ÉPOCA ROMANA
REPUBLICANA

Francisco B. Gomes
Catarina Alves

7.

A MODO DE EPÍLOGO: A NECRÓPOLE DO OLIVAL DO SENHOR DOS MÁRTIRES DURANTE A ÉPOCA ROMANA REPUBLICANA¹⁵

7.1. A ocupação romana do Olival do Senhor dos Mártires: uma breve introdução historiográfica

A área que rodeia a ermida medieval do Senhor dos Mártires tem sido reconhecida desde o século XIX como um importante espaço funerário com uma longa diacronia de uso. Com efeito, e ainda que a maior parte da investigação sobre a necrópole se tenha centrado nas suas fases pré-romanas (v. *supra*), devido sobretudo ao rico e complexo panorama oferecido pelas sepulturas da Idade do Ferro, a utilização funerária desta área em Época Romana é também conhecida pelo menos desde 1895, tendo-se recolhido abundante material já do período imperial no decurso de trabalhos agrícolas no sítio (Baptista 1896).

Apesar disso, durante a maior parte do século XX a investigação sobre a ocupação romana desta área foi praticamente inexistente, não tendo a efectiva presença de contextos funerários desta época sido documentada até ao final dos anos '60, durante as campanhas de A. Cavaleiro Paixão (1970: 92), que contudo lhes dedicou escassa atenção no estudo monográfico das suas primeiras intervenções.

Foi contudo no contexto deste trabalho que se viu emergir uma assunção historiográfica duradoura. A. Cavaleiro Paixão estabeleceu com efeito a divisão da área em torno da citada ermida do Senhor dos Mártires em dois sítios arqueológicos diferenciados: por um lado, o já bem conhecido Olival do Senhor dos Mártires (OSM), correspondente à área da necrópole da Idade do Ferro, e, por outro, a Azinhaga do Senhor dos Mártires (ASM), onde se situaria a necrópole do Alto Império.

O mesmo investigador viria a desenvolver extensos trabalhos de escavação nesta última área, documentando numerosas sepulturas com cronologias centradas nos séculos I e II n.e., sobre as quais contudo pouco se sabe (Paixão 1979; 1981; v. tb. Gomes 2013b; Pereira 2013; Viegas 2014).

Se a informação relativa a estes contextos funerários alto-imperiais é escassa, até há bem pouco tempo era ainda menos o que se sabia sobre o período que medeia entre a etapa terminal da Idade do Ferro (v. Gomes 2018c) e o início da fase alto-imperial, plausivelmente datável do início do século I n.e.. Os momentos finais da Idade do Ferro e o período Romano Republicano permaneceram com efeito mal caracterizados, apesar da existência de referências à presença de materiais deste período na necrópole (Fabião 1998a: 354). Trabalhos mais recentes (Gomes/ Alves 2017; Gomes 2017a), cujos resultados aqui se retomam, permitiram até certo ponto suprir esta lacuna e reconsiderar este período mal conhecido da história da importante necrópole de Alcácer do Sal.

A revisão das colecções depositadas no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, e nas instalações da Direcção Regional de Cultura do Alentejo, em Alcácer do Sal, permitiu de facto identificar uma quantidade considerável de materiais de cronologia republicana, merecedores de estudo como forma de tentar compreender o processo através do qual a necrópole se incorporou na órbita de Roma após a conquista do Sul de Portugal.

A definição da fácies das cerâmicas comuns republicanas das necrópoles alcacerenses permanece uma tarefa difícil, dada a escassa definição cronológica desse tipo de produções e, sobretudo, a falta de estudos de referência para este período, pelo que no presente estudo se abordarão fundamentalmente

15. O presente capítulo resulta da combinação de dois estudos previamente publicados (Gomes/ Alves 2017; Gomes 2017a).

aquelas categorias cerâmicas que podem com segurança atribuir-se ao período em apreço, como a cerâmica campaniense, as ânforas e os *unguentaria*, além de alguns elementos metálicos igualmente característicos. A escolha destas categorias artefactuais resulta portanto, além do seu interesse, do facto de possuírem datações intrínsecas bem estabelecidas.

Dito isto, deve contudo ressaltar-se que os tipos de materiais aqui estudados foram também seleccionados por oferecerem dados relevantes para abordar as questões principais que nos propusemos tratar, nomeadamente:

1. A cronologia específica da fase republicana da necrópole, cuja definição é essencial para compreender se o uso da necrópole foi contínuo ou se se verificam hiatos significativos na sequência da conquista romana;
2. A análise funcional do conjunto republicano, fundamental para a análise da natureza do uso desta área durante a fase em apreço, uso que poderá ter sido tanto a) funerário, na continuidade da tradição da II Idade do Ferro, como b) ritual, sendo ainda as sepulturas dos antepassados da comunidade cada vez mais “romanizada” visitadas como lugares de memória, de identidade e talvez mesmo de culto.

Para abordar estas duas questões, e outras que delas derivam, tornava-se necessário compilar uma base empírica sólida através do estudo exaustivo do material disponível, que se apresenta em detalhe nas páginas que se seguem.

7.2. Os materiais romanos republicanos do Olival do Senhor dos Mártires

7.2.1. A cerâmica campaniense

Entre o material do OSM depositado no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, e, em menor medida, nas instalações da Direcção Regional de Cultura do Alentejo em Alcácer do Sal, pudemos identificar um número significativo de recipientes de cerâmica campaniense.

O conjunto inventariado engloba um total de 33 peças (número mínimo de indivíduos [nmi], cf. Protocole Beauvray 1998) que permitem uma classificação tipológica, além de 13 fragmentos de forma indeterminada. Algumas destas peças haviam já sido recolhidas no trabalho seminal de M. Delgado sobre a cerâmica campaniense em Portugal (Delgado 1971). Das bem conhecidas categorias universais deste tipo de cerâmica pudemos documentar no conjunto em apreço produções napolitanas e calenas, bem como algumas raras imitações com pastas cinzentas.

Pelas razões acima comentadas, não dispomos de qualquer informação sobre a proveniência estratigráfica destas peças, que podemos unicamente situar como genericamente procedentes do OSM. Ainda assim, o seu valor cronológico merece comentários mais detalhados, razão pela qual passaremos a abordar este conjunto do ponto de vista das suas características intrínsecas e das suas especificidades.

As produções originárias da região de Nápoles/ Ischia (Est. CXL, nn. 1-7) encontram-se representadas por um total de oito peças, genericamente caracterizadas pela tonalidade avermelhada da sua pasta. A maioria destas peças – cinco recipientes – apresenta pastas compactas e pulverulentas com fracturas boleadas acompanhadas por um verniz negro, características consistentes com o Fabrico 2 definido para o material das Mesas do Castelinho (Almodôvar) (Alves 2010: 41-42). Os três exemplares restantes apresentam pastas granulares e porosas, pouco compactadas e com fracturas irregulares, características similares às do Fabrico 1 definido para o mesmo sítio almodovarense (*idem*: 41), encontrando-se aqui associadas a um verniz lustroso e ligeiramente iridescente, que se encontra bem preservado.

O conjunto em si mesmo é reduzido e comporta uma escassa diversidade morfológica, mas inclui ainda assim duas formas, a taça F2784 (Lamb. 27) (um exemplar) e a pátera F1300 (Lamb. 36), que constitui uma das presenças mais habituais em sítios que contam com ocupações

do século II a.n.e., quer em Portugal (por exemplo, Faro – Viegas 2010: 115 – e Monte Molião – Sousa/Serra 2006; Dias 2015: 105), quer na vizinha Andaluzia ocidental (Ventura Martínez 2000: 186).

Apesar de não se ter podido estabelecer o diâmetro das duas páteras F1300 (nn. 1-2) devido ao seu mau estado de conservação, a análise da evolução desta forma na Provença ocidental, e mais concretamente na região de Olbia (Arcelin 1978: 108; Bats 1988: 110), juntamente com os dados recolhidos nas Mesas do Castelinho (Alves 2010: 55), suportam a inclusão dos exemplares do OSM nas fases mais arcaizantes do desenvolvimento desta forma. Com efeito, e contrariamente à tendência observada para as peças do século I a.n.e., os bordos dos recipientes em análise (particularmente do n. 2, o único que permite uma orientação clara) são mais finos, largos e pendentes.

Quanto à peça que interpretamos como uma taça F2784 (n.6), corresponde a um pé similar ao recolhido por J.-P. Morel como P211b3 (Morel 1981: 462), pertencente com toda a probabilidade a essa forma, e que pode datar-se da segunda metade do século II a.n.e., como bem ilustra a bibliografia de referência usada para a classificação deste pé em concreto (*ibidem*).

As formas mais características antes comentadas encontram-se acompanhadas, por outro lado, por dois espécimes da forma F2645-46 (Lamb. 28) (nn.4-5) e por uma única peça pertencente à série F2234 (Lamb. 5) (n.3). Ambas as formas são características das produções de Campaniense A e suas imitações, ainda que sejam preferencialmente produzidas nos ateliers da Etrúria (Morel 1981: 191), sendo típicas de contextos do século II a.n.e..

Uma das peças da forma F2645-46 antes mencionadas – a n.5 – encontra-se decorada com um motivo estampilhado formado por folhas dispostas de forma irregular numa composição radial e delimitada por círculos concêntricos. Este caso isolado de decoração deve considerar-se tendo em mente a tendência geral para a simplificação dos motivos decorativos, que eventualmente desaparecem durante o século I a.n.e..

Em termos gerais, durante o terceiro quartel do século II a.n.e. a decoração impressa desaparece, dando lugar ainda durante o período médio da cerâmica campaniense da classe A (meados do século II a.n.e.) a decorações formadas por círculos concêntricos, que serão típicas das produções da classe B (Aquilué Abadías *et al.* 2000: 401). Esta situação encontra-se bem ilustrada no caso de *Pollentia*, fundada em 123 a.n.e., onde a cerâmica campaniense A não apresenta já quaisquer decorações impressas (Sanmartí Grego *et al.* 2000: 145).

Este fragmento decorado parece já ter sido ilustrado por M. Delgado (1971: Est. II, n. 11), mas no seu estudo não se representou a decoração. Finalmente, caberia mencionar a presença noutra peça pertencente à mesma forma (n. 4) de um orifício, que poderá corresponder a uma marca de reparação.

Dadas as características morfológicas acima comentadas, a amostra de Campaniense A do OSM deve incluir-se na fácies média destas produções, com uma cronologia que pode facilmente situar-se na segunda metade do século II a.n.e.. A presença de um recipiente com uma decoração simplificada, característica da transição entre a fácies média e tardia da cerâmica campaniense A é, por seu turno, característica de um horizonte do final do século II – inícios do I a.n.e..

Devemos sublinhar que esta interpretação resulta principalmente da análise das morfologias representadas, mais do que de uma apreciação da qualidade das pastas e dos vernizes, uma vez que estamos de acordo com as críticas expostas por outros autores relativas à sobrevalorização dos critérios técnicos no que à atribuição cronológica das peças diz respeito (Ventura Martínez 2000: 178).

Pela nossa parte, pensamos que certos aspectos técnicos dos fragmentos em estudo podem resultar de fenómenos pós-deposicionais ou mesmo do seu contexto de uso, e que esses aspectos não podem por isso constituir um critério para negar a antiguidade do conjunto, na medida em que os mesmos não devem sobrepor-se às indicações oferecidas pela análise morfológica e decorativa.

Estas produções de Campaniense A constituem 26% da cerâmica campaniense documentada, contrastando com a percentagem vastamente maioritária – 66% – das produções que consideramos oriundas da região de Cales (Est. CXL, nn.8-19).

Os fabricos das peças que consideramos produções daquela região caracterizam-se genericamente pelas suas tonalidades beiges amareladas, pela sua textura pulverulenta e pelas suas fracturas boleadas. O verniz raramente é de boa qualidade, sendo predominantes os vernizes negros, finos e mates, apresentando ocasionalmente variações cromáticas interpretáveis como discos de empilhamento, escorrimentos e marcas dos dedos do oleiro.

Em linha com os comentários tecidos acima em relação aos aspectos técnicos e à influência dos factores pós-deposicionais na aparência de certos fabricos, deve notar-se que os produtos de Cales e as suas imitações em fabricos cinzentos nem sempre são fáceis de diferenciar. Esta dificuldade resulta do facto de as peças aqui analisadas apresentarem com frequência problemas de cozedura evidenciados pela gradação das tonalidades das pastas. Um caso paradigmático é o da peça n. 11: um dos fragmentos que a compõem seria, numa primeira análise, classificado como uma imitação de cerâmica campaniense com fabrico cinzento; este fragmento encaixa contudo perfeitamente com um outro que corresponde claramente a uma produção dos ateliers de Cales.

Juntamente com estas anomalias de cozedura, não excluimos que as variações observadas possam também ser o resultado das condições a que as peças foram sujeitas durante o seu período de uso ou mesmo após o seu abandono. Não deve esquecer-se que o sítio arqueológico em análise foi longamente usado como necrópole de cremação, e a hipótese de que estes recipientes se tenham depositado em contacto com concentrações significativas de cinzas que poderão ter contribuído para esta variação cromática não pode ser ignorada. Todas estas restrições obrigam-nos a prestar especial atenção e a equacionar todas as diferentes possibilidades.

Centrando-nos agora na morfologia das peças atribuídas a estas produções, o repertório documentado compõe-se de algumas das formas mais típicas dos contextos peninsulares datados do século I a.n.e., período no qual atingem com efeito a sua maior difusão. Essas formas incluem duas taças F2320-30 (Lamb. 1) (nn. 17-18), uma *pyxide* F7540 (Lamb. 3) (n.19) e dez páteras que podem, com maior ou menor precisão, classificar-se dentro das espécies F2250-80 (Lamb. 5/7) (nn. 8-16).

Este último grupo de quatro espécies comporta diferentes detalhes morfológicos e, portanto, diversas especificidades cronológicas no seio da tipologia de J.-P. Morel (1981), mas as reduzidas dimensões dos fragmentos recolhidos no OSM, correspondentes na sua maioria a bases, impede quaisquer precisões adicionais.

Assim sendo, e sem excluir a possibilidade de rastrear as origens deste conjunto ainda na fácies anterior, o material analisado deve atribuir-se à fase tardia desta produção (Pedroni 2000: 345-361; 2001), datada entre 82 e 40 a.n.e..

No que aos aspectos decorativos diz respeito, e aparte de um grafito em forma de flecha presente na face externa da base da peça n.9, documentámos também a presença de círculos concêntricos, muito comuns nestas produções, e, num caso (n.16), de três fiadas de decoração fina e curta realizada com roleta, igualmente enquadrada por círculos concêntricos. Esta última peça havia já sido ilustrada por M. Delgado nos anos '70 (Delgado 1971: Est. II, n. 23).

Para concluir esta secção sobre as produções de Cales, devemos mencionar os fragmentos nn.15-16, que compartilham um fabrico de tonalidade alaranjada, muito poroso e com fracturas irregulares que apresenta abundantes elementos não plásticos negros e brancos, bem como uma quantidade considerável de cristais de mica. O verniz destes exemplares não é homogéneo: num caso o verniz é negro e brilhante com iridescências douradas, apresentando evidências de digitações e escorrimento na face externa do pé/ base, que se mantiveram em reserva; no outro, mais bem preservado, o verniz assume uma coloração acinzentada, mate e não reflectiva.

As características do fabrico destas peças, que mesmo numa análise macroscópica são notoriamente distintas das do resto do conjunto, autorizam a sua atribuição a um centro produtor provavelmente diferenciado do restante conjunto, ainda que presumivelmente situado na mesma área geográfica (v. *supra*).

Por outro lado, e ainda que estas peças possam ser definidas como pertencentes à série F2286 (Lamb. 7), a inflexão particular em ângulo obtuso presente na face externa do pé da peça 16 sugere algumas observações adicionais. Este detalhe, que se pode correlacionar com a série Ca1 (pl. 222.17) (Morel 1981: 445), interpretou-se como sendo típica das produções etruscas e das suas imitações num período de tempo entre o século III e o I a.n.e.. Uma comparação com as produções de Arezzo, com as quais compartilham certos detalhes e que um de nós (C.A.) teve oportunidade de estudar no conjunto das Mesas do Castelinho, revela que estas peças são tecnicamente muito distintas daquelas.

Por outro lado, os fragmentos em estudo não parecem enquadrar-se nas chamadas produções da “*vrai B*” de fácies etrusca, e a cronologia atribuída ao paralelo citado para este tipo de pé – exumado em Pompeia e datado do segundo quartel do século II a.n.e. – não pode portanto estender-se à nossa peça.

Estas considerações permitem possivelmente situar os nossos exemplares numa produção posterior de Cales, mais do que interpretá-las como exemplos de “... *céramique arétine à vernis noir tardive*” (*ibidem*).

Finalmente, este conjunto completa-se com um pequeno grupo de três bases que podem incluir-se nas produções com fabricos cinzentos que imitam cerâmica campaniense (Est. CXLI, nn.20-22). Para dois destes exemplares não foi possível estabelecer uma classificação morfológica específica, mas o terceiro – n.20 – apresenta uma curiosa tipologia, na medida em que imita com considerável detalhe a forma de Campaniense A F3131 (Lamb. 48), datável do segundo quartel do século II a.n.e. (*idem*: 249). J.-P. Morel assinala que não é certo que este recipiente para beber alcance o terceiro quartel daquela centúria (*ibidem*). Uma vez que acreditamos que a chegada destas produções com fabricos cinzentos ao território português não antecede, na generalidade, o terceiro quartel do século I a.n.e. (Alves *et al.* 2014), este facto coloca sérios problemas, dado que a putativa imitação se encontraria separada do protótipo por quase um século.

Na sua produção original de Campaniense A, estas peças são raras nos níveis republicanos dos sítios portugueses (v., p. ex., Alves 2010: 70-71; Dias 2015: 105). Em Cartagena esta forma está atestada durante a primeira metade do século II a.n.e. com fabricos cinzentos mas sem verniz (Pérez Ballester 2000: 130-132), diferenciando-se portanto da peça do OSM, que apresenta um verniz cinzento escuro mate. Imitações desta forma em fabricos claros estão também atestadas em Ampúrias e em Cartago (Morel 1981: 249, nota 240).

Na discussão final (v. *infra*) voltaremos à apreciação do significado cronológico destas cerâmicas campanienses, mas numa primeira apreciação genérica este material parece sugerir uma incorporação precoce da necrópole do OSM na esfera romana, datando provavelmente de meados do século II a.n.e., e aponta igualmente para um uso continuado durante o período Romano Republicano, alcançando pelo menos o terceiro quartel do século I a.n.e..

7.2.2. As ânforas

Aparte da cerâmica campaniense, pudemos também identificar nas colecções do OSM a presença de duas ânforas de cronologia claramente republicana (Est. CXLI, nn.23 e 26). A primeira, representada por uma sólida base cónica (n.23), apresenta um fabrico consistente com uma produção da costa tirrénica da Itália, correspondendo com toda a probabilidade a uma ânfora greco-italica (Will 1982).

O estado incompleto deste recipiente e a ausência do bordo impedem qualquer especificação tipológica adicional. No entanto, se tomarmos em consideração o quadro global de distribuição destes contentores no território português, uma cronologia da segunda metade do século II a.n.e. para esta peça parece mais do que provável (Fabião 1998b: 175; Arruda/ Almeida 1999: 332-333; Pimenta 2005: 119).

Documentaram-se igualmente outros dois fragmentos de uma (ou mais) ânfora(s) igualmente provenientes da Península Itálica, muito provavelmente de tipo Greco-Itálico ou Dressel 1, afeiçoados de forma a obter elementos circulares (Est. CXLI, nn.24-25), que podem interpretar-se ou como tampas de um qualquer tipo de contentor de pequenas dimensões, ou como peças de jogo, sendo esta possivelmente a interpretação mais frequente para este tipo de elementos.

A segunda ânfora documentada, neste caso um fragmento de bordo e colo (n.26), pertence ao tipo Mañá C2a, e mais especificamente ao tipo 7.4.2.1 de J. Ramon Torres (1995: 209-210). As características do fabrico desta peças indicam que corresponde a uma produção norte-africana, possivelmente da área de Cartago/Túnis.

Embora seja relativamente comum na costa Leste da Península Ibérica e em Ibiza (*idem*: Mapa 70; Ramon Torres 2008: Fig. 1), este tipo de ânforas centro-mediterrâneas conheceu uma distribuição limitada nas costas atlânticas (Arruda/ Almeida 1998: 1321-1322; Bonet Rosado *et al.* 2005; Arruda/ Sousa 2013: 118). A cronologia genérica deste tipo de contentores centra-se na primeira metade do século II a.n.e. (Ramon Torres 1995: 209-210), ainda que a sua presença e circulação pareça ter-se prolongado até aos inícios do último quartel daquela centúria (v., p. ex., Guerrero Ayuso 1986; Díaz García 2000: 211; Ribera i Lacomba/ Marín Jordá 2003; Bonet Rosado *et al.* 2005), facto que recentemente se voltou a enfatizar (Arruda/ Sousa 2013: 118).

7.2.3. Os unguentários

O conjunto de *unguentaria* recuperado no OSM, apesar de não muito numeroso – 18 fragmentos, correspondentes a um número mínimo de onze recipientes individuais –, é ainda assim relativamente diversificado, incluindo exemplos tanto de tipo fusiforme como bulbiforme (Est. CXLI, nn.27-44). Dentro destes grupos tipológicos genéricos pudemos documentar vários tipos específicos, nem todos contudo integráveis de forma clara no período em apreço (v. *infra*).

Estes recipientes são típicos de contextos funerários (Anderson-Stojanović 1987: 108; Py 1993: 581; Saraçoğlu 2011), e uma interpretação como contentores para substâncias aromáticas empregues nos rituais funerários ou depositadas como oferendas fúnebres tem sido geralmente aceite (Anderson-Stojanović 1987: 122; v. tb. Hübner 2006); a sua presença na necrópole é, portanto, altamente significativa.

Os tipos fusiformes, mais precoces, encontram-se atestados por um número mínimo de sete peças individuais, todas muito incompletas. O exemplar mais bem preservado, o n.27, apresenta um corpo fusiforme alongado com um pé desenvolvido e uma base discreta, correspondente a um mero botão solido rematando o pé.

A ausência do colo e do bordo torna difícil integrar esta peça numa tipologia específica, mas a sua atribuição ao Grupo B definido por E. Cuadrado (1977-1978: 394-396) e retomado por M. Py (1993) parece clara, tal como a sua relação com as variantes republicanas dentro deste grupo, em particular os tipos BIII e BV de Cuadrado, datados por aquele autor do século II – inícios do I a.n.e. (Cuadrado 1977-1978: 394).

Caberia também recordar a semelhança entre esta peça de Alcácer do Sal e os recipientes de Cádis que Á. Muñoz (1987) recolheu no seu Grupo C, e particularmente na sua forma C3, datada do século II a.n.e. (*idem*: 522). Considerando estes paralelos, uma cronologia dentro do século II ou já nos inícios do I a.n.e. para esta peça parece provável (v. tb. paralelos em Saraçoğlu 2011: nn.29, 31).

Uma cronologia similar pode também propor-se para a nossa peça n.28, uma base cónica oca com uma protuberância central marcada, separada do bojo do recipiente, igualmente de tendência fusiforme, por uma moldura bem marcada. Possivelmente correspondente a um exemplar da variante B8 de M. Py (1993: 583), datada entre meados do século II e meados do I a.n.e., pode também relacionar-se com o tipo BIV de E. Cuadrado (180-100 a.n.e.) (Cuadrado 1977-1978: 394), e tem paralelos particularmente expressivos em peças datadas do início do século I a.n.e. (Saraçoğlu 2011: n.34, com paralelos; v. tb. Robinson 1959: Pl. 2, F 49).

As restantes peças que podemos atribuir a este grupo tipológico genérico correspondem a fragmentos pequenos, muito incompletos, de bojo (n.29), pé (n.30) ou pé e base (nn.31-33); as suas características morfológicas são insuficientes para realizar uma atribuição tipológica específica, e podem apenas atribuir-se genericamente ao já citado Grupo B, que apresenta uma cronologia global entre o século IV e os meados do I a.n.e. (Py 1993: 582). Deve contudo salientar-se que «...ne les rencontre-t-on qu'exceptionnellement à l'époque préromaine en dehors des sites grecques» (*idem*: 581), pelo que a sua presença no sítio aqui analisado se deve preferencialmente relacionar com a presença romana, situando-se portanto entre o século II e os meados do I a.n.e..

Encontramos bons paralelos para a presença de peças deste grupo em diversos contextos peninsulares, entre os quais poderíamos mencionar as necrópoles de Ampúrias (Girona) (Almagro Basch 1953: 397), de Villaricos-Baria (Almería) (Almagro Gorbea 1984: 206-208), de Puente de Noy (Almuñécar) (Molina Fajardo/ Bañón 1983), de Gibralfaro (Málaga) (Martín Ruiz/ Pérez-Malumbre Landa 1999: Fig. 15), de Carmona (Belén Deamos 1982) e de Cádis (Muñoz Vicente 1987), bem como a necrópole de El Cigarralejo (Múrcia) (Cuadrado 1977-1978: 396-398) e vários outros conjuntos funerários tardo-ibéricos/ republicanos (Cuadrado 1981: 63).

Quanto aos unguentários bulbiformes, representados por onze fragmentos correspondentes a um mínimo de quatro recipientes individuais, a sua inclusão neste estudo é até certo ponto problemática. Com efeito, este tipo de unguentários, incluídos por M. Py no seu Grupo D (Py 1993: 584), tem as suas origens nos meados do século I a.n.e., ainda durante o período tardo-republicano, mas a sua máxima difusão parece ocorrer já durante o Principado de Augusto, documentando-se o seu uso ao longo de todo o século I n.e. (Anderson-Stojanović 1987: 110-111). A sua interpretação como vestígios da fase republicana da necrópole em análise está portanto longe de ser segura.

Ainda assim, entendemos incluir estes recipientes neste capítulo porque, apesar das dúvidas antes expostas, existe uma possibilidade real de que pelo menos parte das peças em apreço se tenham depositado ainda em período republicano ou, quando muito, durante o período augustano, ele próprio anterior ao que parece à transferência do centro funerário de *Salacia* para a área adjacente da Azinhaga do Senhor dos Mártires (Paixão 1979; 1981), oferecendo assim um interessante nexo entre ambos os pólos funerários. Existem, por outro lado, paralelos próximos para o uso deste tipo de recipientes em contextos funerários tardo-republicanos que parecem justificar essa inclusão, ainda que com todas as devidas reservas.

O exemplar mais bem preservado desta tipologia, n.34, corresponde à porção superior de uma peça dotada do característico corpo bulbiforme, de um colo alto com paredes ligeiramente divergentes e um bordo extroverso simples; a superfície exterior do colo e do bordo apresenta-se revestida de pintura negra, um rasgo comum aos contentores deste tipo. Esta peça enquadra-se facilmente na variante D3 de M. Py, que apresenta uma cronologia dilatada, de meados do século I a.n.e. a finais do I n.e. (Py 1993: 584), coincidente com a cronologia global do Grupo D. O resto dos bordos documentados, nn. 35-37, parece ter pertencido a peças muito similares, podendo atribuir-se-lhes a mesma classificação genérica e a mesma cronologia global.

De forma a delimitar de forma mais precisa o quadro cronológico destas peças, parece importante assinalar que o uso deste tipo de recipientes cerâmicos decresce significativamente a partir do período augustano, devido à sua rápida substituição pelos seus congéneres de vidro (Anderson-Stojanović 1987: 113; Py 1993: 581; Saraçoğlu 2011: note 56, *passim*), alguns dos quais reproduzem mesmo a forma dos unguentários bulbiformes (v. Isings 1957: 40-41). Por outro lado, estes recipientes de vidro estão bem atestados na própria necrópole de Alcácer do Sal desde as primeiras décadas do século I n.e. (Gomes 2013b), tornando portanto plausível a hipótese de que essa mesma substituição tenha também tido lugar neste conjunto.

Um paralelo próximo para estas peças pode encontrar-se na necrópole da Rua dos Correeiros (Lisboa) (Bugalhão *et al.* 2013), na qual se exumou um número apreciável de recipientes deste tipo (*idem*: 258). Uma vez mais, o período global de uso deste conjunto funerário balizou-se entre o final da República/ início do Principado e os meados do século I n.e. (*idem*: 269), coincidindo portanto com as considerações sobre a cronologia destes unguentários expostas acima.

Os restantes fragmentos que inventariámos, pertencentes a porções do colo e/ou do bojo (nn. 38-44), são muito pequenos e encontram-se demasiado incompletos para permitir uma qualquer adscrição tipológica conclusiva. Parece no entanto muito provável que correspondam a contentores semelhantes aos anteriormente descritos ou pertencentes a variantes análogas de unguentários.

Apesar da relativa diversidade do conjunto analisado, todos estes recipientes partilham características tecnológicas similares. As suas pastas são, em todos os casos, muito finas e bem depuradas e podem dividir-se em dois grandes grupos de fabrico, de resto muito similares entre si. O primeiro apresenta tonalidades entre o bege e o cor-de-laranja claro, não revelando elementos não plásticos macroscopicamente reconhecíveis; o segundo, em contrapartida, apresenta tonalidades entre o branco acinzentado e o cinzento claro e inclusões de muito pequenas dimensões que, quando visíveis a olho nu, incluem areias quartzíticas e ocasionalmente alguns nódulos vermelhos, possivelmente óxidos de ferro.

Nos unguentários mais antigos, do Grupo B, documenta-se a presença de ambos os fabricos, ao passo que as peças do Grupo D pertencem exclusivamente ao segundo grupo de fabrico. Na ausência de análises mais aprofundadas, a observação macroscópica que realizámos é insuficiente para estabelecer com qualquer base fiável a origem destes contentores, especialmente devido à falta de estudos relativos aos seus eventuais centros de produção. Parece no entanto digno de nota que algumas das características dos seus fabricos pareçam remissivas das que se documentaram para outras produções cerâmicas da Baía de Cádiz, área onde, por sinal, a produção deste tipo de recipientes parece estar atestada (Muñoz Vicente 1987; Sáez Romero 2005: 148; 2008: 309-310).

7.2.4. A coroplastia: uma terracota helenística de tipo *kourotrophos*

Um outro elemento que pode atribuir-se com relativa segurança ao horizonte romano republicano do OSM corresponde a uma terracota, infelizmente incompleta, já referenciada por Vergílio Correia, que afirma que este «...fragmento de estatueta, único, precioso espécime do género até hoje descoberto em Portugal...» foi encontrado «...joeirado avulso entre a terra remexida da necrópole...» (Correia 1925: 166).

Esta terracota, recentemente estudada (Gomes 2014b) (Est. CXLII, n.45), corresponde a um modelo claramente helenístico, representando uma figura feminina sujeitando ou, mais provavelmente, amamentando um recém-nascido. Esta iconografia permite integrar a terracota do OSM no grupo das figuras de tipo *kourotrophos*, cujas origens se situam claramente no mundo grego (Hadzisteliou-Price 1978) e que conheceram uma assinalável difusão no Mediterrâneo, em ambientes gregos/ helenísticos e púnicos.

As representações deste tipo são frequentes no mundo ibérico (Marín Ceballos 1987: 62; Horn 2011: 172), tendo-se também documentado nos ambientes púnicos em torno da Baía de Cádiz (Niveau/ Córdoba 2003; Corzo Sánchez 2007; Niveau 2009) nos quais surgem pela primeira vez em contextos do final do século III – inícios do II a.n.e., tendo-se relacionado com a presença bárcida e com o contexto da II Guerra Púnica.

O paralelo mais próximo da terracota do OSM procede contudo das Mesas do Castelinho, onde se recolheram fragmentos de uma terracota virtualmente idêntica que terá integrado, juntamente com um conjunto de materiais itálicos, um depósito fundacional datado do século II a.n.e. (Estrela 2013). Parece por isso seguro assumir que o exemplar do OSM pertence, tal como o seu congénere alentejano, a uma fase romana republicana relacionada com a conquista do Sul do actual território nacional.

7.2.5. Outros materiais cerâmicos

Aparte do material comentado nas páginas anteriores, pouco mais se pode identificar no conjunto cerâmico do OSM que possa relacionar-se, no estado actual dos nossos conhecimentos, com a fase romana republicana da necrópole.

Naturalmente, existe uma forte possibilidade de que entre as cerâmicas comuns do sítio existam peças pertencentes a este horizonte cronológico. No entanto, a falta de coordenadas estratigráficas, combinada com a falta de bons estudos regionais sobre a cerâmica comum republicana – com a excepção do conjunto do Monte Molião (Lagos) (Sousa/ Arruda 2014), que contudo pertence a um ambiente geográfico e cultural muito distinto –, torna praticamente impossível, neste momento, individualizar essas peças com respeito aos conjuntos da Idade do Ferro e do Alto Império.

Existem contudo alguns outros elementos que podem acrescentar-se ao inventário dos materiais cerâmicos republicanos. Entre esses elementos, destaca-se uma lucerna, aparentemente depositada no Museu Municipal de Alcácer do Sal (Arthur 1952: Fig. 6; Almeida 1953: Est. XXX, n.1) mas que não pudemos localizar. De acordo com os estudos que mencionam esta peça, corresponderá a uma lucerna do tipo Ricci H (Ricci 1973). Este tipo de lucernas, de clara influência helenística, data normalmente de um período entre os meados do século II e os meados do I a.n.e., representando portanto uma atestação adicional da fase de ocupação do OSM aqui analisada.

Este tipo de lucernas está presente noutros sítios portugueses com ocupação do período romano republicano, nomeadamente em Santarém (Pereira 2014), na Cabeça de Vaiamonte (Monforte) (Fabião 1998a: 431) e na Lomba do Canho (Arganil) (Nunes et al. 1990: nn.1-2). A peça de Alcácer do Sal apresenta ainda uma peculiar decoração fálca sobre o bico que conta com bons paralelos em materiais do acampamento militar de Cáceres el Viejo (Cáceres) considerados de produção itálica (Ulbert 1984: nn.485-491), bem como, em menor medida, numa peça da Lomba do Canho (Nunes et al. 1990: Fig. 3, n.2). É igualmente plausível que a peça do OSM tenha uma origem itálica.

A consideração genérica dos contextos dos paralelos antes citados permite precisar melhor a cronologia de circulação deste tipo de lucernas no Ocidente Peninsular, sugerindo que estas peças atingiram

a sua máxima difusão no século I a.n.e. (cf. Nunes *et al.* 1990: 88), ainda que uma presença mais precoce num contexto litoral como Alcácer do Sal não possa igualmente excluir-se.

Por outro lado, poderia igualmente atribuir-se a esta fase o *kalathos* analisado acima (cf. *supra*). Um outro fragmento de cerâmica pintada preservado no Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, infelizmente inclassificável, diferencia-se também do conjunto da cerâmica comum/pintada da Idade do Ferro do OSM pela sua pasta fina e compacta e pela qualidade da sua decoração pintada. Poderia sugerir-se, com todas as devidas reservas, que este fragmento terá também pertencido a um outro *kalathos*, forma que, como se viu, tem a sua origem na área cultural ibérica do Sudeste e Levante peninsular, possivelmente ainda durante o século III a.n.e. (cf. Mata/ Bonet 1992: 129-130) mas que só parece difundir-se no Ocidente Peninsular já no contexto da expansão e da conquista romana (Muccioli 2014; Sousa/ Arruda 2014: 75), particularmente em contextos datados do final do século II e dos inícios do I a.n.e. (*ibidem*). Se aceitarmos esta atribuição, este fragmento, conjuntamente com o exemplar anteriormente analisado, integrar-se-ia também ele na fase romana republicana que vimos analisando.

Finalmente, para encerrar este apartado, caberia referir a existência de dois fragmentos diminutos e inclassificáveis de cerâmica de paredes finas de produção itálica que, apesar de não oferecerem qualquer informação tipológica, deverão relacionar-se com o horizonte cronológico genérico analisado neste capítulo.

7.2.6. Os metais

7.2.6.1. Elementos de indumentária: as fíbulas (Est. CXLII, nn.46-47)

Os elementos de indumentária encontram-se representados no conjunto em apreço por dois exemplares, sem que possa excluir-se que algumas outras peças de tipo dito “La Tène” recolhidas acima possam também ter sido utilizadas ainda em Época Romana Republicana.

O primeiro exemplar já claramente enquadrável neste período corresponde contudo a uma peça de tipo Schüle 4h (Schüle 1969: 271-280) ou Ponte 32 (Ponte 2006: 218-244), também ela já analisada anteriormente. Recordaremos contudo que esta peça conserva a ponte, peraltada e de secção poligonal, com molduras caneladas em ambas as extremidades, o descanso, de tendência triangular, e o característico apêndice caudal moldurado. O seu comprimento máximo é de 5,4cm para uma largura máxima de 4cm e uma espessura máxima da ordem dos 0,8cm.

O referido apêndice caudal, que constitui o elemento definidor deste grupo tipológico, mostra uma configuração particular que não se engloba em nenhuma das variantes definidas recentemente por J. Miguez (2014: Fig. 3), apresentando uma série de molduras pouco espessas rematadas superiormente por um elemento de tendência esférica achatada. A haste do apêndice prolonga-se para lá desse elemento, encontrando-se encimada por um pequeno disco.

As fíbulas do tipo em apreço são, como é sabido, francamente abundantes no território actualmente português, não parecendo relevante neste contexto referenciar todas as ocorrências conhecidas, e ainda recentemente inventariadas (Ponte 2006: 218-244; Miguez 2014). Haveria contudo a notar uma particular concentração deste tipo no Sudoeste Peninsular, também ela recentemente sublinhada por uma nova análise deste grupo tipológico (Miguez 2014).

O correcto enquadramento crono-cultural das fíbulas deste grupo tem sido objecto de diversas propostas divergentes, desde os que defendem a sua elevada antiguidade (Schüle 1969: 271-280; Ponte 2006: 218-244), aos que as colocam já numa fase avançada da Idade do Ferro (Berrocal-Rangel 1992: 137).

Contudo, e mais recentemente, uma revisão global deste grupo permitiu, a nosso ver de forma bastante definitiva, enquadrar as fíbulas deste tipo numa etapa já plenamente republicana, podendo o apogeu da difusão destas peças enquadrar-se entre os meados do século II e os finais do I a.n.e. (Miguez 2014), o que justifica a sua inclusão no presente estudo.

Quanto à segunda peça, que se inclui neste capítulo sob reserva dada a sua cronologia relativamente ampla (cf. *infra*), corresponde a um exemplar do chamado Tipo “Alésia”, enquadrável no Tipo 21, variante a1 de M. Feugère (1985: 299-311) ou no Tipo 41.1b/1 de S. da Ponte (2006: 343-353).

Do exemplar do OSM conservam-se a ponte, lisa e com a típica feição triangular das peças deste grupo, e parte do descanso, de tendência trapezoidal. A extremidade proximal da ponte, decorada com três ranhuras simples, apresenta uma configuração tubular, evidenciando que esta peça possuiria uma mola de charneira, como é de resto característico deste grupo. Esta mesma extremidade apresenta uma ranhura intermédia, necessária em função da mecânica das fíbula deste grupo, dotadas de fuzilhão livre (*idem*: 344). O comprimento máximo desta fíbula é de 6cm, para uma largura máxima de 2cm e uma espessura máxima de 2,4cm.

As fíbula de tipo “Alésia” são relativamente frequentes no actual território português (*idem*: 466-470), podendo assinalar-se a sua presença no povoado do Pedrão (Palmela) (*idem*: n. 212), nas Meas do Castelhinho (Almodôvar) (Miguez 2010: 46), em *Mirobriga* (Santiago do Cacém) (Ponte 2006: nn. 214, 219, 221 e 223), na área do Castelo de Sines (*idem*: n. 220) ou ainda na Cabeça de Vaia Monte (*idem*: nn. 208, 211, 218 e 225-6), para citar apenas os exemplos documentados no Sul do actual território nacional. O tipo específico documentado no OSM é, contudo, raro, registando-se uma única ocorrência da variante Ponte 41.1b/1 em Portugal, neste caso em Conimbriga (*idem*: n. 217).

Quanto à sua cronologia, e como ficou dito, a inclusão da peça em estudo no período romano-republicano não pode considerar-se de todo segura. Com efeito, as fíbula de Tipo “Alésia” apresentam uma ampla diacronia de uso que dificulta o correcto enquadramento crono-cultural de uma peça sem contexto como a que aqui nos ocupa.

Não obstante, optámos por incluí-la na presente análise na medida em que as origens tardo-republicanas das fíbula deste grupo se podem considerar cabalmente demonstradas, remontando o tipo em apreço aos meados do século I a.n.e. (Feugère 1985: 306; Ponte 2006: 347-9). A sua perduração ao longo de toda a centúria seguinte parece contudo igualmente bem documentada (*ibidem*; cf. tb. Miguez 2010: 46 e 91-2), pelo que é perfeitamente plausível que o exemplar do OSM se possa relacionar já com o horizonte alto-imperial desta necrópole.

7.2.6.2. Elementos de baixela: um *simpulum* de Tipo “Pescate” (Est. CXLII, n. 48)

Outro elemento significativo que pode atribuir-se com segurança ao período em apreço corresponde a um fragmento do cabo de um *simpulum* de bronze de pega horizontal, de tipo itálico, enquadrável no chamado Tipo “Pescate”, recolhido por M. Castoldi e M. Feugère no seu Tipo 1 (Castoldi/Feugère 1991).

Apesar de incompleto, o exemplar do OSM, com um comprimento máximo restituível de 19cm, uma largura máxima de 2cm e uma espessura máxima de 0,3cm, conserva com efeito algumas das características típicas das peças deste grupo, nomeadamente uma extremidade distal em gancho rematado por um prótomo zoomorfo, que no caso vertente caberia interpretar como correspondendo a um canídeo.

Este elemento encontra-se unido por uma haste de secção quadrangular a um tramo em forma de remo cujas margens laterais se encontram ressaltadas por duas ranhuras que lhe conferem um aspecto moldurado, decoração igualmente característica dos *simpula* deste grupo.

Infelizmente, o exemplar alcacerense não conserva a porção cilíndrica que uniria este tramo ao elemento de fixação que permitia por sua vez a união entre este cabo e o receptáculo correspondente, ou, alternativamente, a um segundo tramo de idêntica configuração que se uniria por sua vez ao mencionado receptáculo. Por esta razão não é possível precisar se a peça em apreço corresponderia a um exemplar binário do Tipo 1.A de M. Castoldi e M. Feugère (1991) ou se se trataria de uma peça mais complexa, ternária, englobável no Tipo 1.B definido pelos mesmos investigadores (*idem*). Apesar desta limitação, caberia assinalar que ambos os tipos citados se encontram bem representados nos conjuntos de época tardo-republicana peninsulares.

Com efeito, o Tipo 1.A encontra-se actualmente representado na Península Ibérica por um total de 25 exemplares (Mansel 2004; Erice Lacabe 2007; Azcárraga Cámara et al. 2014; Méndez Madrid 2015), havendo a notar uma presença significativa de exemplares deste tipo no actual território português

(Fabião 1999; cf. tb. Pereira 2021). Os *simpula* do Tipo 1.A estão com efeito presentes nas Mesas do Castelhinho (três exemplares), no Castelo Velho de Cobres (Castro Verde) (um exemplar), no Castelo da Lousa (Mourão) (um exemplar), no Castelo Velho de Veiros (Estremoz) (um exemplar) e na Cabeça de Vaiamonte (sete exemplares) (cf. Fabião 1999, com bibliografia; Pereira 2021).

O Tipo 1.B, embora menos bem representado nos conjuntos peninsulares, soma ainda assim um total de 18 exemplares (Mansel 2004; Erice Lacabe 2007; Aurrecoechea Fernández 2009; Azcárraga Cámara et al. 2014; Uroz Rodríguez 2015: 183), estando uma vez mais bem documentado no actual território nacional. Com efeito, conhecem-se peças deste tipo provenientes das Mesas do Castelhinho (um exemplar), da Cabeça de Vaiamonte (três exemplares), do Bombarral (um exemplar) e da Lomba do Canho (um exemplar) (cf. Fabião 1999, com bibliografia; Pereira 2021).

Como se pode apreciar pela enumeração precedente, os *simpula* do tipo em apreço surgem, no Ocidente Peninsular, essencialmente em contextos de povoado (Fabião 1999: 170), embora não se possa descartar que tal facto se deva ao quase total desconhecimento das necrópoles correspondentes às etapas iniciais do domínio romano. Note-se, por exemplo, que a ausência de elementos deste tipo na necrópole alcacerense, especificamente notada, com estranheza (e, acrescente-se, com notável intuição), por C. Fabião (*ibidem*), resultava afinal de uma incompleta publicação dos espólios ali exumados, lacuna agora suprida.

Finalmente, e no que diz respeito à sua cronologia, caberia assinalar que à luz dos dados disponíveis a cronologia de ambos os tipos citados se pode considerar *grosso modo* coincidente. Assim, os *simpula* deste tipo ter-se-ão desenvolvido durante o último quartel do século II a.n.e. e a sua utilização parece bem atestada pelo menos ao longo dos dois primeiros terços da centúria seguinte (cf. Castoldi/Feugère 1991; Fabião 1999; Mansel 2004; Azcárraga Cámara et al. 2014; Méndez Madrid 2015; Uroz Rodríguez 2015: 185).

7.2.6.3. Elementos de armamento: um conjunto de pontas de lança ou javalina (Est. CXLII, nn.49-54)

Finalmente, um último conjunto de elementos que pode atribuir-se, com razoável segurança, ao período em análise compõe-se de um grupo de folhas pertencentes a armas de arremesso, que pela sua tipologia se diferenciam do nutrido conjunto de lanças da Idade do Ferro do OSM e, de uma forma mais geral, das lanças pré-romanas peninsulares, cuja tipologia geral se encontra hoje em dia bastante bem estabelecida (Quesada Sanz 1997: 360-392).

As seis peças deste conjunto caracterizam-se pelas suas dimensões relativamente reduzidas, apresentando comprimentos máximos entre os 15,7 e os 25cm e larguras máximas entre os 2,1 e os 3,6cm. Morfologicamente apresentam alvados de secção circular proporcionalmente longos e folhas de configuração ovalada e secção lenticular ou ligeiramente losângica, desprovidas da nervura central que caracteriza a esmagadora maioria das lanças pré-romanas. A sua morfologia permite pensar que, mais do que a lanças, poderão ter pertencido a projecteis de tipo javalina.

Caberia assinalar que a adscrição cronológica destas peças à etapa romana republicana do OSM não se pode considerar absolutamente segura, já que, como é sabido, as lanças integram os inventários da necrópole praticamente desde os seus momentos iniciais (cf. Schüle 1969; Paixão 1983) e, na ausência de contextos primários para os exemplares em estudo, a sua particular morfologia poderia em última análise considerar-se um regionalismo.

Não obstante, julgamos que, apesar do incompleto conhecimento da morfologia das lanças e javalinas de Época Republicana no território peninsular, existem elementos de comparação significativos em contextos desse período que permitem sustentar a adscrição das peças analisadas aos momentos iniciais da presença romana no Ocidente Peninsular.

Assim, pode assinalar-se a presença de peças muito similares às do OSM nos acampamentos de Alésia (Ulbert 1984: 105), de Numância (Luik 2010: Fig. 2) e de Cáceres el Viejo (Ulbert 1984: Taf. 24, nn.181-3), bem como em Osuna, Sevilha, em contextos sem dúvida relacionados com algum dos vários

episódios bélicos ocorridos em torno à antiga *Urso* durante o período republicano (Quesada Sanz 2008b: 15 e Fig. 5B). Uma outra peça do mesmo tipo foi exumada na necrópole do Cerro de las Balas, em Sevilha (Nuñez Pariente de León/ Quesada Sanz 2000), constituindo pelo seu contexto funerário um paralelo particularmente relevante para as peças do OSM.

Já no que diz respeito ao actual território português, caberia referenciar a presença de um conjunto significativo de peças deste tipo na Cabeça de Vaiamonte, em Monforte, recolhidas no tipo II.B de T. R Pereira (2014). Note-se que se trata, uma vez mais, de um sítio onde a presença de contingentes militares romanos parece mais que provável (Fabião 1998a; Pereira 2014). Outros exemplares foram exumados nos sítios do Pedrão (Silva/ Soares 1973: Est. VI) e de Chibanes (Soares *et al.* 2019b: Fig. 9), ambos em Palmela, cujas ocupações romano-republicanas, de natureza porventura também militar, são igualmente bem conhecidas.

Considerando estes paralelos, parece poder afirmar-se que os projecteis do tipo em apreço se encontram já presentes na panóplia armamentícia na transição para o último terço do século II a.n.e., como atesta a sua presença em Numância (Luik 2010), conhecendo uma difusão apesar de tudo significativa já durante a centúria seguinte, alcançando pelo menos a época cesariana.

7.3. O significado dos materiais republicanos do Olival do Senhor dos Mártires

7.3.1. Significado cronológico

Como mencionámos acima, a análise do material romano republicano do OSM desenvolvida neste capítulo cumpre um duplo objectivo: por um lado, aferir da sua integração cronológica e, por outro, discutir a sua possível funcionalidade e o seu contexto de uso. Começando pela questão da cronologia e do faseamento do material estudado, impõem-se certas observações.

Em primeiro lugar, deve notar-se que o material aqui analisado sugere que o sítio se incorporou na órbita de Roma numa data relativamente precoce, concretamente em meados ou pelo menos no terceiro quartel do século II a.n.e.. As ânforas acima apresentadas, juntamente com a cerâmica campaniense da classe A e pelo menos alguns dos unguentários, parecem apontar nesse sentido, demonstrando, pelo menos, a existência de uma frequência mais ou menos importante deste espaço funerário numa fase precoce do período romano republicano do Ocidente Peninsular.

Devemos contudo sublinhar que esta afirmação se sustenta, neste caso, em materiais sem coordenadas contextuais específicas, facto que impede o estudo das suas associações, diminuindo em consequência o seu potencial informativo. Deve contudo assinalar-se que esta leitura não destoa da interpretação dos dados oferecidos pelos contextos republicanos do povoado, e concretamente da cerâmica campaniense ali recolhida, recentemente estudada em profundidade (Soria 2018: 184-213).

Aparte desta discussão sobre o início da fase republicana da necrópole, questão em relação à qual pouco mais se pode avançar neste momento, podemos aqui assinalar uma segunda observação resultante do estudo integral do material aqui analisado: o facto de, ao que tudo indica, o uso da área da necrópole ter sido contínuo ao longo de todo o período romano republicano.

A ponderação dos dados cronológicos oferecidos pelo material estudado não parece com efeito suportar a existência de qualquer hiato significativo entre a segunda metade do século II a.n.e. e a viragem da era, sugerindo pelo contrário uma tendência de continuidade que, em certa medida, permite estabelecer um elo – ainda que ténue – com a fase alto-imperial que também se encontra documentada nesta área (Gomes 2013b; Pereira 2013; Viegas 2014).

Como forma de clarificar a natureza e o significado desse uso continuado da área do OSM devemos agora centrar-nos na análise funcional do material apresentado nas páginas precedentes.

7.3.2. Significado funcional

Como tivemos oportunidade de sugerir na introdução deste capítulo, a interpretação funcional da fase republicana do OSM não é totalmente evidente. Apesar da presença bem atestada de sepulturas da II Idade do Ferro (v. *supra*) e do Alto Império, parece pouco prudente extrapolar simplesmente o uso *strictu sensu* funerário documentado nesses períodos para a etapa romana republicana sem considerar as características intrínsecas dos materiais deste período.

Primeiro deve considerar-se a questão da cerâmica campaniense. A sua presença num contexto funerário é excepcional no Ocidente Peninsular, onde as necrópoles republicanas continuam a ser francamente mal conhecidas, mas deve notar-se que a sua incorporação nos repertórios funerários deste período se encontra bem atestada na área ibérica do Sudeste e Levante peninsular (Cuadrado 1981; García Cano et al. 1989; Jiménez Díez 2006: 69-70; para a Baixa Andaluzia, v. tb. Núñez Pariente de León/ Quesada Sanz 2000: 197-200) e também marginalmente nalguns contextos funerários com raízes púnicas, como Villaricos-Baria (Astruc 1951; Almagro Gorbea 1984: 213-214).

Na ausência de informação contextual específica é difícil precisar se estes recipientes, claramente destinados ao serviço e consumo de comida e especialmente de bebida, se depositaram na necrópole como oferendas funerárias, o que implicaria a presença de sepulturas cronologicamente pertencentes ao período romano republicano, ou se, pelo contrário, constituem os restos de banquetes e libações rituais, função que não implicaria necessariamente novas deposições funerárias, já que os mesmos se poderiam realizar em honra dos antepassados (pré-romanos), já sejam eles individuais e concretos ou colectivos e genéricos.

A informação que podemos extrair das ânforas não permite obviar esta ambiguidade interpretativa. De facto, e apesar da presença dos recipientes comentados sugerir o consumo *in situ* de preparados de peixe (no caso da ânfora T.7.4.2.1) e de vinho (no caso da ânfora greco-italica), o que seria consistente com a prática de *symposia* funerários (Jiménez Díez 2006: 88), esse facto não exclui a realização de enterramentos neste período, especialmente quando consideramos que o uso de ânforas como material de construção em sepulturas de cronologia republicana se encontra bem atestado noutros contextos (*idem*: 83).

Esta ambiguidade não parece contudo extensível aos unguentários. Estes elementos encontram-se abundantemente documentados em sepulturas de cronologia republicana, com particular incidência no mundo ibérico (Cuadrado 1977-8: 396-398; 1981: 63; Jiménez Díez 2006: 70), bem como nos sítios com raízes coloniais, sejam elas gregas (como no caso de Ampúrias – Almagro Basch 1953) ou púnicas (por exemplo, Cádiz [Muñoz Vicente 1987], Carmona [Belén Deamos 1982], Gibralfaro [Martín Ruiz/ Pérez-Malumbre Landa 1999: Fig. 15], Puente de Noy [Molina Fajardo/ Bañón 1983] e Villaricos [Almagro Gorbea 1984]). A sua função como oferendas funerárias parece, neste caso, indisputável, dando continuidade a uma tradição de uso de substâncias aromáticas nos rituais funerários que remonta ao período “orientalizante” (López Rosendo 2005; Gomes 2015b).

Assim, e na nossa opinião, a presença destes pequenos recipientes sugere fortemente que o OSM albergou, durante o período romano republicano, novas deposições funerárias, facto que arroja uma nova luz sobre o restante material cerâmico antes referenciado. Obviamente, a prática de banquetes funerários não pode excluir-se, mas caso os mesmos tenham efectivamente tido lugar, parece-nos mais provável que se tenham celebrado durante cerimónias propriamente funerárias ou, pelo menos, em honra de antepassados muito mais próximos no tempo do que os remotos antecessores pré-romanos da comunidade local.

O material metálico vem, por outro lado, reforçar esta hipótese. Com efeito, e ainda que a presença do *simpulum* antes analisado se possa também ela explicar em função de outras práticas de natureza não necessariamente funerária, a existência de elementos de indumentária e armamento parece pelo contrário coadunar-se melhor com a existência de verdadeiros depósitos funerários do que com outras funções que poderiam propor-se para este espaço (*ibidem*). Não obstante, caberia salientar que a presença do referido *simpulum* reforça a hipótese de um ritual funerário fortemente marcado por rituais de banquete e comensalismo.

Estampa CXL – Cerâmica de verniz negro itálica - produções napolitanas (1-7) e de Cales/ Teano (8-19).

Estampa CXLI – Cerâmica de verniz negro de tipo itálico com pastas cinzentas (20-22); fragmentos de ânforas itálicas (23-25) e norte-africana (26); unguentários (27-44).

Estampa CXLII – Materiais Republicanos: Terracota helenística (45), fíbulas (46-47), simpulum (48) e pontas de lança ou javalina (49-54).

7.4. A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires durante a Época Romana Republicana

Tendo considerado as implicações cronológicas e funcionais dos materiais republicanos da necrópole, concluímos que existem argumentos significativos a favor da hipótese de um uso continuado do OSM como espaço funerário durante o período romano republicano, ao que tudo indica em continuidade com a ainda mal caracterizada fase que medeia entre os meados do século IV e os meados do II a.n.e. (cf. Gomes 2018c).

Deve contudo notar-se que o volume global do material estudado aqui não sugere um uso particularmente intenso do OSM durante esta etapa, facto que seguramente contribuiu para a escassa definição desta fase de utilização da necrópole.

Quanto à restituição das práticas, rituais e da própria paisagem funerária do período em apreço, pouco é o que se pode dizer, devido precisamente à falta de evidências contextuais e de quaisquer indicações relativas à escavação de sepulturas republicanas preservadas. Podem ainda assim ensaiar-se algumas observações finais.

No que ao ritual funerário diz respeito, subsistem poucas dúvidas de que a larga tradição crematória da necrópole se manteve dominante durante o período romano republicano. Além do facto de a incineração corresponder ao tratamento funerário mais habitual nos contextos propriamente romanos desta fase (Abad Casal 2003: 78), o uso continuado deste ritual está bem atestado em todas aquelas áreas da Península Ibérica onde predominara durante a II Idade do Ferro, com destaque para o mundo ibérico (Abad Casal 2003: 81-91; Jiménez Díez 2006: 74).

Quanto à arquitectura funerária, não temos qualquer evidência directa do tipo de estrutura que poderá ter albergado as deposições funerárias deste período. Este facto em si mesmo poderia sugerir uma falta de monumentalidade que, por outro lado, seria consistente com o panorama conhecido para a II Idade do Ferro, período no qual as sepulturas, apesar de mal conhecidas, parecem ter sido francamente simples, correspondendo a fossas pouco profundas escavadas no terreno (Correia 1928). A sua natureza superficial e a falta de superestruturas protectoras elaboradas explicam porque é que os conjuntos funerários deste período foram particularmente afectados pelos trabalhos agrícolas que conduziram à descoberta do sítio no século XIX.

A possibilidade de que as deposições republicanas se tenham realizado em estruturas de natureza idêntica poderia também ajudar a explicar a má preservação dos contextos atribuíveis a este período e, conseqüentemente, a dispersão do material. Esta hipótese parece também consistente com a informação recolhida nalgumas necrópoles ibéricas que continuaram a ser utilizadas durante esta etapa, como a de El Cigarralejo, onde as sepulturas republicanas correspondem a fossas pouco profundas protegidas apenas por alguns blocos pétreos e desprovidas de qualquer superestrutura ou sinalização (Cuadrado 1987: 44).

Quanto aos contentores funerários, é difícil afirmar se terão existido e, em caso positivo, qual seria a sua tipologia específica. A falta de urnas de cronologia especificamente republicana poderia ver-se como um argumento contra a hipótese que temos vindo a discutir, mas o facto é que é perfeitamente possível que os recipientes usados durante este período emulem simplesmente os tipos tradicionais locais em uso antes da conquista romana.

Uma tal situação não seria de todo excepcional, já que a continuidade das urnas de tipologia pré-romana se encontra bastante generalizada em outras áreas culturais durante o período republicano (Jiménez Díez 2006: 70-71), para não mencionar o seu uso mesmo nos espaços funerários de colónias romanas recém-fundadas (Vaquerizo 1999: 221; García Prosper *et al.* 2002-2003), mas só o estudo continuado das cerâmicas comuns e pintadas poderá ajudar a superar esta incógnita.

Já no que aos gestos funerários diz respeito, é também pouco o que se pode acrescentar às considerações que tivemos oportunidade de expor a propósito da funcionalidade do material estudado nestas páginas. Os enterramentos foram, pelo menos nalguns casos, acompanhados de perfumes e/ou unguentos, que sem dúvida desempenharam um papel na preparação do cadáver e nos rituais de cremação, tal como sugere a presença dos unguentários (Anderson-Stojanović 1987). Por outro lado, o

uso de substâncias aromáticas no contexto dos rituais funerários está atestado no OSM desde os inícios da Idade do Ferro (Gomes 2015b), podendo esta prática concreta marcar um nexo de continuidade com as fases precedentes da necrópole.

A prática de oferendas comunitárias e/ou de banquetes funerários parece também muito provável à luz da presença da cerâmica campaniense, das ânforas e do *simpulum* antes analisados. Uma vez mais, não se trata propriamente de uma novidade no contexto da necrópole, estando também bem atestada já desde a I Idade do Ferro (Correia 1928; Cardoso/ Arruda 2016). Esta prática parece ter-se prolongado ao longo de toda a diacronia de uso sidérica da necrópole, como sugerem outros elementos, entre os quais se poderia destacar o conjunto de cerâmica ática comentado acima (cf. Rouillard et al. 1988-9; Gomes 2017b).

De igual modo, o uso de fíbulas como parte da indumentária fúnebre não constitui também ele uma novidade, sendo prática corrente na necrópole, uma vez mais, desde a I Idade do Ferro, tendência que por sinal se terá acentuado já durante a segunda metade do I milénio a.n.e., notando-se uma forte predominância dos tipos anulares hispânicos no conjunto das fíbulas ali recolhidas (v. supra; cf. tb. Ponte 1985a).

Finalmente, a deposição de armas, e particularmente de armas de haste, escassamente documentada no registo funerário de Época Romana Republicana (cf. Nuñez Pariente de León/ Quesada Sanz 2000), constitui no caso do OSM um nexo mais de continuidade com as práticas e discursos funerários do período precedente, onde o armamento, e em particular as lanças, ocuparam desde os momentos iniciais da necrópole um lugar francamente destacado (cf. Schüle 1969; Paixão 1983), como ficou dito acima, prática que se prolonga até às fases mais recentes da ocupação sidérica do OSM (Gomes 2018c).

Assim, de acordo com os materiais aqui estudados, o aspecto predominante das práticas funerárias da necrópole do OSM durante a fase republicana parece ser a sua marcada continuidade com as tradições locais. Com efeito, e ainda que muitos aspectos específicos continuem por apurar, a impressão que se obtém do conjunto estudado neste capítulo é a de que os novos elementos de cultura material introduzidos com a presença romana foram aqui incluídos em práticas profundamente enraizadas na tradição local.

Apesar das reservas interpretativas resultantes da falta de boas coordenadas contextuais, parece-nos que os poucos elementos de juízo disponíveis sugerem que na necrópole de Alcácer do Sal, como em tantas outras em diferentes áreas da Península Ibérica, o período republicano se caracterizou por aquilo que se designou já como uma “Romanização Material” (Fuentes Domínguez 1992: 589-590), no contexto da qual os novos elementos importados foram organicamente incorporados na evolução em curso de práticas de cariz eminentemente local.

Aqui, como em muitos outros contextos (*ibidem*: 591), o verdadeiro impacto ideológico do poder romano só se fará sentir na esfera funerária com o advento do Principado de Augusto, coincidindo com a transferência do centro de gravidade da necrópole para a área adjacente da Azinhaga do Senhor dos Mártires.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (1994) – *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*. Lisboa: Fundação Banco Comercial Português.
- AA.VV. (1996) – *De Ulisses a Viriato. O Iº Milénio a.C.*. Lisboa: MNA.
- AA.VV. (2002) – *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: MNA.
- AA.VV. (2009) – *O Tempo do Risco. Carta Arqueológica de Sesimbra*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.
- ABAD CASAL, L. (2003) - El tránsito funerario. De las formas y ritos ibéricos a la consolidación de los modelos romanos. In: ABAD CASAL, L. (ed.), *De Iberia in Hispaniam: la adaptación de las sociedades ibéricas a los modelos romanos*. Alicante: Universidad de Alicante. p. 75-100.
- ABAD CASAL, L. & SALA SELLÉS, F. (1993) – *El poblado ibérico de El Oral: (San Fulgencio, Alicante)*. Valencia: Diputación de Valencia.
- ABÁSOLO, J.-A., RUIZ VÉLEZ, I. & RODRÍGUEZ, A. (2003-2004) – El conjunto arqueológico de Alto de Rodilla (Monasterio de Rodilla, Burgos). *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Madrid. 69-70, p. 115-146.
- ACQUARO, E. (1977) – *Amuleti egiziani ed egittizzanti del Museo nazionale di Cagliari*. Roma: CNR.
- ADROHER, A. Mª. & LÓPEZ MARCOS, A. (1995) - Las cerámicas de barniz negro, I. Cerámicas áticas y protocampanienses. *Florentia Iliberritana*. Granada. 6, p. 11-53.
- ALARCÃO, J. de (1975) – *Fouilles de Conimbriga - V - La céramique commune locale et régionale*. Paris: Mission Archéologique Française au Portugal.
- ALARCÃO, J. de & DELGADO, Manuela (1969) – *Catálogo do Gabinete de Numismática e Antiguidades*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional/ Biblioteca Nacional de Lisboa.
- ALBERGARIA, J. & MELRO, S. (2013) – *Ocupação Proto-Histórica na margem esquerda do Guadiana*. Beja: EDIA.
- ALCALÁ-ZAMORA, L. (2003) – *La necrópolis Ibérica de Pozo Moro*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- ALFARO, C. (1986) – El hilado y el tejido antiguo en el simbolismo del puteal. In: *Coloquio sobre el Puteal de la Moncloa*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional. p. 171-180.
- ALFAYÉ, S. (2010) – Nails for the dead: a polysemic account of an ancient funerary practice. In: GORDON, R. & MARCO, F. (eds.), *Magical practices in the Latin West*. Leiden: Brill. p. 427-456.
- ALMAGRO BASCH, M. (1940) – El hallazgo de la Ría de Huelva y el final de la Edad del Bronce en el Occidente de Europa. *Ampurias*. Barcelona. II, p. 85-143.
- ALMAGRO BASCH, M. (1953) – *Las necrópolis de Ampurias. Vol. I: Necrópolis griegas*. Barcelona: Seix y Barral.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín (1977) – *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín (1993) – La introducción del hierro en la Península Ibérica. Contactos precoloniales en el período protoorientalizante. *Complutum*. Madrid. 4, p. 81-94.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín (1998) – “Precolonización” y Cambio Socio-Cultural en el Bronce Atlántico. In: JORGE, S. O. (ed.), *Existe uma Idade do Bronze Atlântica?* Lisboa: IPA. p.81-100.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín (2008a) – Joyería. In: ALMAGRO-GORBEA, Martín (dir.), *La necrópolis de Medellín. La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 371-386.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín (2008b) – Objetos de bronce menores. In: ALMAGRO-GORBEA, Martín (dir.), *La necrópolis de Medellín. La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 558-561.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín (2008c) – Cuentas de collar y botones. In: ALMAGRO-GORBEA, Martín (dir.), *La necrópolis de Medellín. La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 395-399.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín (2008d) – Objetos de marfil y hueso. In: ALMAGRO-GORBEA, Martín (dir.), *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 401-512.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín (dir.) (2008e) – *La necrópolis de Medellín. I. La excavación y sus hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín & LORRIO, A. (2015) – Nuevas joyas fenopúnicas de Villaricos. *Rivista di Studi Fenici*. Roma. XLIII, p. 67-90.

- ALMAGRO-GORBEA, Martín, MEDEROS, A. & TORRES ORTIZ, M. (2008) – Cerámica de barniz rojo. ALMAGRO-GORBEA, Martín (dir.), *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 593-622.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín & MONEO, T. (2000) – *Santuarios urbanos en el mundo Ibérico*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín & TORRES ORTIZ, M. (2008) – Cerámica a mano. In: ALMAGRO-GORBEA, M. (dir.), *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 734-748.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín & TORRES ORTIZ, M. (2009a) – La colonización de la costa atlántica de Portugal: ¿Fenicios o Tartesios? In: *Actas do X Colóquio sobre Línguas e Culturas Paleohispânicas*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”. p. 113-142.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín & TORRES ORTIZ, M. (2009b) – Los escarabeos fenicios de Portugal. Un estado de la cuestión. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 521-554.
- ALMAGRO GORBEA, María José (1984) – *La necrópolis de Baria (Almería): campañas de 1975-1978*. Madrid: Ministerio de Cultura.
- ALMAGRO GORBEA, María José (1986) – *Orfebrería fenicio-púnica*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional.
- ALMEIDA, Cláudia, BRITO, J. P. de & MELO, P. (2007) – *Normas de Inventário: Tecnologia Têxtil*. Lisboa: IPM.
- ALMEIDA, Fernando d' & FERREIRA, O. da V. (1967) – Fechos e placas de cinturão, hallstáticos, encontrados em Portugal. *O Archeologo Português*. Lisboa. S.3, 1, p. 81-95.
- ALMEIDA, José António Ferreira de (1953) – Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal. *O Archeólogo Português*. Lisboa. S.2:2, p. 208.
- ALMEIDA, Júlia F. de & ARAÚJO, L. M. de (2009) – Escaravelhos Egípcios em Portugal. *Cadmo*. Lisboa. 19, p. 97-130.
- ALVES, C. (2010) – *A Cerâmica Campaniense de Mesas do Castelinho*. Tese de Mestrado apresentada à Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- ALVES, C., MATALOTO, R. & SORIA, V. (2014) – As produções de imitação da campaniense itálica em pasta cinzenta no Sul do território actualmente português. In: MORAIS, R., FERNÁNDEZ, A. & SOUSA, M.^a J. (eds.), *As produções cerâmicas de imitação na Hispânia*. *Actas do II Congresso Internacional da SECAH – EX OFFICINA HISPANA*. Porto: Universidade do Porto. p. 165-176.
- AMADASI GUZZO, M.^a G. & ZAMORA LÓPEZ, J. Á. (2008) – Un ostracon phénicien de Tavira. *Vicino Oriente*. Roma. XIV, p. 231-240.
- ANDERSON-STOJANOVIĆ, V. (1987) – The Chronology and Function of Ceramic Unguentaria. *American Journal of Archaeology*. Boston. 91, p. 105–122
- ANTUNES, Ana Sofia (2010) – *Um conjunto cerâmico da Azougada. Em torno da Idade do Ferro Pós-Orientalizante da margem esquerda do Baixo Guadiana*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- ANTUNES, Ana Sofia (2017) – A Azougada (Moura) e o sistema metrológico da Idade do Ferro Pós-Orientalizante do Baixo e Médio Guadiana. In: ARNAUD, J. M. & MARTINS, A. (eds.), *Arqueologia em Portugal 2017 – estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 907-928.
- ANTUNES, Ana Sofia, DEUS, M. de, ESTRELA, S., LARRAZÁBAL GALARZA, J., SOARES, António Manuel Monge & SALVADOR MATEOS, R. (2017) – Monte do Bolor 3, Monte do Pombal 2, Salsa 3 e Torre Velha 3: contextos de planície da I Idade do Ferro do Alentejo Interior. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.), *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística e Arqueológica de Mérida. p. 159-185.
- ANTUNES, Miguel Telles (1983) – *Carta Geológica de Portugal na Escala 1:50000: notícia explicativa da Folha 39C – Alcácer do Sal*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- AQUILUÉ ABADÍAS, X., GARCÍA ROSELLÓ, J. & GUITART DURAN, J. (coords.) (2000) – *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I a.C.: Centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica*. Mataró: Museu de Mataró.
- ARANEGUI, C. (1969) – La cerámica gris de los poblados valencianos. *Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*. Valencia. VI, p. 113-131.
- ARANEGUI, C. (1980) – Contribución al estudio de las urnas de tipo Cruz del Negro. *Saguntum*. Valencia. 15, p. 99-105.

- ARANEGUI, C., JODIN, A., LLOBREGAT, E., ROUILLARD, P. & UROZ, J. (1993) – *La nécropole ibérique de Cabezo Lucero (Guardamar del Segura, Alicante)*. Madrid: Casa de Velázquez.
- ARAÚJO, L. M. de (2001) – Bés. In: ARAÚJO, L. M. de (dir.), *Dicionário do Antigo Egipto*. Lisboa: Caminho. p. 150.
- ARCELIN, P. (1978) – Note sur les céramiques a vernis noir tardives en Provence Occidentale. In: MOREL, J. P. (coord.), *Journées d'étude de Montpellier sur la céramique campanienne*. Archéologie en Languedoc. Montpellier : Fédération Archéologique de l'Hérault. p. 105-125.
- ARGENTE OLIVER, J. L. (1994) - *Las Fíbulas de la Edad del Hierro en la Meseta Oriental. Valoración tipológica, cronológica y cultural*. Madrid: Ministério de Cultura.
- ARGENTE OLIVER, J. L., DÍAZ DÍAZ, A. & BESCÓS CORRAL, A. (2001) – *Tiermes V: Carratiermes, necrópolis celtibérica*. Valladolid: Junta de Castilla y León.
- ARRIBAS, A., TRÍAS, G., CERDÀ, D. & de HOZ, J. (1987) – *El Barco de El Sec (Calvià, Mallorca)*. Estudio de los materiales. Calvià: Ajuntament de Calvià.
- ARRIBAS, A. & WILKINS, J. (1969) – La necrópolis fenicia del Cortijo de las Sombras (Frigiliana, Málaga). *Pyrenae*. Barcelona. 5, p. 185-244.
- ARRUDA, A. M. (1993) – A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão Fenícia para a fachada Atlântica peninsular. *Estudos Orientais*. Lisboa. IV, p. 193-214.
- ARRUDA, A. M. (1995) – Panorama das importações áticas em Portugal. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 13:1, pp.129-154.
- ARRUDA, A. M. (1996) – Particularidades, especificidades e regularidades na Idade do Ferro do Sul de Portugal: aproximação a um modelo explicativo. In: VILLAR, F., & ENCARNACÃO, J. de (eds.), *La Hispania Prerromana. Actas del VI Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*. Salamanca: Universidad de Salamanca. p. 37-50.
- ARRUDA, A. M. (1997) – *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim*. Lisboa: Colibri.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra.
- ARRUDA, A. M. (2001) – A Idade do Ferro pós-orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4: 2, p. 207-291.
- ARRUDA, A. M. (2005a) – Orientalizante e Pós-Orientalizante no Sudoeste Peninsular. *Geografias e Cronologias*. In: CELESTINO PÉREZ, S. & JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coords.) – *El Período Orientalizante*. Madrid: CSIC. p. 277-304.
- ARRUDA, A. M. (2005b) – O 1º Milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 23, p. 9-156.
- ARRUDA, A. M. (2005c) – Ânforas R1 em Portugal. In: *Atti del V Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*. Palermo: Università degli Studi di Palermo. p. 1311-1318.
- ARRUDA, A. M. (2006) – Cerâmicas gregas encontradas em Portugal. In: PEREIRA, Mª. H. da R. & ARRUDA, A. M. (coord.), *Vasos Gregos em Portugal – Aquém das Colunas de Hércules*. Lisboa: MNA. p. 135-140.
- ARRUDA, A. M. (2008) – Estranhos numa terra (quase) estranha: os contactos pré-coloniais no Sul do território actualmente português. In: CELESTINO, S., RAFEL, N. & ARMADA, X.-L. (eds.), *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e.)*. La precolonización a debate. Madrid: CSIC. p. 355-370.
- ARRUDA, A. M. (2009) – Os espaços funerários e a construção de novas entidades sociais e culturais do Extremo Ocidente europeu (1º milénio a.n.e.). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 513-520.
- ARRUDA, A. M. (2011) – Indígenas, fenícios y tartésicos en el occidente peninsular: mucha gente, poca tierra. In: ÁLVAREZ MARTÍ-AGUILAR, M. (ed.), *Fenicios en Tartessos: nuevas perspectivas*. Oxford: Archaeopress. p. 151-160.
- ARRUDA, A. M. (2014) – A Oeste tudo de novo. Novos dados e outros modelos interpretativos para a orientalização do território português. In: ARRUDA, A. M. (ed.), *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar (2)*. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos. Lisboa: UNIARQ. p. 513-535.
- ARRUDA, A.M. (2016) – O touro da necrópole de Cinco Réis 8 (Beja, Portugal). *Rivista di Studi Fenici*. Roma. XLIV, p. 371-380.

- ARRUDA, A. M. (2017) – A Idade do Ferro Orientalizante no Vale do Tejo: as duas margens do mesmo rio. In: CELESTINO PÉREZ, S. & RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (eds.), *Territorios comparados: los valles del Guadalquivir, del Guadiana y del Tajo en Época Tartésica*. Madrid: CSIC. p. 283-294.
- ARRUDA, A. M. (2019) – A cerâmica grega de época arcaica do território actualmente português. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 92, p. 19-25.
- ARRUDA, A. M. & ALMEIDA, R. R. de (1998) – As ânforas de tipo Mañá C em Portugal. In: *Atti del V Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*. Marsala-Palermo: Università degli Studi di Palermo. p. 1319-1328.
- ARRUDA, A. M. & ALMEIDA, R. R. de (1999) – As importações de vinho itálico para o território português. Contextos, cronologias e significado. In: Gorges, J.-G. & Rodríguez Martín, F. G. (eds.), *Économie et territoire en Lusitanie Romaine*. Madrid, Casa de Velázquez, p. 307-337.
- ARRUDA, A. M., BARBOSA, R., GOMES, Francisco B. & SOUSA, E. de (2017c) – La necrópole de Vinha das Calças 4 (Trigaches, Beja, Portugal) et le monde funéraire de l'Âge du Fer à l'intérieur sud du Portugal. In: ADROIT, S. & GRAELLS, R. (eds.), *Architectures funéraires et mémoire: la gestion des nécropoles en Europe occidentale (Xe-IIIe siècles av. J.-C.)*. Venosa: Osanna Edizioni. p. 95-107.
- ARRUDA, A. M., BARBOSA, R., GOMES, Francisco B. & SOUSA, E. de (2017d) – A necrópole da Vinha das Calças (Beja, Portugal). In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.), *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística e Arqueológica de Mérida. p. 187-225.
- ARRUDA, A. M., BARGÃO, P. & SOUSA, E. de (2005) – A ocupação pré-romana de Faro: alguns dados novos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, p. 177-208.
- ARRUDA, A. M., BARROS, Pedro & LOPES, V. (1998) – Cerâmicas áticas de Mértola. *Conímbriga*. Coimbra. 37, p. 122-149.
- ARRUDA, A. M. & CARDOSO, João Luís (2013) – A ocupação da Idade do Ferro da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 731-754.
- ARRUDA, A. M. & CARDOSO, João Luís (2015) – A necrópole da Idade do Ferro do Vale da Palha (Calhariz, Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22, p. 301-314.
- ARRUDA, A. M., CARRETERO POBLETE, P. A., FREITAS, V. T. de, SOUSA, E., BARGÃO, P., LOURENÇO, P. & OLIVEIRA, C. F. (2009) – Castro Marim: un santuario en la desembocadura del Guadiana. In: MATEOS CRUZ, P. & CELESTINO PÉREZ, S. (eds.), *Santuarios, oppida y ciudades: arquitectura sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental*. Madrid: CSIC. p. 79-88.
- ARRUDA, A. M. & CELESTINO PÉREZ, S. (2009) – Arquitectura Religiosa en Tartessos. In: MATEOS CRUZ, P. & CELESTINO PÉREZ, S. (eds.), *Santuários, oppida y ciudades. Arquitectura religiosa en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental*. Madrid: CSIC. p. 29-77.
- ARRUDA, A. M., COVANEIRO, J. & CAVACO, S. (2008) – A Necrópole da Idade do Ferro do Convento da Graça, Tavira. *Xelb*. Silves. 8, p. 117-135.
- ARRUDA, A. M., FREITAS, V. T. de & OLIVEIRA, C. F. (2007) – Os Fenícios e a urbanização no Extremo Ocidente: o caso de Castro Marim. In: LÓPEZ CASTRO, J. L. (ed.), *Las ciudades feniciopúnicas en el Mediterráneo Occidental*. Madrid: CEFYP. p. 459-482.
- ARRUDA, A. M., FREITAS, V. T., VALLEJO SÁNCHEZ, J. I. (2000) – As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3:2, p. 25-59.
- ARRUDA, A. M., GUERRA, A. & FABIÃO, C. (1995) – O que é a IIª Idade do Ferro no Sul de Portugal? *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35:2, p. 237-257.
- ARRUDA, A. M. & LOPES, M^a. C. (2012) – Dois vasos gregos da necrópole do Cerro Furado (Baleizão, Beja – Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. V, 2, p. 401-415.
- ARRUDA, A. M., LOURENÇO, P. & LIMA, J. (2015) – Bronces fenicios en Portugal: a propósito del hallazgo de un jarro piriforme en la necrópolis do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.), *Phoenician Bronzes in the Mediterranean*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 447-456.
- ARRUDA, A. M., PEREIRA, C., PIMENTA, J., SOUSA, E. de, MENDES, H. & SOARES, R. (2016) – As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). *CuPAUAM*. Madrid. 42, p. 79-101.
- ARRUDA, A. M. & SOUSA, E. de (2013) – Ânforas Republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal). *SPAL*. Sevilha. 22, 101-141.

- ARRUDA, A. M., SOUSA, E. de, BARRADAS, E., BATATA, C., DETRY, C. & SOARES, R. (2017b) – O Cabeço Guião (Cartaxo – Portugal): um sítio da Idade do Ferro do Vale do Tejo. In: CELESTINO PÉREZ, S. & RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (eds.), *Territorios comparados: los valles del Guadalquivir, del Guadiana y del Tajo en Época Tartésica*. Madrid: CSIC. p. 319-361.
- ARRUDA, A. M., SOUSA, E. de, FERREIRA, M., LOURENÇO, P. & CARVALHO, A. (2021) – *El Orientalizante en Portugal. Nuevos datos de Alcácer do Sal*. Barcelona: Edicions Bellaterra.
- ARRUDA, A. M., SOUSA, E. de, PIMENTA, J., MENDES, H. & SOARES, Rui Monge (2014) – Alto do Castelo's Iron Age Occupation (Alpiarça, Portugal). *Zephyrus*. Salamanca. LXXIV, p. 143-155.
- ARRUDA, A. M., SOUSA, E. de, PIMENTA, J., SOARES, R. & MENDES, H. (2017a) – Fenícios e indígenas em contacto no Estuário do Tejo. *Ophiussa*. Lisboa. 1, p. 79-90.
- ARTHUR, M^a. de L. C. (1952) – Necrópolis de Alcácer-do-Sal (Colección del Prof. Dr. Francisco Gentil). In: *Crónica del II Congreso Arqueológico Nacional*. Zaragoza: Institución “Fernando El Católico”. p. 369-380.
- ASTRUC, M. (1951) – Sobre un elemento poco conocido de los ajuares funerarios púnicos. *Cuadernos de Historia Primitiva*. Madrid. 1, p. 57-67.
- ASTRUC, M. (1952) – *La necrópolis de Villaricos*. Madrid: Ministerio de Educación Nacional.
- ASTRUC, M. (1957) – Exotisme et localisme. Étude sur les coquilles d'œufs d'Autriche décorées d'Ibiza. *Archivo de Prehistoria Levantina*. Valencia. VI, p. 47-112.
- AUBET, M.^a E. (1975) – *La necrópolis de Setefilla en Lora del Río, Sevilla*. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.
- AUBET, M.^a E. (1978a) – La cerámica a torno de la Cruz del Negro. *Ampurias*. Barcelona. XXXVIII-XL, p. 267-287.
- AUBET, M.^a E. (1978b) – *La necrópolis de Setefilla en Lora del Río, Sevilla (Túmulo B)*. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.
- AUBET, M.^a E. (1984) – La aristocracia tartésica durante el período orientalizante. *Opus*. Firenze. 3:2, p. 445-468.
- AUBET, M.^a E. (2009) – *Tiro y las Colonias Fenicias de Occidente*. Barcelona: Edicions Bellaterra.
- AUBET, M.^a E. (2012) – El barrio comercial fenicio como estrategia colonial. *Rivista di Studi Fenici*. Roma. XL, p. 221-236.
- AUBET, M.^a E., MASS-LINDEMANN, C. & SCHUBART, H. (1975) – Chorreras. Eine phönizische Niederlassung östlich der Algarrobo-Mündung. *Madridrer Mitteilungen*. Madrid. 16, p. 137-158.
- AUBET, M. E., CARMONA, P., CURIÀ E., DELGADO, A., FERNÁNDEZ CANTOS, A. & PÁRRAGA, M. (1999) – *Cerro del Villar. I: El Asentamiento Fenicio en la Desembocadura del Río Guadalquivir y su Interacción con el Hinterland*. Sevilla: Junta de Andalucía.
- AURRECOECHEA-FERNÁNDEZ, J. (2009) – Vajilla metálica de Época Romana en la región central de Hispania (actuales CC.AA. de Madrid y Castilla-La Mancha). *Sautuola*. Santander. XV, p. 327-348.
- AZCÁRRAGA CÁMARA, S., BAQUEDANO PÉREZ, E., MÄRTENS ALFARO, G., CONTRERAS MARTÍNEZ, G. & RUIZ ZAPATERO, G. (2014) – Vajilla broncea tardorrepública en El Llano de la Horca (Santorcaz, Madrid). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 87, p. 109-121.
- BAILEY, D. M. (1975) – *A Catalogue of the lamps in the British Museum*. 1. Greek, Hellenistic and early Roman pottery lamps. Londres: British Museum.
- BALLESTRA PUECH, S. (1999) – *Les Parques. Essai sur les figures du destin dans la littérature occidentale*. Toulouse : Éditions Universitaires du Sud.
- de la BANDERA ROMERO, M.^a L. & FERRER ALBELDA, E. (1994) – El timiaterio orientalizante de Villagarcía de la Torre (Badajoz). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 67, p. 41-61.
- de la BANDERA ROMERO, M.^a L. & FERRER ALBELDA, E. (2002) – Secuencia estratigráfica Tartesia y Turdetana de Vico (Marchena, Sevilla). *SPAL*. Sevilla. 11, p. 121-150.
- de la BANDERA ROMERO, M.^a L. & FERRER ALBELDA, E. (2014) – Las joyas y adornos personales. In: FERNÁNDEZ FLORES, Á., RODRÍGUEZ AZOGUE, A., CASADO ARIZA, M. & PRADOS PÉREZ, E. (coord.), *La Necrópolis de Época Tartésica de La Angorrilla, Alcalá del Río, Sevilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla. p. 429-476.
- BAPTISTA, J. C. (1896) – Salacia. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 2, 4-5, p. 143-4.

- BARBER, E. J. W. (1991) – *Prehistoric Textiles*. Princeton: Princeton University Press.
- BARGÃO, P. & FERNANDES, D. (2017) – A necrópole de Pisões (Beja). In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.), *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística e Arqueológica de Mérida. p. 407-419.
- BARROS, Luís de, CARDOSO, João Luís & SABROSA, A. (1993) – Fenícios na Margem Sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado do Almaraz, Almada. *Estudos Orientais*. Lisboa. IV, p. 143-192.
- BARROS, Luís de & SOARES, António Manuel Monge (2004) – Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz, no estuário do Tejo (Almada, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa, S. 4, 22, p. 333-352.
- BARROS, Pedro (2005) – Cerâmicas Áticas no Circuito do Estreito do Extremo-Occidente Peninsular: Quinta da Queimada, Ilhéu do Rosário, Faro e Tavira. In: CELESTINO PÉREZ, S. & JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coords.), *El Período Orientalizante*. Madrid: CSIC. p. 931-946.
- BARROS, Pedro (2008) – Mértola durante os séculos VI e V a.C.. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.), *Sidereum Ana I: El río Guadiana en Época Post-Orientalizante*. Madrid: CSIC. p. 399-414.
- BARROS, Pedro (2014) – Mértola – plataforma comercial durante a Idade do Ferro: a colecção de Estácio da Veiga. In: ARRUDA, A. M. (ed.), *Os Fenícios, por Terra e por Mar (1): Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenício Púnicos*. Lisboa: UNIARQ. p. 688-697.
- BARROS, Pedro, BRANCO, G., DUARTE, C. & CORREIA, J. (2005) – A cista dos Gregórios (Silves). *Xelb. Silves*. 5, p. 41-52.
- BARTOLONI, P. (1996) – *La necropoli di Bitia – I*. Roma: Consiglio Nazionale delle Ricerche.
- BARTOLONI, P. (2000) – *La necropoli di Monte Sirai – I*. Roma: Consiglio Nazionale delle Ricerche.
- BARTOLONI, P. (2012) – I Fenici a Rachgoun. *Sardinia, Corsica et Baleares Antiquae*. Roma. X, p. 67-92.
- BATALHA, L. & BARROS, L. (2018) – Alguns elementos novos sobre Almaraz. *Cira-Arqueologia*. Vila Franca de Xira. VI, 50-69.
- BATS, M. (1988) – *Vaisselle et alimentation à Olbia de Provence (s. 350-v. 50 av. J.C.)*. Modèles culturels et catégories céramiques. Paris: CNRS.
- BEAZLEY, J. (1978) – *Attic Black-Figure Vase-Painters*. Oxford: Oxford University Press.
- BECHTOLD, B. (2007) – *Observations on the amphora repertoire of Middle Punic Carthage*. Ghent: Ghent University.
- BECHTOLD, B., GASSNER, V. & TRAPICHLER, M. (2011) – The fabrics of the area of Carthage (CAR-REG). In: *FACEM – Provenance Studies on Pottery in the Central Mediterranean*. Base de dados consultável on-line em <http://www.facem.at>.
- BECK, H. C. (1928) – Classification and nomenclature of beads and pendants. *Archaeologia*. Londres. 77, p. 1-76.
- BECKER, S. (2012) – The materiality of religious discourse in Late Bronze and Early Iron Age Central Europe: a study of birds in bronzes. *The European Archaeologist*. Praga. 38, p. 5-8.
- BEIRÃO, C. de M. (1986) – *Une Civilisation Protohistorique du Sud du Portugal (Ier Âge du Fer)*. Paris : Éditions du Bocard.
- BEIRÃO, C. de M. (1990) – Novos dados arqueológicos sobre a epigrafia da I Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica. In: VILLAR, F. & UNTERMANN, J. (eds.), *Lengua y cultura en la Hispania prerromana. Actas del V Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas*. Salamanca: Universidad de Salamanca. p. 683-696.
- BEIRÃO, C. de M. & CORREIA, Virgílio Hipólito (1990) – Novos dados arqueológicos sobre a área de Fernão Vaz. In: MANGAS, J. & ALVAR, J. (eds.), *Homenaje a José M^o Blázquez*. Madrid: Ediciones Clásicas. p. 285-302.
- BEIRÃO, C. de M. & CORREIA, Virgílio Hipólito (1991) – A cronologia do povoado de Fernão Vaz (Ourique, Beja). *Conímbriga*. Coimbra. XXX, p. 5-11.
- BEIRÃO, C. de M. & CORREIA, Virgílio Hipólito (1994) – A II^a Idade do Ferro no Sul de Portugal: o estado actual do nossos conhecimentos. In: *Actas del XXI Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”. p. 915-930.
- BEIRÃO, C. de M., GOMES, Mário Varela (1980) – *A I Idade do Ferro no Sul de Portugal. Epigrafia e Cultura*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura/MNAE.

- BEIRÃO, C. de M. & GOMES, Mário Varela (1983) – A necrópole da Idade do Ferro do Galeado (Vila Nova de Milfontes). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 1, p. 207-266.
- BEIRÃO, C. de M. & GOMES, Mário Varela (1984) – Coroplastia da I Idade do Ferro do Sul de Portugal. In: *Volume d'hommage au géologue Georges Zbyszewski*. Paris: Éditions Recherches sur les Civilisations. p. 450-482.
- BEIRÃO, C. de M., GOMES, Mário Varela & MONTEIRO, J. P. (1979) – *As Estelas Epigrafadas da I Idade do Ferro do Sul de Portugal*. Setúbal: MAEDS.
- BEIRÃO, C. de M., SILVA, Carlos Tavares da, SOARES, Joaquina, GOMES, Mário Varela, & GOMES, R.V. (1985) – Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações, *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.IV, 3, p. 45-135.
- BEK-PEDERSEN, R. (2011) – *The Norns in Old Norse Mythology*. Edimburgo: Dunedin Academic Press.
- BELÉN DEAMOS, M.^a (1976) – Estudio y tipología de la cerámica gris de Huelva. *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*. Lisboa. LXXIX, p.353-388.
- BELÉN DEAMOS, M.^a (1982) – Tumbas prerromanas de incineración en la necrópolis de Carmona (Sevilla). In: *Homenaje a Conchita Fernández Chicarro*. Sevilla: Museo Municipal de Sevilla. p. 269-281.
- BELÉN DEAMOS, M.^a (1986) – Importaciones Fenicias en Andalucía Occidental. *Aula Orientalis*. Barcelona. 4, p. 263-278.
- BELÉN DEAMOS, M.^a (1995) – El yacimiento tartésico de Niebla (Huelva). In: *Tartessos, 25 años después (1968-1993)*. Jerez de la Frontera: Ayuntamiento de Jerez de la Frontera. p. 359-379.
- BELÉN DEAMOS, M.^a (2000) – Santuarios fenicios y comercio en Tartessos. In: FERNÁNDEZ URIEL, P., GONZÁLEZ WAGNER, C. & LÓPEZ PARDO, F. (eds.), *Intercambio y Comercio Preclassico en el Mediterráneo*. Actas del I Coloquio del CEFYP. Madrid: CEFYP. p. 293-312.
- BELÉN DEAMOS, M.^a, ANGLADA CURADO, R., ESCACENA CARRASCO, J. L., JIMÉNEZ HERNANDEZ, A., LINEROS, R. & RODRÍGUEZ, I. (1997) – *Arqueología en Carmona (Sevilla)*. Excavaciones en la Casa Palacio Marques de Saltillo. Sevilla: Junta de Andalucía.
- BELÉN DEAMOS, M.^a & ESCACENA CARRASCO, J. L. (1990) – Niebla (Huelva). Excavaciones junto a la puerta de Sevilla (1978- 1982). La cata 8. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 12, p. 169-249.
- BELÉN DEAMOS, M.^a & ESCACENA CARRASCO, J. L. (1992) – Las necrópolis ibéricas de Andalucía Occidental. In: BLÁNQUEZ PÉREZ, J. & ANTONA del VAL, V. (eds.), *Congreso de Arqueología Ibérica: las necrópolis*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. p. 509-529.
- BELÉN DEAMOS, M.; FERNÁNDEZ-MIRANDA, M. & GARRIDO, J. P. (1977) – *Las orígenes de Huelva*. Excavaciones en los cabezos de San Pedro y La Esperanza. Huelva: Diputación Provincial de Huelva.
- BELÉN DEAMOS, M.^a & PEREIRA SIESO, J. (1985) – Cerámicas a torno con decoración pintada en Andalucía. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 7, p. 307-360.
- BELÉN DEAMOS, M.^a & ROMÁN RODRÍGUEZ, J. M. (2011) – Cerámica gris orientalizante de Carmona (Sevilla). In: ABELLÁN PÉREZ, J., CASTAÑEDA FERNÁNDEZ, V. (eds.), *Homenaje al Profesor Antonio Caro Bellido*, Vol. 1. Cádiz: Universidad de Cádiz. p. 17-38.
- ben JERBANIA, I (2008) – Les lampes phénico-puniques dans la Méditerranée Occidentale du VIIIe au début du IVe s. av. J.-C.. *Reppal*. Tunis. XIV, p. 15-46.
- BERROCAL-RANGEL, L. (1992) – *Los pueblos célticos del suroeste peninsular*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- BERROCAL-RANGEL, L. (2003) – El instrumental textil en Cancho Roano: consideraciones sobre sus fusayolas, pesas y telares. In: CELESTINO PÉREZ, S. (ed.), *Cancho Roano VIII. Los Materiales Arqueológicos I*. Badajoz: Museo Arqueológico de Badajoz. p. 213-297.
- BERROCAL-RANGEL, L. (dir.) (1994) – *El altar prerromano de Castrejón de Capote. Ensayo etno-arqueológico de un ritual céltico en el suroeste peninsular*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.
- BERROCAL-RANGEL, L., MAFFIOTTE, I. B. & RUIZ TRIVIÑO, C. (1994) – Las fusayolas. In: BERROCAL-RANGEL, L. (dir.), *El altar prerromano de Castrejón de Capote. Ensayo etno-arqueológico de un ritual céltico en el suroeste peninsular*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. p. 201-230.
- BERROCAL-RANGEL, L. & SILVA, A. C. (2010) – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura)*. Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007. Lisboa: MNA.
- BIKAI, P. M. (1978) – *The Pottery from Tyre*. Warminster: Arys & Phillips.
- BISI, A.M.^a (1970) – *La ceramica punica*. Aspetti e problemi. Nápoles: L'Arte Tipografica.

- BLANCO, A. & ROTHENBERG, B. (1982) – *Exploración Arqueometalúrgica de Huelva*. Barcelona: Río Tinto S.A. y Editorial Labor.
- BLÁNQUEZ PÉREZ, J. J. (1984-1985) – Notas acerca de la revisión de la necrópolis Ibérica de la Hoya de Santa Ana (Chinchilla, Albacete). *CuPAUAM*. Madrid. 11-12, p. 9-27.
- BLÁNQUEZ PÉREZ, J. J. (1990) – *La formación del mundo ibérico en el Sureste de la Meseta. Estudio arqueológico de las necrópolis ibéricas de la provincia de Albacete*. Albacete: Diputación Provincial de Albacete.
- BLÁNQUEZ PÉREZ, J. & ANTONA del VAL, V. (eds.) (1992) – *Congreso de Arqueología Ibérica: las necrópolis*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.
- BLÁZQUEZ, J. M.^a (1975) – *Castulo I*. Madrid: Comisaría General del Patrimonio Artístico y Cultural.
- BLOESCH, H. (1940) – *Formen Attischer Schalen von Exekias bis zum Ende des Strengen Stils*. Berna: Benteli.
- BOLLA, M., BOUBE, C. & GUILLAUMET, J.-P. (1991) – Les situles. In FEUGÈRE, M. & ROLLY, C. (eds.), *La vaisselle tardo-républicaine en bronze*. Dijon: Université de Bourgogne. p. 7-22.
- BONET ROSADO, H., FUMADÓ ORTEGA, I., ARANEGUI GASCÓ, C., VIVES-FERRÁNDIZ SÁNCHEZ, J., HAS-SINI, H. & KBIRI ALAOUI, M. (2005) – La ocupación mauritana. In: ARANEGUI GASCÓ, C. (ed.), *Lixus-2. Ladera Sur. Excavaciones arqueológicas marroco-españolas en la colonia fenicia. Campañas 2000-2003*. Valencia: Universidad de Valencia. p. 87-140.
- BONET, H. & MATA, C. (2008) – Las cerámicas ibéricas. Estado de la cuestión. In: BERNAL, D. & RIBERA i LACOMBA, A. (eds.), *Las cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz. p. 147-170.
- BONSOR, G. E. (1899) – *Les colonies agricoles agricoles préromaines de la vallée du Betis*. Paris: Ernest Leroux.
- BONSOR, G. E. & THOUVENOT, R. (1928) – *Nécropole ibérique de Setefilla. Lora del Río (Sevilla). Fouilles de 1926-1927*. Bordeaux, Paris: École des Hautes Études Hispaniques.
- BOSCH i GIMPERA, P. & SERRA i RAFÓLS, J. de C. (1951-7) – *Corpus Vasorum Antiquorum, Espagne, Musée Archéologique de Barcelona, Fascicule I*. Barcelona: Union Académique Internationale.
- BOTTO, Joaquim (1899) – *Glossario critico dos principaes monumentos do Museu Archeologico Infante D. Henrique*. Faro: Museu Archeologico Lapidar Infante D. Henrique.
- BOTTO, Massimo & VIVES-FERRÁNDIZ SÁNCHEZ, J. (2006) – Importazioni etrusche tra le Baleari e la Penisola Iberica (VIII-prima metà del V sec. A.C.). In: della FINA, G. (ed.), *Gli etruschi e il Mediterraneo. Commerci e politica. Atti del XIII Convegno Internazionali di Studi sulla Storia e l'Archeologia dell'Etruria*. Roma: Quasar. p. 117-196.
- BRITO, M.^a A. de A. e (1968) – *Contributo para a classificação de alguns achados de Alcácer do Sal (Época Pré-Romana)*. Tese de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- BRONCANO, S. (1989) – *El depósito votivo Ibérico de El Amarejo, Bonete, Albacete*. Madrid: Ministerio de Cultura.
- BRONEER, O. (1930) – *Corinth. Volume IV, Part II, Terracotta Lamps*. Cambridge: Harvard University Press.
- BRÜCK, J. (2007) – Ritual and rationality. Some problems of interpretation in European Archaeology. In: INSOLL, T. (ed.) – *The Archaeology of Identities. A reader*. Londres: Routledge. p. 281-307.
- BRUNAUX, J.-L. & RAPIN, A. (1988) – *Gournay. II, Boucliers et lances, dépôts et trophées*. Paris: Éditions Errance.
- BUGALHÃO, J., ARRUDA, A. M., SOUSA, E. de & DUARTE, C. (2013). Uma necrópole na praia: o cemitério romano do núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 243-275.
- BUSSIÈRE, J. (1989) – Les lampes phéniciopuniques d'Algérie. *Antiquités Africaines*. Aix-en-Provence. 25, p. 41-68.
- CABRÉ, Juan (1937) – Decoraciones hispánicas. II. Broches de cinturón de bronce damasquinados com oro y plata. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 13:38, p. 93-126.
- CABRÉ, Juan & CABRÉ, María Encarnación (1933) – La espada de antenas del tipo Alcácer do Sal y su evolución en la necrópolis de La Osera, Chamartín de la Serra, Ávila. In: *Homenagem a Martins Sarmento*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. p. 85-90.
- CABRÉ, María Encarnación (1934) – Dos tipos genéricos de falcata hispánica. *Archivo Español de Arte y Arqueología*. Madrid. 30, p. 207-224.

- CABRÉ, María Encarnación (1990) – Espadas y puñales de las necrópolis celtibéricas. In: BURILLO MOZOTA, F. (coord.), *II Simposio sobre los Celtiberos. Necrópolis Celtibéricas*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”. p. 205-224.
- CABRERA, P. & GRIÑÓ, B. (1986) – La Dama de Baza: ¿una diosa tejedora en el allende? In: *Coloquio sobre el Puteal de la Moncloa*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional. p. 193-203.
- CALADO, David & GOMES, Mário Varela (2006) – Quinta da Queimada (Lagos): a necrópole da II Idade do Ferro. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9:2, p. 171-185.
- CALADO, Manuel, GONÇALVES, L., MATALOTO, R. & JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2017) – Lapa da Cova: un santuario costero en los acantilados de Sesimbra (Portugal). In: MARTÍNEZ ALCALDE, M., GARCÍA CANO, José Miguel, BLÁNQUEZ PÉREZ, J. & INIESTA SANMARTÍN, Á. (eds.), *Mazarrón II. Contexto, viabilidad y perspectivas del barco B-2 de la bahía de Mazarrón. En homenaje a Julio Mas García*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. p. 525-545.
- CALADO, Manuel & MATALOTO, R. (2008) – O Post-Orientalizante da Margem Direita do Regolfo do Alqueva (Alentejo Central). In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.) – *Sidereum Ana I: El río Guadiana en Época Post-Orientalizante*. Madrid: CSIC. p. 185-217.
- CALADO, Manuel, MATALOTO, R. & ROCHA, A. (2007) – Povoamento Proto-Histórico na Margem Direita do Regolfo do Alqueva (Alentejo, Portugal). In: RODRÍGUEZ DÍAS, A. & PAVÓN SOLDEVILA, I. (eds.) – *Arqueología de la Tierra. Paisajes rurales de la protohistoria peninsular*. Cáceres: Universidad de Extremadura. p. 129-179.
- CALADO, Marco, PIMENTA, J., FERNANDES, L. & FILIPE, V. (2013) – Conjuntos cerâmicos da Idade do Ferro do Teatro Romano de Lisboa: a cerâmica de engobe vermelho. In: ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. & NEVES, C. (eds.), *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 641-649.
- CALVO RODRÍGUEZ, E. & SIMÃO, P. (2017) – La Sepultura 38 de Quinta do Castelo 5 (Salvada, Beja): nota preliminar. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.), *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística e Arqueológica de Mérida. p. 399-405.
- CAMPOS, J. M., VERA, M. & MORENO, M. T. (1988) – *Protohistoria de la ciudad de Sevilla. El corte estratigráfico San Isidoro 85-6*. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
- CARDITO ROLLÁN, L. (1996) – La manufacturas textiles en la Prehistoria: las placas de telar en el Calcolítico Peninsular. *Zephyrus*. Salamanca. 49, p. 125-145.
- CARDOSO, Guilherme & ENCARNAÇÃO, J. de (1999) – Notas sobre a ocupação proto-história da villa romana de Freiria Norte. In: *Actas do Congresso de Proto-História Europeia. Revista de Guimarães, número especial, Vol. II*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. p. 741-757.
- CARDOSO, Guilherme & ENCARNAÇÃO, J. de (2013) – O povoamento pré-romano de Freiria – Cascais. *Cira-Arqueologia*. Vila Franca de Xira. II, p. 133-180.
- CARDOSO, João Luís (1990) – A presença oriental no povoamento da I Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo. *Estudos Orientais*. Lisboa. I, p. 119-234.
- CARDOSO, João Luís (1995) – As cerâmicas com ornatos brunidos da Lapa do Fumo. In: JORGE, S. O. (coord.), *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*. Lisboa: IPM. p. 88.
- CARDOSO, João Luís (1996) – O Bronze Final da Baixa Estremadura e as cerâmicas de ornatos brunidos da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 5, p. 6-14.
- CARDOSO, João Luís (2000a) – Na Arrábida, do Neolítico Antigo ao Bronze Final. In: *Actas do I Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: IPA. p. 45-70.
- CARDOSO, João Luís (2000b) – Manifestações funerárias da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze e da Idade do Ferro (II e I milénios A. C.): breve síntese. In: *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, Vol. 5*. Porto: ADECAP. p. 61-100.
- CARDOSO, João Luís (2004) – *A Baixa Estremadura, dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*. Oeiras: Centro de Estudos Arqueológicos de Oeiras.
- CARDOSO, João Luís & ARRUDA, A. M. (2016) – Faunas domésticas e rituais funerários em Alcácer do Sal (Idade do Ferro). In: VILAÇA, R. & SERRA, M. (eds.), *Matar a fome, alimentar a alma, criar sociabilidades. Alimentação e comensalidade nas sociedades pré e proto-históricas*. Coimbra: Universidade de Coimbra. p. 193-217.
- CARDOSO, João Luís, ARRUDA A. M., SOUSA, E. de & REGO, M. (2014) – Outurela I e Outurela II, dois pequenos sítios da Idade do Ferro a Norte do Estuário do Tejo (concelho de Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 21, p. 393-428.

- CARDOSO, João Luís & GOMES, Mário Varela (1997) – O consumo de cão, em contextos fenício-púnicos, no território português. *Estudos Orientais*. Lisboa. 6, p. 89-117.
- CARDOSO, João Luís & GRADIM, A. (2006) – A Necrópole da Idade do Ferro de Cabeço da Vaca (Alcoutim). *Xelb. Silves*. 6, p. 203-226.
- CARDOSO, João Luís & GRADIM, A. (2008) – O núcleo II da necrópole da Idade do Ferro de Cabeço da Vaca (Alcoutim). *Xelb. Silves*. 8, p. 103-115.
- CARDOSO, João Luís, GUERRA, F. & BRAGANÇA, F. (1992) – O depósito do Bronze Final de Alqueva e a tipologia das lanças do Bronze Final português. *Mediterrâneo*. Lisboa. 1, p. 231-250.
- CARDOSO, João Luís & SILVA, Carlos Tavares da (2013) – O casal agrícola da Idade do Ferro de Gamelas 3 (Oeiras). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.5:2, p. 353-398.
- CARDOSO, João Luís & SILVA, Carlos Tavares da (2010-1) – O casal agrícola da I Idade do Ferro de Leião (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 75-102.
- CARO BELLIDO, A. (1989) – *La cerámica gris a torno Tartesia*. Cádiz: Universidad de Cádiz.
- CASADO ARIZA, M. (2015) – *La cerámica con decoración geométrica del Carambolo*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- CASTOLDI, M. & FEUGÈRE, M. (1991) – Les simpulums. In: FEUGÈRE, M. & ROLLEY, C. (eds.), *La Vaisselle Tardo-Républicaine en Bronze*. Dijon: Université de Bourgogne. p. 61-88.
- CASTRO CUREL, Z. (1980) – Fusayolas ibéricas: antecedentes y empleo. *Cypsela*. Barcelona. III, p. 127-146.
- CAUBET, A. (1983) – Les oeufs d'autruche au Proche Orient. *Annual Report of the Department of Antiquities*, Cyprus, 1983. Nicosia: Department of Antiquities. p. 193-198.
- CELESTINO PÉREZ, S. (1991) – Nuevos jarros tartésicos de bronce en el sur peninsular. *Madrid Mitteilungen*. Madrid. 32, p. 52-85.
- CELESTINO PÉREZ, S. (1996) (ed.) – *El Palacio-Santuario de Cancho Roano V-VI-VII: Los sectores Oeste, Sur y Este*. Cáceres: Junta de Extremadura.
- CELESTINO PÉREZ, S. (1999) (ed.) – *El yacimiento protohistórico de Pajares. Villanueva de la Vera*. Cáceres. 1. *Las necrópolis y el tesoro áureo*. Mérida: Junta de Extremadura.
- CELESTINO PÉREZ, S. (2001) – *Estelas de guerrero y estelas diademadas: la precolonización y formación del mundo tartésico*. Barcelona: Bellaterra.
- CELESTINO PÉREZ, S. & JIMÉNEZ ÁVILA, F. J. (1993) – *El Palacio-Santuario de Cancho Roano, IV*. El Sector Norte. Badajoz: Museo Arqueológico de Badajoz.
- CELESTINO PÉREZ, S. & ZULUETA DE LA IGLESIA, P. de (2003) – Los Bronces de Cancho Roano. In: CELESTINO PÉREZ, S. (ed.), *Cancho Roano IX. Los Materiales Arqueológicos II*. Badajoz: Museo Arqueológico de Badajoz. p. 9-123.
- CERDÀ, D. (1987) – La cerámica ática de barniz negro. In: ARRIBAS, A., TRIAS, M. G., CERDÀ, D. & HOZ, J. de, *El Barco de El Sec (Calvià, Mallorca): estudio de los materiales*. Mallorca: Miramar. p. 197-400.
- CERDEÑO SERRANO, M.^a L. (1978) – Los broches de cinturón peninsulares de tipo céltico. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 35, p. 279-307.
- CERDEÑO SERRANO, M.^a L. (1981) – Los broches de cinturón tartésicos. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 5, p. 31-56.
- CHAPA, T., PEREIRA, J. & MADRIGAL BELINCHÓN, A. (1998) – *La necrópolis ibérica de Los Castellones de Céal (Hinojares, Jaén)*. Sevilla: Junta de Andalucía.
- CHARAF, H. (2005) – Overview of the Bronze and Iron Age lamps from Lebanon. In: *Lampes Antiques du Bilam es Sham*. Paris: Éditions de Boccard. p. 241-257.
- CHAVES TRISTÁN, F. & de la BANDERA ROMERO, M.^a L. (1993) – Los broches de cinturón llamados tartesios. Nuevas aportaciones. In: MANGAS, J. & ALVAR, J. (eds.), *Homenaje a José María Blázquez*, Vol. II. Madrid: Ediciones Clásicas. p. 139-165.
- CINTAS, P. (1950) – *Céramique punique*. Tunis: Institut des Hautes Études de Tunis.
- CINTAS, P. (1976) – *Manuel d'Archéologie Punique*, vol. II. Paris: A. & J. Picard.
- CORREIA, Vergílio (1972 [1925a]) – Uma conferência sobre a Necrópole de Alcácer do Sal. In: *Obras*. Volume IV, *Estudos Arqueológicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra. p. 151-168.
- CORREIA, Vergílio (1972 [1925b]) – Fechos de cinturão da Necrópole de Alcácer do Sal. In: *Obras*. Volume IV, *Estudos Arqueológicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra. p. 187-195.

- CORREIA, Vergílio (1972 [1925c]) – Um amuleto egípcio da Necrópole de Alcácer do Sal. In: *Obras. Volume IV, Estudos Arqueológicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra. p. 195-201.
- CORREIA, Vergílio (1972 [1928]) – Escavações realizadas na Necrópole Pré-Romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927. In: *Obras. Volume IV, Estudos Arqueológicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra. p. 169-179.
- CORREIA, Vergílio (1972 [1930]) – As fíbulas da Necrópole de Alcácer do Sal. In: *Obras. Volume IV, Estudos Arqueológicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra. p. 181-186.
- CORREIA, Vergílio (1945) – *Conímbriga*. Coimbra: Tipografia Gráfica de Coimbra.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (1986) – Um bronze tartéssico inédito: o touro de Mourão. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*. Évora. 1, p. 291-309.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (1993a) – Os materiais pré-romanos de Conímbriga e a presença fenícia no Baixo Mondego. *Estudos Orientais*. Lisboa. IV, p. 229-283.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (1993b) – As necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal: arquitectura e rituais. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 33:3-4, p. 351-370.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (1995-1997) – A epigrafia pré-latina de Bensafrim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 13-15, p. 181-209.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (1999) – Fernão Vaz (Ourique, Beja). Balanço da investigação arqueológica. *Vipasca*. Aljustrel. 8, p. 23-31.
- CORREIA, Virgílio Hipólito & PARREIRA, R. (2002) – *Cola. Circuito Arqueológico*. Lisboa: IPPAR.
- CORRETTI, A. & CAPELLI, C. (2003) – Entella. Il granaio ellenistico (SAS 3). Le anfore. In: CORRETTI, A. (ed.), *Atti delle Quarte Giornate di Studi sull'area Elima*, I. Pisa: Scuola Normale Superiore di Pisa. p. 287-351.
- CORZO SÁNCHEZ, R. (2007) – La coroplastia del santuario de La Algaida (Sanlúcar de Barrameda, Cádiz). In: MARÍN CEBALLOS, M. C. & HORN, F. (eds.), *Imagen y culto en la Iberia prerromana. En torno a los llamados "pebeteros en forma de cabeza femenina"*. Sevilla: Universidad de Sevilla. p. 195-217.
- COSTA, António Inácio Marques da (1910) - Estações préhistóricas dos arredores de Setúbal. *O Archeólogo Português*. Lisboa. XV, p. 55-83.
- COSTA, J. Miguel da (1967) – O tesouro Fenício ou Cartaginês do Gaio (Sines). *Ethnos*. Lisboa. 5, p. 529-537.
- COSTA, J. Miguel da (1972) – O tesouro púnico-tartéssico do Gaio. In: *Actas das II Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 97-120.
- COSTEIRA, C. (2017) – Reflexão acerca dos cossoiros e da fiação nos contextos calcolíticos do Sudoeste da Península Ibérica, partindo do sítio de São Pedro (Redondo). In: ARNAUD, J. M. & MARTINS, A. (eds.), *Arqueologia em Portugal 2017 – estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 671-686.
- CUADRADO, E. (1957) – La fíbula anular hispánica y sus problemas. *Zephyrus*, 8, pp.5-76.
- CUADRADO, E. (1961) – Cerámica astitana de barniz rojo. In: *Actas del VII Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”. p. 385-408.
- CUADRADO, E. (1968) – Formas nuevas de la cerámica de Barniz Rojo. In: *XI Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”. p. 470-6.
- CUADRADO, E. (1969) – Origen y desarrollo de la cerámica de barniz rojo en el mundo tartéssico. In: *Tartessos y sus problemas*. Barcelona: Universidad de Barcelona. p. 257-290.
- CUADRADO, E. (1975) – Un tipo especial de pinzas ibéricas. In: *Crónica del XIII Congreso Arqueológico Nacional*. Saragoça: Universidad de Zaragoza. p. 667-670.
- CUADRADO, E. (1977-8) – Ungüentarios cerámicos en el mundo ibérico. Aportación cronológica. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 50-1, p. 389-400.
- CUADRADO, E. (1981) – Las necrópolis peninsulares en la baja época de la cultura ibérica. In: *La baja época de la cultura ibérica*. Madrid: Asociación Española de Amigos de la Arqueología. p. 49-68.
- CUADRADO, E. (1987) – *La necrópolis ibérica de El Cigarralejo (Mula, Murcia)*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- CUADRADO, E. & ASCENSÃO, M. A. (1970) – Broches tartésicos de cinturón de “doble gancho”. In: *XI Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza: Institución “Fernando El Católico”. p. 494-514.
- CULICAN, W. (1970) – Phoenician Oil Bottles and Tripod Bowls. *Berytus*. Beirut. XIX, p. 5-18.

- CURIÀ, E., DELGADO, A., FERNÁNDEZ, A., PÁRRAGA, M. (1999) – El taller alfarero de principios del siglo VI a.C.: estudio de los materiales cerámicos. In: AUBET, M. E., CARMONA, P., CURIÀ E., DELGADO, A., FERNÁNDEZ CANTOS, A. & PÁRRAGA, M., *Cerro del Villar. I: El Asentamiento Fenicio en la Desembocadura del Rio Guadalhorce y su Interacción con el Hinterland*. Sevilla: Junta de Andalucía. p. 157-277.
- DASEN, V. (2011) – Le pouvoir des femmes: des Parques aux Matres. In : de la ROCHÈRE, M. H. D. & DASEN, V. (dir.), *Des Fata aux Fées. Régards croisés, de l'Antiquité à nos jours*. Lausanne : Université de Lausanne. p. 115-146.
- DELGADO, Manuela (1971) – Cerâmica campaniense em Portugal. In: *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Universidade de Coimbra. p. 403-424.
- DEUS, Manuela de & CORREIA, J. (2005) – Corte Margarida. Mais uma necrópole orientalizante no Baixo Alentejo. In CELESTINO PÉREZ, S. & JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coords.), *El Período Orientalizante*. Madrid: CSIC. p. 615-618.
- DIAS, Maria Manuela Alves; BEIRÃO, C. de M. & COELHO, L. (1970) – Duas necrópoles da Idade do Ferro no Baixo-Alentejo: Ourique. (Notícia preliminar). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.3, 4, p. 175-219.
- DIAS, Maria Manuela Alves & COELHO, L. (1983) – Objectos arqueológicos de um túmulo de incineração da necrópole proto-histórica da herdade da Favela Nova (Ourique). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.4, 1, p. 197-205.
- DIAS, Vanessa (2015) – A cerâmica campaniense do Monte Molião, Lagos. Os hábitos de consumo no Litoral Algarvio durante os séculos II a.C. e I a.C.. *SPAL*. Sevilla: 24, p. 99-128.
- DIAS, Vítor (2014) – *A cerâmica comum de Ammaia*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Évora. Edição policopiada.
- DÍAZ GARCÍA, M. (2000) – Tipocronología de los contextos cerámicos tardo-republicanos en Tarraco. *Empúries*. Barcelona. 52, p. 201-260.
- DÍAZ-GUARDAMINO, M. (2010) – *Las estelas decoradas en la prehistoria de la Península Ibérica*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Complutense de Madrid. Edição policopiada.
- DOMÍNGUEZ DE LA CONCHA, M. C., CABRERA BONET, P. & FERNÁNDEZ JURADO, E. J. (1988) – Cerro de la Cabeza (Santiponce, Sevilla). *Noticiario Arqueológico Hispánico*. Madrid. XXX, p. 120-186.
- DOMINGUEZ MONEDERO, A. & SÁNCHEZ FERNÁNDEZ, C (2001) – *Greek Pottery from the Iberian Peninsula. Archaic and Classical Periods*. Leiden: Brill.
- DUVAL, A., ELUÈRE, C. & MOHEN, J.-P. (1974) – Les fibules antérieures au VIe siècle avant nôtre ère, trouvées en France. *Gallia*. Paris. 1, p. 1-61.
- ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J. J. & DOMÍNGUEZ de la CONCHA, C. (1991) – Restos de una necrópolis orientalizante en la desembocadura del río Aljucén. *Saguntum*. Valencia. 24, p. 35-52.
- ERICE LACABE, R. (2007) – La vajilla de bronce en *Hispania*. *Sautuola*. Santander. XIII, p. 197-216.
- ESCACENA CARRASCO, J. L. (1986) – *Cerámicas a torno pintadas andaluzas de la II Edad del Hierro*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Sevilla. Edição policopiada.
- ESCACENA CARRASCO, J. L. (2001) – Fenicios a las Puertas de Tartessos. *Complutum*. Madrid. 12, p. 73-96.
- ESCACENA CARRASCO, J. L. & MORENO MEGÍAS, V. (2014) – Cerámica de tipo Kuass procedente de Caura. ¿Testimonios de un nuevo centro de producción? *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 87, p. 75-90.
- ESTEBÁN ORTEGA, J., SÁNCHEZ ABAL, J. L. & FERNÁNDEZ CORRALES, J. M.^a (1988) – *La necrópolis del Castro del Castillejo de la Orden, Alcántara (Cáceres)*. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- ESTRELA, S. (2013) – Um depósito fundacional do século II a.C. em Mesas do Castelhinho (Almodôvar). Uma análise preliminar. In: ARNAUD, J. M., MARTINS, A. & NEVES, C. (coords.), *Arqueologia em Portugal: 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 671-679.
- ESTRELA, S. (2019) – Adornos, espaço e tempo: as contas de colar em Mesas do Castelhinho (Santa Clara-a-Nova, Almodôvar). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 18, 193-214.
- ESTRELA, S., COSTEIRA, C., ALVES, C., PORFÍRIO, E. & SERRA, M. (2010) – Torre Velha 3 – um novo ponto no mapa da Idade do Ferro do Sudoeste. In: *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste*. Almodôvar: Câmara Municipal de Almodôvar. p. 235-268.
- FABIÃO, C. (1998a) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na Área Céltica do actual território português*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 Volumes. Edição policopiada.

- FABIÃO, C. (1998b) – O vinho na Lusitânia: reflexões em torno a um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:1, p. 169-198.
- FABIÃO, C. (1999) – A propósito do depósito de Moldes, Castelo do Neiva, Viana do Castelo: a baixela romana tardo-republicana em bronze no extremo ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:1, p. 163-198.
- FABIÃO, C. (2001) – Importações de origem mediterrânea no interior do sudoeste peninsular na segunda metade do I Milénio a.C.: materiais da Cabeça de Vaíamonte, Monforte. In: *Os Púnicos no Extremo Ocidente*. Lisboa: Universidade Aberta. p. 197-228.
- FABIÃO, C. (2011) – *História da Arqueologia em Portugal*. Lisboa: CTT.
- FARIA, J. C. (2002) – *Alcácer do Sal ao Tempo dos Romanos*. Lisboa: Colibri.
- FARO CARBALLA, J. A. (2015) – La necrópolis de El Castillo (Castejón, Navarra). Vajilla e instrumental metálico de sacrificio y banquete en el valle medio del Ebro (S. VI-III a. C.). *Lucentum*. Alicante. 34, p. 31-118.
- FERNÁNDEZ FLORES, Á., RODRÍGUEZ AZOGUE, A., CASADO ARIZA, M. & PRADOS PÉREZ, E. (coords.) (2014) – *La Necrópolis de Época Tartésica de La Angorrilla, Alcalá del Río, Sevilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- FERNÁNDEZ-GÓMEZ, J. & COSTA MAS, B. (2004) – Mundo funerario y sociedad en la Eivissa arcaica: una aproximación al análisis de los enterramientos de cremación en la necrópolis del Puig des molins. In: GONZÁLEZ PRATS, A. (ed.), *El mundo funerario. Actas del III Seminario Internacional sobre Temas Fenicios*, Alicante, 2004. Alicante: Universidad de Alicante. p. 315-407.
- FERNÁNDEZ-GÓMEZ, J. & GRANADOS, J. (1979) – *Cerámica de imitación ática del Museo Arqueológico de Ibiza*. Ibiza: Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera.
- FERNÁNDEZ GÓMEZ, J. H., LÓPEZ GRANDE, M.^a J., MEZQUIDA ORTI, A. & VELÁZQUEZ BRIEVA, F. (2009) – *Amuletos púnicos de hueso hallados en Ibiza*. Ibiza: Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera.
- FERNÁNDEZ JURADO, J. (1987) – *Tejada la Vieja: una ciudad protohistórica*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva.
- FERNÁNDEZ JURADO, J. (1988-89) – *Tartessos y Huelva*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva.
- FERNÁNDEZ-MIRANDA, M. & OLMOS, R. (1986) – *Las ruedas de Toya y el origen del carro en la Península Ibérica*. Madrid: Ministerio de Cultura.
- FERREIRA, O. da V. (1971) – Cerâmica negra de tipo grego encontrada em Portugal. *Arqueologia & História*. Lisboa. III, p. 313-332.
- FERRER ALBELDA, E. & de la BANDERA ROMERO, M.^a L. (2014a) – Los broches de cinturón. In: FERNÁNDEZ FLORES, Á., RODRÍGUEZ AZOGUE, A., CASADO ARIZA, M. & PRADOS PÉREZ, E. (coord.), *La Necrópolis de Época Tartésica de La Angorrilla, Alcalá del Río, Sevilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla. p. 402-428.
- FERRER ALBELDA, E. & de la BANDERA ROMERO, M.^a L. (2014a) – Las pinzas. In: FERNÁNDEZ FLORES, Á., RODRÍGUEZ AZOGUE, A., CASADO ARIZA, M. & PRADOS PÉREZ, E. (coord.), *La Necrópolis de Época Tartésica de La Angorrilla, Alcalá del Río, Sevilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla. p. 477-480.
- FERRER ALBELDA, E. & CASADO ARIZA, P. (2014) – Los cuchillos de hoja curva de hierro. In: FERNÁNDEZ FLORES, Á., RODRÍGUEZ AZOGUE, A., CASADO ARIZA, M. & PRADOS PÉREZ, E. (coord.), *La Necrópolis de Época Tartésica de La Angorrilla, Alcalá del Río, Sevilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla. p. 379-392.
- FERRER ALBELDA, E. & GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. (2008) – Cerámica Turdetana. In: BERNAL CASASOLA, D. & RIBERA i LACOMBA, A. (eds.), *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz. p. 201-219.
- FERRER ALBELDA, E. & GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. (2019) – La crisis de Tarteso y el problema del siglo V a.C. en el ámbito geográfico turdetano. *Anales de Arqueología de Córdoba*. Córdoba. 30, p. 51-76.
- FERRER ALBELDA, E. & MANCEBO DÁVALOS, J. (1991) – Nuevos elementos de carros orientalizantes en la alta Andalucía. Algunas precisiones en torno a su función, significado y distribución. *CuPAUAM*. Madrid. 18, p. 113-148.
- FEUGÈRE, M. (1985) – *Les fibules en Gaule méridionale, de la conquête à la fin du Ve s. ap. J.-C.*. Paris: CNRS.
- FEUGÈRE, M. (1989) – Les vases en verre sur noyau d'argile en Méditerranée nord-occidentale. In: FEUGÈRE, M. (ed.), *Le verre préromain en Europe occidentale*. Montpellier: Éditions Monique Mergoïl. p. 29-62.

- FIGUEIREDO, M. (2014) – Poço da Gontinha 1 (Ferreira do Alentejo): resultados preliminares. In: SILVA, A. C., REGALA, F. T. & MARTINHO, M. (coord.), 4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva. *O Plano de Rega (2002-2010)*. Beja: EDIA. p. 125-131.
- FIGUEIREDO, M. & MATALOTO, R. (2017) – Necrópoles rurais sidéricas do Baixo Alentejo setentrional: sociedade e mundo funerário nos Barros de Beja. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.), *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística e Arqueológica de Mérida. p. 353-398.
- FILARDI, V. H. (2011) – *Caracterização química de contas de vidro arqueológicas do século VII a.C. provenientes da Quinta do Almaraz, Cacilhas*. Tese de Mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa. Inédita.
- FLETCHER VALLS, D. (1964) – Las urnas de orejetas perforadas. In: *VIII Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza: Secretaría General de los Congresos Arqueológicos Nacionales. p. 305-319.
- FLETCHER VALLS, D., PLA, E. & ALCÁCER, J. (1965) – *La Bastida de les Alcuses (Mogente, Valencia) II*. Valencia: Servicio de Investigación Prehistórica.
- FOSSING, P. (1940) – *Glass vessels before glass blowing*. Copenhagen: Ejnar Munksgaard.
- FRANKENSTEIN, S. (1997) – *Arqueología del colonialismo. El impacto fenicio y griego en el sur de la Península Ibérica y el suroeste de Alemania*. Barcelona: Editorial Crítica.
- FREITAS, V. T. de (2005a) – *As cerâmicas de engobe vermelho do Castelo de Castro Marim. Produção, consumo e comércio na Idade do Ferro Orientalizante Peninsular*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 Volumes. Edição policopiada.
- FREITAS, V. T. de (2005b) – Observações preliminares sobre a cerâmica de engobe vermelho do Castelo de Castro Marim. In: CELESTINO PÉREZ, S. & JIMÉNEZ ÁVILA, J. (eds.), *El Período Orientalizante*. Madrid: CSIC. p. 911-918.
- FUENTES DOMÍNGUEZ, Á. (1992) – Las necrópolis ibéricas y su transformación ante la romanización. In: BLÁNQUEZ PÉREZ, J. & ANTONA DEL VAL, V. (eds.), *II Congreso de Arqueología Ibérica: Las necrópolis*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. p. 587-606.
- FURTADO, C. (2013) – *A cerâmica cinzenta do Castelo de Castro Marim*. Tese de Mestrado apresentada à Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- GALLI, V. (2004) – *Gravisca. Scavi nel Santuario Greco. Le lucerne greche e locali*. Bari: Edipuglia.
- GAMER-WALLERT, I. (1978) – *Ägyptische und ägyptisierende Funde von der Iberischen Halbinsel*. Wiesbaden: Reichert Verlag.
- GAMER-WALLERT, I. & PAIXÃO, A. C. (1983) – A inscrição do escaravelho de Psamético I, da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires: novos elementos para a sua interpretação. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.IV, 1, p. 267-272.
- GARCÍA CANO, Carlos, GARCÍA CANO, José Miguel & RUIZ VALDERAS, E. (1989) – Las cerámicas campanienses de la necrópolis ibérica del Cabecico del Tesoro (Verdolay, Murcia). *Verdolay*. Murcia. 1, p. 117-187.
- GARCÍA CANO, José Miguel (1992) – Las necrópolis ibéricas en Murcia. In: BLÁNQUEZ PÉREZ, J. & ANTONA DEL VAL, V. (eds.), *Congreso de Arqueología Ibérica: las necrópolis*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. p. 313-347.
- GARCÍA CANO, José Miguel (1997) – *Las necrópolis ibéricas de Coimbra del Barranco Ancho (Jumilla, Murcia)*, 1. *Las excavaciones y estudio analítico de los materiales*. Murcia: Universidad de Murcia.
- GARCÍA CANO, José Miguel (1999) – Un aspecto poco tratado en las necrópolis ibéricas: la perduración de objetos en los ajuares: el caso de Murcia. In: VALERO TÉVAR, M. A. (coord.), *Primeras Jornadas de Arqueología Ibérica en Castilla-La Mancha*. Toledo: Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha. p. 169-178.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. (2014) – El peso de la tradición: imitación y adaptación de formas helenísticas en la cerámica común turdetana (siglos V-I a.C.). In: GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. & GARCÍA VARGAS, E. (eds.), *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética Occidental durante la Antigüedad (s. VI A.C – VI D.C.)*. Barcelona: Universitat de Barcelona. p. 205-238.
- GARCÍA GANDIA, J. R. (2009) – *La Necrópolis Orientalizante de Les Casetes (La Vila Joiosa, Alicante)*. Alicante: Universidad de Alicante.
- GARCÍA-GELABERT PÉREZ, M. ^a P. & BLÁZQUEZ, J. M. ^a (1988) – *Castulo. Jaén, España. I. Excavaciones en la necrópolis ibérica del Estacar de Robarinas (s. IV a.C.)*. Oxford: Archaeopress.

- GARCÍA-GELABERT PÉREZ, M.ª P. & BLÁZQUEZ, J. M.ª (1997) – Carácter sacro y funerario del toro en el mundo ibérico. *Quaderns de Prehistòria i Arqueologia de Castelló*. Castelló. 18, p. 417-442.
- GARCÍA i MARTÍN, J. M. (1999) – Algunas observaciones sobre los platos de pescado áticos en la Península Ibérica. In: *Actas del XXIV Congreso Nacional de Arqueología*, Vol. 3. Murcia: Universidad de Murcia. p. 161-8.
- GARCÍA i MARTÍN, J. M. (2000) – Els plats de peix grecs: evolució tipològica i distribució a la península ibèrica i les illes balears. *Empúries*. Barcelona. 52, p. 185-200.
- GARCÍA MARTÍNEZ, M.ª A. (2002) – *Documentos prerromanos de tipo egipcio de la vertiente atlántica hispano-mauritana*. Montpellier: Université Paul Valéry.
- GARCÍA PROSPER, E.; POLO CERDÀ, M. & GUÉRIN, P. (2002-3) – Rituales funerarios ibéricos en la necrópolis fundacional de Valentia. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 13-14, p. 279-310.
- GARCÍA TEYSSANDIER, E. & MARZOLI, D. (2013) – Phönizische Gräber in Ayamonte (Huelva, Spanien): ein Vorbericht. *Madridrer Mitteilungen*. Madrid. 54, p. 89-158.
- GARRIDO ROIZ, J. P. (1970) – *Excavaciones en la necrópolis de «La Joya», Huelva (1.a y 2.a Campañas)*. Madrid: Ministerio de Educación.
- GARRIDO ROIZ, J. P. & ORTA GARCÍA, E. M.ª (1978) – *Excavaciones en la Necropolis de «La Joya», Huelva II (3ª, 4ª y 5ª Campañas)*. Madrid: Ministerio de Educación.
- GARRIDO ROIZ, J. P. & ORTA GARCÍA, E. M.ª (1994) – *El habitat antiguo de Huelva (Períodos Orientalizante y Arcaico). La primera excavación en la Calle del Puerto*. Madrid: Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales.
- GENITO, M. C. G. (1977) – *Lucerne fittili delle collezioni del Museo civico archeologico di Bologna*. Bologna: Istituto per la Storia di Bologna.
- GILBOA, A. (1999) – The dynamics of Phoenician bichrome pottery: a view from Tel Dor. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*. Boston. 316, p. 1-22.
- GOMES, Esmeralda (2008) – *Os ex-votos proto-históricos do Castelo de Alcácer do Sal*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 Volumes. Edição policopiada.
- GOMES, Francisco B. (2012) – *Aspectos do Sagrado na Colonização Fenícia*. Lisboa: UNIARQ.
- GOMES, Francisco B. (2013a) – Uma necrópole esquecida? O Casalão de Santana (Sesimbra). *Herakleion*. Madrid. 6, p. 77-94.
- GOMES, Francisco B. (2013b) – Vidros romanos das necrópoles de Alcácer do Sal depositados no Museu Nacional de Arqueologia. In: ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. & NEVES, C. (eds.), *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 813-820.
- GOMES, Francisco B. (2014a) – Importações mediterrâneas em contextos «Pós-Orientalizantes» do Sul de Portugal (séculos VI-IV a.n.e.). *Onoba*. Huelva. 2, p. 27-44.
- GOMES, F. B. (2014b) – Uma terracota de estilo helenístico da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal): breves notas. *Conimbriga*. Coimbra. 53, p. 81-97.
- GOMES, Francisco B. (2015a) – The Olival do Senhor dos Mártires necropolis (Alcácer do Sal, Portugal) in the context of the Iron Age funerary practices of the Southwestern Iberian Peninsula. In: ROCHA, Leonor, BUENO, P. & BRANCO, G. (eds.), *Death as Archaeology of Transition: Thoughts and Materials*. Oxford: Archaeopress. p. 327-341.
- GOMES, Francisco B. (2015b) – As “oil bottles” de tipo fenício no território português e o consumo de substâncias aromáticas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.V: 3, p. 289-310.
- GOMES, Francisco B. (2015c) – Mediterranean goods in “Post-Orientalizing” funerary contexts of southern Portugal: some remarks on consumption, peripherality and cultural identity. In: ÁLVAREZ, J. M., NOGALES, T. & RODÀ, I. (eds.), *Actas del XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. p. 435-438.
- GOMES, Francisco B. (2015d) – The West Writes Back: cultural contact and identity discourses in the Late Bronze Age and Early Iron Age of Southern Portugal. In: BABBI, A., BUBENHEIMER-ERHART, F., MARIN-AGUILERA, B. & MÜHL, S. (eds.), *The Mediterranean Mirror. Cultural Contacts in the Mediterranean Sea between 1200 and 750 B.C.* Mainz: RGZM. p. 305-317.
- GOMES, Francisco B. (2017a) – Novos dados sobre a ocupação de Época Romana Republicana da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal): o espólio metálico. In: ARNAUD, J. M. & MARTINS, A. (eds.), *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1137-1148.

- GOMES, Francisco B. (2017b) – Un conjunto de cerámicas áticas inéditas de la necrópolis de Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal). *Onoba*. Huelva. 5, p. 45-58.
- GOMES, Francisco B. (2017c) – Fusayolas de la necrópolis de Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal): tipología, función y simbolismo. *Saguntum*. Valencia. 49, p. 43-60.
- GOMES, Francisco B. (2018a) – Duas terracotas da I Idade do Ferro da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 21, p. 83-97.
- GOMES, Francisco B. (2018b) – La cornalina en el Bronce Final y en la Edad del Hierro del sur de Portugal. *Lucentum*. Alicante. XXXVII, p. 55-74.
- GOMES, Francisco B. (2018c) – The Olival do Senhor dos Mártires necropolis (Alcácer Do Sal, Portugal) during the Late Iron Age: New social, political and cultural insights. *Zephyrus*. Salamanca. LXXXI, p. 117-139.
- GOMES, Francisco B. (2019a) – Revisiting an Early Iron Age funerary horizon. „Cruz del Negro“ type urn burials in Southern Portugal and their significance. *Madrid Mitteilungen*. Madrid. 59, n. 182-207.
- GOMES, Francisco B. (2019b) – Las oil bottles fenicias en la península ibérica: novedades y perspectivas de la investigación. *Pyrenae*. Barcelona. 50:1, p. 85-107.
- GOMES, Francisco B. (2019c) – Early Iron Age Terracottas from Southern Portugal: Towards the Definition of a Regional Coroplastic Tradition. *Carnets de l'ACoSt*. Lille. 19, s/p.
- GOMES, Francisco B. (2019d) – El mundo funerario prerromano en el sur de Portugal (siglos V/IV – II a. n. e.): (pocos) datos y (algunos) problemas. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 93, p. 43-62.
- GOMES, Francisco B. (2020a) – Uma lucerna grega arcaica da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal). *SPAL*. Sevilha. 29:1, p. 79-91.
- GOMES, Francisco B. (2020b) – Um conjunto de instrumental têxtil da necrópole da I Idade do Ferro da Herdade do Pêgo (Ourique, Portugal). *Conímbriga*. Coimbra. LIX.
- GOMES, Francisco B. (2020c) – O conjunto vítreo da necrópole da I Idade do Ferro da Fonte Velha de Bensafrim (Lagos). *Ophiussa*. Lisboa. 4.
- GOMES, Francisco B. (no prelo) – Tres amuletos ‘púnicos’ inéditos de la necrópolis de Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal). In: NIVEAU DE VILLEDARY y MARIÑAS, A. M.^a (ed.), *Mare Sacrum. Religión, cultos y rituales fenicios en el Mediterráneo. Actas del X Coloquio Internacional del CEFYP*. Cádiz: CEFYP/ Universidad de Cádiz.
- GOMES, Francisco B. & ALVES, C. (2017) – The final phases of the Olival do Senhor dos Mártires necropolis (Alcácer do Sal, Portugal): the Roman Republican material. *SPAL*. Sevilha. 26, p. 87-111.
- GOMES, Francisco B. & ARRUDA, A. M. (2013) – A cerâmica pintada da II Idade do Ferro do Castelo de Castro Marim. *Onoba*. Huelva. 1, p. 19-54.
- GOMES, João José Fernandes & DOMINGOS, J. B. B. (1983) – A “xorca” da serra das Ripas (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.IV: 1, p. 287-300.
- GOMES, Mário Varela (1986) – O touro da Herdade de Corte Pereiro (Alcácer do Sal). *Trabalhos de Arqueologia do Sul*. Évora. 1, p. 59-73.
- GOMES, Mário Varela (1993) – O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais*. Lisboa. IV, p. 73-107.
- GOMES, Mário Varela (2001) – Divindades e santuários púnicos, ou de influência púnica, no Sul de Portugal. In: *Os Púnicos no Extremo Ocidente*. Lisboa: Universidade Aberta. p. 94-148.
- GOMES, Mário Varela (2007) – Vaso meleiro, de idade sidérica, dos Arrifes do Poço (Aljezur, Algarve). *Conímbriga*. Coimbra. XLVI, p. 73-88.
- GÓMEZ BELLARD, C. (1983) – *Urna de orejetas con incineración infantil del Puig des Molins*. Ibiza: Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera.
- GÓMEZ BELLARD, C. (1990) – *La colonización fenicia de la isla de Ibiza*. Madrid: Ministerio de Cultura.
- GÓMEZ LUCAS, D. (2002) – Introducción al dios Bes: de Oriente a Occidente. In: FERRER ALBELDA, E. (ed.), *Ex Oriente Lux: las religiones orientales antiguas en la Península Ibérica*. Sevilha: Universidad de Sevilla. p. 87-122.
- GÓMEZ LUCAS, D. (2004) – Bes, Ptah y Ptah-Pateco. In: *Actas del III Congreso Español de Antiguo Oriente Próximo*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva. p. 127-148.
- GÓMEZ PEÑA, Á. (2013a) – Algunas notas sobre los alabastrinos fenicio-púnicos de la Península Ibérica.

- In: GIRÓN ANGUIOZAR, L., LAZARICH GONZÁLEZ, M.^a & LOPES, M.^a C. (eds.), *Actas del I Congreso Internacional sobre estudios cerámicos: Homenaje a la Dr^a. Mercedes Vegas*. Cádiz: Universidad de Cádiz. p. 900-926.
- GÓMEZ PEÑA, Á. (2013b) – Historiografía y metodología taurodérmica: nuevas consideraciones sobre su simbolismo en la protohistoria peninsular ibérica. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 23-24, p. 11-34.
- GÓMEZ PEÑA, Á., RODRÍGUEZ MELLADO, J. (2014) – A propósito de dos nuevos amuletos de Bes procedentes de Chipiona y Rota (Cádiz). *SPAL*. 23, p. 147-165.
- GONÇALVES, António P. e SOARES, António Monge (2010) – As «contas de colar» dos Ratinhos – I. As contas em pedra, análise por Difracção de Raios X. In: BERROCAL-RANGEL, L. & SILVA, A. C. (dirs.), *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa: MNA. p. 389-392.
- GONÇALVES, António P., SOARES, António. Monge, SILVA, A.C., y BERROCAL-RANGEL, L. (2011) – Stone Beads from Late Bronze Age and Early Iron Age Settlements from South-Western Portugal: Analyses by X-Ray Diffraction. In: TURBANTI-MEMMI, I. (ed.), *Proceedings of the 37th International Symposium on Archaeometry*. Nova York: Springer. p. 227-231.
- GONZÁLEZ CORDERO, A. (1999) – La necrópolis I de Pajares. In: CELESTINO PÉREZ, S. (ed.), *El Yacimiento Protohistórico de Pajares*. Villanueva de La Vera. Cáceres. 1. Las necrópolis y el Tesoro Áureo. Cáceres: Junta de Extremadura. p. 21-34.
- GONZÁLEZ PRATS, A. (1982) – Ampollas de perfume fenicias en el horizonte orientalizante de la Sierra de Crevillente. *Helike*. Elche. 1, p. 139-143.
- GONZÁLEZ PRATS, A. (1999-2000) – La Fonteta. La colonia fenicia de la desembocadura del río Segura: la cultura material. *Sapanu*, III-IV.
- GONZÁLEZ PRATS, A. (2002) – *La necrópolis de cremación de Les Moreres (Crevillente, Alicante, España): (siglos IX-VII AC)*. Alicante: Universidad de Alicante.
- GONZÁLEZ PRATS, A. (coord.) (2014) – *La Fonteta-2. Estudio de los materiales arqueológicos hallados en la colonia fenicia de la actual desembocadura del río Segura (Guardamar, Alicante)*. Alicante: Universidad de Alicante.
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, R., BARRIONUEVO, F. & AGUILAR, L. (1994) – Notas sobre el mundo funerario en la Baja Andalucía durante el período Turdetano. In: FERNÁNDEZ JURADO, J., GARCÍA SANZ, C. & RUFETE, P. (coords.), *La Andalucía Ibero-Turdetana (siglos VI-IV a. C.)*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva. p. 246-268.
- GORTON, A. F. (1996) – *Egyptian and Egyptianizing Scarabs. A typology of steatite, faience and paste scarabs from Punic and other Mediterranean sites*. Oxford: Oxford University Press.
- GRAU MIRA, I. & REIG, C. (2002-2003) – Sobre el uso de metales en la Contestania Ibérica: las evidencias de la Serreta. *Recerques del Museu d'Alcoi*. Alcoi. 11-12, p. 101-150.
- GRAELLS, R. & LORRIO, A. (2017) – *Problemas de cultura material: Broches de cinturón decorados a molde de la Península Ibérica (s. VII-VI A.C.)*. Alicante: Universidad de Alicante.
- GRAELLS, R., LORRIO, A. & CAMACHO, P. (2018) – *La colección de objetos protohistóricos de la Península Ibérica. 1. Broches de Cinturón, Placas y Fíbulas*. Mainz: Römisch-Germanisches Zentralmuseum.
- GRAELLS, R. & MARZOLI, D. (eds.) (2016) – *Armas de la Hispania Prerromana*. Mainz: Römisch-Germanisches Zentralmuseum.
- GREENE, W. C. (1944) – *Moirai: Fate, Good and Evil in Greek Thought*. Cambridge: Harvard University Press.
- GROENEWOUD, E. M. C. & VIDAL-GONZÁLEZ, P. (1996) – Phoenician oil bottles in Malta. *Journal of Mediterranean Studies*. La Valetta. 6:2, p. 197-205.
- GROSE, D. F. (1989) – *Early Ancient Glass*. Toledo: Toledo Museum of Art.
- GUERRERO AYUSO, V. (1986) – Una aportación al estudio de las ánforas púnicas Mañá C. *Archaeonautica*. Paris. 6, p. 147-196.
- GUIRGUIS, M. (2011) – *Necropoli fenicia e punica di Monte Sirai. Indagini archeologiche 2005-2007*. Sassari: Ortacesus.
- HADZISTELIOU-PRICE, T. (1978) – *Kourotrophos. Cults and Representations of the Greek Nursing Deities*. Leiden: E. J. Brill.
- HARDEN, D. (1937) – The pottery from the precinct of Tanit at Salammbô, Carthage. *Iraq*. Cambridge. IV:1, p. 59-89.

- HARDEN, D. (1981) – *Catalogue of Greek and Roman Glass in the British Museum. Volume I. Core- and Rod-Formed Vessels and Pendants and Mycenaean Cast Objects*. Londres: British Museum.
- HELENO, M. (1951) – Arqueologia de Elvas. Notícia preliminar. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.2:1, p. 83-94.
- HENRIQUES, Susana (2006) – *A Cerâmica Cinzenta da Idade do Ferro da Quinta do Almaraz, Almada, Cádiz*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- HERNÁNDEZ CARRETERO, A. M.^a (1993) – Contribución al estudio de las relaciones culturales durante la II Edad del Hierro en la Cuenca Media del Guadiana: la Cerámica Gris. *Norba*. Cáceres. 13, p. 39-62.
- HORN, F. (2011) – *Ibères, Grecs et Puniques en Extrême Occident. Les terres cuites de l'espace Ibérique du VIIIe au Ier siècle av. J.-C.*. Madrid: Casa de Velázquez.
- HOWLAND, R. H. (1958) – *Athenian Agora. Volume IV, Greek Lamps and their survivals*. Princeton: The American School of Classical Studies at Athens.
- HÜBNER, G. (2006) – Hellenistic and Roman Unguentaria: function-related aspects of the shapes. In: MALFITANA, D., POBLOME, J. & LUND, J. (eds.), *Old pottery in a new century: innovating perspectives on Roman pottery studies*. Catania: Università di Catania. p. 27-40.
- ISINGS, C. (1957) – *Roman glass from dated findings*. Groningen: J. B. Wolters
- IZQUIERDO, I. (2001) – La trama del tejido y del vestido femenino en la cultura ibérica. In: MARÍN, M. (ed.), *Tejer y vestir. De la Antigüedad al Islam*. Madrid: CSIC. p. 287-312.
- JÄGGI, O. (2004) – Die iberischen Bronzen von Maquíz. *Madrid Mitteilungen*. Madrid. 45, p. 321-350.
- JEHASSE, J. & JEHASSE, L. (1973) – *La nécropole préromaine d'Aléria (1960-1968)*. Paris: CNRS.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (1999) – Los objetos de vidrio procedentes del yacimiento de Pajares: estudio preliminar. In: CELESTINO PÉREZ, S. (ed.), *El Yacimiento Protohistórico de Pajares. Villanueva de La Vera*. Cáceres. 1. *Las necrópolis y el Tesoro Áureo*. Cáceres: Junta de Extremadura. p. 139-153.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2001) – La necrópolis de «El Jardal» (Herrera del Duque, Badajoz). Elementos para el estudio del ritual funerario del suroeste peninsular a finales de la Iª Edad del Hierro. *Complutum*. Madrid. 12, p. 113-122.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2002) – *La toréutica orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2002-2003) – Estructuras tumulares en el Suroeste ibérico. En torno al fenómeno tumular en la Protohistoria peninsular. *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*. Madrid. 42, p. 81-118.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2003) – Las sandalias de Apolo: sobre el origen griego de los cinturones “célticos”. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 187-188, p. 31-46.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2006) – Los objetos de bronce y hierro. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.), *El conjunto orientalizante de Talavera la Vieja (Cáceres)*. Cáceres: Junta de Extremadura. p. 89-108.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2008) – Grapas y charnelas de dipthroi. In: ALMAGRO-GORBEA, Martín (dir.), *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 542-552.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2009) – El poblado de El Castañuelo (Aracena) y el Post-Orientalizante en la Sierra Norte de Huelva. In: PÉREZ MACÍAS J. A. & ROMERO BOMBA, E. (ed.), *Actas del IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Huelva: Universidad de Huelva. p. 3-33.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) (2017) – *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística e Arqueológica de Mérida.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. & ANTUNES, A. S. (2019) – Los bronce del “Conjunto sepulcral de Guerreiro” en el Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa): en torno al Periodo Postorientalizante en el Sur de Portugal. *CuPAUAM*. Madrid. 45, p. 113-178.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. & HERAS MORA, F. J. (2017) – La ocupación orientalizante de la Escuela de Hostelería de Mérida. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.), *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística e Arqueológica de Mérida. p. 107-130.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. & LORRIO, A. (2019) – Sets de tocador: aspectos generales y problemas particulares de su presencia en la Península Ibérica durante la Edad del Hierro. *Complutum*. Madrid. 30:2, p. 313-341.

- JIMÉNEZ ÁVILA, J., MATALOTO, R., CALADO, M. & GONÇALVES, L. (2017) – Lapa da Cova (Sesimbra): a coastal sanctuary on the western boarder of the Mediterranean. In: GUIRGUIS, M. (ed.), *From the Mediterranean to the Atlantic: people, goods and ideas between East and West. II. 8th International Congress of Phoenician and Punic Studies*. Pisa/ Roma: Fabrizio Serra. p. 309-316.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. & MUÑOZ LÓPEZ ASTILLEROS, I.-K. (1997) – Pasarriendas de bronce en la protohistoria peninsular: A propósito del hallazgo del soto del Hinojar-Las Esperillas (Aranjuez, Madrid). *CuPAUAM*. Madrid. 24, p. 119-158.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. & ORTEGA BLANCO, J. (2004) – *La cerámica griega en Extremadura*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- JIMÉNEZ DÍEZ, A. (2006) – Contextos funerarios en la transición del mundo prerromano al romano en el sur peninsular. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 17:1, p. 67-98.
- JODIN, A. (1966) – *Mogador, comptoir phénicien du Maroc atlantique*. Rabat: Éditions Marocaines Internationales.
- JULLY, J. J. & NORDSTRÖM, S. (1966) – Les vases à oreillettes perforées en France et leur similaires en Méditerranée Occidentale. *Archivo de Prehistoria Levantina*. Valencia. 11, p. 99-124.
- KURTZ, G. (1987) – *La necrópolis de Las Cogotas. I. Ajuares*. Oxford: Archaeopress.
- KURTZ, G. (2003) – Los Hierros de Cancho Roano. In: CELESTINO PÉREZ, S. (ed.), *Cancho Roano VIII. Los Materiales Arqueológicos I*. Badajoz: Museo Arqueológico de Badajoz. p. 293-366.
- LAMBOGLIA, N. (1952) – Per una classificazione preliminare della ceramica campana. In: *Atti del I Congresso Internazionale di Studi Liguri*. Bordighera: Istituto Internazionale di Studi Liguri. p. 139-206.
- LANGLEY, M., MATALOTO, R. & BOAVENTURA, R. (2008) – A necrópole sidérica de Torre de Palma (Monforte, Portugal). In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.), *Sidereum Ana I. El Río Guadiana en Época Post-Orientalizante*. Madrid: CSIC. p. 283-303.
- LANGLEY, M., MATALOTO, R., BOAVENTURA, R. & GONÇALVES, D. (2007) – A ocupação da Idade do Ferro de Torre de Palma: “escavando nos fundos do Museu Nacional de Arqueologia. O Arqueólogo Português”. Lisboa. S.4, 25, p. 229-290.
- Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae*. Zurich/ Munique/ Düsseldorf: Artemis & Winkler Verlag.
- LONG, L., MIRO, J. & VOLPE, G. (1992) – Les épaves archaïques du Point Lequin (Porquerolles, Hyères, Var). Des données nouvelles sur le commerce de Marseille à la fin du VIe et dans la première moitié du Ve s. av. J.C.. In: BATS, M., BERTUCCHI, G., CONGÈS G. & TRÉZINY, H. (eds.), *Marseille Grecque et la Gaule*. Marseille/ Lattes: ADAM Éditions/ Université de Provence. p. 199-234.
- LÓPEZ AMBITE, F. (2008) – Broches de cinturón. In: ALMAGRO-GORBEA, Martín (dir.), *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 514-528.
- LÓPEZ-GRANDE, M.ª J., VELÁZQUEZ, F., FERNÁNDEZ, J. H. & MEZQUIDA, A. (2014) – *Amuletos de Iconografía Egípcia procedentes de Ibiza*. Ibiza: Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera.
- LÓPEZ MALAX-ECHEVERRÍA, A. (1973) – Una comunicación sobre la cerámica de “barniz rojo”. In: *Crónica del XII Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”. p. 389-394.
- LÓPEZ MIRA, J. A. (1995) – La actividad textil durante la Edad del Bronce en la Provincia de Alicante: las fusayolas. In: *Actas del XXI Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”. p. 785-797.
- LÓPEZ PALOMO, L. A. (1981) – Alhonor (Excavaciones de 1973 a 1978). *Noticiario Arqueológico Hispánico*. Madrid. XIII, p. 33-188.
- LÓPEZ ROSENDO, E. (2005) – El perfume en los rituales orientalizantes de la Península Ibérica. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. & CELESTINO PÉREZ, S. (coords.), *El Período Orientalizante*. Madrid: CSIC. p. 669-681.
- LORRIO, A. (1988-89) – Cerámica gris orientalizante de la necrópolis de Medellín (Badajoz). *Zephyrus*. Salamanca. 41-42, p. 283-314.
- LORRIO, A. (1994) – La evolución de la panoplia celtibérica. *Madrid Mitteilungen*. Madrid. 35, p. 212-257.
- LORRIO, A. (1997) – *Los Celtiberos*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- LORRIO, A. (2008a) – Cerámica gris. In: ALMAGRO-GORBEA, Martín (dir.), *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 673-723.
- LORRIO, A. (2008b) – Cerámica oxidante de “tipo gris”. In: ALMAGRO-GORBEA, Martín (dir.), *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 663-668.

- LORRIO, A. (2008c) – Cuchillos. In: ALMAGRO-GORBEA, Martín (dir.), *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 566-571.
- LORRIO, A. (2008d) – Puntas de lanza. In: ALMAGRO-GORBEA, Martín (dir.), *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 563-565.
- LORRIO, A. (2014) – *La necrópolis orientalizante de Boliche (Cuevas del Almansora, Almería)*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- LOURENÇO, P. R. (2011) – *A pesca na Antiguidade: o caso de Monte Molião (Lagos)*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes. Edição policopiada.
- LUCAS PELLICER, M.^a R. (1992) – Sociedad y religión a través de las necrópolis ibéricas. In: BLÁNQUEZ PÉREZ, J. & ANTONA del VAL, V. (eds.), *Congreso de Arqueología Ibérica: las necrópolis*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. p. 189-205.
- LUIK, M. (2010) – Los hallazgos de armas en los campamentos romanos alrededor de Numancia. *Gladius*. Madrid. 30, p. 61-78.
- LUZÓN NOGUÉ, J. M.^a. (1973) – *Excavaciones en Italica. La estratigrafía en el Pajar de Artillo*. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia.
- LUZÓN NOGUÉ, J. M., RUIZ MATA, D. (1973) – *Las Raíces de Córdoba. Estratigrafía de la Colina de los Quemados*. Madrid: CSIC.
- MAASS-LINDEMANN, G. (1982) – *Toscanos. Die westphönizische Niederlassung an der Mündung des Río Vélez*. Berlin: DeGruyter.
- MAASS-LINDEMANN, G. (1995) – La necrópolis de Jardín (Vélez – Málaga. Málaga). Los materiales. *Cuadernos de Arqueología Mediterránea*. Barcelona. 1, p. 121-188.
- MAASS-LINDEMANN, G. (2000) – El yacimiento fenicio del Alarcón y la cuestión de la cerámica gris. In: GONZÁLEZ PRATS, A. (ed.) – *Fenicios y Territorio. Actas del II Seminario Internacional sobre Temas Fenicios*. Alicante: Instituto Alicantino Juan Gil-Albert. p. 151-168.
- MacPHEE, I. & TRENDALL, A. D. (1987) – *Greek Red-figured Fish-plates*. Basel: Vereinigung der Freunde antiker Kunst.
- MAIA, M. ^a (2000) – Tavira fenícia. O território para Ocidente do Guadiana, nos inícios do I milénio a. C.. In: GONZÁLEZ PRATS, A. (ed.) – *Fenicios y Territorio. Actas del II Seminario Internacional sobre Temas Fenicios*. Alicante: Instituto Alicantino Juan Gil-Albert. p. 121-150.
- MAIA, M. ^a (2003) – Fenícios em Tavira, In: AA.VV. (2003) – *Tavira: Território e Poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 57-72.
- MAIA, M. ^a & MAIA, M. (1986) – *Arqueologia da área mineira de Neves Corvo. Trabalhos realizados no triénio 1982-84*. Castro Verde: Somincor.
- MAIA, M. ^a & SILVA, L. (2004) – O culto a BAAL em Tavira. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 20, p. 171-194.
- MAIER, J. (1992) – La necrópolis de «La Cruz del Negro» (Carmona, Sevilla): excavaciones de 1900 a 1905. *CuPAUAM*. Madrid. 19, p. 95-119.
- MAIER, J. (1996) – La necrópolis tartésica de Bencarrón (Mairena del Alcor/Alcalá de Guadaira, Sevilla) y algunas reflexiones sobre las necrópolis tartésicas de Los Alcores. *Zephyrus*. Salamanca. 49, p. 147-168.
- MAIER, J. (1999) – La necrópolis tartésica de la Cruz del Negro (Carmona, Sevilla), ayer y hoy. *Madridrer Mitteilungen*. Madrid. 40, p. 97-114.
- MANCEBO DÁVALOS, J. (1991) – La cerámica de barniz o engobe rojo de Montemolín (Sevilla). *Zephyrus*. Salamanca. XLIV-XLV, p. 269-299.
- MANCEBO DÁVALOS, J. (1993) – La cerámica gris a torno de la campiña sevillana. In: *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología*, Vol. 1. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”. p. 177-182.
- MANCEBO DÁVALOS, J. (1994) – Las cerámicas grises a torno orientalizantes de la cuenca baja del Guadalquivir. In: CAMPOS CARRASCO, J. M, PÉREZ MACÍAS, J. A. & GÓMEZ TOSCANO, F. (eds.), *Arqueología en el Entorno del Bajo Guadiana*. Huelva: Universidad de Huelva. p.351-373.
- MANCEBO DÁVALOS, J. (1996a) – La cerámica de barniz o engobe rojo de la Cuenca Baja del Guadalquivir. *Tabona*. La Laguna. IX, p. 353-378.
- MANCEBO DÁVALOS, J. (1996b) – El yacimiento orientalizante de Alhorín I (Sevilla): estado actual de la investigación sobre los broches de cinturón tartésicos. *Antiquitas*. Priego. 7, p. 53-68.

- MANCERO DÁVALOS, J. (2000) – Análisis de los objetos metálicos en el período orientalizante y su conexión con el mundo fenicio: los cuchillos afalcados. In: AUBET, M.^a E. & BARTHÉLEMY, M. (coords.), *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*, Vol. 4. Cádiz: Universidad de Cádiz. p. 1825-1834.
- MANCERO DÁVALOS, J., de la BANDERA, M. L. & GARCÍA, J. M. (1992) – La cerámica gris a torno del yacimiento orientalizante de Montemolin (Sevilla). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 49, p. 277-293.
- MANSEL, K. (2004) – Vajilla de bronce en la Hispania republicana. In: OLMOS, R. & ROUILLARD, P. (eds.), *La vajilla ibérica en época helenística (siglos IV-III al cambio de era)*. Madrid: Casa de Velázquez. p. 19-30.
- MARÍN CEBALLOS, M.^a C. (1987) – ¿Tanit en España? *Lucentum*. Alicante. 6, p. 43-80.
- MARTÍN CÓRDOBA, E., RAMÍREZ SÁNCHEZ, J. de D. & RECIO RUIZ, Á. (2006) – Producción alfarera fenicio-púnica en la costa de Vélez-Málaga. *Mainaké*. Málaga. XXVIII, p. 257-287.
- MARTÍN DE LA CRUZ, J. C. (2004) – Colgantes y cuentas de cornalina procedentes de Andalucía Occidental. *Revista de Prehistoria*. Cádiz. 3, p. 7-47.
- MARTÍN DE LA CRUZ, J. C., VERA RODRÍGUEZ, J. C., GAVILÁN CEVALLOS, B. & PERLINES BENITO, M. (2005) – Un colgante de cornalina de manufactura oriental procedente de la provincia de Córdoba. In: CELESTINO PÉREZ, S. & JIMÉNEZ ÁVILA, J. (eds.), *El Período Orientalizante*. Madrid: CSIC. p. 503-509.
- MARTÍN VALLS, R. (1991) – Los «simpula» celtibéricos. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Madrid. 56, p. 144-169.
- MARTÍN RUIZ, J. A. (2007) – *La crisis del siglo VI a.C. en los asentamientos fenicios de Andalucía*. Málaga: Diputación Provincial de Málaga.
- MARTÍN RUIZ, J. A. & PÉREZ-MALUMBRES LANDA, A. (1999) – La necrópolis de época tardopúnica de los Campos Elíseos. *Madrid Mitteilungen*. Madrid. 40, p. 146-159.
- MARTÍNEZ VALLE, A. & CASTELLANO CASTILLO, J. J. (1995) – Conjunto de fusayolas ibéricas de dos cuevas santuario de la comarca de Requena Utiel. In: *Actas del XXIII Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”. p.525-536.
- MARTINI, D. (2004) – *Amuleti Punici di Sardegna. La collezione Lai di Sant’Antioco*. Roma: Bonsignori.
- MARZOLI, D. & GARCÍA-TEYSSANDIER, E. (eds.) (2019) – *La necrópolis fenicia de Ayamonte (Huelva): memoria de la excavación del año 2013, estudios previos y complementarios*. Sevilla: Junta de Andalucía.
- MASI, P. von E. (1986) – *Le fibule dell’Italia settentrionale*. Munique: C. H. Beck.
- MATA, C. & BONET, H. (1992) – Cerámica Ibérica: ensayo de tipología. In: *Estudios de Arqueología Ibérica y Romana. Homenaje a Enrique Pla Ballester*. Valencia: Diputación de Valencia. p. 117-173.
- MATA, C. & BONET, H. (1997) – Testimonios de apicultura en Época Ibérica. *Verdolay*. Murcia. 7, p. 277-285.
- MATA CARRIAZO, J. (1973) – *Tartessos y el Carambolo*. Madrid: Dirección General de Bellas Artes.
- MATALOTO, R. (2004) – *Um “monte” da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa: ruralidade e povoamento no I milénio a.C. do Alentejo Central*. Lisboa: IPA.
- MATALOTO, R. (2007) – Viver no Campo: a Herdade da Sapatoa (Redondo) e o povoamento rural centro-alentejano em meados do I milénio a.C.. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10: 2, p. 135- 160.
- MATALOTO, R. (2008) – O Pós-Orientalizante que nunca o foi... Uma comunidade camponesa na Herdade da Sapatoa (Redondo, Alentejo Central). In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.), *Sidereum Ana I. El río Guadiana en época post-orientalizante*. Madrid: CSIC. p. 219-249.
- MATALOTO, R. (2009) – Através dos campos: arquitectura e sociedade na Idade do Ferro alto alentejana. In: BELARTE, M.^a C. (ed.) – *L’espai domèstic i l’organització de la societat a la protohistòria de la Mediterrània occidental (Ier millenni aC)*. Barcelona: Universitat Barcelona. p. 279-298.
- MATALOTO, R. (2010-1) – Os Senhores da Terra: necrópoles e comunidades rurais do território alto alentejano nos séculos VI-V aC. *Arqueologia & História*. Lisboa. 60-61, p. 77-100.
- MATALOTO, R. (2012) – Os Senhores e as Serras: o final da Idade do Bronze no Alentejo Central. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.), *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final*. Madrid: CSIC. p. 185-213.
- MATALOTO, R. (2013) – Do vale à montanha, da montanha ao monte: a ocupação do final da Idade do Bronze no Alentejo Central. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 221-272.

- MATALOTO, R., WILLIAMS, J. & ROQUE, C. (2014) – ‘...e daí desceo a dar-lhe batalha...’: a ocupação pré-romana e a romanização da região da Serra d’Ossa (Alentejo Central, Portugal) In: SALAS TOVAR, E. (coord. cient.), MATALOTO, R., MAYORAL HERRERA, V. & ROQUE, C. (eds.), *La Gestación de los Paisajes Rurales entre la Protohistoria y el Período Romano*. Madrid: CSIC. p. 17-44.
- MATEOS LEAL, C. M.^a & SÁNCHEZ NICOLÁS, D. (2014) – El cuchillo afalcatado. Análisis tipológico y funcional de los cuchillos de los yacimientos abulenses de la II Edad del Hierro. In: GONZÁLEZ DE LA FUENTE, F. J., PANIAGUA VARA, E. & de INÉS SUTIL, P. (coord.), *Investigaciones Arqueológicas en el valle del Duero, del Paleolítico a la Antigüedad Tardía*. Actas de las III Jornadas de Jóvenes Investigadores del Valle del Duero. Salamanca: Universidad de Salamanca. p. 135-150.
- MATIAS, H., ANDRADE, M. A., COSTA, C., SAMPAIO, H. A., SIMÃO, I., SOARES, A. M., SOARES, R. M., MONTEIRO, P. (2017) – O sítio de fossas da Horta do Cabral 6. Contribuição para o conhecimento da Idade do Bronze na região do Torrão (Alcázer do Sal, Portugal). In: ARNAUD, J. M. & MARTINS, A. (eds.), *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: AAP. p. 849-864.
- MAYET, F. & SILVA, Carlos Tavares da (2000) – *L’établissement phénicien d’Abul. Portugal*. Paris: Diffusion du Bocard.
- MAYET, F. & SILVA, Carlos Tavares da (2001) – O Santuário de Abul B. Uma presença púnica no Baixo Sado. In: *Os Púnicos no Extremo Ocidente*. Lisboa: Universidade Aberta. p. 173-196.
- MAYOR ORTEGA, B. (1996-7) – Los huevos de avestruz feno-púnicos: ejemplares conservados en el Museu d’Arqueologia de Catalunya. In: *Miscellània Arqueològica (1996-1997)*. Barcelona: Museu d’Arqueologia de Catalunya. p. 83-96.
- MÉNDEZ MADRID, J. C. (2015) – El *simpulum* itálico de Fuente de la Mora (Leganés, Madrid). *ArqueoWeb*. Madrid. 16, p. 90-101.
- MENÉNDEZ MENÉNDEZ, A., SANABRIA MURILLO, D., SÁNCHEZ HIDALGO, F., GIBELLA BRAVO, V. M. & JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2014) – La necrópolis orientalizante de Valdelagrulla (Medellín, Badajoz). Datos preliminares. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J., BUSTAMANTE, M., GARCÍA CABEZAS, M. (eds.), *Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste*. Vilafranca de los Barrios: Ayuntamiento de Vilafranca de los Barrios. p. 999-1029.
- MIELKE, D. P., LÓPEZ ROSENDO, E. & TORRES ORTIZ, M. (2012) – Wagen und ihre Manifestation in den eisenzeitlich Kulturen der Iberischen Halbinsel. *Beiträge zur Ur- und Frühgeschichte Mitteleuropas*. Viena. 69, p. 15-39.
- MIGUEL, L., ALBUQUERQUE, P., EVANGELISTA, L. S. & LOURENÇO, M. (2019) – Trabalhos arqueológicos na necrópole sidérica de Mértola: resultados preliminares das sondagens arqueológicas. *Aparentamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. p. 41-46.
- MIGUEL AZCÁRRAGA, B. (2006) – *Las Navajas de Afeitar Púnicas de Ibiza*. Ibiza: Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera.
- MIGUEZ, J. (2010) – *As fíbulas do Sudoeste da Península Ibérica enquanto marcadores étnicos: o caso das Mesas do Castelhinho*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes. Edição fotocopiada.
- MIGUEZ, J. (2014) – As fíbulas do tipo Schüle 4h no Sudoeste da Península Ibérica. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J., BUSTAMANTE, M., GARCÍA CABEZAS, M. (eds.), *Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste*. Vilafranca de los Barrios: Ayuntamiento de Vilafranca de los Barrios. p. 1303-1326.
- MOLINA FAJARDO, F. & BAÑÓN, J. (1983) – Los ungüentarios helenísticos de la necrópolis de Puente de Noy. In: *Almuñécar. Arqueología e Historia*. Almuñécar: Museo Municipal de Almuñécar. p. 123-130.
- MOLINA FAJARDO, F., RUIZ FERNÁNDEZ, A. & HUERTAS JIMÉNEZ, C. (1982) – *Almuñécar en la Antigüedad. La necrópolis fenicio-púnica de Puente de Noy*. Granada: Caja de Ahorros de Granada.
- MOLINA FAJARDO, F. & HUERTAS JIMÉNEZ, C. (1985) – *Almuñécar en la Antigüedad. La Necrópolis fenicio-púnica de Puente de Noy II*. Granada: Caja de Ahorros de Granada.
- MOLINA, M. (1986) – Iconografía de las Moirai en el Mundo Antiguo. In: *Coloquio sobre el Puteal de la Moncloa*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional. p. 119-124.
- MONEO, T. (1995) – Santuarios urbanos en el mundo Ibérico. *Complutum*. Madrid. 6, p. 245-255.
- MONEO, T. (2003) – Religio Iberica. *Santuarios, ritos y divinidades (siglos VII-I AC)*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- MONTEAGUDO, L. (1953) – Álbum gráfico de Carmona por G. Bonsor. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. XXVI, p. 350-370.

- MONTEIRO, M. & CARDOSO, Guilherme (2016) – A ocupação da Idade do Ferro na Serra de Monte Deixo: Moinhos Velhos e Moinho da Mariquitas (Torres Vedras). *Emerita*. Lisboa. 2, p. 6-20.
- MOORE, M. B. & PHILIPPIDES M. Z. P. (1986) – *The Athenian Agora, Volume XXIII. Attic Black-Figured Pottery*. Princeton: American School of Classical Studies.
- MORAIS, R. (2006) – Potes meleiros e colmeias em cerâmica: uma tradição milenar. *Saguntum*. Valencia. 38, p. 149-161.
- MOREL, J.-P. (1969) – Études de céramique campanienne, 1. L'atelier des petites estampilles. *Mélanges de l'École Française de Rome*. Roma. 81, p. 59-117.
- MOREL, J.-P. (1979) – La Sicile dans les courants commerciaux de la Méditerranée sud-occidentale, d'après la céramique à vernis noir. In: *Philias charin: miscellanea di studi classici in onore di Eugenio Manni*. Roma: Bretschneider. p. 1561-1582.
- MOREL, J.-P. (1981) – *Céramique campanienne: les formes*. Rome : École Française de Rome
- MOREL, J.-P. (1982) – La céramique à vernis noir de Carthage-Byrsa. Nouvelles données et éléments de comparaison. In: *Colloque sur la céramique antique. Actes*. Cartago : Centre d'étude et de documentation archéologique de la conservation. p. 43-61.
- MOREL, J.-P. (1986) – La céramique à vernis noir de Carthage. Sa diffusion, son influence. *Cahiers des Études Anciennes*. Trois-Rivières. 18, p. 25-68.
- MORENO MEGÍAS, V. (2012) – *La cerámica de tipo Kuass en el Bajo Valle del Guadalquivir*. Tese de Mestrado apresentada à Universidade de Sevilha. Edição policopiada.
- MORENO MEGÍAS, V. (2014) – Formas que cambian, engobes que permanecen. Una visión diacrónica de las imitaciones de vajilla de tipo Kuass en el valle del Guadalquivir. In: GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. & GARCÍA VARGAS, E. (eds.), *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética Occidental durante la Antigüedad (s. VI A.C – VI D.C.)*. Barcelona: Universitat de Barcelona. p. 175-204.
- MORENO MEGÍAS, V., NIVEAU, A. M.^a & GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. (2014) – Nuevas evidencias de imitaciones de cerámica de tipo Kuass en el valle del Guadalquivir. In: MORAIS, R., FERNÁNDEZ, A. & SOUSA, M. J. (eds.), *As produções de imitação na Hispania*. Porto: Universidade do Porto/Ex Officina Hispana. p. 125-138.
- MOSCATI, S. (1988) – Le uova di struzzo. In: MOSCATI, S. (dir.), *I Fenici*. Milão: Bompiani. p. 456.
- MUCCIOLI, G. (2014) – Ikalathoi Ibericiniell'estremo occidente. In: *Rei Cretariae Romanae Fautorum, Acta 43*. Bonn: Rei Cretariae Romanae Fautorum. p. 721-728.
- MÜLLER-WINCKLER, C. (1987) – *Die Ägyptischen Objekt-Amulette*. Göttingen: Vandenhoeck y Ruprecht.
- MUÑOZ GAMBERO, J. M. (2009) – *El Cerro de la Tortuga. El Templo y la Necrópolis Ibero-Púnica de Málaga*. Málaga: Fundación Málaga.
- MUÑOZ VICENTE, Á. (1987) – Avance sobre el estudio de los ungüentarios helenísticos de Cádiz. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilha. 1986:2, p. 520-525.
- NEGUERUELA, I. (1979-80) – Sobre la cerámica de engobe rojo en España. *Habis*. Sevilha. X-XI, p. 335-359.
- NICOLINI, G. (1969) – *Les bronzes figurés des sanctuaires ibériques*. Paris: Presses Universitaires de France.
- NICOLINI, G. (1991) – *Techniques des ors antiques. La bijouterie ibérique du VIIe au IVe siècle*. Paris: Picard.
- NIEMEYER, H. G. & SCHUBART, H. (1969) – *Toscanos. La factoría paleopúnica en la desembocadura del río de Veléz: excavaciones de 1964*. Madrid: Ministerio de Educación Nacional.
- NIEMEYER, H.G.; SCHUBART, H. (1975) – *Trayamar. Die phönizischen Kammergräber und die Niederlassung an der Algarrobo-Mündung*. Mainz: DAI.
- NIVEAU, A. M.^a (2000) – La producción de cerámicas rojas de tradición griega en la zona de Cádiz. La cerámica de tipo 'Kuass': una nueva perspectiva. *Madrid Mitteilungen*. Madrid. 41, p. 178-196.
- NIVEAU, A. M.^a (2001) – El espacio geopolítico gaditano en época púnica. Revisión y puesta al día del concepto de "Círculo del Estrecho". *Gérion*. Madrid. 19, p. 313-354.
- NIVEAU, A. M.^a (2002/2003) – La cerâmica gaditana "tipo Kuass": item cronológico para los contextos tardopúnicos del sur peninsular. *Pyrenae*. Barcelona. 3, p. 175-209.
- NIVEAU, A. M.^a (2003) – *Las cerámicas gaditanas barnizadas de "tipo Kuass". Tipología, producción y distribución*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- NIVEAU, A. M.^a (2004a) – "Addenda" a la tipología de la cerámica púnico-gaditana de barniz rojo o "tipo Kuass": acerca de las formas cerradas. *SPAL*. Sevilha. 13, p. 181-214.

- NIVEAU, A. M.^a (2004b) – La producción de barniz púnico-gaditano en el s. II a.C. Nuevos datos aportados por el conjunto alfarero de Pery Junquera (San Fernando, Cádiz). In: Figlinae Baeticae. *Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*, Vol. 2. Cádiz: Universidad de Cádiz. p. 677-689.
- NIVEAU, A. M.^a (2008) – La cerámica «Tipo Kuass». In: BERNAL, D. & RIBERA i LACOMBA, A. (eds.), *Las cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz. p. 245-262.
- NIVEAU, A. M.^a (2009) – De Diosas Gaditanas. A propósito de un nuevo conjunto de terracotas procedente de la necrópolis de Gades. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 20, p. 35-66.
- NIVEAU, A. M.^a (2014a) – El éxito de la vajilla helenística “tipo Kuass” ¿Resultado de la adopción de una moda estética o reflejo de transformaciones culinarias y comensales? In: GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. & GARCÍA VARGAS, E. (eds.), *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética Occidental durante la Antigüedad (s. VI A.C – VI D.C.)*. Barcelona: Universitat de Barcelona. p.119-173.
- NIVEAU, A. M.^a (2014b) – La imitación de producciones griegas en ámbito fenicio. La vajilla helenística del círculo púnico-gaditano. In: GRAELLS, R., KRUEGER, M., SARDÀ SEUMA, S. & SCIORTINO, G. (eds.), *El problema de las «imitaciones» durante la Protohistoria en el Mediterráneo centro-occidental: entre el concepto y el ejemplo*. Madrid: DAI. p. 169-184.
- NIVEAU, A. M.^a & CÓRDOBA ALONSO, I. (2003) – Algunas consideraciones sobre la religiosidad de Gadir. Nuevos datos para su estudio. *Saguntum*. Valencia. 35, p. 123-145.
- NIVEAU, A. M.^a & FERRER ALBELDA, E. (2004) – Sacrificios de cánidos en la necrópolis púnica de Cádiz. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 20, p. 63-88.
- NOLEN, J. (1985) – *Cerâmica Comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- NOLEN, J. (1994) – *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa*. Lisboa: IPM.
- NUNES, J. C., GUERRA, A. & FABIÃO, C. (1990) – As lucernas do acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil). *Conimbriga*. Coimbra. 29, p. 69-90
- NUÑEZ CALVO, F. J. (2008) – *Estudio cronológico-secuencial de los materiales cerámicos de la necrópolis de Tiro Al-Bass (Líbano). Campaña de 1997*. Tese de Doutoramento apresentada à Universitat Pompeu Fabra de Barcelona. Edição policopiada.
- NÚÑEZ PARIENTE DE LEÓN, E. & QUESADA SANZ, F. (2000) – Una sepultura con armas de Baja Época Ibérica (o de época romana republicana) en la necrópolis del “Cerro de las Balas” (Écija, Sevilla). *Gladius*. Madrid. 20, p. 191-220.
- OLAIO, A., ANGEJA, P., SOARES, R. & VALÉRIO, P. (2019) – A ocupação da Idade do Ferro de Cacilhas (Almada, Portugal). *Onoba*. Huelva. 7, p. 133-159.
- OLIVEIRA, Carlos Filipe (2006) – *A cerâmica manual do Castelo de Castro Marim: século IX a III a.n.e.*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 Volumes. Edição policopiada.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, F. & PEREIRA, B. (1983) – *Alfaia Agrícola Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote.
- OLMOS, R. (2001) – El simbolismo del tejer y del vestido en la Odisea. In: MARÍN, M. (ed.), *Tejer y vestir. De la Antigüedad al Islam*. Madrid: CSIC. p. 287-312.
- ORDÓÑEZ FERNÁNDEZ, R. (2012) – *La crisis del siglo VI a.C. en las colonias fenicias del occidente mediterráneo: contracción económica, concentración poblacional y cambio cultural*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Oviedo. Edição policopiada.
- ORSINGHER, A. (2010) – Le oil bottle fenicie: analisi dei contesti e considerazione crono-tipologiche. *Sardinia, Corsica et Baleares Antiquae*. Roma. VIII, p. 37-69.
- OSÓRIO, A. B. (2014) – Por linhas brunidas: os “ornatos” do Bronze Final / I Idade do Ferro e a sua comparação com outras cerâmicas decoradas por brunimento. In: VILAÇA, R. & SERRA, M. (eds.) – *Idade do Bronze no Sudoeste. Novas perspectivas sobre uma velha problemática*. Coimbra: Instituto de Arqueologia – FLUC. p. 149-166.
- PAGE del POZO, V. (1984) – *Imitaciones de influjo griego en la cerámica Ibérica de Valencia, Alicante y Murcia*. Madrid: CSIC.
- PAIXÃO, A. C. (1970) – *A necrópole do Senhor dos Mártires, Alcázer do Sal*. *Novos elementos para o seu estudo*. Tese de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.

- PAIXÃO, A. C. (1971) – O recente achado de três escaravinhos na necrópole do Senhor dos Mártires em Alcácer do Sal. In: *Actas do 11º Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Universidade de Coimbra. p. 309-315.
- PAIXÃO, A. C. (1979) – Necrópole da Azinhaga do Senhor dos Mártires. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 2, p. 76-79.
- PAIXÃO, A. C. (1981) – Intervenção de emergência na Necrópole romana da Azinhaga do Senhor dos Mártires – Alcácer do Sal – Distrito de Setúbal. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 4, p. 165-169.
- PAIXÃO, A. C. (1983) – Uma nova sepultura com escaravelho da necrópole proto-histórica do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 1, p. 273-286.
- PAIXÃO, A. C. (2001) – Alcácer do Sal proto-histórica no contexto mediterrânico. In: *Os Púnicos no Extremo Ocidente*. Lisboa: Universidade Aberta. p. 149-172.
- PEDRONI, L. (2000) – Produzione e diffusione della ceramica calena “media”: problemi e ipotesi di lavoro. In: AQUILUÉ ABADÍAS, X., GARCÍA ROSELLÓ, J. & GUITART DURÁN, J. (coords.), *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I a.C.: Centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica*. Mataró: Museo de Mataró. p. 345-361.
- PEDRONI, L. (2001) – *Ceramica calena a vernice nera. Produzione e diffusione*. Città di Castello: Petruzzini Editore.
- PELLICER CATALÁN, M. (1962) – *Excavaciones en la necrópolis púnica «Laurita» del Cerro de San Cristóbal (Almuñécar, Granada)*. Madrid: Ministerio de Educación.
- PELLICER CATALÁN, M. & AMORES CARREDANO, F. (1985) – Protohistoria de Carmona: los cortes estratigráficos CA 80/A y CA- 80/B. *Noticiario Arqueológico Hispanico*. Madrid. XXII, p. 57-189.
- PELLICER CATALÁN, M., ESCACENA CARRASCO & BENDALA GALÁN, M. (1983) – *El Cerro Macareno*. Madrid: Ministerio de Cultura.
- PELLICER CATALÁN, M. & SCHÜLE, W. (1966) – *El Cerro del Real (Galera, Granada)*. Madrid: Ministerio de Educación Nacional.
- PERDIGONES, L.; MUÑOZ, A. & PISANO, G. (1990) – *La necrópolis fenicio-púnica de Cádiz*. Roma: Università degli Studi di Roma.
- PEREA, A. (1991) – *Orfebrería Prerromana: Arqueología del Oro*. Madrid: Consejería de Cultura de la Comunidad de Madrid.
- PEREIRA, Carlos (2013) – Lucernas romanas de Alcácer do Sal: entre a prática e o sagrado. *Al-madan*. Almada. 17:2, p. 13-28.
- PEREIRA, C. (2014) – *Roman Lamps of Scallabis (Santarém, Portugal)*. Oxford: Archaeopress.
- PEREIRA, Isabel (1996) – Santa Olaia. In: AA.VV., *De Ulisses a Viriato. O Iº Milénio a.C.*. Lisboa: MNA. p. 60-66.
- PEREIRA, Isabel (1997) – Santa Olaia et le commerce Atlantique. In: ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (Eds.), *Itinéraires lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française*. Paris: Éditions du Bocard. p. 209-253.
- PEREIRA, Isabel (2009) – As actividades metalúrgicas na I.ª e II.ª Idade do Ferro em Santa Olaia – Figueira da Foz. *Conímbriga*. Coimbra. XLVIII, p. 61-79
- PEREIRA, Isabel (2012) – Santos Rocha e o estudo da Idade do Ferro em Portugal. In: VILAÇA, R. & PINTO, S. (coords.), *Santos Rocha: A arqueologia e a sociedade do seu tempo*. Figueira da Foz, 115-132.
- PEREIRA, Juan (1988) – La cerámica ibérica de la cuenca del Guadalquivir. I: Propuesta de clasificación. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 45, p. 143-173.
- PEREIRA, Juan & RODERO, A. (1983) – Aportaciones al problema de las urnas de “orejetas perforadas”. In: *Homenaje al Prof. Martín Almagro Basch*, vol. III. Madrid: Ministerio de Cultura. p. 47-56.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha (1962) – *Greek Vases in Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes (2000) – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Colibri.
- PEREIRA, Teresa Rita (2008) – *Os Artefactos Metálicos do Castelo de Castro Marim na Idade do Ferro e em Época Romana. Metalurgia em transição: a amostra numa análise de conjunto*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 Volumes. Edição policopiada.
- PEREIRA, Teresa Rita (2013) – Por um fio: tipologia e função do conjunto de cossoiros de Cabeça de Vaia-monte (Monforte/ Portugal). In: ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. & NEVES, C. (eds.), *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 681-691.

- PEREIRA, Teresa Rita (2014) – Entre Sertório e César: as marcas do exército no sítio arqueológico da Cabeça de Vaiamonte (Monforte/ Portugal). *Cira-Arqueologia*. Vila Franca de Xira. III, p. 322-342.
- PEREIRA, Teresa Rita (2018) – *O papel do exército no processo de romanização : a cabeça de Vaiamonte (Monforte) como estudo de caso*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- PEREIRA, Teresa Rita (2021) – As representações de animais na baixela metálica tardo-republicana: o exemplo de Cabeça de Vaiamonte (Monforte, Portugal). *Al-madan Online*. Almada. 24: 2, p. 19-32.
- PEREIRO, T. do, MATALOTO, R. & BORGES, N. (2017) – Alentejo, a Sul de Beja: a necrópole sidérica da Quinta do Estácio 6. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.), *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística e Arqueológica de Mérida. p. 303-331.
- PÉREZ BALLESTER, J. (1987) – El taller de las pequeñas estampillas: revisión y precisiones a la luz de las cerámicas de barniz negro de Gabii (Latium). Los últimos hallazgos en el Levante y Sureste español. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 60:155-6, p. 43-72.
- PÉREZ BALLESTER, J. (2000) – Cerámicas de barniz negro de los niveles republicanos del anfiteatro (Cartagena). In: AQUILUÉ ABADÍAS, X., GARCÍA ROSELLÓ, J. & GUITART DURÁN, J. (coords.), *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I a.C.: Centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica*. Mataró: Museo de Mataró. p. 129-141.
- PÉREZ BALLESTER, J. (2008) – La cerámica de barniz negro. In: BERNAL, D. & RIBERA i LACOMBA, A. (eds.), *Las cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz. p. 263-274.
- PERSANO, P. (2016) – Vasi da miele in Etruria. Confronti archeologici ed etnografici per le olle stamnoidi ‘a colletto’. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 89, p. 9-24.
- PIMENTA, J. (2005) – *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: IPA.
- PIMENTA, J. & MENDES, H. (2008) – Descoberta do povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro (Muge). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11: 2, p. 171-194.
- PIMENTA, J. & MENDES, H. (2010-1) – Novos dados sobre a presença fenícia no Vale do Tejo. As recentes descobertas da área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 591-618.
- PIMENTA, J., SOUSA, E. de & AMARO, C. (2015) – Sobre as mais antigas ocupações da Casa dos Bicos, Lisboa: da Olisipo pré-romana aos primeiros contactos com o mundo itálico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 18, p. 161-180.
- PIMENTA, J., SOUSA, E. de, MENDES, H., HENRIQUES, E. & ARRUDA, A. M. (2018) – A Eira da Alorna (Almeirim): as ocupações pré e proto-históricas. *Cira-Arqueologia*. Vila Franca de Xira. VI, p. 9-49.
- PIMENTA, J., SILVA, Carlos Tavares da, SOARES, Joaquina, PEREIRA, Teresa Rita (2019) – Revisitando o espólio das escavações de A. I. Marques da Costa em Chibanes: os dados proto-históricos e romano-republicanos. *Ophiussa*. Lisboa. 3, p. 45-79.
- PIÑEL, C. (1976) – Materiales del poblado de Las Paredes, en el Cerro del Berrueco. Una nueva arracada. *Zephyrus*. Salamanca. XXVI-XXVII, p. 351-368.
- PINGEL, V. (1992) – *Die Vorgeschichtlichen Goldfunde der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter.
- PINTO, Clara Vaz & PARREIRA, R (1978) – Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro inicial a Norte do estuário do Tejo. In: *Actas das III Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 147-163.
- PINTO, Inês Vaz (2003) – *A cerâmica comum das villae romanas de S. Cucufate*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- PIRENNE-DELFORGE, V. & PIRONTI, G. (2011) – Les Moires entre la naissance et la mort : de la représentation au culte. In: de la ROCHÈRE, M. H. D. & DASEN, V. (dir.), *Des Fata aux Fées. Régards croisés, de l'Antiquité à nos jours*. Lausanne: Université de Lausanne. p. 93-113.
- PLA BALLESTER, E. (1969) – El instrumental metálico de los obreros ibéricos: notas sobre economía antigua del País Valenciano. In: *Actas del X Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”. p. 306-337.
- PONTE, S. da (1984) – Fi bulas do Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso (Nazaré). *Conímbriga*. Coimbra. 23, p. 87-95.
- PONTE, S. da (1985a) – Algumas fíbulas de Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 3, p. 137-154.

- PONTE, S. da (1985b) – Fíbulas de Vaiamonte (Monforte). In: de HOZ, J. (coord.), *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*. Salamanca: Universidad de Salamanca. p. 137-158.
- PONTE, S. da (1988) – Que áreas de produção e distribuição de fíbulas do tipo transmontano e tipo meseta no nosso país? In: *Actas do Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. II. Porto: Instituto de Antropologia Mendes Corrêa. p. 157-165.
- PONTE, S. da (2006) – *Corpus signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal*. Coimbra: Caleidoscópio.
- PRADOS TORREIRA, L. (1992) – *Exvotos Ibéricos de bronce del Museo Arqueológico Nacional*. Madrid: Ministerio de Cultura.
- PRESEDO VELO, F. J. (1982) – *La necrópolis de Baza*. Madrid: Ministerio de Cultura.
- PRINCIPAL i PONCE, J. (2008) – El Mediterráneo Occidental como espacio periférico de imitaciones. In: BERNAL, D. & RIBERA i LACOMBA, A. (eds.), *Las cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz. p. 127-143.
- PROTOCOLE BEUVRAY (1998) – Protocole de quantification des céramiques. In: ARCELIN, P.; TUFFREAU-LIBRE, M. (dirs.), *La quantification des céramiques. Conditions et protocole*. Glux-en-Glenne: Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray. P. I-XVII.
- PUCH RAMÍREZ, E., BRONCANO RODRÍGUEZ, S., NEGRETE MARTÍNEZ, M.^a A. & MARTÍN, A. (1985) – La necrópolis ibérica de “El Tesorico” (Agramón-Hellin, Albacete). *Noticiario Arqueológico Hispánico*. Madrid. 20, p. 43-181.
- PY, M. (1993) – Unguentariums. In: PY, M. (dir.) *Dicocer. Dictionnaire des céramiques antiques (VIIe s. av. n. è.-VIIe s. de n. è.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*. Lattes : Association pour la Recherche Archéologique en Languedoc Oriental. p. 581-584.
- QUESADA SANZ, F. (1992) – *Arma y Símbolo: La Falcata Ibérica*. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Alabert.
- QUESADA SANZ, F. (1993) – Soliferrea de la Edad del Hierro en la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 50: 1, p. 159-183.
- QUESADA SANZ, F. (1997) – *El armamento ibérico: estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la cultura ibérica: (siglos VI-I a.c.)*. Montagnac: Éditions Monique Mergoïl.
- QUESADA SANZ, F. (1998) – Aristócratas a caballo y la existencia de una verdadera caballería en la cultura ibérica: dos ámbitos conceptuales diferentes. In: *Actas del Congreso Internacional “Los Iberos, Príncipes de Occidente”*. Barcelona: Centro Cultural de la Fundación “La Caixa”. p. 169-184.
- QUESADA SANZ, F. (2005) – El gobierno del caballo montado en la Antigüedad Clásica con especial referencia al caso de Iberia. Bocados, espuelas y la cuestión de la silla de montar, estribos y herraduras. *Gladius*. Madrid. XXV, p. 97-150.
- QUESADA SANZ, F. (2008a) – Two-wheeled light chariots, carts and wagons in the Iberian Peninsula during the Iron Age. In: VASILENKO, A. (ed.), *Происхождение и распространение колесничества: Сборник научный статей*. Lugansk: Globus. p. 297-316.
- QUESADA SANZ, F. (2008b) – Armamento Romano e Ibérico en Urso (Osuna): testimonio de una época. *Cuadernos de los Amigos de los Museos de Osuna*. Osuna. 10, p. 13-19.
- QUESADA SANZ, F., CASADO ARIZA, M. & FERRER ALBELDA, E. (2014) – El armamento. In: FERNÁNDEZ FLORES, Á, RODRÍGUEZ AZOGUE, A., CASADO ARIZA, M. & PRADOS PÉREZ, E. (coord.), *La Necrópolis de Época Tartésica de La Angorrilla, Alcalá del Río, Sevilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla. p. 351-378.
- QUESADA SANZ, F. & ZAMORA MERCHÁN, M. (2003) – *El caballo en la antigua Iberia. Estudios sobre los équidos en la Edad del Hierro*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- QUILLARD, B. (1987) – *Bijoux Carthaginois. II. Porte-Amulettes, Sceaux-Pendentifs, Pendants, Boucles, Anneaux et Bagues*. Louvain-la-Neuve: Institut Supérieur d’Archéologie et Histoire de l’Art.
- RAFEL i FONTANALS, N. (2007) – El textil como indicador de género en el registro funerario ibérico. In: GONZÁLEZ MARCÉN, P., MASVIDAL FERNÁNDEZ, C., MONTÓN SUBÍAS, S. & PICAZO GURINA, M. (eds.), *Interpreting Household Practices: reflections on the social and cultural roles of maintenance activities*. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona. p. 115-246.
- RAMON TORRES, J. (1982) – Cuestiones de comercio arcaico: frascos de aceite perfumado en el Mediterráneo central y occidental. *Ampurias*. Barcelona. 44, p. 17-41.

- RAMON TORRES, J. (1995) – *Las Ánforas Fenicio-púnicas del Mediterráneo Central y Occidental*. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- RAMON TORRES, J. (2008) – El comercio Púnico en occidente en época tardorrepública (siglos -II/-I): Una perspectiva actual según el tráfico de productos envasados en ánforas. In: UROZ SÁEZ, J., NOGUERA CELDRÁN, J. M. & COARELLI, F. (eds.), *Iberia e Italia: modelos romanos de integración territorial*. Murcia: Tabularium. p. 67-100.
- RAMON TORRES, J. (2012a) – La cerámica púnico-ebusitana en época tardía (siglos III-I a.C.). In: BERNAL, D. & RIBERA, A. (eds.), *Cerámicas Hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz: Universidad de Cádiz. p. 583-617.
- RAMON TORRES, J. (2012b) – Perduraciones y cambios en las producciones cerámicas tardopúnicas en el Extremo Occidente Mediterráneo. In: MORA SERRANO, B. & CRUZ ANDREOTTI, G. (coords.), *La etapa neopúnica en Hispania y el Mediterráneo centro occidental: identidades compartidas*. Málaga: Universidad de Málaga. p. 223-258.
- RAMON TORRES, J., SÁEZ ESPLIGARES, A., SÁEZ ROMERO, A. & MUÑOZ VICENTE, Á. (2007) – *El taller alfarero tardoarcaico de Camposoto (San Fernando, Cádiz)*. Sevilla: Junta de Andalucía.
- RIBEIRO, E. Cação. & FERREIRA, O. da V. (1971) – Acerca dos vasos com “janelas triangulares” do Castro de Cerro Furado (Guadiana). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 81, p. 255-259.
- RIBEIRO, Margarida (1971) – Anzóis de Tróia. Subsídios para o estudo da pesca no período lusitano-romano. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.3, 4, p. 221-236.
- RIBERA i LACOMBA, A. & MARÍN JORDÀ, C. (2003) – Las importaciones itálicas del nivel de fundación (138 a.C.) de la ciudad romana de Valentia. In: *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 38. Bonn: Rei Cretariae Romanae Fautorum. p. 287-294.
- RICCI, M. (1973) – Per una cronologia delle lucerne tardo-republicane. *Rivista di Studi Liguri*. Roma. 39, p. 168-234.
- RIDGWAY, D. (1997) – Nestor’s Cup and the Etruscans. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 16:3, p. 325-344.
- RÍSQUEZ CUENCA, C. (1993) – *Las Cerámicas de Cocción Reductora en el Alto Guadalquivir durante la Época Ibérica: Hacia una Tipología Contextual*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Granada. Edição Policopiada.
- ROBINSON, H. S. (1959) – *The Athenian Agora 5. Pottery of the Roman Period. Chronology*. Athens/Princeton: American School at Athens.
- ROCHA, António dos Santos (1971) – *Memórias e Explorações Arqueológicas. Volume 2: Estações pré-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- ROCHA, António dos Santos (1975 [1896]) – A necrópole proto-histórica da Fonte Velha, em Bensafim. In: *Memórias e Explorações Arqueológicas. Volume 3: Memórias sobre a Antiguidade*. Coimbra: Universidade de Coimbra. p. 127-141.
- RODRIGUES, V. (2016) – *Parures et échanges au Premier Âge du Fer des Pyrénées à l’Atlantique (VIII-Ve siècles)*. Tese de Doutoramento apresentada à Université de Pau et des Pays de l’Adour. Edição policopiada.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1993) – Sobre la periferia Turdetana y la configuración diversa de la Beturia prerromana. Célticos y Túrdulos en el Guadiana Medio. *SPAL*. Sevilla. 2, p. 243-267.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1994) – Algunas reflexiones sobre el fin de Tartessos en la cuenca media del Guadiana: la crisis del cuatrocientos y el desarrollo de la Beturia, CuPAUAM. Madrid. 21, p. 9-34.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1995) – El Valle Medio del Guadiana, “Espacio de Frontera” en la Protohistoria del Suroeste (II), *Saguntum*. València. 28, p. 111-130.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (2004) – *El Edificio Protohistórico de «La Mata» (Campanario, Badajoz) y su estudio territorial*. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- ROOS, A. M. (1982) – Acerca de la antigua cerámica gris a torno de la Península Ibérica. *Ampurias*. Barcelona. XLIV, p. 43-70.
- ROUILLARD, P. (1975) – Un cratère inédit du Peintre du Thyrsé Noire à Alcácer do Sal. *Conímbriga*. Coimbra. XIV, p. 177-183.
- ROUILLARD, P. (1991) – *Les Grecs et la Péninsule Ibérique : du VIIIe au IVe siècle avant Jésus-Christ*. Paris : Diffusion du Bocard.

- ROUILLARD, P. (2009) – Le vase grec entre statut et fonction: le cas de la Péninsule Ibérique. In: TSINGARIDA, A. (ed.), *Shapes and uses of Greek vases (7th-4th centuries B.C.)*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles. p. 366-376
- ROUILLARD, P., GAILLEDAT, E. & SALA SELLÉS, F. (2007) – *L'établissement protohistorique de La Fonteta : (fin VIIIe - fin VIe siècle av. J. C.)*. Madrid: Casa de Velázquez.
- ROUILLARD, P., PAIXÃO, A. C., VILLANUEVA-PUIG, M.-C. & DURAND, J.-L. (1988-9) – Les vases grecques d'Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.4, 6-7, p. 43-108.
- ROVIRA, Carmen (2002) – Els objectes metàl·lics. In: PONS, E. (dir), *Mas Castellar de Pontós (Alt Empordà). Un complex arqueològic d'època ibèrica (Excavacions 1990-1998)*. Barcelona: Museo d'Arqueologia de Catalunya. p. 333-367.
- ROVIRA, Salvador, MONTERO, I., ORTEGA, J. & JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2005) – Bronce y trabajo del bronce en el poblado orientalizante de 'El Palomar' (Oliva de Mérida, Badajoz). In: CELESTINO PÉREZ, S. & JIMÉNEZ ÁVILA, J. (eds.), *El Período Orientalizante*. Madrid: CSIC. p. 1231-1240.
- RUANO RUIZ, E. (1996) – *Las cuentas de vidrio prerromanas del Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera*. Ibiza: Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera.
- RUANO RUIZ, E. (2000) – *Las cuentas de vidrio halladas en España desde la Edad del Bronce hasta el Mundo Romano*. Madrid: Stock Cero.
- RUEDA, C. & OLMOS, R. (2014) – Las crateras áticas de la Cámara Princesca de Piquía (Arjona): los vasos de la memoria de uno de los últimos linajes iberos. In: RUIZ, A. & MOLINOS, M. (eds.), *Jaén, Tierra Ibera. 40 Años de Investigación y Transferencia*. Jaén: Universidad de Jaén. p. 375-392.
- RUFETE TOMICO, P. (1987) – La cerámica con engobe rojo de Tejada. In: FERNÁNDEZ JURADO, J. (ed.), *Tejada la Vieja: una ciudad protohistórica*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva. p. 139-150.
- RUFETE TOMICO, P. (1988-1989) – Las cerámicas con engobe rojo de Huelva. *Huelva Arqueológica*. Huelva. X-XI, p.11-40.
- RUFETE TOMICO, P. (2002) – El Final de Tartessos y el periodo Turdetano en Huelva. *Huelva Arqueológica*, 17. Huelva: Diputación Provincial de Huelva.
- RUIZ DELGADO, M. M.^a (1989) – *Fíbulas Protohistóricas en el Sur de la península Ibérica*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995) – *Ritos de paso y puntos de paso: la ría de Huelva en el mundo del Bronce Final europeo*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- RUIZ MATA, D. (1986) – Aportación al análisis de los inicios de la presencia fenicia en Andalucía Sudoccidental, según las excavaciones del Cabezo de San Pedro (Huelva), S. Bartolomé (Almonte, Huelva), Castillo de Doña Blanca (Puerto de Santa María, Cádiz) y El Carambolo (Camas, Sevilla). In: *Homenaje a L. Siret (1934-1984)*. Sevilla: Junta de Andalucía. p. 537-556.
- RUIZ MATA, D. (1991) – El túmulo 1 de la necrópolis de Las Cumbres. In: *I-IV Jornadas de Arqueología fenicio-púnica (Ibiza 1986-1989)*. Ibiza: Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera. p. 207-220.
- RUIZ MATA, D. (1995) – Las cerámicas del Bronce Final. Un soporte tipológico para delimitar el espacio y el tiempo tartésico. In: *Tartessos 25 años después 1968-1993*. Jerez de la Frontera: Ayuntamiento de Jerez de la Frontera. p. 265-313.
- RUIZ MATA, D. & PÉREZ PÉREZ, C. (1995) – *El Poblado Fenicio del Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa María, Cádiz)*. Puerto de Santa María: Ayuntamiento del Puerto de Santa María.
- RUIZ RODRÍGUEZ, A., MOLINOS MOLINOS, M., RÍSQUEZ CUENCA, C. & GÓMEZ, F. & ÁNGEL, M. (2014) – La cámara de Piquía (Arjona). In: RUIZ, A. & MOLINOS, M. (eds.), *Jaén, Tierra Ibera. 40 Años de Investigación y Transferencia*. Jaén: Universidad de Jaén. p. 357-374.
- RUIZ ZAPATERO, G. (1985) – *Los campos de Urnas del NE de la Península Ibérica*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Complutense de Madrid. Edição policopiada.
- RUIZ ZAPATERO, G. & LORRIO, A. (2000) – La “belleza del guerrero”: los equipos de aseo personal y el cuerpo en el mundo Celtibérico. *Soria Arqueológica*. Soria. 2, p. 279-307.
- SÁEZ ROMERO, A. (2005) – Aproximación a la tipología de la cerámica común púnico-gadirita de los ss. III-II. *SPAL*. Sevilla. 14, p. 145-178.
- SÁEZ ROMERO, A. (2008) – *La producción cerámica en Gadir en época tardopúnica (siglos -III/-I)*. Oxford: Archaeopress.
- SÁEZ ROMERO, A. (2014a) – Oculto bajo el barniz. Aproximación inicial a las producciones grises de la Gadir de época tardoclásica-helenística (siglos -IV/-III). In: GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. & GARCÍA

- VARGAS, E. (eds.), *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética Occidental durante la Antigüedad* (s. VI A.C – VI D.C.). Barcelona: Universitat de Barcelona. p. 33-78.
- SAÉZ ROMERO, A. (2014b) – Imitaciones en las vajillas de mesa en la Bahía de Cádiz desde la transición tardoarcaica hasta la época tardopúnica. Actualización de los datos y nuevas propuestas. In: GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. & GARCÍA VARGAS, E. (eds.), *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética Occidental durante la Antigüedad* (s. VI A.C – VI D.C.). Barcelona: Universitat de Barcelona. p. 79-118.
- SALA SELLÉS, F. (2007) – La céramique grise. In: ROUILLARD, P., GAILLED RAT, E. & SALA SELLÉS, F., *L'établissement protohistorique de La Fonteta : (fin VIIIe - fin VIe siècle av. J. C.)*. Madrid: Casa de Velázquez. p. 199-212.
- SALVADOR MATEOS, R. & PEREIRA, J. A. (2012) – A “Necrópole” da Carlota (São Brissos, Beja) no contexto cultural da 1ª Idade do Ferro no Baixo Alentejo: dados preliminares. In: *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste*. Almodôvar: Câmara Municipal de Almodôvar. p. 317-330.
- SALVADOR MATEOS, R. & PEREIRA, J. A. (2017) – A paisagem funerária a Oeste de Beja no Período Orientalizante: as necrópoles da Carlota (São Brissos) e de Cinco Réis 8 (Santiago Maior). In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.), *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística e Arqueológica de Mérida. p. 333-352.
- SANAHUJA YLL, M.^a E. (1971) – Instrumental de hierro agrícola e industrial de la Época Ibero-Romana en Cataluña. *Pyrenae*. Barcelona. 7, p. 61-110.
- SÁNCHEZ, C. (1991) – *El comercio de productos griegos en Andalucía oriental: siglos V y IV a. C. Estudio tipológico e iconográfico de la cerámica*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Complutense de Madrid. Edição policopiada.
- SÁNCHEZ MESSEGUER, J. L. & QUESADA SANZ, F. (1992) – La necrópolis ibérica del Cabecico del Tesoro (Verdolay, Murcia). In: BLÁNQUEZ PÉREZ, J. & ANTONA DEL VAL, V. (eds.), *Congreso de Arqueología Ibérica: las necrópolis*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. p. 349-396.
- SANMARTÍ GREGO, E. (1978) – L'atelier des patères à trois palmettes radiales et quelques productions connexes. In: *Journées d'Étude de Montpellier sur la Céramique Campanienne*. Montpellier: Fédération Archéologique de l'Hérault. p. 21-36.
- SANMARTÍ GREGO, E. & PRINCIPAL, J. (2000) – Les Ceràmiques campanianes tardanes. Algunes impressions a partir de la fàcies documentada a Pollentia. In: AQUILUÉ ABADÍAS, X., GARCÍA ROSELLÓ, J. & GUITART DURÁN, J. (coords.), *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I a.C.: Centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica*. Mataró: Museu de Mataró. p. 145-147.
- SAN NICOLÁS, M.^a del P. (1975) – Las cáscaras de huevo de avestruz fenicio-púnico en la Península Ibérica y Baleares. *CuPAUAM*. Madrid. 2, p. 75-100.
- SANTOS, Filipe, ANTUNES, Ana Sofia, DEUS, M. de & GRILO, C. (2017) – A necrópole de Palhais (Beringel, Beja). In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.), *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística e Arqueológica de Mérida. p. 227-262.
- SANTOS, Filipe, ANTUNES, Ana Sofia, GRILO, C. & DEUS, M. de (2009) – A necrópole da I Idade do Ferro de Palhais (Beringel, Beja). Resultados preliminares de uma intervenção de emergência no Baixo-Alentejo. In: *IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Huelva: Universidad de Huelva. p. 746-804.
- SARAÇOĞLU, A. (2011) – Hellenistic and Roman unguentaria from the necropolis of Tralleis. *Anadolu-Anatolia*. Ankara. 37, p. 1-42.
- SAVIO, G. (2004) – *Le uova di struzzo dipinte nella cultura punica*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- SCHEID, J. & SVENBRO, J. (1996) – *The Craft of Zeus. Myths of Weaving and Fabric*. Cambridge: Harvard University Press.
- SCHMITT, A. (2000) – Étude pétrographique des céramiques phéniciennes d'Abul. In: MAYET, F. & SILVA, Carlos Tavares da, *L'établissement phénicien d'Abul. Portugal*. Paris: Diffusion du Bocard. p. 265-79.
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Sudwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter & Co.
- SCHUBART, H. (1976) – Westphönizische Teller. *Rivista di Studi Fenici*. Roma. 4, p. 179-196.
- SCHUBART, H. (1979) – Morro de Mezquitilla. Informe preliminar sobre la campaña de excavaciones de 1976. *Noticiario Arqueológico Hispanico*. Madrid. 6, p. 175-209.

- SCHUBART, H. (1985) – Morro de Mezquitilla. Informe preliminar sobre la campaña de excavaciones de 1982 realizada en el asentamiento fenicio cerca de la desembocadura del río Algarrobo. *Noticiario Arqueológico Hispanico*. Madrid. 23, p. 143-174.
- SCHUBART, H. (2002-2003) – Platos fenicios de occidente. *Lucentum*. Alicante. XXI-XXII, p. 45-61.
- SCHUBART, H. & MAASS-LINDEMANN, G. (1995) – Las excavaciones en la Necrópolis de Jardín (Vélez-Málaga, Málaga). *Cuadernos de Arqueología Mediterránea*. Barcelona. 1, p. 57-216.
- SCHUBART, H. & MAASS-LINDEMANN, G. (2007) – *Toscanos 1967-1984*. Berlim: Walter de Gruyter & Co.
- SCHÜLE, W. (1969) – *Die Meseta-kulturen der Iberischen Halbinsel: Mediterrane und Eurasische elemente in früheisen zeitlichen kulturen südwesteuropas*. Berlim: Walter de Gruyter & Co.
- SCONZO, P. (2005) – Uova di struzzo dipinte da Mozia. In: GIAMMELLARO, A. S. (ed.), *Atti del V Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*, Volume II. Palermo: Università degli Studi di Palermo. p. 603-614.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. de (2000) - O Problema dos Primeiros Ferros Peninsulares em contextos do Bronze Final da Orla Atlântica: os dados do “Outeiro do castelo de Beijos” (Carregal do Sal). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Viseu. 6, p. 43-60.
- SENNA-MARTINEZ, J. C., LUÍS, E., REPREZAS, J., LOPES, F., FIGUEIREDO, E., ARAÚJO, M.^a de F. & SILVA, R. J. C. (2013) – Os machados Bujões/Barcelos e as origens da metalurgia do bronze na fachada atlântica peninsular. In: ARNAUD, J. M., MARTINS, A. & NEVES, C. (coords.), *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 591-600.
- SEPÚLVEDA, E.; SOUSA, É. M. de; FARIA, J. C. & FERREIRA, M. (2001) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 2: ‘cerâmicas de verniz negro’ e cinzentas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.4, 19, p. 199-234.
- SERRÃO, E. da C. (1958) – Cerâmica com ornatos a cores da Lapa do Fumo (Sesimbra). In: *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. p. 337-359.
- SERRÃO, E. da C. (1961) – Cerâmica proto-histórica da Lapa do Fumo (Sesimbra) com ornatos coloridos e brunidos. *Zephyrus*. Salamanca. 9: 2, p. 177-186.
- SERRÃO, E. da C. (1964) – *A necrópole proto-histórica do Casalão, Sesimbra*. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.
- SERRÃO, E. da C. (1967) – Bronzes de Alfirim e de Pedreiras. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa. S.3, 10, p.76-93.
- SERRÃO, E. da C. (1970) – As cerâmicas de “retícula bruñida” das estações arqueológicas espanholas e com “ornatos brunidos” da Lapa do Fumo. In: *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, Volume II. Lisboa: AAP. p. 271-307.
- SERRÃO, E. da C. (1994) – *Carta Arqueológica de Sesimbra*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da & GOMES, M. V. (1992) – *Proto-história de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.
- SILVA, Carlos Tavares da (2005) – A presença fenícia e o processo de Orientalização nos Estuários do Tejo e do Sado. In: JIMÉNEZ ÁVILA, F. J. e CELESTINO PÉREZ, S. (eds.), *El Período Orientalizante*. Madrid: CSIC. p. 749-766.
- SILVA, C. T. da (ed.) 2018. *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos*. Setúbal: MAEDS.
- SILVA, Carlos Tavares da & SOARES, Joaquina (1973) – Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal). In: *Actas das II Jornadas Arqueológicas*, Volume I. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 245-305.
- SILVA, Carlos Tavares da & SOARES, Joaquina (1986) – *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.
- SILVA, Carlos Tavares da & SOARES, Joaquina (1997) – Chibanes Revisitado. Primeiros resultados da campanha de escavações de 1996. *Estudos Orientais*. Lisboa. 6, p. 33-66.
- SILVA, Carlos Tavares da & SOARES, Joaquina (2012) – Castro de Chibanes (Palmela). Do III milénio ao séc. I a.C. In: *Palmela arqueológica no contexto da região interestuarina Sado-Tejo*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela. p. 67-87.
- SILVA, Carlos Tavares da, SOARES, Joaquina, BEIRÃO, C. de M., DIAS, L. F. e COELHO-SOARES, A. (1980-1) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6-7, p. 149-218.

- SILVA, Carlos Tavares da & SOARES, Joaquina; COELHO-SOARES, A.; DUARTE, S. & GODINHO, R. (2014) – Preexistências de Setúbal. 2ª campanha de escavações arqueológicas na Rua Francisco Augusto Flamengo, nºs 10-12. Da Idade do Ferro ao Período Medieval. *Musa*. Setúbal. 4, p. 161-214.
- SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da (1875) – Uma necrópolis romana em Portugal. *Boletim da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeologos Portugueses*. Lisboa. S.I, 6, p. 91.
- SILVA, Rodrigo Banha da & SOUSA, M. J. (2016) – O Castelo dos Mouros nos Primeiros Séculos do I Milénio a.C.. *Al-madan*. Almada. 20, pp. 22-26.
- SIMEK, R. (2007) – *Dictionary of Northern Mythology*. Woodbridge: D. S. Brewer.
- SOARES, António Monge (2005) – Os povoados do Bronze Final do Sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana: novos dados sobre a cerâmica de ornatos brunidos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 1, p. 111-145.
- SOARES, António Monge (2013) – O sistema de povoamento do Bronze Final no Baixo Alentejo – Bacia do Guadiana. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 273-302.
- SOARES, Joaquina, FERNANDES, L., SILVA, Carlos Tavares da, PEREIRA, Teresa Rita, DUARTE, S. & COELHO-SOARES, A. (2019a) – Preexistências de Setúbal: intervenção arqueológica na Rua Vasco Soveral 8-12. *Ophiussa*. Lisboa. 3, p. 155-183.
- SOARES, Joaquina e SILVA, Carlos Tavares (1979) – Cerâmica pré-romana de Miróbriga (Santiago de Cacém). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 5, p. 159-185.
- SOARES, Joaquina e SILVA, Carlos Tavares da (1986) – Ocupação pré-romana de Setúbal: escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos. *Actas do I Encontro de Arqueologia Urbana*. Lisboa: IPPC. p. 87-101.
- SOARES, Joaquina, SILVA, Carlos Tavares da, DUARTE, S., PEREIRA, Teresa Rita & SORIA, V. (2019b) – Aspectos da presença militar romano-republicana no Castro de Chibanes (Palmela). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 22, p. 79-93.
- SOARES, Ricardo (2012) – *A Arrábida no Bronze Final: a paisagem e o homem*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição Policopiado.
- SOARES, Rui Monge, BAPTISTA, L., PINHEIRO, R., OLIVEIRA, L., RODRIGUES, Z. & VALE, N. (2017) – A necrópole da I Idade do Ferro do Monte do Bolor 1-2 (São Brissos, Beja). In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.), *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística e Arqueológica de Mérida. p. 263-302.
- SOARES, Rui Monge, BAPTISTA, L. & RODRIGUES, Z. (2016) – Os primeiros enterramentos sidéricos conhecidos na margem esquerda do Guadiana em território português. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 19. p. 129-141.
- SOARES, Rui Monge & MARTINS, A. (2013) – A necrópole da Nora Velha 2 (Ourique). Novos dados e interpretações 20 anos após a sua escavação. In: ARNAUD, J. M., MARTINS, A. & NEVES, C. (coords.), *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 661-669.
- SOLIER, Y. (1969) - Note sur les potiers pseudo-campaniens Nikias et Iôn. *Révue Archéologique Narbonnaise*. Montpellier. 2: 1, p. 29-48.
- SOLIER, Y. & SANMARTÍ GRECO, E. (1978) – Note sur l’atelier pseudo-campanien des rosettes nominales. In: *Journées d’Étude de Montpellier sur la Céramique Campanienne*. Montpellier: Fédération Archéologique de l’Hérault. p. 37-42.
- SORIA, V. (2018) – *La ceramica a vernice nera italica e le imitazioni a impasto grigio in Portogallo tra il II e il I secolo a.C.: una prospettiva di studio*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- SORIA, V. & PALMA, M.ª de F. (2017) – A cerâmica de tipo Kuass em Mértola (Portugal). As escavações da Biblioteca Municipal. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 90, p. 77-96.
- SORIA COMBADIERA, L. & GARCÍA MARTÍNEZ, H. (1996) – *Broches y placas de cinturón de la Edad del Hierro en la provincia de Albacete. Una aproximación a la metalurgia protohistórica*. Albacete: Diputación de Albacete.
- SOUSA, E. de (2009) – *A cerâmica de tipo Kuass no Algarve: os casos de Castro Marim e de Faro*. Lisboa: UNIARQ.
- SOUSA, E. de (2010) – The use of “Kuass ware” during the Republican Period in the Algarve (Portugal). In: *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 41. Bonn: Rei Cretariae Romanae Fautores. p. 523-528.

- SOUSA, E. de (2013) – A Idade do Ferro no concelho da Amadora. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 149-165.
- SOUSA, E. de (2014) – A Ocupação Pré-Romana da Foz do Estuário do Tejo. Lisboa: UNIARQ.
- SOUSA, E. de (2016) – Algumas considerações sobre a ocupação do final da Idade do Bronze na Península de Lisboa. In: SOUSA, A. C., CARVALHO, A. & VIEGAS, C. (eds.), *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: UNIARQ. p. 387-402.
- SOUSA, E. de (2017) – A cerâmica de engobe vermelho de Lisboa. In: CAESSA, A., NOZES, C., CAMEIRA, I. & SILVA, Rodrigo Banha da (coords. eds.), *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa. p. 212-221.
- SOUSA, E. de (2018) – A Idade do Ferro em Lisboa: uma primeira aproximação a um faseamento cronológico e à evolução da cultura material. *CuPAUAM*. Madrid. 42, p. 167-185.
- SOUSA, E. de (2019) – Fish-plates in Western Iberia: between internal evolution and the incorporation of the Hellenistic model. In: PEIGNARD-GIROS, A. (ed.), *Daily Life in a Cosmopolitan World: Pottery and Culture during the Hellenistic Period. Proceedings of the 2nd Conference of IARPotHP*. Viena: Phobos Verlag. p. 301-312.
- SOUSA, E. de & ARRUDA, A. M. (2011) – A gaditanização do Algarve. *Mainaké*. Málaga. XXXII: II, pp. 951-974.
- SOUSA, E. de & ARRUDA, A. M. (2013) – A cerâmica de Tipo Kuass de Monte Molião (Lagos). In: ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. & NEVES, C. (eds.), *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 651-659.
- SOUSA, E. de & ARRUDA, A. M. (2014) – A cerâmica comum romano-republicana de Monte Molião (Lagos). *Onoba*. Huelva. 2, pp. 55-90.
- SOUSA, E. de & ARRUDA, A. M. (2018) – A Idade do Ferro na Alcáçova de Santarém (Portugal): os resultados da campanha de 2001. *Onoba*. Huelva. 6, p. 57-95.
- SOUSA, E. de & FERNANDES, L. (2019) – A cerâmica de Tipo Kuass das escavações do Teatro Romano de Lisboa. *Conímbriga*. Coimbra. LVIII, p. 101-126.
- SOUSA, E. de & GUERRA, S. (2018) – A presença fenícia em Lisboa: novos vestígios descobertos no alto da colina do Castelo de São Jorge. *Saguntum*. Valencia. 50, p. 57-88.
- SOUSA, E. de & PIMENTA, J. (2014) – A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In: MORAIS, R., FERNANDEZ, A. & SOUSA, M. J. (eds.), *As produções de imitação na Hispania*. Porto: Universidade do Porto/Ex Officina Hispana. p. 303-316.
- SOUSA, E. de & PIMENTA, J. (2017) – Produções cerâmicas de inspiração grega no Vale do Baixo Tejo. In: ARNAUD, J. M. & MARTINS, A. (eds.), *Arqueologia em Portugal 2017 – estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 887-895.
- SOUSA, E. de, PIMENTA, J., MENDES, H. & ARRUDA, A. M. (2016-2017) – A ocupação Proto-Histórica do Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal). *Cira-Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 5, p. 9-32.
- SOUSA, E. de & PINTO, M. (2016) – A ocupação da Idade do Ferro na colina do Castelo de São Jorge (Lisboa, Portugal): novos dados das escavações realizadas na Rua do Recolhimento/ Beco do Leão. *Apointamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 11, p. 59-67.
- SOUSA, E. de & SERRA, M. (2006) – Resultados das Intervenções Arqueológicas realizadas na zona de protecção de Monte Molião (Lagos). *Xelb*. Silves. 6, p. 11-26.
- SPARKES, B. A. & TALCOTT, L. (1970) – *The Athenian Agora, Volume XII. Black and plain pottery of the 6th, 5th and 4th centuries B.C.*. Princeton: American School of Classical Studies.
- SPINDLER, K., BRANCO, A. C., ZBYSZEWSKY, G. & FERREIRA, O. da V. (1973-1974) – Le monument à coupole de l'âge du bronze final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 57, p. 91-154.
- STARY, P. F. (1989) – Eisenzeitlich Wagengräber aus der Iberischen Halbinsel. *Madrider Mitteilungen*. Madrid. 30, p. 151-183.
- de SUS, M.^a L. (1986) – Fusayolas del poblado celtibérico de Los Castellares (Herrera de los Navarros, Zaragoza). I. Tipología y función. *Boletín del Museo de Zaragoza*. Zaragoza. 5, p. 183-208.
- SUSMANN, V. (2007) – *Oil-lamps in the Holy Land: Saucer Lamps – From the beginning to the Hellenistic Period*. Oxford: Archeopress.
- TOMS, J. (2000) – The arch fibula in Early Iron Age Italy. In: WHITEHOUSE, R., HERRING, E., PEARCE, M., RIDGWAY, D., RIDGWAY, F. S. & WILKINS, J. (eds.), *Ancient Italy in its Mediterranean Setting: Studies in Honour of Ellen Macnamara*, vol. 4. Londres: Accordia Research Institute. p. 91-116.

- TORRECILLAS, J.F. (1985) – *La necrópolis de época tartésica del «Cerrillo Blanco» (Porcuna, Jaén)*. Jaén: Instituto de Estudios Giennenses - CSIC/ Diputación Provincial de Jaén.
- TORRES ORTIZ, M. (1999) – *Sociedad y Mundo Funerario en Tartessos*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- TORRES ORTIZ, M. (2002) – *Tartessos*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- TORRES ORTIZ, M. (2004) – Las necrópolis tartésicas. In: GONZÁLEZ PRATS, A. (ed.) – *El mundo funerario. Actas del III Seminario Internacional sobre Temas Fenicios*. Alicante: Universidad de Alicante. p. 425-255.
- TORRES ORTIZ, M. (2005) – ¿Una colonización tartésica en el interfluvio Tajo-Sado durante la Primera Edad del Hierro? *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 2, p. 193-213.
- TORRES ORTIZ, M. (2008a) – Vasos «a chardón». In: ALMAGRO-GORBEA, Martín (dir.), *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 658-662.
- TORRES ORTIZ, M. (2008b) – Urnas de Tipo Cruz del Negro. In: ALMAGRO-GORBEA, Martín (dir.), *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los Hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 631-654.
- TORRES ORTIZ, M. (2008c) – Fíbulas. In: ALMAGRO-GORBEA, Martín (dir.), *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 529-535.
- TORRES ORTIZ, M. (2008d) – Brazaletes. In: ALMAGRO-GORBEA, Martín (dir.), *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 536-539.
- TORRES ORTIZ, M. (2008e) – Pinzas. In: ALMAGRO-GORBEA, Martín (dir.), *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 540-541.
- TORRES ORTIZ, M. & MEDEROS MARTÍN, A. (2010) – Un nuevo análisis de la necrópolis “fenicia” de Rachgoun (Argelia). In: FERJAOUI, A. (coord.), *Carthage et les autochtones de son empire au temps de Zama. Hommage à Mhamed Hassin Fantar*. Tunis : Institut National du Patrimoine. p. 359-378.
- TREHERNE, P. (1995) – The Warrior’s Beauty: The Masculine Body and Self-Identity in Bronze-Age Europe. *Journal of European Archaeology*. Praga. 3: 1, p. 105-144.
- TRISTÃO, L. (2012) – *Armas e Ritos na II Idade do Ferro do Ocidente Peninsular*. Tese de Mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa. Edição policopiada.
- ULBERT, G. (1984) – *Caceres el Viejo. Ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura*. Mainz: Philipp von Zabern.
- UROZ RODRÍGUEZ, H. (2015) – La vajilla de bronce romana tardorrepública de Libisosa. *Madridrer Mitteilungen*. Madrid. 56, p. 168-210.
- VALLÉE, M. (2018) – Pratiques cultuelles, sacrificielles et funéraires dans les mondes celtes anciens: une approche archéologique à partir de l’étude des oiseaux. *Carnet de l’école doctorale Histoire de l’Art et Archéologie*. Paris. S/N, s/p.
- VALLEJO SÁNCHEZ, I. (1999a) – Las decoraciones bruñidas en las cerámicas grises orientalizantes. *SPAL*. Sevilla. 8, p. 85-100.
- VALLEJO SÁNCHEZ, I. (1999b) – *La Cerámica Gris Orientalizante del Castillo de Doña Blanca, El Puerto de Santa María, Cádiz*. Tese de Licenciatura apresentada à Universidade de Cádiz. Edição policopiada.
- VALLEJO SÁNCHEZ, I. (2005) – Las cerámicas grises orientalizantes de la Península Ibérica: una nueva lectura de la tradición Alfarera Indígena. In: CELESTINO PÉREZ, S. & JIMÉNEZ ÁVILA, J. (eds.), *El Período Orientalizante*. Madrid: CSIC. p. 1149-1172.
- VALLEJO SÁNCHEZ, I. (2015) – *Las cerámicas grises orientalizantes de la Península Ibérica*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Cádiz. Edição policopiada.
- VAQUERIZO GIL, D. (1988-1989) – Ensayo de sistematización de la cerámica ibérica de las necrópolis de Almedilla (Córdoba). *Lucentum*. Alicante. 78, p. 103-132.
- VAQUERIZO, D. (1999) – *La cultura ibérica en Córdoba: un ensayo de síntesis*. Córdoba: Universidad de Córdoba.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1895) – Excursão archeológica a Alcácer-do-Sal. *O Archeólogo Português*. Lisboa. I, p. 65-92.
- VASCONCELOS, J. L. de (1919-1920) – Estudos sobre a época do ferro em Portugal. *O Archeólogo Português*. Lisboa. S. 1, XXIV, p. 99-107.
- VEGAS, M. (1999) – Phoniko-punische Keramik aus Cartago. In: RAKOB, F. (dir.), *Karthago III. Die Deutschen Ausgrabungen in Karthago*. Darmstadt: Philipp von Zabern. P. 93-219.

- VEIGA, S. P. M. E. (1880) – *Memória das Antiguidades de Mértola*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, S. P. M. E. (2005 [1891]) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, Volume 4. Faro: Universidade do Algarve.
- VELÁZQUEZ BRIEVA, F. (2007) – *El Dios Bes: de Egipto a Ibiza*. Ibiza: Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera.
- VENTURA MARTÍNEZ, J.J. (2000) – La cerámica de barniz negro de los siglos II-I a.C. en Andalucía occidental. In AQUILUÉ ABADÍAS, X., GARCÍA ROSELLÓ, J. & GUITART DURÁN, J. (coords.), *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I a.C.: Centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica*. Mataró: Museo de Mataró. p. 177-215.
- VERCOUTTER, J. (1945) – *Les objets égyptiens et égyptisants du mobilier funéraire carthaginois*. Paris: Paul Gethner.
- VIANA, A. (1945) - Museu Regional de Beja, II – Sepulturas da Idade do Ferro na Herdade das Carretas, concelho de Beja. *Arquivo de Beja*. Beja. II, p. 311- 315.
- VIANA, A. (1962) – *Algumas noções elementares de Arqueologia Prática*. Beja: Edição do Autor.
- VIANA, A. & DEUS, A. D. de (1950a) – Necrópolis Celtico-Romanas del Consejo de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 23, p. 229-254.
- VIANA, A. & DEUS, A. D. de (1950b) – Necrópolis Celtico-Romanas del Consejo de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 23, p. 229-254.
- VIANA, A. & DEUS, A. D. de (1951) – Notas para el estudio de la edad del hierro en el concejo de Elvas (Portugal). In: *Crónica del VI Congreso Arqueológico del Sudeste*. Alcoy: Papelería Española, p. 89-104.
- VIANA, A. & DEUS, A. D. de (1955) – Nuevas Necrópolis Celto-Romanas de la Región de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 28, p. 33-68.
- VIANA, A. & DEUS, A. D. de (1958) – Campos de Urnas da Região de Elvas. *O Instituto*. Coimbra. 118, p. 133-193.
- VIANA, A.; FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. da V. (1953) – De lo prerromano a lo árabe en el museo regional de Lagos. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 26, p. 113-138.
- VIEGAS, C. (2010) – *A ocupação romana do Algarve*. Lisboa: UNIARQ.
- VIEGAS, C. (2014) – Terra sigillata imports in Salacia (Alcácer do Sal, Portugal). In: *Rei Cretariae Romanae Fautorum*, Acta 43. Bonn: Rei Cretariae Romanae Fautorum. p. 755-764.
- VILAÇA, R. (2006) – Artefactos de ferro em contextos do Bronze Final do território português: Novos contributos e reavaliação dos dados. *Complutum*. Madrid. 17, p. 93-98.
- VILAÇA, R. (2007) – Todos os caminhos vão dar ao Ocidente: trocas e contactos no Bronze Final. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 15, p. 135-154.
- VILAÇA, R. (2008) – Reflexões em torno da “presença mediterrânea” no Centro do território português, na charneira do Bronze para o Ferro. In: CELESTINO, S., RAFEL, N. & ARMADA, X.-L. (eds.), *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e)*. La precolonización a debate. Madrid: CSIC. p. 371-401.
- VILAÇA, R. (2009) – Sobre rituais do corpo em finais do II milénio/ inícios do I milénio a.C.: do espaço europeu ao território português. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 489-511.
- VILAÇA, R. (2014a) – The Faces of Death: from the Bronze to the Iron Age, between the North and the South of the Portuguese territory. In: CRUZ, A., CERRILLO CUENCA, E., BUENO RAMÍREZ, P., CANINAS, J. C. & BATATA, C. (eds.), *Rendering Death: Ideological and Archaeological Narratives From Recent Prehistory (Iberia)*. Oxford: Archaeopress. p. 125-138.
- VILAÇA, R. (2014b) – Ensaio sobre a região de Beja em torno do ano mil a.C.. Entre a tradição e a inovação. In: VILAÇA, R. & SERRA, M. (eds.), *Idade do Bronze no Sudoeste. Novas perspectivas sobre uma velha problemática*. Coimbra: Instituto de Arqueologia – FLUC. p. 101-125.
- VILAÇA, R. (2017) – Da morte e seus rituais em finais da Idade do Bronze no Centro de Portugal: 20 anos de investigação. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. XVII, p. 101-134.
- VILAÇA, R. & CRUZ, D. J. da (1999) – Práticas funerárias e cultuais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta. *Arqueologia*. Porto. 24, p. 73-99.
- VILAÇA, R. & CUNHA, E. (2005) – A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra), novos contributos. *Al-Madan*. Almada. 13, p. 48-57.

- VILHENA, J. (2006) – *O Sentido da Permanência. As Envolventes do Castro da Cola nos 2º e 1º Milénios a.C..* Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes. Edição policopiada.
- VILHENA, J. (2008) – As armas e os barões assinalados? Reflexões em torno das necrópoles monumentais do “Ferro de Ourique” (Sul de Portugal). In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.), *Sidereum Ana I: El río Guadiana en Época Post-Orientalizante*. Madrid: CSIC. p. 373-397.
- VIVES-FERRÁNDIZ SÁNCHEZ, J. (2006-2007) – La vida social de la vajilla de bronce etrusca en el este de la Península Ibérica. Notas para un debate. *Revista d’Arqueologia de Ponent*. Lleida. 16-17, p. 318-324.
- VUILLEMOT, G. (1955) – La necrópole punique du phare dans l’Île de Rachgoun (Oran). *Lybica, Série Archéologie-Épigraphie*. Argel. 3: 1, p. 6-76.
- WILL, E. L. (1982) – Greco-Italic Amphoras. *Hesperia*. Atenas. 51, p. 338-356.
- WILSON, V. (1975) - The Iconography of Bes with Particular Reference to the Cypriot Evidence. *Levant*. Londres. 7: 1, p. 77-103.
- WOOLEY, C. L. (1934) – *Ur Excavations. Volume II. The Royal Cemetery*. Londres/Philadelphia: British Museum/University of Pennsylvania.

ANEXO I

CATÁLOGO DE SEPULTURAS

Nota prévia sobre o catálogo de sepulturas

Dadas as bem conhecidas vicissitudes da história da investigação sobre o Olival do Senhor dos Mártires a restituição dos contextos sepulcrais concretos documentados no decurso dos vários episódios de escavação que ali tiveram lugar é actualmente uma tarefa muito ingrata e com escassas possibilidades de sucesso.

As lacunas de informação são particularmente sérias no que diz respeito às abundantíssimas sepulturas escavadas por Vergílio Correia, facto agravado pelo desmembramento das colecções resultantes das suas intervenções, distribuídas por múltiplas instituições, e pela perda de informação resultante do seu acondicionamento e reacondicionamento ao longo de mais de nove décadas.

Para as intervenções de António Cavaleiro Paixão os dados disponíveis são mais abundantes, encontrando-se bem documentadas as sepulturas por si escavadas nos anos '60 do século passado; a informação sobre os seus trabalhos posteriores é, contudo, bastante mais lacunar. Também aqui, por outro lado, as vicissitudes da gestão das colecções museológicas resultantes das suas intervenções ditou a perda de dados respeitantes ao contexto de alguns materiais, não sendo possível em vários casos identificar a totalidade dos espólios resenhados pelo mencionado investigador nos trabalhos que dedicou à necrópole.

Com estas limitações em mente, procurei ainda assim realizar um catálogo de sepulturas que, contudo, se deve tomar com muitíssimas reservas. Esse catálogo reflecte, sobretudo, os dados contextuais que se puderam coligir nos inventários das várias instituições que detêm materiais da necrópole de Alcácer do Sal, inventários esses que contudo apresentam em muitos casos confusões e contradições que serão fruto do longo e desigual processo de constituição das colecções em causa, muito mais do que de um qualquer desmérito dos responsáveis da sua gestão.

Assim, cataloguei todas as sepulturas às quais, nesses inventários, se atribuem materiais específicos, acrescentando nalguns casos elementos identificados a partir dos trabalhos “primários” dedicados à necrópole – concretamente os de Vergílio Correia (1925; 1928) e de António Cavaleiro Paixão (1970; 1983) – optando, contudo, por não tomar em linha de conta as atribuições estabelecidas, entre outros, por W. Schüle (1969), por serem em vários casos contraditórias, como já assinalaram outros investigadores (Fabião 1998: 360).

Em todo o caso, introduzi nas fichas correspondentes a cada sepultura catalogada um campo destinado à apreciação da coerência interna dos materiais atribuídos a cada uma dessas sepulturas, nas quais se resenharão associações improváveis de materiais, discutindo brevemente as suas possíveis explicações.

Além disso, cada ficha de catálogo sistematiza, na medida do possível, os dados disponíveis sobre a sepultura a que diz respeito, em função dos seguintes campos pré-estabelecidos:

- . *N.º de Sepultura*;
- . *Responsável da escavação* (Vergílio Correia ou António Cavaleiro Paixão);
- . *Período de escavação* (Década de 1920, de 1960 ou de 1980);
- . *Tipo de sepultura* (1.º, 2.º, 3.º ou 4.º Tipos; tipo indeterminado);
- . *Características* (apenas no caso das sepulturas escavadas por A. Cavaleiro Paixão);
- . *Cronologia*;
- . *Grau de fiabilidade* (Bom, Razoável, Limitado ou Muito Limitado, em função da coerência interna do espólio e da informação disponível sobre as características da sepultura);
- . *Bibliografia* (referências bibliográficas primárias – isto é, de V. Correia ou A. Cavaleiro Paixão – sobre a sepultura em apreço).

SEPULTURA 3

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Desconhecido.

Cronologia: Indeterminada.

Grau de fiabilidade: Razoável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 4

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Desconhecido.

Cronologia: Indeterminada.

Grau de fiabilidade: Razoável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 6

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Desconhecido.

Cronologia: Séculos VI a IV a.n.e.?

Grau de fiabilidade: Baixa. A associação de peças com características arcaizantes (tigela de cerâmica manual com ornatos brunidos, possível urna “Cruz del Negro”) e de outras com um aspecto tardio (pequenos potes) parece algo dúbia, podendo indicar que esta sepultura constitui, na realidade, um palimpsesto.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 7

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Desconhecido.

Cronologia: Segunda metade do século VI – inícios do V a.n.e.

Grau de fiabilidade: Razoável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 8

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: 1º Tipo

Cronologia: Primeira metade do século IV a.n.e..

Grau de fiabilidade: Razoável. O espólio específico desta sepultura é actualmente impossível de individualizar. Contamos, não obstante, com uma descrição de V. Correia: «...na sepultura n.º 8 havia um bojudo vaso globular junto de duas crateras de tipo oxibaphon tôdas contendo ossos. A mólhada de armamento: – uma falcata, lanças, 4 placas de cinturão, 2 fíbulas de arco, – estava sob o vaso maior; uma navalha jazia sobre um dos acólitos. A um metro de distância, para o norte, havia outra vasilha globular, tendo junto, deitado, um skiphos grego de figuras vermelhas, do mesmo trabalho que as crateras» (Correia 1928: 173).

A alusão a “placas de cinturão” neste contexto parece estranha, na medida em que dos quatro fechos de cinturão de tipo “Ibérico” exumados na necrópole são atribuídos, noutro artigo, à Sepultura 9 (Correia 1925). W. Schüle (1969: Taf. 89) atribui a esta sepultura materiais que claramente não se coadunam, cronologicamente com os restantes espólios acima descritos, nomeadamente uma urna romana e um jarro de *Terra Sigillata*.

Bibliografia: Correia, 1928.

SEPULTURA 9

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920 – Campanha de 1925.

Tipo de sepultura: 1º Tipo

Cronologia: Primeira metade do século IV a.n.e..

Grau de fiabilidade: Razoável. O espólio apresentado deve considerar-se muito incompleto, a julgar pela descrição de V. Correia: «Descoberta a menos de um palmo de fundura, por no local um pouco declivoso a terra ter corrido deixando o conteúdo (...) debilmente resguardado (...) – desprotegido, por outro lado, de qualquer cêrca, cista ou cobertura de pedras unidas ou desligadas – esta sepultura continha três vasos grandes, um de fabrico indígena e dois de importação, tapados de páteras, taças largas ou têtos da mesma origem, completamente fragmentados. § Todas as urnas estavam repletas de ossos calcinados e assentavam num lastro de cinzas grosso um decímetro. Sob a maior, recipiente globular de paredes pouco espessas, ventrudo e de colo ancho, deparamos com um móelho de ferros amalgamados pela oxidação, em que se reconheciam uma falcata dobrada intencionalmente, duas pontas de lança, uma empunhadura de escudo e bocados de um freio; junto, mas despegados do feixe, recolhemos ainda duas fíbulas de argola, uma fita tenue e estreita, e três placas quadradas, de bronze; outra placa equivalente permanecia encrustada na ferragem. § Os vasos exóticos que acompanhavam a urna principal eram crateras gregas de tipo oxybaphon (...)» (Correia 1925).

Esta descrição é suspeitamente similar à da Sepultura 8, antes reproduzida, e talvez devamos assumir que V. Correia reenumerou as sepulturas por si escavadas entre 1925 e 1927 ou alternativamente que num dos artigos em que menciona esta(s) sepultura(s) cometeu um equívoco, nunca rectificado.

Bibliografia: Correia 1925.

SEPULTURA 10

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Desconhecido.

Cronologia: Indeterminada (I Idade do Ferro?).

Grau de fiabilidade: Razoável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 14

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Desconhecido.

Cronologia: Séculos VI-V a.n.e.

Grau de fiabilidade: Razoável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 15

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: 1º Tipo.

Cronologia: Século IV a.n.e.

Grau de fiabilidade: Limitado. A falcata que actualmente se encontra identificada como pertencendo a esta sepultura parece corresponder, ainda que com reservas, à peça publicada por V. Correia como proveniente da Sepultura 18 (Correia 1925: n.1).

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 15

SEPULTURA 15

SEPULTURA 17

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: 1º Tipo.

Cronologia: II Idade do Ferro.

Grau de fiabilidade: Bom.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 18

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: 1º Tipo.

Cronologia: 2ª metade do século IV – século III a.n.e..

Grau de fiabilidade: Bom.

Bibliografia: Correia 1925, *passim*.

SEPULTURA 19

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: 1º Tipo.

Cronologia: II Idade do Ferro?

Grau de fiabilidade: Bom.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 22

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: 2º ou 3º Tipo.

Cronologia: I Idade do Ferro.

Grau de fiabilidade: Bom.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 23

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: 1º Tipo?

Cronologia: II Idade do Ferro?

Grau de fiabilidade: Razoável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 26

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: 1º Tipo.

Cronologia: II Idade do Ferro.

Grau de fiabilidade: Boa.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 27

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: Indeterminada.

Grau de fiabilidade: Não aplicável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 38

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: 2º ou 3º Tipo.

Cronologia: I Idade do Ferro

Grau de fiabilidade: Não aplicável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 42

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: 3º ou 1º Tipo.

Cronologia: Século V a.n.e.?

Grau de fiabilidade: Razoável. Ao inventário desta sepultura deveria somar-se uma fíbula de tipo Ponte 14b publicada por V. Correia (1925: n.8) e actualmente impossível de identificar com segurança.

Bibliografia: Correia 1925, *passim*.

SEPULTURA 46 OU 86

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: I Idade do Ferro.

Grau de fiabilidade: Razoável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 49

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: Indeterminada.

Grau de fiabilidade: Não aplicável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 50

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: II Idade do Ferro?

Grau de fiabilidade: Não aplicável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 54

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: Século V a.n.e.?

Grau de fiabilidade: Bom.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 55

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: 1º Tipo?

Cronologia: II Idade do Ferro?

Grau de fiabilidade: Razoável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 58

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado

Cronologia: Finais do século VI – inícios do V a.n.e..

Grau de fiabilidade: Razoável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 59

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: 1º Tipo?

Cronologia: 2ª metade do século V – inícios do IV a.n.e..

Grau de fiabilidade: Razoável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 59

SEPULTURA 60

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: Indeterminada.

Grau de fiabilidade: Não aplicável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 62

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: 1º Tipo?

Cronologia: II Idade do Ferro?

Grau de fiabilidade: Não aplicável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 64

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: 1º Tipo?

Cronologia: Séculos V – IV a.n.e..

Grau de fiabilidade: Razoável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 66

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: I Idade do Ferro?

Grau de fiabilidade: Não aplicável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 67

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: I Idade do Ferro?

Grau de fiabilidade: Não aplicável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 68

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: II Idade do Ferro?

Grau de fiabilidade: Não aplicável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 71

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: 1º Tipo.

Cronologia: II Idade do Ferro.

Grau de fiabilidade: Limitado. Não se conservam materiais claramente atribuídos a esta sepultura. Contamos, ainda assim, com uma descrição de Vergílio Correia: «...as urnas-ossuários eram duas, uma de maiores dimensões que a outra, mas encostadas, tendo ficado o armamento deposto quer sob a maior, quer entre ela e a segunda colocada um pouco mais alta, de modo que o prato e a taça que as cobriam levantavam as bases à mesma altura» (Correia 1928: 173).

Bibliografia: Correia 1928.

SEPULTURA 72

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: I Idade do Ferro?

Grau de fiabilidade: Não aplicável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 73

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: 3º Tipo?

Cronologia: Século VI a.n.e..

Grau de fiabilidade: Bom.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 77

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: Indeterminado.

Grau de fiabilidade: Não aplicável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 78

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: I Idade do Ferro.

Grau de fiabilidade: Bom.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 82

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: Indeterminado.

Grau de fiabilidade: Não aplicável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 83

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: Indeterminado.

Grau de fiabilidade: Não aplicável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 85

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: Indeterminado.

Grau de fiabilidade: Não aplicável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 88

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: 1º Tipo?

Cronologia: II Idade do Ferro?

Grau de fiabilidade: Razoável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 94

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Desconhecido.

Cronologia: I Idade do Ferro?

Grau de fiabilidade: Razoável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 98

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: Séculos VII a V a.n.e..

Grau de fiabilidade: Boa.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 98

SEPULTURA 101

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: Séculos VI-V a.n.e.?

Grau de fiabilidade: Boa.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 101 OU 110

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: Indeterminado

Grau de fiabilidade: Não aplicável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 102

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: I Idade do Ferro?

Grau de fiabilidade: Razoável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 104

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Desconhecido.

Cronologia: Desconhecida.

Grau de fiabilidade: Razoável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 107

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: Séculos VII a V a.n.e..

Grau de fiabilidade: Razoável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 108

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: 1º Tipo?

Cronologia: II Idade do Ferro.

Grau de fiabilidade: Boa.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 110

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Desconhecido.

Cronologia: I Idade do Ferro.

Grau de fiabilidade: Razoável.

Bibliografia: Não aplicável.

673

640

SEPULTURA 129 OU 132

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: Século VI a.n.e..

Grau de fiabilidade: Razoável.

Bibliografia: Não aplicável.

556

727

1139

SEPULTURA 131

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado (2º ou 3º Tipo?)

Cronologia: Indeterminada.

Grau de fiabilidade: Muito limitada. Esta sepultura apresenta materiais de cronologia muito diferenciada entre si, incluindo peças da I Idade do Ferro (lucerna, prato), da II Idade do Ferro (urna bitroncocónica, prato de peixe helenístico) e inclusivamente republicanos, conservando-se no Museu Nacional de Arqueologia dois fragmentos de cerâmica Campaniense atribuídos a esta mesma sepultura. Deve portanto considerar-se que a sepultura se encontrava removida ou que a escavação não logrou identificar a existência de mais de um conjunto sobreposto; a incongruência dos materiais poderia ainda resultar do percurso museológico das colecções do OSM.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 131

SEPULTURA 132

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado

Cronologia: Séculos VII a V a.n.e.?

Grau de fiabilidade: Razoável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 140

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: Indeterminada.

Grau de fiabilidade: Razoável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 144

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: 2º ou 3º Tipo.

Cronologia: I Idade do Ferro.

Grau de fiabilidade: Não aplicável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 147 OU 157

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado

Cronologia: I Idade do Ferro?

Grau de fiabilidade: Limitado. Se a convivência entre fíbula de tipo “Acebuchal” (Ponte 9a) e anulares hispânicas, nomeadamente do tipo Ponte 14b parece cronologicamente viável, a presença de um apêndice caudal em forma de corola, plausivelmente pertencente a uma fíbula tardia, parece pôr em causa a coerência do conjunto.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 151

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: Indeterminada.

Grau de fiabilidade: Não aplicável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 159

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: Séculos VII – V a.n.e..

Grau de fiabilidade: Não aplicável.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA 160

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: 1º Tipo.

Cronologia: Final do século IV – século III a.n.e..

Grau de fiabilidade: Bom.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA «ONDE FOI ENCONTRADA A FALCATA»

Responsável da escavação: Vergílio Correia.

Período de escavação: Década de 1920.

Tipo de sepultura: 1º Tipo? 2º Tipo?

Cronologia: Indeterminada.

Grau de fiabilidade: Muito limitado. Além da própria imprecisão da designação, que paradoxalmente não se encontra associada a nenhum exemplar de falcata, a esta sepultura, que a ter contido uma destas peças de armamento se enquadraria já no 1º Tipo e na II Idade do Ferro, atribui-se não obstante o que parece ser uma urna de tipo “Cruz del Negro”, elemento incompatível com essa cronologia. Pode considerar-se que esta sepultura se encontrava remexida, que a escavação não logrou documentar a existência de sepulturas sobrepostas ou ainda que estes materiais tenham sido amalgamados num contexto posterior à escavação.

Bibliografia: Não aplicável.

SEPULTURA F11

Responsável da escavação: António Cavaleiro Paixão.

Período de escavação: Década de 1960.

Tipo de sepultura: 3º Tipo.

Características: Sepultura escavada na rocha, de tendência trapezoidal, com 1,57m de comprimento máximo e 0,9m de largura máxima. Orientação Este (cabeça) – Oeste (pés).

Cronologia: Meados do século VI – meados/ finais do V a.n.e..

Grau de fiabilidade: Bom. A sepultura e os seus conteúdos encontram-se descritos na Tese de Licenciatura de A. Cavaleiro Paixão (1970: 78-80, Fig. 47, Estampas 3-4), não tendo contudo sido possível identificar com segurança todos os materiais desta sepultura referenciados por este investigador, que incluíam, além das peças apresentadas, uma xorca, três folhas e dois contos de lança e uma faca afalcata. todos ao que parece muito deteriorados.

Bibliografia: Paixão 1970.

SEPULTURA F11

SEPULTURA G11

Responsável da escavação: António Cavaleiro Paixão.

Período de escavação: Década de 1960.

Tipo de sepultura: 3º Tipo?

Características: Sepultura escavada na rocha, de tendência rectangular. Orientação Este-Oeste. Dimensões desconhecidas.

Cronologia: I Idade do Ferro?

Grau de fiabilidade: Bom. A sepultura encontra-se descrita na Tese de Licenciatura de A. Cavaleiro Paixão (1970: 80-2, Estampa 9).

Bibliografia: Paixão 1970.

SEPULTURA G11 SUL

Responsável da escavação: António Cavaleiro Paixão.

Período de escavação: Década de 1960.

Tipo de sepultura: Indeterminado (3º ou 4º Tipo).

Características: Sepultura escavada na rocha, aparentemente esvaziada, sobre a qual se documentou um depósito contendo restos ósseos que não parecem ter estado associados à sepultura propriamente dita. Orientação Este-Oeste, dimensões desconhecidas. Provavelmente corresponderá a uma estrutura remexida, facto que poderia explicar a presença de fragmentos de cerâmicas romanas nos estratos associados (Paixão 1970: 84). A mancha de cinzas documentada sobre a vizinha Sepultura G10 poderá corresponder, em maior ou menor medida, ao enchimento primitivo desta sepultura.

Cronologia: I Idade do Ferro

Grau de fiabilidade: Bom. A sepultura encontra-se descrita na Tese de Licenciatura de A. Cavaleiro Paixão (1970: 83-5).

Bibliografia: Paixão 1970.

SEPULTURA G10

Responsável da escavação: António Cavaleiro Paixão.

Período de escavação: Década de 1960.

Tipo de sepultura: 4º Tipo.

Características: Sepultura de morfologia rectangular escavada na rocha dotada de canal central, com um comprimento máximo de 2,76m, uma largura máxima de 1,44m e uma profundidade máxima de 0,49m. O canal central apresenta um comprimento máximo de 1,97m, uma largura de 0,59m e uma profundidade de 0,29m. Orientação Este – Oeste.

Estratigrafia: A Sepultura G10 constitui um dos escassos depósitos funerários do OSM para o qual dispomos de uma estratigrafia interna, facto de grande interesse. Assim, A. Cavaleiro Paixão documentou a existência de um estrato de cinzas sobre o fundo da sepultura, no qual se encontrava depositada uma parte restrita do espólio; este estrato foi selado mediante a deposição de um espesso e compacto aglomerado de blocos pétreos, sobre o qual se documentou um segundo estrato de cinzas, que se estende à área da Sepultura G11 Sul, sendo difícil asseverar a associação dos materiais nela contidos a uma ou outra destas sepulturas. Todos estes depósitos parecem ter sido cobertos por um pequeno montículo de terra de escassa entidade, mas que talvez tenha correspondido originalmente a uma estrutura para-tumular.

Cronologia: Segunda metade do século VII – primeiro quartel/ meados do VI a.n.e..

Grau de fiabilidade: Razoável. A sepultura encontra-se bem descrita na Tese de Licenciatura de A. Cavaleiro Paixão (1970: 85-7, Figs. 44-6, Estampas 5-8). Parece ter existido alguma contaminação de materiais da Sepultura G11 Sul, mais tardia, mal diferenciados dos que pertencem propriamente à Sepultura em apreço.

Bibliografia: Paixão 1970.

SEPULTURA G10

SEPULTURA G10

SEPULTURA G10

Secção da Sepultura G10 (segundo Paixão 1970)

SEPULTURA G12

Responsável da escavação: António Cavaleiro Paixão.

Período de escavação: Década de 1960.

Tipo de sepultura: 4º Tipo

Características: Sepultura de morfologia rectangular escavada na rocha dotada de canal central, com um comprimento máximo de 2,36m, uma largura máxima de 1,29m e uma profundidade máxima de 0,34m. O canal central apresenta um comprimento máximo de 1,61m, uma largura de 0,46m e uma profundidade de 0,13m. Orientação Noroeste – Sudeste.

Estratigrafia: A Sepultura G12 constitui um dos escassos depósitos funerários do OSM para o qual dispomos de uma estratigrafia interna, facto de grande interesse. Assim, A. Cavaleiro Paixão documentou a existência de um estrato de cinzas rico em ossos cobrindo o fundo da sepultura, que continha o espólio associado a este enterramento, sobre o qual se desenvolvia um estrato de cinzas que colmatava a fossa sepulcral, ultrapassando ligeiramente os seus limites. A sepultura foi selada por meio da realização de um montículo de terra de escassa entidade.

Cronologia: 2ª metade do século VII – primeiro quartel/ meados do VI a.n.e..

Grau de fiabilidade: Bom. A sepultura encontra-se ilustrada, mas não descrita, na Tese de Licenciatura de A. Cavaleiro Paixão (1970: Estampas 9-10).

Bibliografia: Paixão 1970.

Sepultura G11 Norte e G12
(seg. Paixão 1970)

SEPULTURA G12

Secção da Sepultura G12 (segundo Paixão 1970)

SEPULTURA F12

Responsável da escavação: António Cavaleiro Paixão.

Período de escavação: Década de 1960.

Tipo de sepultura: 3º Tipo?

Características: Sepultura escavada na rocha, de tendência rectangular. Apresentava um comprimento máximo de 2m, uma largura de 0,5m e uma profundidade de 0,15m. Orientação Este – Oeste. Encontrava-se preenchida por cinzas contendo restos ósseos. Não continha qualquer espólio.

Cronologia: I Idade do Ferro?

Grau de fiabilidade: Boa. A sepultura encontra-se descrita na Tese de Licenciatura de A. Cavaleiro Paixão (1970: 87).

Bibliografia: Paixão 1970.

SEPULTURA E7-F7

Responsável da escavação: António Cavaleiro Paixão.

Período de escavação: Década de 1960.

Tipo de sepultura: 3º Tipo?

Características: Sepultura escavada na rocha, de tendência rectangular. Apresentava um comprimento máximo de 1,3m, desconhecendo-se a sua largura e profundidade. Orientação aproximadamente Este – Oeste. Esta fossa encontrava-se colmatada por cinzas, entre as quais se exumou o escasso espólio associado a esta deposição.

Cronologia: I Idade do Ferro.

Grau de fiabilidade: Bom. A sepultura encontra-se descrita na Tese de Licenciatura de A. Cavaleiro Paixão (1970: 88), que além dos materiais apresentados, cita ainda a presença nesta sepultura de uma charneira de *diphros* com cabeça em roseta e de uma faca, actualmente impossíveis de identificar.

Bibliografia: Paixão 1970.

SEPULTURA 7/80

Responsável da escavação: António Cavaleiro Paixão.

Período de escavação: Década de 1980.

Tipo de sepultura: 3º Tipo?

Características: Sepultura escavada na rocha, de tendência rectangular, com 2,4m de comprimento e 1,2m de largura. Orientação Este – Oeste.

Cronologia: I Idade do Ferro.

Grau de fiabilidade: Bom.

Bibliografia: Paixão 1983, *passim*. A planta inédita apresentada abaixo encontra-se preservada nos arquivos do Museu Nacional de Arqueologia.

SEPULTURA 7

AS-11-ALCÁEN SAL 12/11/80
T: - G/X
S: - A
α - g, h = 23,4mm

SEPULTURA 11/80

Responsável da escavação: António Cavaleiro Paixão.

Período de escavação: Década de 1980.

Tipo de sepultura: 4º Tipo.

Características: Sepultura escavada na rocha, de tendência rectangular, dotada de canal central. As dimensões do primeiro patamar da sepultura não podem precisar-se; o canal central, contudo, apresentava um comprimento de 1,87m de comprimento e uma largura de 0,7m. Orientação Este – Oeste.

Cronologia: I Idade do Ferro.

Grau de fiabilidade: Bom.

Bibliografia: Paixão 1983, *passim*. A planta inédita apresentada abaixo encontra-se preservada nos arquivos do Museu Nacional de Arqueologia.

SEPULTURA 12/80

Responsável da escavação: António Cavaleiro Paixão.

Período de escavação: Década de 1980.

Tipo de sepultura: 3º Tipo.

Características: Sepultura escavada na rocha, de tendência rectangular, com um comprimento máximo de 1,23m e uma largura máxima de 0,6m. Orientação Este – Oeste.

Cronologia: Meados do século VI a.n.e..

Grau de fiabilidade: Bom.

Bibliografia: Paixão 1983, *passim*. A planta inédita apresentada abaixo encontra-se preservada nos arquivos do Museu Nacional de Arqueologia.

SEPULTURA 12/80

SEPULTURA 13/80

Responsável da escavação: António Cavaleiro Paixão.

Período de escavação: Década de 1980.

Tipo de sepultura: 3º Tipo.

Características: Sepultura escavada na rocha, de tendência rectangular. Orientação e dimensões desconhecidas.

Cronologia: I Idade do Ferro.

Grau de fiabilidade: Não aplicável.

Bibliografia: Paixão 1983, *passim*.

SEPULTURA 22/80

Responsável da escavação: António Cavaleiro Paixão.

Período de escavação: Década de 1980.

Tipo de sepultura: 4º Tipo.

Características: Sepultura escavada na rocha, dotada de canal central, com uma orientação Oeste (cabeça) – Este (pés). O primeiro patamar apresenta um comprimento máximo de 2,5m e uma largura de 1,10m; a profundidade total da sepultura é de 0,22m. O canal central, por seu turno, apresenta um comprimento de 1,6m e uma largura de 0,88m, sendo a sua profundidade de 0,12m.

Cronologia: Segunda metade do século VII – inícios do VI a.n.e..

Grau de fiabilidade: Muito boa. Corresponde à única sepultura integralmente publicada por A. Cavaleiro Paixão (1983).

Bibliografia: Paixão 1983.

SEPULTURA 22/80

SEPULTURA 98G

Responsável da escavação: António Cavaleiro Paixão?

Período de escavação: Década de 1960-70?

Tipo de sepultura: Indeterminado.

Cronologia: I Idade do Ferro.

Grau de fiabilidade: Razoável

Bibliografia: Não aplicável.

ANEXO II

INVENTÁRIO

CERÂMICA					
#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	Categoria	Fragmento
1	2012.79.167	MNA	Pequeno vaso “à chardon”	Manual	Bordo
2	SN	IAC	Sep. 54	Manual	Bordo e colo
3	982.58.21	MNA	*	Manual	Perfil Completo
4	2012.79.81	MNA	*	Manual	Bordo, colo e carena
5	SN	IAC	Sep. 101	Manual	Completo
6	SN	IAC	Sep. 55	Manual	Completo
7	2004.41.1	MNA	Sep. 13/80	Manual	Completo
8	SN	IAC	Sep. 58	Manual	Completo
9	SN	IAC	Sep. 88	Manual	Completo
10	983.404.57	MNA	«Junto com materiais de Alcázer do Sal. Castelo?»	Manual	Bordo e Bojo
11	2012.79.194	MNA	N.S.M. T.F-X S.A Q. g,h/1-3 cerâmica encontrada avulso na terra castanha de enchimento abaixo das duas sepulturas superiores	Manual	Bordo
12	13870	MNA	*	Manual	Completo
13	2004.95.8	MNA	*	Manual	Completo
14	982.39.9	MNA	Sep. 102	Manual	Asa
15	982.58.150	MNA	*	Manual	Asa
16	2012.79.132	MNA	*	Comum	Bordo
17	2012.79.130	MNA	*	Comum	Bordo
18	OSM 005	DRCAIent	*	Comum	Bordo
19	OSM061	DRCAIent	*	Comum	Bordo
20	OSM 355	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b, c/ 1, 2; 2/10/80	Comum	Bordo
21	982.58.18	MNA	*	Comum	Bordo
22	OSM 013	DRCAIent	Prolongamento Norte do TG1 (murete) (60 a 80 cm da sup. Sobre sepultura)	Comum	Bordo
23	2012.79.120	MNA	Rec. Cavaleiro Paixão	Comum	Bordo
24	OSM 329	DRCAIent	*	Comum	Bordo
25	OSM 188	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Comum	Bordo
26	OSM 315	DRCAIent	Prolongamento 1 (Norte) 0 a 20	Comum	Bordo
27	OSM 240	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ½ e / 3 ½, 5, 9/10/80	Comum	Bordo
28	OSM 186	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Comum	Bordo
29	OSM 307	DRCAIent	Sond. 1 (+ a Norte) -15 a 30	Comum	Bordo
30	OSM 208	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Comum	Bordo
31	OSM 145	DRCAIent	T. G./X S.D Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Comum	Bordo
32	2012.79.142	MNA	*	Comum	Bordo
33	OSM133	DRCAIent	T.G – X S. B, Q.f 8-10; 31-10-80	Comum	Bordo
34	OSM 115	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Comum	Bordo
35	2012.79.201	MNA	T. f - XI S.A Q.1/2 f; 1/2 j/ 1,2m; Da superfície até ao nível superior das sepulturas cavadas no saibro - rocha	Comum	Bordo
36	OSM 122	DRCAIent	*	Comum	Bordo
37	OSM062	DRCAIent	*	Comum	Bordo
38	2012.79.76	MNA	*	Comum	Bordo
39	OSM 309	DRCAIent	*	Comum	Bordo
40	OSM 023	DRCAIent	S. G 60 a 80 cm da superfície. 3/1/968	Comum	Bordo
41	2012.79.141	MNA	*	Comum	Bordo
42	OSM 126	DRCAIent	*	Comum	Bordo
43	OSM 164	DRCAIent	A.S.M. T. G/X S.B Q. f/9 C. 255cm 3/10/80	Comum	Bordo
44	OSM056	DRCAIent	*	Comum	Bordo
45	2012.79.164	MNA	Sepultura 6	Comum	Bordo
46	2012.79.27	MNA	25/9/1980 +40cm	Comum	Bordo
47	OSM 244	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ½ e / 3 ½, 5, 9/10/80	Comum	Bordo
*	OSM 025	DRCAIent	S. G 60 a 80 cm da superfície. 3/1/968	Comum	Bordo
*	OSM 027	DRCAIent	S. G 60 a 80 cm da superfície. 3/1/968	Comum	Bordo
*	OSM 028	DRCAIent	S. G 60 a 80 cm da superfície. 3/1/968	Comum	Bordo

CERÂMICA							
#	Tipo/ Forma	Fabrico	Acabamento	Ø Bordo (cm)	Ø Fundo (cm)	Altura (cm)	Estampa
1	Tigela	MAN	Ornatos Brunidos na Sup. Externa	11	*	*	Est. I
2	Vaso “à chardon”	MAN	Alisamento e espatulado (sobretudo no colo)	*	c.1,8	c.15,5	Est. I
3	Vaso “à chardon”	MAN	*	10,5	4	12,4	Est. I
4	Vaso “à chardon”	MAN	Polimento	10,2	*	*	Est. I
5	Púcaro	MAN	*	8,9	4	11,5	Est. I
6	Púcaro	MAN	*	8	4,1	9,9	Est. I
7	Púcaro	MAN	*	8,8	3,8	9,1	Est. I
8	Púcaro	MAN	*	c. 8	c.5,4	c. 9	Est. I
9	Púcaro	MAN	*	c. 6,8	c. 3,6	7,2	Est. I
10	Globular	MAN	*	*	*	*	Est. II
11	Globular	MAN	Decoração unglada	12	*	*	Est. II
12	Peq. Recipiente Globular	MAN	Aguada espessa esbranquiçada em ambas as sup.	3	c.1,5	5,6	Est. II
13	Jarro trilobado	MAN	Aguada/engobe argiloso amarelo	c.5,2	5,6	13,9	Est. II
14	Ind.	MAN	Polimento	*	*	*	Est. II
15	Ind.	MAN	*	*	*	*	Est. II
16	I.1	3	*	26	*	*	Est. III
17	I.1	1	*	29	*	*	Est. III
18	I.1	1	*	15,4	*	*	Est. III
19	I.1	1	*	14,2	*	*	Est. III
20	I.1	1	*	13,8	*	*	Est. III
21	I.1	2	Polimento na sup. interna	12	*	*	Est. III
22	I.1	2	*	8	*	*	Est. III
23	I.1	2	*	18,4	*	*	Est. III
24	I.1	1	*	24	*	*	Est. III
25	I.1	3	*	21	*	*	Est. III
26	I.1	1	*	17,4	*	*	Est. III
27	I.1	1	*	25,4	*	*	Est. III
28	I.1	2	*	19,6	*	*	Est. III
29	I.1	1	*	18,8	*	*	Est. III
30	I.1	1	*	17,6	*	*	Est. III
31	I.1	1	*	14,2	*	*	Est. III
32	I.1	5	*	12,8	*	*	Est. III
33	I.1	3	*	10,6	*	*	Est. III
34	I.1	1	*	12	*	*	Est. III
35	I.1	1	*	13	*	*	Est. III
36	I.1	4	*	15,2	*	*	Est. III
37	I.1	1	*	8,4	*	*	Est. III
38	I.1	1	*	c.16	*	*	Est. III
39	I.1	3	*	20,4	*	*	Est. III
40	I.1	1	*	18	*	*	Est. III
41	I.1	1	*	19,6	*	*	Est. III
42	I.1	3	*	*	*	*	Est. III
43	I.1	5	*	16,4	*	*	Est. III
44	I.1	3	*	13,2	*	*	Est. III
45	I.1	1	Bordo denteado	8	*	*	Est. III
46	I.1	4	*	*	*	*	Est. IV
47	I.1	3	*	11	*	*	Est. IV
*	I.1	1	*	*	*	*	*
*	I.1	3	*	*	*	*	*
*	I.1	4	*	*	*	*	*

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	Categoria	Fragmento
*	OSM 040	DRCAIent	T. f a) 30 a 45 cm	Comum	Bordo
*	OSM057	DRCAIent	*	Comum	Bordo
*	OSM 352	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b, c/ 1, 2; 2/10/80	Comum	Bordo
48	13866	MNA	*	Comum	Completo
49	OSM 124	DRCAIent	*	Comum	Bordo
50	OSM 370	DRCAIent	*	Comum	Bordo
51	983.404.32	MNA	«Junto com materiais de Alcázer do Sal. Castelo?»	Comum	Bordo
52	OSM 226	DRCAIent	T. G/X S. B Q. geral 30/9/80	Comum	Bordo
53	OSM 024	DRCAIent	S. G 60 a 80 cm da superfície. 3/1/968	Comum	Bordo
54	2012.79.80	MNA	*	Comum	Bordo
55	OSM 094	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/89	Comum	Bordo
56	983.404.47	MNA	«Junto com materiais de Alcázer do Sal. Castelo?»	Comum	Bordo
57	OSM 116	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Comum	Bordo
58	OSM 053	DRCAIent	*	Comum	Bordo
59	OSM 277	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Bordo
60	OSM 127	DRCAIent	*	Comum	Bordo
61	OSM 362	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b-1/2 / 3, 4 1/2 5 (?); 10/10/80	Comum	Bordo
62	OSM 371	DRCAIent	*	Comum	Bordo
63	982.58.84	MNA	*	Comum	Bordo
64	2012.79.13	MNA	Esc. V.C. - Trazido do M.ALC.	Comum	Bordo
65	OSM 026	DRCAIent	S. G 60 a 80 cm da superfície. 3/1/968	Comum	Bordo
66	OSM 088	DRCAIent	*	Comum	Bordo
67	2012.79.32	MNA	*	Comum	Bordo
68	2012.79.137	MNA	*	Comum	Bordo
69	2012.79.124	MNA	Rec. Cavaleiro Paixão	Comum	Bordo
70	OSM 012	DRCAIent	Prolongamento Norte do TG1 (murete) (60 a 80 cm da sup. Sobre sepultura)	Comum	Bordo
*	OSM 030	DRCAIent	S. G 60 a 80 cm da superfície. 3/1/968	Comum	Bordo
*	OSM 039	DRCAIent	T. f a) 30 a 45 cm	Comum	Bordo
*	SN	DRCAIent	*	Comum	Bordo
*	OSM 367	DRCAIent	*	Comum	Bordo
71	2012.79.174	MNA	Prolongamento Sul do talhão G.1 30-60cm, camada de terra escura suprajacente à terra vermelha	Comum	Bordo
72	2012.79.45	MNA	*	Comum	Perfil Completo
73	OSM 045	DRCAIent	T. f a) 30 a 45 cm	Comum	Fundo
74	2012.79.146	MNA	*	Comum	Fundo
75	2012.79.44	MNA	11/11/80 - Material avulso da terra de revolvimento a poente da sepultura F-X/S.A/Q.b/1,2	Comum	Fundo
76	OSM 162	DRCAIent	A.S.M. T. G/X S.B Q. f/9 C. 255cm 3/10/80	Comum	Bordo
77	OSM 086	DRCAIent	T. G-X S.C. Q. b ¾ 9/11/80	Comum	Carena
78	OSM 259	DRCAIent	T. G/X S.A Q. 1/2f -> 1/j /3->5; 22/10/80	Comum	Bordo
79	982.41.3	MNA	*	Comum	Perfil Completo
80	982.41.1	MNA	*	Comum	Bordo e Bojo
81	OSM 070	DRCAIent	*	Comum	Bordo
82	OSM 194	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Comum	Bordo
83	OSM 123	DRCAIent	*	Comum	Bordo
84	OSM 290	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Bordo
85	982.59.143	MNA	*	Comum	Bordo e colo
86	OSM 067	DRCAIent	T. G./X S.D Q. e.9 x0,34m, y 0,18m, c. -2,38m	Comum	Bordo
87	OSM 252	DRCAIent	T. G/X S.A Q. 1/2 f -> 1/2 j /3	Comum	Bordo
88	2012.79.134	MNA	*	Comum	Bordo
89	OSM 170	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral 7/10/80	Comum	Bordo

#	Tipo/ Forma	Fabrico	Acabamento	Ø Bordo (cm)	Ø Fundo (cm)	Altura (cm)	Estampa
*	I.1	1	*	*	*	*	*
*	I.1	3	*	*	*	*	*
*	I.1	1	*	*	*	*	*
48	I.2	1	*	9,8	4	3,5	Est. IV
49	I.2	1	*	16,6	*	*	Est. IV
50	I.2	1	*	14	*	*	Est. IV
51	I.2	3	*	c.15	*	*	Est. IV
52	I.2	1	*	18,2	*	*	Est. IV
53	I.2	1	*		*	*	Est. IV
54	I.2	1	*	13	*	*	Est. IV
55	I.2	4	*	9,6	*	*	Est. IV
56	I.2	1	*	15	*	*	Est. IV
57	I.2	1	*	11	*	*	Est. IV
58	I.2	1	*	10,8	*	*	Est. IV
59	I.2	1	*	17,6	*	*	Est. IV
60	I.2	3	*	13,4	*	*	Est. IV
61	I.2	3	Polimento na sup. externa	12,2	*	*	Est. IV
62	I.2	1	*	9,4	*	*	Est. IV
63	I.2	5	*	16	*	*	Est. IV
64	I.2	3	*	13	*	*	Est. IV
65	I.2	3	*	12,4	*	*	Est. IV
66	I.2	1	*	14,8	*	*	Est. IV
67	I.2	2	Brunimento na sup. interna; polimento na sup. externa	25	*	*	Est. IV
68	I.2	1	*	20	*	*	Est. V
69	I.2	2	*	12	*	*	Est. V
70	I.2	1	*	9,2	*	*	Est. V
*	I.2	1	*	*	*	*	*
*	I.2	1	*	*	*	*	*
*	I.2	3	*	*	*	*	*
*	I.2	1	*	*	*	*	*
71	I.3	1	*	17,2	*	*	Est. V
72	I.4	1	*	22	3,6	3,9	Est. V
73	I.4	1	*	*	6,9	*	Est. V
74	I.4	1	*	*	6,8	*	Est. V
75	I.4	5	*	*	7,4	*	Est. V
76	I.5	1	Alisamento; acção do fogo	16,2	*	*	Est. V
77	II.1	1	*	*	*	*	Est. VI
78	II.1	5	Polimento de ambas as sups.	18	*	*	Est. VI
79	II.1	1	Aguada avermelhada na porção da sup. externa acima da carena; polimento	20,5	4,6	6	Est. VI
80	II.2	1	*	10	*	c. 5,5	Est. VI
81	II.3	1	*	15,8	*	*	Est. VI
82	II.3	5	*	13	*	*	Est. VI
83	II.3	1	*	14	*	*	Est. VI
84	II.3	5	*	15,4	*	*	Est. VI
85	III	1	*	14,6	*	*	Est. VI
86	III	3	*	16,2	*	*	Est. VI
87	III	3	*	15	*	*	Est. VI
88	III	1	*	11,2	*	*	Est. VI
89	IV.1	3	*	18	*	*	Est. VI

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	Categoria	Fragmento
90	OSM 253	DRCAIent	T. G/X S.A Q. 1/2 f -> 1/2 j /3	Comum	Bordo
91	983.404.34	MNA	«Junto com materiais de Alcázer do Sal. Castelo?»	Comum	Bordo e colo
92	2012.79.58	MNA	T.F.X-F.XI - S.B./A Q.f->j, 9,10 - 1,2,3 - camada de revolvimento de +-70cm	Comum	Bordo
93	13862	MNA	*	Comum	Completo
94	OSM 118	DRCAIent	*	Comum	Bordo
95	OSM 220	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 6; 1/2 7	Comum	Bordo
96	OSM 204	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Comum	Bordo
97	OSM 232	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Comum	Bordo
98	OSM 281	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Bordo
99	2012.79.54	MNA	T.F.X-F.XI - S.B./A Q.f->j, 9,10 - 1,2,3 - camada de revolvimento de +-70cm	Comum	Bordo
100	OSM 262	DRCAIent	T. G/X S.A Q. 1/2f -> 1/j /3->5; 22/10/80	Comum	Bordo
101	OSM 103	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Comum	Bordo
102	OSM 214	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 6; 1/2 7	Comum	Bordo
103	OSM 091	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/86	Comum	Bordo
104	982.57.9	MNA	«Sepultura onde foi encontrada a falcata»	Comum	Perfil rest.
105	2012.79.48	MNA	T.F.X-F.XI - S.B./A Q.f->j, 9,10 - 1,2,3 - camada de revolvimento de +-70cm	Comum	Bordo
106	OSM 242	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ½ e / 3 ½, 5, 9/10/80	Comum	Bordo
107	OSM 225	DRCAIent	T. G/X S. B Q. geral 30/9/80	Comum	Bordo
108	OSM 110	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Comum	Bordo
109	2012.79.57	MNA	T.F.X-F.XI - S.B./A Q.f->j, 9,10 - 1,2,3 - camada de revolvimento de +-70cm	Comum	Bordo
110	OSM 262	DRCAIent	T. G/X S.A Q. 1/2f -> 1/j /3->5; 22/10/80	Comum	Bordo
111	OSM 125	DRCAIent	*	Comum	Bordo
112	OSM 339	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ->1/2e, 3, 4, 1/2 5	Comum	Bordo
*	OSM 282	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Bordo
*	OSM 283	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Bordo
*	OSM 284	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Bordo
*	OSM 285	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Bordo
*	OSM 286	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Bordo
*	OSM 287	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Bordo
*	OSM 288	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Bordo
*	OSM 340	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ->1/2e, 3, 4, 1/2 5	Comum	Bordo
*	OSM 341	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ->1/2e, 3, 4, 1/2 5	Comum	Bordo
*	OSM 342	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ->1/2e, 3, 4, 1/2 5	Comum	Bordo
113	13886	MNA	*	Comum	Completo
114	MMPN 3827	ALC - MMPN	*	Comum	Completo
115	2012.79.26	MNA	25/9/1980 +-40cm	Comum	Bordo
116	2012.79.140	MNA	*	Comum	Bordo
117	OSM 102	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Comum	Bordo
118	OSM 331	DRCAIent	*	Comum	Bordo
119	OSM 270	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Bordo
120	OSM 135	DRCAIent	T. F-X S.C Q.C-4 9/11/80	Comum	Bordo
121	OSM 223	DRCAIent	T. G/X S. B Q. geral 30/9/80	Comum	Bordo
122	OSM 054	DRCAIent	*	Comum	Bordo
123	OSM 019	DRCAIent	Prolongamento Norte de TG1 a) e b) 90 a 110cm	Comum	Bordo
124	2012.79.53	MNA	T.F.X-F.XI - S.B./A Q.f->j, 9,10 - 1,2,3 - camada de revolvimento de +-70cm	Comum	Bordo
125	2012.79.91	MNA	*	Comum	Bordo, asa e bojo
126	SN	IAC	Sep. 60	Comum	Completo

#	Tipo/ Forma	Fabrico	Acabamento	Ø Bordo (cm)	Ø Fundo (cm)	Altura (cm)	Estampa
90	IV.2	1 *		22,6	*	*	Est. VI
91	IV.3	1 *		c.25	*	*	Est. VI
92	IV.4	3 Polimento		c.16	*	*	Est. VI
93	V.1.a	1 *		9	11,4	14,1	Est. VII
94	V.1.a	2 *		12,4	*	*	Est. VII
95	V.1.a	1 *		13,6	*	*	Est. VII
96	V.1.a	3 *		18,2	*	*	Est. VII
97	V.1.a	3 *		15,6	*	*	Est. VII
98	V.1.a	2 *		16,6	*	*	Est. VII
99	V.1.a	2 *		c.14	*	*	Est. VII
100	V.1.a	2 *		12,4	*	*	Est. VII
101	V.1.a	2 *		15,4	*	*	Est. VII
102	V.1.a	2 *		11,1	*	*	Est. VII
103	V.1.a	1 *		9,4	*	*	Est. VII
104	V.1.a	1 *		9	*	c.15	Est. VII
105	V.1.a	2 *		14	*	*	Est. VII
106	V.1.a	1 *		14,4	*	*	Est. VII
107	V.1.a	2 *		12	*	*	Est. VII
108	V.1.a	1 *		9,8	*	*	Est. VII
109	V.1.a	2 *		11	*	*	Est. VII
110	V.1.a	2 *		12,4	*	*	Est. VII
111	V.1.a	3 *		*	*	*	Est. VII
112	V.1.a	2 *		13,6	*	*	Est. VII
*	V.1.a	2 *		*	*	*	*
*	V.1.a	2 *		*	*	*	*
*	V.1.a	2 *		*	*	*	*
*	V.1.a	2 *		*	*	*	*
*	V.1.a	2 *		*	*	*	*
*	V.1.a	2 *		*	*	*	*
*	V.1.a	2 *		*	*	*	*
*	V.1.a	2 *		*	*	*	*
*	V.1.a	2 *		*	*	*	*
113	V.1.b	1 *		11	8	23,2	Est. VIII
114	V.1.b	1 Alisamento		11	6,2	20	Est. VIII
115	V.1.b	1 *		*	*	*	Est. VIII
116	V.1.b	1 *		13,2	*	*	Est. VIII
117	V.1.b	2 *		14,8	*	*	Est. VIII
118	V.1.b	2 *		12,8	*	*	Est. VIII
119	V.1.b	2 *		14	*	*	Est. VIII
120	V.1.b	2 *		12,8	*	*	Est. VIII
121	V.1.b	1 *		11,2	*	*	Est. VIII
122	V.1.b	2 *		15	*	*	Est. VIII
123	V.1.b	2 *		12	*	*	Est. VIII
124	V.1.b	2 *		c.14	*	*	Est. VIII
125	V.1.b	2 *		10	*	*	Est. VIII
126	V.1.b	1 *		8,4	5,3	12,6	Est. VIII

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	Categoria	Fragmento
127	2010.60.6	MNA	Rec. Cavaleiro Paixão	Comum	Bordo
128	2012.79.200	MNA	T. f - XI S.A Q.1/2 f; 1/2 j/ 1,2m; Da superfície até ao nível superior das sepulturas cavadas no saibro - rocha	Comum	Bordo
129	OSM 308	DRCAIent	*	Comum	Bordo
130	OSM 089	DRCAIent	*	Comum	Bordo
131	SN	IAC	Sep. 62	Comum	Completo
132	OSM 369	DRCAIent	*	Comum	Bordo
133	2010.60.16	MNA	Rec. Cavaleiro Paixão	Comum	Bordo
134	2012.79.19	MNA	Esc. ACP 1980	Comum	Bordo
135	OSM 233	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Comum	Bordo
136	OSM 243	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ½ e / 3 ½, 5, 9/10/80	Comum	Bordo
137	OSM 044	DRCAIent	T. f a) 30 a 45 cm	Comum	Bordo
138	OSM 316	DRCAIent	Prolongamento 1 (Norte) 0 a 20	Comum	Bordo
139	OSM 031	DRCAIent	S. G 60 a 80 cm da superfície. 3/1/968	Comum	Bordo
*	OSM 048	DRCAIent	T. f2 d) e e) 30 a 60 cm	Comum	Bordo
*	OSM 104	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Comum	Bordo
*	OSM 105	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Comum	Bordo
*	OSM 175	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral 7/10/80	Comum	Bordo
*	OSM 187	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Comum	Bordo
*	OSM 216	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 6; 1/2 7	Comum	Bordo
*	OSM 318	DRCAIent	Prolongamento 1 (Norte) 0 a 20	Comum	Bordo
*	OSM 375	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b, c/ 1, 2 até 3,14; 2/10/80	Comum	Bordo
*	OSM 271	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Bordo
*	OSM 272	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Bordo
*	OSM 273	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Bordo
*	OSM 274	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Bordo
*	OSM 275	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Bordo
140	SN	IAC	Sep. 62	Comum	Completo
141	13814	MNA	*	Comum	Completo
142	OSM 251	DRCAIent	T. G/X S.A Q. 1/2 f -> 1/2 j / 3	Comum	Bordo
143	OSM 265	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Bordo
144	2012.79.197	MNA	T. f - XI S.A Q.1/2 f; 1/2 j/ 1,2m; Da superfície até ao nível superior das sepulturas cavadas no saibro - rocha	Comum	Bordo
145	OSM 047	DRCAIent	T. f2 d) e e) 30 a 60 cm	Comum	Bordo
146	OSM 032	DRCAIent	S. G 60 a 80 cm da superfície. 3/1/968	Comum	Bordo
147	OSM 029	DRCAIent	S. G 60 a 80 cm da superfície. 3/1/968	Comum	Bordo
148	OSM 198	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Comum	Bordo
149	OSM 072	DRCAIent	*	Comum	Bordo/Asa
150	OSM 260	DRCAIent	T. G/X S.A Q. 1/2f -> 1/j / 3->5; 22/10/80	Comum	Bordo/Asa
151	OSM 350	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b, c/ 1, 2; 2/10/80	Comum	Bordo
152	OSM 143	DRCAIent	T. G./X S.D Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Comum	Bordo
153	OVP 040	ALC - MMPN	Sond. 6, U.E. [6004]	Comum	Bordo
154	2012.79.52	MNA	T.FX-F.XI - S.B./A Q.f->j, 9,10 - 1,2,3 - camada de revolvimento de +-70cm	Comum	Bordo
155	OSM 092	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/87	Comum	Bordo
156	OSM 197	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Comum	Bordo
157	OSM 338	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ->1/2e, 3, 4, 1/2 5	Comum	Bordo
158	OSM 172	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral 7/10/80	Comum	Bordo
159	OSM 241	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ½ e / 3 ½, 5, 9/10/80	Comum	Bordo
160	OSM 203	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Comum	Bordo
161	2012.79.195	MNA	T. f - XI S.A Q.1/2 f; 1/2 j/ 1,2m; Da superfície até ao nível superior das sepulturas cavadas no saibro - rocha	Comum	Bordo
162	OSM 136	DRCAIent	T. F-X S.C Q.C-4 9/11/81	Comum	Bordo

#	Tipo/ Forma	Fabrico	Acabamento	Ø Bordo (cm)	Ø Fundo (cm)	Altura (cm)	Estampa
127	V.1.b	2	Polimento	12	*	*	Est. IX
128	V.1.b	2	*	9,4	*	*	Est. IX
129	V.1.b	4	Polimento de ambas as sups.	9	*	*	Est. IX
130	V.1.b	3	*	13,4	*	*	Est. IX
131	V.1.b	2	*	12,6	9,9	27,6	Est. IX
132	V.1.b	3	*	12,8	*	*	Est. IX
133	V.1.b	1	*	18	*	*	Est. IX
134	V.1.b	2	*	13	*	*	Est. IX
135	V.1.b	2	*	15,4	*	*	Est. IX
136	V.1.b	1	*	10	*	*	Est. IX
137	V.1.b	4	*	10,5	*	*	Est. IX
138	V.1.b	1	*	11,4	*	*	Est. IX
139	V.1.b	1	*	17,1	*	*	Est. IX
*	V.1.b	1	*	*	*	*	*
*	V.1.b	2	*	*	*	*	*
*	V.1.b	1	*	*	*	*	*
*	V.1.b	4	*	*	*	*	*
*	V.1.b	1	Polimento da sup. externa	*	*	*	*
*	V.1.b	2	*	*	*	*	*
*	V.1.b	3	*	*	*	*	*
*	V.1.b	1	*	*	*	*	*
*	V.1.b	2	*	*	*	*	*
*	V.1.b	1	*	*	*	*	*
*	V.1.b	1	*	*	*	*	*
*	V.1.b	2	*	*	*	*	*
*	V.1.b	3	*	*	*	*	*
140	V.1.c		*	13,5	7,2	25,2	Est. X
141	V.1.c	5	Polimento na sup. externa	11,6	8	22,9	Est. X
142	V.1.c	1	*	13,2	*	*	Est. X
143	V.1.c	1	*	15,2	*	*	Est. X
144	V.1.c	1	*	7,3	*	*	Est. X
145	V.1.c	1	*	15,9	*	*	Est. X
146	V.1.c	2	*	13,8	*	*	Est. X
147	V.1.c	2	*	13,5	*	*	Est. X
148	V.1.c	1	*	11,4	*	*	Est. XI
149	V.1.d	3	*	16,8	*	*	Est. XI
150	V.1.d	1	*	13	*	*	Est. XI
151	V.1.d	2	*	14	*	*	Est. XI
152	V.1.d	2	*	14,4	*	*	Est. XI
153	V.1.d	3	*	16	*	*	Est. XI
154	V.1.d	2	*	c.17	*	*	Est. XI
155	V.1.d	3	*	14,2	*	*	Est. XI
156	V.1.d	3	*	14,4	*	*	Est. XI
157	V.1.d	1	*	12,8	*	*	Est. XI
158	V.1.d	2	*	13,4	*	*	Est. XI
159	V.1.d	1	*	14	*	*	Est. XI
160	V.1.d	2	*	13,2	*	*	Est. XI
161	V.1.d	1	*	12,4	*	*	Est. XI
162	V.1.d	1	*	12,4	*	*	Est. XI

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	Categoria	Fragmento
163	OSM 319	DRCAIent	*	Comum	Bordo
164	2012.79.157	MNA	*	Comum	Bordo e asa
165	2012.79.77	MNA	*	Comum	Bordo, colo e asa
166	OSM 207	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Comum	Bordo/Asa
167	2012.79.159	MNA	*	Comum	Bordo e asa
168	OSM 245	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ½ e / 3 ½, 5, 9/10/80	Comum	Bordo/Asa
169	OSM 120	DRCAIent	*	Comum	Bordo
170	OSM 111	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Comum	Bordo
171	OSM 255	DRCAIent	T. G/X S.A Q. 1/2 f -> 1/2 j /3	Comum	Bordo
172	OSM 320	DRCAIent	*	Comum	Bordo
173	OSM 249	DRCAIent	T. G/X S. A Q. geral, 1/10/80	Comum	Bordo/Asa
174	2012.79.202	MNA	T. f - XI S.A Q.1/2 f; 1/2 j/ 1,2m; Da superfície até ao nível superior das sepulturas cavadas no saibro - rocha	Comum	Bordo
175	2012.79.196	MNA	T. f - XI S.A Q.1/2 f; 1/2 j/ 1,2m; Da superfície até ao nível superior das sepulturas cavadas no saibro - rocha	Comum	Bordo
176	OSM 149	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Comum	Bordo
177	OSM 254	DRCAIent	T. G/X S.A Q. 1/2 f -> 1/2 j /3	Comum	Bordo
178	OSM 224	DRCAIent	T. G/X S. B Q. geral 30/9/80	Comum	Bordo
179	2012.79.153	MNA	*	Comum	Bordo/Asa
180	OSM 181	DRCAIent	T.G S Q. geral '80	Comum	Bordo
181	2012.79.193	MNA	N.S.M. T.F-X S.A Q. g,h/1-3 cerâmica encontrada avulso na terra castanha de enchimento abaixo das duas sepulturas superiores	Comum	Bordo
182	2012.79.118	MNA	Rec. Cavaleiro Paixão	Comum	Bordo
*	OSM 055	DRCAIent	*	Comum	Bordo
*	OSM 137	DRCAIent	T. F-X S.C Q.C-4 9/11/82	Comum	Bordo
*	OSM 156	DRCAIent	T. F/X S.B Q. f->j 1/2 6 -> 1/2 8	Comum	Bordo
*	OSM 174	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral 7/10/80	Comum	Bordo
*	OSM 266	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Bordo
*	OSM 310	DRCAIent	*	Comum	Bordo
*	OSM 311	DRCAIent	*	Comum	Bordo
*	OSM 314	DRCAIent	*	Comum	Bordo
*	OSM 363	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b-1/2 / 3, 4 1/2 5 (?); 10/10/80	Comum	Bordo
*	OSM 366	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b, c/ 1, 2; C até 3,14; 2/10/80	Comum	Bordo
*	OSM 374	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b, c/ 1, 2 até 3,14; 2/10/80	Comum	Bordo
*	OVP 041	ALC - MMPN	Sond. 6, U.E. [6004]	Comum	Bordo
183	983.404.40	MNA	«Junto com materiais de Alcácer do Sal. Castelo?»	Comum	Bordo e carena
184	2012.79.40	MNA	*	Comum	Bordo e Asa
185	13877	MNA	*	Comum	Completo
186	2004.378.2	MNA	Trazido do M.ALC.	Comum	Perfil rest.
187	13876	MNA	*	Comum	Completo
188	2012.79.43	MNA	*	Comum	Bordo
189	982.27.6	MNA	Sep. 73	Comum	Perfil Completo
190	OSM 071	DRCAIent	*	Comum	Bordo/Bojo
191	OSM 002	DRCAIent	*	Comum	Bordo
192	OSM 276	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Bordo
193	13873	MNA	*	Comum	Completo
194	SN	IAC	Sep. 54	Comum	Completo
195	SN	IAC	Sep. 67	Comum	Completo
196	SN	IAC	Sep. 66	Comum	Quase completo
197	OSM 112	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Comum	Bordo
198	OSM 119	DRCAIent	*	Comum	Bordo
199	SN	IAC	Sep. 132	Comum	Quase completo
200	982.22.3	MNA	Sep. 49	Comum	Bordo
201	OSM 121	DRCAIent	*	Comum	Bordo

#	Tipo/ Forma	Fabrico	Acabamento	Ø Bordo (cm)	Ø Fundo (cm)	Altura (cm)	Estampa
163	V.1.d	3 *		13,2	*	*	Est. XI
164	V.1.d	1 *		15,6	*	*	Est. XI
165	V.1.d	3 *		14,4	*	*	Est. XI
166	V.1.d	2 *		17,6	*	*	Est. XI
167	V.1.d	2 *		15,4	*	*	Est. XI
168	V.1.d	2 *		15	*	*	Est. XI
169	V.1.d	2 *		15,8	*	*	Est. XI
170	V.1.d	3 *		13,4	*	*	Est. XII
171	V.1.d	2 *		15,2	*	*	Est. XII
172	V.1.d	2 *		15	*	*	Est. XII
173	V.1.d	1 *		19,2	*	*	Est. XII
174	V.1.d	2 *		14	*	*	Est. XII
175	V.1.d	2 *		13	*	*	Est. XII
176	V.1.d	1 *		11,4	*	*	Est. XII
177	V.1.d	3 *		13	*	*	Est. XII
178	V.1.d	3 *		12,2	*	*	Est. XII
179	V.1.d	2 *		13,2	*	*	Est. XII
180	V.1.d	2 *		13,6	*	*	Est. XII
181	V.1.d	2 *		11	*	*	Est. XII
182	V.1.d	1 *		*	10,4	*	Est. XII
*	V.1.d	2 *		*	*	*	*
*	V.1.d	2 *		*	*	*	*
*	V.1.d	2 *		12,8	*	*	*
*	V.1.d	2 *		*	*	*	*
*	V.1.d	2 *		*	*	*	*
*	V.1.d	1 *		*	*	*	*
*	V.1.d	2 *		*	*	*	*
*	V.1.d	2 *		*	*	*	*
*	V.1.d	2 *		*	*	*	*
*	V.1.d	2 *		*	*	*	*
*	V.1.d	2 *		*	*	*	*
*	V.1.d	2 *		*	*	*	*
*	V.1.d	3 *		*	*	*	*
183	V.3	1 Polimento		4,4	*	*	Est. XII
184	V.2.a	5 *		4,5	*	*	Est. XIII
185	V.2.b	1 *		9,5	10,8 (máx)	6	Est. XIII
186	V.2.b	1 *		10	*	c.10,6	Est. XIII
187	V.2.b	1 *		7,9	10,4	3,4	Est. XIII
188	V.2.b	2 Polimento (?)		10	*	*	Est. XIII
189	V.2.b	2 *		6,8	2,4	c.7,9	Est. XIII
190	V.2.b	1 *		7,6	*	*	Est. XIII
191	V.2.b	2 *		18,9	*	*	Est. XIII
192	V.2.b	1 *		12	*	*	Est. XIII
193	V.2.c	2 Alisamento		9,6	4,8	10,8	Est. XIII
194	V.2.c	2 *		8,4	5,4	10,9	Est. XIII
195	V.2.c	1 *		7,4	4	9,2	Est. XIII
196	V.2.c	1 *		6,8	c. 3	9,5	Est. XIII
197	V.2.c	3 *		6,6	*	*	Est. XIII
198	V.2.c	2 *		10	*	*	Est. XIII
199	V.2.c	1 *		8	5,6	13,5	Est. XIII
200	V.2	1 *		10	*	*	Est. XIV
201	V.2	2 *		10,4	*	*	Est. XIV

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	Categoria	Fragmento
202	2012.79.123	MNA	Rec. Cavaleiro Paixão	Comum	Bordo
203	OSM 182	DRCAIent	T.G S Q. geral '80	Comum	Bordo
204	2012.79.125	MNA	Rec. Cavaleiro Paixão	Comum	Bordo
205	OSM 004	DRCAIent	*	Comum	Bordo
*	OSM 173	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral 7/10/80	Comum	Bordo/Asa
*	OSM 183	DRCAIent	T.G S Q. geral '80	Comum	Bordo/Asa
*	OSM 261	DRCAIent	T. G/X S.A Q. 1/2f -> 1/j /3->5; 22/10/80	Comum	Bordo/Asa
*	OSM 292	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Bordo/Asa
*	OSM 332	DRCAIent	*	Comum	Bordo/Asa
*	OSM 333	DRCAIent	*	Comum	Bordo/Asa
206	982.58.65	MNA	*	Comum	Bordo
207	SN	MNA	*	Comum	Completo
208	SN	MNA	*	Comum	Completo
209	2012.79.1	MNA	*	Comum	Fundo
210	11239	MNA	*	Comum	Completo
211	2010.60.8 (B)	MNA	Rec. Cavaleiro Paixão	Comum	Bordo
212	2012.79.6	MNA	29/09/80, 40cm	Comum	Bordo
213	OSM 155	DRCAIent	T. F/X S.B Q. f->j 1/2 6 -> 1/2 8	Comum	Bordo
214	982.46.2	MNA	Sep. 131	Comum	Bordo
215	OSM 185	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Comum	Bordo
216	2012.79.33	MNA	*	Comum	Bordo
217	983.404.31	MNA	«Junto com materiais de Alcácer do Sal. Castelo?»	Comum	Bordo
218	983.404.33	MNA	«Junto com materiais de Alcácer do Sal. Castelo?»	Comum	Bordo
219	2012.79.46	MNA	T.F.X-F.XI - S.B./A Q.f->j, 9,10 - 1,2,3 - camada de revolvimento de +70cm	Comum	Bordo e colo
220	2012.79.128	MNA	*	Comum	Bojo
221	982.43.2	MNA	Sep. 108	Comum	Fundo
222	2012.79.12	MNA	AS. -30 a -50, E(15,80) - O(19,10) 20/12/1968	Comum	Fundo
223	982.13.20	MNA	Sep. 73	Comum	Fundo
224	SN	IAC	Sep. 18	Comum	Completo
225	SN	IAC	Sep. 18	Comum	Completo
226	2012.79.25	MNA	25/9/1980 +-40cm	Comum	Bordo
227	OSM 147	DRCAIent	T. G/X S.B Q	Comum	Bordo
228	MMPN 3826	ALC - MMPN	*	Comum	Completo
229	OSM 134	DRCAIent	T. G/X S.A Q. 1/2j / 2,3	Comum	Perfil Completo
230	MMPN 390	ALC - MMPN	*	Comum	Completo
231	13880	MNA	*	Comum	Completo
232	MMPN 3828	ALC - MMPN	*	Comum	Completo
233	13869	MNA	*	Comum	Fundo, Bojo e parte do Colo
234	OSM 257	DRCAIent	T. J/XI S.A Q. 1/2 f/ 1/2j / 1,2m 25/20/80	Comum	Perfil Completo
235	982.43.1	MNA	Sep. 108	Comum	Bordo e colo
236	2012.79.186	MNA	*	Comum	Bordo e colo
237	SN	IAC	Sep. 54	Comum	Completo
238	982.22.2	MNA	Sep.49	Comum	Bordo, colo e asa
239	SN	IAC	Sep. 58	Comum	Completo
240	13881	MNA	*	Comum	Completo
241	2010.60.14	MNA	Rec. Cavaleiro Paixão	Comum	Bordo
242	982.11.1	MNA	Sep. 14	Comum	Perfil Completo
243	SN	IAC	Sep. 64	Comum	Completo
244	SN	IAC	Sep. 68	Comum	Completo
245	SN	IAC	Sep. 50	Comum	Completo
246	SN	IAC	Sep. 55	Comum	Completo
247	SN	IAC	Sep. 88	Comum	Completo
248	450*	IAC	Sep. 54	Comum	Completo
249	SN	IAC	Sep. 23	Comum	Completo
250	OSM 289	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Bordo

#	Tipo/ Forma	Fabrico	Acabamento	Ø Bordo (cm)	Ø Fundo (cm)	Altura (cm)	Estampa
202	V.2	2 *		9,4	*	*	Est. XIV
203	V.2	3 *		8,8	*	*	Est. XIV
204	V.2	1 *		9,8	*	*	Est. XIV
205	V.2	1 *		9	*	*	Est. XIV
*	V.2?	2 *		*	*	*	*
*	V.2?	2 *		*	*	*	*
*	V.2?	1 *		*	*	*	*
*	V.2?	1 *		*	*	*	*
*	V.2?	2 *		*	*	*	*
*	V.2?	1 *		*	*	*	*
206	VI.1	3 *		10,4	*	*	Est. XIV
207	VI.1	2 *		12	9,9	30,6	Est. XIV
208	VI.1	2 *		13,2	9,9	31,2	Est. XIV
209	VI.1	1 *		*	11	*	Est. XIV
210	VI.2	1 *		14,2	8,5	20,6	Est. XV
211	VI.2	1 *		18	*	*	Est. XV
212	VI.2	3 *		17,8	*	*	Est. XV
213	VI.2	3 *		18	*	*	Est. XV
214	VI.2	1	Polimento	25	*	*	Est. XV
215	VI.2	1	Polimento da sup. interna; acção do fogo	21,2	*	*	Est. XV
216	VI.2	1 *		21	*	*	Est. XV
217	VI.2	5 *		c.24	*	*	Est. XV
218	VI.2	1 *		c.22	*	*	Est. XV
219	VI.2	5 *		21	*	*	Est. XV
220	VI.2	1 *		*	*	*	Est. XV
221	VI.2?	5 *		*	8	*	Est. XVI
222	VI.2?	2 *		*	7	*	Est. XVI
223	VI.2?	3 *		*	c. 7	*	Est. XVI
224	VI.3	1 *		10,4	7,4	11,6	Est. XVI
225	VI.3 (tampa)	1 *		10,8	6	6,6	Est. XVI
226	VI.4	1 *		*	*	*	Est. XVI
227	VI.4	1 *		18,2	*	*	Est. XVI
228	VII.1	2	Alisamento	8,8	2,1	14,3	Est. XVI
229	VII.1	1 *		6	3,4	c.12,3	Est. XVI
230	VII.1	1 *		6,8	5,2	12	Est. XVI
231	VII.1	1 *		6	4,8	13	Est. XVII
232	VII.1	3	Alisamento	12,1	6,2	3,4	Est. XVII
233	VII.1	5 *		*	3,4	*	Est. XVII
234	VII.1	3	Polimento da sup. externa	6,2	4,6	14	Est. XVII
235	VII.1	3 *		8,4	*	*	Est. XVII
236	VII.1	5 *		8	*	*	Est. XVII
237	VII.2	1	Brunimento	7,2	4,4	14,3	Est. XVII
238	VII.2	5 *		8	*	*	Est. XVII
239	VII.2	1 *		5,8	3,5	12	Est. XVII
240	VII.2	1 *		6,2	5,4	11	Est. XVII
241	VII.2	1 *		*	8,4	*	Est. XVII
242	VII.2	1	Decoração impressa junto ao fundo	7,6	3,4	13,5	Est. XVII
243	VII.3	1 *		6,9	6,6	12,9	Est. XVIII
244	VII.3	1 *		6,8	3,8	12,8	Est. XVIII
245	VII.3	3 *		7,8	5,4	11,4	Est. XVIII
246	VII.3	1 *		6,9	3,9	12	Est. XVIII
247	VII.3	1 *		4,5	3,3	7,8	Est. XVIII
248	VII.3	3	Polimento	5,4	3,8	9,3	Est. XVIII
249	VII.4	1 *		5,4	5,1	11,1	Est. XVIII
250	VII.1-4	1 *		9	*	*	Est. XVIII

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	Categoria	Fragmento
251	2012.79.93	MNA	*	Comum	Bordo
252	2010.60.8 (A)	MNA	Rec. Cavaleiro Paixão	Comum	Bordo
253	2012.79.199	MNA	T. f - XI S.A Q.1/2 f; 1/2 j/ 1,2m; Da superfície até ao nível superior das sepulturas cavadas no saibro - rocha	Comum	Bordo
254	983.407.1	MNA	(J. Verdes)	Comum	Fundo, Bojo e parte do Colo
255	13883	MNA	*	Comum	Completo
*	OSM 210	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Comum	Bordo
256	13861	MNA	*	Comum	Completo
257	MMPN 387	ALC - MMPN	*	Comum	Completo
258	OSM 033	DRCAIent	S. G 60 a 80 cm da superfície. 3/1/968	Comum	Bordo
259	2012.79.209	MNA	Esc. V.C. - Trazido do M.ALC.	Comum	Fundo
260	982.13.11	MNA	Sep. 17 ou H?	Comum	Bojo
261	13858	MNA	*	Comum	Completo
262	982.58.89	MNA	*	Comum	Bordo e carena
263	13864	MNA	*	Comum	Completo
264	13862	MNA	*	Comum	Completo
265	982.58.63	MNA	*	Comum	Bordo
266	2012.79.165	MNA	Sep. 6	Comum	Bordo
267	1925	IAC	Sep. 15	Comum	Completo
268	13856	MNA	*	Comum	Completo
269	982.4.?	MNA	Sep. 6	Comum	Bordo
270	982.58.61	MNA	*	Comum	Bordo
271	982.13.3	MNA	*	Comum	Bordo
272	OSM 334	DRCAIent	*	Comum	Bordo
273	2012.79.96	MNA	*	Comum	Bordo
274	OSM 209	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Comum	Bordo
275	OSM 372	DRCAIent	*	Comum	Bordo
276	OSM 348	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b, c/ 1, 2; 2/10/80	Comum	Bordo
277	2012.79.198	MNA	T. f - XI S.A Q.1/2 f; 1/2 j/ 1,2m; Da superfície até ao nível superior das sepulturas cavadas no saibro - rocha	Comum	Bordo
278	OSM 189	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Comum	Bordo
279	13871	MNA	*	Comum	Completo
280	MMPN 3834	ALC - MMPN	*	Comum	Perfil Completo
281	SN	IAC	Sep. 72	Comum	Completo
282	MMPN 404	ALC - MMPN	*	Comum	Completo
283	982.58.22	MNA	*	Comum	Bordo e Asa
284	2004.95.1	MNA	*	Comum	Perfil Completo
285	SN	IAC	Sep. 22	Comum	Completo
286	SN	IAC	Sep. 144	Comum	Completo
287	1928	IAC	Sep. 131	Comum	Completo
288	982.57.8	MNA	«Sepultura onde foi encontrada a falcata»	Comum	Quase completo
289	982.58.3	MNA	*	Comum	Perfil Completo
290	982.9.4	MNA	*	Comum	Bordo
291	982.17.1	MNA	Sep. 38	Comum	Bordo
292	2012.79.5	MNA	29/09/80, 40cm	Comum	Bordo
293	OSM 009	DRCAIent	Prolongamento Sond. TG1. Ustrinum superior sepultura. 9/4/969	Comum	Bordo
294	OSM 016	DRCAIent	Prolongamento Norte do TG1 a) e b), 30 a 50 cm	Comum	Bordo
295	OSM 011	DRCAIent	Prolongamento Norte do TG1 (murete) (60 a 80 cm da sup. Sobre sepultura)	Comum	Bordo
296	OSM 052	DRCAIent	*	Comum	Bordo
297	OSM 049	DRCAIent	T. f2 d) e e) 30 a 60 cm	Comum	Bordo
298	OSM 097	DRCAIent	T. G/X S. C Q. B ½ e 3, 4, ½, 5, 10/10/80	Comum	Bordo
299	2012.79.203	MNA	T. f - XI S.A Q.1/2 f; 1/2 j/ 1,2m; Da superfície até ao nível superior das sepulturas cavadas no saibro - rocha	Comum	Bordo
300	OSM 151	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Comum	Bordo
*	SN	DRCAIent	*	Comum	Bordo

#	Tipo/ Forma	Fabrico	Acabamento	Ø Bordo (cm)	Ø Fundo (cm)	Altura (cm)	Estampa
251	VII.1-4	5	Polimento na parte superior da sup. interna	10	*	*	Est. XVIII
252	VII.1-4	2	*	*	6,4	*	Est. XVIII
253	VII.1-4	1	*	6,6	*	*	Est. XVIII
254	VII.5	1	Polimento	*	6,8	*	Est. XIX
255	VII.6	3	*	15,4	7,6 (máx)	6,2	Est. XIX
*	VII.6?	3	*	*	*	*	*
256	VIII.1	1	*	4,8	2,4	7	Est. XIX
257	VIII.1	1	*	7	5	7,2	Est. XIX
258	VIII.1	4	*	7,2	*	*	Est. XIX
259	VIII.1	1	*	*	4	*	Est. XIX
260	VIII.1	2	Caneluras finas na sup. externa	*	*	*	Est. XIX
261	VIII.1	1	*	4,8	5,6	6,8	Est. XIX
262	VIII.1	1	*	4,8	*	*	Est. XIX
263	VIII.2	4	*	4,6	3,6	7	Est. XIX
264	VIII.2	1	*	9	11,4	14,1	Est. XX
265	VIII.2	3	*	6,6	*	*	Est. XX
266	VIII.2	4	*	4,4	*	*	Est. XX
267	VIII.2	3	*	5,2	4,2	8,3	Est. XX
268	VIII.2	1	*	5,6	4,6	7,8	Est. XX
269	VIII.2	1	*	5	*	*	Est. XX
270	VIII.1-2	4	*	6,4	*	*	Est. XX
271	VIII.1-2	4	*	5	*	*	Est. XX
272	VIII.1-2	4	*	5,8	*	*	Est. XX
273	VIII.1-2	4	*	5,4	*	*	Est. XX
274	VIII.1-2	4	*	4,2	*	*	Est. XX
275	VIII.1-2	4	*	4,2	*	*	Est. XX
276	VIII.1-2	1	*	6,4	*	*	Est. XX
277	VIII.1-2	3	*	2,1	*	*	Est. XX
278	VIII.1-2	4	*	6,2	*	*	Est. XX
279	IX.1	1	Aguada bege na sup. externa (?)	10	1,9	*	Est. XX
280	IX.2	1	Alisamento?	3,8	*	12,4	Est. XX
281	IX.3	1	*	5,2	13,4	*	Est. XX
282	IX.3	1	*	4,4	*	8,7	Est. XX
283	IX.3	5	Aguada bege amarelada?	6,4	*	*	Est. XX
284	X	1	*	13,3	4,5	3,2	*
285	X	1	*	12,8	*	4,6	Est. XXI
286	X	1	*	13,2	*	3,9	Est. XXI
287	X	3	*	12,2	*	3,7	Est. XXI
288	X	5	*	12,6	c.2,8	4,8	Est. XXI
289	X	2	*	13,6	3,5	*	Est. XXI
290	X	2	*	13	*	*	Est. XXI
291	X	5	*	12,6	*	*	Est. XXI
292	XI.1	1	*	14	*	*	Est. XXI
293	XI.2	1	*	6,4	*	*	Est. XXI
294	XI.2	3	*	7,2	*	*	Est. XXI
295	Ind.	1	Alisamento	9,9	*	*	Est. XXI
296	Ind.	3	*	12	*	*	Est. XXI
297	Ind.	1	*	9,3	*	*	Est. XXI
298	Ind.	1	*	10,2	*	*	Est. XXI
299	Ind.	1	Aguada bege	*	*	*	Est. XXI
300	Ind.	4	*	5,2	*	*	Est. XXI
*	Ind.	3	*	*	*	*	*

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	Categoria	Fragmento
*	SN	DRCAIent	*	Comum	Bordo
*	SN	DRCAIent	*	Comum	Bordo
*	SN	DRCAIent	*	Comum	Bordo
*	SN	DRCAIent	*	Comum	Bordo
*	SN	DRCAIent	*	Comum	Bordo
*	SN	DRCAIent	*	Comum	Bordo
*	SN	DRCAIent	*	Comum	Bordo
*	OSM 113	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Comum	Bordo
*	OSM 184	DRCAIent	T.G S Q. geral '80	Comum	Bordo
*	OSM 190	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Comum	Bordo
*	OSM 191	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Comum	Bordo
*	OSM 211	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Comum	Bordo
*	OSM 217	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 6; 1/2 7	Comum	Bordo
*	OSM 230	DRCAIent	T. G/X S. B Q. geral 30/9/80	Comum	Bordo
*	OSM 231	DRCAIent	T. G/X S. B Q. geral 30/9/80	Comum	Bordo
*	OSM 237	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Comum	Bordo
*	OSM 238	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Comum	Bordo
*	OSM 298	DRCAIent	T. G-X S. A Q. h, i, j / ½ 1,2 3/10/80	Comum	Bordo
*	OSM 357	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b / 2 1/ 2; 2/10/80	Comum	Bordo
*	OSM 358	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b / 2 1/ 2; 2/10/80	Comum	Bordo
*	2012.79.8	MNA	29/09/80, 40cm	Comum	Fundo
*	2012.79.10	MNA	29/09/80, 40cm	Comum	Fundo
*	2012.79.2	MNA	9/29/1980	Comum	Fundo
*	2012.79.15	MNA	Esc. ACP 1980	Comum	Fundo
*	2012.79.18	MNA	Esc. ACP 1980	Comum	Fundo
*	2012.79.20	MNA	Esc. ACP 1980	Comum	Fundo
*	2012.79.22	MNA	25/9/1980 +40cm	Comum	Fundo
*	2012.79.24	MNA	25/9/1980 +40cm	Comum	Fundo
*	983.404.46	MNA	«Junto com materiais de Alcázer do Sal. Castelo?»	Comum	Fundo
*	982.39.3	MNA	Sep. 102	Comum	Fundo
*	982.39.6	MNA	Sep. 102	Comum	Fundo
*	982.39.?	MNA	Sep. 102	Comum	Fundo
*	2012.79.68	MNA	*	Comum	Fundo
*	982.53.2	MNA	Sep. 160	Comum	Fundo
*	982.62.27	MNA	Castelo?! «Encontrado no Convento de S. Francisco»	Comum	Fundo
*	2012.79.94	MNA	*	Comum	Fundo
*	982.58.85	MNA	*	Comum	Fundo
*	982.22.4	MNA	Sep. 49	Comum	Fundo
*	982.16.3	MNA	Sep. 37	Comum	Fundo e bojo
*	982.58.11	MNA	*	Comum	Fundo
*	2012.79.117	MNA	*	Comum	Fundo
*	983.404.52	MNA	«Junto com materiais de Alcázer do Sal. Castelo?»	Comum	Fundo
*	2012.79.127	MNA	Rec. Cavaleiro Paixão	Comum	Fundo
*	2012.79.131	MNA	*	Comum	Fundo
*	2012.79.147	MNA	*	Comum	Fundo
*	2012.79.148	MNA	*	Comum	Fundo
*	2012.79.149	MNA	*	Comum	Fundo
*	2012.79.150	MNA	*	Comum	Fundo
*	2012.79.151	MNA	*	Comum	Fundo (Pé de anel)
*	2012.79.179	MNA	Prolongamento Sul do talhão G.1 30-60cm, camada de terra escura suprajacente à terra vermelha	Comum	Fundo
*	2012.79.206	MNA	T. f - XI S.A Q.1/2 f; 1/2 j/ 1,2m; Da superfície até ao nível superior das sepulturas cavadas no saibro - rocha	Comum	Fundo
*	2012.79.207	MNA	T. f - XI S.A Q.1/2 f; 1/2 j/ 1,2m; Da superfície até ao nível superior das sepulturas cavadas no saibro - rocha	Comum	Fundo
*	SN	MNA	*	Comum	Fundo

#	Tipo/ Forma	Fabrico	Acabamento	Ø Bordo (cm)	Ø Fundo (cm)	Altura (cm)	Estampa
*	Ind.	3	*	*	*	*	*
*	Ind.	2	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	2	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	3	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	3	*	*	*	*	*
*	Ind.	2	*	*	*	*	*
*	Ind.	4	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	4	*	*	*	*	*
*	Ind.	2	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	3	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	3	*	*	*	*	*
*	Ind.	3	*	*	*	*	*
*	Ind.	4	*	*	4	*	*
*	Ind.	1	*	*	8,2	*	*
*	Ind.	1	Sup. Int. Polida	*	*	*	*
*	Ind.	4	*	*	*	*	*
*	Ind.	4	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	Polimento	*	6	*	*
*	Ind.	5	*	*	4,3	*	*
*	Ind.	3	*	*	c.4	*	*
*	Ind.	3	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	4	*	*	3,4	*	*
*	Ind.	3	*	*	2,4	*	*
*	Ind.	2	*	*	4,2	*	*
*	Ind.	1	Polimento na sup. externa	*	4	*	*
*	Ind.	5	*	*	4,4	*	*
*	Ind.	2	*	*	4	*	*
*	Ind.	5	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	4	*	*
*	Ind.	1	*	*	9,4	*	*
*	Ind.	5	*	*	*	*	*
*	Ind.	3	*	*	c. 9	*	*
*	Ind.	1	*	*	9,4	*	*
*	Ind.	3	*	*	7,6	*	*
*	Ind.	1	*	*	7	*	*
*	Ind.	1	*	*	4,4	*	*
*	Ind.	3	*	*	7,8	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	2	*	*	*	*	*
*	Ind.	2	*	*	*	*	*

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	Categoria	Fragmento
*	SN	MNA	*	Comum	Fundo
*	SN	MNA	S. G 60 a 80 cm da superfície. 3/1/968	Comum	Fundo
*	SN	MNA	S. G 60 a 80 cm da superfície. 3/1/968	Comum	Fundo
*	SN	MNA	T. f a) 30 a 45 cm	Comum	Fundo
*	SN	MNA	T. f a) 30 a 45 cm	Comum	Fundo
*	SN	MNA	T. f2 d) e e) 30 a 60 cm	Comum	Fundo
*	SN	MNA	*	Comum	Fundo
*	SN	MNA	*	Comum	Fundo
*	OSM 080	DRCAIent	*	Comum	Fundo
*	OSM 081	DRCAIent	*	Comum	Fundo
*	OSM 093	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/88	Comum	Fundo e bojo
*	SN	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/91	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T.G-XI S.A Q.g/ 1,2, 1/2 3 C -252	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. F-X S.C Q.C-4 9/11/83	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral 7/10/80	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T.G S Q. geral '80	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T.G S Q. geral '80	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 6; 1/2 7	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 6; 1/2 7	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ½ e / 3 ½, 5, 9/10/80	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ½ e / 3 ½, 5, 9/10/80	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ½ e / 3 ½, 5, 9/10/80	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ½ e / 3 ½, 5, 9/10/80	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ½ e / 3 ½, 5, 9/10/80	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ½ e / 3 ½, 5, 9/10/80	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S.A Q. 1/2 f -> 1/2 j /3	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S.A Q. 1/2f -> 1/j /3->5; 22/10/80	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	*	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	*	Comum	Fundo

#	Tipo/ Forma	Fabrico	Acabamento	Ø Bordo (cm)	Ø Fundo (cm)	Altura (cm)	Estampa
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	3	*	*	*	*	*
*	Ind.	4	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	4,6	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	3	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	2	*	*	*	*	*
*	Ind.	2	*	*	*	*	*
*	Ind.	3	*	*	*	*	*
*	Ind.	3	*	*	*	*	*
*	Ind.	3	*	*	*	*	*
*	Ind.	4	*	*	*	*	*
*	Ind.	2	*	*	*	*	*
*	Ind.	3	*	*	*	*	*
*	Ind.	3	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	4	*	*	*	*	*
*	Ind.	2	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	3	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	3	*	*	*	*	*
*	Ind.	4	*	*	*	*	*
*	Ind.	4	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	3	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	2	*	*	*	*	*
*	Ind.	2	*	*	*	*	*

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	Categoria	Fragmento
*	SN	DRCAIent	*	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	*	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ->1/2e, 3, 4, 1/2 5	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b, c/ 1, 2; 2/10/80	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b-1/2 / 3, 4 1/2 5 (?); 10/10/80	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b-1/2 / 3, 4 1/2 5 (?); 10/10/80	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b-1/2 / 3, 4 1/2 5 (?); 10/10/80	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b, c/ 1, 2; C até 3,14; 2/10/80	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b, c/ 1, 2; C até 3,14; 2/10/80	Comum	Fundo
*	SN	DRCAIent	*	Comum	Fundo
301	OSM 228	DRCAIent	T. G/X S. B Q. geral 30/9/80	Pintada	Bordo
302	OSM 302	DRCAIent	*	Pintada	Bordo
303	OSM 360	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b-1/2 / 3, 4 1/2 5 (?); 10/10/80	Pintada	Bordo
304	982.58.??	MNA	*	Pintada	Bordo
305	OSM 171	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral 7/10/80	Pintada	Bordo
306	2012.79.129	MNA	*	Pintada	Fundo
307	OSM 328	DRCAIent	*	Pintada	Bordo
308	982.58.57	MNA	*	Pintada	Bordo
309	OSM 003	DRCAIent	*	Pintada	Bordo
310	2012.79.187	MNA	*	Pintada	Bordo
311	OSM 041	DRCAIent	T. f a) 30 a 45 cm	Pintada	Bordo
312	OSM 042	DRCAIent	T. f a) 30 a 45 cm	Pintada	Bordo
313	OSM 267	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Pintada	Bordo
314	OSM 297	DRCAIent	T. G-X S. A Q. h, i, j / ½ 1,2 3/10/80	Pintada	Bordo
315	2012.79.16	MNA	Esc. ACP 1980	Pintada	Bordo
316	982.13.6	MNA	*	Pintada	Bordo
317	OSM 152	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Pintada	Bordo
318	OSM 344	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b, c/ 1, 2; 2/10/80	Pintada	Bordo
319	2012.79.138	MNA	*	Pintada	Bordo
320	OSM 317	DRCAIent	Prolongamento 1 (Norte) 0 a 20	Pintada	Bordo
321	OSM 205	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Pintada	Bordo
322	2012.79.190	MNA	T. G. Sul -70 a 90 30/12-1968	Pintada	Bordo
323	SN		*	Pintada	Completo
324	982.59.1	MNA	ASM	Pintada	Bordo, colo, bojo, parte do fundo
325	982.57.2 (?)	MNA	«Sepultura onde foi encontrada a falcata»	Pintada	Bordo e colo
326	982.57.??	MNA	Sep. 6	Pintada	Bordo
327	SN	IAC	*	Pintada	Completo
328	SN	IAC	Sep. 26	Pintada	Completo
329	SN	IAC	*	Pintada	Perfil Completo
330	11238	MNA	*	Pintada	Completo
331	982.13.9	MNA	Sep. 17 ou H?	Pintada	Bordo
332	OSM 157	DRCAIent	T. F/X S.B Q. f->j 1/2 6 -> 1/2 8	Pintada	Bordo
333	OSM 158	DRCAIent	A.S.M. T. G/X S.B Q. f/9 C. 255cm 3/10/80	Pintada	Bordo
334	OSM 227	DRCAIent	T. G/X S. B Q. geral 30/9/80	Pintada	Bordo
335	982.13.8	MNA	*	Pintada	Bordo
336	OSM 206	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Pintada	Bordo
337	OSM 195	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Pintada	Bordo
338	MMPN 3843	ALC - MMPN	*	Pintada	Bordo e bojo
339	MMPN 3844	ALC - MMPN	*	Pintada	Fundo, bojo, colo
340	SN	MNA	*	Pintada	Completo
341	982.58.5	MNA	*	Pintada	Bojo
342	SN	IAC	Sep. 18	Pintada	Completo

#	Tipo/ Forma	Fabrico	Acabamento	Ø Bordo (cm)	Ø Fundo (cm)	Altura (cm)	Estampa
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	2	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	1	*	*	*	*	*
*	Ind.	3	*	*	*	*	*
*	Ind.	3	*	*	*	*	*
301	I.1	1	Pintura a vermelho na sup. interna	18	*	*	Est. XXII
302	I.1	1	Pintura a vermelho na sup. interna	24	*	*	Est. XXII
303	I.1	3	Pintura vermelha na sup. interna	22,2	*	*	Est. XXII
304	I.1	5	Pintura vermelha em toda a sup. conservada	19	*	*	Est. XXII
305	I.1	3	Pintura em ambas as sups.	13	*	*	Est. XXII
306	I.4	3	Pintura a vermelho na sup. interna	*	7,8	*	Est. XXII
307	II.1	1	Pintura vermelha em ambas as sups.	13,2	*	*	Est. XXII
308	II.1	3	Pintura vermelha violácea na sup. externa	10	*	*	Est. XXII
309	II.1	1	Pintura na sup. externa e bordo interno	26,4	*	*	Est. XXII
310	II.3	1	Pintura a vermelho	16	*	*	Est. XXII
311	III	1	Pintura vermelha no bordo	12,9	*	*	Est. XXII
312	III	1	Pintura vermelha no bordo	15,3	*	*	Est. XXII
313	III	3	Pintura vermelha na sup. interna	17,6	*	*	Est. XXII
314	III	3	Pintura vermelha na sup. interna	16,2	*	*	Est. XXII
315	III	3	Pintura em bandas (vermelho e negro)	15	*	*	Est. XXII
316	III	5	Pintura vermelha no bordo e na sup. externa	15,8	*	*	Est. XXII
317	III	1	Pintura vermelha na sup. interna	16	*	*	Est. XXII
318	III	3	Pintura na sup. interna e no bordo	18,4	*	*	Est. XXII
319	III	1	Pintura a vermelho em ambas as sups.	21	*	*	Est. XXII
320	V.1.b	1	Pintura vermelha na sup. interna	12,6	*	*	Est. XXIII
321	V.1.b	1	Pintura vermelha na sup. interna	12	*	*	Est. XXIII
322	V.1.b	1	Pintura a vermelho	8,4	*	*	Est. XXIII
323	VI.1	3	Pintura a vermelho	15,9	9,9	32,1	Est. XXIII
324	VI.1	1	Pintura	12,9	6,6	*	Est. XXIII
325	VI.1	5	Pintura vermelha alaranjada	11,5	*	*	Est. XXIV
326	VI.1	5	Pintura a vermelho na sup. externa, bordo e parte da sup. interna	11,8	*	*	Est. XXIV
327	VI.2	3	Pintura a vermelho	22,8	9	23,1	Est. XXIV
328	VI.2	1	Pintura a vermelho	23,4	9,9	21,3	Est. XXIV
329	VI.2	1	Pintura a vermelho	18,6	7,4	21,6	Est. XXIV
330	VI.2	3	Pintura vermelha na porção superior da sup. externa	16,8	9	17,6	Est. XXIV
331	VI.2	1	Pintura a vermelho no bordo e sup. interna	26	*	*	Est. XXIV
332	VI.2	3	Aguada cor-de-laranja na sup. externa e bordo	23,4	*	*	Est. XXIV
333	VI.2	1	Pintura a vermelho na sup. interna e no bordo	21	*	*	Est. XXV
334	VI.2	1	Pintura a vermelho na sup. interna	18,8	*	*	Est. XXV
335	VI.2	1	Pintura vermelha no bordo e na sup. externa	18	*	*	Est. XXV
336	VI.2	1	Pintura a vermelho na sup. interna	17,6	*	*	Est. XXV
337	VI.2	3	Pintura vermelha no bordo interno	15	*	*	Est. XXV
338	VI.2	1	Pintura vermelha na sup. externa e no bordo interno	21	*	*	Est. XXV
339	VI.2	1	Pintura vermelha na sup. externa e no bordo interno	*	8	20,4	Est. XXV
340	VI.2	3	Pintura vermelha na sup. Externa	21,3	9	26,7	Est. XXVI
341	VI.2	5	Pintura vermelha e negra na sup. Externa	*	*	*	Est. XXVI
342	VI.4	3	Pintura a vermelho	19,5	9,3	26,4	Est. XXVII

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	Categoria	Fragmento
343	OSM 114	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Pintada	Bordo
344	982.53.8	MNA	Sep. 160	Pintada	Bordo
345	2012.79.50	MNA	T.F.X-F.XI - S.B./A Q.f->j, 9,10 - 1,2,3 - camada de revolvimento de +70cm	Pintada	Bordo
346	982.53.11	MNA	Sep. 160	Pintada	Bordo
347	OSM 177	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral 7/10/80	Pintada	Bordo
348	OSM 368	DRCAIent	*	Pintada	Bordo
349	13857	MNA	*	Pintada	Completo
350	SN	IAC	Sep. 15	Pintada	Completo
351	13863	MNA	*	Pintada	Completo
352	13859	MNA	*	Pintada	Quase completo
353	OSM058	DRCAIent	*	Pintada	Bordo
354	982.58.13	MNA	*	Pintada	Completo
*	982.13.15	MNA	Sep. 17 ou H?	Pintada	Fundo
*	2012.79.129	MNA	*	Pintada	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S. C Q. B ½ e 3, 4, ½, 5, 10/10/80	Pintada	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Pintada	Pé de Anel
*	SN	DRCAIent	T. G/X S.A Q. 1/2 f -> 1/2 j /3	Pintada	Fundo
355	OSM 095	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/90	Cinzenta	Bordo
356	982.62.45	MNA	«Encontrado no Convento de S. Francisco»	Cinzenta	Bordo
357	983.404.43	MNA	«Junto com materiais de Alcázer do Sal. Castelo?»	Cinzenta	Perfil Completo
358	982.15.2	MNA	Sep. 19	Cinzenta	Perfil Completo
359	982.2.2	MNA	Sep. 3	Cinzenta	Perfil Completo
360	982.62.47	MNA	«Encontrado no Convento de S. Francisco»	Cinzenta	Bordo
361	OSM 167	DRCAIent	A.S.M. T. G/X S.B Q. f/9 C. 255cm 3/10/80	Cinzenta	Bordo
362	OSM 036	DRCAIent	S. G 60 a 80 cm da superfície. 3/1/968	Cinzenta	Bordo
363	OSM 006	DRCAIent	*	Cinzenta	Bordo
364	982.58.19	MNA	*	Cinzenta	Bordo
365	982.58.12	MNA	*	Cinzenta	Completo
366	2012.79.63	MNA	*	Cinzenta	Bordo
367	2012.79.42	MNA	*	Cinzenta	Bordo
368	2012.79.204	MNA	*	Cinzenta	Bordo
369	982.62.127 + 982.50.4	MNA	Sep. 157	Cinzenta	Bordo
370	13874	MNA	*	Cinzenta	Completo
371	2004.95.7	DRCAIent	*	Cinzenta	Perfil Completo
*	OSM 021	DRCAIent	Prolongamento Norte de TG1 a) e b) 90 a 110cm	Cinzenta	Bordo
*	OSM 043	DRCAIent	T. f a) 30 a 45 cm	Cinzenta	Bordo
*	OSM 050	DRCAIent	T. f2 d) e e) 30 a 60 cm	Cinzenta	Bordo
*	OSM 076	DRCAIent	*	Cinzenta	Bordo
*	OSM 079	DRCAIent	*	Cinzenta	Bordo
*	OSM 130	DRCAIent	*	Cinzenta	Bordo
*	OSM 131	DRCAIent	*	Cinzenta	Fundo
*	OSM 139	DRCAIent	T. F-X S.C Q.C-4 9/11/83	Cinzenta	Bordo
*	OSM 236	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Cinzenta	Bordo
*	OSM 247	DRCAIent	T. G/X S. A Q. geral, 1/10/80	Cinzenta	Bordo
*	SN	DRCAIent	ASM	Cinzenta	Bordo
*	OVP018	DRCAIent	Sond. 5, U.E. [5001]	Cinzenta	Bordo
372	982.58.97	MNA	*	Cinzenta	Bordo
373	982.58.88	MNA	*	Cinzenta	Bordo
374	SN	MNA	ASM	Cinzenta	Bordo
375	OSM 268	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Cinzenta	Bordo
376	982.46.??	MNA	Sep. 131	Cinzenta	Bordo
377	982.13.16	MNA	Sep. 17 ou H?	Cinzenta	Bordo

#	Tipo/ Forma	Fabrico	Acabamento	Ø Bordo (cm)	Ø Fundo (cm)	Altura (cm)	Estampa
343	VI.4	1	Pintura vermelha na sup. interna	19	*	*	Est. XXVII
344	VIII.3	4	Pintura em bandas a negro	8	*	*	Est. XXVII
345	VIII.3	4	Pintura em bandas vermelha no bordo e na sup. externa	8,5	*	*	Est. XXVII
346	VIII	4	Pintura em bandas a negro	5	*	*	Est. XXVII
347	VIII.1	4	Pintura a vermelho na sup. externa e bordo	6,8	*	*	Est. XXVII
348	VIII.1	4	Pintura vermelha na sup. externa	7	*	*	Est. XXVII
349	VIII.2	1	Pintura a vermelho na sup. externa	6,4	4,4	4	Est. XXVII
350	VIII.2	3	Pintura na sup. externa	4,4	3,4	6	Est. XXVII
351	VIII.1	3	Pintura a vermelho na sup. externa	6	4,4	3,8	Est. XXVII
352	VIII.2	1	Pintura vermelha violácea na sup. externa	4,8	4	6,8	Est. XXVII
353	VIII	3	Pintura a vermelho na sup. interna	6	*	*	Est. XXVII
354	X	3	Pintura a vermelho	13	*	2,9	Est. XXVII
*	Ind.	1	Engobe vermelho de boa qualidade na sup. interna	*	c.5	*	*
*	Ind.	3	Pintura a vermelho na sup. interna	*	7,8	*	*
*	Ind.	4	Pintura a vermelho na sup. externa	*	*	*	*
*	Ind.	4	Pintura a negro na sup. interna	*	*	*	*
*	Ind.	3	Pintura vermelha na sup. interna	*	11,4	*	*
355	I.1	A.1	*	10,4	*	*	Est. XXVIII
356	I.1	A.1	Polimento em bandas na sup. interna	12,4	*	*	Est. XXVIII
357	I.1	A.2	Polimento	13	5	4,3	Est. XXVIII
358	I.1	A.1	Brunimento	17,8	4	4	Est. XXVIII
359	I.1	A.1	*	11,4	3	3,5	Est. XXVIII
360	I.1	A.1	Polimento em bandas na sup. interna	13,8	*	*	Est. XXVIII
361	I.1	B	*	12,6	*	*	Est. XXVIII
362	I.1	B	*	11,7	*	*	Est. XXVIII
363	I.1	C	Polimento	15,4	*	*	Est. XXVIII
364	I.1	A.1	Polimento	c.14	*	*	Est. XXVIII
365	I.1	B	Brunimento em ambas as sups.	18,6	5,2	4,2	Est. XXVIII
366	I.1	A.1	*	c.14	*	*	Est. XXVIII
367	I.1	A.1	Polimento	16	*	*	Est. XXVIII
368	I.1	A.2	Polimento	17,2	*	*	Est. XXVIII
369	I.1	A.2	Polimento	14,8	*	*	Est. XXVIII
370	I.1	B	Polimento na sup. interna	16	4,6	4,4	Est. XXVIII
371	I.1	B	*	14,4	5	4,4	Est. XXVIII
*	I.1	A.1	*	*	*	*	*
*	I.1	A.1	*	*	*	*	*
*	I.1	C	*	*	*	*	*
*	I.1	B	*	*	*	*	*
*	I.1	A.1	*	*	*	*	*
*	I.1	A.1	*	*	*	*	*
*	I.1	A.1	*	*	*	*	*
*	I.1	A.1	Polimento	17,6	*	*	*
*	I.1	A.1	Polimento	*	*	*	*
*	I.1	A.1	*	*	*	*	*
*	I.1	A.1	Alisamento	21	*	*	*
*	I.1	B	*	8,8	*	*	*
372	I.2	A.1	Polimento	21	*	*	Est. XXVIII
373	I.2	A.2	Polimento	17	*	*	Est. XXVIII
374	I.3	A.1	Alisamento	21	*	*	Est. XXVIII
375	I.3	A.1	*	19	*	*	Est. XXIX
376	I.3	B	Polimento	15	*	*	Est. XXIX
377	I.3	A.1	Polimento em ambas as sups.	15	*	*	Est. XXIX

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	Categoria	Fragmento
378	982.46.15	MNA	Sep. 131	Cinzenta	Perfil Completo
379	982.58.20	MNA	*	Cinzenta	Perfil Completo
380	OSM 365	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b, c/ 1, 2; C até 3,14; 2/10/80	Cinzenta	Bordo
381	982.36.2	MNA	Sep. 98/G	Cinzenta	Bordo
382	OSM 001	DRCAIent	*	Cinzenta	Bordo
383	OSM 330	DRCAIent	*	Cinzenta	Bordo
384	999.106.4	MNA	ASM	Cinzenta	Perfil Completo
385	2007.57.1	MNA	T.F - IX S.3 Q.g/9.10 20/11/80	Cinzenta	Completo
386	OSM 193	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Cinzenta	Bordo
387	982.4.4	MNA	Sepultura 6	Cinzenta	Bordo
388	OSM 280	DRCAIent	T. G-X S. A Q. $\frac{1}{2} f \rightarrow \frac{1}{2} j / 3 \rightarrow 5$ 22/10/80	Cinzenta	Bordo
389	982.59.101	MNA	*	Cinzenta	Bordo e colo
390	982.59.143	MNA	*	Cinzenta	Bordo e colo
391	OSM 343	DRCAIent	T. G/X S. C Q. d 3,4 16/9/80	Cinzenta	Bordo
392	982.59.117 e 982.59.140	MNA	*	Cinzenta	Bojo
393	982.59.130, 982.59.131, 982.59.136 e 982.59.137	MNA	*	Cinzenta	Bordo
394	2012.79.136	MNA	*	Cinzenta	Bordo
395	OSM 117	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Cinzenta	Bordo
396	982.53.12 ou 15	MNA	Sep. 160	Cinzenta	Bordo
397	982.62.46	MNA	Castelo?! «Encontrado no Convento de S. Francisco»	Cinzenta	Bordo
398	2012.79.106	MNA	*	Cinzenta	Bordo
399	OSM 085	DRCAIent	T. G-X S.C. Q. b $\frac{3}{4}$ 9/11/80	Cinzenta	Bordo
400	OSM 296	DRCAIent	T. G-X S. A Q. h, i, j / $\frac{1}{2}$ 1,2 3/10/80	Cinzenta	Bordo
401	982.36.1	MNA	Sep. 98/G	Cinzenta	Bordo
402	982.59.31 e 982.59.35	MNA	*	Cinzenta	Bordo
403	OSM 098	DRCAIent	T. G/X S. C Q. B $\frac{1}{2}$ e 3, 4, $\frac{1}{2}$, 5, 10/10/80	Cinzenta	Bordo
404	982.62.44	MNA	Castelo?! «Encontrado no Convento de S. Francisco»	Cinzenta	Bordo
405	OSM 351	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b, c/ 1, 2; 2/10/80	Cinzenta	Bordo
406	OSM 234	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Cinzenta	Bordo
407	MMPN 3823	ALC - MMPN	*	Cinzenta	Completo
408	OSM 196	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Cinzenta	Bordo
409	OSM 038	DRCAIent	*	Cinzenta	Bordo
410	2012.79.139	MNA	Duas fichas (ACP) - 1ª: N.S.M.; 18/11/80; T.G - X; S.B - D; Q.1/2e, 1/2f/8-9; Material obtido na terra de revolvimento por cima da sepultura em referência. 2ª: N.S.M.; 20/11/80; T.F-X-XI; S.B/A; Q. f->j/9,10-1,2,3; camada de revolvimento de +-70cm	Cinzenta	Bordo
411	982.39.2	MNA	Sep. 102	Cinzenta	Bordo
412	OSM 074	DRCAIent	*	Cinzenta	Bordo
413	OSM 069	DRCAIent	11/11/80 Material Avulso	Cinzenta	Bordo
414	OSM 153	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Cinzenta	Bordo/Asa
415	OSM 235	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Cinzenta	Bordo
416	OSM 165	DRCAIent	A.S.M. T. G/X S.B Q. f/9 C. 255cm 3/10/80	Cinzenta	Bordo
417	OSM 263	DRCAIent	T. G/X S.A Q. 1/2f -> 1/j /3->5; 22/10/80	Cinzenta	Bordo
418	OSM 035	DRCAIent	S. G 60 a 80 cm da superfície. 3/1/968	Cinzenta	Bordo
419	OSM 354	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b, c/ 1, 2; 2/10/80	Cinzenta	Bordo
420	OSM 349	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b, c/ 1, 2; 2/10/80	Cinzenta	Bordo
421	OSM 356	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b / 2 1/ 2; 2/10/80	Cinzenta	Bordo
422	OSM 269	DRCAIent	T. G-X S. A Q. $\frac{1}{2} f \rightarrow \frac{1}{2} j / 3 \rightarrow 5$ 22/10/80	Cinzenta	Bordo
423	OSM 346	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b, c/ 1, 2; 2/10/80	Cinzenta	Bordo
424	OSM 148	DRCAIent	T. G/X S.B Q	Cinzenta	Bordo
*	OSM 078	DRCAIent	*	Cinzenta	Bordo

#	Tipo/ Forma	Fabrico	Acabamento	Ø Bordo (cm)	Ø Fundo (cm)	Altura (cm)	Estampa
378	I.4	A.1	*	15,4	3,8	5	Est. XXIX
379	I.5	B	Polimento	16	5	3,7	Est. XXIX
380	II.1	A.1	*	15	*	*	Est. XXIX
381	II.1	A.1	*	9,2	*	*	Est. XXIX
382	II.2	A.1	*	8,6	*	*	Est. XXIX
383	II.5	A.1	Polimento	23	*	*	Est. XXIX
384	II.6	A.1	Polimento	34,6	8,6	6.1	Est. XXIX
385	II.3	A.1	Polimento	12	1,5	8	Est. XXX
386	II.3	B	Polimento de ambas as sups.	9,4	*	*	Est. XXX
387	II.4	B	Polimento na sup. externa	14	*	*	Est. XXX
388	II.4	A.1	*	17	*	*	Est. XXX
389	III	A.1	*	15	*	*	Est. XXX
390	III	A.1	*	14,6	*	*	Est. XXX
391	III	A.1	Polimento na sup. externa	12,2	*	*	Est. XXX
392	III	B	Polimento	*	*	*	Est. XXX
393	III	A.1	*	12	*	*	Est. XXX
394	III	A.1	*	12,4	*	*	Est. XXX
395	III	A.2	*	10,8	*	*	Est. XXX
396	III	A.1	Polimento	11	*	*	Est. XXX
397	III	B	Brunimento	10,4	*	*	Est. XXX
398	III	B	*	11	*	*	Est. XXX
399	III	B	*	20,4	*	*	Est. XXX
400	III	A.1	Polimento	14,4	*	*	Est. XXX
401	III	A.1	*	8,4	*	*	Est. XXX
402	III	B	Polimento	13	*	*	Est. XXX
403	III	B	*	11	*	*	Est. XXX
404	IV.1	A.1	Polimento	24	*	*	Est. XXXI
405	IV.2	A.1	Polimento em ambas as sups.	22,4	*	*	Est. XXXI
406	IV.2	A.2	Polimento	20,6	*	*	Est. XXXI
407	V.1	B	*	11,6	7,4	20,9	Est. XXXI
408	V.1	A.1	*	12	*	*	Est. XXXI
409	V.1	A.1	*	13,5	*	*	Est. XXXI
410	V.1	B	*	11,6	*	*	Est. XXXI
411	V.1	A.1	*	10,6	*	*	Est. XXXI
412	V.1	A.1	Polimento	9,8	*	*	Est. XXXI
413	V.1	A.1	*	9,4	*	*	Est. XXXI
414	V.1	A.1	*	15,2	*	*	Est. XXXI
415	V.1	B	*	12	*	*	Est. XXXI
416	V.1	B	Polimento	13,8	*	*	Est. XXXI
417	V.1	A.1	*	16,2	*	*	Est. XXXI
418	V.1	B	*	9,9	*	*	Est. XXXI
419	V.1	A.1	*	14,8	*	*	Est. XXXI
420	V.1	A.2	Polimento na sup. externa	9	*	*	Est. XXXI
421	V.1	C	Polimento em ambas as sups.	12,4	*	*	Est. XXXI
422	V.1	A.1	*	15,4	*	*	Est. XXXI
423	V.1	C	Polimento na sup. externa	8,4	*	*	Est. XXXI
424	V.1	A.1	*	9,4	*	*	Est. XXXI
*	V.1	A.1	*	*	6,9	*	*

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	Categoria	Fragmento
*	OSM 128	DRCAIent	*	Cinzenta	Bordo
*	OSM 129	DRCAIent	*	Cinzenta	Bordo
*	OSM 221	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 6; 1/2 7	Cinzenta	Bordo
*	OSM 361	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b-1/2 / 3, 4 1/2 5 (?); 10/10/80	Cinzenta	Bordo
*	OSM 373	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b, c/ 1, 2 até 3,14; 2/10/80	Cinzenta	Bordo
425	OSM 146	DRCAIent	T. G./X S.D Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Cinzenta	Bordo
426	OSM 166	DRCAIent	A.S.M. T. G/X S.B Q. f/9 C. 255cm 3/10/80	Cinzenta	Bordo
427	OSM 073	DRCAIent	*	Cinzenta	Bordo
428	2012.79.184	MNA	30 a 50 E-O 15-30 a 19-10	Cinzenta	Bordo
429	2012.79.161	MNA	A.S. -60 a -70 E-O	Cinzenta	Bordo e asa
430	OSM 246	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ½ e / 3 ½, 5, 9/10/80	Cinzenta	Bordo/Fundo
431	OSM 308	DRCAIent	*	Cinzenta	Bordo
432	SN	IAC	Sep. 19	Cinzenta	Completo
433	SN	IAC	Sep. 98	Cinzenta	Completo
434	982.62.3	MNA	Castelo?! «Encontrado no Convento de S. Francisco»	Cinzenta	Completo
435	SN	IAC	Sep. 64	Cinzenta	Completo
*	OSM 015	DRCAIent	Prolongamento Norte do TG1 a) e b), 30 a 50 cm	Cinzenta	Bordo
*	OSM 022	DRCAIent	Prolongamento Norte de TG1 a) e b) 90 a 110cm	Cinzenta	Bordo
*	OSM 313	DRCAIent	*	Cinzenta	Bordo
*	OSM 326	DRCAIent	T. G/X S.C Q. geral; C: 2,59; 30/9/80	Cinzenta	Bordo
436	982.4.10	MNA	Sep. 6	Cinzenta	Fundo
437	982.39.1	MNA	Sep. 102	Cinzenta	Perfil Completo
438	MMPN 385	ALC - MMPN	*	Cinzenta	Completo
439	982.12.51	MNA	Sep. 15	Cinzenta	Perfil Completo
440	13860	MNA	*	Cinzenta	Perfil Completo
441	982.12.52	MNA	Sep. 15	Cinzenta	Carena e Fundo
442	MMPN 3818	ALC - MMPN	*	Cinzenta	Perfil Completo
443	MMPN 403	ALC - MMPN	*	Cinzenta	Completo
444	2012.79.185	MNA	*	Cinzenta	Bordo
445	2012.79.166	MNA	Sep. 6	Cinzenta	Bordo
446	OSM 075	DRCAIent	*	Cinzenta	Bordo
447	OSM 336	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ->1/2e, 3, 4, 1/2 5	Cinzenta	Bordo
*	SN	DRCAIent	*	Cinzenta	Bordo
*	OSM 168	DRCAIent	A.S.M. T. G/X S.B Q. f/9 C. 255cm 3/10/80	Cinzenta	Bordo
*	OSM 199	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Cinzenta	Bordo
*	OSM 200	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Cinzenta	Bordo
*	OSM 201	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Cinzenta	Bordo
*	OSM 202	DRCAIent	T. G/X S.B Q. geral	Cinzenta	Bordo
*	OSM 213	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Cinzenta	Bordo
*	OSM 347	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b, c/ 1, 2; 2/10/80	Cinzenta	Bordo
*	983.404.61	MNA	«Junto com materiais de Alcácer do Sal. Castelo?»	Cinzenta	Fundo
*	983.404.62	MNA	«Junto com materiais de Alcácer do Sal. Castelo?»	Cinzenta	Pé
*	982.39.5	MNA	Sep. 102	Cinzenta	Pé
*	982.59.124	MNA	*	Cinzenta	Fundo
*	982.46.13	MNA	Sep. 131	Cinzenta	Fundo
*	982.59.156/ 982.59. 160	MNA	*	Cinzenta	Fundo
*	2012.79.107	MNA	*	Cinzenta	Fundo
*	2012.79.126	MNA	Rec. Cavaleiro Paixão	Cinzenta	Fundo
*	982.46.10	MNA	Sep. 131	Cinzenta	Fundo
*	982.46.21	MNA	Sep. 131	Cinzenta	Fundo
*	2012.79.208	MNA	T. f - XI S.A Q.1/2 f; 1/2 j/ 1,2m; Da superfície até ao nível superior das sepulturas cavadas no saibro - rocha	Cinzenta	Fundo
*	982.62.48	MNA	Castelo?! «Encontrado no Convento de S. Francisco»	Cinzenta	Fundo
*	SN	MNA	*	Cinzenta	Pé de Anel
*	SN	MNA	*	Cinzenta	Fundo
*	SN	MNA	*	Cinzenta	Fundo

#	Tipo/ Forma	Fabrico	Acabamento	Ø Bordo (cm)	Ø Fundo (cm)	Altura (cm)	Estampa
*	V.1	B	Alisamento	*	*	*	*
*	V.1	B	*	*	*	*	*
*	V.1	B	*	*	*	*	*
*	V.1	C	*	*	*	*	*
*	V.1	C	Polimento em ambas as sups.	*	*	*	*
425	V.2	A.1	*	11,7	*	*	Est. XXXI
426	V.2	A.1	*	12,6	*	*	Est. XXXI
427	V.3	A.1	*	10	*	*	Est. XXXII
428	V.5	A.1	*	9	*	*	Est. XXXII
429	V.5	A.1	*	6	*	*	Est. XXXII
430	V.4	B	Polimento	7,2	6,4	*	Est. XXXII
431	V.4	A.1	Polimento de ambas as sups.	9	*	*	Est. XXXII
432	V.4	C	*	5	5	14,8	Est. XXXII
433	VI.1	A.1	*	7,6	4,3	14,6	Est. XXXII
434	VI.2	B	Polimento	6,2	4,6	10,6	Est. XXXII
435	VI.3	A.1	*	4	3	8	Est. XXXII
*	VII?	A.1	*	*	*	*	*
*	VII?	A.1	*	*	*	*	*
*	VII?	A.1	Pintura a negro na sup. interna	6	*	*	*
*	VII?	A.1	*	*	*	*	*
436	VII.1	A.1	Grafito cruciforme na sup. externa	*	4,4	*	Est. XXXIII
437	VII.2.a	B	*	c.4	*	c.5,6	Est. XXXIII
438	VII.2.b	A.1	*	6,3	4,9	7,5	Est. XXXIII
439	VII.2.c	A.1	*	4	3,8	5,4	Est. XXXIII
440	VII.2.c	A.1	*	5	4	5,9	Est. XXXIII
441	VII.2.c	B	Brunimento na sup. externa	*	*	4,6	Est. XXXIII
442	VIII.1	A.1	*	c. 3	c. 2,5	c. 7,4	Est. XXXIII
443	VIII.2	A.1	*	3,7	3,6	7,6	Est. XXXIII
444	IX.1	A.1	*	10,2	*	*	Est. XXXIII
445	IX.2	B	*	9	*	*	Est. XXXIII
446	Ind.	A.1	*	13,8	*	*	Est. XXXIII
447	Ind.	A.1	*	6,2	*	*	Est. XXXIII
*	Ind.	A.1	*	*	*	*	*
*	Ind.	B	*	*	*	*	*
*	Ind.	A.1	*	*	*	*	*
*	Ind.	A.1	*	*	*	*	*
*	Ind.	A.1	*	*	*	*	*
*	Ind.	A.1	Polido	*	*	*	*
*	Ind.	B	Polido	*	*	*	*
*	Ind.	C	*	*	*	*	*
*	Ind.	B	Polida	*	*	*	*
*	Ind.	A.1	*	*	*	*	*
*	Ind.	A.1	*	*	c.3	*	*
*	Ind.	B	Polimento	*	*	*	*
*	Ind.	B	*	*	3,2	*	*
*	Ind.	B	*	*	4	*	*
*	Ind.	B	*	*	5,2	*	*
*	Ind.	A.1	*	*	*	8,4	*
*	Ind.	A.1	*	*	7	*	*
*	Ind.	B	*	*	4,8	*	*
*	Ind.	A.1	*	*	*	*	*
*	Ind.	A.1	Polimento na sup. externa	5	*	*	*
*	Ind.	A.2	Polimento da sup. externa	*	*	*	*
*	Ind.	C	*	*	*	*	*
*	Ind.	A.1	*	*	*	*	*

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	Categoria	Fragmento
*	SN	MNA	S. G 60 a 80 cm da superfície. 3/1/968	Cinzenta	Fundo
*	SN	MNA	*	Cinzenta	Fundo
*	OSM 083	DRCAIent	*	Cinzenta	Fundo
*	SN	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/92	Cinzenta	Fundo
*	SN	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Cinzenta	Fundo
*	SN	DRCAIent	*	Cinzenta	Fundo
*	SN	DRCAIent	*	Cinzenta	Fundo
*	SN	DRCAIent	*	Cinzenta	Fundo
*	OSM 131	DRCAIent	*	Cinzenta	Fundo
*	SN	DRCAIent	T.G – X S. B, Q.f 8-10; 31-10-80	Cinzenta	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S. B Q. geral 30/9/80	Cinzenta	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ½ e / 3 ½, 5, 9/10/80	Cinzenta	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Cinzenta	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Cinzenta	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S. C Q. b ->1/2e, 3, 4, 1/2 5	Cinzenta	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b, c/ 1, 2; 2/10/80	Cinzenta	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b, c/ 1, 2; 2/10/80	Cinzenta	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b / 2 1/ 2; 2/10/80	Cinzenta	Fundo
*	SN	DRCAIent	T. G/X S. C Q. a, b, c/ 1, 2; C até 3,14; 2/10/80	Cinzenta	Fundo
*	OVP 043	ALC - MMPN	Sond. 6, U.E. [6004]	Cinzenta	Fundo
448	OSM 159	DRCAIent	A.S.M. T. G/X S.B Q. f/9 C. 255cm 3/10/80	Engobe Vermelho	Bordo
449	OSM 144	DRCAIent	T. G./X S.D Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Engobe Vermelho	Bordo
450	982.5.2	MNA	Sep. 7	Engobe Vermelho	Completo
451	989.15.2 (???)	MNA	Sep. 12/80	Engobe Vermelho	Completo
452	982.27.1	MNA	Sep. 73	Engobe Vermelho	Perfil Completo
453	OSM132	DRCAIent	T. G/X S. C Q. d 3,4 9/11/80	Engobe Vermelho	Fundo e bojo
454	2010.14.1	MNA	Sep. 12/80	Engobe Vermelho	Completo
455	MMPN 1373	ALC - MMPN	*	Engobe Vermelho	Completo
456	OSM 302	DRCAIent	*	Engobe Vermelho	Bordo
457	OSM 160	DRCAIent	A.S.M. T. G/X S.B Q. f/9 C. 255cm 3/10/80	Engobe Vermelho	Bordo
458	OSM 163	DRCAIent	A.S.M. T. G/X S.B Q. f/9 C. 255cm 3/10/80	Engobe Vermelho	Bordo
459	982.46.1	MNA	Sep. 131	Engobe Vermelho	Bordo
460	OSM 161	DRCAIent	A.S.M. T. G/X S.B Q. f/9 C. 255cm 3/10/80	Engobe Vermelho	Fundo
461	OSM 090	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/85	Engobe Vermelho	Fundo
462	OSM 109	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Engobe Vermelho	Fundo
463	982.8.1	MNA	Sep. 11	Engobe Vermelho	Completo
464	982.58.111	MNA	*	Engobe Vermelho	Completo
465	OSM 264	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ½ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Engobe Vermelho	Bordo
466	OSM 258	DRCAIent	T. G/X S.A Q. 1/2f -> 1/j /3->5; 22/10/80	Engobe Vermelho	Bordo

#	Tipo/ Forma	Fabrico	Acabamento	Ø Bordo (cm)	Ø Fundo (cm)	Altura (cm)	Estampa
*	Ind.	A.1	*	*	*	*	*
*	Ind.	A.1	*	*	*	*	*
*	Ind.	A.1	*	*	5,1	*	*
*	Ind.	A.1	*	*	*	*	*
*	Ind.	A.1	*	*	*	*	*
*	Ind.	B	*	*	*	*	*
*	Ind.	B	*	*	*	*	*
*	Ind.	B	*	*	*	*	*
*	Ind.	A.1	*	*	*	*	*
*	Ind.	B	Polimento na sup. externa	*	*	*	*
*	Ind.	C	*	*	*	*	*
*	Ind.	A.1	*	*	*	*	*
*	Ind.	A.1	*	*	*	*	*
*	Ind.	A.1	*	*	*	*	*
*	Ind.	B	Polimento na sup. externa	*	*	*	*
*	Ind.	A.1	*	*	*	*	*
*	Ind.	A.1	*	*	*	*	*
*	Ind.	A.1	*	*	*	*	*
*	Ind.	A.1	*	*	*	*	*
*	Ind.	A.1	*	*	*	*	*
448	I.1	EV - Maioritário	Engobe vermelho em ambas as sups.	24,8	*	*	Est. XXXIV
449	I.1	EV - Maioritário	Engobe vermelho em ambas as sups.	16,2	*	*	Est. XXXIV
450	I.2	EV - Maioritário	Engobe vermelho na sup. interna	21,6	6,8	4,1	Est. XXXIV
451	I.3	EV - Maioritário	Engobe castanho avermelhado na sup. interna	21,9	6,8	5	Est. XXXIV
452	I.3	EV - Minoritário	Engobe castanho avermelhado, de boa qualidade, na sup. interna	21	6	4,5	Est. XXXIV
453	I.3	EV - Maioritário	Engobe vermelho na sup. externa	*	3,8	*	Est. XXXIV
454	I.4	EV - Maioritário	Engobe castanho avermelhado na sup. interna; aguada bege amarelada na sup. externa	20	6,2	4,7	Est. XXXIV
455	I.5	EV - Maioritário	Vestígios de engobe vermelho na sup. interna	27	7,6	4,9	Est. XXXIV
456	I.5	EV - Maioritário	Pintura a vermelho na sup. interna	24	*	*	Est. XXXIV
457	I.5	EV - Maioritário	Engobe vermelho em ambas as sups.	28	*	*	Est. XXXV
458	I.5	EV - Maioritário	Engobe vermelho na sup. interna	21	*	*	Est. XXXV
459	I.5	EV - Maioritário	*	22	*	*	Est. XXXV
460	I.5	EV - Maioritário	Engobe vermelho na sup. interna	*	7,2	*	Est. XXXV
461	I.5	EV - Maioritário	Engobe vermelho na sup. interna	*	6	*	Est. XXXV
462	I.5	EV - Maioritário	Pintura ou engobe vermelho na sup. interna	*	6,4	*	Est. XXXV
463	II.1	Indeterm.	Engobe vermelho em ambas as sups.	13,6	3,4	2,9	Est. XXXV
464	II.2	EV - Maioritário	Engobe vermelho na sup. interna; abas enegrecidas (acção do fogo?)	18	5,6	7,1	Est. XXXV
465	II.3	EV - Maioritário	Pintura a vermelho em ambas as sups.	16,8	*	*	Est. XXXV
466	II.3	EV - Maioritário	Engobe vermelho em ambas as sups.	17,6	*	*	Est. XXXV

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	Categoria	Fragmento
467	OSM 250	DRCAIent	T. G/X S.A Q. 1/2 f -> 1/2 j /3	Engobe Vermelho	Bordo
468	OSM 114	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Engobe Vermelho	Bordo
469	SN	IAC	Sep. 96	Grega	Completo
*	11214	MNA	*	Grega	Completo
*	982.59.70	MNA	*	Grega	Bordo, asa e fundo
*	982.42.34; 982.11.4	MNA	Sep. 107 ou 14?	Grega	Colo, bojo e fundo
*	11257	MNA	*	Grega	Completo
*	982.62.104, 113, 114, 115, 120 e 149	MNA	*	Grega	Perfil Completo
*	982.59.71; 982.60.27; 982.62.105, 107 e 145	MNA	*	Grega	Fundo e bojo
*	*	IAC	Sep. 55	Grega	Perfil Completo
*	982.6.4 e 5; 982.58.164	MNA	Sep. 9 ou 15?	Grega	Fundo e bojo
*	MMPN 1690 e 1696; 982.58.138, 140-141, 144-148	MNA	*	Grega	Perfil Completo
*	982.12.5; 982.50.7, 59 e 73; MMPN 1686; 1687; 1689; 1691; 1692; 1694; 1695	MNA	*	Grega	Bordo e asa
*	982.58.138, 140 e 145; 982.62.132	MNA	*	Grega	Bordo e bojo
*	982.42.3	MNA	*	Grega	Bordo
*	982.62.127	MNA	*	Grega	Fundo
*	982.50.6; 982.62.93, 103, 104, 121 e 140	MNA	*	Grega	Bordo
*	*	MNA	*	Grega	Bordo
*	982.62.142	MNA	*	Grega	Bojo
*	982.59.72	MNA	*	Grega	Asa
470	OSM 100	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Grega	Bordo
*	11221	MNA	*	Grega	Completo
*	*	IAC	*	Grega	Completo
*	11241	MNA	*	Grega	Completo
*	982.62.98, 99, 100 e 111	MNA	*	Grega	Bordo
*	*	MNA	*	Grega	Fundo
*	982.62.100 e 124	MNA	*	Grega	Bordo
*	982.50.1	MNA	*	Grega	Bordo
*	982.62.112	MNA	*	Grega	Bordo
471	OSM 321	DRCAIent	*	Grega	Bordo
*	982.62.118, 119, 140	MNA	*	Grega	Perfil Completo

#	Tipo/ Forma	Fabrico	Acabamento	Ø Bordo (cm)	Ø Fundo (cm)	Altura (cm)	Estampa
467	II.3	EV - Maioritário	Polimento; pintura a vermelho em ambas as sups.	19,6	*	*	Est. XXXV
468	III	EV - Maioritário	Pintura vermelha na sup. interna	19	*	*	Est. XXXV
469	Lucerna	Coríntia	*	7,8	*	2,7	Est. XXXVI
*	Péliké	Ática	Fig. Vermelhas	12,1	11	23,1	*
*	Péliké	Ática	Fig. Vermelhas	16	11,6	25,2	*
*	Péliké	Ática	Fig. Vermelhas	15	14	25	*
*	Krater de sino	Ática	Fig. Vermelhas	35,8	17,1	35,75	*
*	Krater de sino	Ática	Fig. Vermelhas	34	14	35	*
*	Krater de sino	Ática	Fig. Vermelhas	30	13	*	*
*	Krater de sino	Ática	Fig. Vermelhas	*	*	*	*
*	Krater de sino	Ática	Fig. Vermelhas	*	16.6	*	*
*	Krater de sino	Ática	Fig. Vermelhas	28	14	*	*
*	Krater de sino	Ática	Fig. Vermelhas	30	*	*	*
*	Krater de sino	Ática	Fig. Vermelhas	27	*	*	*
*	Krater de sino	Ática	Fig. Vermelhas	*	*	*	*
*	Krater de sino	Ática	Fig. Vermelhas	*	12	*	*
*	Kylix	Ática	Fig. Vermelhas	15	8	*	*
*	Kylix	Ática	Fig. Vermelhas	13	*	*	*
*	Kylix	Ática	Fig. Vermelhas	*	*	*	*
*	Kylix	Ática	Fig. Vermelhas	*	*	*	*
470	Kylix	Ática	Verniz Negro	13,8	*	*	Est. XXXVI
*	Skyphos	Ática	Fig. Vermelhas	12,3	6,7	11,3	*
*	Skyphos	Ática	Fig. Vermelhas	11,2	6,6	10,2	*
*	Prato de peixe	Ática	Fig. Vermelhas	19,6	10,8	3	*
*	Prato de peixe	Ática	Fig. Vermelhas	20	*	*	*
*	Prato de peixe	Ática	Fig. Vermelhas	*	11	*	*
*	Prato de peixe	Ática	Fig. Vermelhas	15	*	*	*
*	Prato de peixe	Ática	Fig. Vermelhas	19	*	*	*
*	Prato de peixe	Ática	Fig. Vermelhas	18	*	*	*
471	Prato de peixe	Ática	Fig. Vermelhas	18	*	*	Est. XXXVI
*	Bolsal	Ática	Verniz Negro	16	11	7,2	*

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	Categoria	Fragmento
*	982.62.133	MNA	*	Grega	Carena
*	982.62.88, 90, 95 e 96	MNA	*	Grega	Fundo e bojo
*	11212	MNA	*	Grega	Perfil Completo
*	982.5.4; 982.6.4; 983.6, 4 e 5	MNA	Sep. 9	Grega	Bordo e bojo
*	982.2.50	MNA	Sep. 157	Grega	Bordo
*	982.62.125	MNA	*	Grega	Bordo
*	*	MNA	*	Grega	Bordo
*	*	MNA	*	Grega	Fundo
*	982.62.123	MNA	*	Grega	Fundo
*	MMPN 1693 e 1698	ALC - MMPN	*	Grega	Fundo
*	982.62.137	MNA	*	Grega	Fundo
*	982.62.124	MNA	*	Grega	Fundo
*	11211	MNA	*	Grega	Perfil Completo
*	982.12.1	MNA	Sep. 15	Grega	Perfil Completo
*	*	MNA	*	Grega	Perfil Completo
*	982.58.68	MNA	*	Grega	Bordo
472	OSM 154	DRCAIent	T. F/X S.B Q. f->j 1/2 6 -> 1/2 8	Grega	Bordo
473	OSM 279	DRCAIent	T. G-X S. A Q. ¼ f → ½ j / 3 → 5 22/10/80	Grega	Bordo
474	OSM 141	DRCAIent	T. G/X S.B Q.f/7; 7/10/80	Grega	Bordo
475	OSM 219	DRCAIent	T. G/X S.B Q. f a j/ 1/2 6; 1/2 7	Grega	Bordo
476	OSM 140	DRCAIent	T. G/X S.B Q.f/7; 7/10/80	Grega	Fundo
477	OSM 084	DRCAIent	*	Grega	Fundo
478	982.46.3	MNA	Sep. 131	Helenística	Bordo
479	2012.79.205	MNA	T. f - XI S.A Q.1/2 f; 1/2 j/ 1,2m; Da superfície até ao nível superior das sepulturas cavadas no saibro - rocha	Helenística	Bordo
480	OSM 106	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Helenística	Bordo
481	982.53.4 (A)	MNA	Sep.160	Helenística	Bordo
482	982.53.4 (B)	MNA	Sep.160	Helenística	Bordo
483	982.53.4 (C)	MNA	Sep. 160	Helenística	Bordo
484	OSM 014	DRCAIent	Prolongamento Norte do TG1 a) e b), 30 a 50 cm	Helenística	Bordo
485	13867	MNA	*	Helenística	Completo
486	13868	MNA	*	Helenística	Completo
487	13865	MNA	*	Helenística	Completo
488	2012.79.163	MNA	*	Helenística	Perfil Completo
489	OSM 020	DRCAIent	Prolongamento Norte de TG1 a) e b) 90 a 110cm	Helenística	Bordo
490	OSM 008	DRCAIent	Prolongamento Sond. TG1. Ustrinum superior sepultura. 9/4/968	Helenística	Bordo
491	OSM 304	DRCAIent	*	Helenística	Bordo
492	SN	IAC	Parte Baixa da Necrópole	Ânfora	Completo
493	11240	MNA	*	Ânfora	Completo
494	982.58.14	MNA	*	Ânfora	Completo
495	195/08	IAC	*	Cossoiro	Completo
496	13846A	MNA	*	Cossoiro	Completo
497	13846D	MNA	*	Cossoiro	Completo
498	189/08	IAC	*	Cossoiro	Completo
499	OSM077	DRCAIent	*	Cossoiro	Completo
500	13847A	MNA	*	Cossoiro	Completo
501	13847D	MNA	*	Cossoiro	Completo
502	13845A	MNA	*	Cossoiro	Completo
503	193/08	IAC	*	Cossoiro	Completo
504	13848D	MNA	*	Cossoiro	Completo
505	982.23.3	MNA	Sep. 54	Cossoiro	Completo
506	2012.79.82	MNA	*	Cossoiro	Completo

#	Tipo/ Forma	Fabrico	Acabamento	Ø Bordo (cm)	Ø Fundo (cm)	Altura (cm)	Estampa
*	Bolsal	Ática	Verniz Negro	*	*	*	*
*	Bolsal	Ática	Verniz Negro	*	8	*	*
*	Outturned rim bowl	Ática	Verniz Negro	25	*	5,5	*
*	Outturned rim bowl	Ática	Verniz Negro	24	*	*	*
*	Outturned rim bowl	Ática	Verniz Negro	16	*	*	*
*	Incurving rim bowl	Ática	Verniz Negro	16	*	*	*
*	Incurving rim bowl	Ática	Verniz Negro	*	*	*	*
*	Taça - tipo indet.	Ática	Verniz Negro	*	9	*	*
*	Taça - tipo indet.	Ática	Verniz Negro	*	12	*	*
*	Taça - tipo indet.	Ática	Verniz Negro	*	14	*	*
*	Taça - tipo indet.	Ática	Verniz Negro	*	12	*	*
*	Taça - tipo indet.	Ática	Verniz Negro	*	8	*	*
*	Rolled rim plate	Ática	Verniz Negro	19,1	*	3,1	*
*	Rolled rim plate	Ática	Verniz Negro	19	*	3,2	*
*	Rolled rim plate	Ática	Verniz Negro	25	3,8	*	*
*	Rolled rim plate	Ática	Verniz Negro	27	*	*	*
472	Rolled rim plate	Ática	Verniz Negro	15,4	*	*	Est. XXXVI
473	Rolled rim plate	Ática	Verniz Negro	16,6	*	*	Est. XXXVI
474	Rolled rim plate	Ática	Verniz Negro	16	*	*	Est. XXXVI
475	Rolled rim plate	Ática	Verniz Negro	19	*	*	Est. XXXVI
476	Rolled rim plate	Ática	Verniz Negro	*	16	*	Est. XXXVI
477	Outturned rim bowl?	Ática	Verniz Negro	*	*	*	Est. XXXVI
478	I	A1	*	19,8cm	*	*	Est. XXXVII
479	I	A2	*	14,8cm	*	*	Est. XXXVII
480	I	B	*	21,8cm	*	*	Est. XXXVII
481	I	C2	*	c.20cm	*	*	Est. XXXVII
482	I	C2	Pintura a negro	19,2cm	*	*	Est. XXXVII
483	I	C3	*	15,6cm	*	*	Est. XXXVII
484	I	C1	*	12,9	*	*	Est. XXXVII
485	III	C1	*	9,8cm	9,2cm	5,2cm	Est. XXXVII
486	III	A2	Grafito cruciforme no fundo	8,4cm	4,4cm	4,5cm	Est. XXXVII
487	III	A1	Polimento	8,4cm	4,1cm	4cm	Est. XXXVII
488	III	A2	*	8,6cm	4,2cm	3,2cm	Est. XXXVII
489	III	B	Pintura a vermelho na sup. interna	*	*	*	Est. XXXVII
490	IV	C3	*	7,8	*	*	Est. XXXVII
491	II	C3	*	12,8cm	*	*	Est. XXXVII
492	10.1.2.1	Málaga	*	11,2	*	27,9	Est. XXXVIII
493	10.1.2.1	Cádiz?	*	11,2	*	21,5	Est. XXXVIII
494	2.1.1.1.	Cartago	Aguada branca sobre o bordo	15,8	*	*	Est. XXXVIII
495	A1	3	*	3,2	*	1,9	Est. XXXIX
496	B1	2	*	3,2	*	2,5	Est. XXXIX
497	B1	1	*	2,7	*	1,3	Est. XXXIX
498	B1	1	*	3,6	*	2	Est. XXXIX
499	A2	2	*	4	*	2,2	Est. XXXIX
500	B2	1	*	3,9	*	1,7	Est. XXXIX
501	B2	2	*	2,8	*	2,1	Est. XXXIX
502	B2	1	*	3,7	*	1,8	Est. XXXIX
503	B2	2	*	4	*	1,6	Est. XXXIX
504	Db1	3	*	3,1	*	1,7	Est. XXXIX
505	Db2	2	*	3,5	*	2	Est. XXXIX
506	Db2	3	*	4,5	*	2,9	Est. XXXIX

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	Categoria	Fragmento
507	201/08	IAC	*	Cossoiro	Completo
508	13846C	MNA	*	Cossoiro	Completo
509	982.36.6	MNA	*	Cossoiro	Completo
510	13845C	MNA	*	Cossoiro	Completo
511	13845D	MNA	*	Cossoiro	Completo
512	13845E	MNA	*	Cossoiro	Completo
513	13847E	MNA	*	Cossoiro	Completo
514	13848E	MNA	*	Cossoiro	Completo
515	982.50.1	MNA	*	Cossoiro	Completo
516	192/08	IAC	*	Cossoiro	Completo
517	200/08	IAC	*	Cossoiro	Completo
518	982.53.17	MNA	*	Cossoiro	Completo
519	982.40.2	MNA	Sep. 104	Cossoiro	Completo
520	OSM 068	DRCAIent	T. G-X S.A Q (geral); 22/10/80	Cossoiro	Completo
521	2012.79.83	MNA	*	Cossoiro	Completo
522	982.27.2	MNA	*	Cossoiro	Completo
523	982.26.1	MNA	Sep. 66	Cossoiro	Completo
524	2012.79.89	MNA	*	Cossoiro	Completo
525	13845B	MNA	*	Cossoiro	Completo
526	13847C	MNA	*	Cossoiro	Completo
527	13848C	MNA	*	Cossoiro	Completo
528	982.9.3	MNA	*	Cossoiro	Completo
529	2010.60.20	MNA	*	Cossoiro	Completo
530	982.40.?	MNA	Sep. 104	Cossoiro	Completo
531	982.27.3	MNA	*	Cossoiro	Completo
532	2012.79.87	MNA	*	Cossoiro	Completo
533	2012.79.88	MNA	*	Cossoiro	Completo
534	190/08	IAC	*	Cossoiro	Completo
535	191/08	IAC	*	Cossoiro	Completo
536	194/08	IAC	*	Cossoiro	Completo
537	196/08	IAC	*	Cossoiro	Completo
538	197/08	IAC	*	Cossoiro	Completo
539	13846E	MNA	*	Cossoiro	Completo
540	13848B	MNA	*	Cossoiro	Completo
541	2012.79.168	MNA	*	Cossoiro	Completo
542	OSM 278	DRCAIent	T. G-X S. A Q. $\frac{1}{2} f \rightarrow \frac{1}{2} j / 3 \rightarrow 5$ 22/10/80	Cossoiro	Completo
543	982.42.37	MNA	*	Cossoiro	Completo
544	2012.79.86	MNA	*	Cossoiro	Completo
545	199/08	IAC	*	Cossoiro	Completo
546	2012.79.84	MNA	*	Cossoiro	Completo
547	2012.79.85	MNA	*	Cossoiro	Completo
548	13846B	MNA	*	Cossoiro	Completo
549	198/08	IAC	*	Cossoiro	Completo
550	188/08	IAC	*	Cossoiro	Completo
*	13848A	MNA	*	Cossoiro	Completo
551	982.22.1	MNA	*	Terracota	*
552	982.23.1	MNA	*	Terracota	*

#	Tipo/ Forma	Fabrico	Acabamento	Ø Bordo (cm)	Ø Fundo (cm)	Altura (cm)	Estampa
507	Db2	3	*	2,3	*	1,3	Est. XXXIX
508	Db3	1	*	2,5	*	1,6	Est. XXXIX
509	Db3	1	*	2,2	*	1,9	Est. XXXIX
510	Dc1	1	*	3,7	*	2,4	Est. XXXIX
511	Dc1	2	*	3,1	*	2	Est. XXXIX
512	Dc1	1	Decoração pontilhada	3,5	*	1,9	Est. XXXIX
513	Dc1	3	*	2,9	*	1,7	Est. XXXIX
514	Dc1	2	*	3,2	*	1,5	Est. XXXIX
515	Db1/Dc1	1	*	3,1	*	2,2	Est. XXXIX
516	Dc1	1	*	3,4	*	1,9	Est. XXXIX
517	Dc1	1	*	3,4	*	2	Est. XXXIX
518	Dc2	2	*	2,7	*	2	Est. XXXIX
519	Dc2	1	*	4,2	*	2,1	Est. XXXIX
520	Dc2	1	Decoração pontilhada	2,7	*	1,2	Est. XXXIX
521	Ea1	2	*	5,2	*	1,8	Est. XXXIX
522	Ea1	3	*	3,1	*	1,5	Est. XXXIX
523	Ea3	3	*	2,9	*	1,7	Est. XXXIX
524	Ea3	1	*	3,4	*	1,6	Est. XXXIX
525	Ec1	1	*	3,8	*	2,1	Est. XL
526	Ec1	3	*	3	*	1,8	Est. XL
527	Ec1	2	*	3,2	*	1,7	Est. XL
528	Ec1	3	*	3,4	*	1,5	Est. XL
529	Ec1	3	*	3,9	*	2,5	Est. XL
530	Ec1	3	*	4	*	2,2	Est. XL
531	Ec1	3	*	3,8	*	1,5	Est. XL
532	Ec1	1	*	2,8	*	2	Est. XL
533	Ec1	1	*	3,6	*	1,9	Est. XL
534	Ec1	3	*	3,2	*	1,8	Est. XL
535	Ec1	1	Decoração pontilhada	3,2	*	2	Est. XL
536	Ec1	1	*	3	*	1,9	Est. XL
537	Ec1	2	*	2,9	*	1,7	Est. XL
538	Ec1	1	*	2,7	*	2	Est. XL
539	Ec2	2	*	2,1	*	1,3	Est. XL
540	Ec2	1	*	3,3	*	1,6	Est. XL
541	Ec2	3	*	3,5	*	2,2	Est. XL
542	Ec2	1	*	2,6	*	1,4	Est. XL
543	Ec3	2	*	3,2	*	1,8	Est. XL
544	Ec3	1	*	3	*	1,6	Est. XL
545	Ec3	2	*	2,8	*	1,6	Est. XL
546	Fc2	2	*	4	*	2,8	Est. XL
547	Fc2	3	*	4,5	*	2	Est. XL
548	H1	1	*	2,8	*	1,2	Est. XL
549	H1	2	*	3,5	*	1,7	Est. XL
550	*	2	*	3,4	*	5,4	Est. XL
*	Dc1	1	*	2,8	*	1,8	*
551	Bovídeo	Ver texto	*	22 Comp. Máx.	9,8 Larg. Máx.	14,2	Est. XLI
552	Bovídeo - pata	Ver texto	Pintura a vermelho	14,7 Comp. Máx.	11,3 Larg. Máx.	12,1	Est. XLII

METAIS				
#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	M.-P.
553	3562	IAC	*	Bronze
554	11222	MNA	*	Bronze
555	11223	MNA	*	Bronze
556	OSM344	MNA	Sep. 129 ou 132	Bronze
557	982.49.1	MNA?	*	Bronze
558	982.51.1	MNA	Sep. 147 ou 157	Bronze
559	982.60.21	MNA	*	Bronze
560	11228	MNA	*	Bronze
561	11230	MNA	*	Bronze
562	11234	MNA	*	Bronze
563	4326	IAC	*	Bronze
564	4325	IAC	*	Bronze
565	11236	MNA	*	Bronze
566	982.59.8	MNA	*	Bronze
567	11237	MNA	*	Ferro/Bronze
568	11235	MNA	*	Bronze
569	982.6.1	MNA	Sep. 9	Bronze
570	MMPN 5240	ALC - MMPN	Sep. 9	Bronze
571	11227	MNA	*	Bronze
572	11229	MNA	*	Bronze
573	11233	MNA	*	Bronze
574	11260A	MNA	*	Bronze
575	982.59.15	MNA	*	Bronze
576	982.59.16	MNA	*	Bronze
577	982.58.136	MNA	*	Bronze
578	2010.60.9	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d./ 1/2 6,7 (sepult.)	Bronze
579	982.47.1	MNA	Sep. 140	Bronze
580	11224A	MNA	*	Bronze
581	3590	IAC	*	Bronze
582	SN	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d./ 1/2 6,7 (sepult.)	Bronze
583	4335	IAC	*	Bronze
584	11231	MNA	*	Bronze
585	982.4.1	MNA	Sep. 6	Bronze
586	OSM 351A	MNA	Sep. 157 ou 147	Bronze
587	11232	MNA	*	Bronze
588	982.47.2	MNA	Sep. 140	Bronze
589	SN	MNMC	*	Bronze
590	982.55.1	MNA	Sep. B?	Bronze
591	11221B	MNA	*	Bronze
592	982.24.2	MNA	Sep. 58	Bronze
593	4327	IAC	Sep. 59	Bronze
594	982.24.2	MNA	Sep. 28	Bronze
595	983.23.10 (?)	MNA	Sep. 54	Bronze
596	SN	IAC	*	Bronze
597	SN	MNA?	*	Bronze
598	3612	IAC	*	Bronze
599	982.58.29	MNA	*	Bronze
600	SN	IAC?	Sep. 59	Bronze
601	SN	MNA	Sep. F11	Bronze
602	11253A	MNA	*	Bronze
603	SN	MNA	*	Bronze
604	982.60.11a	MNA	*	Bronze
605	982.59.9	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d./ 1/2 6,7 (sepult.)	Bronze
606	3594	IAC	*	Bronze
607	SN	MNA	*	Bronze

METAIS						
#	Categoria	Tipo/ Forma	Comp. Máx. (cm)	Larg. Máx. (cm)	Esp. Máx. (cm)	Estampa
553	Fíbula	Ponte 1b	7,3	0,5	2,1	Est. XLIII
554	Fíbula	Ponte 4	7,1	2,4	1,5	Est. XLIII
555	Fíbula	Ponte 5	4,9	0,7	0,6	Est. XLIII
556	Fíbula	Ponte 3a	5,2	2,9	1,8	Est. XLIII
557	Fíbula	Ponte 9a	6	1,5	1,7	Est. XLIII
558	Fíbula	Ponte 9a	4,8	2,7	1,3	Est. XLIII
559	Fíbula	Ind.	4,5	0,9	0,7	Est. XLIII
560	Fíbula	Ponte 13a	7,1	6,8	3,5	Est. XLIV
561	Fíbula	Ponte 13a	5,3	5,2	2,7	Est. XLIV
562	Fíbula	Ponte 13a	5,3	5	2,3	Est. XLIV
563	Fíbula	Ponte 13a	4,1	4,3	2,6	Est. XLIV
564	Fíbula	Ponte 13a	3,9	3,6	2,1	Est. XLIV
565	Fíbula	Ponte 13a	3,9	3,7	1,6	Est. XLIV
566	Fíbula	Ponte 13a	3,3	0,75 (arco)	0,6	Est. XLIV
567	Fíbula	Ponte 13c1	3,9	3,7	1,8	Est. XLV
568	Fíbula	Ponte 13c2	4	3,8	2,1	Est. XLV
569	Fíbula	Ponte 13c2	5,7	3,6	1,5	Est. XLV
570	Fíbula	Ponte 13c2	4,6	4,6	0,4	Est. XLV
571	Fíbula	Ponte 13d1	7,6	7,2	4,2	Est. XLV
572	Fíbula	Ponte 13d1	6,7	6,4	2,4	Est. XLV
573	Fíbula	Ponte 13d2	5,2	5,4	3,2	Est. XLV
574	Fíbula	Ponte 13	7,5	7,2	1,1	Est. XLVI
575	Fíbula	Ponte 13	5,75	1,55	0,7	Est. XLVI
576	Fíbula	Ponte 13	*	*	0,75 (ponte)	Est. XLVI
577	Fíbula	Ponte 13	5	2,9	0,5	Est. XLVI
578	Fíbula	Ponte 13	7,2	1,9	2,2	Est. XLVI
579	Fíbula	Ponte 13	7	0,9	0,5	Est. XLVI
580	Fíbula	Ponte 13	6,3	1,7	0,6	Est. XLVI
581	Fíbula	Ponte 14a	4,2	4,1	2	Est. XLVII
582	Fíbula	Ponte 14b	7,3	7,2	2,3	Est. XLVII
583	Fíbula	Ponte 14b	7,4	7,2	2,9	Est. XLVII
584	Fíbula	Ponte 14b	6,5	6,5	2,1	Est. XLVII
585	Fíbula	Ponte 14b	c.7,3	c.7,7	2,5	Est. XLVII
586	Fíbula	Ponte 14b	4,7	5,8	3,6	Est. XLVII
587	Fíbula	Ponte 14b	7,5	7,4	2	Est. XLVII
588	Fíbula	Ponte 14b	6,2	c.6,5	1	Est. XLVII
589	Fíbula	Ponte 15	6	6,2	2,6	Est. XLVIII
590	Fíbula	Ponte 15	6,4	0,8	0,4	Est. XLVIII
591	Fíbula	Ponte 15	7	0,7	0,4	Est. XLVIII
592	Fíbula	Ponte 17a	c.8,2	7,7	2,6	Est. XLVIII
593	Fíbula	Ponte 17b	c.9,4	9,2	3,2	Est. XLVIII
594	Fíbula	Ponte 17c	7,4	c.7,6	*	Est. XLVIII
595	Fíbula	Ponte 17c	4,3	1,6	0,1	Est. XLVIII
596	Fíbula	Ponte 18	6,8	6,1	3,5	Est. XLIX
597	Fíbula	Ponte 19	7,8	*	*	Est. XLIX
598	Fíbula	Ponte 20	c.7,2	c.7,2	*	Est. XLIX
599	Fíbula	Ponte 20	2,7	1,1	0,9	Est. XLIX
600	Fíbula	Ponte 21a	9,8cm	c.9	*	Est. XLIX
601	Fíbula	AH - Ind.	4,3	5,4	0,6	Est. L
602	Fíbula	AH - Ind.	5,3	4,2	0,9	Est. L
603	Fíbula	AH - Ind.	3,4	4,5	1,1	Est. L
604	Fíbula	AH - Ind.	4	2,1	0,6	Est. L
605	Fíbula	AH - Ind.	3	2,5	0,4	Est. L
606	Fíbula	AH - Ind.	2,9	2,1	1	Est. L
607	Fíbula	AH - Ind.	c.3	*	*	Est. L

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	M.-P.
608	982.60.10a	MNA	*	Bronze
609	982.59.19	MNA	*	Bronze
610	2010.60.10	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d./ 1/2 6,7	Bronze
611	11253C	MNA	*	Bronze
612	11253B	MNA	*	Bronze
613	5726	MNA	*	Bronze
*	982.60.10b	MNA	*	Bronze
*	982.58.27	MNA	*	Bronze
*	982.59.11	MNA	*	Bronze
*	982.59.12	MNA	*	Bronze
*	982.59.13	MNA	*	Bronze
*	982.59.17	MNA	*	Bronze
*	982.59.18	MNA	*	Bronze
*	2010.60.10	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d./ 1/2 6,7 (sepult.)	Bronze
*	982.60.11d	MNA	*	Bronze
*	982.60.11e	MNA	*	Bronze
*	982.42.18B	MNA	Sep. 107	Bronze
*	982.7.10	MNA	Sep. 10	Bronze
*	982.21.3	MNA	Sep. 48	Bronze
*	OSM Mt 037	DRCAIent	*	Bronze
614	982.58.28	MNA	*	Bronze
615	982.58.30	MNA	*	Bronze
616	OSM 729	MNA	*	Bronze
617	982.19.2	MNA	Sep. 42	Bronze
618	982.59.25	MNA	*	Bronze
619	982.3.1	MNA	Sep. 4	Bronze
620	MMPN 5257	ALC - MMPN	*	Bronze
621	SN	MNA	Sep. 157 ou 147	Bronze
622	SN	MNA	Sep. 157 ou 147	Bronze
623	983.404.66	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d./ 1/2 6,7 (sepult.)	Bronze
*	SN	MNA	«Prolongamento Sul do T. G1- 30 a 60cm. Cnda de terra escura supracente (sic) à terra vermelha.» 9/4/1968	Bronze
*	982.42.18A	MNA	Sep. 107	Bronze
*	982.47.4	MNA	Sep. 140	Bronze
*	982.58.113	MNA	*	Bronze
*	OSM Mt 035	DRCAIent	*	Bronze
*	OSM Mt 036	DRCAIent	*	Bronze
*	982.59.10	MNA	*	Bronze
*	982.60.11c	MNA	*	Bronze
*	982.60.11d	MNA	*	Bronze
*	982.60.11f	MNA	*	Bronze
*	982.60.9	MNA	*	Bronze
*	982.23.8	MNA	Sep. 54	Bronze
*	982.23.7	MNA	Sep. 54	Bronze
*	982.52.3B	MNA	Sep. 159	Bronze
*	982.42.12	MNA	Sep. 107	Bronze
*	982.31.4	MNA	Sep. 83	Bronze
*	11260B	MNA	*	Bronze
*	11219	MNA	*	Bronze?
*	SN	MNA	T.F - X S.C Q. F a J/1,2 de -3,28 a ?	Bronze
*	4334d	IAC	*	Bronze
*	OSM Mt 032	DRCAIent	T. f a) 30 a 45 cm	Bronze
*	OSM Mt047	DRCAIent	T. G/X S.B Q.f/7; 7/10/80	Bronze
*		DRCAIent	T.G – X S. C Q (geral) 30-09-80	Bronze
*	MMPN 5258	ALC - MMPN	Avulso. 29/10/67	Bronze
*	MMPN 5252	ALC - MMPN	*	Bronze

#	Categoría	Tipo/ Forma	Comp. Máx. (cm)	Larg. Máx. (cm)	Esp. Máx. (cm)	Estampa
608	Fíbula	AH - Ind.	4,5	0,5	0,5	Est. L
609	Fíbula	AH - Ind.	7,4	0,9	0,8	Est. L
610	Fíbula	AH - Ind.	6,1	1,1	1,2	Est. L
611	Fíbula	AH - Ind.	6,1	0,9	0,9	Est. L
612	Fíbula	AH - Ind.	4,7	0,8	0,8	Est. L
613	Fíbula	AH - Ind.	2,8	2,6	1,1	Est. L
*	Fíbula	AH - Ind.	*	*	*	*
*	Fíbula	AH - Ind.	2,8	1,3	0,25	*
*	Fíbula	AH - Ind.	c.4	0,6 (mola)	0,6 (mola)	*
*	Fíbula	AH - Ind.	2,2	0,7 (mola)	0,7 (mola)	*
*	Fíbula	AH - Ind.	2,9	0,6 (mola)	0,6 (mola)	*
*	Fíbula	AH - Ind.	5,9	0,9	1	*
*	Fíbula	AH - Ind.	4	0,85	0,85	*
*	Fíbula	AH - Ind.	6,1	1,1	1,2	*
*	Fíbula	AH - Ind.	4,2	0,6	0,3	*
*	Fíbula	AH - Ind.	3,1	0,5	0,4	*
*	Fíbula	AH - Ind.	2	0,9	0,9	*
*	Fíbula	AH - Ind.	*	*	1,1	*
*	Fíbula	AH - Ind.	*	*	*	*
*	Fíbula	AH - Ind.	*	*	*	*
614	Fíbula	Ponte 22-4?	3,9	2	0,8 (ponte)	Est. LI
615	Fíbula	Ponte 22-4?	4,6	1,9	0,4 (arco)	Est. LI
616	Fíbula	Ponte 22-4?	5,1	3,2	0,6	Est. LI
617	Fíbula	Ponte 22-4?	5,1	*	2,2	Est. LI
618	Fíbula	Ponte 22-4?	3,2	0,4	0,3	Est. LI
619	Fíbula	Ponte 22-4?	4,3	0,7	1,8	Est. LI
620	Fíbula	Ponte 22-4?	4	0,9	2,9	Est. LI
621	Fíbula	Ponte 22-4?	2,9	1,7 (fragmento de aro)	2 (ponte)	Est. LI
622	Fíbula	Ponte 33a?	2	1,9	1,9	Est. LI
623	Fíbula	Ponte 32	5,4	4	0,8	Est. LI
*	Fíbula	Ind.	4,2	2,5	1,2	Est. LII
*	Fíbula	Ind.	2,3	1,6	0,9	Est. LII
*	Fíbula	Ind.	2,7	0,6	0,6	Est. LII
*	Fíbula	Ind.	2,7	1,7	0,9	Est. LII
*	Fíbula	Ind.	4,8	0,3	0,3	Est. LII
*	Fíbula	Ind.	2	2,1	0,4	Est. LII
*	Fíbula	Ind.	2,5	1,1	0,25	*
*	Fíbula	Ind.	2,5	0,6	0,6	*
*	Fíbula	Ind.	4,2	0,6	0,3	*
*	Fíbula	Ind.	3	0,5	0,4	*
*	Fíbula	Ind.	*	*	*	*
*	Fíbula	Ind.	4,8	0,6	0,3	*
*	Fíbula	Ind.	*	*	*	*
*	Fíbula	Ind.	*	*	*	*
*	Fíbula	Ind.	3,2	1,3	0,4	*
*	Fíbula	Ind.	3	0,8	0,8	*
*	Fíbula	Ind.	5,6	1	1	*
*	Fíbula	Ind.	5,3	1,7	0,9	*
*	Fíbula	Ind.	4,1	0,7	0,6	*
*	Fíbula	Ind.	*	*	*	*
*	Fíbula	Ind.	2,4	1,1	0,8	*
*	Fíbula	Ind.	2,4	1,3	1,1	*
*	Fíbula	Ind.	*	*	*	*
*	Fíbula	Ind.	8,2	1	0,7	*
*	Fíbula	Ind.	2,3	1	0,5	*

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	M.-P.
*	MMPN 5245	ALC - MMPN	Sep. 9	Bronze
*	MMPN 5246	ALC - MMPN	Sep. 9	Bronze
*	SN	ALC - MMPN	Sep. 8	Bronze
624	982.9.1(A)	MNA	Sep. 12	Ferro/Bronze
625	982.9.1	MNA	Sep. 12	Ferro
626	4329	IAC	*	
627	11268A	MNA	*	Bronze
628	OSM373(1)	MNA	Sep. G10	Bronze
629	982.37.3B	MNA	Sep. 101	Bronze
630	675	IAC	Sep. 42	
631	3604a	IAC	*	
632	OSM 372 e 374	MNA	Sep. F11	Bronze
633	OSM 247A	MNA	Sep. 98	Bronze
634	11247	MNA	*	Bronze
635	11245	MNA	*	Bronze
636	OSM 629	MNA	*	Bronze
*	982.54.4	MNA	*	Bronze
637	OSM 699 (1)	MNA	Sep. G10	Bronze
638	OSM 699 (2)	MNA	Sep. G10	Bronze
639	11268B	MNA	*	Bronze
640	982.44.2a	MNA	Sep. 110	Bronze
641	982.19.3	MNA	Sep. 42	Bronze
642	982.37.3A	MNA	Sep. 101	Prata
643	SN	MNA	Sep. E7-F7	Bronze
644	982.7.9	MNA	Sep. 10	Bronze
*	OSM 702		*	Bronze
*	SN	MNA	Sondagem F 4ª Sepultura Canto Oriental C. Paixão 1968	Bronze
644	676	IAC	Sep. 9	Bronze
645	678	IAC	Sep. 9	Bronze
646	677	IAC	Sep. 2	Bronze
647	3559	IAC	*	Bronze
648	SN	IAC	*	Prata
*	MMPN 5251	ALC - MMPN	*	Prata
650	SN	IAC	Sep. 94	Ouro
651	SN	IAC	Sep. 54	Ouro
652	SN	IAC	Sep. 54	Ouro
653	SN	IAC	Sep. 54	Ouro
654	SN	IAC	*	Ouro
655	SN	IAC	*	Ouro
656	SN	IAC	*	Ouro
657	SN	MNA	*	Ouro
658	SN	MNA	Sep. 22/80	Bronze
659	3564	IAC	*	Bronze
660	982.42.9	MNA	Sep. 107	Bronze
661-6	982.58.50	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d./ 1/2 6,7 (sepult.)	Bronze
667	982.52.3A	MNA	Sep. 159	Bronze
668	982.33.1	MNA	Sep. 86 ou 46	Bronze
669	[72] 2 4332	IAC	*	Bronze
670	SN	MNA	*	Bronze
671	3604b	IAC	*	Bronze
672	SN	MNA	Sep. G12	Bronze
673	982.44.4	MNA	Sep. 110	Bronze
674	982.37.10	MNA	Sep. 101	Bronze
675	OSM 373 (2)	MNA	Sep. G10	Bronze
676	SN	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d./ 1/2 6,7 (sepult.)	Bronze

#	Categoria	Tipo/ Forma	Comp. Máx. (cm)	Larg. Máx. (cm)	Esp. Máx. (cm)	Estampa
*	Fíbula	Ind.	6	1,4	0,9	*
*	Fíbula	Ind.	4,8	1	0,4	*
*	Fíbula	Ind.	6,1	0,5	0,7	*
624	Fecho de cinturão “tartéssico”	Grupo 3	8,2	5,4	0,5	Est. LIII
625	Fecho de cinturão “tartéssico”	Grupo 3	3,8	8	0,5	Est. LIII
626	Fecho de cinturão “tartéssico”	Grupo 3	8,4	7	0,4	Est. LIII
627	Fecho de cinturão “tartéssico”	Grupo 4	5,8	6,5	0,4	Est. LIII
628	Fecho de cinturão “céltico”	CV1a	11,1	8,8	1	Est. LIII
629	Fecho de cinturão “céltico”	CV1b/CV2	4,7	8,6	1,9	Est. LIII
630	Fecho de cinturão “céltico”	DII2	10,6	6,6	0,4	Est. LIII
631	Fecho de cinturão “céltico”	DIII3	4,7	5,5	1,1	Est. LIII
632	Fecho de cinturão “céltico”	DIII3	4,9	7,85	1	Est. LIII
633	Fecho de cinturão “céltico”	DIII	8,9	6,2	1	Est. LIV
634	Fecho de cinturão “céltico”	DIII3	8	5,6	0,6	Est. LIV
635	Fecho de cinturão “céltico”	DIII3	10,8	8,3	1,6	Est. LIV
636	Fecho de cinturão “céltico”	DIII3	5,5	4,2	0,4	Est. LIV
*	Fecho de cinturão “céltico”	Ind.	5,5	6,4	1,2	*
637	Fecho de cinturão - peça fêmea	Ind.	9	3,8	0,4	Est. LIV
638	Fecho de cinturão - peça fêmea	Ind.	8,8	5	0,4	Est. LIV
639	Fecho de cinturão - peça fêmea	Ind.	4,6	5,2	0,2	Est. LIV
640	Fecho de cinturão - peça fêmea	Ind.	9	4,6	0,3	Est. LIV
641	Fecho de cinturão - peça fêmea	Ind.	4,8	5,2	0,3	Est. LIV
642	Fecho de cinturão - peça fêmea	Ind.	c.7,7	5,9	0,4	Est. LIV
643	Fecho de cinturão - peça fêmea	Ind.	4,9	4,2	0,6	Est. LIV
644	Fecho de cinturão - peça fêmea	Ind.	4	2,1	0,2	Est. LIV
*	Fecho de cinturão - peça fêmea	Ind.	*	*	*	*
*	Fecho de cinturão - peça fêmea	Ind.	*	*	*	*
644	Fecho de Cinturão “Ibérico”	C2A1/C3C1	7,5	8,2	0,1	Est. LV
645	Fecho de Cinturão “Ibérico”	C2A1/C3C1	9,1	8,4	0,1	Est. LV
646	Fecho de Cinturão “Ibérico”	C2A1/C3C1	6,1	5,7	0,1	Est. LV
647	Fecho de Cinturão “Ibérico”	C2A1/C3C1	6,4	7,5	1	Est. LV
648	Anel de prata com estojo de ouro		3,2	3,7	0,8	Est. LVI
*	Anel com estojo para engaste		2,9	1,1	0,4 (estojo)	*
650	Brinco - <i>nazm</i>		2,6	*	0,2	Est. LVI
651	Brinco - <i>nazm</i>		2,4	*	0,2	Est. LVI
652	Brinco - <i>nazm</i>		2,4	*	0,2	Est. LVI
653	Brinco - <i>nazm</i>		1,9	*	0,1	Est. LVI
654	Brinco - <i>nazm</i>		2,1	*	0,2	Est. LVI
655	Brinco - <i>nazm</i>		2,1	*	0,2	Est. LVI
656	Brinco - <i>nazm</i>		1,6	*	0,1	Est. LVI
657	Brinco - <i>nazm</i>		1,3	*	0,1	Est. LVI
658	Xorca		11,5	9,4	2,6 (xorcás)	Est. LVII
659	Xorca		11,2 (aro + sang.)	10,2 (aro)	1,9 (sang.)	Est. LVII
660	Sanguessugas		*	*	2,8 (sanguessugas)	Est. LVII
661-6	Sanguessugas		3,5	2,9	1,1	Est. LVII
667	Xorca		*	*	2,5 (sanguessugas)	Est. LVII
668	Xorca		*	*	2,3	Est. LVII
669	Xorca		2,9 (sang.)	2,5 (sang.)	0,9 (sang.)	Est. LVII
670	Xorca		*	*	*	Est. LVII
671	Xorca		6,5	2,7	1	Est. LVII
672	Xorca		*	*	*	Est. LVII
673	Sanguessugas		*	*	*	Est. LVII
674	Xorca		*	*	2,1 (sanguessuga)	Est. LVII
675	Sanguessuga		3,7	2,9	1,1	Est. LVII
676	Sanguessuga		2,8	2,9	1,4	Est. LVII

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	M.-P.
677	982.56.1	MNA	Sep. D?	Bronze
678	11259	MNA	*	Bronze
679	982.35.27 a 35	MNA	Sep. 98	Bronze
680	SN	MNA	*	Bronze
681	SN	MNA	Sep.7/80	Bronze
682	982.58.35	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d,/ 1/2 6,7 (sepult.)	Bronze
683	983.402.34	MNA	«Castelo?»	Bronze
684	OSM Mt 044	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/96	Bronze
685	982.7.7	MNA	Sep.10	Bronze
686	982.60.1	MNA	*	Bronze
*	SN	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d,/ 1/2 6,7 (sepult.)	Bronze
*	982.58.46	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d,/ 1/2 6,7 (sepult.)	Bronze
*	982.30.3	MNA	Sep. 82	Bronze
*	982.42.1	MNA	Sep. 107	Bronze
*	OSM Mt023	DRCAIent	*	Bronze
*	SN	DRCAIent	*	Bronze
*	OSM 244	MNA	Sep.98	Bronze
*	SN	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d,/ 1/2 6,7	Bronze
*	982.43.4	MNA	Sep. 108	Bronze
*	982.42.1	MNA	Sep. 107	Bronze
*	OSM 244	MNA	Sep. 98	Bronze
687	3554	IAC	Sep. 11	Bronze
688	11254	MNA	*	Bronze
689	3588	IAC	*	Bronze
690	11226A	MNA	*	Bronze
691	11226B	MNA	*	Bronze
692	3614b	IAC	*	Bronze
693	3591a	IAC	*	Bronze
694	982.15.1	MNA	Sep. 19	Bronze
695	982.30.2	MNA	Sep. 82	Bronze
696	982.60.14	MNA	*	Bronze
697	982.59.26	MNA	*	Bronze
698	11252	MNA	*	Bronze
699	982.60.11b	MNA	*	Bronze
700	982.60.16	MNA	*	Bronze
701	982.42.19	MNA	Sep. 107	Bronze
702	982.60.19	MNA	*	Bronze
703	982.60.15	MNA		Bronze
704	982.59.47B	MNA	*	Bronze
705	982.60.20	MNA	*	Bronze
706	3554	IAC	*	Bronze
707	OSM 351B	MNA	Sep. 157 ou 147	Bronze
708	4334c	IAC	*	Bronze
709	MMPN 5250	ALC - MMPN	*	Bronze
710	SN	MNA	*	Bronze
711	3554	IAC	*	Bronze
712	982.59.48	MNA	*	Bronze
713	982.31.3	MNA	Sep. 83	Bronze
714	11265	MNA	*	Bronze
715	3602	IAC	*	Bronze
716	SN	ALC - MMPN	Sep. 8	Bronze
717	982.26.3	MNA	Sep. 66	Bronze
718	982.59.49	MNA	*	Bronze
719	982.23.6	MNA	Sep. 54	Bronze
720	982.23.5	MNA	Sep. 54	Bronze

#	Categoria	Tipo/ Forma	Comp. Máx. (cm)	Larg. Máx. (cm)	Esp. Máx. (cm)	Estampa
677	Sanguessuga		*	*	*	Est. LVII
678	Xorca		12 (aro)	13,3	2,6	Est. LVIII
679	Sanguessugas		3,8	3,1	1,7	Est. LVIII
680	Sanguessuga		2,8	2,8	1,6	Est. LVIII
681	Sanguessuga		3,2	3,2	1,7	Est. LVIII
682	Sanguessuga		2,2	1,7	0,8	Est. LVIII
683	Sanguessugas		4,2	2,8	0,8	Est. LVIII
684	Sanguessuga		3,5	2,5	0,7	Est. LVIII
685	Sanguessugas		*	*	0,5	Est. LVIII
686	Sanguessugas		*	*	*	Est. LVIII
*	Sanguessuga		2,4	2,2	0,9	*
*	Sanguessuga		1,8	2	0,8	*
*	Xorca		*	*	2,1	*
*	Xorca		*	1	0,8	*
*	Sanguessuga		2,4	2,6	1	*
*	Sanguessuga		*	*	*	*
*	Xorca		5,3	1,4	1,2	*
*	Xorca		6,7	2,5	2,1	*
*	Xorca		*	*	*	*
*	Xorca		*	1	0,8	*
*	Xorca		*	1,4	0,1	*
687	Bracelete “acorazonado”		c. 3,2	c. 4,3	0,5	Est. LIX
688	Pulseira		5,7	5,6	1,6	Est. LIX
689	Pulseira		*	1,7	0,2	Est. LIX
690	Pulseira		7,4	7,9	0,6	Est. LX
691	Pulseira		7,4	7	0,7	Est. LX
692	Pulseira		4	3,9	0,2	Est. LX
693	Pulseira		6,2	5,2	0,4	Est. LX
694	Pulseira		5	5,5	0,5	Est. LX
695	Pulseira		4,8	4,1	0,3	Est. LX
696	Pulseira		c.8,8 (em dist.)	0,4	0,2	Est. LX
697	Pulseira		4,3	0,4	0,2	Est. LX
698	Pulseira		4,9	5,1	0,4	Est. LX
699	Pulseira		4,5	0,4	0,4	Est. LX
700	Pulseira		c.3,1 (em dist.)	0,2	0,2	Est. LX
701	Pulseira		*	*	0,3	Est. LX
702	Pulseira		c. 8 (em dist.)	0,25	0,3	Est. LX
703	Pulseira		c.5,5 (em dist.)	0,35	0,3	Est. LX
704	Pulseira		*	Ø 1,6	0,35	Est. LX
705	Pulseira		c.7,2 (em dist.)	0,3	0,3	Est. LX
706	Pulseira		3,2	3,2	0,2	Est. LX
707	Anel		3,2	3,2	0,3	Est. LXI
708	Anel		3,2	*	0,2	Est. LXI
709	Anel		2,6	2,6	0,8	Est. LXI
710	Anel		3,3	3,6	0,5	Est. LXI
711	Anel		3,2	3,2	0,2	Est. LXI
712	Anel		*	Ø 2,65	0,15	Est. LXI
713	Anel		2,6	2,4	0,3	Est. LXI
714	Anel		2,1	2,1	0,6	Est. LXI
715	Anel		1,2	1,9	0,15	Est. LXI
716	Anel		1,9	1,9	0,2	Est. LXI
717	Anel		1,7	1,7	0,25	Est. LXI
718	Anel		*	Ø 1,05	0,15	Est. LXI
719	Anel		1,2	1,2	0,2	Est. LXI
720	Anel		0,7	0,7	0,2	Est. LXI

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	M.-P.
721	SN	MNA	*	Bronze
722	983.402.5	MNA	*	Ferro
723	OSM Mt024	DRCAIent	Prolongamento Norte do T.G1 90 a 110cm a) e b)	Bronze
724	11250	MNA	*	Ferro
725	982.29.3	MNA	Sep. 78	Bronze
726	Cont. 1519 Vol. 1	MNA	*	Bronze
727	982.45.2	MNA	Sep. 129 ou 132	Bronze
728	982.23.9	MNA	Sep. 54	Bronze
729	OSM 247B	MNA	Sep. 98	Bronze
730	982.60.5	MNA	*	Bronze
731	982.32.1	MNA	Sep. 85	Bronze
732	982.55.2	MNA	Sep. B?	Bronze
*	SN	IAC	*	Bronze
733	SN	MNA	*	Ferro
734	SN	MNA	*	Ferro
735	OSM 175	MNA	Sep. 11	Ferro
736	982.402.10	MNA	*	Ferro
737	3603	IAC	*	Bronze
738	3603	IAC	*	Bronze
739	11216	MNA	*	Bronze
740	MMPN 5256	ALC - MMPN	Avulso. 29/10/67	Bronze
741	MMPN 5260	ALC - MMPN	Encontrado no Logar dos Telheiros	Bronze
742	SN	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d,/ 1/2 6,7 (sepult.)	Bronze
743	982.60.2	MNA	*	Bronze
744	982.42.7	MNA	Sep. 107	Bronze
745	982.58.132	MNA	*	Bronze
746	SN	MNA	*	Bronze
747	SN	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d,/ 1/2 6,7 (sepult.)	Bronze
748	982.58.112	MNA	*	Bronze
749	11263	MNA	*	Bronze
750	3570a	IAC	Sep. 101	Ferro
751	3570b	IAC	Sep. 101	Ferro
752	SN	MNA	*	Ferro
753	SN	IAC	*	Ferro
754	794	IAC	*	Ferro
755	SN	MNA	Sep.15	Ferro
756	SN	MNA	Sep.15	Ferro
757	SN	MNA	Sep.15	Ferro
758	SN	MNA	Sep.12/80	Ferro
759	SN	MNA	Sep.12/80	Ferro
760	SN	MNA	Sep.12/80	Ferro
761	3577	IAC	*	Ferro
762	3600	IAC	*	Ferro
763	SN	IAC	*	Ferro
764	SN	MNA	Sep. 11	Ferro/Bronze
765	SN	MNA	*	Ferro
766	982.8.4	MNA	Sep. 11	Ferro
767	4308	IAC	*	Ferro
768	SN	MNA	Sep.12/80	Ferro
769	17246	MNA	*	Ferro
770	MMPN 5200	ALC - MMPN	Sep. 9	Ferro
771	792	IAC	*	Ferro
772	982.37.4	MNA	Sep. 101	Ferro
773	SN	MNA	Sep. F.7	Ferro
774	3561		*	Ferro
775	982.59.39A	MNA	*	Ferro

#	Categoria	Tipo/ Forma	Comp. Máx. (cm)	Larg. Máx. (cm)	Esp. Máx. (cm)	Estampa
721	Pendente		4,1	1,7	2	Est. LXI
722	Conta		2,4	2,4	1,7	Est. LXI
723	Conta		0,8	0,9	0,9	Est. LXI
724	Conta		1,2	1,2	0,6	Est. LXI
725	Torques?		8,4	0,6	0,6	Est. LXI
726	Espelho		10,3	10,3	0,25	Est. LXII
727	Pinça		7,9	0,6	0,15	Est. LXII
728	Pinça		3,6	0,5	0,3	Est. LXII
729	Pinça		3,3	0,8	0,35	Est. LXII
730	Pinça		4,7	0,9	0,3	Est. LXII
731	Pinça		3,9	0,4	0,2	Est. LXII
732	Espátula		2,4	0,8	0,2	Est. LXII
*	Espátula		*	*	*	*
733	Tesoura		12,6	3,7	0,9	Est. LXII
734	Tesoura		14,2	2,6	0,8	Est. LXII
735	Navalha		8,8	2,4	0,25	Est. LXII
736	<i>Strigilum?</i>		16	2,4	0,3	Est. LXII
737	Crótalo		6	6	2,2	Est. LXIII
738	Crótalo		6	6	2,4	Est. LXIII
739	Campainha		9,1	6,2	5,2	Est. LXIII
740	Campainha		3,5	2	1,7	Est. LXIII
741	<i>Thymiaterion - fragmento</i>		3,8	1,9	0,3	Est. LXIII
742	Caldeiro?		8,2	3,7	0,3	Est. LXV
743	Caldeiro?		*	*	*	Est. LXV
744	<i>Simpulum?</i>		*	*	0,3	Est. LXV
745	Ralador		10,3	3,2	1,2 (rebites)	Est. LXV
746	Taça?		*	*	*	Est. LXV
747	Garrafa?		4,8	5,2	0,1	Est. LXV
748	Recipiente - indeterminado		5	5,7	0,2	Est. LXV
749	Recipiente - asa		9	1	0,2	Est. LXV
750	Faca afalcatada	Tipo 1	15,4	2,1	1,2	Est. LXVI
751	Faca afalcatada	Tipo 1	16,4	2	0,9	Est. LXVI
752	Faca afalcatada	Tipo 1	13,4	1,7	1,4	Est. LXVI
753	Faca afalcatada	Tipo 1	11,1	2,1	1,5	Est. LXVI
754	Faca afalcatada	Tipo 1	10,8	2,2	1,6	Est. LXVI
755	Faca afalcatada	Tipo 1	6,9	1,3	0,4	Est. LXVI
756	Faca afalcatada	Tipo 1	3,5	1,7	0,4	Est. LXVI
757	Faca afalcatada	Tipo 1	4,9	1,3	0,3	Est. LXVI
758	Faca afalcatada	Tipo 1	17	3,2	1,5	Est. LXVI
759	Faca afalcatada	Tipo 2	23,5	2,4	1,4	Est. LXVII
760	Faca afalcatada	Tipo 2	24,8 (em distensão)	2,7	1,7	Est. LXVII
761	Faca afalcatada	Tipo 2	18	2,9	1	Est. LXVII
762	Faca afalcatada	Tipo 2	15,1	1,6	1,5	Est. LXVII
763	Faca afalcatada	Tipo 2	12,8	1,4	1,4	Est. LXVII
764	Faca afalcatada	Tipo 2	8	1,8	0,9	Est. LXVII
765	Faca afalcatada	Tipo 2	10,3 + 5,1	2,9	1,6	Est. LXVII
766	Faca afalcatada	Tipo 3a	19,7	3,8	1,1	Est. LXVIII
767	Faca afalcatada	Tipo 3a	19,7	2,9	1	Est. LXVIII
768	Faca afalcatada	Tipo 3a	17,9	3	1,9	Est. LXVIII
769	Faca afalcatada	Tipo 3a	16,3	2,6	0,4	Est. LXVIII
770	Faca afalcatada	Tipo 3a	17	3,2	1,5?	Est. LXVIII
771	Faca afalcatada	Tipo 3a	18,1	3,1	0,5	Est. LXVIII
772	Faca afalcatada	Tipo 3a	14,6	2,8	0,6	Est. LXVIII
773	Faca afalcatada	Tipo 3b	16,1	2	1,3	Est. LXIX
774	Faca afalcatada	Tipo 3b	16,5	2,1	0,8	Est. LXIX
775	Faca afalcatada	Tipo 3b	10,2	2,2	1,5	Est. LXIX

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	M.-P.
776	982.37.5	MNA	Sep. 101	Ferro
777	795	IAC	Sep. 151	Ferro
778	793	IAC	Sep. 101	Ferro
779	982.35.8	MNA	Sep. 98	Ferro
780	982.23.14A	MNA	Sep. 54	Ferro
781	982.37.7	MNA	Sep. 101	Ferro
782	SN	IAC	*	Ferro
783	982.59.41	MNA	*	Ferro
784	17247	MNA	*	Ferro
785	17248	MNA	*	Ferro
786	3611	IAC	*	Ferro
787	3607	IAC	*	Ferro
788	SN	MNA	*	Ferro
789	SN	MNA	Sep. 11	Ferro/Bronze
790	3615	IAC	*	Ferro
791	SN	IAC	*	Ferro
792	17245	MNA	*	Ferro
793	SN	MNA	T. B 7' 20 a 40 nível superf. 23/12/67	Ferro
794	982.59.40	MNA	*	Ferro
795	982.59.37A	MNA	*	Ferro
796	SN	MNA	T. B 7' 20 a 40 nível superf. 23/12/67	Ferro
*	982.44.3c	MNA	Sep. 110	Ferro
*	OSM 723	MNA	Sep. F11	Ferro
*	982.23.14B	MNA	Sep. 54	Ferro
*	982.37.6	MNA	Sep. 101	Ferro
*	982.37.8 (=982.37.7)	MNA	Sep. 101	Ferro
*	SN	MNA	Sep. 11	Ferro
*	982.59.39B	MNA	*	Ferro
*	982.39.14	MNA	Sep. 102	Ferro
*	982.40.3	MNA	Sep. 104	Ferro
*	982.52.5	MNA	Sep. 159	Ferro
*	982.42.2	MNA	Sep. 107	Ferro
*	982.19.1	MNA	Sep. 42	Ferro
*	982.28.2	MNA	Sep. 77	Ferro
*	SN	MNA	20/11/80; T. F-IX S.B Q.-g/9,10	Ferro
*	OSM 525b	MNA	Prolongamento Sul do T.G. de 40 a 60cm em 4/4/1968	Ferro
*	SN	IAC	*	Ferro
*	MMPN 5201-2	ALC - MMPN	Sep. 9	Ferro
797	SN	MNA?	Sep. 22/80	Ferro
798	4312	IAC	*	Ferro
799	SN	MNA	Sep. 22/80	Ferro
800	4309	IAC	*	Ferro
801	SN	MNA	Sep. 11/80	Ferro
802	982.8.7	MNA	Sep. 11	Ferro
803	982.7.3	MNA	Sep. 10	Ferro
804	MMPN 5198	ALC - MMPN	*	Ferro
805	17208	MNA	*	Ferro
806	982.38.2	MNA	Sep. 101 ou 110	Ferro
807	3578	IAC	*	Ferro
808	3568	IAC	Sep. 131	Ferro
809	3566	IAC	*	Ferro
810	3569	IAC	*	Ferro
811	3579 [72] 1	IAC	*	Ferro
812	3576	IAC	*	Ferro
813	OSM 639	MNA	Sep. 7/80	Ferro

#	Categoria	Tipo/ Forma	Comp. Máx. (cm)	Larg. Máx. (cm)	Esp. Máx. (cm)	Estampa
776	Faca afalcatada	Tipo 3b	16,2	2,6	1,2	Est. LXIX
777	Faca afalcatada	Tipo 3b	16,7	2,9	1,7	Est. LXIX
778	Faca afalcatada	Tipo 3b	13	2,6	1,6	Est. LXIX
779	Faca afalcatada	Tipo 3b	13,3	2,7	1,4	Est. LXIX
780	Faca afalcatada	Tipo 3b	8,1	2,4	0,3	Est. LXX
781	Faca afalcatada	Tipo 3b	8,5	2,7	0,2	Est. LXX
782	Faca afalcatada	Tipo 3b	9,6	2,2	1,6	Est. LXX
783	Faca afalcatada	Tipo 3b	5,55	1,3	0,2	Est. LXX
784	Faca afalcatada	Tipo 4	19,2	2,7	0,4	Est. LXX
785	Faca afalcatada	Tipo 4	18,1	1,7	0,8	Est. LXX
786	Faca afalcatada	Tipo 4	13,7	1,9	0,8	Est. LXX
787	Faca afalcatada	Tipo 4	12,4	2	0,4	Est. LXX
788	Faca afalcatada	Tipo 4	11,9	2,1	0,2	Est. LXXI
789	Faca afalcatada	Tipo 4	8	1,8	0,9	Est. LXXI
790	Faca afalcatada	Ind.	10,5	1,7	0,2	Est. LXXI
791	Faca afalcatada	Tipo 5	24,5	3,9	1,7	Est. LXXI
792	Faca afalcatada	Tipo 5	18	2,8	1,4	Est. LXXI
793	Faca afalcatada	Ind.	11	2,6	1,6	Est. LXXII
794	Faca afalcatada	Ind.	13	2,65	1,3	Est. LXXII
795	Faca afalcatada	Ind.	10,8	2,2	0,6	Est. LXXII
796	Faca afalcatada	Ind.	4,9	1,5	0,2	Est. LXXII
*	Faca afalcatada	Ind.	6,9	1,8	1,7	*
*	Faca afalcatada	Ind.	6,3	1,6	1,1	*
*	Faca afalcatada	Ind.	4,7	1,4	0,7	*
*	Faca afalcatada	Ind.	8,5	1,8	0,4	*
*	Faca afalcatada	Ind.	3,8	2,6	0,2	*
*	Faca afalcatada	Ind.	8,9	2,3	0,5	*
*	Faca afalcatada	Ind.	*	*	*	*
*	Faca afalcatada	Ind.	9,1	2,6	2,1	*
*	Faca afalcatada	Ind.	*	*	*	*
*	Faca afalcatada	Ind.	14,4	2,5	2	*
*	Faca afalcatada	Ind.	5,5	3,2	2,7	*
*	Faca afalcatada	Ind.	5,3	2,5	0,45	*
*	Faca afalcatada	Ind.	*	*	1,2	*
*	Faca afalcatada	Ind.	*	*	*	*
*	Faca afalcatada	Ind.	*	*	*	*
*	Faca afalcatada	Ind.	12,7	2,1	1	*
*	Facas afalcatadas - 2 exemplares fundidos	Ind.	12,4	4,1	1,2	*
797	Lança - folha	IA	57,6	3,2	2,9	Est. LXXIII
798	Lança - folha	IA	56,2	2,4	2	Est. LXXIII
799	Lança - folha	IA	54,5	2,7	2,1	Est. LXXIII
800	Lança - folha	IA	54,7	3,8	1,9	Est. LXXIII
801	Lança - folha	IA	51,4	2,7	2,1	Est. LXXIV
802	Lança - folha	IA	49,1	3	2,4	Est. LXXIV
803	Lança - folha	IA	42,3	2,1	2,2	Est. LXXIV
804	Lança - folha	IA	45,3	2,5	2,1	Est. LXXIV
805	Lança - folha	IA	37,1	2,5	1,8	Est. LXXV
806	Lança - folha	IA	44,7	2,6	2,6	Est. LXXV
807	Lança - folha	IA	36,2	3	2	Est. LXXV
808	Lança - folha	IIA	46,4	3,6	2,2	Est. LXXVI
809	Lança - folha	IIA	47,5	3,6	2,2	Est. LXXVI
810	Lança - folha	IIA	47	3,5	2,2	Est. LXXVI
811	Lança - folha	IIA	48	3	1,9	Est. LXXVI
812	Lança - folha	IIA	41,7	3,4	1,8	Est. LXXVII
813	Lança - folha	IIA	26,4	3,2	0,7 (nervura)	Est. LXXVII

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	M.-P.
814	983.402.41	MNA	*	Ferro
815	SN	MNA	Sep. 11/80	Ferro
816	682	IAC	*	Ferro
817	798	IAC	*	Ferro
818	17224	MNA	*	Ferro
819	982.7.1	MNA	Sep. 10	Ferro
820	801	IAC	*	Ferro
821	4311	IAC	*	Ferro
822	982.28.3	MNA	Sep. 77	Ferro
823	17205	MNA	*	Ferro
824	802	IAC	*	Ferro
825	683	IAC	*	Ferro
826	800	IAC	*	Ferro
827	681	IAC	Sep. 19	Ferro
828	17223	MNA	*	Ferro
829	982.102.33	MNA	*	Ferro
830	17218	MNA	*	Ferro
831	OSM 128	MNA	Sep. 15	Ferro
832	3582	IAC	Sep. 9	Ferro
833	17207	MNA	*	Ferro
834	OSM 640	MNA	Sep. 7/80	Ferro
835	17209	MNA	*	Ferro
836	17211	MNA	*	Ferro
837	17206	MNA	*	Ferro
838	17222	MNA	*	Ferro
839	17213	MNA	*	Ferro
840	17207	MNA	*	Ferro
841	SN	MNA	*	Ferro
842	4307	IAC	Sep. 18	Ferro
843	17227	MNA	*	Ferro
844	684	IAC	*	Ferro
845	17230	MNA	*	Ferro
846	17226	MNA	*	Ferro
847	796	IAC	*	Ferro
848	SN	MNA	*	Ferro
849	SN	MNA	Sep. G12	Ferro
850	799	IAC	*	Ferro
851	MMPN 5207	ALC - MMPN	*	Ferro
852	17215	MNA	*	Bronze
853	982.28.1A	MNA	Sep. 77	Bronze
*	983.402.26	MNA	*	Ferro
*	982.59.3	MNA	*	Ferro
*	OSM863	MNA	*	Ferro
*	982.58.41	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d./ 1/2 6,7 (sepult.)	Ferro
*	982.58.42	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d./ 1/2 6,7 (sepult.)	Ferro
*	SN	MNA	*	Ferro
*	SN	MNA	*	Ferro
*	982.59.38B	MNA	*	Ferro
*	982.38.3	MNA	Sep. 101 ou 110	Ferro
*	982.54.3	MNA	*	Ferro
*	982.54.2	MNA	*	Ferro
*	982.42.8	MNA	Sep. 107	Ferro
*	982.7.2	MNA	Sep. 10	Ferro
*	982.31.5	MNA	Sep. 83	Ferro
*	982.28.1B	MNA	Sep. 77	Ferro
*	982.28.4A	MNA	Sep. 77	Ferro
*	982.28.4B	MNA	Sep. 77	Ferro

#	Categoria	Tipo/ Forma	Comp. Máx. (cm)	Larg. Máx. (cm)	Esp. Máx. (cm)	Estampa
814	Lança - folha	IIB	34,5	2,5	1,9	Est. LXXVII
815	Lança - folha	IIC	29	6,1	2,4	Est. LXXVII
816	Lança - folha	IIC	25,1	5,9	1,4	Est. LXXVII
817	Lança - folha	IIIB	34,2	3	1,8	Est. LXXVII
818	Lança - folha	VA	c.38,4	3,1	2,2	Est. LXXVIII
819	Lança - folha	VB	34,7	2,5	2,3	Est. LXXVIII
820	Lança - folha	VB	30	2,8	2	Est. LXXVIII
821	Lança - folha	VB	28,8	2,7	1,8	Est. LXXVIII
822	Lança - folha	VB	25,8	3,4	2,4	Est. LXXVIII
823	Lança - folha	VB	25,2	2,9	2,4	Est. LXXVIII
824	Lança - folha	VB	21,4	2,6	1,8	Est. LXXVIII
825	Lança - folha	VC	30,8	4,5	2,3	Est. LXXIX
826	Lança - folha	VC	29,8	4,4	2,1	Est. LXXIX
827	Lança - folha	VC	24,2	5,7	2	Est. LXXIX
828	Lança - folha	VC	18,8	4,1	1,1	Est. LXXIX
829	Lança - folha	VIA	59,5	3,35	2,1	Est. LXXX
830	Lança - folha	VIA	44	3,6	1,8	Est. LXXX
831	Lança - folha	VIA	40	4,85	2	Est. LXXXI
832	Lança - folha	VIA	53 (em distensão)	3,4	2,3	Est. LXXXI
833	Lança - folha	VIA	32,9	4,1	2,6	Est. LXXXII
834	Lança - folha	VIA	26,6	3,2	1,1 (nervura)	Est. LXXXII
835	Lança - folha	VIA	c.37 (em distensão)	2,5	2	Est. LXXXIII
836	Lança - folha	VIA	c.45(?) (em distensão)	2,7	2	Est. LXXXIII
837	Lança - folha	VIA	35,5 (em distensão)	3,6	2,3	Est. LXXXIII
838	Lança - folha	VIA	50,5 (em distensão)	2,7	1,9	Est. LXXXIII
839	Lança - folha	VIB	c.30,3 (em distensão)	4,7	2,3	Est. LXXXIV
840	Lança - folha	VIB	32,9	4,1	2,6	Est. LXXXIV
841	Lança - folha	VIB	30	2,8	2,5	Est. LXXXIV
842	Lança - folha	VIB	34 (em distensão)	3,1	1,8	Est. LXXXIV
843	Lança - folha	VIB	29,7	4,2	0,5	Est. LXXXV
844	Lança - folha	VIB	35,9 (em distensão)	2	2	Est. LXXXV
845	Lança - folha	VIB	31,5 (em distensão)	3,1	1,7	Est. LXXXV
846	Lança - folha	VIC	22,7	3,9	2,1	Est. LXXXV
847	Lança - folha	VIC	20,3 (em distensão)	2,9	1,7	Est. LXXXV
848	Lança - folha	VII Ba	38,5	5,6	2,4	Est. LXXXVI
849	Lança - folha	VII Ca	22,4	4,6	2	Est. LXXXVI
850	Lança - folha	VIII A	28,7	5,6	2,3	Est. LXXXVI
851	Lança - folha	IX	25,2	3,5	2,7	Est. LXXXVI
852	Lança - folha	Língua de carpa	21,7	2,8	1,7	Est. LXXXVII
853	Lança - folha	Ind.	24	3,2	2,6	Est. LXXXVII
*	Lança - folha	Ind.	c.40,3	c.2,2	2,1	*
*	Lança - folha	Ind.	10,7	3,7	1,3 (nervura)	*
*	Lança - folha	Ind.	34	2,8	2,6	*
*	Lança - folha	Ind.	c.13 (em distensão)	3,4	1,6	*
*	Lança - folha	Ind.	15,8	2,9	1,6	*
*	Lança - folha	Ind.	15,4	2,4	0,5	*
*	Lança - folha	Ind.	17,4	4,2	2	*
*	Lança - folha	Ind.	*	*	*	*
*	Lança - folha	Ind.	44,2	2,2	1,8	*
*	Lança - folha	Ind.	30,2	1,7	1,3	*
*	Lança - folha	Ind.	10,8	3,2	1,1	*
*	Lança - folha	Ind.	12,7	4	2,3	*
*	Lança - folha	Ind.	40,3	2,5	2	*
*	Lança - folha	Ind.	32,7	1,8	1,9	*
*	Lança - folha	Ind.	8,3	1,7	0,9	*
*	Lança - folha	Ind.	23,3	2,2	2,2	*
*	Lança - folha	Ind.	7,1	2,1	0,8	*

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	M.-P.
*	982.28.5	MNA	Sep. 77	Ferro
*	17214	MNA	*	Ferro
*	17219	MNA	*	Ferro
*	SN	MNA	Sep.12/80	Ferro
*	3577	IAC	*	Ferro
*	797	IAC	*	Ferro
*	3577	IAC	*	Ferro
*	685	IAC	*	Ferro
*	3586E	IAC	*	Ferro
*	4310	IAC	*	Ferro
*	OSM Mt046	DRCAIent	T. G/X S.B Q.f/7; 7/10/80	Ferro
*	MMPN 5214	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5215	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5216	ALC - MMPN	*	Ferro
*	SN	ALC - MMPN	*	Ferro
*	SN	ALC - MMPN	*	Ferro
*	SN	ALC - MMPN	*	Ferro
*	SN	ALC - MMPN	*	Ferro
*	SN	ALC - MMPN	*	Ferro
*	SN	ALC - MMPN	*	Ferro
*	SN	ALC - MMPN	*	Ferro
*	SN	ALC - MMPN	*	Ferro
*	SN	ALC - MMPN	*	Ferro
*	SN	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5212	ALC - MMPN	*	Ferro
*	SN	ALC - MMPN	*	Ferro
*	SN	ALC - MMPN	*	Ferro
*	SN	ALC - MMPN	*	Ferro
*	SN	ALC - MMPN	*	Ferro
*	SN	ALC - MMPN	*	Ferro
*	SN	ALC - MMPN	*	Ferro
*	SN	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5208	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5209	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5199	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5203	ALC - MMPN	*	Ferro
*	SN	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5213	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5218	ALC - MMPN	*	Ferro
854	13117 (?)	MNA	*	Ferro
855	3581	IAC	*	Ferro
856	SN	MNA	Sep.12/80	Ferro
857	982.7.5	MNA	Sep. 10	Ferro
858	17216	MNA	*	Ferro
859	SN	MNA	Sep. 7/80	Ferro
860	786	IAC	*	Ferro
861	787	IAC	*	Ferro
862	982.38.3	MNA	Sep. 101 ou 110	Ferro
863	17239	MNA	*	Ferro
864	OSM 642	MNA	Sep. 7/80	Ferro
865	SN	MNA	Sep. 11/80	Ferro
866	982.39.13	MNA	Sep. 102	Ferro
867	790	IAC	Sep. 132	Ferro
868	3586E	IAC	*	Ferro
869	788	IAC	*	Ferro
870	3531d	IAC	*	Ferro

#	Categoria	Tipo/ Forma	Comp. Máx. (cm)	Larg. Máx. (cm)	Esp. Máx. (cm)	Estampa
*	Lança - folha	Ind.	17,7	3,3	1,4	*
*	Lança - folha	Ind.	21,7	1,25	1	*
*	Lança - folha	Ind.	26,1	2,1	1 m	*
*	Lança - folha	Ind.	9,4	2,1	1,2	*
*	Lança - folha	Ind.	28,5	1,7	1,2	*
*	Lança - folha	Ind.	34,5	2,2	2,2	*
*	Lança - folha	Ind.	31,9	1,8	0,8	*
*	Lança - folha	Ind.	30,2 (em distensão)	2,5	1,6	*
*	Lança - folha	Ind.	47,6	2,1	2,1	*
*	Lança - folha	Ind.	48,7	2,1	1,4	*
*	Lança - folha	Ind.	*	*	*	*
*	Lança - folha	Ind.	31,4	2,4	1,8	*
*	Lança - folha	Ind.	30	3,1	3,1	*
*	Lança - folha	Ind.	24,7	1,3	1,3	*
*	Lança - folha	Ind.	12,7	2,2	2,2	*
*	Lança - folha	Ind.	11,4	3,7	1,4	*
*	Lança - folha	Ind.	11	3,1	2,7	*
*	Lança - folha	Ind.	12,9	1,9	1,9	*
*	Lança - folha	Ind.	13,4	3,1	2,2	*
*	Lança - folha	Ind.	13	3	3	*
*	Lança - folha	Ind.	10,8	1,8	1,8	*
*	Lança - folha	Ind.	8,8	2,2	2,2	*
*	Lança - folha	Ind.	5,7	2,3	2,3	*
*	Lança - folha	Ind.	5,1	2	1,2	*
*	Lança - folha	Ind.	6,2	1,4	0,5	*
*	Lança - folha	Ind.	35,4	3,6	2,5	*
*	Lança - folha	Ind.	10,1	3,6	2,2	*
*	Lança - folha	Ind.	*	*	*	*
*	Lança - folha	Ind.	9,4	2,8	2,3	*
*	Lança - folha	Ind.	*	*	*	*
*	Lança - folha	Ind.	9,3	3,1	2,2	*
*	Lança - folha	Ind.	6,7	2	1,1	*
*	Lança - folha	Ind.	8,9	2,2	1	*
*	Lança - folha	Ind.	19,6	2,3	1,3	*
*	Lança - folha	Ind.	31	3,1	1,5	*
*	Lança - folha	Ind.	*	2,3	1,6	*
*	Lança - folha	Ind.	*	*	*	*
*	Lança - folha	Ind.	*	*	*	*
*	Lança - folha	Ind.	*	4,3	2,8	*
*	Lança - folha	Ind.	*	2,7	2,4	*
854	Conto		27,6	2,3	2,4	Est. LXXXVIII
855	Conto		26,3	2,2	2,2	Est. LXXXVIII
856	Conto		27	2,5	2,5	Est. LXXXVIII
857	Conto		24,9	2,1	1,6	Est. LXXXVIII
858	Conto		26,6	2	2,1	Est. LXXXVIII
859	Conto		25	2	2	Est. LXXXVIII
860	Conto		24,9	1,7	1,7	Est. LXXXVIII
861	Conto		24,5	1,6	1,7	Est. LXXXVIII
862	Conto		26,6	1,9	1,9	Est. LXXXIX
863	Conto		13,9	1,8	1,8	Est. LXXXIX
864	Conto		24,2	2	2	Est. LXXXIX
865	Conto		24,3	2,5	2,5	Est. LXXXIX
866	Conto		21,3	2	1,8	Est. LXXXIX
867	Conto		21,7	2,8	2,85	Est. LXXXIX
868	Conto		21,6	2,1	2,1	Est. LXXXIX
869	Conto		21	2	2	Est. LXXXIX
870	Conto		19,4	2,4	2,4	Est. LXXXIX

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	M.-P.
871	789	IAC	*	Ferro
872	SN	MNA	Sep. 11/80	Ferro
873	982.7.6	MNA	Sep. 10	Ferro
874	3531a	IAC	*	Ferro
875	982.25.3	MNA	Sep. 59	Ferro
876	SN	MNA	Sep. 22/80	Ferro
877	SN	MNA	Sep. 22/80	Ferro
878	983.402.14	MNA	*	Ferro
879	3531c	IAC	*	Ferro
880	3586	IAC	*	Ferro
881	SN	MNA	*	Ferro
882	3531b	IAC	*	Ferro
883	OSM 643	MNA	Sep. 7/80	Ferro
884	OSM 643	MNA	Sep. 7/80	Ferro
885	982.42.11	MNA	Sep. 107	Ferro
886	982.58.38	MNA	*	Ferro
887	3586	IAC	*	Ferro
888	MMPN 5205	ALC - MMPN	*	Ferro
889	17235	MNA	*	Ferro
890	4314	IAC	*	Ferro
891	4314	IAC	*	Ferro
892	982.59.4	MNA	*	Ferro
893	982.42.10	MNA	Sep. 107	Ferro
894	785	IAC	*	Ferro
895	3613	IAC	*	Ferro
896	SN	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d./ 1/2 6,7 (sepult.)	Ferro
897	3586d	IAC	*	Ferro
898	OSM 129	MNA	Sep. 15	Ferro
899	982.58.39		26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d./ 1/2 6,7 (sepult.)	Ferro
900	982.42.3	MNA	Sep. 107	Ferro
901	982.58.124	MNA	*	Ferro
902	982.58.36	MNA	*	Ferro
903	982.58.25	MNA	*	Ferro
904	982.58.37	MNA	*	Ferro
905	982.58.120	MNA	*	Ferro
906	982.58.122	MNA	*	Ferro
907	982.39.12	MNA	Sep. 102	Ferro
908	982.58.121	MNA	*	Ferro
*	982.58.39		26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d./ 1/2 6,7	Ferro
*	982.58.119	MNA	*	Ferro
*	SN	MNA	Sep. G12	Ferro
*	SN	MNA	Sondagem F 4ª Sepultura Canto Oriental	Ferro
*	SN	MNA	Sondagem F 4ª Sepultura Canto Oriental	Ferro
*	982.59.38A	MNA	*	Ferro
*	982.38.1	MNA	Sep. 101 ou 110	Ferro
*	982.39.11	MNA	Sep. 102	Ferro
*	982.10.1	MNA	Sep. 11 ou 12	Ferro
*	982.7.4	MNA	Sep. 10	Ferro
*	789	IAC	*	Ferro
*	3570c	IAC	Sep. 101	Ferro
*	3586c	IAC	*	Ferro
*	SN	IAC	*	Ferro
*	MMPN 5211	ALC - MMPN	*	Ferro
909	3560a	IAC	Sep. 15	Ferro
910	3560c	IAC	*	Ferro
911	3560b	IAC	*	Ferro
*	3560d	IAC	*	Ferro

#	Categoria	Tipo/ Forma	Comp. Máx. (cm)	Larg. Máx. (cm)	Esp. Máx. (cm)	Estampa
871	Conto		19,1	2	2	Est. LXXXIX
872	Conto		19,5	2	2	Est. LXXXIX
873	Conto		20,1	2,2	2,2	Est. LXXXIX
874	Conto		18,6	1,8	1,8	Est. XC
875	Conto		17,9	2	2	Est. XC
876	Conto		18,2	2	2	Est. XC
877	Conto		18,4	2,1	2,1	Est. XC
878	Conto		20,3	1,9	1,9	Est. XC
879	Conto		17,3	2,3	2,3	Est. XC
880	Conto		16,7	2,6	2	Est. XC
881	Conto		16,5	2,3	2,3	Est. XC
882	Conto		15,8	2,3	2,3	Est. XC
883	Conto		14,8	2,2	2,2	Est. XC
884	Conto		14,4	2	2	Est. XC
885	Conto		14,8	2,3	2,3	Est. XC
886	Conto		15,8	2,4	2,4	Est. XCI
887	Conto		16,7	2,6	2	Est. XCI
888	Conto		14,1	2,4	2	Est. XCI
889	Conto		26,1	1,5	1,3	Est. XCI
890	Conto		13,6	2	1,8	Est. XCI
891	Conto		13,2	2,1	2,1	Est. XCI
892	Conto		13	1,8	1,6	Est. XCI
893	Conto		12,4	1,8	1,8	Est. XCI
894	Conto		10,9	1,7	1,7	Est. XCI
895	Conto		10,1	2,1	1,8	Est. XCI
896	Conto		9,7	2	1,9	Est. XCI
897	Conto		9,3	1,8	1,8	Est. XCI
898	Conto		8,7	1,8	1,2	Est. XCI
899	Conto		7	2,3	2,3	Est. XCI
900	Conto		7,1	1,4	1,4	Est. XCI
901	Conto		8	1,3	1,2	Est. XCI
902	Conto		8,5	2,3	2,5	Est. XCII
903	Conto		8,4	2,1	2,1	Est. XCII
904	Conto		8,4	3,1	2,6	Est. XCII
905	Conto		5,8	2,7	2,4	Est. XCII
906	Conto		15,8	0,7	0,5	Est. XCII
907	Conto		14,3	1,6	1,6	Est. XCII
908	Conto		13,3	1,4	1,1	Est. XCII
*	Conto		7	2,3	2,3	*
*	Conto		13,5	2,4	2,4	*
*	Conto		7,3	2,5	2,5	*
*	Conto		12,6	2,2	2,2	*
*	Conto		*	2,4	2,4	*
*	Conto		8,4	2,3	2,3	*
*	Conto		c. 10,3	c. 2,3	c. 2,3	*
*	Conto		10,4	1,8	1,8	*
*	Conto		*	*	*	*
*	Conto		28,6	2,4	2	*
*	Conto		20,2	2	2,1	*
*	Conto		25,5	2,2	1,9	*
*	Conto		*	*	*	*
*	Conto		16,9	2,3	2,3	*
*	Conto		12,1	2	2	*
909	Falcata		58.2 (em dist.)	6,4	1,9	Est. XCIII
910	Elemento de Bainha		7,9	2,8	1,7	Est. XCIII
911	Elemento de Bainha		11,5	2,6	1,6	Est. XCIII
*	Elemento de Bainha		2,5	2,5	0,5	*

#	N.º Inv.	Colecção		Contexto	M.-P.
912	3560e	IAC	*		Ferro
913	17.200	MNA	*		Ferro
914	17255	MNA	*		Ferro
915	17203A	MNA	*		Ferro
916	17252	MNA	*		Ferro
917	983.402.19	MNA	*		Ferro
918	MMPN 5197	ALC - MMPN	*		Ferro
919	17257	MNA	*		Ferro
920	17253	MNA	*		Ferro
921	17196	MNA	*		Ferro
922	17255	MNA	*		Ferro
923	982.59.42	MNA	*		Ferro/Bronze
*	SN	ALC - MMPN	Sep. 9		Ferro
924	680	IAC	Sep. 59		Ferro
925	17.201	MNA	*		Ferro
926	17.197	MNA	*		Ferro
927	SN	MNA	*		Ferro
928	MMPN 5196	ALC - MMPN	*		Ferro
929	5704 (S/Nº?)	MNA	*		Ferro
930	989.15.1a	MNA	*		Ferro
931	989.15.1b	MNA	*		Ferro/Prata
932	989.15.1d	MNA	*		Ferro/Prata
933	989.15.1c	MNA	*		Ferro
934	17192A	MNA	*		Ferro
935	17256A	MNA	*		Ferro
936	679	IAC	Sep. 15		Ferro
937	OSM 121	MNA	*		Ferro
938	17195	MNA	*		Ferro
939	17193	MNA	*		Ferro
940	17156B	MNA	*		Ferro/Prata
941	17203A	MNA	*		Ferro
942	17192B	MNA	*		Ferro
943	17198	MNA	*		Ferro
944	5722_3	MNA	Sep. 18		Ferro
945	5722_10	MNA	Sep. 18		Ferro
946	5722_11	MNA	Sep. 18		Ferro
947	5722_12	MNA	Sep. 18		Ferro
948	5722_16	MNA	Sep. 18		Ferro
949	5722_15	MNA	Sep. 18		Ferro
950	OSM 856	MNA	*		Ferro
951	17199	MNA	*		Ferro
952	983.402.? E	MNA	*		Ferro
953	17243	MNA	*		Ferro
954	MMPN5195	ALC - MMPN	*		Ferro
955	983.402? D	MNA	*		Ferro
956	MMPN5154	ALC - MMPN	*		Ferro
957	17234	MNA	*		Ferro
958	17231 (2)	MNA	*		Ferro
959	17231 (1)	MNA	*		Ferro
960	983.402.21	MNA	*		Ferro
961	983.402.? (A)	MNA	*		Ferro
962	983.402.8	MNA	*		Ferro
963	982.402.23	MNA	*		Ferro
964	982.402.13	MNA	*		Ferro
965	983.402.? (B)	MNA	*		Ferro
966	983.402.31	MNA	*		Ferro
967	17212	MNA	*		Ferro

#	Categoria	Tipo/ Forma	Comp. Máx. (cm)	Larg. Máx. (cm)	Esp. Máx. (cm)	Estampa
912	Elemento de Bainha		8,7	2,6	1,6	Est. XCIII
913	Falcata		49,5	6	0,6	Est. XCIV
914	Falcata		c.35,3 (em distensão)	6,3	1,8	Est. XCIV
915	Falcata		47,3	5,1	0,7	Est. XCV
916	Falcata		c.50 (em distensão)	5,4	0,75	Est. XCV
917	Falcata		35,5	5,7	0,6	Est. XCV
918	Falcata		34	4,6	0,6	Est. XCVI
919	Falcata		30,9	6,1	1,8	Est. XCVI
920	Falcata		c.38 (em distensão)	4,5	0,6	Est. XCVI
921	Falcata		*	6,4	2	Est. XCVII
922	Falcata		c.35,3 (em distensão)	6,3	1,8	Est. XCVII
923	Falcata		6,1 (lâmina)	5,7 (braçadeira)	0,75 (lâmina)	Est. XCVII
*	Falcata		*	*	*	*
924	Espada de Frontão		c. 43 (em dist.)	6	*	Est. XCVIII
925	Espada de antenas	III	c.32,5 (em distensão)	5,7	*	Est. XCVIII
926	Espada de antenas	III	38,5 (em distensão)	5,1	*	Est. XCVIII
927	Espada de antenas	III	30,2	5,1	*	Est. XCIX
928	Espada de antenas	III	c. 32	5	*	Est. XCIX
929	Espada de antenas	III	26	5	*	Est. XCIX
930	Espada de antenas	IV	48	6,3	*	Est. C
931	Elemento de Bainha		14,6	7,4	1,4	Est. C
932	Elemento de Bainha		7,5	1,4	0,3	Est. C
933	Elemento de Bainha		13,3	3,6	1	Est. C
934	Espada de antenas	IV	45,5	6	*	Est. CI
935	Espada de antenas	IV	c.34,2 (em distensão)	5,4	2,3	Est. CII
936	Espada de antenas	IV	c. 34,5 (em dist.)	5,3	2,4	Est. CII
937	Elemento de Bainha	*	*	5	c.3,5	Est. CII
938	Espada de antenas	IV	20,4	6,5	2,8	Est. CIII
939	Elemento de Bainha	Ind.	26,1	4,9	0,6	Est. CIII
940	Elemento de bainha	*	6,8	5,7	1,5	Est. CIV
941	Elemento de bainha	*	8	2,3	2,5	Est. CIV
942	Elemento de bainha	*	*	c.9	c.4?	Est. CIV
943	Elemento de bainha	*	15,6	3,2	0,9	Est. CIV
944	Elemento de bainha	*	10,6	1,3	1,6	Est. CIV
945	Elemento de bainha	*	4,9	3,3	1,5	Est. CIV
946	Elemento de bainha	*	8,2	4,5	2,3	Est. CIV
947	Elemento de bainha	*	6,2	1,1	0,8	Est. CIV
948	Elemento de bainha	*	6	*	0,5	Est. CIV
949	Elemento de bainha	*	8,2	5,4	2,3	Est. CIV
950	Elemento de bainha	*	8,9	2,4	3,1	Est. CIV
951	<i>Soliferreum</i>	*	c.192 (em distensão)	1,7	1	Est. CV
952	<i>Soliferreum</i>	*	211,6 (em distensão)	2,1	0,5	Est. CV
953	<i>Soliferreum</i>	*	c.145 (em distensão)	1,4	0,9	Est. CVI
954	<i>Soliferreum</i>	*	c.155 (em distensão)	1,6	1,2	Est. CVI
955	<i>Soliferreum</i>	*	195,5 (em distensão)	1,5	1,4	Est. CVII
956	<i>Soliferreum</i>	*	c.190 (em distensão)	1,6	1,2	Est. CVII
957	<i>Soliferreum</i>	*	c.200 (em distensão)	1,6	1,3	Est. CVIII
958	<i>Soliferreum</i>	*	c.159 (em distensão)	1,2	1,5	Est. CVIII
959	<i>Soliferreum</i>	*	c.112 (em distensão)	1,7	1,3	Est. CVIII
960	<i>Soliferreum</i>	*	152,8 (em distensão)	1,1	1,1	Est. CIX
961	<i>Soliferreum</i>	*	c. 126 (em distensão)	1,5	1,5	Est. CIX
962	<i>Soliferreum</i>	*	c.76,4 (em distensão)	1,3	1,2	Est. CIX
963	<i>Soliferreum</i>	*	c. 127 (em distensão)	1,2	1	Est. CX
964	<i>Soliferreum</i>	*	72 (em distensão)	1,3	1,2	Est. CX
965	<i>Soliferreum</i>	*	c. 126 (em distensão)	1,5	1,5	Est. CX
966	<i>Soliferreum</i>	*	112,4	1,3	1,3	Est. CXI
967	<i>Soliferreum</i>	*	23,9	1,8	0,9	Est. CXI

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	M.-P.
968	17236	MNA	*	Ferro
969	982.58.103	MNA	*	Ferro
970	982.58.104	MNA	*	Ferro
971	982.58.105L	MNA	*	Ferro
972	17.251	MNA	*	Ferro
973	OSM 116 (2)	MNA	Sep. 18	Ferro
974	OSM 120	MNA	Sep. 15	Ferro
975	MMPN 5242	ALC - MMPN	Sep. 9	Ferro/Bronze
976	OSM 42	MNA	*	Ferro
977	OSM 678a	MNA	Sep. G10	Ferro
978	OSM 678b	MNA	Sep. G10	Ferro
979	OSM 679a	MNA	Sep. G10	Ferro
980	OSM 679b	MNA	Sep. G10	Ferro
981	OSM 687a	MNA	Sep. G10	Ferro
982	OSM 687b	MNA	Sep. G10	Ferro
983	OSM 680a	MNA	Sep. G10	Ferro
984	OSM 680b	MNA	Sep. G10	Ferro
985	983.402.30A	MNA	*	Ferro
986	983.402.30B	MNA	*	Ferro
987	983.402.32	MNA	*	Ferro
988	982.402.12	MNA	*	Ferro
989	982.402.6	MNA	*	Ferro
990	982.402.7	MNA	*	Ferro
991	11215	MNA	*	Bronze
992	SN	IAC	*	Bronze
993	11244	MNA	*	Bronze
994	11244(2)	MNA	*	Bronze
995	17249	MNA	*	Ferro
996	17250	MNA	*	Ferro
997	982.59.5d	MNA	*	Ferro
998	982.59.5b	MNA	*	Ferro
999	982.59.5c	MNA	*	Ferro
1000	982.59.5a	MNA	*	Ferro
1001	SN	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d./ 1/2 6,7 (sepult.)	Ferro/Bronze
1002	982.59.35	MNA	*	Ferro/Bronze
1003	982.37.11A	MNA	Sep. 101	Ferro/Bronze
1004	OSM Mt 026a-b	DRCAlent	*	Ferro/Bronze
1005	SN	MNA	*	Bronze
*	SN	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d./ 1/2 6,7 (sepult.)	Ferro/Bronze
*	982.37.11B	MNA	Sep. 101	Ferro/Bronze
1006	982.33.3	MNA	Sep. 86 ou 46	Bronze
1007	982.33.2	MNA	Sep. 86 ou 46	Bronze
1008	982.58.24	MNA	*	Ferro
1009	OSM 238	MNA	Sep. 98	Ferro?
1010	982.29.6	MNA	Sep. 78	Bronze
1011	OSM 355a	MNA	Sep.12/80	Bronze
1012	OSM 685	MNA	Sep. G10	Ferro
1013	982.54.1	MNA	*	Ferro
1014	MMPN 5245	ALC - MMPN	*	Bronze
1015	OSM 355d	MNA	Sep.12/80	Bronze
1016	OSM 355c	MNA	Sep.12/80	Bronze
1017	OSM 355b	MNA	Sep.12/80	Bronze
1018	982.29.20	MNA	Sep. 78	Ferro
1019	OSM 130 (1)	MNA	Sep. 15	Ferro
1020	OSM 130 (2)	MNA	Sep. 15	Ferro
1021	982.33.5	MNA	Sep. 86 ou 46	Bronze

#	Categoria	Tipo/ Forma	Comp. Máx. (cm)	Larg. Máx. (cm)	Esp. Máx. (cm)	Estampa
968	<i>Soliferreum</i>	*	21,2	1,4	0,7	Est. CXI
969	Empunhadura de escudo	1	c. 11,8	4,4	0,2 (placa)	Est. CXII
970	Empunhadura de escudo	1	9,9	1,9	1,7	Est. CXII
971	Empunhadura de escudo	1	6,5	3,8	1,6	Est. CXII
972	Empunhadura de escudo	2	11,5	3,8	1,7	Est. CXII
973	Empunhadura de escudo	3	17,2	5,7	1,7	Est. CXII
974	Empunhadura de escudo	3	17,6	4,6	1,5	Est. CXII
975	Empunhadura de escudo	3	4,6	5,4	1,6	Est. CXII
976	Umbo de escudo?		6,8	6,8	1,4	Est. CXII
977	Roda - reforço interno		12,9	5,8	1,7	Est. CXIII
978	Roda - reforço interno		8,8	3,8	0,9	Est. CXIII
979	Roda - reforço interno		11,8	4,6	0,4	Est. CXIII
980	Roda - reforço interno		8,2	3,6	0,6	Est. CXIII
981	Roda - reforço interno		11,1	5,1	0,7	Est. CXIII
982	Roda - reforço interno		8	3,7	0,8	Est. CXIII
983	Roda - reforço interno		13,1	6,1	2	Est. CXIII
984	Roda - reforço interno		8,5	3,5	0,7	Est. CXIII
985	Roda - reforço externo		144,8 (em distensão)	2,4	5,1	Est. CXIV
986	Roda - reforço externo		95,3 (em distensão)	2,2	4,8	Est. CXV
987	Roda - reforço externo		91 (em distensão)	1,9	2,1	Est. CXV
988	Roda - reforço externo		42,6 (em distensão)	2	5,1	Est. CXVI
989	Roda - reforço externo		22,1	1,9	5,6	Est. CXVI
990	Roda - reforço externo		23,1	2	5	Est. CXVI
991	Roda - remate de eixo		6,6	11,1	11,1	Est. CXVI
992	Roda - remate de eixo?		11,8	5,1	0,2	Est. CXVI
993	Passa-rédeas	2b.1	12,6	10,6	0,8	Est. CXVII
994	Acicate?		5,6	6,8	3,3	Est. CXVII
995	Cabeceira de cavalo	4.2	26,5	14,7	2,9	Est. CXVII
996	Cabeceira de cavalo	Ind.	16,4	5,8	2,3	Est. CXVII
997	Bridão		8,3	1,7	0,9	Est. CXVII
998	Bridão		8,8	1,5	0,6	Est. CXVII
999	Bridão		8,7	1,9	1,1	Est. CXVII
1000	Bridão		8,8 (restituição)	1,5	1	Est. CXVII
1001	Charneira	2	8,5	4,1	1,9	Est. CXVIII
1002	Charneira	2	4,9	3,3	2,4	Est. CXVIII
1003	Charneira	2	1,5	6	0,8	Est. CXVIII
1004	Charneira	2	*	*	*	Est. CXVIII
1005	Charneira	2	3,7	2,9	0,4	Est. CXVIII
*	Charneira	2	4,6	5,1	2	*
*	Charneira	2	3,9	2,6	0,8	*
1006	Charneira	3	10,5	2,5	1,25	Est. CXVIII
1007	Charneira	3	9,9	2,2	1,6	Est. CXVIII
1008	Charneira	3	9	2,5	1,5	Est. CXVIII
1009	Charneira	4	20,8	2,2	2,2	Est. CXIX
1010	Charneira	4	15,2	2,4	2,4	Est. CXIX
1011	Charneira	4	13,2	2,3	2,3	Est. CXIX
1012	Charneira	4	12,6	2	2	Est. CXIX
1013	Charneira	4	11,5	1,9	1,9	Est. CXIX
1014	Charneira	4	2,7	2,7	0,1	Est. CXIX
1015	Charneira	5	13,7	2,6	2,6	Est. CXX
1016	Charneira	5	12,4	2,6	2,6	Est. CXX
1017	Charneira	5	8,6	2,6	2,6	Est. CXX
1018	Charneira	Ind.	18,5	1,1	0,4	Est. CXX
1019	Charneira	Ind.	15,2	0,4	0,4	Est. CXX
1020	Charneira	Ind.	15,3	0,4	0,4	Est. CXX
1021	Charneira	Ind.	16,2	1,1	0,35	Est. CXXI

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	M.-P.
1022	982.29.21	MNA	Sep. 78	Ferro
1023	982.29.22	MNA	Sep. 78	Ferro
*	982.60.7	MNA	*	Ferro
*	982.29.17	MNA	Sep. 78	Ferro
*	982.37.11C	MNA	Sep. 101	Ferro
*	982.37.11D	MNA	Sep. 101	Ferro
*	SN	MNA	Sep. E7-F7	Ferro
*	982.33.4	MNA	Sep. 86 ou 46	Bronze
*	OSM Mt022	DRCAIent	Prolongamento Norte do T.G1 90 a 110cm a) e b)	Bronze
1024	11255	MNA	*	Bronze
1025	OSM 355f	MNA	Sep.12/80	Bronze
1026	OSM 355e	MNA	Sep.12/80	Bronze
1027	OSM 684 (2)	MNA	Sep. G10	Bronze
1028	982.60.3	MNA	*	Bronze
1029	982.39.15	MNA	Sep. 102	Ferro
1030	OSM Mt 025a-g	DRCAIent	*	Ferro
1031	OSM 682B	MNA	Sep. G10	Ferro
1032	OSM 682D	MNA	Sep. G10	Ferro
1033	OSM 682C	MNA	Sep. G10	Ferro
1034	OSM 682E	MNA	Sep. G10	Ferro
1035	OSM 682A	MNA	Sep. G10	Ferro
1036	OSM 683A	MNA	Sep. G10	Ferro
1037	OSM 683B	MNA	Sep. G10	Ferro
1038	OSM 683C	MNA	Sep. G10	Ferro
1039	OSM 232 (8)	MNA	Sep. 98	Ferro
1040	OSM 232 (6)	MNA	Sep. 98	Ferro
1041	OSM 232 (10)	MNA	Sep. 98	Ferro
1042	OSM 232 (5)	MNA	Sep. 98	Ferro
1043	OSM 232 (9)	MNA	Sep. 98	Ferro
1044	OSM 232 (1)	MNA	Sep. 98	Ferro
1045	OSM 232 (3)	MNA	Sep. 98	Ferro
1046	OSM 232 (4)	MNA	Sep. 98	Ferro
1047	OSM 232 (7)	MNA	Sep. 98	Ferro
*	OSM 232 (2)	MNA	Sep. 98	Ferro
1048	SN	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d./ 1/2 6,7 (sepult.)	Ferro
1049	OSM Mt029	DRCAIent	*	Bronze
1050	OSM 684 (3)	MNA	Sep. G10	Bronze
1051	OSM 684 (7)	MNA	Sep. G10	Bronze
*	OSM 684 (1)	MNA	Sep. G10	Ferro
1052	982.29.7	MNA	Sep. 78	Bronze
*	OSM Mt 027a-l	DRCAIent	*	Ferro
*	OSM Mt 028a-o	DRCAIent	*	Bronze
*	OSM 030a-g	DRCAIent	*	Ferro
1053	982.402.20	MNA	*	Ferro
1054	983.402.1	MNA	*	Ferro
1055	983.402.22	MNA	*	Ferro
1056	983.402.15	MNA	*	Ferro
1057	983.402.27	MNA	*	Ferro
1058	I. 10.322 E. 3350	MNA	*	Bronze
1059	13.8[]2	MNA	*	Ferro
1060	982.402.3	MNA	*	Ferro
1061	SN	MNA	*	Ferro
1062	4330	IAC	*	Bronze
1063	982.23.11	MNA	Sep. 54	Bronze
1064	3591b	IAC	*	Bronze

#	Categoria	Tipo/ Forma	Comp. Máx. (cm)	Larg. Máx. (cm)	Esp. Máx. (cm)	Estampa
1022	Charneira	Ind.	14	0,4	0,4	Est. CXXI
1023	Charneira	Ind.	9,6	0,4	0,4	Est. CXXI
*	Charneira	Ind.	c. 24,2	2,2	2,2	*
*	Charneira	Ind.	4,9	3,6	0,6	*
*	Charneira	Ind.	4,4	0,5	0,5	*
*	Charneira	Ind.	6,4	0,7	0,7	*
*	Charneira	Ind.	12,8	1	0,7	*
*	Charneira	Ind.	6,6	0,6	0,6	*
*	Charneira	Ind.	4	1,6	3,1	*
1024	Grapa		5,5	5,9	1,8	Est. CXXII
1025	Grapa		4,4	2,4	2,5 (rebites)	Est. CXXII
1026	Grapa		4,4	2,3	2,5 (rebites)	Est. CXXII
1027	Grapa		3,8	2,3	2,3	Est. CXXII
1028	Grapa		2,8	2	1,4	Est. CXXII
1029	Grapa		5,4	1,8	2,5	Est. CXXII
1030	Grapas		*	*	*	Est. CXXII
1031	Grapa		4,2	2,1	2,4	Est. CXXII
1032	Grapa		4,7	2,1	2,4	Est. CXXIII
1033	Grapa		3,6	2	1,7	Est. CXXIII
1034	Grapa		4,1	2,3	2,6	Est. CXXIII
1035	Grapa		4,3	2,1	2,3	Est. CXXIII
1036	Grapa		4,3	2,3	0,2	Est. CXXIII
1037	Grapa		4,3	2,1	0,4	Est. CXXIII
1038	Grapa		4,4	2,3	0,3	Est. CXXIII
1039	Grapa		10,5	2,2	0,6	Est. CXXIII
1040	Grapa		9,2	2,1	0,5	Est. CXXIII
1041	Grapa		9,2	2,3	1,6	Est. CXXIII
1042	Grapa		8,3	2,3	0,6	Est. CXXIII
1043	Grapa		10,3	2,2	0,6	Est. CXXIV
1044	Grapa		6,3	2,5	3	Est. CXXIV
1045	Grapa		6,4	2,2	1	Est. CXXIV
1046	Grapa		6,1	2,1	0,6	Est. CXXIV
1047	Grapa		4,9	1,9	0,7	Est. CXXIV
*	Grapa		6,6	2,3	0,6	*
1048	Grapa		4,7	2,6	1,5	Est. CXXIV
1049	Grapa		11,5	2,3	2,4	Est. CXXIV
1050	Grapa		9,2	1,9	2,3	Est. CXXIV
1051	Grapa		7,1	2	0,9	Est. CXXIV
*	Grapa		4,2	2,4	0,3	Est. CXXV
1052	Grapa		10,2	1,8	5,3	*
*	Grapas		*	*	*	*
*	Grapas		4,3	2,3	2,4	*
*	Grapas		*	*	*	*
1053	Enxada		25,5	21	2,85	Est. CXXVI
1054	Foice		35,8	23	4,8	Est. CXXVII
1055	Foice		27,4	4,8	0,3	Est. CXXVII
1056	Machado?		30,3	10,4	3,6	Est. CXXVIII
1057	Alvião		c.28	8,5/3,5	1,1	Est. CXXVIII
1058	Machado		10,9	6,2	1,3	Est. CXXIX
1059	Gancho		22,4	11,6	5,7	Est. CXXIX
1060	Podão		22,5	7	2,2	Est. CXXIX
1061	Punção		23,8	1,4	1,4	Est. CXXX
1062	Estilete		8,8	0,4	0,4	Est. CXXX
1063	Estilete		7,6	0,3	0,3	Est. CXXX
1064	Agulha		17,6	0,3	0,3	Est. CXXX

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	M.-P.
1065	3591c	IAC	*	Bronze
1066	982.60.22	MNA	*	Bronze
1067	11270A	MNA	*	Bronze
1068	11270B	MNA	*	Bronze
1069	11271 B	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d./ 1/2 6,7 (sepult.)	Bronze
1070	11271B	MNA	*	Bronze
1071	11271C	MNA	*	Bronze
1072	11271D	MNA	*	Bronze
1073	11264	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d./ 1/2 6,7 (sepult.)	Bronze
1074	2010.60.12	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d./ 1/2 6,7 (sepult.)	Bronze
1075	SN	ALC - MMPN	Sep. 8	Bronze
1076	11266B	MNA	*	Bronze
1077	982.29.18	MNA	Sep. 78	Ferro
1078	11266C	MNA	*	Bronze
1079	982.29.14	MNA	Sep. 78	Ferro
1080	982.29.15	MNA	Sep. 78	Ferro
1081	982.29.2	MNA	Sep. 78	Chumbo?
1082	SN	MNA	*	Bronze
1083	982.29.16	MNA	Sep. 78	Ferro
1084	SN	MNA	T.F - X S.C Q. F a J/1,2 de -3,28 a ?	Ferro
1085	OSM Mt003	DRCAIent	*	Bronze
1086	982.29.1	MNA	Sep. 78	Chumbo?
1087	OSM Mt009	DRCAIent	*	Bronze
1088	982.29.19	MNA	Sep. 78	Ferro
1089	982.58.114	MNA	*	Ferro
1090	982.29.13	MNA	Sep. 78	Bronze
1091	SN	MNA	Sep. E7-F7	Ferro
1092	SN	MNA	Sep. E7-F7	Ferro
1093	982.37.11E	MNA	Sep. 101	Bronze
1094	982.37.11F	MNA	Sep. 101	Bronze
1095	982.29.5	MNA	Sep. 78	Chumbo?
1096	982.29.4	MNA	Sep. 78	Chumbo?
*	982.58.105A	MNA	*	Ferro
*	982.58.105C	MNA	*	Ferro
*	982.29.14	MNA	Sep. 78	Ferro
*	982.27.4	MNA	Sep. 73	Bronze
*	982.2.1	MNA	Sep. 3	Ferro
*	OSM 232 (11)	MNA	Sep. 98	Ferro
*	11266A	MNA	*	Bronze
*	11266D	MNA	*	Bronze
*	11266E	MNA	*	Ferro
*	SN	MNA	T. J-X1 S.A Q.1/2f; 1/2j 1,2m - Da superfície até ao nível superior das sepulturas cavadas no sítio das rochas	Ferro
*	SN	MNA	A.S.M. X. +8,50 Y. +5	Ferro
*	OSM 710a	MNA	Murete E.F. (separação entre as sondagens E e F) - de 50 a 60cm da superfície - 5/1/1968	Ferro
*	OSM 710b	MNA	Murete E.F. (separação entre as sondagens E e F) - de 50 a 60cm da superfície - 5/1/1968	Bronze
*	OSM Mt004	DRCAIent	*	Bronze
*	OSM Mt005	DRCAIent	*	Bronze
*	OSM Mt006	DRCAIent	*	Bronze
*	OSM Mt007	DRCAIent	*	Bronze
*	OSM Mt008	DRCAIent	*	Bronze
*	OSM Mt010	DRCAIent	*	Bronze
*	OSM Mt011	DRCAIent	*	Bronze
*	OSM Mt012	DRCAIent	*	Bronze
*	OSM Mt013	DRCAIent	*	Bronze
*	OSM Mt014	DRCAIent	*	Bronze

#	Categoria	Tipo/ Forma	Comp. Máx. (cm)	Larg. Máx. (cm)	Esp. Máx. (cm)	Estampa
1065	Agulha		7,4	0,2	0,2	Est. CXXX
1066	Agulha		4,2	0,2	0,2	Est. CXXX
1067	Agulha		17,7	0,7	0,4	Est. CXXX
1068	Agulha		10,6	0,5	0,3	Est. CXXX
1069	Agulha para redes		18,4	0,7	0,3	Est. CXXXI
1070	Agulha para redes		16,4	0,7	0,2	Est. CXXXI
1071	Agulha para redes		12	1	0,3	Est. CXXXI
1072	Agulha para redes		6,9	1,2	0,3	Est. CXXXI
1073	Anzol		5,3	2,8	0,7	Est. CXXXI
1074	Anzol		3,3	1,4	0,2	Est. CXXXI
1075	Anzol		2,3	1	0,1	Est. CXXXI
1076	Prego/cavilha		14,4	2,2	2	Est. CXXXII
1077	Prego/cavilha		9,4	1,8	0,4	Est. CXXXII
1078	Prego/cavilha		7,6	2	2	Est. CXXXII
1079	Prego/cavilha		8,1	1,6	1,6	Est. CXXXII
1080	Prego/cavilha		7,8	2,2	2,2	Est. CXXXII
1081	Prego/cavilha		7,3	1,5	1,5	Est. CXXXII
1082	Prego/cavilha		7,8	1,4	1,2	Est. CXXXII
1083	Prego/cavilha		6	2,1	2,1	Est. CXXXII
1084	Prego/cavilha		6,4	1,3	1,3	Est. CXXXII
1085	Prego/cavilha		4,1	1,8	1,8	Est. CXXXII
1086	Prego/cavilha		8,2	0,9	0,9	Est. CXXXII
1087	Prego/cavilha		5,6	1,1	1,1	Est. CXXXII
1088	Prego/cavilha		6,1	1,8	0,3	Est. CXXXII
1089	Prego/cavilha		4	1,4	1,4	Est. CXXXII
1090	Prego/cavilha		1,4	0,5	0,5	Est. CXXXII
1091	Prego/cavilha		3,1	0,7	0,7	Est. CXXXII
1092	Prego/cavilha		3,3	1,2	1,2	Est. CXXXII
1093	Cravo		1,7	0,9	0,9	Est. CXXXII
1094	Cravo		1,7	0,9	0,9	Est. CXXXII
1095	Cravo		2,5	1	1	Est. CXXXII
1096	Cravo		1,7	0,9	0,9	Est. CXXXII
*	Cravo		0,8	2 (cabeça)	0,45 (haste)	*
*	Cravo		2	1,7 (cabeça)	0,3 (haste)	*
*	Prego/ Cavilha		8,1	1,6	1,6	*
*	Prego/ Cavilha		4,3	0,7	1,4	*
*	Prego/ Cavilha		1,8	1,8	1,5	*
*	Prego/ Cavilha		1	1,2	1	*
*	Prego/ Cavilha		16,9	2,6	2,5	*
*	Prego/ Cavilha		7,1	1,6	1,6	*
*	Prego/ Cavilha		4,4	1,8	1,8	*
*	Pregos/ Cavilhas (5x)		7,6	2	2	*
*	Pregos/ Cavilhas (6x)		4,2	1,3	1,3	*
*	Prego/ Cavilha		7,1	1,6	1,6	*
*	Prego/ Cavilha		2,4	1,4	1,2	*
*	Prego/ Cavilha		3,1	1,7	1,7	*
*	Prego/ Cavilha		2,6	1,7	1,7	*
*	Prego/ Cavilha		3,3	1,5	1,5	*
*	Prego/ Cavilha		5,9	1,7	1,7	*
*	Prego/ Cavilha		6,9	1,2	1,2	*
*	Prego/ Cavilha		3,4	2	2	*
*	Prego/ Cavilha		3,5	1,6	1,6	*
*	Prego/ Cavilha		2,4	1,6	1,4	*
*	Prego/ Cavilha		3,2	1,7	1,7	*
*	Prego/ Cavilha		3	2	2	*

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	M.-P.
*	OSM Mt015	DRCAIent	*	Bronze
*	OSM Mt016	DRCAIent	*	Bronze
*	OSM Mt017	DRCAIent	*	Bronze
*	OSM Mt018	DRCAIent	*	Bronze
*	OSM Mt019	DRCAIent	*	Bronze
*	OSM Mt020	DRCAIent	*	Bronze
*	OSM Mt021	DRCAIent	*	Bronze
*	OSM Mt 038	DRCAIent	*	Ferro
*	OSM Mt 042	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/80	Ferro
*	OSM Mt 043	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/80	Ferro
*	OSM Mt 045	DRCAIent	Material obtido durante a escavação superficial (até – 30 cm) em T. G-X Sec. A, B e C e T. F-X, Sec. C (Recolha Manual) 16 a 20/9/80	Ferro
*	OSM Mt048	DRCAIent	T. G./X S.D Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Ferro
*	OSM Mt049	DRCAIent	T. G./X S.D Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Ferro
*	OSM Mt050	DRCAIent	T. G./X S.D Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Ferro
*	OSM Mt051	DRCAIent	T. G./X S.D Q. f a j/ 1/2 9; 1/2 10	Ferro
*	OSM Mt052	DRCAIent	*	Ferro
*	SN	DRCAIent	T.G – X S. C Q (geral) 30-09-80	Ferro
*	SN	DRCAIent	*	Ferro
*	SN	DRCAIent	*	Bronze
*	SN	DRCAIent	*	Ferro
*	MMPN 5222	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5223	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5224	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5225	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5226	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5227	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5228	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5229	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5230	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5231	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5232	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5233	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5234	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5235	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5236	ALC - MMPN	*	Ferro
1097	4334a	IAC	*	Ferro
1098	4334b	IAC	*	Ferro
1099	11251B	MNA	*	Ferro
1100	OSM 116 (4)	MNA	Sep. 15	Ferro
1101	OSM 706	MNA	*	Ferro
1102	982.58.107A	MNA	*	Ferro
1103	982.402.18	MNA	*	Ferro
1104	11249	MNA	*	Bronze
1105	982.58.108A	MNA	*	Ferro
1106	11251C	MNA	*	Ferro
1107	SN	MNA	«Prolongamento Sul do T. G1- 30 a 60cm. Cmda de terra escura supracente (sic) à terra vermelha.» 9/4/1968	Ferro
1108	982.58.107B	MNA	*	Ferro
1109	982.58.106A	MNA	*	Ferro
1110	982.58.106B	MNA	*	Ferro
1111	OSM 242	MNA	Sep. 98/G	Ferro
1112	11251A	MNA	*	Ferro

#	Categoria	Tipo/ Forma	Comp. Máx. (cm)	Larg. Máx. (cm)	Esp. Máx. (cm)	Estampa
*	Prego/ Caviha		6,2	0,9	0,7	*
*	Prego/ Caviha		*	*	*	*
*	Prego/ Caviha		*	*	*	*
*	Prego/ Caviha		*	*	*	*
*	Prego/ Caviha		*	*	*	*
*	Prego/ Caviha		*	*	*	*
*	Prego/ Caviha		*	*	*	*
*	Prego/ Caviha		*	*	*	*
*	Prego/ Caviha		7	2,1	1,8	*
*	Prego/ Caviha		2,8	1,9	1,4	*
*	Prego/ Caviha		*	*	*	*
*	Prego/ Caviha		6,2	1,5	1,5	*
*	Prego/ Caviha		8,5	1,6	1,6	*
*	Prego/ Caviha		6	1,7	1,7	*
*	Prego/ Caviha		4,7	1,4	1,4	*
*	Prego/ Caviha		8,5	2,8	0,6	*
*	Prego/ Caviha		*	*	*	*
*	Prego/ Caviha		*	*	*	*
*	Prego/ Caviha		*	*	*	*
*	Prego/ Caviha		*	*	*	*
*	Prego/ Caviha		10,9	2,3	1,8	*
*	Prego/ Caviha		9	1,9	1,9	*
*	Prego/ Caviha		8,7	1,7	1,7	*
*	Prego/ Caviha		7,5	1,9	1,9	*
*	Prego/ Caviha		6,5	1,5	1,5	*
*	Prego/ Caviha		6,9	1,9	1,9	*
*	Prego/ Caviha		7	1,6	1,6	*
*	Prego/ Caviha		5,8	1,6	1,6	*
*	Prego/ Caviha		5	1,4	1,4	*
*	Prego/ Caviha		4,5	1,2	1,2	*
*	Prego/ Caviha		5,2	0,5	0,5	*
*	Prego/ Caviha		3,8	1	1	*
*	Prego/ Caviha		3,5	0,9	0,9	*
*	Prego/ Caviha		2,5	0,9	0,9	*
*	Prego/ Caviha		3	0,8	0,8	*
1097	Argola		4,3	4,1	0,7	Est. CXXXIII
1098	Argola		4	4	0,6	Est. CXXXIII
1099	Argola		3,5	3,5	0,5	Est. CXXXIII
1100	Argola		3,1	3,1	0,5	Est. CXXXIII
1101	Argola		3,6	3,5	0,7	Est. CXXXIII
1102	Argola		3,2	3,2	0,6	Est. CXXXIII
1103	Argola		2,4	2,4	0,5	Est. CXXXIII
1104	Argola		2,9	2,9	0,8	Est. CXXXIII
1105	Argola		4,7 (presilha)	3,4 (aro)	0,6 (aro)	Est. CXXXIII
1106	Argola		2,1	2,1	0,6	Est. CXXXIII
1107	Argola		2,2	2,2	0,4	Est. CXXXIII
1108	Placa com aro pendente, fixo por presilha		6,8	4,1 (aro)	0,7 (aro)	Est. CXXXIV
1109	Placa com aro pendente, fixo por presilha		4,3	3,5	0,4 (aro)	Est. CXXXIV
1110	Placa com aro pendente, fixo por presilha		4,6	3	0,5 (aro)	Est. CXXXIV
1111	Argola e presilha		*	Ø 2,8	0,05	Est. CXXXIV
1112	Argola e presilha		4,8 (presilha+argola)	3 (argola)	1,7	Est. CXXXIV

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	M.-P.
1113	982.58.108C	MNA	*	Ferro
1114	982.58.108B	MNA	*	Ferro
1115	11248	MNA	*	Bronze
1116	982.58.108A	MNA	*	Ferro
1117	OSM 241 (1)	MNA	Sep. 98	Ferro
1118	SN	MNA	Sep.15	Ferro
1119	982.58.135	MNA	26/11/80; N.S.M.; T.G-X; S.D; Q. d,/ 1/2 6,7 (sepult.)	Ferro
1120	OSM 242	MNA	Sep. 98/G	Ferro
*	982.59.14	MNA	*	Bronze
*	982.47.5	MNA	Sep. 140	Bronze
*	OSM Mt 036	DRCAIent	*	Bronze
*	MMPN 5238	ALC - MMPN	*	Ferro
*	MMPN 5239	ALC - MMPN	*	Ferro
*	SN	ALC - MMPN	Sep. 8	Bronze
*	SN	ALC - MMPN	Sep. 8	Bronze
1121	982.29.8	MNA	Sep. 78	Bronze
1122	982.58.109	MNA	*	Bronze
*	OSM 355g	MNA	Sep.12/80	Bronze
*	OSM 355i	MNA	Sep.12/80	Bronze
1123	SN	MNA	Sep. 10?	Bronze
*	SN	MNA	T.B 7' 23/12/67	Bronze
1124	OSM345(2)	MNA	*	Bronze
1125	OSM345(1)	MNA	*	Bronze
1126	982.29.9	MNA	Sep. 78	Bronze
1127	MMPN 5242	ALC - MMPN	Sep. 9	Ferro/Bronze
1128	MMPN 5243	ALC - MMPN	Sep. 27	Bronze
1129	OSM 116 (5)	MNA	Sep. 15	Ferro
1130	11262B	MNA	*	Bronze
1131	SN	MNA	1967	Prata?
1132	11261	MNA	*	Bronze
1133	SN	MNA	11/10/80; T.F-X S.A Q.h/1,2; «cone de cobre encontrado na terra de enchimento da sepultura g,h/1,2 a cerca de -25cm; Lado Norte - a poente»	Bronze?
1134	OSM Mt 033	ALC - MMPN	*	Bronze
1135	982.59.29	MNA	*	Bronze
1136	982.58.102A	MNA	*	Ferro
1137	982.58.102D	MNA	*	Bronze
1138	OSM Mt002	ALC - MMPN	*	Chumbo
1139	982.45.3	MNA	Sep. 129 ou 132	Bronze
1140	11218	MNA	*	Bronze
1141	982.58.118a	MNA	*	Ferro
1142	982.58.118b	MNA	*	Ferro
1143	OSM 705	MNA	*	Ferro
1144	982.59.45	MNA	*	Bronze
1145	983.402.35	MNA	*	Ferro
1146	11267	MNA	*	Bronze

#	Categoria	Tipo/ Forma	Comp. Máx. (cm)	Larg. Máx. (cm)	Esp. Máx. (cm)	Estampa
1113	Presilha		2,6	2,5	0,3	Est. CXXXIV
1114	Presilha		2,7	2,6	0,3	Est. CXXXIV
1115	Argola e presilha		4,6 (presilha+argola)	2,5 (argola)	0,9	Est. CXXXIV
1116	Argola e presilha		4,7 (presilha)	3,4 (aro)	0,6 (aro)	Est. CXXXIV
1117	Presilha		5,4	7,1	0,6	Est. CXXXIV
1118	Argola e presilha		2,8	1,3	0,6	Est. CXXXIV
1119	Anilha		4,2	3	1,7	Est. CXXXV
1120	Anilha		*	Ø 2,8	0,05	Est. CXXXV
*	Argola/ anilha		2,4	0,7	0,4	*
*	Argola/ anilha		4,6	0,3	0,3	*
*	Argola/ anilha		2	2,1	0,4	*
*	Argola e presilha		3,8	3,3	1,9	*
*	Argola e presilha		2,7	2,6	2	*
*	Presilha		2	0,8	0,3	*
*	Presilha		1,8	0,5	0,2	*
1121	Braçadeira		2,6	1,8	2,3	Est. CXXXV
1122	Braçadeira		1,6	1,8	0,1 (aro)	Est. CXXXV
*	Braçadeira?		3,3	1,5	0,8	*
*	Braçadeira?		*	*	*	*
1123	Grampo		3	1,7	0,4	Est. CXXXV
*	Grampo		4,3	1,3	0,5	*
1124	Botão		2,7	2,4	0,6	Est. CXXXV
1125	Botão		2,6	2,5	0,7	Est. CXXXV
1126	Botão		2,9	1,7	0,1	Est. CXXXV
1127	Aplique discoide		4,6	5,4	1,6	Est. CXXXV
1128	Aplique discoide		2,8	2,5	0,5	Est. CXXXV
1129	Aplique discoide		1,5	2,4	2,4	Est. CXXXV
1130	Aplique discoide		1,2	1,2	0,2	Est. CXXXV
1131	Aplique hemisférico		2,8	3,4	1,2	Est. CXXXV
1132	Aplique cônico		2,2	3,3	3,3	Est. CXXXV
1133	Aplique cônico		2	1,1	1,1	Est. CXXXV
1134	Placa decorada		2,6	2,2	0,15	Est. CXXXVI
1135	Placa decorada		4,1	3,9	0,2	Est. CXXXVI
1136	Placa		3,2	3,2	0,2	Est. CXXXVI
1137	Placa		4	2,5	0,1	Est. CXXXVI
1138	Esfera		1,8	1,8	1,8	Est. CXXXVI
1139	Corrente		4,5	0,6	0,6	Est. CXXXVI
1140	Chaveta		5,5	2,3	0,9	Est. CXXXVI
1141	Indeterminado		9	2,8	0,7	Est. CXXXVII
1142	Indeterminado		8,8	3,2	0,7	Est. CXXXVII
1143	Indeterminado		7,8	3,2	0,3	Est. CXXXVII
1144	Indeterminado		13,4	8,4	0,1	Est. CXXXVII
1145	Indeterminado		7,5	2	2	Est. CXXXVII
1146	Indeterminado		4,6	1,6	1,6	Est. CXXXVII

OUTROS MATERIAIS

#	N.º Inv.	Colecção	Contexto	M.-P.	Categoria	Tipo/ Forma	Comp. Máx. (cm)	Larg. Máx. (cm)	Esp. Máx. (cm)	Estampa
1147	*	MNA	*	Vidro	Conta	Esférica Oculada	2	1,6	*	Est. CXXXVIII
1148	*	MNA	*	Vidro	Conta	Esférica Oculada	2	1,4	*	Est. CXXXVIII
1149	*	MNA	*	Vidro	Conta	Esférica Oculada	2	1,3	*	Est. CXXXVIII
1150	*	MNA	*	Faiança	Conta	Galonada	2,7	2,4	*	Est. CXXXVIII
1151	982.6.3	MNA	*	Vidro	Recipiente	Ind. (Grupo Med. 1)	*	*	*	Est. CXXXVIII
1152	*	IAC	Sep. 48	Esteatite?	Amuleto	Escaravelho	3,7	3,4	0,7	Est. CXXXVIII
1153	*	MNA	Sep. F11	Espinela	Amuleto	Escaravelho	1,2	0,8	0,6	Est. CXXXVIII
1154	*	MNA	Sep. 22/80	Esteatite	Amuleto	Escaravelho	1,5	1,2	0,9	Est. CXXXVIII
1155	*	MNA	*	Quartzo	Amuleto	Escaravelho	1,9	1,4	1,1	Est. CXXXVIII
1156	*	MNA	*	Ágata	Amuleto	Escaravelho	1,8	1,3	1	Est. CXXXVIII
1157	*	IAC	*	Faiança	Amuleto	Bes	3	1,7	*	Est. CXXXIX
1158	*	IAC	*	Faiança	Amuleto	Falo	2,3	0,3	*	Est. CXXXIX
1159	*	IAC	*	Faiança	Amuleto	Genitais	2	1	*	Est. CXXXIX
1160	5663A	IAC	*	Cornalina	Conta	Esférica	2,2	2,2	*	Est. CXXXIX
1161	3608	IAC	Sep. 17	Osso	Roseta	*	3,4	3,5	0,4	Est. CXXXIX
1162	*	IAC	*	Ovo	*	*	Ø4,3	*	A.12,2	Est. CXXXIX

Estudos & Memórias

Volumes anteriores de esta série:

GONÇALVES, V. S., ed. (2021) – *Terra e Sal. Das antigas sociedades camponesas ao fim dos tempos modernos. Estudos oferecidos a Carlos Tavares da Silva*. estudos & memórias, 16. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. Workgroup on Ancient Peasant Societies (WAPS). 440 p.

PEREIRA, C.; ALBUQUERQUE, P.; MORILLO, A.; FABIÃO, C.; CHAVES, F, eds. (2021) – *De Ilipa a Munda. Guerra e conflito no Sul da Hispânia*. estudos & memórias, 15. Lisboa: UNIARQ/FL-UL. 338 p.

SOUSA, A. C.; BRAGANÇA, F.; TORQUATO, F.; KUNST, M. (2020) – *Georg e Vera Leisner e o estudo do Megalitismo no Ocidente da Península Ibérica. Contributos para a história da investigação arqueológica luso-alemã através do Arquivo Leisner (1909-1972) / Georg und Vera Leisner und die Megalithgräberforschung im Westen der Iberischen Halbinsel. Beiträge zur portugiesisch-deutschen Forschungsgeschichte der Archäologie im Spiegel des Leisner-Archivs (1909-1972)*. estudos & memórias, 14. Lisboa: UNIARQ/ IAA / DGPC. 704 p.

ARRUDA, A. M.; FERREIRA, D.; SOUSA, E. (2020) – *Cerâmicas Gregas do Castelo de Castro Marim*. estudos & memórias, 13. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 113 p.

MORÁN HERNÁNDEZ, M. E. (2018) – *El Asentamiento Prehistórico de Alcalar (Portimão, Portugal). La organización del territorio y el proceso de formación de un estado prístino en la Bahía de Lagos en el Tercer Milenio A.N.E*. estudos & memórias, 12. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 312 p.

GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (2018) – *Casas Novas, numa curva do Sorraia (no 6.º milénio a.n.e. e a seguir)*. estudos & memórias, 11. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL, 280 p.

GONÇALVES, V. S., ed. (2017) – *Sinos e Taças. Junto ao oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica*. estudos & memórias, 10. Lisboa: UNIARQ / FL-UL. 370 p.

SOUSA, A. C.; CARVALHO, A.; VIEGAS, C., eds. (2016) – *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. estudos & memórias, 9. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 623 p.

GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M.; SOUSA, A. C., eds. (2015) – *5.º Congresso do Neolítico Peninsular. Actas*. estudos & memórias, 8. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 661 p.

SOUSA, E. (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do estuário do Tejo*. estudos & memórias, 7. Lisboa: UNIARQ. 449 p.

ARRUDA, A. M., ed. (2014) – *Fenícios e púnicos, por terra e mar, 2. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. estudos & memórias, 6. Lisboa: UNIARQ. 698 p.

ARRUDA, A. M., ed. (2013) – *Fenícios e púnicos, por terra e mar, 1. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. estudos & memórias, 5. Lisboa: UNIARQ. 506 p.

QUARESMA, J. C. (2012) - *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. estudos & memórias, 4. Lisboa: UNIARQ. 489 p.

VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. estudos & memórias, 3. Lisboa: UNIARQ. 670 p.

GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada*. 2 Volumes. estudos & memórias, 2. Lisboa: CAH/Uniarch/INIC. 566+333 p.

LEISNER, G.; LEISNER, V. (1985) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. estudos & memórias, 1. Lisboa: Uniarch/ INIC. 321 p.

O conhecimento acerca da necrópole do Senhor dos Mártires de Alcácer do Sal permaneceu assim numa espécie de limbo, tornando-se um mito nacional e internacional (...). Coube a Francisco Gomes a organização do imenso caos constituído por milhares de peças que não se podiam associar a quaisquer sepulturas, e este livro que aqui se apresenta evidencia que a tarefa foi exemplarmente cumprida.

Do Prefácio, por Ana Margarida Arruda